

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002:
PARTIDOS, ELITES E A PERSPECTIVA DE MUDANÇA**

ITAMAR AGUIAR

ORIENTADOR: PROF. DR. ARY CESAR MINELLA

Florianópolis-SC, janeiro de 2006

ITAMAR AGUIAR

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002:
PARTIDOS, ELITES E A PERSPECTIVA DE MUDANÇA**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Sociologia
Política pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Florianópolis-SC, janeiro de 2006

ITAMAR AGUIAR

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002:
PARTIDOS, ELITES E A PERSPECTIVA DE MUDANÇA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Prof. Dr. Venício A. de Lima

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão

Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim

Florianópolis-SC, janeiro de 2006

Aos meus pais:
Walmor José Aguiar e
Risoleta Motta Aguiar, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos sinceros aos companheiros de turma, pelo convívio e amizade e troca de experiências durante o tempo que passamos juntos: Carlos Gadea, Dione Tinti, Carlos Sell, Brenda Matos, Cíntia San Martins, Janaína do Nascimento, Maurício Sardá e Thúlio Cícero. (Muito obrigado ao doutorando Paulo Liedtke, pelo constante diálogo acadêmico e a amizade).

Também sou imensamente grato aos ensinamentos e as palavras de carinho e incentivo dos mestres, os professores Fernando Ponte de Sousa, Ricardo Silva, Ilse Scherer-Warren, Maria Ignez S. Paulilo, Erni José Seibel e Franz Josef Brüseke.

À CAPES, pela bolsa de estudos para a realização do Estágio de Doutorando no exterior (ex-Doutorado Sanduíche), que abriu as portas para o contato com os pesquisadores do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (Socius), vinculado ao Instituto de Economia e Gestão (Iseg) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), período de outubro de 2001 a abril de 2002.

Ao professor José Maria Carvalho Ferreira, que garantiu todas as condições para a realização dos estudos em Lisboa, além do carinho, bem como a amizade dos integrantes do Socius, os professores João Peixoto e Rita Raposo, além do incentivo do professor Pedro Verga Matos (Iseg) e do pesquisador português Nandim de Carvalho.

Muito obrigado também aos professores André Freire, José Manuel Leite Viegas e José Manuel Paquete de Oliveira, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de Lisboa.

À Tamara Benakouche, Coordenadora da Pós-Graduação em Sociologia Política, que não mediu esforços para que eu pudesse chegar a reta final desta trajetória. E a secretária Albertina Buss, pela dedicação e o carinho especial.

Por último, sou muito agradecido a dedicação e as palavras de conforto do professor e orientador (e amigo), Ary C. Minella, sem o qual este trabalho não teria acontecido.

Aos familiares e amigos, que me acompanharam de perto, agradeço o apoio e a todas aqueles a quem não me referi, peço escusas, e fica registrado o meu abraço.

RESUMO

O Estudo baseia-se na análise das eleições presidenciais de 2002 no Brasil, que garantiu a vitória do candidato de Oposição nas urnas, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o governo em 2003, com um perfil político marcado pela manutenção da política econômica de caráter excludente do seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Através da pesquisa se procurou verificar a ação político-eleitoral das Elites Orgânicas, analisando-se o seu papel durante o processo eleitoral, a participação dos Grupos Econômicos nos comitês de campanha dos candidatos, com ênfase também na ação política dos Grupos Econômicos de Comunicação e de seus Pivôs Ideológicos. Além desses aspectos, verificou-se ainda a participação dos principais partidos em disputa nas eleições presidenciais de 2002, os programas de governo dos candidatos, a influência do marketing eleitoral, o financiamento de campanha e a articulação da mídia com os partidos e a propaganda eleitoral gratuita na TV. A pesquisa debate a “aproximação” do candidato opositor vitorioso com as chamadas Elites Dominantes, ao promover um leque de alianças bastante amplo que descaracterizou o PT enquanto partido, levando-se em conta as suas bandeiras históricas na defesa do ideal de mudança e o avanço na direção do Socialismo, naquilo que convencionou-se chamar durante as eleições de “Lula *light*” ou “lulinha paz e amor”. Portanto, o estudo conclui pela tese de que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 fez o “jogo” das Elites Dominantes ao propor a idéia de um “pacto político” pelo alto, espelhado no seu programa de governo, transformando-se na alternativa encontrada pelas Elites Orgânicas na manutenção do *status quo* e na renovação da direita no âmbito da história recente do país.

Palavras-chave: Brasil eleições presidenciais 2002; Política e elites dominantes; Eleições *marketing* programas partidários.

ABSTRACT

The work is based in Brazil's 2002 elections, analyzing what warrants the opposition candidate ballot victory, Luiz Inácio Lula da Silva, from PT who assumed the government in 2003 keeping the former President, Fernando Henrique Cardoso's (PSDB) economic policy. Through this research we try to check the election actions from Organic Elites. Analyzing their role play in the electoral process, the Economic Groups participation in the candidates campaign committees, and so emphasizing the Economic Groups of communication political actions and their ideological pivots. Beyond these aspects we checked the parties of the principal competitors participation in the 2002 presidential elections, like candidates' government program, the marketing influence, campaign financing, media and parties articulation, and the electoral free advertisements on TV. The research debates the winner oppositionist candidate approach with the groups called Dominant Elites, promoting the idea of a "political pact", considering his historical flags defending the changes ideal and the progress toward the Socialism, that was called "Lula Light" or "Lulinha paz e amor" during the electoral processes. Therefore, the survey had concluded by thesis that in 2002 the candidate Luiz Inácio Lula da Silva, got the Dominant Elites game, proposing the idea of a Political pact, reflected in his government program turning into the alternative found by the Organic Elites to maintain the *status quo* and the renovation of the right in the recent nation history scope.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABAMEC — Associação Brasileira do Mercado de Capitais
ABAP — Associação Brasileira de Agências de Publicidade
ABIMAQ — Associação da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRACO — Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ABTA — Associação Brasileira de TV por Assinatura
AESP — Associação de Emissoras do Estado de São Paulo
AIR — Associação Internacional de Radiodifusão
ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações
ANDES — Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANER — Associação Nacional de Editores de Revistas.
ANJ — Associação Nacional de Jornais
ATSC — Advanced Television Standards Committee
BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA — Bolsa de Valores de São Paulo
CDES — Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFP — Conselho Federal de Psicologia
CNI — Confederação Nacional da Indústria
CUT — Central Única dos Trabalhadores
DVB — Digital Vídeo Broadcasting
ENECOS — Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
ENITEC — Encontro Nacional da Inovação Tecnológica para Exportação e Competitividade
FEBRABAN — Federação Brasileira dos Bancos
FENAJ — Federação Nacional dos Jornalistas
FIEJ — Federação Internacional de Editores de Jornais
FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FITERT — Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
FMI — Fundo Monetário Internacional
FNDC — Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
HDTV — High Definition Television
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
INTERCOM — Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
ISDB — Integrated Services Digital Broadcasting
JN — Jornal Nacional
MCRN — Movimento Cívico de Recuperação Nacional
PM — Medida Provisória
MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC — Organização Mundial do Comércio
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PC do B — Partido Comunista do Brasil

PCO — Partido da Causa Operária
PDC — Partido Democrata Cristão
PDS — Partido Democrático Social
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PEC — Proposta de Emenda Constitucional
PFL — Partido da Frente Liberal
PIB — Produto Interno Bruto
PL — Partido Liberal
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN — Partido da Mobilização Nacional
PP — Partido Popular
PPB — Partido Progressista Brasileiro
PPR — Partido Progressista Reformador
PPS — Partido Popular Socialista
PRN — Partido da Reconstrução Nacional
PROTEC — Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSDB — Partido da Social Democracia Brasileiro
PSOL — Partido Socialismo e Liberdade
PST — Partido Social Trabalhista
PSTU — Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PTR — Partido Trabalhista Renovador
SDTV — Standard Definition Television
SBT — Sistema Brasileiro de Televisão
SET — Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão
SIP — Sociedade Interamericana de Imprensa
SUS — Sistema Único de Saúde
TCU — Tribunal de Contas da União
UNIR/AMARC — União de redes radiofônicas - escritório brasileiro da Amarc

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Conflito e mudança social	5
A importância do PT e a proposta de mudança em 2002	9
Ruptura e voto	12
A utopia eleitoral	15
CAPÍTULO I: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
1.1 A face da “nova” velha direita no Brasil	24
1.2 As elites orgânicas e seus pivôs políticos – ideológicos	26
1.3 Formas corporativas de interesse e o contexto eleitoral	29
1.4 A importância política dos grupos industriais e financeiros	35
1.4.1 Grupo financeiro e hegemônica capitalista	38
1.4.2 A dimensão política dos grupos econômicos de comunicação	41
1.4.3 A concentração da comunicação no Brasil e as elites políticas	47
CAPÍTULO II: AS ENTIDADES CORPORATIVAS DOS GRUPOS DE COMUNICAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA	52
2.1 Histórico e ação política da ANJ e ABERT	53
2.2 A ANJ e seus vínculos institucionais	54
2.3 A importância da ABERT no setor da radiodifusão brasileira	59
2.3.1 A gestão de 2000-2002	61
2.3.2 Ação política da ABERT e seus vínculos partidários	64
2.4 A modernização da indústria da comunicação na era do real	68
2.4.1 Parque gráfico e novos empreendimentos editoriais	68
2.4.2 Sinais da crise	71
2.4.3 O ano da mudança do câmbio	72
2.5 As dívidas da mídia	74
2.6 A entrada de capital externo na mídia	83
2.6.1 Globo e Folha contra o capital externo	85
2.6.2 O repúdio dos movimentos populares e o apoio dos pivôs da mídia	87
2.6.3 O PT no apoio à emenda 222	91
2.6.4 O “racha” na ABERT e a criação da UneTV	94
2.6.5 A moratória da Globo e o rompimento dos contratos	96
2.7 O “Proer da Mídia” durante o governo Lula	99
2.8 Grupos de comunicação dependentes	103
2.9 TCU contra BNDES na Globo	106
CAPÍTULO III: O ANO PRÉ-ELEITORAL DE 2001 E A DEFINIÇÃO DAS CANDIDATURAS	110
3.1 Clima de ingovernabilidade: Elite dominante a procura do candidato viável	111
3.1.1 A tática do medo e o ataque às candidaturas de esquerda	112
3.2 Ciro Gomes: uma possível opção das elites dominantes	118
3.2.1 O confronto entre o candidato do PPS e o governo	118

3.2.2	Ciro cai nas graças da oposição	121
3.3	PMDB: grande “ninho” de centro e de apoio governista	125
3.4	Malan é o preferido do presidente	129
3.4.1	Acirra-se a disputa no partido Oficial	132
3.5	Lula já está no segundo turno	134
3.5.1	O clima dentro do PT: o presidenciável que não pode errar	139
3.5.2	Lula promete adotar programa “light”	143
3.6	PIB nacional assimila a candidatura petista	145
3.6.1	Empresariado conclama Nação em torno de Lula	148
	a) Fiesp quer governo voltado para a produção	148
CAPÍTULO IV: AS CANDIDATURAS SITUACIONISTAS E A OPOSIÇÃO		
	CONFIÁVEL	152
4.1	Ciro Gomes: um candidato de oposição conservador	152
4.1.1	Visão de mudança e a influência da Agenda Perdida	156
4.2	O apoio empresarial e a luta para ser o “anti-Lula”	162
4.2.1	O crescimento nas pesquisas	168
4.2.2	Frente Trabalhista acena acordo com o governo	171
4.2.3	Os sintomas da queda	172
4.3	Sinais de alerta: tucanos mudam tom da campanha	173
4.4	Críticas do candidato oficial à política econômica e as semelhanças com o PT	177
4.4.1	Os grupos de comunicação na cruzada pró-Serra	183
4.4.2	O “pacto industrial” une governistas e oposicionistas	186
CAPÍTULO V: A AÇÃO ESTRATÉGICA DAS ELITES E O ENQUADRAMENTO DAS OPOSIÇÕES		
	190
5.1	O “lulômetro” e a tática do caos	191
5.2	A carta do povo brasileiro aos mercados	194
5.2.1	A reação do governo e dos candidatos oposicionistas	197
5.2.2	A especulação com as pesquisas eleitorais	201
5.3	A máquina milionária do <i>marketing</i> e da propaganda eleitoral	202
5.3.1	Os gastos de campanha	209
5.3.2	As doações empresariais	213
5.4	O duplo tiro certo: Serra explode duas pedras no caminho	221
5.4.1	A detonação da muralha Roseana	221
5.4.2	Arapongas e dossiês contra os Sarney	224
5.4.3	Crise na base de sustentação de FHC	226
5.4.4	O rompimento da coalizão de centro – direita: PFL passa à oposição	228
5.4.5	Uma mídia hostil contra Ciro	232
5.4.6	O <i>marketing</i> agressivo atinge o alvo	238
5.5	O duplo horário eleitoral na TV: o JN e o HGPE	241
5.5.1	Agendamento do Jornal Nacional e o enquadramento das esquerdas	241
5.5.2	A palavra de Serra fora do lugar	244
5.5.3	A apropriação do discurso da ordem	247

CAPÍTULO VI: A RUPTURA COM OS IDEAIS DO SOCIALISMO E A CONTINUAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO	251
6.1 O socialismo renasce sob a sigla de Lula	251
6.2 O comportamento reformista	260
6.3 A consolidação da via neoliberal	263
6.4 Primeiro programa: rompimento com as bandeiras históricas	264
6.5 Diretrizes do programa de governo	268
6.5.1 Carta branca às alianças com o centro – direita	268
6.6 O Programa de Governo de 2002: mudança sem ruptura	271
6.7 As reformas estruturais neoliberais de Palocci no governo	275
6.7.1 Política econômica sofre resistências	276
6.7.2 Equipe econômica: predomínio da visão ortodoxa liberal	278
6.8 A política de cúpula e o domínio do grupo Articulação	282
6.8.1 O abandono da visão de esquerda marxista	287
6.9 Um guerrilheiro na Casa Branca	293
6.10 O pacto com as elites dominantes	296
6.10.1 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) .	296
6.10.2 Movimentos sociais na cruzada pró-Lula	301
6.10.3 O apoio petista de caserna	305
6.10.4 Comitê de campanha constitui grupo de trabalho com a Febraban	309
6.11 Lula e a Terceira Via	314
6.11.1 A prática política da Social - Democracia brasileira	319
CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
REFERÊNCIAS	329
ANEXOS	342

LISTA DE TABELAS

Tabela nº. 1 – Posição do Grupo Marinho/Organizações Globo no ranking nacional (1990-2000)	76
Tabela nº. 2 – Posição dos Grupos de Comunicação no ranking nacional na década de 1990	77
Tabela nº. 3 – Eleições 1998 – Presidente da República 1º. Turno – Resultado Final Nacional	154
Tabela nº. 4 – Evolução do crescimento do eleitorado brasileiro (1945-2002)	203
Tabela nº 5 – Distribuição do eleitorado em 2002 no país e exterior	203
Tabela nº. 6 – Comparativo dos Resultados da Totalização no 1º e 2º Turnos para Presidente	204
Tabela nº.7 – Total de despesas por candidatura e comitê eleitoral nas eleições de 2002	207
Tabela nº. 8 – Receitas e Despesas dos Candidatos e Comitê Financeiro Nacional para Presidente (2002)	208
Tabela nº.9 – Eleições Presidenciais de 2002 – dados comparativos entre os dois candidatos finalistas no segundo turno das eleições	209
Tabela nº 10 – Doações dos Bancos aos candidatos à Presidência da República em 2002	215
Tabela nº 11 – Eleições Presidenciais de 2002 – Comparação sobre os principais gastos dos candidatos Serra e Lula	218
Tabela nº. 12 – Eleições Presidenciais de 2002 – Total de Gastos dos candidatos à Presidência da República com os Institutos de Pesquisas	218
Tabela nº. 13 – Eleições Presidenciais de 2002 – Principais doadores dos candidatos Serra e Lula	220

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Presidentes da ANJ (1979-2004)	56
--	----

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa baseia-se na análise das eleições presidenciais de 2002 e das pistas encontradas a partir do acompanhamento dos três primeiros meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com destaque para a compreensão da ação política das chamadas Elites Dominantes brasileiras no jogo eleitoral e sua aliança com um partido de esquerda.

A pesquisa foi complementada pela interpretação da ação política e partidária das Elites Orgânicas, analisando o seu papel durante as eleições presidenciais, a participação dos Grupos Econômicos nos comitês de campanha dos candidatos, com ênfase para a ação política dos Grupos Econômicos de Comunicação e de seus Pivôs Ideológicos. Além da análise dos partidos políticos em disputa, dos programas de governo dos candidatos, da pesquisa a respeito do *marketing* eleitoral, do financiamento de campanha, da articulação da mídia com os partidos e da propaganda eleitoral gratuita na TV.

Para realizar este trabalho nos valem igualmente do estudo da literatura existente sobre o assunto no país e no exterior, além de fontes documentais as mais diversas, do acesso a bancos de dados oficiais, patronais e sindicais, como também no acesso a diversificada fontes *on-line*.

No estudo do período inicial do governo petista utilizamos uma ampla gama de dados, conforme já destacamos, procedendo a uma análise criteriosa da história do PT, seu programa de governo e a estratégia de campanha eleitoral levado a cabo por Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Utilizamos como fontes para a compreensão da disputa eleitoral as primeiras medidas tomadas pelo presidente da República, a exemplo das reformas da Previdência e Tributária, bem como o acompanhamento de seus desdobramentos na mídia e no Congresso Nacional. A Tese não analisa o governo de Lula propriamente dito e muito menos a crise política relacionada aos episódios em torno da questão ética que envolveu o PT em 2005. Naturalmente, vamos fazer referência ao escândalo dos Correios e ao financiamento de campanha relacionado ao “caixa 2” sempre que houver ligação com o nosso objeto central de estudo pertinente a campanha presidencial de 2002 e os diversos atores em conflito.

A análise do conteúdo do programa de governo do PT apresentado à Nação em dois momentos distintos - o primeiro no ano pré-eleitoral, lançado por Luiz Inácio Lula da Silva

em junho de 2001, uma primeira versão de seu programa de campanha -, já demonstrava a sua coloração “rosa”. Portanto bastante distinto do tom “vermelho” e “radical” que tradicionalmente caracterizou a história do PT, sendo que o programa oficial do partido lançado em 2002, durante a campanha presidencial, em nada avançava em relação àquela proposta, muito pelo contrário, regredia em muitos pontos.

O que nos levou a formular a hipótese de uma mudança radical em termos histórico acerca dos reais compromissos do Partido dos Trabalhadores em 2002, mostrando a necessidade de repensar o seu conteúdo, bem como compreender os reais compromissos históricos do ex-líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito de interpretar a sua inserção no contexto da nova configuração da direita brasileira e porque não dizer da esquerda no Brasil e o seu projeto de transformação social, ou melhor, a ausência de um projeto verdadeiramente inovador de transformação social.

Tanto uma como outra das duas propostas defendidas pelo PT, tanto a de 2001 como a de 2002, pecava por não conter medidas claras e contundentes para resolver os graves males do país sob a ótica da exclusão social relacionada a erradicação dos péssimos indicadores sociais: o desemprego, o frágil poder aquisitivo do salário, enfim, as enormes desigualdades sociais a que está submetida a maioria da população brasileira.

Pudemos constatar através da interpretação do material empírico que muitas das propostas apresentadas pelo PT durante a campanha presidencial de 2002, visando a resolução dos graves problemas nacionais, eram muito semelhantes às idéias defendidas pelos tucanos durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como seria fácil comparar depois com o programa de governo do candidatura Oficial do PSDB à Presidência da República, José Serra.

Diga-se de passagem um partido que carrega na sigla a inscrição da Social-Democracia, mas cuja prática, já bastante demonstrada durante a chamada era tucana, não apresentou os mínimos sinais da social-democracia européia da qual se dizia herdeira. Ao contrário do que se viu, o PSDB traiu os ideais socialistas que aparecem no intróito do seu manifesto de fundação, uma vez que o programa de governo executado por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de mandato seguiu uma trajetória totalmente oposta.

O sociólogo-presidente passaria a integrar o clube neoliberal que ficou internacionalmente conhecido pela denominação da Terceira Via, liderado pelo primeiro ministro britânico Tony Blair e pelo então presidente norte-americano Bill Clinton, representado na América Latina por Fernando H. Cardoso, no qual o presidente Lula assinaria a ficha de inscrição no primeiro ano de seu mandato em 2003.

Portanto, os dados apresentados na Tese em relação a campanha eleitoral de 2002 (incluindo o ano pré-eleitoral) apontam na mudança do perfil ideológico e programático do PT, sobretudo em se tratando de um partido de esquerda, como fica claro no estudo das alianças feitas pelo seu candidato e do seu programa de governo.

Neste sentido, a partir da análise do programa oficial apresentado ao eleitorado nas eleições presidenciais de 2002 podemos concluir tratar-se de um documento mais conservador em relação a primeira versão apresentada pelo PT no ano pré-eleitoral, considerando-se ainda que aquele primeiro documento, já constituía-se numa visão bastante atenuada de antigas bandeiras históricas do partido.

Um exemplo disso é a questão do não pagamento da dívida - lembre-se que o então candidato Lula lançou carta à Nação em apoio à política econômica de Fernando Henrique Cardoso e concedeu aval a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no calor das eleições de 2002 - e a reforma agrária que não seria feito na "marra" e que somente ele, o próprio ex-líder metalúrgico teria a condição moral de realizá-la.

Outro aspecto importante, relacionado a mudança de postura histórica do PT e que mereceu a nossa atenção com a pesquisa, foi que durante a campanha eleitoral o candidato petista e o próprio PT mudaram completamente o foco da análise em relação a tão propalada crise brasileira. Com a nova proposta defendida pelo PT durante a campanha eleitoral de 2002 o inimigo público número do país deixa de ser o endividamento externo e passa a ser o *déficit* público e o esforço é redirecionado para a manutenção da estabilidade da moeda, tendo como prioridade o combate a inflação, estruturada em torno das maiores taxas de juros do Planeta, convivendo com altos índices de desemprego.

Isto é, o PT passa a aderir e a seguir à risca o receituário do FMI, referendado por Fernando Henrique Cardoso ao longo de seu mandato, e assumido de maneira até mais dura por Lula em seu governo. O ministro petista Antônio Palocci faria novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, com o respectivo aumento do *superávit* primário (diferença entre a receita e despesas, subtraindo-se o capital para o pagamento de juros da dívida), a níveis superiores as taxas de Pedro Malan/Armínio Fraga – os "capitães" da política econômica recessiva Tucana -, visando o pagamento dos juros da dívida, deixando-se de investir recursos em áreas prioritárias de infra-estrutura e nas áreas sociais, de saúde, educação, etc.

Por último, cabe destacar o papel estratégico da Elite Orgânica durante as eleições presidenciais, representada neste pleito pelos partidos conservadores, que se articularam com o intuito de garantir a manutenção de seus privilégios, calcado no primado do capitalismo financeiro internacional e nacional, com exclusão social, defendido durante a campanha

eleitoral e inscrito de maneira explícita nos programas de governo dos principais candidatos em disputa, inclusive do PT.

Destacamos, por outro lado, a ação política dos Grupos Econômicos de Comunicação e seus vínculos com os partidos e os candidatos em disputa, sobretudo no papel estratégico de “enquadramento” dos candidatos de esquerda visando a manutenção da política econômica anterior, respaldada no cumprimento dos contratos e do pagamento da dívida pública, numa aparente abertura de espaço midiático para o debate democrático das grandes questões nacionais, como não ocorrera nos outros pleitos eleitorais anteriores, a exceção das eleições de 1989.

Tivemos, portanto, uma eleição em que o PT primou pela ambigüidade de sua postura política, ora falando em nome do trabalhador ora ampliando o leque de alianças a ponto de ter se associado ao partido conservador PL, ganhando a adesão de outros partidos de igual perfil, a exemplo do PFL, PPR e o de boa parcela do PMDB de Itamar Franco e Orestes Quércia.

Desses últimos três partidos, somente o PSDB lançaria candidatura própria apoiado por parte do cúpula do PMDB, já que este partido dividiu-se no apoio também a Lula, como já frisamos antes. O PPR de Paulo Maluf e o PFL dividiram-se também no apoio ao PT: caso da ala do PFL de Antônio Carlos Magalhães e da família do ex-presidente José Sarney, liderado pela governadora Roseana Sarney (que teve a sua candidatura “explodida” por uma operação da Polícia Federal do governo tucano), sendo que a ala do presidente do partido, o senador Jorge Bornhausen, apoiaria o candidato do PPS, Ciro Gomes, este último uma espécie de plano “B” das elites dominantes.

Apesar de pautar a sua campanha por críticas ao modelo econômico levado a efeito pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em 2002, tanto o candidato Ciro Gomes (PPS) como Anthony Garotinho (PSB) não se furtaram em apoiar ida do Brasil ao FMI em plena campanha eleitoral, a exemplo do que fizera o candidato petista. O PT, inclusive, chegou a divulgar a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, como já destacamos, garantindo o aval necessário para o aprofundamento da política neoliberal tucana, cujo receituário teria continuidade no governo Lula.

Portanto, a pesquisa se inscreve no âmbito da área de conhecimento de Sociologia Política no Brasil, mantendo uma interface com o campo de Mídia e Política, quando se aposta na interdisciplinaridade de conhecimento, procurando-se embasar em fontes de áreas que se complementam, através da utilização de ferramentas teóricas e metodológicas comuns, a partir de uma vasta literatura. Procuramos incorporar, na medida do possível, noções, conceitos, bem como procedimentos de escavação empírica, que agreguem conhecimento,

tanto da Ciência Política clássica, da área de Sociologia Política, assim como do campo de Comunicação ligado à Política e à Economia Política.

Pretendemos demonstrar também através de alguns indicadores a ação política da chamada Elite Dominante relacionada a ação política dos partidos e dos grupos econômicos, analisando-se: os partidos políticos em disputa, a ação dos grupos empresariais e suas formas corporativas de representação, etc., como já frisamos no início. Portanto, em seu conjunto, a pesquisa sugere a importância de se conhecer o caráter dessa participação, a partir da noção de Elites Orgânicas e seus Pivôs Ideológicos, da noção de Grupo Econômico e de sua íntima relação com os partidos políticos e seus órgãos corporativos, o sistema financeiro e os partidos de maneira geral.

De outro lado, a Tese recoloca de forma concreta a discussão sobre as relações entre o capitalismo e democracia, o que significa pensar a democracia num mundo cada vez mais dominado pelo poder das grandes grupos econômicos e sua interface com a questão político-partidária, sob a égide de um partido de esquerda.

A idéia é mostrar uma direita renovada em 2002, com o apoio do PT, que tornou-se um partido da "ordem", com Luiz Inácio Lula da Silva chegando ao poder e dando continuação à política econômica de Fernando Henrique Cardoso e traindo o voto popular, muito embora o PT tenha mudado ao longo do tempo e se transformado em um partido totalmente diferente de quando foi fundado no bojo das famosas greves do ABC no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980.

Conflito e Mudança Social

A Tese não se refere ao estudo sobre a teoria da mudança, mais propriamente à Teoria da Mudança Social como objeto de análise, mas apenas faz uma referência ao ideal de mudança representado pelo PT e que esteve presente no debate eleitoral e que justificou o número de votos elevados em Lula. Havia uma vontade manifesta e latente na sociedade brasileira do período em torno da perspectiva de mudança representada pela plataforma eleitoral do PT.

Portanto, procuramos definir o que entendemos pelo termo mudança que se insere no debate metodológico e epistemológico sobre a noção de mudança social, unicamente para reforçar a importância que teve o PT como canalizador histórico do ideal de mudança existente no seio popular. Sem fazer um exame exaustivo sobre a teoria da mudança social, (bem como a crítica aos seus autores), reafirmamos os termos do debate em torno do nosso

objeto central de análise relativo a teoria das Elites Orgânicas e da ação política dos grupos empresariais e os partidos em disputa em 2002.

A idéia de mudança envolve o ato ou efeito de mudar, o que implica na alteração de processo, expectativa, etc., da transformação decorrente de certos fenômenos, a modificação do estado normal de algo. Uma mudança ou transformação pressupõe uma alteração de um estado, modelo ou situação anterior, para um estado, modelo ou situação futuros, por razões inesperadas ou incontroláveis, ou por razões planejadas e premeditadas.

Momentos de crise na história dos governos normalmente envolvem a presença da pressão da sociedade por mudanças. A expressão pressão social se refere ao conjunto de eventos, movimentos e situações promovidos pela iniciativa popular (seja através de um grande desejo coletivo ou pela ação de grupos isolados) que possui alguma intenção sobre um determinado assunto, em geral de ordem pública e política, podendo desembocar numa revolução, na maioria das vezes desencadeada pelas injustiças sociais e pelas desigualdades sociais e econômicas.

Mudança social é toda transformação observável no tempo que afeta, de maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso de sua história. É a mudança de estrutura resultante da ação histórica de certos fatores ou de certos grupos no seio de dada coletividade.¹ Diferente da idéia de pressão social, que refere-se a sucessão de acontecimentos, fenômenos, ações cujo conjunto constitui o curso da mudança. E também de evolução social, que seria o efeito cumulativo de grande número de mudanças, conjunto de transformações ocorridas numa sociedade durante um longo período.²

O conceito de mudança social é usualmente equacionado e compreendido mediante a utilização de duas noções paralelas: a de consenso (significando adaptação, solidariedade, altruísmo, integração), e a de conflito (tensão, antagonismo, oposição, luta). No caso de escolha do conflito como fator de explicação para a mudança, as noções de ordem e progresso

¹Cf. Lakatos, Eva Maria, *Sociologia Geral*, p.283-284, com base em Guy Rocher, *Sociologia Geral*, Lisboa: Presença, 1971, 5 vol., respectivamente, volume IV, p. 92 e 95 e p. 90-93. “(...) Se definirmos a mudança social como ‘toda a transformação observável no tempo, que afecta, duma maneira que não seja provisória ou efêmera, a estrutura ou o funcionamento da organização social duma colectividade e modifica o curso da história’ (Rocher, 1971 IV:92), podemos fazer uma análise sintética dos fenômenos que estão na sua origem”, (cf. Ferreira, J.M. Carvalho [et.al.], *Sociologia*, Lisboa: McGraw – Hill, 1995, especialmente o capítulo 14, sobre “Os modelos de mudança”, p. 409).

²Cf. *Dicionário de Ciências Sociais*, FGV, 1986, p. 791- 792, resultando ou: a) de medidas legislativas ou outras iniciativas de carácter público para dirigir a conduta de seus membros; ou b) de uma mudança, seja numa subestrutura especificada ou setor dominante da existência social, seja no ambiente físico ou social; ou c) da repercussão das ações sociais adotadas em conformidade com as maneiras sistematicamente relacionadas de satisfazer às necessidades e corresponder às expectativas que prevalecem numa sociedade.

controlado são substituídas pela idéia de movimento contínuo e inevitável, com destaque para as situações de antagonismo. O processo de transformação se caracterizaria por um estado permanente de luta, manifesta ou latente, entre as diversas partes e interesses que compõem a sociedade.³

Filósofos e, posteriormente, sociólogos estiveram muito tempo obsecados pela hipótese de que a mudança social⁴ obedeceria a um modelo privilegiado, mesmo até exclusivo. Para Marx, que nisso segue Hegel, e para os marxistas, a mudança é o resultado de “contradição” – tendo a noção de contradição sentidos múltiplos e freqüentemente imprecisos na tradição marxista. Para outros autores, como Nisbet, a mudança resulta principalmente de causas externas. Alguns, seguindo os sansimonistas e Comte, sustentam que as sociedades como um todo se dirigem necessariamente para um estado ideal melhor. Outros, com base em Rousseau, tendem, ao contrário, a interpretar a mudança como regressão.

Folheando a maioria dos manuais de sociologia sobre mudança social, é possível encontrar uma rapsódia de “teorias” com ambições generalizantes. Algumas teorias buscam a força motriz da mudança (luta de classes, conflitos entre grupos portadores do futuro e grupos voltados para o passado, contradição entre forças produtivas e modelos culturais, etc.). Algumas teorias vêem nos processos de diferenciação social uma das formas essenciais da mudança (Parsons). A mudança exógena é ilustrada, por exemplo, pela tese de Max Weber segundo a qual a Reforma protestante, criando um tipo de ética congruente com o desenvolvimento dos comportamentos de investimentos e de poupança que constituem a condição da acumulação capitalista, teria representado papel determinante no desenvolvimento do capitalismo.

A sociologia sempre privilegiou o estudo da mudança social.⁵ Entre os vários elementos históricos que explicam esse interesse analítico, destaca-se a interpretação clássica referente à problemática da revolução industrial, associada à inovação técnica, à divisão do trabalho e ao acréscimo da produção. Mais recentemente, generalizou-se um tratamento temático da mudança social com uma incidência específica no desenvolvimento econômico e na modernização. O desenvolvimento econômico revela-se um tipo de análise circunscrito ao

³Marx fornece uma explicação da mudança com base no conflito e suas contribuições exercem forte impacto sobre a sociologia, suscitando inúmeras controvérsias e legando-lhe ampla gama de problemas. Na dialética marxista não são, porém, as idéias ou o espírito (superestruturas) que representam o centro da realidade, mas sim os elementos concretos e materiais, mais especificamente, a infra-estrutura econômica (que não podem ser sumariamente reduzidas a um mero determinismo econômico).

⁴Cf. Boudon, Raymond e Bourricaud, François, Dicionário Crítico de Sociologia, SP: Ática, 1993, p. 380-386, que chegam a aventar a possibilidade de questionar se a sociologia pode pretender formular enunciados de alcance tão geral sobre mudança e se ela não se encontraria ultrapassada pela própria evolução da disciplina. (p. 381).

crescimento do rendimento nacional e à elevação do nível de vida. A temática da modernização, pelo seu lado, cinge-se à construção de um modelo de organização social baseado na adaptação entre a sociedade e as condições de progresso que foram criadas pela ciência, a técnica, a economia, a cultura e a política.

Diante dos desafios subjacente ao estudo da mudança social (objeto científico da sociologia), destacamos os desafios epistemológicos e metodológicos, neste sentido, compreendem-se as razões que levaram a maioria dos autores do século XIX a adotar uma perspectiva evolucionista de análise da questão da mudança social, concebida através de “fases” ou de “estados” estruturais, cuja historicidade é caracterizada por uma evolução do simples para o complexo, do elementar para o composto, do inferior para o superior.

A lei dos três estados em Comte (teológico, metafísico e positivo), os tipos-ideais de comunidade e sociedade em Tönnies, a noção solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica em Durkheim, de modos de produção em Marx (primitivo, escravista, feudal, capitalista e socialista)⁶, etc., expressam bem esse tipo de pensamento sociológico. Em todas essas “fases” ou “estados”, o conceito de mudança social apóia-se nas idéias da razão, do processo e da modernização. Os elementos políticos, econômicos, sociais e culturais que estruturaram a mudança social são modelados e orientados por uma série de idéias centrais conducentes ao desenvolvimento da racionalização, secularização e industrialização das sociedades.⁷

As teorias evolucionistas e unilineares da mudança revelaram-se, no entanto, desajustadas das realidades sociais contemporâneas, quer na sua versão conflitual quer na versão de diferenciação social. As sociedades não evoluíram através das mesmas formas e conteúdos que serviram de padrão para as sociedades capitalistas desenvolvidas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Neste sentido, as problemáticas da modernidade e do desenvolvimento passaram a ser também uma referência analítica, questionando os paradigmas dominantes da mudança social.⁸

A visão historicista e estruturalista cedeu lugar às análises processuais particularistas da construção da realidade, segundo as quais cada sociedade é explicável pela sua identidade

⁵Cf. Ferreira, J.M. Carvalho [et.al.], *Sociologia*, Lisboa: McGraw – Hill, 1995, p. 407.

⁶Cf. Ferreira, J.M. Carvalho. *Op. cit.*, p. 413-413, destacando, segundo o próprio Marx, que “(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social...” (Cf. Marx, Karl (1977), *contribuição para a Crítica da Economia Política*, 5ª. Edição, Lisboa, Estampa, p. 28-29).

⁷Cf. Ferreira, J.M. Carvalho. *Op.cit.*, p. 407-408.

e características específicas. É na centralidade localizada nos atores sociais, cultura, política, ciência, tecnologia, população e meio ambiente concretos, que residem, em última instância, as bases causais que estão na origem da mudança ou da resistência a ela. A análise constrói-se primordialmente a partir de realidades micro-sociais.⁹

Mas as teorizações culturalistas e a crítica da modernidade apontam para o questionamento do modelo de mudança social seguido pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. “Os desfasamentos do desenvolvimento econômico, político, cultural e social entre os diferentes países à escala mundial traduzem-se, por si só, numa polémica científica cujos contornos são difíceis de explicitar. Certo é que, novamente, surge a polémica à volta dos factores primordiais de mudança social (cultura, economia, contradições do sistema social, política, tecnologia, etc.), da sua proeminência externa ou interna, individual ou colectiva”.¹⁰

Em suma, os autores contemporâneos, de maneira geral, em que pesem suas opções metodológicas, teóricas, éticas ou ideológicas, consideram a mudança social como inevitável e contínua, não sendo, porém, necessariamente idêntica a progresso e nem sempre alcançável mediante fórmulas de paz, ordem e harmonia. Não seguem um padrão pré-estabelecido, que podem vir a ser eventualmente interrompidos, de forma abrupta ou não, por retrocessos, e, mesmo caracterizados por repentinos saltos. Admite-se uma constante interação entre aspectos materiais e não materiais no processo de mudança infra - e superestruturais. O que significa, em consequência, que a mudança social já não é encarada sob um ponto de vista monista, determinista, mas sim como o resultado da interação de uma multiplicidade de factores complexos.

A importância do PT e a proposta de mudança em 2002

Passamos a relembrar a partir de agora o ideal de mudança embutido no projeto histórico do PT e levado a cabo nas eleições de 2002, com base em alguns autores contemporâneos, a exemplo da “*brasilianista*” Margaret Keck¹¹, que destaca a perspectiva democrática petista a partir da base.

⁸Cf. Ferreira, J.M. Carvalho. Op. cit., p. 408.

⁹Cf. Ferreira, J.M. Carvalho. Op. cit., p. 408-409.

¹⁰Cf. Ferreira, J.M. Carvalho. Op. cit., p. 409.

¹¹Cf. M. Keck, *The worker Party and Democratization in Brazil (O Partido dos Trabalhadores e a Democratização no Brasil)*, traduzido em 1991 para o português sob o título “PT: a lógica da diferença – O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira”.

Para M. Keck, “(...) o Partido dos Trabalhadores comprometeu-se com a noção de ‘mudança vinda de baixo’, de uma política ‘de baixo para cima’. Esse conceito inclui duas idéias analiticamente distintas, cuja integração por vezes conflitantes é intrínseca à identidade do partido: uma, que a ‘mudança vinda de baixo’ significa basicamente a auto-ativação¹² da classe trabalhadora: e, a outra, que essa mudança significa o desenvolvimento de uma cidadania e uma participação democrática efetivas”.¹³ “Mudar de baixo para cima” passou a significar um compromisso com um processo de mudança baseado em iniciativas vindas de um amplo espectro de organizações sociais, baseada na classe trabalhadora, que inclui os trabalhadores *white collar*¹⁴ e os pequenos proprietários rurais, englobando um segmento ativo e organizado da sociedade civil brasileira.¹⁵

O fato de o partido ter aceitado abertamente desempenhar tal papel complicou-se pelo conceito de auto-organização característico de duas das correntes mais influentes do partido: os militantes sindicais e os militantes católicos, cuja visão política fora influenciada por sua experiência nas CEBs e em outras organizações de base ligadas à Igreja. Ambos os grupos desconfiavam da mediação política, e acreditavam que o papel do partido era unir e generalizar (mas não organizar ou transformar) as reivindicações dos sindicatos ou movimentos. Ao mesmo tempo, porém, pensavam que os membros do partido deviam participar nos sindicatos e movimentos e ajudar a fortalecê-los (sem, porém, subordiná-los ao partido).¹⁶ Para eles, a democracia devia ser direta, envolvendo delegação e não representação.¹⁷

Apesar da posição anômala¹⁸ do partido dentro das regras que governam o contexto da ação política no Brasil, ele ajudou a manter a visibilidade das questões sociais em nível nacional. Embora o partido não conseguisse mudar a agenda política nacional, sua presença contínua era testemunho daquilo que fora excluído. Era uma lógica de oposição, mas ainda

¹²Cf. Refere-se a autonomia de organização e participação das bases nos respectivos movimentos sociais e na política de maneira geral.

¹³Cf. M. Keck, PT: a lógica da diferença – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira, 1991, p. 274-275.

¹⁴Trabalhadores do “colarinho branco” tradicionalmente associados as classes médias.

¹⁵Cf. M. Keck. Op. cit., p. 275.

¹⁶Cf. Rossiaud, Jean e Scherer-Warren, Ilse, A democratização inacabável, 2000, que apresenta um debate mais contemporâneo sob a perspectiva da construção “radical” de democracia, a exemplo do que debate Keck, através do chamado “movimento cidadão” no combate a ideologia do neoliberalismo em escala planetária (cf. Introdução e, respectivamente, p. 276-277).

¹⁷Cf. M. Keck. Op. cit. p. 275-276, que afirma que o PT foi mais eficaz nos momentos em que a separação desapareceu temporariamente (cf. movimento Diretas Já, em 1984).

¹⁸Cf. Paulo Sérgio Pinheiro explica no prefácio da obra de Keck que a existência do Partido dos Trabalhadores é uma completa anormalidade no âmbito do sistema partidário e na história política brasileira, pois, pela primeira vez, um partido podia representar a classe operária sem intermediação (cf. PCB e PTB), p. 3.

não de política democrática.¹⁹ As relações políticas assumiam a aparência de uma série de antinomias – autoritarismo e democracia, mas também Estado e sociedade, governo e oposição, corporativismo e autonomia, integração e resistência (ou ruptura) – às quais o partido acrescentou uma visão de polarização de classes.²⁰ O PT integrou-se a um esforço mais amplo de redefinir a pauta de mudanças a partir de fora do sistema político. Via a política como um processo de reivindicação de direitos na prática, e não de pedir que o Estado os concedesse. Através da auto-organização da sociedade, as relações de poder entre Estado e sociedade mudariam, e uma nova pauta, baseada nas necessidades sociais, seria criada.²¹

A boa sociedade não era teorizada no discurso do PT, porque ela surgirá a partir da prática democrática de atores sociais autônomos. Ela inclui a idéia de uma sociedade sem exploradores nem explorados e algumas referências ao controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores, mas falta-lhe uma visão de Estado, e ela não recomenda nenhum mecanismo claro para atingir um fim que não se poder descrever claramente.²² O PT cresceu com uma proposta ética, mais que com uma ideologia, dentro da qual competiam uma série de visões alternativas sobre a boa sociedade, utilizando linguagens diferentes. Um discurso sobre classe, um discurso sobre cidadania e um discurso sobre autonomia formavam um amálgama cuja característica central era a imagem de um “nós” difuso, excluído do processo, que na prática conquistaria os direitos que eram inerentemente “nossos”. É uma linguagem utópica, mas o PT não tem nenhuma visão de utopia.²³

Embora sempre tenha se definido como um partido socialista, o PT resistiu aos esforços das suas facções mais doutrinárias de classificar-se como marxista-leninista, ou mesmo marxista e seus líderes expressaram profundas dúvidas sobre os perigos de o PT se tornar um partido social-democrata - o que, segundo eles, representava uma abordagem legalista para com as reformas legislativas vindas de cima, sem envolver as massas organizadas na participação do processo de mudança política e social. Em essência, a visão que o PT faz do socialismo é um conceito radical de democracia e este tipo de visão democrática radical que implica dar poderes à sociedade civil contém uma poderosa rejeição

¹⁹Cf. M. Keck. Op. cit., p. 276-277.

²⁰Cf. M. Keck. Op. cit., p. 277.

²¹Cf. M. Keck. Op. cit., p. 278.

²²Cf. M. Keck. Op. cit., idem, que acrescenta que “(...) a capacidade de se constituir em veículo de protesto não significa o mesmo que a de promover a implementação de mudanças sociais substantivas...Saber se o PT conseguirá usar sua nova legitimidade como instrumento de protesto de massa para tornar-se um partido de massa inteiramente institucionalizado, e se, ao fazê-lo, poderá transformar o ambiente político no Brasil, são questões que permanecem em aberto...”, p. 28-29.

²³Cf. M. Keck. Op. cit., p. 278.

da visão essencialmente estatista de mudança que historicamente caracterizou todo o espectro político brasileiro.²⁴

O poder, naquela visão democrática, não é apenas algo que é “tomado”, através do Estado, mas também algo construído (na sociedade). Contudo, para um partido legal, que concorre a eleições e espera assumir posições de poder no sistema político, não será necessário algo mais que isto em termos de um conceito de Estado, indaga Keck. Para afirmar, contudo, que a ambigüidade do discurso político do PT e sua dificuldade em chegar a um acordo com respeito ao seu duplo caráter de movimento e instituição refletem contradições muito reais no mundo político em que o partido surgiu.²⁵ Em suma, o problema da esquerda é a necessidade de definir, simultaneamente, um espaço político próprio e aliados potenciais, tanto em face da agenda neoliberal como em face do *status quo*.

Ruptura e voto

Portanto, a partir dessas idéias mais gerais apresentadas pela autora acima sobre a intenção de mudar e a perspectiva de assumir o poder com este papel, o que queremos demonstrar com a Tese, é a ausência da perspectiva de mudança na proposta do PT submetida ao sufrágio eleitoral, em que pese o otimismo do eleitorado em torno de Lula, num claro descompasso entre o voto do eleitor e o partido. Nascido sob o signo da lógica da diferença devido a defesa de um ideal ético de democracia radical, o que caracterizou o PT nas eleições de 2002, sem querer parafrasear Margaret Keck, foi a sua indiferença em relação aos verdadeiros anseios populares que o partido representou historicamente.

Infelizmente, o PT desgrudou-se da idéia de movimento, que sempre acalentou e mesmo confundiu-se, quando, embalado pelo sonho de chegar ao poder a qualquer custo, abdicou da tarefa histórica de organizar o movimento popular ou de fazer deste uma correia de transmissão da cidadania pela base. A construção democrática a partir de baixo foi sendo ultrapassada. Profissionalizou-se e forjou uma bela máquina partidária, optando pela via pragmática de chegada ao poder, abandonando antigas bandeira de luta, ferindo, inclusive, o seu bem mais caro, a Ética. Tornou-se um partido extremamente burocrático e hierarquizado, convencional na sua prática política, com uma máquina partidária plenamente azeitada e

²⁴Cf. M. Keck. Op. cit., p. 279-280.

²⁵Cf. M. Keck. Op. cit., idem, que observa que o discurso de fundação tanto da CUT como do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo justaposto ao papel do Estado na economia e como provedor do bem-estar social. Isto é, a esquerda começou a oscilar entre sua ênfase histórica na questão de classe (cf. O'Donnell, *lo popular ou el pueblo*), típico do nacionalismo esquerdista e uma tentativa de redefinir o alcance da noção de cidadania (cf. liberalismo), p. 282-283.

identificada com um projeto político mudancista conservador, como demonstrou a retumbante vitória nas urnas.

Incorporou o *marketing* político inspirado na maneira de fazer campanha eleitoral da propaganda comercial, abdicando do conteúdo de suas propostas de luta. A via da construção da cidadania através da educação política foi deixada de lado, cedendo lugar a empresa da conquista do voto, da negociação de uma marca e da venda de um produto *light*. É a prevalência do *marketing* sobre a ideologia. O slogan “Lula paz e amor” aparece como “algo diluidor de identidade ideológica, além de ser, por antecipação, um vocabulário de derrota.”²⁶ Suas bandeiras e lemas mais candentes foram sendo descartados e lançados ao espaço por um seleto grupo de lideranças que passou a controlar o partido, distanciando-se das bases partidárias e adotando um discurso marcado pela ambigüidade de intenções, cuja máscara cairia no decurso de um tempo bastante curto.

Para o professor Remy José Fontana²⁷, a eleição de Lula em outubro de 2002 e seu governo inaugurado em 1º de janeiro de 2003 poderia significar, pela primeira vez na história do país, um encontro significativo entre governo e democracia, poder e sociedade, governantes e governados. Embora não privilegie em sua análise a discussão mais ampla em torno da construção da candidatura Lula em 2002 no que diz respeito aos acordos de bastidores e a hegemonia interna no PT, bem como a forma como foram construídas as alianças com o setor do capital ao longo do tempo, Fontana afirma que a vitória de Lula representava uma extraordinária oportunidade histórica de superação de um padrão de relações discriminatórias e elitistas. E a sua substituição por um outro regime no qual o Estado de Direito, universalização da democracia e da cidadania deixassem de ser apenas consignações da Constituição para tornarem-se realidades efetivas, instauradoras de uma verdadeira comunidade política.²⁸

Neste sentido, debate a idéia de mudança relacionada a vitória de Lula, lembrando o fato de que as eleições de outubro de 2002 poderiam alterar significativamente tanta a cultura quanto a prática política no Brasil e então realinhar diferentemente o país em suas relações

²⁶Cf. Remy José Fontana, *Democratic Life After The Transition: In Search of Governability in Brazil (Vida Democrática Depois da Transição: Em Busca da Governabilidade no Brasil)*, Tese de PhD, Universidade de Londres (Dirkbeck College), 2003, cuja passagem foi retirada do capítulo transformado em artigo sob o sugestivo título em português: O PT no poder. É possível um governo de esquerda? O PT no governo. É possível uma esquerda no poder?, 45p. A seguir, vamos nos referir a este texto.

²⁷Cf. R. J. Fontana, O PT no poder. É possível um governo de esquerda? O PT no governo. É possível uma esquerda no poder?, que através do recorte metodológico centrado na idéia de democracia e governabilidade discute uma provável ruptura no modelo governamental de exercício do poder baseado no universo conceitual liberal-conservador e na prática de gestão administrativa orientada pelo mercado como tem sido a praxe nas últimas décadas no Brasil (p. 2-3).

²⁸Cf. R. J. Fontana. Op. cit., p.3.

externas, redefinindo os termos de sua inserção na chamada globalização, isto é, no âmbito da presente mundialização dos mercados sob a hegemonia imperial americana. Destaca que este era um elemento crucial presente na conjuntura eleitoral, e um indicador de uma certa polarização entre mercado e cidadania, ou de um descompasso entre mercado e urnas, pois “(...) o poder econômico e os mercados financeiros querem impor a continuidade, enquanto as urnas estão a exigir mudanças.”. E completa:

“(...) O povo brasileiro foi chamado a pronunciar-se diante de tais parâmetros, realizar sua escolha, tomar uma decisão momentosa e arcar com suas conseqüências. Não é pois fortuito que a chamada agenda econômica esteve no centro do processo eleitoral. Mais propriamente, correlacionou-se crise econômica e complexidade política.”²⁹ Portanto, concordamos com Fontana quando ressalta que o êxito eleitoral petista “(...) decorreu do fato de que Lula e o PT se aproximaram do centro e até da direita, numa palavra, tornaram-se moderados”,³⁰ embora não analise mais detalhadamente como isto ocorreu historicamente, o autor destaca, contudo, o fato de que a maioria do eleitorado votou em Lula por ter sido oposição orgânica e intransigente ao governo Fernando H. Cardoso. O que reforça o nosso argumento de Tese de que o “eleitor deu a vitória ao PT porque desejava mudança.”³¹

Portanto, Fontana conclui o seu pensamento, afirmando que em 2002 Lula tornou-se um candidato imbatível, liderando a disputa presidencial desde o início da campanha, com larga margem, e conquistando a vitória com mais de 52 milhões de votos, a mais expressiva votação da história republicana do país. E destaca dois aspectos importantes à análise.

Lembra, de um lado, que nem mesmo a tradicional elite brasileira sempre hábil em conter ameaças ao seu mando foi incapaz de deter o PT desta vez. Restou-lhe, por outro lado, aderir, em parte, na tentativa de mitigar os ímpetus mudancistas e transformadores associados ao projeto do PT, argumentando que “(...) setores do *establishment*, do empresariado à mídia, das forças armadas às oligarquias tradicionais, não tem faltado aliados e aderentes de última

²⁹Cf. R. J. Fontana. Op. cit., p. 4., que destaca que o PT é o primeiro grande partido brasileiro que rompe a tradição populista, forte no Brasil e na América Latina, contribuindo enormemente para o avanço de uma cultura e uma prática de cidadania, de participação política autônoma que incorpora largos segmentos das classes populares (p.7).

³⁰Cf. Folha de São Paulo, “Poder mostrou face real de Lula, diz Frei Betto”, 12 de fevereiro de 2006, sobre o lançamento do livro de 317 páginas, do amigo de Lula, teólogo e escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, intitulado “A Mosca Azul”, uma reflexão sobre política e poder, a partir de sua experiência no Planalto, no qual ironiza o fato de Lula considerar-se socialista no passado e ter afirmado na Presidência que nem de esquerda foi, afirmando que “o poder não muda as pessoas, faz com manifestem a verdadeira face.” No livro, Frei Betto afirma jamais ter ouvido nenhuma menção às palavras socialismo ou socialista nos corredores do Palácio do Planalto que freqüentou por exatos 687 dias, ressaltando que Lula abriu mão do comando da economia, adotou a política tucana, afastou-se dos movimentos sociais e não cumpriu as reformas que prometeu em campanha.

³¹Cf. R. J. Fontana. Op. cit., p. 26.

hora da vitória petista. Na impossibilidade de evitá-la, resta-lhes a perspectiva de domesticar o velho inimigo, diluir-lhe as propostas, esvaziar seus compromissos populares.”³²

A questão levantada acima pelo autor é fundamental para a compreensão da vitória de Lula em 2002. Neste sentido, procuramos aprofundar a tese de que o PT ao chegar a conquista do Planalto já não era o mesmo, assim como o próprio Lula, o mesmo se dando em relação ao seu ideário de partido, fato confirmado pelo programa de governo e referendado pela proposta de um “pacto social” elitista defendido pelo PT durante as eleições. Contudo, ressaltamos que este processo não é novo e teria começado há muito tempo atrás o que nos remete para o estudo do período da fundação do partido nos idos dos anos 1980.³³

A utopia eleitoral

No estudo, procuramos enfatizar que o PT foi controlado praticamente desde a sua fundação por um grupo de linha moderada, formado por sindicalistas, do qual fazia parte o próprio Lula, um punhado de intelectuais e membros da Igreja católica que haviam participado, inclusive, da luta armada, que convencionou-se chamar de “Grupo Articulação” (Grupo dos 113), mais tarde denominado de “Campo Majoritário”.

Os grupos mais a esquerda do partido, apelidados pela mídia como “radicais”, foram aliçados do poder ou expulsos do partido ao longo do tempo. A última investida nesta direção ocorreu em 2003 com a votação da Reforma da Presidência: Heloísa Helena (PSOL) foi a expressão mais acabada de um processo de expurgo que eliminou do partido algumas das suas tendências internas de esquerda, que passariam a constituir-se em partidos, a exemplo do PCO e do PSTU e do próprio PSOL.

Esta tendência à direita do PT ficou manifesta na composição do Ministério Lula, cujos cargos estratégicos da Administração, a exemplo do Ministério da Fazenda, Banco Central e Planejamento, foram destinados a tecnoempresários ou a membros do partido da mesma tendência moderada de Lula, o Campo Majoritário, como já falamos, a exemplo do

³²Cf.R. J. Fontana. Op. cit., p. 8-9.

³³Cf.R.J. Fontana. Op. cit., p. 10-11, que atribui essa mudança a conquista gradual e consistente de posições executivas e parlamentares o que trouxe PT de posições caracterizadamente de esquerda para o centro político, o que reforça o nosso argumento. Isto é, o PT passou de formulações radicais e clássicas da esquerda, primeiro para uma perspectiva de impulsionar um projeto de renovação do socialismo democrático, depois para uma proposta de “revolução democrática”, com tonalidades da social-democracia européia, próxima ao Partido Socialista Francês e SPD alemão, mas distante e descartando a Terceira Via de Blair. Em relação a este último aspecto, concordamos em parte com o argumento de Fontana, pois vamos procurar demonstrar com a Tese que esta guinada do PT em direção a posições liberais e de direita acabaria jogando o presidente Lula nos braços da Terceira Via.

Ministério da Fazenda, entregue a Antônio Palocci, ex-coordenador da campanha de Lula em 2002.

Lembramos, por outro lado, que as posições mais periféricas no governo foram reservadas aos ministros esquerdistas, os tidos como radicais” (muitos deles próximos a Lula, a exemplo de Olívio Dutra, Benedita da Silva e alguns outros), que passariam a ocupar postos em áreas sociais, mas que foram logo afastados dos cargos. Serviram como “moeda política” no jogo interno pelo poder, ou substituídos devido a não apresentação de “resultados” satisfatórios, ou seja, dividendos políticos mais imediatos. (Outros deixaram o governo e o PT devido a suspeitas de corrupção no bojo dos escândalos relacionados a crise institucional de 2005 a partir da CPMI dos Correios e do rumoroso caso popularmente conhecido como o escândalo do “Mensalão”).

Programa concebido para ser a vitrine do novo governo, mas que não conseguiria diferenciar-se de outras iniciativas assistencialistas e populistas nos moldes do programa Comunidade Solidária de Fernando H. Cardoso, com o seu coordenador e amigo de Lula destituído do cargo, o Fome Zero seria extinto e logo incorporado, ou melhor, pulverizado no âmbito de outras políticas assistencialistas do governo Lula, como o Bolsa Escola, Vale Gás, etc., depois transformado num único programa assistencial, o Bolsa Família.

O Programa de Governo lançado em 2002 defende uma ruptura com o modelo anterior³⁴ e durante a campanha presidencial Lula chegou a defender a extensão do Orçamento Participativo à esfera federal, reforçando a perspectiva social do seu governo e criticando a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda, responsável pela forte exclusão social.³⁵ Lula destaca em seu documento de campanha, que o aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais caracterizam a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais (“neoliberais”) que urge corrigir.³⁶

Lula defende, então, a “ruptura” com o modelo anterior de desenvolvimento econômico e social do período Cardoso, destacando a “transição” para o “novo” jeito petista de governo, destacando o fim das políticas liberais como diretriz básica de mudança. Afirma Lula em seu documento que “(...) o agravamento da vulnerabilidade de nossa

³⁴Cf. Programa de Governo 2002, Partido dos Trabalhadores, 23 de julho de 2002, 73 p., vide especialmente Introdução, p.2-6.

³⁵Cf. Programa de Governo 2002. Op. cit., p. 24-25.

³⁶Cf. Programa de Governo 2002. Op. cit., p. 26

economia não se originará da mudança do atual modelo econômico, mas sim da sua continuidade...”³⁷

Como pretendemos debater com a Tese, a ambigüidade de posicionamento de Lula em relação a intenção real e a promessa de campanha já estava presente nas suas manifestações públicas antes mesmo de assumir o governo, como fica claro no seu discurso logo após a vitória no primeiro turno³⁸ das eleições presidenciais no qual prega a continuidade do modelo econômico anterior ao mesmo tempo em que fala em mudança.

Sobre o compromisso com o povo brasileiro e as mudanças tão propaladas, Lula afirma em seu discurso que “(...) o povo brasileiro está hoje consciente e unido em torno da vontade de ter um País que volte a criar empregos, que diminua as desigualdades e amenize o sofrimento e as injustiças sociais. Essa foi a clara mensagem das urnas... O Brasil não passa por uma crise de confiança. Ao contrário, vivemos uma explosão de esperança. (...) O Brasil tem uma economia poderosa e um povo forte, que deseja mudar com segurança e responsabilidade”.

Ao mesmo, reafirma a sua intenção de manter os contratos e a política econômica anterior, enfatizando que “(...) foi com esse espírito de responsabilidade que lancei a ‘Carta ao Povo Brasileiro’, em junho passado [2002]. Foi também pensando no Brasil que conversei com o presidente Fernando Henrique Cardoso e tratei de forma sensata - ainda que com preocupação - o acordo selado com o FMI... [e] (...) sabemos que a atual crise nos mercados financeiros pode ser superada sem quebra de contratos...”³⁹ E reafirma este propósito, afirmando em outra ocasião que “(...) para que esse crescimento seja sustentável é preciso compatibilizá-lo com a consolidação da estabilização interna e o equilíbrio das contas externas.”⁴⁰

Portanto, no primeiro capítulo da Tese apresentamos os “Aspectos teóricos e metodológicos” a partir, principalmente, da contribuição de René Armand Dreifuss

³⁷Cf. Programa de Governo 2002. Op. cit, Programa de Governo,” Transição para o novo modelo tem como alvo o crescimento” p. 38.

³⁸Cf. Luiz Inácio Lula da Silva, UOL/Últimas Notícias, “Lula defende união por um Brasil mais justo”, São Paulo, 19 de outubro 2002.

³⁹Cf. Luiz Inácio Lula da Silva. Op. cit., 19 de outubro 2002.

⁴⁰Cf. Introdução ao documento intitulado “O Mercado de Capitais como instrumento do Desenvolvimento Econômico”, Comitê de Campanha de Lula/PT, 17/10/2002, lembrando que esta mesma idéia estava expressa no Programa de Governo de Lula, como mostra a passagem, a seguir:

“(…) Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais...Nosso governo vai criar um ambiente de estabilidade, com inflação sob controle e sólidos fundamentos macroeconômicos, para que a poupança

(1981,1986 e 1989), que forneceu importantes ferramentas do ponto de vista teórico e metodológico, além dos trabalhos de Eli Diniz e Renato Boschi (2000,2002) e Maria Antonieta Parayba Leopoldi (2000), que nos ajudaram a explicar os contornos do "neocorporativismo" brasileiro no processo de redemocratização do país e sua inserção na campanha dos candidatos em disputa em 2002.

O capítulo é complementado com a discussão em torno da noção de Grupo Econômico, a partir, sobretudo, da contribuição de Mark Granovetter (1994), Reinaldo Gonçalves (1991) e José Geraldo Portugal Júnior (1994), que nos permitiu entender a importância dos grupos financeiros, cuja hegemonia assume proporções sociais inegáveis no bojo da sociedade capitalista ocidental, como destacam François Chesnais (1996, 1998 e 2003) e Ary César Minella (1996; 2002), dentre outros. O capítulo termina com a tentativa da definição do que chamamos de Grupo Econômico de Comunicação a partir da contribuição de vários autores, debatendo também a concentração do setor, a partir dos trabalhos de Venício Arthur de Lima (1995, 1999) e Valério Cruz Brittos (2000), só para citar alguns exemplos.

No capítulo II, debatemos “As Entidades corporativas dos grupos de comunicação”, em complemento aos aspectos teóricos esboçados no capítulo anterior, adentrando já no debate eleitoral, a partir da análise dos Pivôs Ideológicos da mídia, com destaque para o levantamento empírico envolvendo a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira das Empresas Rádio e Televisão (ABERT) e seus vínculos políticos e partidários. O capítulo também debate a entrada do capital externo na indústria de comunicação do Brasil, com o apoio do PT, além de vincular o chamado “Proer da Mídia” com as eleições de 2002 e o governo petista.

O capítulo III, como o nome já deixa claro, debate o “Ano pré-eleitoral de 2001 e a definição das candidaturas”, também, mas não exclusivamente, com base no levantamento de dados, enfocando sobretudo a movimentação dos partidos em torno dos candidatos em potencial e ação da elite dominante na busca do candidato ideal. Este capítulo é complementado pelo capítulo IV, que trata das “Candidaturas situacionistas e a ‘Oposição’ confiável”, debatendo o fortalecimento da candidatura Ciro Gomes (PPS), que surgiu com uma possibilidade de “opção” a um possível malogro de José Serra (PSDB), traçando um perfil político e ideológico do candidato governista e a cruzada das elites em torno do seu nome.

nacional aumente e seja orientada e estimulada, através de taxas de juros civilizadas, para o investimento produtivo e o crescimento”. (Cf. Introdução, p.2-6).

Assim , com o capítulo V, “A ação estratégica das elites e o ‘enquadramento’ das oposições” , concluímos praticamente a análise da campanha presidencial de 2002, resgatando a tentativa de intimidação em torno do candidato petista, o *marketing* eleitoral, a ação política em torno da desestabilização das candidaturas de Roseana Sarney (PFL) e Ciro Gomes (PPS), além da análise do horário eleitoral gratuito e do enquadramento das oposições em torno do cumprimento dos contratos.

Por fim, no último capítulo (Capítulo VI), “A ruptura com os ideais do Socialismo e a continuação do modelo econômico”, debatemos a alianças do PT em 2002, a mudança de postura política em relação as suas bandeiras históricas e a primeira fase do governo Luiz Inácio Lula da Silva, com destaque para a política econômica continuísta de Antônio Palocci, que de certa forma encaminha para a conclusão da Tese, no que se refere ao significado político e sociológico da vitória das esquerdas nas urnas em 2002.

CAPÍTULO I

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O que é a ação política dos interesses dominantes? Quem realiza essa ação? O que é realizado? A primeira questão implica em lidar com definições e conceitos. A segunda nos remete ao âmbito dos agentes da ação coletiva, o que nos leva a tratar da sua emergência histórica, desenvolvimento e dos objetivos e funções precípuas. A terceira questão nos leva a abordar as tarefas e atividades específicas, e, o que é talvez o mais importante, relata e discute um pouco como fazem o que fazem. É um esforço, portanto, de entender como uma classe economicamente dominante se organiza estratégica e taticamente para desenvolver a ação política necessária e assegurar a consecução dos seus objetivos: a direção política e ideológica no duplo exercício gramsciano de força e autoridade, de dominação e de hegemonia, de violência e civilização.

É o que nos ajuda a pensar René Armand Dreifuss sobre a ação política das “Elites Orgânicas”¹ no Brasil e que nos inspirou na pesquisa a respeito do intrincado jogo pelo poder no país a partir da análise das eleições presidenciais de 2002. Luiz Inácio Lula da Silva garantiu a sua vitória através da coligação PT, PL, PC do B, PCB e PMN, alcançando quase 53 milhões de votos (61%), no segundo turno, em 27 de outubro. As questões que o autor levanta coincidem com algumas indagações que pretendemos responder ao longo da Tese em torno da vitória acachapante de Lula em sua quarta tentativa na conquista do Palácio do Planalto, analisando-se no bojo do processo eleitoral os atores em disputa, os programas de governo e a nova face da direita no Brasil sob a égide de um partido de esquerda.

¹Cf. R.A. Dreifuss, *A Internacional Capitalista: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional* (1918-1986), que trata da Teoria das Elites Orgânicas. (Cf. Cap. I, “Brevíssimas anotações conceituais sobre ‘Elites Orgânicas’”, p.21-31; vide, também, respectivamente: 1964: *A Conquista do Estado*, Vozes: 1981; *O Jogo da Direita na Nova República*, Vozes:1989).

Lembramos, por sua vez, que já tínhamos utilizado o conceito de Elites Orgânicas anteriormente (Cf. *Violência e golpe eleitoral*, Furb: 1995), que refere-se a um núcleo de vanguarda político-intelectual e a um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração, formado por uma elite composta por empresários e/ou tecno-empresários intelectuais, burocratas e militares, que deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade., transcendendo os seus limites de classe (Cf. *A Internacional Capitalista*, p. 24).

Dreifuss nos fornece importantes pistas e ferramentas metodológicas² para se compreender quem tem poder na sociedade brasileira e como os utiliza, que instituições sociais são mobilizadas visando a consecução de seus objetivos e a conquista de espaço, consolidando posições no biênio de 2001/2002, capaz de fornecer elementos para que possamos desvendar os meandros dessa ação política durante o processo eleitoral objeto de nosso estudo. A exemplo do que estamos interessados em demonstrar com a Tese, o autor debate as condições em que se realizam a (re) articulação das velhas e novas direitas no Brasil, cujos personagens já são bastante conhecidos, mantendo laços estreitos com as estruturas organizativas que deram forma ao movimento autoritário e de transição para a democracia. No entanto, surgem novos atores que são incorporados as forças políticas de direita no Brasil, bem como criam-se organismos de representação empresarial e formas de atuação até então ausentes no seu interior, que passam a enfrentar as lideranças surgidas no campo das esquerdas, estes últimos unidos no processo de organização das camadas populares a exemplo de Leonel de Moura Brizola, Lula, CUT, MST, etc.

Para efeitos de nossa pesquisa, queremos destacar que a ação política dominante se desdobra em diversos tipos de operações, a partir da ação de vários agentes ou grupos, tais como o uso da coação e da intimidação por parte do Estado, a exemplo das estratégias levadas a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso durante a campanha presidencial de 2002. É só (re) lembrar as manobras governistas diante da iminente vitória oposicionista de Lula, vinculando a candidatura petista ao cenário de caos econômico e político montados em torno do não cumprimento dos contratos e do “calote” da dívida. Este fator serviu de mote para toda sorte de especulação financeira nas Bolsas, escudada no sobe e desce das pesquisas eleitorais durante a fase “quente” da campanha eleitoral, quando chegou-se a criar até um “lulômetro” para medir os humores do mercado. Como resultado desta estratégia de direita os partidos de esquerda foram “obrigados” a ter que respaldar a ida do Brasil ao FMI, sufragando a agenda oficial neoliberal de Pedro Sampaio Malan/Armínio Fraga.

Lembre-se das manobras táticas efetuadas pelos grupos empresariais e partidários através dos meios de comunicação num trabalho cotidiano de propaganda ideológica e de criação de um cenário de intimidação coletiva. São exemplos desta ação, a veiculação de matérias a respeito do eterno preconceito contra o candidato petista por não ter diploma de

²Cf R. A. Dreifuss, *O Jogo da Direita*, especialmente os dois capítulos chaves do ponto de vista metodológico, “À guisa de prefácio”, p. 9-23, e a “Introdução”, p. 25-45. Lembramos que a nossa pesquisa transcende a análise meramente conjuntural, pois estamos preocupados em explicar o processo eleitoral de 2002 com o intuito de compreender a estrutura de dominação no Brasil. Por isso achamos que algumas noções, trabalhadas nesta obra em particular, são extremamente úteis à análise.

curso superior ou devido as suas posições “radicais”, bem como a campanha de desmoralização das demais candidaturas de Oposição. Vide o trabalho do jornal O Globo e da Rede Globo de Televisão contra o candidato Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira (PSB) e as matérias de capa das revistas nacionais desfavoráveis aos presidenciais e do noticiário da imprensa, de maneira geral, contra o candidato Ciro Ferreira Gomes (PPS), conforme iremos demonstrar ao longo da Tese.

Segundo o presidenciável do PSB, a imprensa foi tendenciosa na cobertura das eleições. Anthony Garotinho utiliza a palavra “total” para enfatizar que todos os grandes veículos foram “governistas” em 2002, “todos abraçando a candidatura do senhor José Serra”, enfatiza. Para Anthony Garotinho, havia “uma campanha aberta dos veículos de comunicação em favor da candidatura Serra”. Houve um cerceamento em torno de duas candidaturas e havia “uma boa vontade com o Lula impressionante”, assim como havia “uma nítida tentativa de prejudicar a minha candidatura e a de Ciro”³, destaca. O ex-governador Anthony Garotinho é um caso exemplar da ação político-eleitoral da família Marinho das Organizações Globo contra um candidato das Oposições às eleições presidenciais, cujo trabalho iniciou no ano pré-eleitoral de 2001 através de denúncias de corrupção envolvendo loterias e contratos suspeitos, e que prosseguiria durante a campanha eleitoral um ano após (principalmente por erro de avaliação do próprio candidato, segundo admitiu em 2002).

Para Anthony Garotinho, o motivo da “ira” dos Marinho fora a prisão do cineasta e videoprodutor João Moreira Salles, da família que controla o Grupo Unibanco, por porte de drogas pela polícia do Rio de Janeiro, que buscou proteção na “Vênus Platinada” do Jardim Botânico, como é conhecida a principal empresa da família de Roberto Marinho.⁴ Para o presidenciável do PSB, a partir da prisão do cineasta carioca a Globo não deu mais trégua. Foram mais de cinco edições consecutivas de reportagem de capa, com manchetes garrafais em O Globo, bem como reportagens sensacionalistas veiculadas pelo Jornal Nacional (JN). Segundo o noticiário, Anthony Garotinho era acusado de fraudar sorteios de carros no programa “Show do Garotinho”, na rádio Tupi e na TV Bandeirantes, e de tentar subornar um fiscal da Receita antes de se tornar governador, de acordo com conversas telefônicas gravadas

³Cf. Folha de São Paulo, “Garotinho diz que, se eleito, bancos perdem”, de 16 de agosto de 2002, que traz longa entrevista com o presidenciável do PSB.

⁴Cf. Folha de São Paulo, op. cit., na qual Anthony Garotinho comenta sobre a divulgação de gravações de conversas telefônicas pela polícia do Rio, envolvendo o traficante Marcinho VP e o cineasta João Moreira Salles. Garotinho lamenta o tratamento diferenciado dado ao cineasta, que chegou a ser condenado, mas a pena limitou-se apenas ao ensino de cinema na favela.

de maneira clandestina entre os anos de 1995 e 1996 por seu ex-sócio e dono de imóveis, o empresário e fazendeiro Guilherme Freire⁵.

Contudo, em que pese todas as dificuldades, com uma estrutura pobre de campanha e sem nenhum apoio financeiro de peso, Anthony Garotinho não aceitou a tese de renunciar a favor do candidato petista no primeiro turno, e não decepcionou nas eleições. Chegou a ultrapassar o candidato do PPS, Ciro Gomes, este último bastante desgastado na reta final da campanha presidencial, conseguindo obter a terceira colocação no primeiro turno, ficando somente atrás do candidato José Serra (PSDB), que disputou e perdeu a eleição para o candidato petista de maneira fragorosa.

Portanto, a ação política eleitoral dos donos de mídia nas eleições presidenciais de 2002 precisa ser melhor compreendida, sobretudo no que se refere ao papel político que exerceram neste pleito em particular, como pretendemos demonstrar. A mídia eletrônica exerceu um papel fundamental em 2002 ao dar grande “visibilidade” ao pleito, tendo como principal característica o “enquadramento” das esquerdas, particularmente o PT, no compromisso eleitoral de honrar os contratos. Isto amarrou as candidaturas de esquerda aos objetivos estratégicos da elite dominante e aos interesses dos grandes grupos privados nacionais, de uma forma geral, sobretudo na defesa da continuidade da política econômica e social conservadora de Fernando Henrique Cardoso.

Em que pese o “transformismo”⁶ político do PT, pois Lula promoveu uma política de alianças de cunho altamente elitista em 2002, visando a conquista do poder. O PT realizou um amplo trabalho de “aproximação” com os grandes grupos econômicos e financeiros do país,

⁵Cf. Folha de São Paulo, 07 de julho de 2002 e também edição do mesmo jornal paulista de 11 de julho de 2002.

⁶Cf. Bobbio, Norberto, Dicionário de Política, p. 1259-1260, termo atribuído ao período da história italiana após a Unificação, ocasião em o líder de esquerda Agostinho Depretis, em discurso eleitoral pronunciado em 1876 após a chegada ao poder, propõe um governo de conciliação nacional com o apoio da direita histórica que governara o país, com propósitos claramente reformadores, visando tranquilizar a opinião pública moderada. A seguir, o termo Transformismo adquire conotações negativas e se traduz na prática para indicar um novo tipo de praxe parlamentar, que consistia numa contínua mercadagem de votos entre a maioria e a oposição, na corrupção elevada à condição de recurso fundamental, na freqüente passagem de homens políticos de um setor parlamentar para outro ou de um partido para outro, na incapacidade em estabelecer-se alinhamentos definidos e compactos, maiorias estáveis e oposições responsáveis.

O historiador britânico Perry Anderson (Cf. Folha de São Paulo, 10/11/2002), foi o primeiro a alertar sobre isso em relação ao PT, ao comentar sobre o significado histórico da vitória de Lula em relação ao clima de expectativa popular em torno das mudanças. Para Perry Anderson, pesava contra Lula a paisagem econômica devastada, sendo que já antes de assumir o poder, o PT se comprometeu a respeitar os termos severos ditados pelo FMI, destacando também o peso da tradição cultural que se fariam sentir sobre os agentes de qualquer renovação.

Segundo o historiador, “muito mais ainda do que a Itália, que lançou o conceito para o mundo, o Brasil é por excelência o país do ‘transformismo’, a capacidade que possui a ordem estabelecida de abraçar e inverter as forças transformadoras, até que fica impossível distingui-las daquilo que se propunham a combater. É o lado sombrio da incomparável cordialidade brasileira. O ‘paz e amor’ é, por antecipação, um vocabulário de ingestão e derrota. Uma causa pode sobreviver a um slogan, mas, sem slogans melhores do que este, as pressões objetivas não vão demorar a esmagar os desejos subjetivos”.

englobando naturalmente a mídia controlada pelo grande capital e os setores conservadores das elites brasileiras, alterando radicalmente o conteúdo programático de corte socialista e esquerdista defendido pelo partido ao longo de sua história, trabalho este que não começou e nem terminou em 2002, como pretendemos expor através do estudo.

Portanto, imbuído deste propósito mais amplo é que nos propomos a demonstrar com a pesquisa os contornos da nova direita no Brasil, lembrando que hoje em dia nos defrontamos com o surgimento de outras estruturas de organização no seio do empresariado nacional, que agora passa agir politicamente de maneira aberta. Esta atuação não ocorre mais como antigamente apenas nos porões palacianos, mas ganha novos contornos através de novas entidades, com atuação política e maneira também diferente de organização em relação as antigas formas e estruturas corporativas sindicais.

1.1 A face da “nova” velha direita no Brasil

Um direita remoçada emergiu com a Nova República, com um modelo recém – testado de fazer política. Seus líderes haviam trocado os bastidores pelo centro do palco, alguns até como estrelas do jogo político. De membros discretos de institutos como o IPES⁷, capazes de atuar na penumbra -, como José Ermírio de Moraes -, os homens da indústria haviam se transformado em protagonistas da disputa – como foi o caso de Antônio Ermírio de Moraes, filho de José Ermírio, dono do Grupo Votorantim. Agora passam a participar da arena política, muitos foram candidatos em eleições para governador e prefeitos e galgaram a ocupação de espaço no novo cenário político com a redemocratização do país, em que pese a manutenção de instâncias e maneiras privilegiados de acesso ao poder constituído.⁸

Mas a marca registrada das transformações do período republicano brasileiro é ainda a da transição social e política morosa e arrastada, imediatista e preservadora de conteúdo, com um constante realinhamento político conservador, apoiado no transformismo institucional e escorado na intervenção corretiva, geralmente administrativa (burocrática-partidária), policialesca ou manipulativa de opinião pública e, muitas vezes, por via militar. O realinhamento político conservador é da própria essência das elites dominantes brasileiras e tem sido a marca registrada de sua prática e do processo político por elas encaminhadas ao

⁷Cf.R.A. Dreifuss, 1964: A conquista do Estado, p. 161-227.

⁸As formas de representação política da elite empresarial oscilou e oscila ainda nos dias de hoje desde a forma corporativa instituída pelo Estado, passando por mecanismos de representação autônoma de interesses. A este respeito ver: Renato Boschi, Eli Diniz e Fabiano Santos (2000), Eli Diniz e Renato Boschi (2002) e Maria

longo do século XX e início do novo milênio. Por isso, concordamos com Dreifuss⁹ quando afirma que foram as elites e não a população, repetidamente reprimida, golpeada e marginalizada por intervenções políticas, administrativas e militares, que fizeram das instituições políticas e administrativas uma intrincada rede de aparatos, mecanismos e recursos de poder e um conglomerado de privilégios a serem usufruídos. Criaram, enfim, um estado de manipulação administrativa, que foi imposto às camadas subalternas, constituindo-se um particular e excludente clube civil dominante, encastelado na Associação Política de elites, e compondo uma sociedade Política Dominante, que a coloca como ordenadora do “estado de coisas” e como dirigente das coisas públicas.

A convergência elitista dominante impede que o próprio estado de dominação se transforme em estrutura ideológica-política da sociedade e, portanto, em Estado plural. Impede não só a dissimulação das relações de dominação, mas também a sua superação. O Estado fica reduzido a uma mera expressão do estado de dominação em que se encontra a sociedade civil-popular. O Estado cruamente elitista deixa nua a vil estrutura social existente, refletindo-a e condensando-a. Mas expressa, também, o não-desenvolvimento pleno das classes sociais populares e a não consolidação dos segmentos sociais subordinados e subalternos como classes completas. Ainda perduram formas de aglutinação populistas e clientelistas e de desarticulação arcaicas¹⁰, lado a lado com as primeiras formas modernas de atomização. Essa contraditória miscelânea de posturas e valores políticos, culturais e ideológicos, faz do brasileiro um raro espécime conservador/vanguardista, moralista/libertino, militante/apático, reacionário/avançado¹¹, que permite vãos em direção a ídolos coloridos pela novidade, inconsistência e pela falta de compromissos ostensivos, que induz ao aconchego dos salvadores e homens providenciais, ou leva à busca de refúgios mitológicos.

Em suma, trata-se de uma sociedade civil irrealizada e já absorvida pela Sociedade Política Dominante¹². Enfim, uma cidadania em gestação e truncada e uma individualidade

Antonieta Parayba Leopoldi (2000), que vamos tratar mais a frente, com ênfase nas associações corporativas dos média.

⁹Cf. R.A. Dreifuss, *O Jogo da Direita*, À guisa de prefácio, p. 16-17.

¹⁰Cf. José de Souza Martins, *O Poder do Atraso* (Hucitec: 1999), que reforça o argumento do autor.

¹¹Cf. R.A. Dreifuss, *Op.cit.*, p. 17.

¹²Cf. R.A. Dreifuss, *O Jogo da Direita*, Introdução, p. 25-45, vide particularmente as noções de “Sociedade Política Armada” e de “Sociedade Política Desarmada”, como componentes da Sociedade Política Dominante, destacando que no âmbito da Sociedade Política Desarmada, forma-se um “sub-grupo”, que ele denomina de “Sociedade Política Empresarial”.

Portanto, para o autor, no dia-a-dia, a mistura da ação planejada com a relação de comando e pronta resposta - geralmente explosiva e muito eficaz - costuma localizar-se na (s) ou no: a) Forças Armadas, por sua natureza de Sociedade Política Armada, que engloba inclusive os seus familiares, incorporados à “sociedade” militar e outras entidades afins (p.25 e p.26-33); b) Governo, que por sua absorção do Estado e dos recursos de ação da máquina gerencial (p.25-26); c) Empresariado, por seu caráter de classe, isto é, por sua autoconsciência

anômica – sem leis, normas ou regras de organização. A associação civil política de elites é que tem dada o tom ao conjunto da sociedade. Ela o faz, transmutada em Sociedade Civil Política e sintetizada como Estado da sociedade nacional dominante, encampando, coibindo ou desagregando corretivamente e reprimindo a incipiente rede de associações, valores, normas de comportamento e instituições civil-populares independentes, que visam gerar uma Sociedade Civil Popular. A encampação desta sociedade civil-popular em gestação se dá pelas práticas e mecanismos que as elites econômicas constituíram em Sociedade Política com outras instâncias burocráticas regionais e estatais, para preservar o estado de dominação em que se encontra a sociedade.

O único agrupamento social - verdadeiro arquipélago de vontades particulares e coletivas - a constituir sua Sociedade Política Popular, isto é, seu partido, foi o movimento popular surgido de reivindicações sócio-democráticas na São Paulo da década de 1970¹³, aliado a militantes político-sindicais e comunitários espalhados pelo país afora. Mas para transcender limites corporativos classistas, no discurso e na prática política, este partido-movimento deverá se ver na iminência de encaminhar seus esforços para a construção de uma Sociedade Civil-Popular. Isto é, terá a necessidade de criar um movimento societário pluralista de transformação do estado de coisas, para então redirecionar as “coisas” do Estado através de um governo renovador de reconstrução nacional¹⁴, tarefa que mostrou-se demasiadamente grande para o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva.

1.2 As elites orgânicas e seus pivôs políticos - ideológicos

Com o objetivo de compreender o papel da chamada Sociedade Política Dominante no contexto da vitória de Lula em 2002 e o significado do próprio PT neste bojo, além da Teoria de Elites Orgânicas¹⁵ na qual destacamos a noção de “pivôs políticos” ou pivôs político-ideológicos (vide mais a frente), incorporamos à análise a Teoria de Grupos Econômicos¹⁶,

coletiva, pelo discernimento claro dos seus interesses de conjunto não-negociável e de suas necessidades fundamentais. (p. 26 e p.40-44).

¹³Cf. R.A. Dreifuss, O Jogo da Direita, À Guisa de Prefácio, p. 18-19. Sobre a importância social e política do movimento operário do ABC do qual emergiu a figura carismática de Lula e o Partido dos Trabalhadores, vide Maria Helena Moreira Alves, Estado e Oposição no Brasil, (Vozes:1985), cap. VIII, p. 225-314.

¹⁴Cf. R.A. Dreifuss; Op. cit., p.18-19.

¹⁵Cf.R.A. Dreifuss, A internacional Capitalista, p.21-31, que inclui também as noções de “Poder Político”, “Ação Política” e de “Estratégia” e “Tática Política”, igualmente já trabalhadas por nós anteriormente (cf. Violência e Golpe Eleitoral, 1995).

Mas para uma clareza maior desses conceitos, ver A Internacional Capitalista, páginas 29-30, respectivamente, notas 2, 3, 4 e 5.

¹⁶À grosso modo, por hora, compreendemos a noção de Grupo Econômico como *locus* de poder, com particular ênfase na sua dimensão financeira, vide a este respeito os estudos de Mark Granovetter (1994), Reinaldo

além da contribuição de Renato Boschi, Eli Diniz e Maria Antonieta Parayba Leopoldi sobre as formas corporativas de representação política (conforme já citamos em nota anteriormente).

A elite orgânica, enquanto estado-maior, estabelece a mediação entre a estrutura da classe dominante e o conflito de classe – desenvolvendo a diplomacia privada e a política efetiva em contraposição à oficial e pública. O que implica na consolidação de uma liderança de classe dominante numa “frente móvel de ação”¹⁷, mais ampla que a primeira, que viabiliza a inserção político-ideológica, a comunicação social dos projetos particulares classistas e sua conversão em demandas gerais, sociais, nacionais ou de simples senso comum. A tarefa política da elite orgânica no conflito de classes, frente às classes subalternas, inclui o combate ideológico em nome do interesse geral nacional ou da manutenção dos parâmetros naturais da sociedade, através dos mais diversos canais e mecanismos, dos vários recursos e áreas táticas (da pressão à coerção, da cooptação ao aliciamento, do confronto de idéias ao exercício da autoridade).

Dreifuss explica que certos quadros dirigentes do empresariado no bojo do processo de transição do autoritarismo à democracia no Brasil começaram um esforço persistente para reativar ou criar organizações empresariais, tendo em vista a necessidade de continuar a influir nas decisões do governo, só que numa situação pluralista e de jogo aberto, isto é, participando de eleições democráticas e se preparando para enfrentar novos desafios. Neste sentido, a intenção dos empresários com maior visão política era criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação patronal, não somente envolvidos com análise, consultoria e *lobby*, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista. Pretendia-se, que funcionassem como instâncias das quais uma formação política mais ampla – uma classe, um bloco, uma coligação de forças, à qual pertencem e, em última instância, orientam e estimulam – fosse capaz de retirar sua referência ao alterar posições e modificar a sua situação na correlação de forças. Enfim, como pivôs de poder e ação política.

Neste sentido, compreende-se os pivôs político-ideológicos¹⁸ não como instrumentos estratégicos nem de projeto político, mas conjunturais e de alcance tático-operacional. E sua função é desenhar cursos de ação imediata, discernindo meios e métodos, apoiando e

Gonçalves (1991), José Geraldo Portugal Júnior (1994), Alexandre Comin; Francisco de Oliveira et.all (1994), Ludovico Alcorta (1992), Ary César Minella (1996; 2002), dentre outros.

¹⁷Cf.R.A. Dreifuss, O Jogo da Direita, capítulo II, item “Eixos de poder e frentes móveis de ação”, p. 115-118, quando ressalta que as frentes móveis para a ação política, são assim denominadas pelas características de sua composição ideológica, tipo de recrutamento, organização e atuação: enfim, verdadeiros protótipos de estados-maiores e elites orgânicas, vide p. 116.

¹⁸Cf.R.Armand. Dreifuss, Op. cit., p. 117 e item pivôs- político-ideológicos, p.49-50.

escorando os giros e evoluções ideológico-políticas de sua categoria social. O papel dos pivôs político-ideológico é agir como responsáveis pelo estabelecimento de pontes móveis e fixas entre si, dando lugar a eixos (eixos de poder político), alinhamentos e frentes (que podem incluir as direitas tradicionais e conservadoras) e até retrógradas (refere-se ao antigo regime autoritário), além das novas direitas: desdobradas em organizações com feição renovadoras-reformistas, modernizante-conservadoras, reacionárias e imobilistas, que procuram, na medida do possível, definir áreas de responsabilidade conjuntas, de cunho propagandístico, econômico, eleitoral, etc., por si só ou em convergência com outros eixos, alinhamentos e frentes. Estes eixos, frentes e alinhamentos também nascem para acompanhar e condicionar o processo político mais amplo, que inclui o relacionamento com o governo estatal, o sindicalismo, parcelas escolhidas do público em geral e a mídia.

A partir dessas noções conceituais podemos compreender os dias de hoje, sobretudo quando percebemos que dentre os objetivos dos eixos e frente móveis situam-se as ações de formulação constitucional, de esvaziamentos dos agrupamentos partidários de esquerda ou da sua neutralização, e de recomposição de um núcleo operacional partidário, capaz de sustentar uma ação política em termos civis e congressuais, no marco de uma sociedade pluralista e democrática. Além disso, esses agrupamentos e eixos podem se situar no campo das ações de contenção dos ímpetus reformistas de alguns setores do governo federal no campo da domesticação global deste; sem contar ações de neutralização sindical e de adormecimento da opinião pública o que redundará numa ampla operação de modelamento político-ideológico.¹⁹

Em 2002 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), só para citar alguns exemplos, constituíram-se em um eixo de poder em torno da constituição de uma agenda comum em prol do setor produtivo nacional, defendendo um projeto de industrialização para o país, e que foi apresentado aos candidatos durante a campanha presidencial. O mesmo aconteceu com o mercado de capitais, através do grupo de trabalho constituído em torno do PT, com a participação da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), reunindo um gama enorme de instituições financeiras a partir do chamado Plano Diretor do Mercado de Capitais.

¹⁹Cf. R. A. Dreifuss, capítulo II, item “Eixos de poder e frentes móveis de ação”, p.116, que explica que os pivôs ideológicos podem transformar-se em eixos de poder, exemplificando com o surgimento do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), constituído em fevereiro de 1987 por um grupo de importantes empresários em prol da candidatura de Fernando Collor de Mello, congregando diversas entidades (pivôs ideológicos), com participação de entidades sindicais. (p.156). Portanto, eles têm um caráter estratégico no âmbito de uma campanha, configurando-se como possíveis embriões de blocos de poder, que podem, por sua vez, desembocar na formação de comandos unificados para a ação conjunta, ou de futuros estados-maiores.

Por último, lembramos que os eixos de poder também podem trabalhar de maneira associada com outros eixos de poder, formando os eixos de poder operacionais, considerando ainda que eles tem a função de desestabilizar e utilizar da propaganda para esvaziar o conteúdo da ação de classe do oponente. Como modelos, Dreifuss cita, por exemplo, os eixos empresarial-militar, empresarial-sindical, empresarial-partidário, empresarial-partidário-sindical e empresarial-militar-sindical. Sua função é de realizar ações intermediárias, que sustentam uma campanha mais longa e fora do âmbito imediato, como a sustentação de um “pacto social”, escorado por barragem da mídia, a exemplo do esforço em torno da proposta de pacto social de Lula, que englobou uma gama variada de setores da direita conversadora do país, envolvendo os meios civis, políticos e militares, além da própria mídia.

Podemos citar também como exemplo a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), envolvendo o eixo empresarial-sindical, como mostraremos com a nossa pesquisa, que contou com a participação do chamado “sindicalismo de resultados”, através da adesão de parte da direção da Força Sindical (Luiz Antonio Medeiros), da CUT e do empresariado do setor industrial e financeiro nacional. Poderíamos ainda citar a articulação entre os partidos com a área militar, simbolizada nas eleições de 2002 pelo complexo ESG/ADESG e seu apoio velado à candidatura vitoriosa do PT. Por último, o eixo de poder empresarial-partidário, que envolveu, de maneira geral, os partidos em disputa, com destaque para a formação de vários pontes móveis de apoio no seio empresarial, bem como a participação direta de alguns dos seus representantes no comitê eleitoral do PT.

1.3 Formas corporativas de interesse e o contexto eleitoral

A seguir, analisamos as formas de representação corporativa do empresariado naquilo que convencionou-se chamar de “Estado empresarial”²⁰ brasileiro e que nos permitem explicar o fim do apoio de parcela significativa da classe patronal ao governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como a sua adesão às candidaturas de esquerda em 2002. Neste sentido, as obras de Maria Antonieta Parahyba Leopoldi (2000)²¹, juntamente com os estudos

²⁰Cf. Renato Boschi, Eli Diniz e Fabiano Santos, *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, 2000, p. 75-76.

²¹Cf. Maria A. P. Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*, 2000, p.294-295; p.296-298; p. 301-3003 e p. 304. Em resumo, Maria A. P. Leopoldi apresenta uma periodização (p.294-304) bastante sucinta sobre a evolução do sistema corporativo brasileiro, constituído: a) por entidades de representação de interesses, sistema agora transformado em semicorporativo (CNI, federações e sindicatos) e pelas entidades que ficam fora desse sistema semi-oficial (as associações paralelas, autônomas) e mais uma grande quantidade de entidades ligadas a pequenas, médias e microempresas (p. 303); b) organizações de mobilizações, que formam-se em conjunturas políticas de crise de

de Renato Boschi (1979) e Eli Diniz (2002), entre outros, ajudam a entender o contexto político e econômico em que se estrutura o Estado brasileiro na sua relação com as diferentes classes sociais em conflitos, fornecendo elementos importante para se pensar o papel das Oposições numa perspectiva democrática.

O principal objetivo de Maria A. P. Leopoldi é descrever e analisar a atividade dos industriais com o objetivo de construir suas associações de classe e sensibilizar os governos para suas reivindicações e analisar o conteúdo dessas reivindicações, voltadas principalmente para a obtenção de medidas protecionistas²², como a regulação tarifária seletiva das importações, o incentivo ao parque manufatureiro interno e o controle cambial.²³ Teses que serão discutidas e incorporadas aos programas dos candidatos às eleições presidenciais de 2002, inclusive os de Oposição.

Em relação ao período que nos interessa mais de perto, Eli Diniz e Renato Boschi afirmam que houve uma mudança no perfil e forma de organização do empresariado justamente a partir da instalação do governo de Fernando Henrique Cardoso.²⁴ As reformas e seus impactos estruturais tiveram conseqüências no plano da composição e das estratégias de ação coletiva das elites empresariais. Entre os fatores que impulsionaram tais transformações, sobressaem a abertura comercial das décadas de 1980/1990 – e também o programa de privatizações que teve maior intensidade no final da década de 1990 – sobretudo no contexto da sobrevalorização do Real, da manutenção da estabilidade monetária, com efeitos na

transição política, que demandam uma atuação específica e que vão além do setor industrial, caracterizando-se como uma coalizão política, que envolve o empresariado local e estrangeiro, quase sempre ligado aos grandes grupos econômicos; c) os *think tanks*, instituições civis, com o objetivo de pensar novos referenciais setoriais e globais que orientem a nova política industrial e até mesmo a política macroeconômica do governo (Cf. Ipes e, mais recentemente, o Iedi, além do Instituto Atlântico e o Instituto Liberal), p. 304.

²²Cf. Maria A. P. Leopoldi, Op.cit., p. 20-21, cuja discussão assume atualmente um outro caráter com a preocupação com a questão da inclusão social, das formas de aquisição e regulação da propriedade (urbana e rural, pública e privada), e uma crítica ao modelo Keynesiano e ao *ethos* desenvolvimentista que vigorou no país de 1930 aos 1970.

²³Cf. Renato Boschi, *Elites Industriais e democracia*, 1979, p.53-54, que destaca a participação “burguesa” referente às condições para a acumulação de capital no Brasil: a) legislação trabalhista; b) à intervenção estatal na economia; c) as posições frente ao capital estrangeiro e a transferência de tecnologia.

²⁴Cf. Renato Boschi, Eli Diniz e Fabiano Santos, *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, 2000, que adotam uma postura crítica em relação a reconquista das prerrogativas do Congresso Nacional no pós-autoritarismo, pois ela veio acompanhada de outro autoritarismo muito mais sutil e não menos danoso, que foi o uso abusivo das medidas provisórias, sem contar o uso do *lobby*, que retomou com força total.

Isso não significa dizer, contudo, que aquela velha fórmula do “assalto” direto ao Executivo tenha acabado. Muito pelo contrário, o contato direto com as agências e personalidades do governo, inclusive, com contatos sociais e informais com burocratas, assim como almoços e jantares com o próprio Presidente da República, permaneceram vivas como nunca. Um dado interessante refere-se ao comportamento do Presidente Fernando Henrique, que adotou formas “seletivas” ao receber e atender as demandas dos setores patronais e de trabalhadores, com a marginalização deste último.

recomposição da propriedade das empresas, expressa no grande número de falências, fusões e aquisições, deslocando o capital doméstico em favor do capital estrangeiro.

Tudo isso provocou um quadro de grande instabilidade e hostilidade por parte dos diferentes segmentos sociais, que começam a dar sinais de esgotamento. Surgem no horizonte o primeiro sinal de rachadura na coalizão empresarial e política de sustentação do governo Fernando Henrique, sem, contudo, significar uma ruptura com o modelo econômico. O que se pretendia, como já assinalou Maria A. P. Leopoldi, era maior proteção ao parque industrial nacional, em detrimento das vantagens oferecidas ao setor financeiro. Este quadro configuraria o cenário no qual iriam se dar as eleições de 2002.

Segundo Eli Diniz e Renato Boschi, ao comentar sobre as estratégias de desenvolvimento nos anos 1990, implementadas pelo Estado e a inserção empresarial neste contexto, observou-se um consenso em torno da importância da estabilização econômica, percebida pela totalidade dos entrevistados como um ganho do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas em relação às reformas orientadas para o mercado, o que predominou foi uma atitude crítica quanto ao ritmo e à forma de execução. E esses erros de execução seriam responsabilizados pelas dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras, submetidas a uma profunda reestruturação sem o respaldo de políticas governamentais eficientes, capazes de conduzir a uma adaptação equilibrada e gradual. Esta lacuna explicaria o impacto destrutivo sobre o setor industrial, explícitos em alguns indicadores: fechamentos de empresas, falências, fusões, etc., conforme já falamos acima, além da desnacionalização da economia e o aumento da vulnerabilidade externa, sobretudo entre 1995 e 1998, incidindo em alguns setores, como têxtil, autopeças, produtos eletrônicos, etc. O ramo da comunicação chegaria ao final do período da década de 1990 registrando altos índices de endividamento (no capítulo II).

Renato Boschi e Eli Diniz lembram, contudo, que "esta avaliação negativa não se traduziu num movimento de resistência organizado. Ao contrário, as principais entidades empresariais, através das declarações e das ações de suas lideranças mais expressivas, mantiveram o apoio à agenda governamental. O êxito do Plano Real garantiu a unidade do conjunto da classe em torno da estabilidade da economia, a despeito do sacrifício imposto a alguns setores, desencorajando as manifestações de dissidência e isolando os mais descontentes".²⁵ Mas ressaltam que este quadro mudaria nos últimos anos da década de 1990, quando surgem os primeiros indícios de uma ruptura do consenso em que se sustentou o

²⁵Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, *Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento : Balanços e Perspectivas*, 2002, p.15.

primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e essas divergências na coalizão dominante manifestam-se em diferentes níveis:

a) no círculo governamental, a corrente liberal-desenvolvimentista se fortalece, sob a liderança de algumas figuras de peso, como o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e o próprio José Serra, candidato à sucessão de Fernando Henrique;

b) para além da burocracia governamental, no meio empresarial, observa-se também importante fissura no apoio do conjunto da classe às políticas liberais.

Neste sentido, Renato Boschi e Eli Diniz argumentam que tal cisão veio a público durante o ano eleitoral de 1998, numa conjuntura marcada pela proposta de continuidade pela via da reeleição de Fernando H. Cardoso, debatendo-se em torno da necessidade de uma redefinição de rumo que favorecesse a indústria nacional e de uma redefinição de prioridades, tendo a frente a FIESP e o IEDI e por um grupo recém-criado, integrado por oito organizações empresariais (pivôs ideológicos), o Movimento Compete Brasil (eixo de poder político)²⁶, marcando pela primeira vez um esforço de resistência conjunta. O empresariado constata que só a estabilidade não basta, impondo-se uma drástica reorientação, tendo em vista um projeto de mais longo prazo. A abertura indiscriminada, juros altos e sobrevalorização da moeda teriam criado um ambiente altamente favorável aos interesses financeiros em detrimento dos interesses industriais, privilegiando ainda o capital estrangeiro em detrimento do capital doméstico, o que teria também implicações negativas para o conjunto da economia, ao gerar estagnação e altas taxas de desemprego.

Desta forma, estariam esgotadas as condições para a permanência da política de estabilização como prioridade. A preocupação unilateral com o controle da inflação a qualquer custo, associada ao ajuste fiscal a qualquer preço teria conduzido o país a um impasse, ao abolir o crescimento e inviabilizar de fato uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Além disso, faltaria no governo um espaço institucional no qual tais propostas pudessem ser discutidas e para o qual pudessem confluir as expectativas de mudança.²⁷ Caldo propício para o surgimento de uma candidatura de “oposição” favoráveis a esses ideais. Tarefa encampada tranqüilamente pelo candidato petista, conforme mostra a análise de seu programa de governo em 2002 e como mostraremos através da Tese a partir da mudança de postura de Lula, que abandona os ideais de esquerda e passa a ser uma opção confiável para os setores de elite.

²⁶Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, Op.cit., p. 15-16.

²⁷Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, Op. cit., p.16.

Cria-se no período o Ministério da Produção, logo transformado em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com vistas alavancar o crescimento, mas agrava-se ao mesmo tempo o quadro internacional - moratória da Rússia, negociação de novo pacote de US\$ 41 bilhões com o FMI, nas vésperas da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, suspeita de irregularidades no processo de privatizações -, provocando mudança da política econômica: elevação do superávit primário para 3,75%; substituição do regime de câmbio fixo pela liberdade cambial; aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; substituição de Gustavo Franco por Armínio Fraga no Banco Central, que adota medidas que provocam surtos espasmódicos de crescimento, quando verifica-se o restabelecimento do consenso em torno da prioridades da preservação dos fundamentos macroeconômicos. Com isso, estabilidade de preços, austeridade fiscal e equilíbrio das contas públicas assumem mais uma vez o primeiro plano, determinando um refluxo das demandas em prol da ênfase desenvolvimentista. O Ministério da Fazenda e o Banco Central assumem a hegemonia na condução da política econômica.

Mas segundo Renato Boschi e Eli Diniz, apesar de contido, a demanda pela revisão do modelo econômico não desapareceu. Várias lideranças empresariais, em diferentes momentos do segundo mandato de Fernando Henrique fariam críticas a rigidez fiscal, defendendo a redefinição de prioridades a favor do desenvolvimento, que tornou-se um fator importante para a reativação do debate em torno de busca de uma nova estratégia econômica para o país²⁸. Debate que esteve presente em todos os fóruns de discussões e que fez parte do receituário dos candidatos à Presidência da República do governo à Oposição em 2002.

A seguir, Renato Boschi e Eli Diniz fornecem importantes subsídios à pesquisa, argumentando que a conjuntura eleitoral de 2002 reacende o debate em torno da retomada do desenvolvimento, num processo em que a convergência das propostas das principais entidades empresariais aparece como um elemento central. De acordo com as lideranças empresariais, a alternativa para a retomada do desenvolvimento residiria em corretivos ao processo de abertura indiscriminada da economia, instaurado durante a década de 1990. Três propostas vieram a público vocalizadas por três importantes pivôs ideológicos, a saber, a CNI, FIESP e pelo IEDI no primeiro semestre de 2002, centrado no estímulo às exportações e à substituição competitiva de importações, de forma a reduzir o *déficit* da balança comercial, capaz de produzir um efeito em cadeia tais como a criação de capacidade tecnológica, produção de bens de alto valor agregado, aumento da produtividade e expansão do emprego industrial.

²⁸Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, Op.cit., p.16-17.

A idéia principal comum as três propostas seria a recuperação do dinamismo da economia e a consecução de metas de crescimento econômico que, segundo a FIESP, deveria alcançar um nível próximo a 5 % ao ano, o mesmo índice de crescimento defendido por Lula em seu programa de governo. Também o crescimento do emprego constituiu-se num ponto importante dos documentos, sendo a reversão no processo de informalização do mercado de trabalho apontada como um item fundamental dessa agenda. Por fim, a reforma tributária é apresentada como um objetivo estratégico para viabilizar o processo de desenvolvimento, reduzindo o chamado custo Brasil pela eliminação de impostos cumulativos e racionalização da carga fiscal. Igualmente, pontos constantes na plataforma de governo dos candidatos tucano e petista, com José Serra e Lula comprometendo-se, inclusive, com uma meta de aumento nos níveis de emprego. Este seria o principal slogan da campanha tucana no horário eleitoral na TV, enquanto o PT defenderia em seu programa de governo a criação de 10 milhões de novos empregos em quatro anos de governo, meta jamais atingida.

Como parte da estratégia empresarial, privilegiou-se duas dimensões relacionadas em torno da política industrial propriamente dita e às condições institucionais para a sua realização. Neste sentido, Eli Diniz e Renato Boschi afirmam que no que tange ao desenvolvimento industrial, o programa sugerido pela CNI se articula em torno de três eixos: a) política de comércio exterior e de negociações comerciais internacionais; b) política de inovação tecnológica; c) política de desenvolvimento e integração nacional voltada para a redução de disparidades regionais. Dentro desse marco, o empresariado defende a idéia de fortalecer a Câmara de Comércio Exterior e de formular um plano estratégico de desenvolvimento de exportações, além do apoio a projetos de substituição competitiva de exportações e apontam uma série de desafios a serem vencidos dentro desse campo, a maior parte dos quais dirigidos a correção de distorções introduzidas pelo processo de abertura comercial indiscriminada.²⁹ Todos aspectos referendados e reafirmados tanto por tucanos como por petistas em seus respectivos programas de governo em 2002.

Quanto a proposta da FIESP³⁰ é de se mencionar a ênfase na constituição de grupos empresariais brasileiros de porte mundial no sentido de fortalecer e ampliar a inserção do país no cenário internacional como um diferencial em relação às demais propostas. É com relação ao estabelecimento de um novo marco regulatório, contudo, que a proposta da FIESP mais se diferencia. Salaria a necessidade de criação de instituições reguladoras fortes, lado a lado à

²⁹Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, *Op.cit.*, p.17, com ênfase para a questão da inovação tecnológica, garantia de financiamento, bem como tratamento tributário adequado afim de incrementar a formação de redes e parcerias, p. 17-18.

³⁰Cf. Eli Diniz e Renato Boschi, *Op.cit.*, p. 18.

desburocratização do Estado como imperativo ao referido aumento de competitividade da indústria brasileira.

Por último, para a concretização das propostas, é dada grande ênfase ao ambiente político, sobretudo nos documentos da CNI e FIESP. Isto é, a garantia de condições de governabilidade é vista pelo prisma da reforma política, englobando neste sentido mecanismos de fortalecimento dos partidos políticos, a garantia de fidelidade partidária e a transparência do processo eleitoral, sobretudo no que diz respeito às regras de financiamento de campanhas, além do aperfeiçoamento do processo legislativo. Destaque é conferido a reforma do Judiciário como uma condição essencial para o funcionamento eficiente do mercado, basicamente reiterando a garantia de contratos e respeito à propriedade. Pontos que obtiveram a total simpatia dos candidatos situacionistas e adversários, petistas e tucanos em seus planos de governo nas eleições presidenciais de 2002.

1.4 A importância política dos grupos industriais e financeiros

Além dessas noções acima, utilizamos a ferramenta conceitual de Grupo Econômico conforme os autores já assinalados antes, porque ela abre a possibilidade de podermos refletir sobre as formas de representação do empresariado no capitalismo brasileiro, englobando, com algum destaque, o poderoso ramo das indústrias da comunicação. Podemos verificar através da análise uma forte presença dos donos dos grandes conglomerados brasileiros nos comitês eleitorais dos candidatos desde a fase pré-eleitoral, quando teve início as primeiras discussões a respeito das candidaturas ainda no ano de 2001, bem como toda a movimentação em torno da definição dos candidatos vinculados aos seus interesses no ano eleitoral propriamente dito. Notamos também uma vigorosa participação dos seus veículos de comunicação tanto na definição da agenda pública como na montagem da estratégia de campanha nos comitês eleitorais dos candidatos.

Pelo que pudemos observar, os grandes empresários nacionais e donos do maior bolo do PIB nacional (incluindo a participação de grupos estrangeiros) tiveram presença certa durante todo o processo eleitoral, como vamos tentar demonstrar com o estudo. Esta ação política não esteve limitada ao apoio ao candidato governista, José Serra, mas teve também presença garantida nas hostes oposicionistas, a começar pela marcante participação dos grupos econômicos no comitê eleitoral do líder nas pesquisas e, afinal, vitorioso nas urnas. A presença empresarial também ocorreu de maneira bastante nítida, igualmente, na campanha do presidenciável do PPS, Ciro Gomes, a começar por seu “padrinho político”, o governador

Tasso Jereissati (PSDB-CE), do Grupo Jereissati, que abandonaria a campanha tucana para apoiá-lo.

A exemplo do que já tínhamos destacado antes, nos apoiamos em Mark Granovetter³¹, cujo pesquisa influenciou uma vasta gama de estudiosos preocupados em analisar o poder dos conglomerados, neste sentido, a sua contribuição é fundamental para a compreensão deste importante agente político. Granovetter denomina por grupos econômico a uma coleção de firmas unidas de algum (uns) modo (s) formais e/ou informais. “Eu pretendo definir o conceito me referindo a um nível ‘intermediário’ de comprometimento – excluindo, de um lado, um conjunto de firmas unidas meramente por alianças estratégicas de curta duração, e por outro lado, um conjunto de firmas legalmente consolidadas em uma só”.³² Mas o autor concorda com a tese de que entre os grupos econômicos geralmente existem laços pessoais e operacionais entre todas as firmas, destacando que outros conglomerados, entretanto, como o *Chaebol* coreano são bem estáveis e se encaixam no perfil de um grupo econômico porque eles são o resultado de investimentos de uma única família ou pequeno número de famílias unidas que uma vez que adquiriram as companhias componentes, as mantêm juntas como um grupo coerente entre os quais o pessoal e os recursos podem ser mudados conforme necessário. Mas ainda sim, companhias individuais continuam a manter alguma identidade separada.³³

Deste modo, “companhias de holding e trustes também são casos marginais e aqui eu desejo concluí-los na definição de grupos econômicos” onde suas firmas constituintes mantêm seu próprio gerenciamento e identidade, mas para excluir firmas cujos componentes tornaram-se nada mais do que unidades de uma companhia pai e perdeu a característica de uma federação, afirma o autor. Cartéis estáveis também poderiam ser classificados como grupos econômicos. “No todo eu excluiria as associações comerciais pois sua atividade tem menos a ver com operações e mais com negociações e afeta os arranjos institucionais e de governo sob os quais a sua indústria procede [age]”.³⁴ Finalmente, Granovetter destaca que muitos grupos econômicos são estáveis mas perdem muitas coalizões de firmas que não tem *status* legal e na qual nenhuma firma única ou individual mantêm interesses de controle em outras firmas.

³¹Cf. M. Granovetter, *Business Groups*, 1994, p.453-475.

³²Cf. M. Granovetter, *Op.cit.*, p. 454-456, que assinala, contudo, que a “definição é necessariamente um tanto arbitrária”, argumentando que “firmas conglomeradas, nas quais uma única firma se diversificou em muitas indústrias adquirindo ações controladoras, são um caso marginal”, p.454. Os grupos econômicos tem como característica: a) “dependência de recursos”; b) a necessidade de “alianças estratégicas” entre firmas; c) a necessidade “coalizações” de capitalistas para lutar contra outros interesses societários ou de um setor de firmas capitalistas (tradicionalmente finanças).

³³Cf. M. Granovetter, *Op.cit.*, p. 454.

³⁴Cf. M. Granovetter, *Op.cit.*, p.455

Entende que alguns grupos latino-americanos e grupos de intermercado japoneses (tal como a Mitsubishi) se encaixam nesta descrição. “Embora a mútua manutenção de ações e as freqüentes reuniões de altos executivos sirvam para unir tais grupos, eles são o limite mais solto da coleção de firmas que eu discuto aqui”.³⁵

Os grupos econômicos³⁶ não têm existência legal e não são identificados em censos oficiais. Cada subsidiária mantém sua autonomia legal e conserva contas separadas. Porém não é surpreendente que tenham havido tão poucos estudos quantitativos deste fenômeno. Neste sentido, a tarefa preliminar do pesquisador deveria ser discutida sob quais circunstâncias as federações de firmas são viáveis, e continuam a operar como federações ao invés de se fundir em uma única entidade. Isto é importante porque muitos, embora não todos, os grupos econômicos têm o caráter de federações. Entendendo as condições de sua viabilidade, nós atingiremos alguma idéia de onde tais grupos econômicos são encontrados e quão preponderantes eles são. Mas na maioria dos países, o tamanho das firmas é um assunto que tem significado emocional e simbólico tanto quanto racional e comercial. Como os grupos econômicos são mais poderosos do que as firmas únicas e podem transformar seu poder oligopólico em capital político, Granovetter reforça a tese de que a natureza da relação entre tais grupos e o Estado deve ser considerada. Esta relação diz respeito não só ao entendimento dos problemas de política pública e de poder, entretanto, mas é freqüentemente central na resolução de por que os grupos econômicos exibem a forma, características e comportamentos que eles exibem.³⁷

Reinaldo Gonçalves³⁸ reforça a idéia do controle de capital a noção elaborada acima, definindo o grupo econômico como o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas. Neste sentido, Gonçalves quer enfatizar que existe por trás do grupo econômico um poder e que sem ele o grupo não existiria, que é a propriedade do capital³⁹ e tida, então, como um mecanismo ou instrumento de controle e como *locus* de controle (isto é, quem controla). Deste modo, através da propriedade de capital se exerce o poder e nela reside o poder de determinar ou limitar as

³⁵Cf. M. Granovetter, *Op.cit.*, *idem*.

³⁶Cf. M. Granovetter, *Op.cit.*, p.459.

³⁷Cf. M. Granovetter, p.468-470, ressaltando que, de certo modo, não se pode afirmar de maneira mecânica que os grupos econômicos não se desenvolvam sem o apoio do Estado e vice-versa, assim como a interferência dos grupos na definição de políticas públicas.

³⁸Cf. Reinaldo Gonçalves, “Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica”, 1991, p.494.

³⁹Cf. Reinaldo Gonçalves, *Op.cit.*, *idem*.

decisões administrativas, operacionais e estratégicas do grupo econômico. Numa palavra: o grupo econômico é, então, um *locus* de acumulação de capital e um *locus* de poder.

Para Gonçalves, as fontes e o exercício do poder pelos grupos econômicos dependem não somente do agente controlador (estrangeiro ou nacional) e do tipo de controle (familiar, societário, estatal, gerencial), mas também das formas de governo. Lembra que os grupos estrangeiros possuem fontes externas de poder, que estão fora do controle das autoridades do país hospedeiro.⁴⁰ E acrescenta que o “(...) desenvolvimento de um ‘capitalismo institucional’ através do qual geram-se formas de organização social, como por exemplo, a rede transcorporativa composta por diretores e altos executivos de grandes grupos econômicos..., que se caracteriza pela sua coesão social e convergência ideológica, é capaz de defender e promover os interesses dos grupos econômicos...”⁴¹

José Geraldo Portugal Júnior⁴² destaca, por outro lado, que o grupo econômico, nesse universo conceitual, é uma categoria econômica que expressa relações sociais específicas, segundo as quais cada agente individual define seu comportamento levando em conta o comportamento dos outros indivíduos, as relações que com eles mantém e seu posto na hierarquia social. Neste sentido, o grupo econômico expressa relações de força e de poder, em torno das quais se movimentam indivíduos, classes, grupos sociais de um modo geral, formando redes de solidariedade e campos de conflito. Em seu interior, está expressa uma diversidade de interesses – de acionistas, gerentes e trabalhadores – frente aos recursos que precisam ser organizados e hierarquizados.⁴³

O grupo econômico é um centro de poder no sentido amplo: tem poder internamente, diante dos recursos materiais e financeiros que movimenta (isto é, próprios e de terceiros) e frente à massa de pessoas que emprega, e possui poder fora do grupo, por sua capacidade de interferir no mercado, nos circuitos financeiros, nas relações políticas (partidárias ou não), na legislação e no Estado.⁴⁴ Ele possui uma relação intensa com os circuitos financeiros, pelos menos se comparada aos empreendimentos de menor porte. Isso pode ocorrer, seja porque ele possui um agente financeiro (muito comumente como elo aglutinador do conjunto), seja porque seu potencial de acumulação (do todo e das partes componentes) permite-lhe acessar, de maneira privilegiada, o mercado financeiro.

⁴⁰Cf. Reinaldo Gonçalves, Op. cit., p.512.

⁴¹Cf. Reinaldo Gonçalves, Op. cit. p. 512-513.

⁴²Cf. José Geraldo Portugal Jr et al. “Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea”, 1994.

⁴³Cf. José Geraldo Portugal Jr, Op.cit., p.16-17.

⁴⁴Cf. José Geraldo Portugal Jr, Op.cit., p.26.

1.4.1 Grupo financeiro e hegemônica capitalista

A seguir, faremos uma distinção que nos parece relevante entre a noção de grupo econômico e o que denominamos de grupo financeiro, já que o debate em torno das programas dos candidatos em 2002 levou em conta uma crítica ao sistema financeiro mundial e a defesa, como já falamos antes, de um política industrial voltada para a produção, dentro do espírito de “mudança” que embalou os sonhos e os ideais de muitos candidatos.

Por isso, falar em grupo econômico financeiro, remete para a discussão que François Chesnais qualifica por “regime de acumulação com dominância financeira”, que designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro.⁴⁵ Para Chesnais, esta dominação financeira, cujo início remonta aos anos 1990, já assumiu várias configurações sob o efeito conjunto de mudanças nas relações entre os Estados e as frações do capital e nas relações políticas entre o capital e o trabalho. Portanto, de acordo com o autor francês, recorrer à noção de “regime de acumulação” significa reconhecer que, na segunda metade do século XX, no contexto de diferentes tipos de relações políticas entre o capital e o trabalho, as burguesias dedicaram-se a buscar diferentes maneiras de estabilizar o movimento de reprodução e de valorização do capital e, portanto, de assentar sua dominação.⁴⁶

O autor citado acima prefere o termo regime de acumulação a falar em regime de crescimento, alegando que, primeiro, a expressão regime de acumulação remete explicitamente à noção de capital, este último compreendido como valor – quer dizer, massa de dinheiro centralizada – que busca crescer por intermédio de um processo de valorização e da qual depende camadas privilegiadas da sociedade, que manipulam e controlam este sistema e, em segundo lugar, a nova configuração da economia pode significar um obstáculo ao crescimento. O mais importante: no centro do regime de acumulação, que tenta impor-se mundialmente, situam-se as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais – valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança, política, mas também financeira, das operações de investimentos financeiro.

⁴⁵Cf.F.Chesnais, A “Nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense (Xamã:2003), p. 46.

⁴⁶Cf.F.Chesnais, Op. cit., p.46-47.

Isso tudo permite à finança desfrutar daquilo que se designa com o termo “autonomia da finança”, com o imenso poder social que essa autonomia lhe confere.⁴⁷ Este regime de acumulação com dominância financeira tem uma relação com a globalização ou, mais exatamente, com a mundialização do capital⁴⁸, destacando que o regime financeirizado é uma “produção” dos países capitalistas avançados, com os Estados Unidos e o Reino Unido à frente e é indissociável das derrotas sofridas pela classe operária ocidental, bem como da restauração capitalista na ex-União Soviética e nas pretensas democracias populares. Um processo de construção institucional, tanto de fato quanto de direito, conduzido pelos Estados Unidos, o G-7, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (os elaboradores do suposto “Consenso de Washington”), formalizado na Europa pelo Tratado de Maastricht e apoiado em seguida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), tornou a “adesão” dos países obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua inserção internacional a sua mais simples expressão

Neste sentido, Ary César Minella⁴⁹ faz uma distinção importante entre o Grupo Econômico e o que ele denomina de "Grupo Financeiro". Segundo o autor, os dados recentes apontam para uma forte e crescente presença dos grupos financeiros, "entendemos, pois, que a análise sobre os agentes que atuam dentro do sistema financeiro brasileiro, seja do ponto de vista da atuação econômica, seja na perspectiva da atuação no âmbito da representação de interesses corporativos e políticos, deve levar em consideração a existência desses grupos financeiros".

Minella define Grupo Financeiro como um conjunto de empresas interligadas atuando em diferentes setores e que inclui uma (ou mais) instituições financeiras, e que normalmente participam no *ranking* dos maiores grupos nacionais ou estrangeiros. "Quando nos referirmos a 'conglomerados financeiros' estaremos indicando o conjunto de empresas que atuam basicamente dentro do sistema financeiro", reforça o autor. Acrescenta que no caso específico do sistema financeiro, percebe-se a participação e ou vinculação de importantes empresários em organismos de atuação político-ideológico, como por exemplo, o Instituto Liberal, dizendo que aqui o conceito de "elites orgânicas" pode ser especialmente útil.⁵⁰

Em outro trabalho⁵¹ Minella enumera algumas das principais características que devem

⁴⁷Cf. F. Chesnais, Op. cit, p. 48.

⁴⁸Cf. F. Chesnais, Op. cit, p. 52.

⁴⁹Cf. A. C. Minella, "Empresariado financeiro no Brasil, grupos financeiros e o novo contexto sócio-econômico", mimeo, p.1-2, sd. Uma versão ampliada foi posteriormente publicado na revista gaúcha Ensaios: 1996. (Cf. "Globalização Financeira e as Associações de Bancos na América Latina", de junho de 2002).

⁵⁰Cf. A. C. Minella, Op. cit., p. 2, (Cf. Dreifuss, 1986, p. 21-31).

⁵¹Cf. A. C. Minella, "O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros", 2000.

ser levadas em conta na avaliação do poderio do sistema financeiro, a saber: o elevado grau de concentração no setor, a participação marcante no processo de privatização; a participação de empresários financeiros nos órgãos de decisão do Estado, nas instituições financeiras estatais e nas atividades políticas. Além da ampliação e diversificação da estrutura de representação do setor, através da criação de novos órgãos associativos e de importantes alterações nos já existentes.⁵²

Os indicadores referidos na literatura apontam para uma crescente participação e influência do sistema financeiro - e seus agentes - na economia brasileira (participação no PIB, no *ranking* dos maiores grupos privados e, na liderança empresarial; diversificação nos investimentos e dos serviços oferecidos no mercado). Essa crescente participação está associada à alta rentabilidade que as empresas do setor tem alcançado e que, além de relativamente maiores do que a do setor não-financeiro, é particularmente alta em momentos de crise econômica. Uma característica do sistema que se aprofundou na década de 1980 refere-se aos investimentos dos bancos no setor não-financeiro, criando uma complexa rede de participações através do controle das empresas estatais privatizadas.⁵³

Outra dado importante refere-se a questão da dívida e que guarda enorme relação com o nosso objeto de estudo, pois a dívida pública brasileira é um entrave ao desenvolvimento do país e fez parte do debate em torno dos programas dos candidatos ao Planalto em 2002. Neste sentido, segundo Minella, na América Latina, o serviço da dívida interna e externa transfere anualmente uma massa crescente de recursos para a órbita financeira local e internacional. Governos, empresas, assalariados e população em geral, estão penalizados por altas taxas de juros reais, além de sustentarem vultosas e especulativas operação cambiais e serem onerados cada vez mais por tarifas bancárias, e serviços que incluem desde o desconto de um simples título de mensalidade escolar até comissões por operações de fusões e incorporações bilionários.⁵⁴

1.4.2 A dimensão política dos grupos econômicos de comunicação

A literatura que trata da questão da mídia⁵⁵ na sociedade global ao debater o seu poderio econômico e político tende a associá-la a diferentes noções, algumas delas podem

⁵²Cf. A. C. Minella, Op.cit., 2000, p.3.

⁵³Cf. A. C. Minella, Op.cit., 2000, p.4.

⁵⁴Cf. A. C. Minella, Op.cit., 2002, p.3.

⁵⁵Cf. Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, Dicionário de Comunicação, 1978, cuja palavra Mídia, de acordo com a grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme é pronunciada em inglês. Alguns dicionários preferem a forma média. *Media* é plural de *medium* (palavra latina que significa meio). Designa os meios (ou

parecer enganadoras no instante em que pretendemos definir mais claramente o que vem a ser um grupo de comunicação, pois várias expressões são apresentadas como sinônimos, a exemplo das palavras conglomerados, monopólios, oligopólios, grupos de comunicação, ramo da comunicação, indústria da comunicação, indústria cultural e meios de comunicação de massa.

Para Carlos Locatelli⁵⁶, uma das dificuldades em conceituar-se os grupos de comunicação é a sua natureza jurídica e econômica, com nítidos reflexos no campo político e social. A primeira dificuldade está em definir precisamente o que é o setor de mídia, e se ele é mesmo um setor, no sentido em que se define, por exemplo, o setor têxtil ou de papel e celulose. Outro obstáculo para uma análise estritamente econômica é a existência de uma dimensão não-econômica do produto da mídia, conduzindo o debate quase sempre para a fronteira com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Política e o Direito.

Portanto, reduzir a discussão sobre o papel da mídia a aspectos financeiros é excluir do debate a característica dessas empresas de influenciar a opinião pública, ou seja, de determinar a agenda pública e participar da construção da identidade nacional (seus produtos também podem ser vistos como representações simbólicas da sociedade). A mídia teria uma função de manutenção da soberania nacional.⁵⁷ A diversidade de produtos e atividades das firmas, a complexidade dos processos, as constantes mudanças provocadas pelo desenvolvimento tecnológico e a convergência com outros setores dificultam uma definição precisa das fronteiras das empresas que têm como foco de negócios produtos da área de comunicação, pois o termo comunicação é utilizado tanto para definir relações não-verbais até transmissões planetárias via satélite.

Entre as empresas que, em tese, pertenciam a esse setor, estão desde firmas em pequenas cidades com negócios igualmente de pequena escala, por exemplo, em *outdoors*, até conglomerados internacionais, com interesses em áreas aparentemente tão distintas como a televisão, o cinema e a *internet*. No Brasil, o IBGE sequer considera a existência formal de um ramo "meios de comunicação", dificultando sobremaneira sua mensuração em termos de número de empresas, empregados e movimento econômico. Para o órgão, as empresas dos dois maiores segmentos desta área em termos de dinâmica econômica - a de produtos impressos e a de produtos veiculados via eletrônica -, sequer pertencem ao mesmo setor. Enquanto as empresas que atuam com impressos (produtores de jornais, revistas e livros) são

conjunto dos meios) de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema, etc. (Cf. meios e meios de comunicação de massa), p. 310-311.

⁵⁶Cf. C. Locatelli, *Livre e sob controle: o desafio de regular a mídia no Brasil*, 2001.

⁵⁷Cf. C. Locatelli, *Op. cit.*, p. 115-116, "tão decisiva como a dos tanques do exército", ressalta o autor.

classificados no setor secundário, como ramo industrial editorial e gráfico, as que operam com televisão e rádio são classificadas no terciário, definidos como de serviço público concedido pelo governo federal.

Inclusive do ponto de vista das demandas corporativas de classes, os empresários destes ramos industriais organizam-se em entidades autônomas em relação à CNI, por exemplo, no plano nacional, ou mesmo da FIESP devido a sua importância política e econômica, que transcende muitas vezes o Estado de São Paulo, o mesmo se dando no plano estadual em relação as entidades corporativas regionais, como é o caso das federações e associações industriais. Eles formam organismos paralelos de participação, organizando-se em torno das reivindicações e ações da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), só para citar os dois ramos de radiodifusão e impresso, ambas entidades com sede em Brasília e com escritórios espalhados pelo país, com a publicação de jornais, boletins e com sites na *Internet*. Podemos citar como exemplo da força dessas entidades sindicais a aprovação da emenda 222 à Constituição Federal, que possibilitou a entrada de capital externo na mídia brasileira. (Vide capítulo II).

Outro dado importante sobre as empresas de comunicação é o seu vínculo estreito com o sistema financeiro⁵⁸ e o papel desempenhado pelo Estado no financiamento das firmas do setor. Sabemos que os *medias* dependem de grande aporte de recursos financeiros para os investimentos e operações costumeiras. Grandes bancos (inclusive estatais) e investidores de capital são acionistas, senão o principal controlador da mídia. São os detentores de suas dívidas no mercado de capitais, muitas vezes. Podemos citar também a participação estatal na condição de sócio e ao mesmo tempo funcionando como órgão de fomento, numa simbiose política e partidária às vezes condenável, que pode assumir contornos de escândalo, vide o caso da Rede Globo/Net Cabo/BNDES no final do ano 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e que prosseguiria durante boa parte do governo de Lula (que também trataremos no capítulo já referido acima).

Se, por um lado, o governo financia os grupos de comunicação, por outro lado, recebe destes em contrapartida o apoio para muitas de suas políticas, sobretudo na esfera econômica,

⁵⁸Cf. Cees Hamelink, *Finanzas e Información: un estudio de intereses convergentes*, 1980, que fornece elementos para a compreensão dos grupos de comunicação e a sua associação com o capital financeiro a partir de uma mútua interdependência. (Cf. C. Hamelink, *The Corporate Village*, 1977, sobre o papel das empresas transnacionais). Em relação a literatura, vide Antonio Rosa Neto, *Atração Global*, Makron Books:1998; Daniel Herz, *a História Secreta da Rede Globo*, Tchê:1987, sobre o rumoroso acordo financeiro Globo-Time Life na década de 1960.

e tem sido assim no Brasil contemporâneo.⁵⁹ Através de nossa pesquisa foi possível verificar ao longo da década de 1990 que os grupos de comunicação apostaram na política econômica do governo tucano de Cardoso e investiram nos seus respectivos grupos e promoveram parcerias, aquisições e fusões também foram a regra. (Idem, cap.II). Grande parte dos grupos econômicos do setor fizeram fortes investimentos na época, sobretudo na área editorial e da inovação tecnológica com a construção de centros de produção, a exemplo do Projac/Globo, Cidade Cenográfica e produção do SBT, etc., além da construção de novos parques gráficos no caso da mídia impressa: vide o exemplo do grupo carioca Marinho, do jornal Folha de São Paulo, Correio Braziliense e outras empresas de comunicação de médio porte.

Vale registrar também que os conglomerados de comunicação brasileiros apoiaram a política de privatização de Fernando H. Cardoso e a área de telecomunicações foi o seu grande filão. Aliás, a privatização das teles foi saldada como a grande obra do governo Fernando Henrique por toda a mídia brasileira, inclusive no ano eleitoral de 2002 - considerada o seu grande feito e êxito. Neste sentido, também esse foi um setor no qual Cardoso obteve as melhores notas por parte da mídia brasileira, de maneira geral. Além do mais a mídia apoiou desde o início o projeto de "desregulamentação" das teles, que envolveu o mercado de telefonia fixa e móvel (celular) e empresas estatais na área energética, acesso às novas tecnologias digitais e à *Internet*, devido ao seu interesse financeiro nestes novos mercados que se abriram no país como parte do processo de modernização.

Portanto, antes de passarmos a definição do que entendemos por grupos econômicos de comunicação e apresentamos algumas de suas características, é importante lembrar a forma como se configura entre nós o ramo de mídia, que apresenta algumas semelhanças com o modelo norte-americano e difere basicamente do sistema europeu (que possui um sistema público com empresas estatais de ótima qualidade). Nosso sistema de comunicação é marcado pela "intromissão" do Estado nos negócios do setor (geralmente atuando em favor do setor privado), como não acontece em outros ramos industriais, sendo sobretudo muito forte essa presença no campo da radiodifusão, que ainda hoje está concentrada no Executivo, via Ministério das Comunicações, pois muitas concessões ainda são feitas por decreto.

Ao longo da história o modelo marcou essa fina "simbiose" entre o Estado, de um lado, e os empresários de comunicação, de outro, grande parte deles políticos representantes de partidos conservadores, constituindo-se aquilo que se tornou regra no Brasil: a formação

⁵⁹Cf. Fernando Morais, *Chatô: o rei do Brasil*, 1994, além das seguintes obras: Mário Sérgio Conti, *Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor* (1999); Francisco César Pinto da Fonseca, *O consenso forjado* (2005), que relata o papel da grande imprensa brasileira na formação da agenda ultraliberal durante o governo Fernando Collor.

do chamado "coronelismo eletrônico."⁶⁰ O Estado teve no passado - processo que inicia-se nos 1930, quando Assis Chateaubriand foi o grande beneficiado getulista e a Globo nos anos pós-1964, Silvio Santos e outros em anos mais recentes -, e continua tendo ainda hoje o papel chave na definição de vencedores e vencidos, com atenção particular dedicada à àqueles que sempre apoiaram o regime.

Esta tem sido a norma, inclusive, no período dito democrático de nossa história, vide os governos de José Sarney, que distribuiu canais de rádio e televisão em favor do mandato de cinco anos, e de Fernando Henrique em vários momentos de sua trajetória política. Estabeleceu-se, assim, uma relação da qual foram alijados os partidos políticos de Oposição, os trabalhadores, as associações comunitárias as mais diversas, as crenças religiosas, a sociedade de maneira geral e a lógica que prevaleceu e continua até hoje, é de um sistema de comunicação calcado no lucro, em detrimento de canais públicos, estes fragilizados em termos operacionais e orçamentais (cf. TV Cultura de São Paulo).⁶¹

Portanto, com base nas características da mídia "convencional" ⁶², que podemos elaborar, em caráter preliminar, portanto, não exaustivo, o conceito de Grupo Econômico de Comunicação, o que poderia resolver alguns problemas de ordem teórica, com reflexos, certamente, no campo da análise política. Os grupos de comunicação aos quais nos referimos têm como marca fundamental os seguintes aspectos:

a) são formados por indústrias dos ramos de difusão e armazenamento de dados (informação econômica, índices da bolsa, etc.), vendedores de produtos culturais (filmes, CD, livros, etc.), atuando também no campo virtual (provedores da *Internet*, etc.), além de produtores e fomentadores de tecnologia (pesquisa e desenvolvimento em parceria ou sozinhos);

b) são centros de produção de "mão única" ⁶³, isto é, um único centro gerador irradia

⁶⁰Cf. Paulino Motter foi o primeiro a fazer uso deste conceito no Brasil, presente no seu trabalho intitulado *A batalha invisível da Constituinte – interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil*, 1994. (Cf. Motter, *O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney*, Cebela: 1994).

⁶¹Na segunda metade da década de 1990 e do início dos anos 2000, construiu-se um impressionante aparato de rede pública de televisão no Brasil, a partir da experiência das tevês Senado e Câmara, financiadas pelo Tesouro, mas de acesso pago via monopólio das operadoras privadas de TV a cabo ligadas aos grandes grupos de comunicação (Net Cabo/Globo, TVA/Abril, etc.). Acrescente-se a isso, o não cumprimento da Constituição Federal em termos de produção cultural regional e a luta popular em prol da concessão de canais comunitários.

⁶²Compreende-se a chamada mídia de mercado, aquela que está estruturada nos moldes de grandes empresas privadas, tanto impressas quanto eletrônicas, excetuando-se as empresas públicas de comunicação e a chamada mídia alternativa, ligadas a sindicatos, associações, etc., que são veículos de combate e de organização popular.

⁶³Remete à discussão sobre o conceito de comunicação quando nos referimos aos centros produtores privados que irradiam seus produtos a partir das antenas parabólicas, parques gráficos e logísticas estruturadas principalmente nos grandes centros urbanos, destacando-se como pólos de "mão única" e pela lógica do lucro.

seus produtos, seja na forma de rede ou não, para consumidores espalhados por todo o mundo, calcado na sua ideologia centrada no tripé: imparcialidade, neutralidade e objetividade, acrescido de grande dose de sensacionalismo;

c) são formados por um único controlador que detém o controle majoritário do capital, podendo ser uma família ou um grande empresário, constituindo-se através de uma *holding*, que centraliza os orçamentos e é responsável pela definição das suas políticas; no caso do controle familiar as ações podem estar pulverizadas nas mãos de vários sócios de uma mesma família, sendo um deles o sócio majoritário;

d) o seu ramo de atividade está centrado na posse dos meios privados de produção, cuja principal lógica está calcado na busca permanente do lucro, combinado com a sua capacidade de fixar a agenda política e influir nos negócios do Estado, portanto, constituem ramos bastante oligopolizados, com grande concentração de capital e raio de influência social e política.

Destacamos ainda que os grupos econômicos de comunicação são extremamente dependentes da publicidade, seja ela pública e privada, e de favorecimentos estatais, por essa razão mantém um vínculo estreito com a esfera econômica e política, sofrem a influência do sistema financeiro, pois dependem do aporte de capitais público e privados para se manter. Por isso, a sua capacidade de influir no campo político também depende desses vínculos estabelecidos com essas outras esferas, muitas vezes em detrimento do interesse público. Isto é, compreendem a sua atividade como um negócio, portanto são vendedores de uma "mercadoria especial", mas que não escondem o seu papel político, com reflexos claramente eleitorais, podendo utilizar os seus veículos tanto para derrubar os seus adversários comerciais como para a conquista de espaço político na esfera pública.

Devido a centralidade da mídia no mundo contemporâneo, os grupos de comunicação se constituem num espaço privilegiado para o exercício da atividade política, isto é, através de seus veículos, imagens e *bits*, que realiza-se o exercício da política ⁶⁴ hoje em dia, sobretudo devido a sua abrangência, influência e rapidez, o que lhe confere enorme poder econômico, político e social. Portanto, chamamos Grupo Econômico de Comunicação⁶⁵ aos agentes

(Cf. Luís Ramiro Beltrán, “Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal”, Cortez/IMS: 1981, p. 5- 35; José Marques de Melo, “Estado, sociedade civil e comunicação na América Latina, 1984, p. 97-102; John B Thompson, A mídia e a modernidade, Vozes:1998, cap. I e III, respectivamente, p. 19-46 e p. 77-107, dentre outros).

⁶⁴Cf. Manuel Castells, O Poder da Identidade, Paz e Terra:1999, Cap. 6, p. 365-415; além de Dominique Wolton, Pensar a comunicação, Difel:1999, especialmente, p.31-46; p. 155-158; e p. 159-174; Luís Felipe Miguel, Política e mídia no Brasil, Plano Editora: 2002, Introdução, p. 11-25, e Cap. I, p.27-60, só para citar alguns.

⁶⁵Cf. Venício A. de Lima, “Comunicações no Brasil: Novos e velhos atores”, 1999, cujo artigo, que vamos nos referir mais a frente ao comentarmos sobre a concentração da mídia, somado à literatura sobre os grupos

sociais e políticos que controlam um conjunto de empresas, independentes juridicamente entre si ou não, interligadas, ou por relações contratuais, ou pelo capital, e cuja propriedade do capital (e de ativos específicos) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle de fato sobre este conjunto de empresas.

Assim, o que define o grupo econômico de mídia é o controle da propriedade do capital e a influência política dele decorrente, pois através da propriedade se exerce ao mesmo tempo o poder econômico e o poder político, isto é, os grupos de comunicação têm o poder de determinar as decisões no âmbito do grupo e determinar o espaço e a forma do exercício da política a qual os cidadãos ocorrem para exercer a sua cidadania. Assim, os grupos econômicos de mídia apresentam um triplo *locus* de poder: transformam-se em um *locus* de acumulação de capital, um *locus* de poder e um locus para exercício da política. Isso lhe confere um poder sem igual na sociedade e marca de maneira inteiramente nova as condições em que realizam-se na atualidade o exercício da política.

1.4.3 A concentração da comunicação no Brasil e as elites políticas

O pesquisador Venício Arthur de Lima, em texto já destacado numa das notas anteriormente, chama a atenção para o padrão universal de concentração da propriedade e a presença dos *global players* que encontra no Brasil um ambiente historicamente acolhedor⁶⁶. Segundo o autor, os nossos *mass media* se estabeleceram oligopolisticamente. O rádio e a televisão (*broadcasting*) constituem um sistema organizado em torno de poucas redes (*networks*) - sob as quais não existe nenhuma regulamentação legal. A propriedade e o controle das nossas telecomunicações, até recentemente monopólio do Estado, foram transferidos para oligopólios privados e a indústria de informática, depois de uma frustrada tentativa de reserva de mercado para as indústrias nacionais, consolida-se através da presença no mercado das mega-empresas mundiais da área.

Lima reforça que a legislação do setor ainda não foi uniformizada e afirma que, se por um lado, a Constituição Brasileira reza desde 1988, que "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio" (Cf. Parágrafo 5.º do Artigo 220), normas legais mais recentes, como a Lei da TV a Cabo, a Lei Mínima e a Lei Geral de Telecomunicações, por intenção expressa do legislador, não incluíram dispositivos

econômicos debatidos nos itens anteriores do Cap.I da Tese, foi de grande valia para a definição do conceito. (Sobre a noção de *locus*, cf. Antônio Gomes Ferreira, Dicionário de Português-Latim. Porto: Porto Editora, sd.. Localidade, sf. *locus* Local, adj. loci, regionis, regioniproprius. S.m. sitio, lugar; *locus*).

⁶⁶Cf. V. A. de Lima, Comunicações no Brasil: Novos e Velhos Atores, 1999, p.2.

diretos que limitassem ou controlassem a concentração da propriedade.⁶⁷ O autor refere-se de maneira prioritária às fusões, aquisições e *joint ventures* celebradas nos últimos anos no Brasil - entre empresas nacionais e internacionais - e que se tornaram possível a partir da privatização das telecomunicações e do continuado processo de introdução de novas tecnologias no setor⁶⁸, caracterizando um padrão de concentração com o seguinte formato:

a) concentração horizontal, trata-se da monopolização ou oligopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor, por exemplo, dois grupos dominam a área de TV paga (cabo, MMDS ou via satélite), vide o exemplo das Organizações Globo (Grupo Marinho), através do sistema NET, que detém 70% dos 2,5 milhões estimados de assinantes no país no período; os outros 30% são assinantes da TVA (Grupo Abril) e pequenas operadoras⁶⁹;

b) concentração vertical, referente a integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição. Nesta área, o melhor exemplo continua sendo a produção de telenovelas pela Rede Globo⁷⁰;

c) propriedade cruzada, tipo de propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes mídia do setor de comunicações, como por exemplo, TV aberta, TV por assinatura (a Cabo, MMDS ou via satélite - DTH), rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de *Internet*, transmissão de dados, *paging*, etc., lembrando que alguns dos principais conglomerados de comunicações no Brasil se consolidaram, como é sabido, através da propriedade cruzada na área dos *mass media* (jornais, revistas, rádio e televisão)⁷¹;

d) monopólio em cruz, relativo a reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios de propriedade cruzada, constituindo-se o que se chamou monopólio em cruz ou

⁶⁷Cf. V. A. de Lima, Op.cit., p.2-3.

⁶⁸Cf. V. A. de Lima, Op. cit., p.3.

⁶⁹Cf. V. A. de Lima, Op. cit, idem, que informa que o Sistema NET é controlado pela Globo e dois parceiros, a RBS e a Multicanal, desde o final de 1997 sob o controle acionário da própria Globo, apesar de norma legal contrária ao monopólio fixado por lei. Houve mudança no quadro de seus parceiros no setor de TV por assinatura, mas o controle ainda permaneceu nas mãos do Grupo Marinho até 2005. Estima-se hoje perto de pouco mais de 3 milhões de assinantes, sendo que a divisão do bolo entre a Abril e a Globo permanece inalterado. Outro dado importante refere-se a dívida da Globo Cabo, que passou-se a chamar Net Serviços e que contribuiu para o enorme endividamento do Grupo Marinho que foi obrigado a decretar, de forma unilateral, a moratória da sua dívida em 2002, conforme vamos debater no Cap. II.

⁷⁰Cf. V. A. de Lima, Op. cit., p. 3, que mantém, sob contrato permanente, os autores, atores e toda a equipe de produção de novelas. Além disso, exhibe as novelas em sua rede de televisão, vendendo-as para outros países juntamente com a trilha sonora. (cf. Ortiz, R., et al. Telenovela – História e Produção, 1989).

⁷¹Cf. V. A. de Lima, Op.cit., que apresenta um quadro (p.4-5) que exemplifica a expansão de cinco desses grupos, a saber, o Grupo O Estado de São Paulo (Família Mesquita), o Grupo Frias, o Grupo Marinho, o Grupo Jornal do Brasil (Manoel Francisco do Nascimento Brito) e o Grupo Sirotsky (RBS).

tentacular ou metástico, característica básica do padrão de concentração no Brasil a nível regional. Portanto, os sistemas de comunicações são constituídos por duas redes principais, do qual fazem parte um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo, e dois jornais diários, um dos quais - o de maior circulação - está sempre ligado a um canal de TV, e - quase sempre - ao canal de televisão afiliado a Rede Globo; e sempre, paralelamente, ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM. (Quadro que alterou-se muito pouco nos dias de hoje).⁷²

Em suma, ao lado da concentração da propriedade, duas outras características que tem historicamente identificado o sistema brasileiro de comunicações, é a presença dominante de grupos familiares e a vinculação com as elites políticas locais e regionais. Os principais grupos⁷³ familiares de comunicações no Brasil são: a família Marinho das Organizações Globo; a família Civita (Grupo Abril); a família Mesquita (Grupo O Estado de São Paulo), a família Frias (Grupo Folha da Manhã, que edita o jornal Folha de São Paulo), a família Sirotsky (Grupo RBS, dona do jornal Zero Hora), a família Saad (Bandeirantes); a família Abravanel/Silvio Santos (Grupo Silvio Santos - SBT), a família Daou (TV do Amazonas), e a família Câmara (TV Anhanguera).⁷⁴

Há mais de 50 anos as constituições têm restringindo a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiras. O objetivo dos legisladores.⁷⁵ seria permitir a identificação plena dos proprietários e impedir o controle do setor pelo capital estrangeiro. Todavia, uma das conseqüências indesejáveis da norma - ao impedir a propriedade de pessoas jurídicas - tem sido o controle histórico do setor por pessoas físicas, vale, dizer, por empresas familiares. A emenda ao artigo 222 da Constituição Federal alterou esta norma em 2002, permitindo não só a entrada do capital externo na mídia brasileira como também abrindo o capital das empresas de comunicação à posse de pessoas jurídicas (portanto, às empresas privadas nacionais, conforme debatemos no Cap. II).

⁷²Cf. V. A. de Lima, Op.cit. idem, ibidem, argumentando que cada um desses jornais, em quase todas as capitais, reproduz as principais seções de O Globo e seu noticiário é alimentado, de maneira majoritária, pelos serviços da Agência de Notícias Globo. (Cf. Amaral, R e Guimarães, C., *Media Monopoly in Brazil*, 1994, p.30 e 32).

⁷³Vide em ANEXO nº.1 um quadro a respeito do controle acionário dos grandes grupos de comunicação brasileiros até o período objeto de nosso estudo encomendado à Gazeta Mercantil em 2003. Daquela pesquisa consta ainda a relação das empresas dos grupos Record (do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus) e das Organizações Três (de Domingo Cecílio Alzugaray, que edita a revista Isto É).

⁷⁴Cf. V. A. de Lima, Op.cit, p. 3, na qual apresenta uma relação com base no trabalho de (Lobato, E., *Globo monopoliza setor de TV a cabo*, Folha de São Paulo, 1995, p. 1-1 e 1-16), que inclui ainda a família Bloch (Manchete), dona de 5 concessões de TV e 6 de rádio, mas que teve sua falência decretada pelo governo federal, e as concessões entregues a vários grupos empresariais do país.

⁷⁵Cf. V. A. de Lima, Op.cit, p.6.

Podemos incluir nesta lista as seguintes famílias: Jereissati (Grupo Verdes Mares, de Tasso Jereissati), que na época de nossa pesquisa era dona de uma (1) concessão de TV e mais 5 de rádio; e a família Zahran (Grupo Zahran), que contava com 4 concessões de TV e 2 de rádio⁷⁶, além do chamado Condomínio Associados (ex-Grupo Assis Chateaubriand), que possuía na época 3 concessões de televisão (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais) e mais 9 de rádio, espalhados pelos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

O detalhe importante é que os donos dessas emissoras são ex-presidentes da República, ministros, governadores e ex-governadores e parlamentares, que abarca praticamente todo o território nacional: vide os exemplos do ex-senador de Sergipe, Albano Franco; do ex-presidente da República, ex-governador do Maranhão, José Sarney (PMDB); dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL), ex-ministro das Comunicações nos governos de Tancredo Neves e José Sarney; além do ex-governador do Pará, ex-presidente do Senado e ex-presidente do PMDB, Jader Barbalho.⁷⁷

Em 1995, uma pesquisa indicava que das 302 emissoras comerciais de TV existentes no país naquele período, 94 pertenciam a políticos e ou ex-políticos; das 2.908 emissoras de rádio, 1.169 pertenciam a políticos ou ex-políticos; dos 594 parlamentares, 130 eram donos de uma concessão de rádio ou TV ou uma combinação das duas; e dos 27 governadores, doze tinham concessões de rádio ou TV.⁷⁸ Outro estudo sobre assunto realizado por Sylvio Costa e Jaime Brener⁷⁹ revelou que das 1.848 estações repetidoras de televisão (RTVs) autorizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, 268 foram entregues a empresas ou entidades controladas por políticos profissionais, beneficiando diretamente a 19 deputados federais e 11 estaduais, 6 senadores, 2 governadores, 7 prefeitos, 3 ex-governadores, 9 ex-deputados federais, 8 ex-prefeitos e 22 outros políticos sem mandato.⁸⁰

⁷⁶Cf. Folha de São Paulo, 2004.

⁷⁷Cf. Veja, n.º 43, de 25 de outubro de 2000, sob o título "O senador de 30 milhões de reais", informa que o então ex-senador Jader Barbalho e presidente do maior partido do país nunca se afastou da política, mas mesmo assim "fez uma fortuna surpreendente". A reportagem insinua o enriquecimento ilícito de Jader Barbalho e relaciona a sua fortuna a posse de uma rede de televisão, 3 emissoras de rádio e um jornal.

Vide ainda o caso mais recente do ex-ministro da Previdência Social, com rápida passagem pelo governo do presidente Lula (março a julho de 2005), e a época senador, Romero Jucá Filho (PMDB-RR), dono de emissoras de rádio e de um canal de Televisão Educativa, o que é proibido pela Constituição Federal, que foi obrigado a deixar o cargo, dentre outras razões, depois do revelação do escândalo.

⁷⁸Cf. Venício A. de Lima, *Op.cit.*, p. 6. (Cf. Gois, A, "Rede Política de Televisão", *Veja*, 01/11/1995, p.43).

⁷⁹Cf. Sylvio Costa e Jaime Brener, *Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história*. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, IV (2):29-53, maio-agosto de 1997.

⁸⁰Cf. Revista Carta Capital, "O Poder dos Donos: Governadores, senadores e deputados proprietários de emissora de TV e rádio mostram sua força nas eleições", edição n.º 83, de 30 de setembro de 1998, p.28-43, mostra como "o poder é o canal", ou seja, como a posse de emissoras de TV e rádio elege governadores, senadores e deputados no Brasil.

Para obter dados mais atuais a respeito do controle ilegal por parte de políticos e parlamentares de concessões de emissoras de radiodifusão, vide documento do Projor⁸¹ (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo), órgão mantenedor do Observatório da Imprensa na web, na TV e no rádio, que mostra as novas bases do “coronelismo eletrônico” no Brasil, de 25 páginas, datado de 25 de outubro de 2005 (ANEXO nº 02). O documento traz as pesquisas produzida pelo Projor que faz parte da representação junto à Procuradoria Geral da República, também datada de outubro de 2005 contra deputados e senadores, que, inclusive, participam das comissões de Educação e das Comunicações do Congresso Nacional, num claro desrespeito ao que determina a Constituição Federal.

Na trabalho organizada pelo Projor, que teve também a participação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), consta da relação o senador licenciado e ministro das Comunicações do governo Lula, Hélio Costa (PMDB-MG), e alguns dos principais “caciques” do Congresso Nacional, como já destacamos, a exemplo do ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP); o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); além do presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati (CE); e do líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN)

Em resumo, na tradição política brasileira, a concessão de emissoras de rádio e televisão foi sempre usada como "moeda política" em troca de apoio para o grupo transitoriamente ocupante do Poder Executivo.⁸² "Expressões como “coronelismo eletrônico” ou “cartórios eletrônicos” têm sido freqüentemente utilizadas para caracterizar a tentativa de políticos de exercer, através dos mídia, o controle contemporâneo sobre parte do eleitorado.⁸³ Talvez, este fator explique a “aproximação” dos candidatos e partidos nas diferentes disputas eleitorais. É o que se observa no plano regional através, muitas vezes, de coalizões inexplicáveis do ponto de vista programático e ideológico.

⁸¹Cf. Observatório de Imprensa, edição de 25 de outubro, sob o título “Interesse Público”, com colaboração de Venício A. de Lima.

⁸²Cf. V. A. de Lima, *Comunicações no Brasil: Novos e Velhos Atores*, 1999, p.6 (Cf. Motter, P., *O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney*, *Comunicação & Política*, nº. 1, agosto/novembro, p. 89-115, 1994).

⁸³Cf. V. A. de Lima, *Op.cit. idem*, que ainda chama atenção que a lei proíbe o exercício da função de diretor ou gerente de empresas concessionárias de rádio ou televisão a quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial (Cf. Código Brasileiro de Telecomunicações, Parágrafo Único do Art. 38),mas várias estratégias têm sido adotadas para burlar a lei.

CAPÍTULO II

AS ENTIDADES CORPORATIVAS DOS GRUPOS DE COMUNICAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA

Este capítulo é praticamente um complemento do anterior através do qual pretendemos analisar a importância da participação partidária da elite orgânica, enfocando o envolvimento dos grupos de comunicação nas eleições presidenciais a partir da sua articulação com o governo e com os partidos políticos em disputa. Por isso, procedemos ao resgate histórico de dois pivôs ideológicos do empresariado nacional da mídia – a ANJ e a ABERT – que consideramos importantes à análise, pois ambos são atores estratégicos na luta pela consolidação do poder dominante.

Neste sentido, procuramos compreender a modernização do setor de comunicação no bojo da euforia do Plano Real, quando os empresários da indústria nacional realizaram vultosos investimentos com a construção de novíssimos parques gráficos, a criação de novos veículos de comunicação e a realização de fusões e parcerias. Foi uma época marcada pelo lançamento de novos empreendimentos editoriais, com destaque para os investimentos realizados pelo Grupo Roberto Marinho, que chegaria ao final do período analisado enfrentando uma grave crise financeira.

A seguir, debatemos a “crise” no setor provocada pelo sucesso inicial do Real, com destaque para os investimentos mal planejados feitos por alguns empresários. Como exemplo disso, destacamos as apostas equivocadas feitas em algumas áreas, a exemplo da TV por assinatura, que foi alimentada pela crise econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso na segunda metade dos anos 1990, refletida na mudança cambial do período 1998/1999.

Além disso, discutimos a operação “salva Globo” e o endividamento no setor a partir da análise da proposta de emenda constitucional 222, que foi aprovada com a ajuda do PT e regulamentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através de Medida Provisória. Dentro deste contexto, analisamos o “racha” na categoria com o surgimento de um novo pivô ideológico, a moratória da dívida ou “calote” do Grupo Marinho, e a análise do chamado “Proer da mídia”, tentativa de ajuda financeira iniciada na era tucana e que prosseguiria durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

2.1 Histórico e ação política da ANJ e ABERT

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) são duas entidades de classes extra-corporativas, paralelas ou autônomas, dois pivôs políticos-ideológicos dos grupos de comunicação e que formam eixos de poder operacionais, como foi o caso da lei à emenda 222 da Constituição Federal, que permitiu a entrada de capital estrangeiro na mídia brasileira, dentre outras batalhas conjuntas. Portanto, atuam muito mais corporativamente do que se imagina com grande presença no Congresso Nacional, funcionando como poderoso grupo de pressão e *lobby*, mantendo vínculos institucionais com entidades de classe internacionais na defesa da livre iniciativa, traduzida pelo ideal de liberdade de expressão.

Congregam os grandes grupos de comunicação do país na área da comunicação, cujos donos e seus testa de ferro revezam-se nas suas diretorias, desde quando foram criadas, dando-lhe autoridade e poder suficientes para adquirir um charme de pluralismo, malgrado o seu poder político e partidário. Além de participar das executivas de ambos pivôs políticos, os proprietários dos maiores grupos de comunicação brasileiros participam diretamente ou através de seus prepostos simultaneamente das diretorias da ANJ e da ABERT e também das secções da ABERT nos Estados, reproduzindo a mesma lógica dos demais setores corporativos do país. Ambas mantêm escritórios centrais em Brasília, embora a ANJ não disponha de sucursais nos 27 regiões do país, a exemplo da ABERT. Portanto, os executivos dos grandes grupos nacionais de comunicação estão presentes, também, nas presidências ou nas diretorias das ABERTs regionais, ou via diretores ou representantes através do seu corpo técnico.

Tanto os membros das diretorias da ANJ como da ABERT estão representados nos conselhos das agências governamentais, nos conselhos da República ou nos fóruns institucionais nos três níveis de governo, vide o exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão máximo de assessoramento da política econômica e social do governo Lula, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional - este último responsável pela formulação de políticas públicas para a área de Comunicação Social no Brasil, como órgão de assessoramento do Senado, só para citar dois importantes espaços de decisão nacionais.

Através da “bancada da mídia”, composta por ex-diretores, ex-donos ou proprietários de empresas de comunicação, bem como por seus apadrinhados, a ANJ e a ABERT atuam na proposição de leis ou no embargo de medidas que as afetam junto ao Parlamento. Isto é,

ocupam espaço nas comissões ligados ao setor de comunicação seja através de parlamentares de sua confiança ou mesmo através de deputados e senadores proprietários de veículos de comunicação, ocupando, inclusive, a presidência das comissões, a exemplo da Comissão de Educação do Senado da qual faz parte a sub-comissão permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, como também na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara, ambas encarregadas em analisar e propor projetos de leis para o ramo da comunicação. Embora sejam entidades autônomas, adotam uma estratégia institucional nos moldes corporativos e sindicais tradicionais, com a realização de encontros e congressos nacionais e regionais, além de encontros formais, informais, bem como almoços e jantares com autoridades locais e com os representantes de agências governamentais em todo os níveis e com o Executivo.

Ambas entidades associativas dos empresários da comunicação mantém funcionando serviços especializados no atendimento aos seus filiados, com um corpo técnico atuando nas diferentes áreas de sua respectiva especialização, através do manutenção de comitês de trabalho e prestando serviços de consultoria técnica aos associados em todo o território nacional. Através das suas sedes em Brasília, os pivôs da comunicação procuram realizar o trabalho de fiscalização e atuação no Congresso Nacional, seja através de seus diretores, bem como através do bloco formado pelas bancadas da mídia na Câmara e no Senado. Mantém forte vínculos com as prefeituras e governos estaduais, realizando parcerias ou atuando nas respectivas bases de suas empresas, reproduzindo a nível regional a mesma forma de atuação das entidades no âmbito nacional, qual seja, exercendo pressão e procurando cumprir a determinação das suas sedes nacionais no sentido de fazer valer seus direitos e conquistar as suas reivindicações.

2.2 A ANJ e seus vínculos institucionais

A idéia de criação da Associação Nacional de Jornais surgiu da necessidade de defender os interesses dos jornais brasileiros, que na época contavam apenas com seus sindicatos, os quais, embora atuantes, eram regionais, e também para enfrentar os novos tempos advindos com a luta pela redemocratização do país. O período de criação da ANJ, em 1979, coincide com o processo de abertura política, a intensificação das greves operárias no território nacional, assim como a reorganização de várias categorias, a exemplo dos jornalistas

através da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).¹ Outro motivo da unificação do empresariado da comunicação foi a concorrência no setor e a defesa de seus interesses comerciais a partir da fixação do preço de capa dos jornais, formação de parcerias, além da troca de experiências tecnológicas e a prestação de serviços, como já frisamos.

Jayme Sirotski (Grupo RBS), ex-presidente da ANJ e um dos seus fundadores, justifica a opção da criação da entidade pelo fato "dos empresários de comunicação precisarem de representação, mas preferirem organizações associativas, sem uma visão corporativa".² Assim, apesar de uma certa fragmentação na categoria, representada também pela Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER), Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), dentre outras mais recentes constituídas no bojo das inovações tecnológicas, isso não tem representado na prática divergências de interesses mais consistente. É o que se pode observar a partir de uma rápida comparação do material institucional da ABERT, ANJ e ANER, por exemplo, principalmente em torno das suas principais reivindicações.

Como reforça um dos seus pioneiros, Cláudio Noronha Chagas Freitas, primeiro presidente da Associação Nacional de Jornais, eleito por aclamação na Assembléia Geral de Constituição da ANJ, realizada no dia 17 de agosto de 1979, no Rio de Janeiro, assinalando que "não existia uma entidade de âmbito nacional que acompanhasse junto ao Congresso as leis que afetassem a vida dos jornais, que promovesse o intercâmbio dos jornais brasileiros com organismos internacionais, bem como que fizesse campanhas nacionais mostrando a importância da mídia impressa."³

Lembramos que a mídia impressa, não atua de maneira separada dos outros ramos da comunicação, já que a ANJ sempre fora comandada pelos "barões" do setor que também são proprietários de empresas de radiodifusão, o que significa dizer que a entidade, na verdade, sempre representou o interesse dos grandes grupos de comunicação de maneira integrada. Ao mesmo tempo, servindo de âncora, ou melhor, fazendo a ponte com as grandes, médias e pequenas empresas da área impressa, que contam com a ANJ tanto para assessoria técnica como para a troca de experiências, além do amparo natural no campo cultural e ideológico, como propagadores da livre iniciativa nos estados e municípios.

¹Cf. Maria José Baldessar, Estudo sobre a Associação Nacional dos Jornais para disciplina Empresariado no Capitalismo Contemporâneo, ministrada pelo professor Ary César Minella, 7p., sd.

²Cf. Maria J. Baldessar, Op. cit. (Cf. Jornal ANJ, n.º 82, 1994, p.4).

³Cf. Jornal ANJ, n.º 139, de agosto de 1999, p. 20.

Vide a relação dos presidentes da ANJ ao longo de sua história, o que corrobora o que afirmamos antes sobre a participação de donos de grandes empresas de radiodifusão:

Quadro nº. 1 – Presidentes da ANJ (1979-2004)

Presidente	Mandato	Empresa e/ou Grupo
Cláudio Chagas Freitas	1979 (Diretoria Provisória)	Jornal O Dia (RJ)
Roberto Marinho	1979/1985 (dois biênios)	Organizações Globo (RJ)*
Maurício Sirotsky	1985/1986	Grupo RBS (RS)*
José Antônio do Nascimento Brito	1986/1987	Jornal do Brasil (RJ)
Jayme Sirotsky	1988 (presidente interino)	Grupo RBS (RS)*
José M. Homem de Montes	1988/1990	O Estado de São Paulo (SP)
Pedro Pinciroli Júnior	1990/1992	Folha de São Paulo (SP)
Jayme Sirotsky	1992/1994	Grupo RBS (RS)
Paulo Cabral de Araújo	1994/2000 (dois biênios)	Diários Associados (DF)**
Francisco Mesquita Neto	2000/2004 (dois biênios)	Grupo Estado de S.P. (SP)

Fonte: Várias edições do Jornal ANJ e cruzamentos de dados a partir de nossa pesquisa.

*Refere-se a grupos de comunicação que atuam no ramo da radiodifusão como é do conhecimento público.

**Integrou a diretoria da ABERT (biênio 2000-2002)

Como podemos observar, Roberto Marinho dirigiu a ANJ durante sete anos, respectivamente, em 1979-82, 1982-85.

Nota-se a forte participação do grupo gaúcho RBS, afiliado da Rede Globo, através do seu fundador, já falecido, Maurício Sirotsky Sobrinho, e do irmão, Jayme Sirotsky, eleito posteriormente vice-presidente da Federação Internacional de Editores de Jornais (FIEJ) e presidente da Associação Mundial de Jornais (WAN) no biênio 1996-98.

A diretoria da ANJ era assim constituída no biênio 2000/2002:

Presidente: Francisco Mesquita Neto (O Estado de São Paulo, Grupo O Estado de São Paulo);

Vice-Presidentes:

- Demócrito Rocha Dummar (O Povo/CE);
- Jaime Câmara Júnior (O Popular, Organização Jaime Câmara - GO);
- Luís Frias (Folha de São Paulo, Grupo Frias);
- Mário Gusmão (jornal NH/ RS);
- Nelson Sirotsky (irmão de Maurício e Jayme Sirotsky, Grupo RBS-RS);
- Paulo Cabral de Araújo (Correio Braziliense/Diários Associados/DF)
- Sylvino de Godoy Neto (Correio Popular/SP).

Segundo Cláudio Noronha Chagas Freitas, que na época representava a empresa carioca Editora e Impressora de Jornais S.A, que editava os jornais O Dia e A Notícia, um dos criadores da entidade, como já informamos acima, e então coordenador dos estatutos da associação, sua função primordial foi a própria implantação da ANJ, cuja missão durou

aproximadamente quatro meses. Depois disso, Freitas passou o cargo para Roberto Marinho, das Organizações Globo, e assumiu as funções de diretor tesoureiro e membro do conselho da ANJ, onde ficou por quatro anos.

Coube a Roberto Marinho consolidar a possibilidade de reunir os jornais brasileiros em associação.⁴ A atuação do presidente do jornal O Globo a partir de 1979 foi decisiva para o seu fortalecimento. Na sua gestão foram feitos os primeiros estudos sobre a elaboração do jornal da entidade, foram criados os grupos técnicos, e a ANJ aproximou-se de organizações internacionais com o objetivo de aprimorar a atividade do jornalismo. Promoveu-se a primeira campanha institucional de leitura de jornal, premiada, inclusive, em um seminário internacional de publicidade no Uruguai, e neste período foi atendida a reivindicação dos jornais de padronização da mancha impressa e foi criada o sistema de módulo de publicidade.

Em fevereiro de 1990⁵, o jornalista Roberto Marinho declarava que os empresários da área de comunicação, mais do que os outros, vem da indústria da liberdade, “que constitui a nossa matéria-prima”. Nosso produto é a informação, o acontecimento, ressalvava. “Se o sonegarmos, por decisão própria ou por imposição do Estado, é o nosso próprio produto que estamos sonegando”. A imprensa, portanto, ou é livre ou não é imprensa. E presta um serviço fundamental nas democracias – de fazer circular a informação. “Somos, em consequência, como empresários da informação, peça essencial do processo democrático. Sem imprensa livre – muitos já o disseram – não há democracia”.

Para Roberto Marinho, a imprensa “é, sobretudo, uma poderosa arma para a fiscalização coletiva dos atos do Governo e um instrumento posto, institucionalmente, a serviço do debate das idéias. Somos o veículo do pluralismo, fundamento da democracia”. Segundo Roberto Marinho, não obstante o compromisso com a informação – “que corresponde ao juramento da própria imprensa livre” -, existe o dever de interpretar os fatos. “Faltaríamos ao nosso compromisso público se fugíssemos à nossa responsabilidade de opinar. Todos temos o direito, inerente à própria concepção de democracia, a expressar nossa preferência. A propor caminhos que nos pareçam os melhores. Esse direito não pode ser negado à imprensa sob pretexto nenhum”.

José Antônio Nascimento Brito, então diretor-presidente do Jornal do Brasil, que presidiu a ANJ de 1986 a 1988, comenta com satisfação a respeito da vitória na Assembléia Constituinte quando “pretendiam aprovar leis de cerceamento da liberdade de expressão”⁶,

⁴Cf. Jornal ANJ, Op. cit., idem.

⁵Cf. Jornal ANJ, Op.cit., idem, ibidem, que reproduz na mesma edição a fala de Roberto Marinho, cujas passagens reproduzimos no texto da Tese.

⁶Cf. Jornal ANJ, nº. 139, agosto de 1999, p.21.

afirmando que a entidade era bem menor, mais havia uma presença ativa de um grupo unido. Para Brito, depois que pôde demonstrar que era forte, a ANJ recebeu a adesão da maioria dos jornais, transformando-se numa entidade de grande porte e agilidade. “Chegou onde todos que participaram de sua criação gostariam que chegasse. É uma associação extremamente ativa e de muito importância para a imprensa brasileira. Tem presença nacional e internacional, função política e educativa”, reforça.

Em razão desta força, o ex-presidente da entidade e um dos donos do grupo RBS, Jayme Sirotsky, que assumiu o controle do grupo, com a morte, em 1986, de seu fundador, era eleito, em maio de 1995 em Paris, durante o 48º. Congresso Mundial de Jornais, vice-presidente da Federação Internacional de Editores de Jornais (FIEJ).⁷ Na ocasião, Jayme Sirotsky demonstrava o seu contentamento com o Real. “Crescemos nos últimos dois anos, depois do Plano Real, principalmente”⁸, destacando que o Brasil era exceção no quadro recessivo mundial, caracterizado pela queda na circulação de jornais.

A FIEJ representava, na época, mais de 73 países, contando com 228 *publishers*, editores ou outros executivos de todo o mundo, como membros individuais. Além deles, havia múltiplas associações nacionais e agências de notícias, bem como organizações regionais, que incluía ex-repúblicas socialistas, a exemplo da Associação Russa de Editores e *Publishers*, “exemplo do quanto mudou a imagem mundial do setor e da força nova da FIEJ.”⁹ A ANJ atuava também, conjuntamente, com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), com a *World Press Freedom Committee* e Jornalistas Sem Fronteiras, na defesa da liberdade de expressão. Congregava, na ocasião, com mais de 15 mil jornais membros, tendo como missão: defender e promover a liberdade de imprensa e a independência econômica dos jornais, como condição essencial para esta liberdade; contribuir para o desenvolvimento das publicações jornalísticas através da promoção da comunicação e estabelecer contato entre as empresas de comunicação de todo mundo, promovendo a cooperação dos seus membros.¹⁰

Para a FIEJ, a luta universal pela liberdade e independência da imprensa necessita de independência econômica¹¹, neste sentido defende em um de seus artigos famosos que a entidade “(...) tem a obrigação moral de lutar pela liberdade de imprensa em qualquer parte do

⁷Cf. Jornal ANJ, nº. 92, de junho de 1995, p. 3, tendo assumido em 1996, como já informamos, a presidência da Associação Mundial de Jornais (WAN), época em que se consolidou a aproximação da WAN com a ANJ a nível mundial.

⁸Cf. Jornal ANJ, Op. cit., idem.

⁹Cf. Jornal ANJ, Op.cit., idem, ibidem, de acordo com o relatório do direto-geral da FIEJ, Timothy Balding.

¹⁰Cf. Jornal ANJ, nº. 82, de julho/agosto de 1994, p. 14.

¹¹CF.Jornal ANJ, Op. cit., idem, segundo defende em seu artigo intitulado “A luta universal pela liberdade”, de autoria de Dana Bullen, membro da *World Press Freedom Comitee* (Jornalistas Sem Fronteiras), referindo-se a

mundo onde ela seja negada, restringida ou espezinhada. Um golpe à liberdade de imprensa em qualquer parte do mundo é um golpe à democracia, e uma ameaça para todos nós, e ninguém ligado aos jornais que disponha de liberdade de publicar, pode aceitar que esses direitos sejam negados a outros”. Conclui o documento: “A FIEJ tem aprendido através dos anos..., que não é suficiente simplesmente protestar contra violações e defender a liberdade de imprensa, tão importante quanto estes são, aqueles. Liberdade de Imprensa precisa ser promovida e desenvolvida – deve ter vida inserida em seu ser. Liberdade e independência da imprensa necessita de independência econômica. Isso é porque nos últimos anos, a Federação tem multiplicado suas iniciativas para promover a liberdade de imprensa através da concreta assistência prática para jornais independentes de países em desenvolvimento ou nações novamente democráticas”.

2.3 A importância da ABERT no setor da radiodifusão brasileira

No início dos anos 1960, os empresários da radiodifusão estavam reunidos em sindicatos, mas sua atuação era regional, não sistemática e não espelhava o poder da categoria. Nesse tempo, pode-se dizer, radiodifusão era sinônimo de Diários e Emissoras Associados, do empresário Assis Chateaubriand. A Rede Globo não era mais do que a Rádio Globo do Rio de Janeiro. O Diários e Emissoras Associados eram uma espécie de interlocutor informal da Radiodifusão com o governo e com a sociedade.

Outros interlocutores eram a Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP), um de seus fundadores foi Enéas Machado de Assis, e o Sindicato das Empresas Proprietárias, cujo presidente era João Medeiros Calmon (Grupo Chateaubriand). Além da AESP, havia mais cinco associações estaduais: ABERT (BA), APERTEC (CE), APERT (PA), ASSERPE (PE). (Vide quadro com a relação dos presidentes da ABERT no ANEXO nº 03). Todas essas forças faziam uma política pouco efetiva em defesa da classe, em parte pela falta de sintonia entre as empresas paulistas e cariocas (São Paulo era uma importante pólo econômico, mas era o Rio de Janeiro que detinha o poder político), em parte pela inexistência de uma consciência do empresariado como classe homogênea e unida.

A mobilização do empresariado da Radiodifusão, nasceria dos debates em torno do projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962. Mais especificamente nasceria dos vetos governamentais ao projeto, que despertaram o empresariado para um trabalho

ajuda financeira ao ex-bloco comunista afim de promover a transição para a democracia e para sobreviver e prosperar numa economia de mercado.

sistemático de esclarecimento da sociedade, através de seus congressistas. Calmon liderou um grupo pequeno, que reuniu subsídios para a discussão sobre os vetos e criou o que hoje se chamaria de *lobby* do empresariado no Congresso, arregimentando representantes de 213 empresas nacionais, que se reuniram em um encontro histórico em Brasília, marcando o nascimento da organização, fundada no dia 27 de novembro de 1962¹², data que coincide com a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117). A ABERT passou, então, a representar o empresariado nacional e substituiu a AESP junto aos organismos internacionais.

Calmon, que herdaria o espólio do Grupo Chateaubriand, foi eleito o primeiro presidente da entidade. Em 1978, a sede da ABERT passou para Brasília e a entidade cresceu e se fortaleceu. Já representava objetivamente os interesses do empresariado, tornara-se a interlocutora da classe junto aos organismos governamentais. No plano Internacional, a Associação Interamericana de Radiodifusão cede lugar a Associação Internacional de Radiodifusão formada por associações nacionais. Enquanto ocorria esta importante remodelação internacional, a ABERT promovia o nascimento e fortalecimento das associações estaduais. No final dos anos 1970, a Rede Globo já era para a radiodifusão do período, o que os Diários Associados haviam sido nas décadas anteriores.

A ABERT foi presidida por Paulo Machado de Carvalho Filho no período de 1980-82, sucedido por Joaquim Mendonça, que ocupou o cargo por nove mandatos, durante 18 anos, de 1982 a 2000. Joaquim Mendonça ingressou no jornal O Estado de S. Paulo, da Família Mesquita, em 1954, e assumiu a direção da Rádio Eldorado em 1957 e da Estúdio Eldorado em 1970. Foi sócio-fundador da ABERT em 1961 e diretor da Comissão de Liberdade de Informação, Expressão e Programação da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) em 1972, da qual foi conselheiro em várias ocasiões. Joaquim Mendonça reforça o papel mobilizador da entidade, declarando que “a força da unidade” é a conquista da ABERT, que “luta constantemente e diariamente pelo fortalecimento das associações estaduais, em prol da integração das empresas de Radiodifusão brasileiras”. Durante a sua gestão foi elaborado o projeto de TV digital para o Brasil e dado os primeiros passos rumo à entrada de capital externo na mídia.

Ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, a ABERT, tendo aprendido em suas lutas históricas o valor da unidade, trabalha o dia-a-dia da radiodifusão e participa ativamente de importantes questões como, por exemplo, a elaboração da nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa que deveria substituir o antigo Código Brasileiro de

¹²Lembramos que alguns dados históricos a respeito da entidade podem ser conferidos no seu *site* oficial.

Telecomunicações, no que diz respeito à radiodifusão. A entidade é porta - voz dos interesses do empresariado da radiodifusão junto ao governo, cuja atuação leva a ABERT a representar os pequenos empresários de fora do eixo Rio-São Paulo através de suas assessorias e de seu boletim informativo, desempenhando um papel de prestadora de serviços, de informação e de assessoramento.¹³

2.3.1 A gestão de 2000-2002

Para o período que nos interessa mais de perto, destacamos a eleição, em 31 de agosto de 2000, do radialista e membro ativo da diretoria da associação, desde 1998, Paulo Machado de Carvalho Neto, que presidiu a entidade durante o biênio 2000-2002, e que praticamente transformaria a ABERT num braço político da Rede Globo (Grupo Marinho), como pretendemos demonstrar. Ele foi reeleito para um novo mandato (2002-2004).

A diretoria da ABERT, gestão 2000-2002, era composta por 16 vice-presidentes, dentre eles alguns donos dos maiores grupos de comunicação do país ou seus representantes. Ocupavam a vice-presidência:

- João Roberto Marinho (Rede Globo/Grupo Marinho);
- Nelson Sirotsky (Grupo RBS-RS);
- Paulo Cabral de Araújo (ex-presidente da ANJ e diretor dos Diários e Emissoras Associados);
- Ivan Oreste Bonato (Grupo Perdigão/Rede Barriga Verde-SC);
- Jaime Câmara Júnior (Organização Jaime Câmara - GO);
- José Inácio Gennari Pizani (eleito presidente para a gestão 2004-2006). Além dos seguintes nomes: Roberto Lang, Vicente Jorge E. Rodrigues, Oscar Luiz Piconez, Alfredo Raimundo Filho, Emanuel Carneiro, Jaime Machado da Ponte Filho, João Bosco Torres, José Carlos Elmor, Orlando José Zovico e Otávio Dumit Gadret;

Segundo o relatório da ABERT de 2001, dentre as principais iniciativas da entidade, destaca-se a oposição à iniciativa governamental de criação de 3,2 mil novos canais de TV, devido a “inviabilidade econômica das empresas já existentes”, bem como “prejuízos” ao programa futuro da radiodifusão digital. Em relação a televisão digital, de acordo com os dados que levantamos, a ABERT presidida por Joaquim Mendonça (gestão 1982-2000) tentou

¹³Cf. Site oficial da ABERT no qual a associação afirma lutar também contra a proliferação das chamadas “rádios piratas”, ou comunitárias, de acordo com a Constituição. Lembramos que muitas dessas rádios têm dificuldades de operar legalmente devido ao *lobby* empresarial liderado pela ABERT e a omissão parlamentar no Congresso.

influenciar o governo federal na implantação do modelo japonês, a partir dos estudos pioneiros que desenvolveu, ao constituir em novembro de 1994¹⁴ um grupo de trabalho juntamente com a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), coordenado pelo engenheiro e diretor da Central Globo de Engenharia e vice-presidente da SET, Fernando Bittencourt.¹⁵ (O engenheiro da Globo seria nomeado membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional por “notório saber”).

Com o apoio das indústrias do ramo de comunicação, o grupo ABERT/SET TV Digital no Brasil desenvolveu um estudo, como já falamos, juntamente com a Universidade Mackenzie, que comparou, entre 1999 e 2000, os três principais padrões internacionais: o norte-americano ATSC (Advanced Television Standards Committee), o europeu DVB (Digital Video Broadcasting) e o japonês ISDB (Integrated Services Digital Broadcasting).¹⁶ O ISDB, defendido pela ABERT, obteve os melhores resultados¹⁷, condenando os outros dois como inaceitáveis para as emissoras e para o país, o que gerou certa desconfiança na indústria da comunicação, pois muitos alegaram que a predominância dos equipamentos japoneses na atual fase analógica, nos grupos mais fortes, como a Rede Globo¹⁸, poderia trazer vantagens especiais às emissoras ao continuarem clientes dos mesmos fornecedores. Sobre as hipóteses em relação aos interesses da ABERT cogitou-se, também, o interesse das emissoras em outras aplicações, como transmissão de dados, interação com a telefonia celular de terceira geração, interconexão com a Internet, etc. (embora os três sistemas possam contemplar no futuro esses recursos e serviços).¹⁹

Em 1998, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), recém-criada, tomou a frente do processo. A ANATEL chegou a realizar duas consultas públicas, uma sobre

¹⁴Cf. Informativo Bimestral do Grupo ABERT/SET TV Digital, ano I, nº. 4, de junho de 2000, que relata os testes passa-a-passo da tecnologia digital.

¹⁵Cf. Informativo Bimestral do Grupo ABERT/SET TV Digital, ano I, nº. 1, de agosto de 1999, que traz uma entrevista com Fernando Bittencourt na qual analisa os resultados dos testes que estavam sendo realizados num recém-montado laboratório da Universidade Mackenzie (SP), com investimentos da ordem de R\$ 3, 2 milhões, financiados pela próprio grupo ABERT/SET e pela NEC.

¹⁶Cf. Informativo Bimestral do Grupo ABERT/SET TV Digital, ano I, nº. 4, de junho de 2000.

¹⁷Cf. Informativo Bimestral do Grupo ABERT/SET TV Digital, op.cit., que destaca que o grupo ABERT/SET concluiu os testes em março de 2000 e submeteu à ANATEL a avaliação técnica dos três sistemas de TV digital, em que recomenda o modelo padrão japonês, que “apresenta desempenho muito superior aos demais no que se refere à imunidade a ruído impulsivo”; o que sistema ISDB “é o que apresenta maior grau de flexibilidade para as possíveis aplicações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inclusive no que diz respeito à recepção móvel ou portátil”. E descarta o modelo norte-americano, afirmando que “o sistema ATSC não atende tecnicamente às necessidades mínimas para a preservação do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Brasil”.

¹⁸Cf. O Estado de São Paulo, “ABERT já fez sua escolha do padrão de TV digital”, Ethevaldo Siqueira, 14 de junho de 2001.

¹⁹CF. O Estado de São Paulo, op. cit., idem.

o resultado dos testes e outra sobre os aspectos econômicos e sociais da tecnologia.²⁰ Em 27 de julho de 1998, a ANATEL deu início ao processo de seleção do sistema de televisão digital no Brasil, submetendo a comentários públicos, pela consulta pública nº. 65, uma proposta relativa aos procedimentos para a expedição de autorização para realização de experiências com sistemas de televisão digital e às condições de sua execução. Portanto, como já frisamos acima, os testes foram feitos pela iniciativa privada, a partir da constituição do grupo ABERT/SET, que passou a estudar os padrões de tecnologia existentes, com o envolvimento de 17 empresas concessionárias do serviço de radiodifusão, cuja iniciativa foi formalizada junto à ANATEL em 21 de dezembro de 1998, em conformidade com as disposições da referida resolução já citada.

Em 15 de maio de 2000, o Grupo ABERT/SET entregava à ANATEL o relatório final de avaliação técnica dos sistemas terrestres de televisão digital, que foram realizados com os três sistemas, recomendando o modelo padrão japonês. O governo Fernando Henrique Cardoso chegou a anunciar em 2002 que estavam terminadas as consultas públicas e que faria o anúncio oficial do modelo, sem especificar a opção do padrão de tecnologia a ser adotada no Brasil. Em meados de agosto de 2002 o Ministério das Comunicações informava que a política de adoção de TV digital estava “quase concluída”, informando que o Ministério concluiria em setembro um documento que estabeleceria a política de adoção de TV digital no país, acrescentando que o documento seria apresentado diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Interessante observar que o teor do comunicado do Ministério é muito próximo da conclusão final do relatório da ABERT, que recomendou o modelo japonês, ao enfatizar que “a idéia do ministério é de que o sistema de transmissão digital suporte o melhor desempenho técnico nas aplicações de alta definição (Hight Definition Television - HDTV) para os televisores fixos e suporte definição padrão (Standard Definition Television – SDTV) para os televisores móveis e portáteis”.²¹ Como o único estudo desenvolvido no Brasil sobre o padrão de tecnologia digital foi o do ABERT/SET, é bem provável que este deveria ser o modelo a ser implantado no país pelo presidente tucano, sobretudo devido as suas ligações com a família Marinho e a sua proximidade com os pivôs ideológicos da mídia. Contudo, o anúncio não acabou sendo feito e a definição do padrão de TV digital seria transferido para o governo Lula, que reiniciou toda uma série de pesquisas e fixou novos prazos, que acabaram remetendo a decisão para o biênio 2005-2006.

²⁰Cf. Informativo Bimestral do Grupo ABERT/SET TV Digital, ano I, nº. 4, de junho de 2000.

²¹CF. O Estado de São Paulo, de 21 de agosto de 2002.

O órgão governamental responsável, o Comitê de Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), decidiu que as universidades e centros de pesquisa teriam até 10 de dezembro de 2005 para entregar um relatório sobre o modelo e a tecnologia a serem adotados no Brasil.²² A partir daí, o comitê teria mais dois meses para entregar um documento com suas considerações ao presidente Lula. O prazo anterior para este documento, previsto em decreto presidencial, vencia em março de 2005. "Com o relatório, vamos verificar o que dá para desenvolver aqui", explicou o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa.²³ No ano 2004, Paulo Lustosa chegou a dizer que o governo havia desistido de criar um sistema brasileiro, durante evento em São Paulo, para depois retificar a informação, ao chegar em Brasília.

2.3.2 Ação política da ABERT e seus vínculos partidários

Foi graças a ação da ABERT²⁴ que a legislação eleitoral em vigor incluiu dispositivo que prevê o ressarcimento fiscal às emissoras de radiodifusão pela transmissão de propaganda gratuita. Durante a gestão de Paulo Machado de Carvalho Neto as empresas de comunicação do país inteiro, com destaque para as grandes redes de televisão, começaram a ser ressarcidas por veicular a propaganda eleitoral gratuita, através da lei de Ressarcimento Fiscal. Através da medida o governo regulamentou o ressarcimento fiscal pela veiculação da propaganda, incluindo para cálculo 100% do tempo gasto com as inserções veiculadas durante os intervalos da programação.

Devido aos esforços da ABERT, que realizou intensas negociações junto à Secretaria da Receita Federal, o governo publicou decreto presidencial (n.º 3.786) no dia 11 de abril de 2001, regulamentando o ressarcimento fiscal relativo às perdas publicitárias com a veiculação da propaganda eleitoral. Além de ressarcir as perdas relativas a 25% do tempo destinado à veiculação dos blocos de propaganda eleitoral, que já estava regulamentada pelo decreto anterior, a medida também prevê o ressarcimento de 100% do tempo gasto com as inserções de 30 segundos e 1 minuto, veiculadas durante os intervalos da programação normal da

²²Cf. O Estado de São Paulo, de 1.º de março de 2005, que acrescenta que o governo Luiz Inácio Lula da Silva assinou convênios com 27 instituições de pesquisa, divididas em seis consórcios, para estudar os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais da TV digital. Foram liberados R\$ 19 milhões do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel) para o trabalho. A TV digital proporciona imagem seis vezes melhor e som *surround*, como o de cinema. Além disso, permite serviços interativos, como comércio eletrônico, vídeo sob demanda e educação à distância, parecidos com os que existem na *internet*.

²³Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., *idem*.

²⁴Cf. Jornal da ABERT, n.º 44, primeira quinzena de abril de 2001.

emissora, bem como de 25% do tempo de veiculação dos comunicados, instruções e outras requisições da Justiça Eleitoral.

O ano de 2001 foi certamente um ano de conquistas para a ABERT sob o comando de Paulo Machado, pois em razão, principalmente, do intenso trabalho promovido pela entidade, em parceria com ANJ e ANER, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 11 de dezembro de 2001, em primeiro turno, por 406 votos a favor, 23 contra e duas abstenções, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que abriu ao capital estrangeiro a participação de até 30% na composição acionária das empresas brasileiras de comunicação - jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.

A proposta, que modifica o artigo 222 da Constituição Federal, acaba também com a imposição de que só pessoas físicas possam ser proprietários majoritários de empresas do setor, garantindo o direito de até 100% do capital para pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país. Foi a primeira etapa do processo de aprovação, que ainda dependia de votação em segundo turno na Câmara e mais dois turnos no Senado. Assim, a emenda constitucional foi ratificada pelo Congresso Nacional no ano eleitoral de 2002, com os votos da oposição e do PT, e a sua aprovação está relacionada a tentativa de melhoria da “saúde financeira” do setor, dentre outros objetivos controversos (que comentaremos mais a frente).

Paulo Machado, com o apoio de outros pivôs ideológicos da mídia (ANJ e ANER), foi um dos grandes batalhadores na tentativa de “socorro” às empresas de comunicação endividadas, leia-se Organizações Globo (Grupo Marinho), junto ao governo (cujas negociações prosseguiriam durante a gestão do presidente Lula), através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apelidado por alguns como o “Proer da Mídia”, numa alusão ao programa de ajuda aos bancos durante a era tucana. Lembramos que o BNDES já era acionista da Globo Comunicações e Participações (Globopar), a *holding* do Grupo Marinho - juntamente com o Bradesco, a Microsoft e o Grupo RBS -, responsável pela TV por assinatura do grupo, a Globo Cabo (que passaria a se chamar Net Serviços de Comunicação) e que apresentou um prejuízo de R\$ 1 bilhão em 2001.

Com a ajuda do BNDES o Grupo Marinho iniciou o processo de (re) capitalização da Net Serviços, deste modo, o banco estatal de fomento acabaria se tornando no seu principal financiador, num duro processo de saneamento que seria politicamente desgastante para o governo Fernando Henrique Cardoso e que perdurou por vários anos, atingindo igualmente o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A divulgação do aporte financeiro do BNDES à Globopar em 2002, ano eleitoral, gerou grande debate nacional, oportunidade em que vários donos de

grupos de comunicação protestaram contra a medida, alegando o privilégio à Globo. Este fato repercutiu politicamente, uma vez que muitos questionaram o fato de um banco estatal do tipo do BNDES emprestar dinheiro para empresas privadas de mídia endividadas, o que fugia a norma do banco no período. (O BNDES participou da grupo de acionistas da Net Serviços de comunicação até o ano de 2005).

Como falamos acima, a ação da ABERT, com a adesão dos outros pivôs ideológicos, em relação ao endividamento da mídia, culminou com a apresentação de um estudo ao BNDES, estimando em R\$ 10 bilhões o endividamento total do setor de comunicação²⁵, sendo que o assunto era de total interesse do Grupo Marinho, já que as Organizações Globo concorria com 56% deste total, o que representava uma dívida acumulada de R\$ 5,6 bilhões.²⁶ As Organizações Globo, em “*default*” há dois anos (sem pagar os financiamentos ou juros a seus credores), teria procurado isoladamente o governo para pedir ajuda. Segundo reportagem da revista Carta Capital²⁷, a resposta: o caminho seria o socorro ao setor. “A partir daí foi só mobilizar a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), entidade da qual é senhora, e arregimentar outras empresas com a corda no pescoço.”²⁸

Mas o presidente Paulo Machado quis vender a imagem de independência, alegando que a idéia de um estudo conjunto realizado com outras entidades do ramo seria justamente para dar transparência ao processo e evitar suspeitas de favorecimentos específico, o que não evitaria um “racha”, pois vários dirigentes da instituição discordavam do privilegiamento da ajuda à Globo e deixaram a ABERT, criando uma nova associação. Para o presidente da ABERT, “há vários setores que dispõem de linhas de crédito especiais no BNDES. O setor de Comunicação Social não tem esse tipo de benefício, mas queremos mostrar alternativas ao banco”²⁹, afirmou a época, alegando que cada empresa de comunicação tem suas dificuldades e necessidades específicas, mas “o governo está sensível aos problemas que essa indústria enfrenta, mas teremos que nos adaptar às condições do BNDES”.

²⁵Cf. Folha de São Paulo, 15 de fevereiro de 2004.

²⁶Cf. Folha de São Paulo, Rodrigo Rodrigues, de 4 de abril de 2004.

²⁷Cf. Carta Capital, “Pires para a Mídia”, n.º. 286, de 14 de abril de 2004, cuja matéria sob o título “Mídia passa o chapéu” acrescenta que a Globo fora procurada e não quis comentar o assunto. Segundo Carta Capital, o calhamaço preparado por Maria Sílvia Bastos Marques, consultora e ex-presidente da companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mostrando um buraco de R\$ 10 bilhões no setor, de acordo com um dos negociadores do BNDES, assim que examinado foi direto para o lixo. “Era um amontoado de matérias de jornal sobre a situação da empresa”, revela. O jeito foi chamar os principais donos da mídia, em grupo ou um a um, para conhecer a real situação do setor. “Praticamente começamos do zero”, lembra. Mesmo assim, segundo a reportagem, “técnicos do banco, talvez por hábito, usam a mesma cifra nas conversas”.

²⁸Cf. Carta Capital, Op.cit., 2004.

²⁹Cf. Folha de São Paulo, 15 de fevereiro de 2004.

A ABERT defendia a criação de um programa de apoio às atividades das empresas, a exemplo dos que já existem para os demais setores da economia, que contam com recursos do BNDES para suas operações, com juros mais atrativos do que os de mercado. Até aquele período o BNDES não financiava com linhas especiais de crédito a atividade de comunicação. Sua atuação era restrita a empresas de infra-estrutura (como as operadoras de cabo, por exemplo, que distribuem conteúdo de comunicação social), embora o BNDES fosse acionista da Net Serviços. Pelo que podemos observar nas entrevistas, o economista e presidente do BNDES, Carlos Lessa, demonstrou um certo “desconforto” em financiar o setor, adotando uma política de financiamento que não agradou totalmente as empresas. Tido como “nacionalista” e próximo a economista Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa não conseguiu executar sua política a frente do banco como pretendia, sendo substituído pelo presidente Lula em novembro de 2004. Já o seu colega de governo, o então ministro das Comunicações, deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que chegou a afirmar não haver percebido “concentração na mídia brasileira”³⁰, destacou preferir um “programa de socorro estatal às empresas de comunicação endividadas do que a entrada de capital estrangeiro no setor”, cuja emenda ao artigo 222 da Constituição brasileira já havia sido aprovada.

Portanto, o assunto guarda importância em relação ao nosso objeto de estudo, pois a “crise” financeira do setor de mídia chegaria ao seu clímax em pleno calor das eleições presidenciais de 2002 e ganhou ainda maior relevância em razão de três aspectos fundamentais à análise. Primeiro, em função do anúncio, no início de 2002, portanto, em pleno ano eleitoral, do programa de (re) capitalização da Net Serviços com o financiamento concedido pelo BNDES, acionista da Globopar, em caráter exclusivo, à família Marinho.

Em segundo lugar, a entrevista concedida pelo então presidente nacional do PT, eleito deputado federal (nomeado ministro da Casa Civil), José Dirceu, no apagar das luzes da campanha presidencial de 2002, após a sacração de Lula nas urnas, declarando ser favorável à ajuda estatal à Globo. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, em 28 de outubro de 2002 (mesmo dia em que Lula seria o convidado de honra do JN), José Dirceu afirmou que o governo deveria interceder em favor de empresas de comunicação em situação difícil. Praticamente falando já na condição de ministro, José Dirceu reconheceu que a situação dos grupos de comunicação no país era preocupante e que o assunto deveria merecer “atenção de Estado” por se tratar de um setor estratégico.³¹

³⁰Cf. Carta Capital, de setembro de 2003.

³¹Cf. Folha de São Paulo, de 30 de outubro de 2002, que informa sobre a entrevista de José Dirceu ao Roda Viva, acrescentando que “anteontem à noite, o presidente do PT, José Dirceu, defendeu o socorro financeiro, com recursos públicos, a grupos de comunicação de capital nacional que estejam endividados.” Segundo a Folha,

Por último, é digno de nota que um dia após a sua vitória nas urnas ocorrida em 27 de outubro e no mesmo dia em que o presidente Lula era entrevistado, mais uma vez, ao vivo, da bancada do Jornal Nacional (JN) da TV Globo, como lembramos acima, portanto, quase na mesma hora da entrevista do futuro ministro da Casa Civil, o Grupo Marinho decretava a moratória unilateral da dívida junto aos credores (28/10), depois de uma campanha eleitoral acirrada em que os canais da Vênus Platinada haviam cobrado dos candidatos o cumprimento dos contratos. Sem falar na ação política dos dois principais pivôs ideológicos dos grupos de comunicação - ABERT/ANJ -, como já destacamos antes, em favor da lei da entrada de capital externo na mídia, também um aspecto importante no que diz respeito ao saneamento das dívidas das empresas de comunicação acumuladas na segunda metade dos anos 1990, e com o qual os grupos de comunicação apostavam como uma forma de atrair novos investimentos.

2.4 A modernização da indústria da comunicação na era do real

2.4.1 Parque gráficos e novos empreendimentos editoriais

Falar sobre o crescimento do setor, nos remete para o alvorecer do Plano Real, que foi traduzido nas páginas dos jornais dos pivôs empresariais de maneira extremamente positiva. A ANJ apresenta uma análise favorável em relação ao lançamento do Real³², destacando que ele “irá beneficiar diretamente os jornais”, pois as empresas, devido à estabilidade econômica trazida pela nova moeda, tenderão a investir mais em publicidade. E foi o que ocorreu. Todo mundo passou a faturar mais e a investir pesadamente no reaparelhamento gráfico, no lançamento de novos títulos e na realização de parcerias para os mais variados fins: novos lançamentos editoriais na área impressa, a exemplos de jornais e revistas, portais na *Internet*, associações de distribuição e venda de classificados de forma padronizada e em associação, etc..

A edição do Jornal ANJ, de novembro de 1994, reforça ainda mais essa idéia, reafirmando em manchete que “Plano Real aquece publicidade”³³, mostrando que o mercado publicitário reagiu favoravelmente ao Plano Real, destacando que o meio jornal foi diretamente beneficiado com a estabilização da moeda e da economia. Em palestra de

“em entrevista ao ‘Roda Viva’ (TV Cultura)”, José Dirceu “considerou ser ‘assunto de Estado’ o risco de falência de empresas que têm função pública.”

³²Cf. Jornal ANJ, n.º. 82, de julho/agosto de 1994.

³³Cf. Jornal ANJ, n.º. 85, de novembro de 1994.

Francisco Mesquita Neto, vice-presidente da ANJ e diretor superintendente do Estado de São Paulo, é apresentado um quadro sintético³⁴ através do qual ele demonstra que a circulação média dos jornais diários brasileiros cresceu quase 70% entre 1990 e 1999, com um quadro positivo no campo publicitário. O faturamento cresceu acima da média: foi de 22,5% para 23,8 % (dados de 1998). Isso, apesar da crise econômica vivida pela Brasil no biênio de 1998/1999, com a crise cambial. O crescimento foi de quase 70% na circulação de jornais, passando de 4,276 milhões de exemplares vendidos para 7,245 milhões.

No período de 1995 a 2000 os principais jornais do país adquiriram e instalaram novos parques gráficos, atingindo uma cifra próxima de US\$ 600 milhões em investimentos, sendo que de 1997 a 2000, dezesseis jornais desenvolveram planos de renovação ampla de parques gráficos. (Vários programas ainda estavam em andamento em 2000). Em 1995, por exemplo, o Grupo Frias inaugurou seu novo parque gráfico, em Tamboré (Grande São Paulo), que custou, na ocasião, US\$ 120 milhões, investimento pago na época com recursos próprios, com a presença do presidente Fernando Henrique. Trata-se de um parque gráfico, projetado para impressão a cores, e um dos mais modernos da América Latina. A família Frias era acionista majoritária na UOL (Universo Online), maior empresa de *Internet* na América do Sul e também controlava a Plural Editora e Gráfica, uma das maiores com serviços de rotativa *off set* para terceiros. Dois anos depois, o Grupo Marinho investia na construção do seu novo parque gráfico, em Duque de Caxias (RJ), numa área de 160 mil metros quadrados, cujo prazo de inauguração estava prevista, inicialmente, para 1997, a um custo de US\$ 100 milhões, afim de atingir a uma tiragem do jornal O Globo, aos domingos, de 750 mil exemplares.³⁵ Era um sintoma da ótima fase da economia, espelhada no aumento no faturamento publicitário.

Interessante observar que a ANJ, mesmo ante a iminência de uma desvalorização cambial que viria no final de 1998 e início de 1999, e a crise financeira do Grupo Marinho logo em seguida, puxando o resto das empresas de comunicação endividadas, mostra as fotos de sorridentes executivos dos principais grupos de comunicação do país e um editorial super-otimista, falando “em crescimento sustentado.”³⁶ A ANJ comenta nesta mesma edição que o crescimento no faturamento das empresas foi quase o triplo do crescimento do PIB brasileiro: o crescimento do faturamento do setor de mídia variou de 5 a 15%, em 1996, sendo de 15 %

³⁴Cf. Jornal ANJ, n.º.149, julho de 2000.

³⁵Cf. Jornal ANJ, n.º. 111, de janeiro de 1997. A edição do Jornal ANJ, de março de 1998, traz nova matéria sobre a inauguração do novo parque gráfico dos Marinhos, comentando sobre o adiamento da inauguração, informando que as obras seriam concluídas em agosto daquele ano, trazendo uma foto de Roberto Marinho no canteiro de obras, e informa o novo custo total da obra agora orçada em US\$ 120 milhões.

³⁶Cf. Jornal ANJ, Op. cit., de janeiro de 1997.

no jornal O Globo da família Marinho. O nível de satisfação do setor é assim expressado: “O ano de 1997 será de um crescimento inferior, em termos de faturamento publicitário ao do ano de 1996 e bem modesto do que a verdadeira explosão que se verificou após a implantação do Plano Real, a partir de 1994.” “Baseado em tudo isso, acredito que 1997 será um bom ano para os jornais..., vamos intensificar nosso empenho pela modernização e buscar maior eficiência e competitividade”³⁷, afirmava um satisfeito Paulo Cabral de Araújo, presidente da ANJ.

A trajetória de crescimento do setor e o faturamento com o Plano Real prossegue sem solavancos até o primeiro semestre de 1998. A ANJ destaca no período que o mercado publicitário cresceu 12,38%, atingindo um faturamento de US\$ 8,648 bilhões, o que representa 1,1% do PIB. Afirma que todos os meios de comunicação aumentaram o faturamento com publicidade (apesar de o faturamento dos jornais ter sido melhor que dos anos anteriores).³⁸ E traz uma reportagem sobre a expansão do parque gráfico do Correio Braziliense (Diários Associados), de Brasília, com uma área total de 7.500 metros quadrados, com a aquisição de uma nova impressora, a custo de US\$ 14,200 milhões, com o custo total da obra estimado em US\$ 30 milhões.

A edição de abril de 1998 do jornal da ANJ traz matéria sobre o lançamento pela Editora Globo, do Grupo Marinho, da revista semanal *Época*³⁹, com um custo total de US\$ 40 milhões, espelhada no modelo da revista alemã *Focus* - que havia alcançado, em 1997, 800 mil exemplares, brigando com a liderança da *Der Spiegel*, com tiragem de 1,2 milhão. Na mesma reportagem, a ANJ comenta que o mercado publicitário para revistas semanais tem crescido acima da média nacional, afirmando que os grandes grupos de comunicação estão tentando se tornar fortes em outros mercados para enfrentar a globalização econômica. A *Época* viria para disputar o mercado com a revista semanal do Grupo Abril, a *Veja*, líder nacional com uma tiragem de 1,16 milhão de exemplares.

Importante lembrar que no ano de 1998, afirma a mesma edição do ANJ, o então presidente do BNDES, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros havia autorizado o banco estatal a conceder empréstimos ao setor de comunicação em algumas áreas, o que foi saudado pelo presidente da ANJ na ocasião, Paulo Cabral de Araújo, alegando que isto era “natural, pois a indústria da comunicação estava investindo pesadamente em modernização e competitividade.” (A medida refere-se a alguns investimentos em maquinário e aquisição de

³⁷Cf. Jornal ANJ, idem.

³⁸Cf. Jornal ANJ, n.º. 123, janeiro /fevereiro de 1998.

³⁹Cf. Jornal ANJ, n.º. 125, de abril de 1998.

papel). O Grupo O Estado foi um dos que se utilizou das linhas de créditos oferecidas pelo BNDES na modernização de sua estrutura física. A família Mesquita construiu um novo prédio de 3 mil metros quadrados, com investimentos de R\$ 4,5 milhões, parte do financiamento oriundos do BNDES⁴⁰.

2.4.2 Sinais da crise

O sinais da crise só começariam a aparecer no segundo semestre de 1998. Mesmo assim continuaram as inaugurações dos novos parques gráficos e o lançamentos de produtos editoriais, afim de manter-se na linha de frente da competitividade ou garantir o monopólio ou o oligopólio já existentes. Mas a partir de outubro começam a aparecer os primeiros sinais da crise financeira no setor. A ANJ apresenta dados que confirmam a queda no faturamento dos meios de comunicação, sobretudo, no caso dos jornais e da TV.⁴¹ Na edição de novembro de 1998 de seu jornal, ANJ comenta que o “ajuste econômico do governo” provoca a retração de faturamento que já vinha ocorrendo no primeiro semestre.⁴²

Segundo o pivô ideológico dos grupos de comunicação, a combinação de fatores, tais como a alta de juros, retração na demanda e recessão afeta diversos setores produtivos. Pela primeira vez aparece a palavra “ recessão “ no vocabulário da ANJ. Podemos enumerar os fatores que pesaram na retração do setor de comunicação neste período, de acordo com a análise da entidade:

- alta de juros;
- crise no setor imobiliário;
- queda na oferta de emprego;
- Copa do mundo, que deslocou a publicidade dos jornais para outros meios de comunicação.

Nenhuma palavra em relação a quem são os culpados, nenhuma crítica ao presidente Fernando Henrique Cardoso e nenhuma proposta de mudança no modelo econômico. Total silêncio neste sentido. A edição do jornal da ANJ, um ano depois, a de nº. 142, portanto de novembro de 1999, quando o Brasil já havia passado pela reforma cambial no início daquele ano, praticamente não altera o tom da sua linha editorial: sem críticas ao governo e tenta

⁴⁰Cf. Jornal ANJ, nº. 134, de março de 1999, cuja reportagem informa que a agência O Estado, do mesmo grupo, mostrou crescimento contínuo desde que se tornou uma unidade de negócios dos Mesquitas, em 1991, o que tornou imprescindível uma estrutura compatível com os recursos utilizados.

⁴¹Cf. Jornal ANJ, nº. 131, de outubro de 1998.

⁴²Cf. Jornal ANJ, nº. 132, de novembro de 1998.

justificar a crise econômica, alegando que todos “os meios de comunicação” perderam no primeiro semestre de 1999, com a diminuição do montante das verbas publicitárias.

2.4.3 O ano da mudança do câmbio

Com a mudança do câmbio o tom de otimismo se desvanece um pouco, mas não a ponto de demonstrar uma revolta ou ruptura com o modelo econômico, uma vez que a maioria das empresas conseguira se prevenir, em parte, da crise anunciada, que veio no bojo da reforma cambial de final de 1998 e início de 1999, através das operações de *hedge* – termo em inglês que significa “salvaguarda”. É um mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro e de *commodities* (mercadorias) para se resguardar de uma possível flutuação de preços (Cf. Sandroni, 2002, p. 279).

A edição do jornal da ANJ de fevereiro/março de 1999 mostra bem este clima entre os empresários do setor de comunicação. Com o título de capa “Enfrentando a mudança de câmbio”, a ANJ afirma que a mudança no regime de câmbio atingiu diretamente os jornais brasileiros. Destaca que foi “um enorme susto” constatar que as dívidas cresceram em dólar 50 a 60% em menos de um mês, assim podendo continuar caso a moeda brasileira não estabilize em patamares mais altos. Segundo a entidade, aqueles que tiveram estímulos para buscar dólares todos esses anos do Plano Real devem, com certeza, estar preocupados com o aumento expressivo de seus passivos. Mas confessa: “Isso não significa que essas empresas vão quebrar. As grandes empresas jornalísticas já haviam se protegido com operações de *hedge*”. E conclui: “A crise cambial, uma possível inflação e ainda por cima recessão, são um coquetel explosivo para qualquer atividade industrial enfrentar. Os tempos serão difíceis, com certeza.”⁴³

Entretanto, é importante lembrar que, mesmo no auge da crise, os jornais tiveram um aumento no número de anunciantes (Cf. Jornal ANJ, n.º. 133), por isso não foi à-toa que a edição anterior, de n.º. 132, de novembro de 1998, admitia tempos difíceis, mas mantinha o mesmo tom otimista em relação a política econômica do governo, isto é: aposta na melhora no quadro econômico do país num prazo de seis meses, com os principais executivos empresariais recomendando cautela no ano que se iniciava. Segundo a ANJ, no segundo semestre de 1999 “deverá haver crescimento, com o mercado e a sociedade adaptados às medidas necessárias editadas pelo governo.”⁴⁴ E este tom de otimismo estava expresso nas

⁴³Cf. Jornal ANJ, n.º. 133, de fevereiro/março de 1999.

⁴⁴Cf. Jornal ANJ, Op.cit., idem, ibidem.

inaugurações que não cessaram com a crise cambial. Em 12 de janeiro de 1999, finalmente, o Grupo Marinho inaugurava, ao custo de US\$ 150 milhões (valor um pouco acima da estimativa anteriormente divulgada) a sua super-gráfica⁴⁵, com as presenças do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, candidato em 2002 ao Planalto pelo PSB.

Roberto Marinho realizava, assim, a sua última grande obra antes do falecimento, que ainda incluiria os lançamentos do jornal Extra, o Canal Brasil de TV a cabo, a revista Época, as novas instalações da TV Globo em São Paulo e dois novos estúdios no Projac, a “cidade cenográfica” da central Globo de produção, no Rio de Janeiro.⁴⁶ Cardoso elogiou a capacidade de Roberto Marinho em “acreditar e ousar”, ressaltando que “não sei se haverá muitos países, muitas nações e muitos povos que, a despeito de todos os pessimismos, continuam avançando, como aqui se avança”. Garotinho, por seu turno, afirmou que o novo parque gráfico era fruto “da crença, da determinação, da vontade daqueles que querem construir um país melhor. Apesar da crise, apesar das dificuldades, apesar dos problemas”⁴⁷

Na mesma ocasião, é mostrada a revitalização Grupo Associados (ex-Diários Associados de Assis Chateaubriand) aos 75 anos, que comemorava três quartos de séculos com novos investimentos da ordem de US\$ 75 milhões, parte desses recursos em especial utilizados na renovação de seu parque gráfico. Através de um quadro, é exposta a “saúde” financeira dos Associados, informando que o ex-presidente da ANJ e executivo do grupo, Paulo Cabral de Araújo, adotara uma “gestão saneadora” que propiciou uma prosperidade econômica para o grupo, apoiado nos ventos do Plano Real. Portanto, em maio de 2000, é inaugurado o seu parque gráfico⁴⁸ num custo total de US\$ 25 milhões, com a construção de um prédio de 10 mil metros quadrados, cujo gasto de energia equivale a uma cidade de 20 mil habitantes. O presidente Fernando Henrique Cardoso, presente no evento, afirma em seu discurso que “o crescimento do parque gráfico brasileiro, o crescimento dos jornais, das revistas, da mídia em geral, é um sinal de que a sociedade se transforma a despeito de tudo.”

Mas os investimentos não param. Assim, a edição do Jornal ANJ de junho de 2000 estampava na capa⁴⁹ mais uma vez o presidente tucano participando de uma solenidade de inauguração de empresas de mídia, ao lado de João Roberto Marinho e Otávio Frias, seguran-

⁴⁵Cf. Jornal ANJ, n.º. 134, de fevereiro/março de 1999.

⁴⁶Cf. Jornal ANJ, n.º. 142, de novembro de 1999, que anuncia o lançamento do jornal econômico Valor, uma parceria dos grupos Frias e Marinho, num investimento estimado de US\$ 50 milhões.

⁴⁷Cf. Jornal ANJ, n.º. 134, de fevereiro/março de 1999.

⁴⁸Cf. Jornal ANJ, n.º. 147, de maio de 2000.

⁴⁹Cf. Jornal ANJ, n.º. 148, de junho de 2000.

do a primeira edição comemorativa do jornal Valor Econômico, uma parceria entre os grupos Marinho e o Grupo Folha da Manhã (Grupo Frias), com tiragem inicial de 150 mil exemplares.

2.5 As dívidas da mídia

Conforme já frisamos no início deste capítulo, a mídia brasileira enfrentou a partir da segunda metade dos anos 1990 a maior crise financeira de sua história recente, em que pese algumas controvérsias em relação ao tamanho da dívida, todos os indicadores apontam para algo em torno de R\$ 10 bilhões⁵⁰, como também já comentamos. Deste total, o Grupo Marinho responde por 56% a 60%, e segundo dados do Ministério do Trabalho, as empresas de comunicação cortaram 17 mil empregos em dois anos. Há estimativas que apontam na direção de uma dívida acumulada em 2002 da ordem de R\$ 7 bilhões, com a Globopar – holding das Organizações Globo –, correspondendo a R\$ 5 bilhões deste montante. A receita líquida do setor naquele ano foi 20% menor, em valores reais (descontados a inflação), do que a de 2000.

Mesmo assim, de acordo com a nossa pesquisa, esses números contrastam com os dados apresentados pela revista Exame para o período objeto de nosso estudo, que traz a posição no *ranking* das 500 maiores empresas do Brasil, a partir da pesquisa anual “Melhores e Maiores” na qual figuram os grupos de comunicação, bem como as suas maiores empresas. Aliás, diga-se de passagem, que os principais grupos de comunicação figuraram entre os 300 maiores do Brasil em praticamente toda a década de 1990 e também justamente nos dois primeiros anos do novo milênio, segundo confirma outra não menos tradicional publicação sobre o *ranking* das empresas brasileiras, a revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

Os grupos econômicos Marinho (Organizações Globo), Abril (Civita), Frias (Folha da Manhã), Mesquita (O Estado de São Paulo), Silvio Santos (SBT) e Sirotsky (RBS) tinham as suas principais empresas incluídas entre os maiores do país no biênio 2001/2002, registrando altos índices de lucratividade e encontrando-se em ótima saúde financeira, para utilizar uma palavra da moda. Alguns grupos, a exemplo do Grupo Marinho, considerado um dos mais endividados do país em 2002, figurava em 2001 entre os entre os 100 maiores grupos, por

⁵⁰Cf. Folha de São Paulo, “Mídia nacional acumula dívida de R\$ 10 bi”, Elvira Lobato, de 15 de fevereiro de 2004.

vendas, fazendo parte de um seleto grupo dos 63 bilionários com sede no Brasil, com faturamento acima de US\$ 1 bilhão.⁵¹

Esses dados relativizam um pouco a idéia de uma crise generalizada no setor, pois as dívidas não atingiram os grupos econômicos de comunicação de maneira completa. Várias empresas de comunicação seguraram o debacle geral, servindo de avalista nas negociações dos grupos econômicos com os credores, vide o exemplo do Grupo Marinho em que a “pérola” da coroa, a Rede Globo de Televisão, foi a grande campeã de lucratividade no período e serviu de aval na negociação junto aos credores. O que contradiz, de certa forma, os dados apresentados pela imprensa de maneira apressada. A exceção, é claro, fica por conta da classe trabalhadora. Foi ela quem mais perdeu em tempos neoliberais com o desemprego e o arrocho salarial de Fernando Henrique Cardoso. (O início do governo Luiz Inácio Lula da Silva não trouxe muitos sinais animadores para uma melhora estrutural).

As tabelas, a seguir, sobre as 300 maiores grupos nacionais ilustram um pouco o que estamos querendo reforçar:

⁵¹Cf. Valério Cruz Brittos, "As Organizações Globo e a reordenação das comunicações", Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, SP: INTERCOM, vol. XXIII, n.º 1, janeiro/junho de 2000, p. 57 – 76, que afirma que enquanto perde audiência na TV de massa (perda relativa, pois até 2005 era líder de audiência e abocanhava em média 70% do toda a publicidade brasileira), a Globo prepara-se para o novo cenário, liderando a área de televisão segmentada, passando pelas telecomunicações, conquistando o mercado internacional, iniciando-se na área cinematográfica e investindo na construção de estúdios (p.73), assim, organizando-se, como afirma César Bolaño, "para consolidar sua posição de *global players* no setor nos anos 2000" (Cf. César R. S. Bolaño, "A Economia Política da TV Segmentada no Brasil. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação". São Paulo: , v.XXV, n.2, p.235 - 237, 2002.).

No ano 2000 a Globo, que em 1999 oficializou sua agência de notícias, responsável pela venda internacional de matérias telejornalísticas, implantaria um segundo canal internacional pago. Segundo Brittos, "o último relatório financeiro da Globopar mostra resultados satisfatórios nos ganhos antes do pagamento de impostos e taxas, depreciações e amortizações: um crescimento de 5,2%, US\$ 184,8 milhões nos primeiros nove meses de 1999, somando-se o exercício da TV Globo". Época que curiosamente coincide com o início da crise financeira do Grupo Marinho, principalmente em razão do endividamento da Globo Cabo/Net Serviços.

Tabela nº. 1 – Posição do Grupo Marinho/Organizações Globo no ranking nacional (1990-2000)

Grupo ou Instituição	Ano	Posição no ranking	Patrimônio Líquido (R\$ milhares) (US\$ milhares)	Receita Operacional Líquida (R\$ milhares) (US\$ milhares)	Lucro Líquido
Roberto Marinho	1996	57	361.884,0	1.946.441,0	NI
			372.117,2	2.120.999,2	
Organizações Globo	1998	16	2.236.792	4.502.555	309.332
			2.003.576	4.174.212	277.080
Organizações Globo	1999	19	4.087.147	2.020.913	217.913
			2.284.599	1.112.960	121.807
Rede Globo	2000	37	NI	NI	NI
	2001	43	NI	NI	NI
O Globo	2000	282	NI	NI	NI
	2001	322	NI	NI	NI
Editora Globo	2000	430	NI	NI	NI
	2001	491	NI	NI	NI

Fontes: Balanço Anual da Gazeta mercantil (1996/1999) e autor. Os dados relativos ao período de 2000-2001 foram extraídos da revista Exame (cf. Melhores e Maiores de 2002, relativo as 500 maiores empresas privadas, por vendas, do país). Obs.: Como a revista Exame trabalha com indicadores diferentes da Gazeta mercantil alguns dados são inexistentes, por isso aparecem em nosso quadro como NI (Dados Não Informados).

Tabela nº. 2 – Posição dos Grupos de Comunicação no ranking nacional na década de 1990

Grupo ou instituição	Ano	Posição no ranking	Patrimônio Líquido (R\$ milhares) (US\$ milhares)	Receita Operacional Líquida (R\$ milhares) (US\$ milhares)	Lucro Líquido (R\$ milhares) (US\$ milhares)
Folha da Manhã	1996	191	74.731,0	432.171,0	4.344,0
			76.844,2	470.928,4	4.466,8
	1999	166	90.221	496.081	7.249
			74.643	427.263	5.997
Silvio Santos	1997	106	240.128,0	1.327.798,0	68.126,0
			231.025,6	1.320.929,2	65.543,6
	1998	78	308.352	1.362.489	102.894
			276.202	1.263.131	92.166
	1999	114	432.802	1.308.940	69.877
			241.924	720.861	39.059
O Estado de São Paulo	1996	146	126.151,0	344.205,0	27.774,0
			129.718,3	375.073,6	28.559,4
	1997	151	143.149,0	415.216,0	21.738,0
			137.722,7	413.068,0	20.914,0
	1998	117	168.437	606.785	25.337
			150.875	562.536	22.695
	1999	102	185.774	615.938	8.922
			153.697	530.494	7.381
Abril	1998	77	313.611	1.685.357	36.285
			280.913	1.562.454	32.502

Fonte: Balanço Anual da Gazeta mercantil. Obs.: Aparece pela primeira vez entre os maiores grupos nacionais, a Organização Três, do empresário Domingo C. Alzugaray, que edita a revista Isto É, que figura na 225ª. colocação.

Entre as 500 maiores empresas do Brasil no período 2000 e 2001, da revista Exame, destacamos as empresas do Grupo Marinho (já referidas no quadro anteriormente), que figuram nesta pesquisa como fazendo parte das Organizações Globo, estando entre os 63º. grupos bilionários do Brasil, com faturamento acima de US\$ 1 bilhão de dólares por ano,

ocupando respectivamente o 18.º e o 25.º lugar na tabela, com uma receita em 2000 de US\$ 3.206.650. Entre os maiores grupos por vendas aparecem os grupos Silvio Santos, ocupando nos anos de 2000 e 2001, respectivamente a 55.º e 69.º lugar e o Grupo Abril (63ª. e 77ª. posição). Nesta mesma pesquisa da Exame, o Grupo O Estado de São Paulo aparece ocupando nos anos 2000 e 2001, respectivamente a 245º. e 313º. lugares e o Grupo Frias/Folha da Manhã a 281ª. e 320ª. posições, respectivamente.

A partir dos dados levantados pelo jornal Valor Econômico⁵² relativo ao ano de 2001 o Grupo Abril (Grupo Civita) ocupa a 82ª. posição, incluindo-se entre os grupos bilionários brasileiros, com uma receita bruta em 2001, de R\$ 2, 036 bilhões. O mesmo ocorrendo em relação ao Grupo Silvio Santos, 86º. colocação, com uma receita bruta R\$ 2, 016 bilhões. Já o Grupo Mesquita (O Estado de São Paulo) ocupa a 163º. posição entre os grupos econômicos nacionais, com uma receita bruta de R\$ 752, 9 milhões. Destacamos, por último, no Sul do Brasil, o Grupo RBS, da Família Sirotsky, que aparece entre os 300 maiores grupos nacionais em 1999, ocupando a 124ª. posição, registrando um lucro líquido de US\$ 109, 3 milhões. (Cf. Balanço Anual da Gazeta Mercantil: 2000, p.112). Já entre os 500 maiores grupos e empresas do Sul, o Grupo RBS ocupa a 46ª. posição, destacando-se a RBS TV de Florianópolis S.A (343ª. Colocada; cf. Revista Amanhã: 2001, p. 72 e 84). Pela pesquisa do Valor Econômico o Grupo RBS ocupa a 181º. lugar, com uma receita de RS 558, 7 milhões.

Portanto, diante desses dados, queremos reforçar a idéia de que a dívida acumulada no período pelos grupos de comunicação deveu-se, principalmente, ao planejamento mal feito no bojo da euforia provocada pelo Plano Real, na primeira metade da década de 1990, assim como por causa de apostas equivocadas feitas pelos empresários do setor. O exemplo mais eloqüente disso é o caso da TV por assinatura, pois os grupos de comunicação esperavam uma “explosão” no número de assinantes, o que não ocorreu, justamente por não se levar em conta a péssima distribuição de renda no país, além das altas taxas de desemprego por conta da “estabilidade” da moeda. Tudo isso foi agravado pela desvalorização cambial de 1999. Outro fator importante, refere-se a ânsia em manter a situação de monopólio no mercado e fechar as portas à concorrência a todo custo: via novos investimentos, fusões e aquisições, caso em que o Grupo Marinho é exemplar.

Mesmo assim, queremos chamar a atenção que ela é uma dívida que poderíamos qualificar de “seletiva”, pois atingiu somente áreas específicas dos grupos, sem “contaminá-

⁵²Cf. Jornal Valor Econômico, n.º. 662, de 19 de dezembro de 2002, que mostra o ranking dos maiores 200 conglomerados brasileiros, identificando as empresas que compõem cada grupo, dentre os grupos industriais e financeiros.

lo” por inteiro, já que nenhum grupo de comunicação importante faliu de 1990 para cá, embora a Família Marinho tenha decretado a moratória da dívida (muitos se previniram através das operações de *hedge* por ocasião da mudança do câmbio, como já comentamos), e buscaram o caminho mais fácil através da tentativa de obtenção de empréstimos junto ao BNDES para sair do sufoco. O faturamento em termos publicitários da grande mídia manteve-se estável, sem motivos para grandes alardes, pois os grandes grupos continuaram a manter ótimo desempenho financeiro e fazendo vultosos investimentos, quer através da construção de novos parques gráficos como a aquisição e modernização de seus equipamentos, assim como o lançamentos de novos veículos de comunicação. Tanto isso é verdade, que em nenhum momento, durante a última década, a ANJ ou a ABERT, os pivôs ideológicos do setor, portavoz dos grandes grupos de comunicação do país, emitiram durante o período considerado crítico de endividamento da mídia, qualquer sinal de descontentamento com a política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. O mesmo não se deu por parte dos donos dos grandes grupos de comunicação.

À retórica crítica contra a política econômica do governo que pôde-se observar nas páginas de alguns jornais do país, pode-se opor a imagem positiva em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso que era expressada nos discursos dos grandes empresários da comunicação através dos veículos de difusão de dois de seu principais pivôs ideológicos, no caso a ABERT e a ANJ, como pudemos analisar tanto nos boletins como nos jornais publicados pela duas entidades durante o período analisado. Portanto, o que se observou no estudo foi um sorridente Fernando Henrique Cardoso aparecendo em quase todas as inaugurações dos novos e suntuosos parques gráficos dos principais conglomerados espalhados pelo país, assim como espelhado nas recepções camaradas promovidas tanto pelo presidente da República como por ministros ao setor de mídia, sem contar as inúmeras reuniões formais e informais, além de jantares realizados pelos pivôs ideológicos da comunicação, envolvendo políticos e autoridades de Brasília, como mostram algumas de suas publicações.

O próprio noticiário da imprensa, em matérias já citadas anteriormente, só confirma o que afirmamos acima, ao destacar que as empresas apostaram no crescimento da economia e na estabilidade do câmbio, na segunda metade dos anos 1990, e se endividaram em dólar para diversificar e aumentar a capacidade de produção⁵³ (e também garantir a sua posição de monopólio no mercado). Um relatório da ANJ, enviado ao BNDES em outubro de 2003,

⁵³Cf. Folha de São Paulo, “Mídia nacional acumula dívida de R\$ 10 bi”, Elvira Lobato, de 15 de fevereiro de 2004.

deixa claro que 80% das dívidas eram em dólar, e 83,5% tinham vencimento de curto prazo. O relatório também reforça o que falamos, pois segundo o presidente da ANJ na ocasião e um dos donos do Grupo O Estado de São Paulo, Francisco Mesquita Neto, todos os jornais, em graus variados, haviam investido na informatização das redações e na compra de impressoras novas para aumentar a tiragem e ter edições coloridas.

Foram gastos entre US\$ 600 milhões e US\$ 700 milhões na compra de rotativas e no aumento do parque gráfico, a partir de 1995. Isto é, o grosso da dívida acumulada era proveniente de novos negócios, numa tentativa desenfreada de manter o monopólio do setor a todo custo, envolvendo, inclusive, os setores de TV por assinatura, telefonia e *internet*. Sem capital próprio suficiente e sem linhas de crédito de longo prazo no país a juros compatíveis com o retorno dos investimentos, as empresas se endividaram em dólar. Vide a situação dos principais grupos de comunicação em 2004⁵⁴, de acordo com os dados divulgados pelos principais grupos econômicos de comunicação do país:

O Grupo Marinho (Organizações Globo)

O Grupo Roberto Marinho responde por 60% do endividamento total de R\$ 10 bilhões do setor. A Globopar tem uma dívida equivalente a US\$ 1,9 bilhão (cerca de R\$ 5,6 bilhões) e deixou de pagar aos credores em outubro de 2002, como já havíamos comentado. Essa cifra não inclui as dívidas da Infoglobo, que edita os jornais O Globo, Extra e Diário de São Paulo e é parceira do Grupo Frias (Folha da Manhã S.A) no jornal Valor Econômico, e das emissoras de rádio e da Rede Globo, que estão fora da estrutura da Globopar.

Outra confirmação a partir dos dados publicados pela mídia, conforme já destacamos antes, refere-se a aposta equivocada da Família Marinho, pois o endividamento da Globopar vem dos investimentos feitos, a partir de 1995, em TV a cabo (Net Serviços), em TV por satélite (o projeto Sky, em parceria com Rupert Murdoch) e na Glbosat. A abertura do mercado de telecomunicações, com o surgimento de novos serviços, e o fim do monopólio estatal da telefonia provocaram uma euforia de investimentos nesse setor, que se prolongou até a privatização da Telebrás, em 1998. “Durante o *boom*, havia dinheiro sobrando. Todos os investidores estrangeiros queriam aplicar no Brasil, sem questionar os projetos”⁵⁵, afirma o diretor de Planejamento e Controle da Globopar, Jorge Nóbrega. Este mesmo otimismo se estendia ao mercado da mídia impressa: era época de câmbio estável (US\$ 1 valia R\$ 1),

⁵⁴Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 15 de fevereiro de 2004.

⁵⁵Cf. Folha de São Paulo, Op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

crédito estrangeiro farto, crescimento do mercado publicitário (que não foi tão desfavorável assim) e otimismo com o aumento da circulação de jornais e revistas.

Em 1998, o Grupo Marinho lançou, simultaneamente, o jornal popular Extra, no Rio de Janeiro, para concorrer com O Dia, que havia batido O Globo em circulação aos domingos, além da revista Época, em São Paulo para concorrer com a Veja (Grupo Abril). O jornal consumiu R\$ 30 milhões em investimentos, e a revista, US\$ 40 milhões. Em 2001, após o investimento no Valor Econômico, o Grupo Marinho comprou o Diário Popular (atual Diário São Paulo), do ex-governador Orestes Quécia, pelo valor estimado de R\$ 200 milhões.

Grupo Abril

O dono do Grupo Abril⁵⁶, Roberto Civita, afirma que os investimentos feitos em TV por assinatura foram a principal razão do endividamento do seu grupo, que fechou o balanço financeiro de 2002 com uma dívida de R\$ 960 milhões (mas figurando entre os 300 maiores do Brasil, conforme demonstramos). A Abril é acionista majoritária da TVA, sistema de TV paga com transmissão por cabo e por microondas) e foi acionista da DirecTV, via satélite. As empresas que arriscaram investir em TV por assinatura dizem que o governo Fernando Henrique Cardoso, os bancos, os consultores, os investidores e elas próprias superestimaram o potencial do mercado brasileiro⁵⁷ (Ninguém fala em concentração de renda e perda de poder aquisitivo do minguado salário mínimo). Roberto Civita vai mais além, afirmando que o endividamento se deve “ao custo do capital no Brasil, e não a erros estratégicos” das empresas. Para Roberto Civita, “a dívida da Abril, comparada ao tamanho da empresa, seria pequena em qualquer país com custo financeiro razoável. Estamos sendo punidos pela ousadia, pela confiança e pela fé”.

Grupo Frias

O Grupo Frias inaugurou seu novo parque gráfico em 1995, que custou US\$ 120 milhões, investimento pago na época com recursos próprios.⁵⁸ Em 1996, lançou o provedor de acesso à *Internet* UOL (Universo Online) e a Plural, gráfica comercial em parceria com a norte-americana Quad Graphics. Em 1999, lançou o jornal Agora e, em 2000, associou-se ao Grupo Marinho para lançar o Jornal Valor Econômico. Embora o Grupo Frias tenha investido em *Internet* e gráfica comercial, seu endividamento, de R\$ 290 milhões, vem principalmente

⁵⁶ Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 15 de fevereiro de 2004.

⁵⁷ Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 15 de fevereiro de 2004.

⁵⁸ Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 15 de fevereiro de 2004.

dos investimentos feitos nos jornais Agora e Valor Econômico. Segundo o presidente do Grupo Folha, Luís Frias, a dívida do grupo, não é grande, se considerada a geração de caixa própria.

Grupo Mesquita

O Grupo Mesquita (O Estado de São Paulo) tomou empréstimos de US\$ 120 milhões no exterior para investimento no parque gráfico e na empresa de telefonia celular BCP. Segundo Francisco Mesquita Neto, “havia um cenário estratégico que quase te obrigava a tomar essas decisões, mas as projeções foram frustradas depois da desvalorização cambial, da queda da economia brasileira e do ataque terrorista de 11 de setembro.”⁵⁹ E completa: “A crise provocou um atraso no vôo de crescimento que imaginávamos..., [e] há dois anos estamos olhando apenas para dentro das empresas”.

O Grupo O Estado anunciou a conclusão da renegociação com seus credores, em dezembro de 2003, num longo processo, que resultou no afastamento da família Mesquita dos cargos executivos. Francisco Mesquita Neto assumiu o Conselho de Administração do grupo em 2004, e a família participa da orientação estratégica e editorial, mas saiu do dia-a-dia da administração do grupo. O grupo Estado foi acionista minoritário da empresa de telefonia celular BCP, que acabou vendida ao grupo mexicano Telmex, em 2003, após passar por longa crise. O Grupo Estado divulgou possuir dívida de R\$ 384 milhões no seu balanço financeiro de 2002.

Grupo Sirotsky

O investimento em telefonia foi uma das causas do endividamento do Grupos RBS, que declarou uma dívida de US\$ 125 milhões (cerca de R\$ 370 milhões, pelo câmbio de 2004).⁶⁰ O presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, afirma que a situação financeira do grupo estava equacionada em 2004, mesmo se não houvesse liberação de recursos pelo BNDES. A RBS foi, segundo Nelson Sirotsky, a primeira empresa de mídia a apostar em TV a cabo (Net Sul) e em telefonia. Foi acionista da telefônica CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações) e da empresa de telefonia celular BCP, mas vendeu sua parte nas teles em 1998 e passou o controle da Net Sul para a Net Cabo (Net Serviços), da Globo, em 2001.

⁵⁹Cf. Folha de São Paulo, op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

⁶⁰Cf. Folha de São Paulo, op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

Para Sirotsky, “fomos o primeiro grupo de comunicação a entrar em telefonia e o primeiro a sair..., e voltamos a nos posicionar como um grupo regional.”⁶¹ A aventura da compra de parte da CRT deu enormes prejuízos ao grupo, da qual teve que desfazer-se e acumulou dívidas, naquela que fora uma equivocada política de crescimento do grupo. Esta tentativa frustrada de entrar na telefônica CRT tinha a ver com a perspectiva de estabelecer um monopólio num ramo de negócios no qual a RBS não tinha qualquer experiência, mas no qual acreditava devido a estabilidade econômica e por ser uma área estratégica para a consolidação do grupo gaúcho do ponto de vista regional. Para financiar os investimentos em telefonia e em TV a cabo, o grupo lançou US\$ 175 milhões em títulos de dívida no exterior dos quais, segundo Nelson Sirotsky, US\$ 50 milhões já foram quitados.

Grupo Bandeirantes

O Grupo Saad (TV Bandeirantes) também em 1998, emitiu US\$ 100 milhões em eurobônus (títulos emitidos na moeda europeia, o euro) para quitar dívidas em reais, comprar novos equipamentos e para a produção de novelas e programa de entretenimento em parceria com a Sony, que foram um fracasso no Ibope.⁶² Segundo o consultor da presidência do grupo, Antonio Teles, além da falta de recursos externos, a juros convidativos, havia a convicção de que “a estabilidade do Plano Real e a paridade do dólar ao real, a moeda nacional, seriam para sempre”. Até 2004, a Bandeirantes mantinha ainda suspenso o pagamento da sua dívida externa de 2002 e estudava uma proposta de renegociação a ser apresentada aos credores.

2.6 A entrada de capital externo na mídia

A seguir, tentaremos demonstrar a ligação do governo Fernando Henrique Cardoso com os grupos de comunicação e sua proximidade com os pivôs ideológicos da mídia, ao aprovar a lei de entrada de capital externo na imprensa e na radiodifusão brasileira, bem como o respaldo da Oposição, liderada pelo PT, culminando com uma divisão no seio da ABERT, motivada também pela concorrência entre os empresários do setor.

A aprovação da medida deveu-se a ação política das elites dominantes a partir da mobilização de uma parcela da sociedade civil e também de boa parte do Congresso Nacional.

Neste sentido, contou com a colaboração do maior partido de esquerda no Parlamento em pleno ano eleitoral, cujo presidenciável era naquele momento o virtual vencedor nas urnas.

⁶¹Cf. Folha de São Paulo, op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

⁶²Cf. Folha de São Paulo, op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

A adesão do PT ao projeto das elites orgânicas significou uma mudança inédita de comportamento das esquerdas, uma vez que o PT fazia oposição ao monopólio da comunicação no Brasil e o seu líder máximo, o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, jamais escondera o a sua aversão ao papel representado por Roberto Marinho na política brasileira. Por outro lado, há a motivação econômica por trás da medida. A emenda ao artigo 222 da Constituição Federal que permitiu a entrada de capital estrangeiro na mídia fazia parte da estratégia da ABERT, que implicou um “racha” na entidade, juntamente com a ação partidária no Congresso levada a cabo pelo governo Fernando Henrique Cardoso na chamada operação “salva a Globo”. Essa estratégia iniciou com a (re) capitalização da Globo Cabo/Net Serviços através do BNDES durante a gestão tucana e prosseguiu com a tentativa de viabilização do chamado “Proer da Mídia”, como já chamamos a atenção antes, envolvendo boa parte da administração petista.

A primeira discussão pública sobre a mudança constitucional ocorreu no seminário "A Imprensa Em Questão", organizado pelo LabJor⁶³, em abril de 1996, no auditório da FIESP, em São Paulo, com a presença de dois vice-presidentes da ANJ e do presidente da FENAJ. Segundo o jornalista e coordenador do Observatório da Imprensa, Alberto Dines, “(...) antes mesmo de se discutirem os detalhes da emenda, foi de apoio a tudo o que pudesse significar uma capitalização das empresas jornalísticas - inclusive com recursos do exterior - já que isto significaria a manutenção e até mesmo ampliação dos postos de trabalho”. O jornalista lembra que o Jornal Unidade, do sindicato de jornalistas de São Paulo, de setembro de 1995, publicou matéria de apoio, ressaltando, contudo, que “(...) uma posterior troca no comando da FENAJ promoveu o abandono desta postura de pragmatismo responsável.”⁶⁴

Ao comentar sobre a posição dos partidos no Congresso Nacional, Alberto Dines ressalta que a Oposição, também nesta questão, manteve uma atitude “omissa”, embora na corrida final suas lideranças na Câmara tenham ajudado a apressar a tramitação, referindo-se principalmente a mudança de postura do PT. “No início, tentaram estigmatizar a emenda com as habituais acusações de ‘neoliberalismo’, ‘desnacionalização’, etc. Depois, deram-se conta de que 30% do capital de uma empresa nas mãos de estrangeiros não chega a constituir perigo. Sobretudo diante da ampla desnacionalização que se processa clandestinamente.

⁶³Cf. Alberto Dines, “O que falta lembrar”, Campinas (SP), Observatório da Imprensa/LabJor, Edição Especial, “Balança 2001”, n.º. 153, de 1.º. de janeiro de 2002, que acrescenta que a primeira sugestão escrita foi publicada na seção "O Circo da Notícia", então veiculada no mensário Imprensa e hoje parte do Observatório da Imprensa, este último integrante do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor), da Unicamp. Através dos seus dirigentes-fundadores, o LabJor procurou o deputado federal Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP) para sugerir a emenda.

⁶⁴Cf. Alberto Dines, Op.cit., idem.

Comprova-se, mais uma vez, que as oposições são reformistas em algumas questões. Em outras, preferem o *status quo* – quanto pior, melhor”⁶⁵, reforça.

2.6.1 Globo e Folha contra o capital externo

Para Luiz Egypto, os maiores grupos econômicos de mídia no país, historicamente fundados numa estrutura familiar de propriedade, foram, no início, resistentes às mudanças⁶⁶, o que reforça a tese do historiador norte-americano Robert W. McChesney⁶⁷. Mas para os grupos regionais, também familiares e vinculados ao poder político local, as mudanças no artigo 222 da Constituição “soaram como música, pois se encontravam exauridos na capacidade de investimento. Os grandes só se mexeram depois da crise cambial de 1999, quando os ‘capitães da mídia’ sentiram o baque da crise e delegaram aos herdeiros autonomia para tratar do assunto.”⁶⁸ O mais poderoso dos grupos de comunicação, o Grupo Marinho, sempre foi contra a PEC. Mas no segundo semestre de 2001 pesaram demasiado no balanço da *holding* Globopar alguns respeitáveis prejuízos de empresas coligadas, especialmente a Net Serviços. As resistências do Grupo Marinho foram, então, quebradas.

Em 20 de novembro de 2001, “a fina flor do patronato midiático brasileiro ofereceu histórica *photo-opportunity* aos seus próprios veículos, que a reproduziram no dia seguinte, acompanhada de matérias alentadas. Os dirigentes empresariais avisavam ter abraçado as alterações previstas na PEC, sobretudo no que concerne à abertura do capital das empresas ao dinheiro estrangeiro”, reforça em seu artigo o integrante do LabJor. Agypto lembra, porém, que quando os calos começaram a apertar, especialmente depois da “farra” das privatizações e do *boom* da *internet*, muitas empresas de comunicação montaram criativos repertórios de arranjos legais para concretizar parcerias com grupos estrangeiros - e socorrem-se do seu

⁶⁵Cf. Aberto Dines, Op. cit. Idem, ibidem.

⁶⁶Cf. Luiz Egypto, “Artigo 222, propriedade e controle”, Observatório da Imprensa, LabJor, Edição Especial, “Balança 2001”, nº. 153, de 1º. de janeiro de 2002.

⁶⁷Cf. Robert W. McChesney, *Rich Media, Poor Democracy* (Democracia Pobre, Mídia Rica), 1999, que analisa o mercado global dominado pelas corporações transnacionais com sede nos Estados Unidos (Time Warner é a maior do mundo em termos de faturamento, US\$ 27 bilhões em 1998), chamando a atenção para a existência de um “segundo time” com rendimentos de mais de US\$ 1 bilhão por ano (caso das Organizações Globo como já destacamos), que domina o mercado mundial, cuja característica não menos fundamental, é a forte oposição ao sistema global quando não lhes convém, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. McChesney cita o exemplo dos grupos Televisa no México, Marinho no Brasil, Clarín na Argentina e o Cisneros na Venezuela, que estão entre as 60 ou 70 maiores corporações de mídia do mundo, que tendem a manter diferentes agendas políticas adequadas a seus negócios internamente.

⁶⁸Cf. Luiz Egypto, Op. cit., idem.

capital em dólar, portanto muito antes da aprovação da mudança constitucional, que só ocorreria no ano eleitoral de 2002.

São exemplos dessas artimanhas para burlar a lei: a) o sócio nativo mantém o título e a redação, mas o estrangeiro é dono da infra-estrutura de produção gráfica e da comercialização; b) uma participação estrangeira minoritária numa empresa subsidiária do grupo econômico de comunicação transforma-se, por acordo de acionistas, em cessão do controle daquela empresa sob a contrapartida de futuro aporte de capital; c) o sócio estrangeiro cria uma empresa no Brasil, constitucionalmente considerada como brasileira, e estabelece operações-parceiras com a empresa nacional familiar.⁶⁹ Para Alberto Dines, as reclamações aparecidas na imprensa na ocasião, sobretudo na *Folha de S.Paulo*, não levavam em conta um dado elementar: embora fosse vedado, nos últimos anos, a maioria dos grandes grupos mediáticos nacionais já vinha driblando o espírito e/ou a letra da Constituição. Quase todos fizeram parcerias com grupos internacionais. Em maior ou menor grau, ostensiva ou enviesadamente. “E aqueles que ousaram chamar a atenção para a ilegalidade foram punidos. Sobretudo os que o fizeram nos veículos do Grupo Folha.”⁷⁰

O coordenador do Observatório da Imprensa qualifica de “fingida oposição” e de “formalidade cínica” para mostrar independência já que, àquela altura, a emenda estava garantida no acerto entre os líderes partidários e praticamente aprovada em primeira votação. E critica ainda o falso argumento da Folha da desnacionalização da cultura brasileira com a abertura de capital. Segundo Alberto Dines, a Globo resistia ao percentual de 30% de investimento de capital externo nas empresas brasileiras e à eventual criação de um conselho ou de uma agência reguladora para gerenciar a entrada do capital estrangeiro. Mas que, no mês de outubro de 2001, porém, a empresa teria mudado de posição, pois o renascimento do projeto agradaria às empresas de comunicação, que avaliavam precisar de capital externo para enfrentar as difíceis perspectivas econômicas para aquele ano e o seguinte, que era ano eleitoral, quando a Globopar anunciaria a moratória da dívida.

⁶⁹ Alberto Dines, “222 e farisaísmo”, Observatório da Imprensa, edição especial, Balança 2001, n.º 153, de 1.º de janeiro de 2002, que reforça a tese de Luiz Egypto citada anteriormente. Tese compartilhada também pelo professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM), diretor-presidente da *Dainet* Multimídia e Comunicações e diretor do Grupo de Mídia de São Paulo, Antonio Rosa Neto, que mostra em sua obra *Atração Global: a convergência da mídia e tecnologia*, no capítulo intitulado “Alianças, fusões & aquisições: o grande *business* da mídia” (p.31-34), que a solução encontrada pelas emissoras brasileiras para driblar a barreira da proibição para o capital estrangeiro sempre foi o velho “jeitinho”.

⁷⁰ Cf. Alberto Dines, Op. cit., idem.

Havia acordo na Câmara que garantiria a obtenção dos 308 votos necessários a fim de tornar lei a emenda constitucional que modifica o artigo 222 da Constituição (precisaria ser votada em dois turnos na Câmara e Senado) - uma das principais resistências viria do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que discordava da eventual agência reguladora, somando-se a Globo. (A Rede Record defendia aumentar o limite de participação da pessoa jurídica, ou seja, das empresas brasileiras na aquisição das empresas de mídia, para até 50% do seu capital, no que seria mais tarde atendida, pois a lei garantiu 100% do capital da pessoa jurídica com sede no país na participação das empresas nacionais de comunicação). A proposta original, pronta para ir à votação, permitia a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação brasileiras até o limite de 30%, o que foi consenso e aprovado. No caso de emissoras de radiodifusão, os demais 70% teriam de pertencer a pessoas físicas brasileiras natas ou naturalizadas há mais de dez anos, também mantido e aprovado por consenso. Já em jornais e revistas, os 70% poderiam pertencer a pessoas físicas brasileiras ou jurídicas, desde que controladas por brasileiros. Após a sua aprovação, a emenda 222 à Constituição ainda dependia da aprovação pelas duas Casas legislativas de uma nova lei para regulamentar de forma definitiva a entrada de capital externo na mídia brasileira, o que deveria acontecer somente no segundo semestre de 2002, em pleno calor das eleições presidenciais.

2.6.2 O repúdio dos movimentos populares e o apoio dos pivôs da mídia

Através de manifesto aprovado em 2 de dezembro de 2001 na sua VIII Plenária, realizada em Brasília de 30 de novembro a 2 de dezembro, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)⁷¹, uma das mais respeitadas entidades da sociedade civil em prol da democratização da comunicação no Brasil, além de outros organismos ligados ao movimento agrário e sindical, a exemplo do MST e da FENAJ, declarou a sua posição contrária a mudança ao artigo 222 da Constituição. Para o FNDC, a Proposta de Emenda à Constituição era inaceitável porque a alienação do capital e do controle das empresas nacionais de mídia a empresas estrangeiras não podia ser premissa - tal como pretendia o empresariado de comunicação, com o apoio do Governo Federal - para um

⁷¹Cf. Observatório da Imprensa, edição especial, Balança 2001, n°. 153, de 1°. de janeiro de 2002.

processo de reconstituição institucional e jurídica da área das comunicações, que ainda estava por ser debatido.

O argumento defendido pelo FNDC, na ocasião, era de que esta área encontrava-se jurídica e institucionalmente em estado caótico: a legislação estava defasada e, em muitos casos, era simplesmente descumprida, fato que não mudou muito de lá para cá. O outro argumento, era de havia conflito de competência entre a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Ministério das Comunicações. Além disso, preparava-se, sem o amparo da lei, a introdução de uma revolução nos sistemas e no mercado de comunicação com a implantação da tecnologia digital nos segmentos de TV, rádio e TV por assinatura. E, por último, a exemplo do que nós já falamos, as empresas de comunicação enfrentavam um quadro de crise econômica, devido a crônicos problemas de gestão e incompetência empresarial mas, também, por contingências de mercado.

O FNDC alega no manifesto que, mesmo com todos os problemas e limitações verificados na atuação das atuais empresas familiares brasileiras de mídia, a preservação do controle destas empresas no interior do país era fundamental para a afirmação da soberania nacional. O contrário disso seria a entrega dos principais meios contemporâneos de produção da cultura e de disseminação de idéias, valores e concepções a interesses estranhos aos do país, ao lembrar os trágicos acontecimentos de 11 de setembro, no qual a mídia norte-americana tornou-se uma máquina da propaganda de George W. Bush. O manifesto faz um alerta, informando que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em audiência concedida no dia 19 de novembro de 2001 aos representantes dos principais grupos de mídia do país, manifestou incondicional apoio à abertura do setor ao capital estrangeiro. E que, no dia 22 de novembro daquele ano as entidades signatárias do manifesto protocolaram, junto ao Palácio do Planalto, uma solicitação de audiência com o presidente da República para apresentar a posição das entidades, mas não tiveram resposta.

Neste sentido, o FNDC acusa no documento Cardoso de desrespeitar os anseios populares, não se dispondo sequer a ouvir outras posições da sociedade civil sobre o tema, ao mesmo tempo que associou-se ao empresariado para promover a abertura da mídia brasileira ao capital estrangeiro, sem maiores discussões. A nota afirma ainda que Cardoso, em audiência concedida em 1995 à Fenaj, no começo de seu primeiro mandato, comprometeu-se a atuar e a mobilizar os partidos da base governista pelo cumprimento da Lei 8.389 e viabilizar a composição e instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão de

assessoramento do Senado Federal. A promessa não foi cumprida e nem o presidente tucano e nem os partidos da base de apoio do governo atuaram para assegurar o cumprimento desta lei. Isto é, “o próprio Presidente da República assumiu a condição de co-responsável pelo caos econômico, jurídico e institucional em que hoje se encontra a área das comunicações no país e que agora está sendo invocado para justificar a abertura ao capital estrangeiro”⁷², afirma o documento. O manifesto conclui, lembrando que a Constituição “está repleta de princípios para a área das comunicações que persistem desprezados. As leis nº 8.389/1991 e nº 8.977/1995 que regulamentam, respectivamente, o Conselho de Comunicação Social e o Serviço de TV a Cabo, estão sendo descumpridas pelo próprio Congresso Nacional”. O Conselho deveria estar composto e instalado em abril de 1992, “o que caracteriza quase dez anos de violação da lei pelo Congresso.”(Ele seria instalado numa “jogada” da Oposição em troca da aprovação da emenda de entrada do capital externo na mídia em 2002). “A legislação de radiodifusão vigente - a Lei 4.117 e o Decreto-Lei 236 - está sendo, em muitos aspectos, ostensivamente descumprida pelas empresas de rádio e televisão com a omissão e a complacência do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e da Procuradoria da República.”⁷³

Assinam o manifesto, além do FNDC, as seguintes entidades da sociedade civil:

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ
- Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Abraço
- Conselho Federal de Psicologia - CFP
- Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - Enecos
- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão - FITERT
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES
- Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM
- União de Redes Radiofônicas - Escritório Brasileiro da AMARC - UNIR/AMARC.

⁷²Cf. Observatório da Imprensa, Op.cit., idem.

⁷³ Cf. Observatório da Imprensa, Op.cit., idem, ibidem.

Os três principais pivôs ideológicos da mídia a ANJ, ABERT e ANER⁷⁴, que formam um eixo de poder importante do empresariado brasileiro da comunicação, posicionaram-se favoráveis a proposta de emenda constitucional ao artigo 222, declarando uma posição contrária ao FNDC, embora utilizando-se de alguns conceitos defendidos pelos movimentos populares. Para as entidades do empresariado da comunicação, a Câmara dos Deputados teria a oportunidade de fortalecer um setor vital ao pleno exercício da “soberania nacional” e da “democracia” se aprovasse a mudança constitucional, como de fato acabou ocorrendo. Na nota, os pivôs ideológicos empregam quatro termos emblemáticos, “justo”, “fortalecido”, “competitivo” e “soberano”, para dizer que o Brasil precisa de um mercado de comunicação competitivo e capitalizado para fazer frente a globalização econômica afim de conseguir manter a sua soberania, argumento que remonta a velha tradição do pensamento liberal clássico que defende a autonomia financeira como sinônimo de liberdade de expressão.

Através da nota, os pivôs não acham “justo”, que a mídia brasileira só possa ser constituída por pessoas físicas (e não jurídicas, empresas), o que dificulta o acesso ao mercado de capitais e à bolsa de valores, impondo aos veículos uma restrição que não recai sobre os demais setores. Com a mudança, o mercado se abriria para o investimento de outras empresas brasileiras. “Isso terá grande importância nos mercados locais, onde é mais difícil fazer frente às elevadas despesas com tecnologia”⁷⁵, afirma a nota. Assim, com a mudança constitucional, o mercado brasileiro sairia “fortalecido”, pois com o novo texto o Brasil ampliaria a sua integração no cenário mundial, pois o setor de comunicação é um dos poucos ainda fechados ao capital estrangeiro. Os pivôs argumentam que a abertura “com limites” tem sido adotada nos principais países desenvolvidos, entre eles os Estados Unidos, a França e a Alemanha. E destacam como única garantia à soberania nacional a comunicação ao Congresso Nacional de qualquer mudança no controle acionário das empresas, apesar de não levar em conta que os deputados e senadores são donos de veículos de radiodifusão, motivo de recente ação impetrada pelo LabJor e uma dezena de entidades da sociedade civil junto à Procuradoria da República, pedindo a cassação dessas outorgas, consideradas ilegais e imorais.

Por lógica de raciocínio, o documento da ANJ, ABERT e ANER afirma que uma vez capitalizadas e revigoradas, as empresas poderão se tornar “competitivas” e fazer frente ao

⁷⁴Cf. Observatório da Imprensa, edição especial, Balança 2001, n.º. 153, de 1.º. de janeiro de 2002, cuja nota leva o título “Por um mercado de comunicação moderno”.

⁷⁵Cf. Observatório da Imprensa, Op. cit., idem.

aumento da concorrência e à entrada no mercado de gigantes internacionais das telecomunicações e internet, que operam livres de restrições. “Em um cenário de transformações contínuas, como o advento da TV a cabo, *internet*, TV por satélite e TV digital, dispor de recursos que permitam uma rápida readequação tecnológica é absolutamente vital”⁷⁶, ressalta a nota. Por fim, os pivôs ideológicos lembram que, diante de tais salvaguardas e avanços, teríamos uma mídia “soberana” e democrática, já que a proposta em discussão, depois de aprovada, passaria a assegurar que todas essas mudanças serão feitas com a garantia de que brasileiros serão os responsáveis pela gestão e produção editorial das empresas. “Não haverá, portanto, qualquer risco à soberania”, argumentam. Pelo contrário, reforça a mesma nota, “em um mundo onde a comunicação tem cada vez maior importância, onde cresce a diversificação, onde surgem novas mídias, onde a velocidade tem caráter decisivo, manter o mercado engessado é que pode colocar em risco aquilo que se quer preservar”.

Os pivôs políticos dos grupos de comunicação concluem que às necessidades advindas com a revolução tecnológica da última década “nos faz ter a consciência de que a realidade mudou e que é preciso buscar o melhor caminho para o país”, e “ele está num mercado livre das atuais restrições legais”, que darão “às nossas empresas de comunicação condições de enfrentar os desafios do futuro”. Assinam a nota, os pivôs ideológicos:

- ANJ - Associação Nacional de Jornais
- ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- ANER - Associação Nacional de Editores de Revistas.

2.6.3 O PT no apoio à emenda 222

A Câmara dos Deputados havia aprovado, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que abre ao capital estrangeiro a participação de até 30% na composição acionária das empresas brasileiras de comunicação⁷⁷, como já frisamos, mais ela ainda precisaria ser votada em segundo turno na Câmara e em outros dois turnos no Senado, o que realmente aconteceu no primeiro semestre de 2002. Outra garantia aprovada no novo texto

⁷⁶Cf. Observatório da Imprensa, Op. cit., idem.

⁷⁷Cf. Jornal da ABERT, ano III, n.º. 60, primeira quinzena de dezembro de 2001.

(houve outras versões da proposta, que foram modificadas ao longo do tempo) define que além de deter pelo menos 70% do capital total e votante das empresas, brasileiros terão poder decisório para gerir suas atividades e para estabelecer o conteúdo da sua programação.

Um detalhe importante, que também já chamamos a atenção antes: a entrada do capital estrangeiro só seria permitida após a aprovação de uma lei ordinária para regulamentar o assunto. Ou seja, num cálculo bastante otimista, isto somente ocorreria no segundo semestre de 2002, no momento “quente” da corrida presidencial, oportunidade em que deveria tramitar, num Congresso Nacional “esvaziado” por causa das eleições presidenciais, um novo projeto de lei para iniciar-se todo o ritual, visando novamente a sua aprovação nas duas Casas legislativas. Tarefa praticamente impossível num ano eleitoral. Mas como a crise financeira do Grupo Marinho havia sido agravada por causa da situação quase falimentar de seu canal a cabo, a Net Serviços em 2001, em que pese a celeridade na aprovação da emenda ao artigo 222 no início de ano de 2002, não haveria tempo hábil e nem disposição parlamentar para votar esta regulamentação, o que traria ainda mais prejuízo às Organizações Globo (e também aos outros grupos em igual situação), na sua busca desesperada por novos parceiros para escapar da moratória.

Deste modo, ante a crise iminente do Grupo Marinho, o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou uma medida provisória (MP nº. 70), para somar as outras iniciativas já tomadas através do BNDES afim de beneficiar Roberto Marinho. Atitude que se mostrou insuficiente, devido ao tamanho da crise financeira da Globopar, que acabaria decretando a moratória, ocorrida no mesmo dia em que o presidente recém-eleito do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, era novamente entrevistado, ao vivo, da bancada do Jornal Nacional, como também já falamos, naquela que ficou conhecida pelos credores internacionais das Organizações Globo, como a “fatídica noite de 28 de outubro” de 2002. Entretanto, é importante lembrar que sem o apoio da bancada do PT a emenda ao artigo 222 da Constituição não teria sido aprovada, pois a articulação do partido de Lula foi fundamental para “quebrar” a resistência junto às bancadas das esquerdas no Congresso Nacional.

Para José Genoíno (PT-SP), a aprovação da PEC, em primeiro turno na Câmara, foi um grande avanço⁷⁸, ao comentar sobre a inclusão da obrigatoriedade para os outros meios eletrônicos de comunicação, além do rádio e da TV, de obedecer ao artigo 221 da Constituição, que dispõe sobre a produção e a programação das emissoras, atendendo aos princípios de preferência a finalidades educativas, artísticas e culturais (bem como o estímulo à produção independente). Enquanto o deputado Jorge Bittar (PT-RJ) justificou o seu voto

favorável, destacando que “a PEC representa o retorno do debate sobre as comunicações”, debate, segundo o parlamentar, que estaria praticamente “adormecido na Câmara.”⁷⁹ “Não vejo como bicho papão”, argumentou o senador petista José Eduardo Dutra, ao comentar sobre a aprovação da emenda ao artigo 222, defendendo como “bem vinda” a abertura do capital, lembrando a necessidade de instrumentos de controle do caráter cultural, da soberania e da identidade nacional.⁸⁰

É um “Passo para a modernização”⁸¹, como assinalou a ANJ através da manchete do seu jornal, destacando na matéria de capa a aprovação da lei de entrada do capital externo via emenda constitucional aglutinativa n.º. 1/2001, por ser fruto de consenso, (que introduziu a novidade da permissão a que pessoas jurídicas sejam proprietárias de empresas de comunicação, o que antes só se admitia a pessoas físicas), trazendo a fala de deputados do PT.

José Genoíno (PT-SP), ao manifestar seu voto de apoio à proposta, lembrou que a Câmara estava estabelecendo um critério: ”Nesta área, a comunicação é poder, a comunicação social é identidade, a comunicação social é cultura, e o País não pode abrir mão de sua identidade.”⁸² José Genoíno acrescentou que “entre a anarquia e a informalidade atual, prefiro dizer: o capital estrangeiro pode entrar. O PT não é contra o capital estrangeiro, mas ele deve estar submetido a regras. Dizer que a produção, a gestão e a programação são dirigidas por brasileiros não é qualquer coisa. Sei que não resolve, mas é uma garantia constitucional para que possamos assegurar a identidade do País”.

Por último, o parlamentar petista acentuou que todos ali queriam estabelecer “uma relação positiva e democrática do Parlamento brasileiro com os meios de comunicação, que podem ter participação do capital estrangeiro. Eles são privados, mas nós temos valores dos quais não vamos abrir mão. A emenda aglutinativa é um grande avanço. A emenda original não servia. Nós não podemos escancarar. Abrir, sim, mas com critérios, com regras e com respeito àquilo que é essencial: a preservação da identidade, dos valores e da cultura deste País”⁸³, enfatizou José Genoíno. Fala que poderíamos traduzir de outra forma, conforme o testemunho de um grande intelectual orgânico das elites na época e um dos donos do Grupo Abril, Roberto Civita:

⁷⁸Cf. Jornal da ABERT, Op.cit., idem.

⁷⁹Cf. Jornal da ABERT, Op.cit., idem, ibidem.

⁸⁰Cf. Jornal da ABERT, ano IV, n.º. 63, primeira quinzena de março de 2002.

⁸¹Cf. Jornal da ANJ, n.º. 166, de janeiro/fevereiro de 2002.

⁸²Cf. Jornal da ANJ, Op.cit., idem.

⁸³ Cf. Jornal da ANJ, Op.cit., idem, ibidem.

- “(...) Pensam que a Abril apóia o programa do Fernando Henrique. A questão está mal colocada. Não é a Abril que apóia o programa do Fernando Henrique. É o Fernando Henrique quem apóia o programa de governo Abril.”⁸⁴

2.6.4 O “racha” na ABERT e a criação da UneTV

No ano eleitoral de 2002 haveria um racha na direção da ABERT, tida como braço da Globo⁸⁵, com a criação pelas redes Bandeirantes, SBT e Record⁸⁶ de um novo pivô ideológico empresarial do setor de radiodifusão, chamado de União de Redes e Emissoras de Televisão (UneTV), motivado justamente pela aprovação da emenda de entrada de capital externo nas comunicações (sobretudo quanto ao seu direcionamento). Além da discordância em relação ao modelo de TV digital para o Brasil, que iria, para alguns, beneficiar a Rede Globo (como já falamos anteriormente), dentre outras razões não menos manifestas e relacionadas a concorrência empresarial.

Em relação ao primeiro aspecto, destacamos que os empresários das redes de televisão “dissidentes” criticaram a ABERT por ter junto com a Globo⁸⁷ negociado com os partidos de Oposição o apoio da entidade e da “bancada da mídia” no Congresso Nacional à instalação do Conselho de Comunicação Social, previsto pela Constituição de 1988, em troca da aprovação da emenda constitucional que abriu o país a entrada de capital estrangeiro. Segundo Luiz Eduardo Borgeth, consultor do SBT, a negociação era dispensável, porque a votação na Câmara era tranqüila e a aprovação da emenda, garantida. E, depois, argumenta Borgeth, o acordo foi feito de forma verbal por Evandro Guimarães, vice-presidente das Organizações Globo e vice-presidente da ABERT sem consultar as demais redes de televisão.⁸⁸ A

⁸⁴Cf. Carta Capital, “Esquema Salva-Globo”, n.º. 181, 20 de março de 2002, destacando que para se entender “qual e tamanha é a relação entre poderes constituídos no Brasil, vale uma rápida visita ao gabinete de Civita [Roberto Civita], no 24.º andar do número 7.221, Marginal Pinheiros, São Paulo. (...) A mesa de Civita fica diante do aparador. Sobre ele, fotos. A mulher, os filhos, a família. Além dos Civita, mais uma, só mais uma foto. De Fernando Henrique Cardoso”.

⁸⁵Cf. Folha de São Paulo, “rompidas com ABERT, redes de TV vão criar nova entidade”, Elvira Lobato, 01 de março de 2002, com o intuito de combater a influência do Grupo Marinho na ABERT, o que não significou o seu total abandono. A Bandeirantes continuou participando da AESP e a Record, através das afiliadas, foi estimulada a permanecer na ABERT.

⁸⁶Lembramos que a Rede Record, do bispo Edir Macedo da Igreja Universal, controla a Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (ABRATEL), criada em 11 de março de 1999, com sede em Brasília.

⁸⁷Cf. O Estado de São Paulo, “Empresas de mídia protestam contra ABERT”, de 28 de fevereiro de 2002, que destaca que as três redes eram favoráveis a PEC.

⁸⁸Cf. Folha de São Paulo, “rompidas com ABERT, redes de TV vão criar nova entidade”, Elvira Lobato, 01 de março de 2002, que destaca o regulamento dos serviços de multimídia aprovado no ano de 2001 pela ANATEL, como mais uma foco de tensão entre as redes abertas de televisão e a ABERT. Argumento que, depois, mostrou-se falso, pois o ministro Juarez Quadros, das Comunicações, atenderia aos reclames das televisões a partir justamente da pressão da ABERT, revogando a medida.

aprovação da emenda teve o apoio da bancada de Oposição no Congresso Nacional liderados pelo PT.

O integrante da Comissão de Comunicação do Senado e coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), jornalista e escritor, Daniel Herz,⁸⁹ discorda da maneira como foi aprovada a emenda 222 à Constituição, apresentando uma visão um pouco diferente dos membros da UneTV, sobretudo devido a postura anti-democrática dos representantes patronais. Segundo Herz, o argumento do FNDC era rejeitar a forma como estava sendo promovida a abertura, porque não havia nenhuma segurança no campo político, econômico e cultural. Era uma ameaça à soberania nacional (vide a nota do FNDC que destacamos acima), argumentando que adotou-se apenas “salvaguardas formais”. Isto é, o controle administrativo das empresas ficaria nas mãos de brasileiros, com os estrangeiros assumindo o mero papel de investidores. E ele pergunta: “Qual o empresário que vai botar dinheiro sem dar o rumo na empresa? “

Herz acrescenta que houve um respaldo *sui generis* dos partidos de Oposição e a rapidez na sua aprovação. Destaca que no bloco das esquerdas, como já destacamos antes, o PT “hegemonizou” o debate e adotou-se uma posição oportunista em virtude do processo eleitoral em curso, alegando não saber o alcance disso: “Pode demonstrar uma cooperação ativa no processo eleitoral, ou o bom mocismo perante o capital internacional”, afirma. O escritor lembra que a nova lei foi aprovada na Câmara através de um consenso entre os partidos, destacando que o FNDC resistiu no Senado e negociou, então, ante a iminente aprovação da lei do capital externo, a implantação da Comissão de Comunicação do Congresso Nacional (lei sancionada em 1991), mais que há 11 anos era descumprida, prevista na Constituição Federal de 1988, representando uma luta de 14 anos.

Portanto, a tendência da bancada de Oposição era reproduzir no Senado as mesmas posições da Câmara, mas o FNDC conseguiu demonstrar os equívocos da nova lei, o que causou enorme constrangimento às esquerdas. Por isso, como compensação, aprovou-se a instalação da Comissão de Comunicação. Dias antes da realização do primeiro turno das eleições presidenciais, que seria realizada em 6 de outubro de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso publicou no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº. 70, que sacramentou a entrada do capital externo na mídia, que dependia de lei complementar para ser regulamentada no país, e que precisava ser votada na Câmara e no Senado em meio as eleições

⁸⁹Cf. Daniel Herz em palestra sobre o capital estrangeiro durante a II Semana do Jornalismo realizada no período de 5 a 9 de agosto de 2002 na Universidade Federal de Santa Catarina (além de depoimento ao autor).

presidenciais, como já falamos. A MP 70 praticamente repete o texto da ABERT, que a entidade colocou a consulta pública junto aos seus associados.

Lembramos que no governo de Fernando Henrique Cardoso a Comissão de Educação do Senado aprovou, em 5 de novembro de 2002, o projeto de lei que permite ao capital estrangeiro assumir o controle de empresas de TV a cabo brasileiras, antes proibido pela Constituição Federal. A Globopar, que tem participação na Net Serviços e na Sky, seria uma das beneficiadas. A nova lei de TV a cabo ainda estava sujeita a revisões no Congresso, mas o que queremos destacar como importante para a análise é o poder da mídia, como ficou demonstrado através das palavras do autor do projeto, o senador Ney Robinson Suassuna (PMDB-PB), que afirmou ter subscrito a idéia apresentada pelas próprias empresas, alegando que a “urgência está no balanço das empresas do setor.”⁹⁰ E acrescentou: “Temos no país mais de dez empresas de TV a cabo inteiramente falidas”, (leia-se Net Serviços/Grupo Marinho) e “elas estão com prejuízos homéricos. Têm dívida no exterior e essas dívidas precisam ser transformadas em participação para viabilizar o negócio.”

Em relação a TV digital⁹¹, houve a acusação por parte de membros da UneTV de que a aprovação do tipo de tecnologia pela ABERT, que decidiu pelo modelo japonês, somente visava favorecer a Rede Globo, garantindo-lhe dianteira na utilização da nova tecnologia, pelas facilidades técnicas de adaptação, pois o Grupo Marinho trabalharia com os mesmos fornecedores de equipamentos, dado também já comentado por nós. Outro fato digno de nota: a lei que autoriza a participação de capital estrangeiro e de pessoas físicas nas empresas nacionais de comunicação, bem como a MP n.º. 70, não fixam qualquer norma em relação a capitalização da radiodifusão pública ou qualquer outro tipo de contrapartida ou incentivo de apoio a formas alternativas de comunicação, tais como o melhoramento da radiodifusão educativa, esta última colocada na condição de penúria financeira por falta de interesse político.

2.6.5 A moratória da Globo e o rompimento dos contratos

A exemplo do que já comentamos, é importante frisar mais uma vez que a emenda constitucional que abriria o capital das empresas nacionais ao financiamento externo, que teve

⁹⁰Cf. Folha de São Paulo, caderno Dinheiro, de 07 de novembro de 2002.

⁹¹Cf. Exame, “O futuro da TV”, Helio Gurovitz, n.º. 16, de 7 de agosto de 2002, que mostra numa reportagem de nove páginas, como a revolução digital vai aumentar o poder de escolha do consumidor, gerar negócios bilionários - acima de 6 trilhões de dólares, em todo o mundo, na próxima década, e cerca de 100 bilhões desse total no Brasil. Com a tecnologia digital será possível assistir a tudo não apenas onde quisermos, mas

uma longa trajetória, somente foi aprovado num momento de forte crise econômica, marcado pela renegociação das dívidas de várias empresas de comunicação, lideradas pelo Grupo Marinho, que mesmo assim não escaparia da moratória, um marco histórico, principalmente, devido as coincidências já lembradas anteriormente.

A crise financeira do Grupo Marinho foi detonada, principalmente, pelo situação de quase insolvência da Net Serviços (ex-Globo Cabo), que registrou uma dívida de R\$ 1 bilhão em 2001. Administrada pela *holding* do grupo, a Globopar, a Net cabo acabaria recebendo aporte financeiro do seu principal acionista, o BNDES, da ordem de R\$ 360 milhões naquele mesmo ano, que não impediria mesmo assim a decretação da maratória. Contudo, é importante ressaltar que o anúncio de que um banco estatal de fomento era acionista de uma empresa de comunicação em situação quase falimentar no momento em que o setor de comunicação passava por sérias dificuldades, assim como a sua divulgação no início do ano eleitoral de 2002, provocou muitos protestos na opinião pública.

Portanto, a situação crítica da Globopar antecipou-se aos fatos e atropelou os prazos, o que explica a atitude desesperada do presidente Fernando Henrique Carsoso em baixar a MP nº. 70 dentro daquele espírito da chamada operação “salva Globo”. Se, por um lado, havia a urgência na aprovação da emenda para ajudar as empresas de comunicação em crise, por outro, não havia mais tempo no adiamento da situação de comprometimento financeiro das Organizações Globo. Falamos em crise financeira, e não falência, porque o Grupo Marinho contava com o respaldo da TV Globo, pois como é sabido, a *holding* Globopar administra apenas uma parte das empresas. A outra parte, o “file mignon” representado pela TV Globo e outras grandes empresas do grupo, é controlada diretamente pela família Marinho (acionista majoritário), gozando de perfeita saúde financeira no período, a exemplo do que ocorre nos dias atuais.

Em suma, o que estamos querendo afirmar é que essas medidas adotadas pelo governo tucano com a justificativa de pretender tirar a mídia da crise, visava, basicamente, salvar uma parte das empresas Marinho do debacle geral, com a utilização indevida de recursos públicos, baseados em contabilidades suspeitas, com o argumento de que BNDES precisava salvar o seu patrimônio investido na Globopar. O que gerou um grande protesto, inclusive, de parte da mídia nacional. Por outro lado, tratou-se do acionamento de esforços jurídicos de ocasião, em pleno jogo eleitoral, a exemplo da lei da entrada de capital externo e a MP nº. 70, com o apoio das Oposições.

também quando quisermos. Além disso, o telespectador pode assistir a um anúncio e comprar o produto imediatamente, selecionando a marca e os preços dos produtos.

Obviamente, que a aprovação da MP 70 não acabou com a angústia da Globo, que suspenderia o pagamento de sua dívida por 90 dias no dia 28 de outubro de 2002, levando os banqueiros *Wall Street* a lamentar a iniciativa. Deste modo, o Grupo Marinho descumpriria a lei sagrada tantas vezes defendida por seus próprios veículos de comunicação durante as eleições presidenciais e principal mote da campanha de 2002 no que diz respeito ao cumprimento dos contratos, diga-se de passagem, bastante cobrado dos partidos de Oposição. Esta atitude foi fortalecida por dois fatos simbólicos bastante emblemáticos ocorridos no mesmo dia ao da decretação da moratória: a entrevista de mais de uma hora, ao vivo, da bancada do Jornal Nacional, concedida pelo presidente recém-eleito, e o anúncio feito pelo então futuro ministro da Casa Civil, José Dirceu, no programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, de que a crise no setor de comunicação mereceria toda atenção do governo por se tratar de um setor estratégico da economia.

Através de um comunicado assinado pelo diretor-financeiro do Grupo Marinho, Ronnie Marinho, a Globopar decidiu suspender o pagamento das dívidas enquanto reavaliava seus negócios.⁹² De acordo com a nota oficial divulgada, “no contexto desse processo de reavaliação, a Globopar e algumas de suas empresas controladas estão procedendo a uma revisão de seus planos de negócios, com ênfase na melhora de geração de caixa.”⁹³ O comunicado apontava os vilões da derrocada: a desvalorização do real e a deterioração das condições econômicas do Brasil. Apesar das críticas ao governo, naquela mesma semana, no dia 31 de outubro, a TV Globo dedicou 30 minutos do Jornal Nacional (JN), em dois blocos, para uma entrevista exclusiva com o presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de uma semana inteira dedicada ao seu sucessor, oportunidade em que foi saldado como um grande estadista por ter, entre outras coisas, promovido um processo tranqüilo de troca de poder.

Neste ínterim, a conversa com os credores já estava em andamento quando a suspensão unilateral do pagamento das dívidas – *default* para alguns e calote para outros⁹⁴ – foi oficializada através do comunicado. Montou-se uma forte estrutura de assessoria: a Goldman Sachs & Co e a Houlihan Lokey Howard & Zukin Capital passaram a assessorar no processo de reavaliação e na atração de investidores; a Debevoise & Plimpton e a Barbosa, Mussnich e Aragão deram suporte jurídico; e o Unibanco passou a atuar no mercado brasileiro. (Mais tarde o Unibanco abandonaria a parceria). Segundo alguns credores internacionais, “todo mundo já esperava que a Globo fosse agir dessa maneira. Mas, por mais

⁹²Cf. Carta Capital, “Vênus endividada”, Maurício Dias, nº. 214, 6 de novembro de 2002, p. 26-31.

⁹³Cf. Carta Capital, Op.cit.,p. 26.

⁹⁴Cf. Carta Capital, Op. cit. , idem.

que você se prepare, é sempre um choque”⁹⁵, comentou um executivo de banco estrangeiro que, logo após o fechamento do mercado financeiro, por volta das 18 horas, recebera o comunicado da Globopar. “Fatídico 28 de outubro”, lamentaria a mesma fonte.

A dívida sujeita à moratória era de US\$ 1,5 bilhão, dos quais US\$ 900 milhões em bônus emitidos no exterior. Parte da dívida era garantida pela TV Globo de São Paulo, a TV Globo de Recife e pela Rádio Globo Capital. Os bancos, maiores credores da Globopar, eram Citibank, JP Morgan, Unibanco e Bradesco, que fascinados pela pujança das Organizações Globo, não hesitaram em abrir os cofres quando a família Marinho precisou.⁹⁶ Frequentemente as instituições financeiras se gabaram de ter o Grupo Marinho como clientes, abrilhantando suas carteiras de crédito. Após o anúncio da moratória, a agência de classificação Standard & Poor`s imediatamente rebaixou a nota da Globopar de “B” para “CC”, que traduzido em linguagem mais simples significa que a *holding* da família Marinho passou a ser “altamente vulnerável.”⁹⁷

2.7 Os empréstimos durante o governo Lula

Em 2004 o governo Lula autorizou o BNDES, acionista da Globopar, a fazer empréstimos aos grupos de comunicação brasileiros, até então negados, motivando nova divisão na diretoria da ABERT, que havia pressionado na aprovação da medida. Com isso, houve um debate no meio empresarial de comunicação, levantando-se a discussão sobre a censura e as condições de financiamento e as taxas de juros, além do aspecto político motivado pelo envolvimento das entidades ligados a comunicação.

A Record e a Rede TV abandonariam as duas vice-presidências na diretoria da ABERT as quais haviam conseguido na operação “tapa buracos” que o presidente da entidade, Paulo Machado de Carvalho Neto, acusado de representar os interesses da Globo, habilmente havia costurado em 2002 para impedir a divisão da categoria, isolando a Bandeirantes e o SBT, que lutavam para constituir a UneTV, esta última “esvaziada” por ocasião da aprovação da lei de entrada do capital externo e a discussão do modelo de tecnologia digital. A tentativa de ajuda do do governo em prol das empresas seria efetivamente colocada em prática no primeiro semestre de 2004, talvez, em condições menos favoráveis às pretensões da mídia.

⁹⁵Cf. Carta Capital, Op.cit., p. 27.

⁹⁶Cf. Carta Capital, Op. cit., idem.

⁹⁷Cf. Carta Capital, Op. cit., idem, ibidem.

Encontrava-se na presidência do BNDES, o economista nacionalista Carlos Lessa, depois afastado pelo presidente Lula, principalmente, por discordâncias com os rumos da economia petista, como já destacamos em outra oportunidade. Contudo, Lessa não deixou de criticar a forma com que os grupos de comunicação contraíram suas dívidas, afirmando que o setor havia feito dívidas em dólar nos anos 90 para modernizar e expandir instalações e, depois, tiveram problemas devido a baixa do crescimento econômico. Mais: o choque cambial desequilibrou financeiramente as empresas, que recorreram aos bancos a curto prazo.

No caso da mídia impressa, segundo Lessa, houve um outro agravante: com o aumento do risco Brasil, reduziu-se o crédito para financiamento da importação de papel, e as empresas tiveram de comprar à vista. Por outrolado, afirmou que o BNDES era favorável a auxiliar a mídia, destacando que “uma nação que não tenha sua própria mídia não sustenta sua identidade nacional a longo prazo”, mas reiterou que o assunto fugia à alçada do banco e exigia decisão superior, da Presidência da República, por envolver a indústria de comunicação e pelo fato das empresas se encontrarem em situação “muito especial, muito grave”. E acrescentou: “Um programa desse tipo tem de ser muito bem desenhado, para que não seja instrumento de interferência e de manipulação. Não podemos construir nada que seja interpretado como favorecimento a grupo, grupos ou segmento do setor”⁹⁸, completou.

Até 1977 o ramo de mídia constava entre aqueles que não eram financiáveis pelo BNDES, o que atesta a mudança da política governamental justamente no período governista de Oposição. Lembramos que alguns representantes dos principais grupos de comunicação, entre eles a Folha da Manhã (Grupo Frias), juntamente com a ABERT, a ANJ e a ANER, estiveram com o presidente do BNDES, em outubro de 2003, para pedir a criação de linhas de crédito para a recomposição de dívidas e compra de papel⁹⁹. Na ocasião, foi apresentado um estudo com a estimativa de endividamento do setor da ordem de R\$ 10 bilhões, conforme também já frisado (estudo encomendado pelos próprios pívôs do ramo).

As associações pediram crédito equivalente a um ano de consumo de papel, cerca de R\$ 1,2 bilhões, com três anos de prazo para pagamento, dois anos de carência e pagamento semestral dos juros. As beneficiárias seriam empresas de jornais e revistas. O programa teria a duração de um ano e meio, até a regularização das linhas de financiamento. Contudo, Lessa considerou que o pedido implicaria um desembolso muito alto e deveria ser atendida em parte. O quanto disso seria atendido ele não esclareceu, mas teria declarado: “O financiamento

⁹⁸Cf. Folha de São Paulo, “BNDES estuda financiar dívidas e papel”, de 15 de fevereiro de 2004.

⁹⁹Cf. Folha de São Paulo, op.cit., 15 de fevereiro de 2004.

é parecido com o cobertor e a fogueira. Se o cobertor for menor do que a fogueira, ela reacende. Tem de ser grande o suficiente para abafar o fogo.”¹⁰⁰

Os industriais da área de comunicação solicitaram uma linha especial de crédito no valor de R\$ 5 bilhões, de longo prazo, para substituir dívidas com bancos e mercado de capitais, no Brasil e no exterior, contraídas ou garantidas por empresas de comunicação. A maior devedora, como se sabe, é a Globopar, cuja dívida no exterior era garantida pela TV Globo. No documento entregue ao BNDES em outubro de 2003, era sugerido que fossem refinanciados 50% das dívidas existentes em 31 de dezembro de 2002, o que significaria uma linha de crédito de R\$ 5 bilhões com dez anos para pagamento.

Assim, depois de toda essa pressão o BNDES incluiu formalmente o setor de mídia como um dos passíveis de receber empréstimos da instituição oficial a partir do dia 1º de março de 2004¹⁰¹, confirmando que os financiamentos teriam que ser “indiretos”, ou seja, teriam que ser intermediados por outro banco. As operações indiretas são mais caras por remunerarem o intermediário. O BNDES é praticamente a única fonte de empréstimos para investimentos de longo prazo no país. Pelas novas normas do banco, empreendimentos nos setores de radiodifusão, jornais e periódicos, meios de comunicação e publicidade em geral somente ocorreriam através de operações indiretas, não-automáticas”, afirma um trecho da nova legislação. (O item faz parte das regras de financiamentos a empreendimentos nas áreas de indústria, comércio e serviços).

A expressão “não-automáticas” significa que o banco intermediário teria que submeter o pleito para a análise do corpo técnico e da direção do banco estatal, não podendo fazer operação apenas de acordo com a sua própria análise. O BNDES tem uma rede de bancos credenciados que atuam com seus agentes para repassar financiamentos. Em geral, os empréstimos de R\$ 10 milhões ou menos são feitos via repasse de uma agente. Mas há várias exceções e empréstimos de até R\$ 1 milhão que podem ser contraídos diretamente com o banco estatal.¹⁰² O jornal Valor Econômico informou na ocasião que o BNDES havia decidido disponibilizar R\$ 2 bilhões para o refinanciamento das dívidas de curto prazo das empresas de comunicação. O banco iria oferecer também R\$ 500 milhões para a compra de papel de imprensa produzido no Brasil. No caso dos recursos para renegociação de dívida, nenhuma empresa poderia tomar empréstimos superior a R\$ 500 milhões.

¹⁰⁰Cf. Folha de São Paulo, Op.cit., idem.

¹⁰¹Cf. Folha de São Paulo, “Regra do BNDES abre possibilidade de empréstimo para setor de mídia”, Chico Santos, de 03 de março de 2004.

¹⁰²Jornal Valor Econômico, “BNDES terá R\$ R\$ 4 bi para financiar dívidas do setor de comunicação”, Cristiano Romero, de 02 de junho de 2004.

O valor máximo a ser destinado a cada empresa seria limitado a 25% de sua receita operacional líquida (em 31/12/2003), limitado ao teto de R\$ 500 milhões ou ao valor total da dívida. Para ter acesso aos recursos, as empresas teriam que apresentar, segundo o BNDES, um programa de renegociação bastante amplo e detalhado. O banco estatal estabeleceu que os financiamentos poderiam ser pagos em até cinco anos, com carência de 12 meses. O custo financeiro seria equivalente à aplicação da TJLP, acrescida de até 5% a título de remuneração do BNDES e também da remuneração a ser definida pelo agente financeiro.

Lessa comunicou através de ofício o Senado Federal acerca dos detalhes das novas linhas de crédito, enfatizando que, para assegurar a independência das empresas de comunicação em relação ao governo, os financiamentos seriam negociados diretamente entre as empresas de mídia e os agentes financeiros, sem passar, portanto, pelo crivo do banco estatal. O que provocou críticas da chamada “bancada da mídia”, dentre eles o então vice-presidente da Comissão de Educação do Senado, senador e ex-funcionário da TV Globo, Hélio Costa (PMDB-MG), futuro ministro das Comunicações do governo Lula, que considerou a proposta “muito modesta”, propondo que Lessa fosse convocado pela Comissão e que ele fizesse uma reunião administrativa fechada para tratar da proposta.

No mesmo dia ao anúncio da abertura de crédito às empresas de mídia pelo BNDES, até então uma linha não efetivada pelo banco estatal de fomento, como já assinalamos, a rede Record e a Rede TV tomaram a decisão de se desfiliar da ABERT por não concordar com o teor do documento enviado ao governo¹⁰³, do qual entidade máxima da radiodifusão brasileira fora uma das signatárias. As redes Record e Rede TV, que eram contrárias ao financiamento de dívidas pelo governo às empresas do ramo, alegaram que só souberam da proposta do BNDES após ela ter sido entregue. “Estamos saindo porque recebemos o prato pronto. Não queremos ser vaquinhas de presépio”¹⁰⁴, afirmou Almicare Dallevo Júnior, presidente da Rede TV, que, dois dias antes, havia renunciado a uma vice-presidência da ABERT.

Com a saída da Rede TV e da Record (oficializada no dia 19 de abril), a única rede nacional que a ABERT representava até aquele momento era justamente a Globo, além de grupos e emissoras regionais. O SBT e a Bandeirantes haviam deixado a associação há mais de três anos. O presidente da Record, Dennis Munhoz, informou que estava articulando com a

¹⁰³Cf. Folha de São Paulo, “Financiamento do BNDES esvazia ABERT”, Daniel Castro, de 3 de março de 2004.

¹⁰⁴Cf. Folha de São Paulo, Op.cit., idem.

Rede TV e o SBT o fortalecimento de uma entidade relativamente nova, a ABRATEL¹⁰⁵ (que transformaria-se no braço político da Igreja Universal do bispo Edir Macedo).

Visando impressionar e quem sabe pressionar o BNDES e ganhar a adesão da opinião pública no sentido de um tratamento diferenciado em termos de empréstimos mais compatíveis com os seus interesses, várias veículos de comunicação nacionais publicaram matérias sobre o endividamento na mídia, qualificadas pela própria imprensa como “transparência”, por romper com uma tradição quando ela é o assunto.¹⁰⁶ Portanto, essas e outras atitudes dos órgãos de comunicação e agências de publicidade, no período, com o apoio de políticos de Brasília fez parte de uma campanha orquestrada, que, logicamente, só interessavam muito mais ao Grupo Marinho.

Uma série de eventos, neste período, marcaram o trabalho político da Globo nesta direção, envolvendo o Congresso Nacional. Estamos falando desde propaganda institucional feita pela TV Globo, em março de 2004, destacando a importância da Televisão e o seu papel no apoio a “cultura nacional”, passando pelas mensagens, veiculadas em horário nobre, pelos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e do senador José Sarney (PMDB-MA), elogiando o trabalho da Globo no Brasil. No mês seguinte, em maio, em evento nacional, reunindo as entidades de propaganda brasileiras, a Rede Globo de Televisão era premiada como a maior empresa do ramo de comunicação de 2004, elogiada como a rede de televisão que dispõe dos melhores programas e a rede de maior audiência no país, que canaliza grande parte da verba publicitária nacional, inclusive pública.

2.8 Grupos de comunicação dependentes

Por último, queremos destacar que os grandes conglomerados do país foram quase unânimes na defesa dos empréstimos governamentais ao setor, e que as vozes “dissonantes” não escondiam um certo desejo em aplacar uma derrota aos seus concorrentes mais diretos, de olho no seu próprio faturamento e lutando para manter a sua posição conquistada no *ranking* nacional. Tanto isso é verdade que a maioria dos donos dos grupos de comunicação foram a favor dos empréstimos do BNDES¹⁰⁷, talvez, não nas mesmas condições iniciais apresentadas

¹⁰⁵Cf. Folha de São Paulo, Op.cit., idem, ibidem.

¹⁰⁶Cf. Folha de São Paulo, Bernardo Ajzenberg, coluna Ombudsman, “Transparência”, de 22 de fevereiro de 2004, alegando que a divulgação das notícias sobre a crise seria um teste para a continuidade ou não da transparência da imprensa, justamente no momento que estava em curso as negociações com o BNDES em torno de um pacote de socorro à mídia.

¹⁰⁷Cf. Folha de São Paulo, “Empresas divergem sobre pedido ao banco estatal”, Elvira Lobato, 15 de fevereiro de 2004.

pelo banco estatal, como já frisamos, enquanto alguns exibiam uma posição indisfarçável contra o monopólio das Organizações Globo, visando tirar vantagem na conquista de uma fatia maior no mercado publicitário, posicionando-se contrariamente.

Ao contrário do que destacamos acima, para os empresários, contudo, os empréstimos envolviam tão somente duas questões em debate: se o empréstimo iria afetar a independência da mídia e se representava algum tipo de privilégio ao setor. A seguir, reproduzimos algumas falas de proprietários ou de alguns executivos das empresas¹⁰⁸, que ilustram o que estamos querendo dizer:

Os grupos de comunicação a favor:

- Grupo Marinho

Jorge Nóbrega, diretor de planejamento e controle da Globopar: "Achamos o empréstimo importante. As empresas se endividaram em dólar. O câmbio triplicou, e a receita do setor caiu, por causa da redução da atividade econômica. Não queremos subsídio, mas o alongamento da dívida. Se o projeto for aprovado, é claro que as condições dos empréstimos serão de conhecimento público".

- Grupo Abril

Roberto Civita, presidente do Grupo Abril: "O BNDES é a única fonte de recursos de longo prazo do Brasil. Se todos os setores básicos da economia recebem recursos, não sei por que a mídia deveria ser excluída. O tratamento às empresas sérias não pode ser diferente de um setor para outro. [...] Se o BNDES exigir "*full disclosure*" [abertura total de informações] das empresas, não vejo problema. [...] Transparência de informações é bom. Mas acho que está se esperando demais do BNDES. Há gente sonhando, se iludindo."

- Grupo Frias:

Luís Frias, presidente do Grupo Folha: "A posição da empresa e do jornal é favorável à participação da mídia nos programas de financiamento do BNDES, desde que em condições iguais às dos demais setores da economia e desde que haja rigor total em relação à transparência e à qualidade dos números das empresas".

- Grupo O Estado de São Paulo:

Francisco Mesquita Neto, presidente do Conselho de Administração do Grupo O Estado de São Paulo e então presidente da ANJ: "O BNDES entendeu a importância do setor para o país, do ponto de vista institucional, e vai fazer uma análise transparente do assunto, como nós gostaríamos. A preocupação em preservar a autonomia da imprensa está na cabeça

¹⁰⁸Cf. Folha de São Paulo, Op.cit., idem, que traz as opiniões dos executivos e donos do grupos de comunicação, que reproduzimos no texto.

de todos. Não vi nenhum sinal de que o BNDES queira influir na linha editorial das empresas. Acho que vai exigir que as empresas passem a publicar balanços e sejam mais transparentes. Se o setor não estiver preparado para isso, é melhor se preparar. E vai ser extremamente positivo".

- Rede Bandeirantes

Antonio Teles, consultor da presidência da Rede Bandeirantes: "O BNDES foi criado para financiar a indústria. E é legítimo, e justo, que ele coloque recursos à disposição da mídia para que ela refinance suas dívidas e incremente os negócios. [...] Não acho que um empréstimo público vá afetar a imparcialidade da imprensa. Se o governo quisesse ter a mídia de joelhos, a publicidade seria uma forma de pressão muito mais efetiva".

- Grupo Sirotsky:

Jayme Sirotsky, vice-presidente da Associação Mundial de Jornais (FIEJ), ex-presidente da ANJ e um dos donos do Grupo RBS: "Estamos [a RBS] há 47 anos no mercado, preocupados em prestar o melhor serviço, e isso pressupõe independência. Se as empresas têm sua missão clara e condição de operação sadia, não vejo por que um empréstimo do BNDES afetaria sua independência editorial. O alijamento de uma indústria pelo BNDES não é coerente".

Os grupos contrários aos empréstimos:

- Grupo Silvio Santos

Luiz Sandoval, presidente do Grupo Silvio Santos: "A indústria de radiodifusão tem de ter uma linha de financiamento. É justo, correto. Não somos diferentes de uma fábrica de sabonetes, mas sou contra financiamento para recomposição de dívidas, pois o BNDES é um banco de fomento. O SBT não tem dívida externa".

- Rede Record

Dennis Munhoz, presidente da TV Record de São Paulo: "A Record vai ficar muito atenta e não vai tolerar que uma emissora seja beneficiada em detrimento de outra. Precisamos saber por que vai ser dado o empréstimo, a quem e em que condições, para depois manifestarmos nossa opinião. [...] A coisa está sendo tratada sem a transparência que merece, porque é dinheiro público. Se for empurrada goela abaixo, a Record não vai aceitar. A sociedade precisa participar do debate. [...] Não tive acesso à proposta entregue ao BNDES. [...] Se for para gerar emprego, para estimular o setor e para ele se defender do capital estrangeiro, o empréstimo é válido. Mas não se pode premiar quem administrou mal. Quem não está para quebrar não pode ser punido para que outro não quebre."

Outros empresários do setor:

Ariane de Carvalho, presidente do jornal "O Dia": "Qualquer banco de fomento tem de atender às indústrias que necessitam de capital. Os grupos de mídia investiram em parque gráfico e em tecnologia. Houve uma forte desvalorização cambial, e nosso principal insumo,

que é o papel, é dolarizado. O projeto encaminhado ao BNDES faz sentido. O que eu não acho correto é a forma como a ANJ, a ABERT e a ANER encaminharam a questão.”

Segundo Ariane de Carvalho, “a iniciativa de um grupo foi apresentada em nome das associações. Estou entre os cinco maiores jornais do país, faço parte da ANJ e não tive acesso ao projeto. [...] A mídia tem de dar sua contrapartida e profissionalizar a administração. Os grupos são muito fechados, tentam esconder informações, não falam realmente a verdade sobre os preços que praticam. [...] Não acho que o dinheiro do BNDES vá colocar a imprensa de joelhos”.

2.9 TCU contra BNDES na Globo

Realmente, como reforça a última fala acima, com a divulgação do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁰⁹ de 3 de março de 2004, praticamente na mesma época em que o BNDES liberava linha de crédito para o setor da comunicação até então excluído das linhas de financiamentos do banco, pudemos ficar sabendo que a participação do banco estatal nos negócios das Organizações Globo foi um “péssimo negócio” para o governo.

Este fato ganha ainda maior relevância, se considerarmos o tempo em que perdurou esta “parceira” e os recursos públicos empregados para salvar da falência uma empresa privada pertencente a um dos maiores grupos privados da América Latina, detentora de algo em torno de 70% de toda a verba publicitária brasileira, incluindo o setor público, como já fizemos referência. Ademais, com a aprovação da lei de entrada de capital externo na mídia, o Grupo Marinho pôde finalmente conquistar seus parceiros internacionais e consolidar cada vez mais o seu *status* de grande oligopólio nacional. A companhia de telecomunicações mexicana City Telmex¹¹⁰, nova dona da Embratel no Brasil, anunciou no dia 28 de junho de 2004 a compra de parte da Net Serviços.

O ministro Lincoln Magalhães da Rocha do Tribunal do TCU constatou através do seu relatório sobre a participação do BNDES no processo de reestruturação da Net Serviços, que “(...) a participação do banco nesse negócio mostra-se deficitária e corre riscos de causar efetivos prejuízos ao erário”. No seu parecer, que fundamentou o acórdão aprovado no dia 3 (e publicado no dia 15), pode-se ler: “(...) Pelo protocolo de recapitalização, tal assistência do BNDES (R\$ 300 milhões) estava condicionada a uma série de providências preliminares

¹⁰⁹Cf. FNDC, “Net não cumpriu sua parte ao receber ajuda do BNDES, diz TCU”, 22/03/2004, que reproduz trechos do parecer do relator do TCU, ministro Lincoln Magalhães da Rocha, cujas passagens mostramos no texto.

pelos demais acionistas e credores", referindo-se ao reequacionamento das dívidas de curto prazo, "bem como a substituição das dívidas em moeda estrangeira, em quase sua totalidade, por dívidas em moeda nacional". Segundo Rocha, contudo, "o BNDES cumpriu sua parte no acordo sem observar que Net não cumpriu o reequacionamento das dívidas e a substituição das dívidas em moeda estrangeira por dívidas em moeda nacional" tal como compromissado.

Em relação à reestruturação da dívida contraída com as outras instituições financeiras, "até agora são apenas promessas já que não acontecendo também a troca da dívida em moeda estrangeira (85% da dívida) por reais, conforme determinava o acordo." E esta troca era considerada o "ponto crucial para o sucesso da operação de revitalização daquela empresa", segundo avaliou Rocha. Além disso, o número de assinantes pagantes caiu ao invés de aumentar: "de 1.438 milhão de assinantes previstos para o final de 2002, ao final do primeiro trimestre de 2003 existiam somente 1.301 milhão", critica Rocha.

Em relação às dívidas de curto prazo, a situação também piorou: "(...) A despeito das informações trazidas aos autos pela Globopar, o relatório da Unidade Técnica (de fiscalização do TCU) concluiu que elas ainda não foram concluídas e que a situação da empresa ainda continua crítica, mesmo após a operação de capitalização". A situação se agravou, segundo o TCU, com a concordata preventiva anunciada pela Globo em dezembro de 2002, fazendo com que fossem antecipados todos os vencimentos de longo prazo: "Esse elevado endividamento, atrelado ao dólar norte-americano, continua desestruturando as projeções financeiras da Companhia e tornando inócuo o seu plano de capitalização", afirma Rocha.

O relatório de Rocha conclui que a aquisição de ações e a conversão de debêntures pelo BNDES não foram bons negócios para o banco, pelo menos no curto prazo. Com efeito, as ações foram convertidas a R\$ 0,70 (lotes de mil ações) e estavam sendo negociadas ao valor médio de R\$ 0,36 em meados do ano de 2003, cerca de um ano após a operação, mostrando uma desvalorização de quase 50% no período. O ministro do TCU observa que a cotação média destes papéis em fevereiro de 2004 foi de R\$ 0,68, ainda abaixo, portanto, do valor pelo qual foram convertidas, concluindo-se que "a participação do banco nesse negócio mostra-se deficitária e corre riscos de causar efetivos prejuízos ao erário."

Portanto, a partir da análise do TCU pode-se compreender em linhas gerais o negócio equivocado feito pelo BNDES junto a então Globo Cabo (Net Serviços) e o prejuízo causado para o governo com o processo de reestruturação financeira da Net. Pelas conclusões do

¹¹⁰Cf. Folha de São Paulo, "Telmex comprará parte da Net e já pensa no controle", Elaine Cotta, 29 de junho de 2004.

relatório do TCU é possível ter uma idéia de quão severo foi o relatório¹¹¹. O acórdão dos ministros do TCU determina que o banco "na condição de segundo maior acionista e detentor de 22,1 % das ações da Net Serviços de Comunicações S/A, e sem que o fato implique liberação de novos recursos por parte do Sistema BNDES, atue proativa e tempestivamente junto à Companhia e demais acionistas com vistas a encontrar uma imediata e adequada solução para superar eventuais obstáculos que estejam impedindo o reequacionamento das dívidas da Companhia e a substituição das operações em dólar norte-americanos por reais."

O TCU determina que "o BNDES deve informar, daqui para frente em suas prestações de conta ao Tribunal" e "as dívidas da Net Serviços de Comunicações S/A negociadas e a negociar, nome dos credores, moedas envolvidas, prazos renegociados, taxas de juros, garantias oferecidas, montantes efetivamente pagos/amortizados, inclusive a situação atual de cada operação"¹¹² Mas as deliberações do TCU não pararam por aí. "O banco estatal deve ainda informar ao TCU se prestou algum tipo de apoio financeiro ou renegociação com a Net ou suas controladoras ou controladas e coligadas depois da operação de capitalização de 2002, o que repercute sem dúvida em qualquer programa de apoio do qual a Globopar se beneficie."¹¹³ Finalmente, "o TCU determina à diretoria do BNDES que observe com rigor as normas operacionais da instituição financeira, em especial as cláusulas e condições dos protocolos que firmar, antes de efetuar liberação de quaisquer recursos financeiros ou renegociação de créditos/direitos, com vistas a não por em risco os capitais públicos."

Em resumo, é dentro deste clima que o BNDES¹¹⁴ deixaria a parceria com a empresa Net Serviços no início de 2005, abrindo a porta para a entrada de capital estrangeiro nas empresas da família Marinho. O BNDES vendeu sua participação no capital votante da Net Serviços, maior TV a cabo do país, por R\$ 54,725 milhões. O anúncio foi feito no dia 26 de janeiro de 2005 após o fechamento da Bovespa. (O banco estatal havia injetado por volta de R\$ 360 milhões no início da parceria em 2001).

Portanto, a transação marca a saída da empresa de participações do BNDES – BNDESPar - do grupo que controla a TV a cabo (a Globopar) e estava prevista no plano de reestruturação de dívidas anunciado pela Net em 2004. Essa operação facilitou ainda a entrada da mexicana Telmex, dona da Claro e da Embratel, no capital da Net, como parte da estratégia

¹¹¹Cf. Tela Viva News, "Por conta da Net, Tribunal de Contas manda BNDES ser mais duro", 22 de março de 2004, cujo clipping da matéria foi fornecido pela FNDC, cujas passagens também citamos no texto.

¹¹²Cf. Tela Viva News, Op.cit., idem.

¹¹³Cf. Tela Viva News, Op. cit., idem, ibidem.

¹¹⁴Cf. Folha Online Dinheiro, "BNDES vende ações da Net para Globo por R\$ 54,7 mi, Sérgio Ripardo, 26 de janeiro de 2005, que informa sobre a saída do BNDES da Net cabo, confirmando sua venda à Telmex.

elaborada ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e continuada durante o gestão Lula que ficou conhecida como operação “salva Globo”.

Assim, concluída esta etapa da análise, uma espécie de complemento ao capítulo I, que reforça a discussão mais teórica, vamos dizer assim, partimos agora no capítulo seguinte (e os demais) a discussão mais de fundo relacionada as eleições propriamente dita, a começar pela análise em torno do período pré-eleitoral e a definição das candidaturas rumo ao Planalto.

CAPÍTULO III

O ANO PRÉ-ELEITORAL DE 2001 E A DEFINIÇÃO DAS CANDIDATURAS

O presente capítulo tem como objetivo analisar a movimentação dos candidatos às eleições presidenciais no decorrer do ano pré - eleitoral de 2001, um ano muito importante em se tratando da definição da disputa eleitoral, uma vez que neste período o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva pode ter construído sua vitória, em razão da política de alianças adotada a partir do seu programa *light* e governo, que debateremos, a seguir.

Do mesmo modo, procuramos enfatizar a dificuldade da elite dominante em encontrar o seu candidato viável, com o presidente Fernando Henrique Cardoso tendo que admitir que o candidato do PT, líder nas preferências eleitorais, que sintetizava o ideal de mudança, já estaria no segundo turno na disputa ao Planalto, faltando tão-somente identificar qual o candidato governista capaz de disputar a preferência do eleitor. Assim, destacamos o trabalho do presidente da República tucano em tentar impor o candidato do coração, o ministro da Fazenda Pedro Malan, demonstrando uma certa divisão nas hostes oficiais.

Por outro lado, enfocamos o crescimento da candidatura de Ciro Gomes (PSB), que em determinado momento, apesar da desconfiança de uma parcela das elites dominantes, sobretudo do sistema financeiro, chegou a ser uma opção dos grandes grupos econômicos, em que pese a sua crítica ao modelo econômico. Também mostraremos a forma como o Palácio do Planalto atuou no sentido de esvaziar a opção peemedebista de Itamar Franco, a partir da vitória dos governistas na Convenção do PMDB, que acabaria não lançando candidato, acabando por compor chapa com o PSDB, bipolarizando as eleições entre o candidato petista, afinal vitorioso em 2002, e o tucano José Serra.

Por último, analisaremos a estratégia de Lula em relação a busca de adesão dos setores dominantes da sociedade, apresentando-se como candidato da produção, através da costura, com sucesso, de um pacto pelo alto, que seria consolidado em 2002. E mostraremos também como boa parte do chamado “PIB nacional” aproximou-se do candidato petista, conclamando o empresariado para fazer parte da cruzada de esquerda, garantindo a base de sustentação que o levaria a vitória.

3.1 Clima de ingovernabilidade: Elite dominante a procura do candidato viável

Numa sexta-feira 13, em julho de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso participou de um jantar com representantes da elite empresarial brasileira, na casa do banqueiro Olavo Setubal, presidente da *holding* que controla o Grupo Itaú, em São Paulo, para discutir o clima de instabilidade política que poderia ocorrer no país ante a hipótese da vitória do PT nas eleições de 2002, de acordo com o artigo elaborado pelo cientista político Fábio Wanderley Reis.¹ Ao mesmo tempo em que procurou-se avaliar qual seria o perfil ideal do candidato governista capaz de bater Lula nas urnas, mas sem se chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto, embora vários nomes de pré-candidatos tucanos tivessem sido cogitados durante o encontro.

Durante a reunião se chegou a um consenso de que o provável candidato do PT à Presidência da República já estaria garantido no segundo turno e não se apontou, na verdade, o candidato governista ideal, que poderia sair das hostes tucana, considerando que Cardoso não poderia mais concorrer, de acordo com a seguinte nominata: José Serra, Paulo Renato Souza, Pimenta da Veiga, Tasso Jereissati, Aécio Neves, além, é claro do ministro Pedro Malan, sem partido, candidato de Cardoso, como já falamos. .

Foi um jantar longo, de quatro horas, e Cardoso só deixou o prédio do banqueiro Olavo Setubal, em Higienópolis, bairro tradicional de São Paulo, à 1h15 da madrugada. O encontro reuniu pesos pesados do PIB brasileiro, além de Olavo Setubal: Joseph Safra (Banco Safra), Lázaro Brandão (Bradesco), Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau), Luiz Ortiz Nascimento (Camargo Correa), Roberto Teixeira da Costa (Sul América), Luiz Fernando Furlan (do Grupo Sadia e também ex-segundo vice-presidente da Fiesp), que seria nomeado no governo petista ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Stefan Salej (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Também participou, pelo governo, o ministro Andrea Matarazzo (Secretaria de Estado da Comunicação Social).

Esse grupo seletivo de empresários, com poucas variações, foi importante em momentos decisivos do governo Cardoso. No início da campanha eleitoral de 1994, ele se reuniu para prestar apoio ao então candidato tucano. O mesmo aconteceu na reeleição e três ou quatro semanas antes da desvalorização cambial ocorrida em 1999 e da troca no comando do Banco

¹Cf. Folha de São Paulo, “Os interlocutores de Fernando Henrique Cardoso”, Guilherme Barros, Editor do Painel, 15 de julho de 2001.

Central, com a demissão de Gustavo Franco, Cardoso reuniu praticamente a mesma plêiade de executivos e donos de alguns dos principais grupos econômicos brasileiros para um jantar no Palácio da Alvorada.

3.1.1 A tática do medo e o ataque às candidaturas de esquerda

A respeito do cardápio político do encontro nos Setubal, além de outras questões importantes, logicamente discutiu-se o artigo polêmico de Fábio Wanderley Reis², professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais e doutor pela Universidade Harvard (EUA), intitulado “Brasil ao Quadrado? Democracia, Subversão e Reforma” (o professor mineiro nega que o documento tenha sido debatido, em que pese todas as evidências em contrário), que destacava que o país enfrentaria uma instabilidade no seu sistema político, caso Lula, candidato do PT à Presidência pela quarta vez, fosse eleito em 2002.

Este trabalho, que ultrapassou os limites acadêmicos, distribuído a Cardoso e ao seleto grupo de banqueiros e empresários, descartava, no entanto, o risco de um eventual golpe militar para derrubar Lula. Mas reafirmava a possibilidade da ocorrência de uma certa situação de “íngovernabilidade”, destacando, sobretudo, a falta de definição do PT em torno do socialismo. “Especialmente num quadro de crise econômica e energética, seriam reforçadas as reservas já existentes em relação a um eventual governo do PT”, argumentava o pensador. Ao explicar por que estaria levantando a hipótese de haver uma ruptura no sistema democrático como reação à eventual eleição de Lula, Reis reafirmou a tese de que nunca tivemos a experiência de ver a esquerda propriamente chegar ao poder. No único momento em que setores ligados à esquerda ocuparam a Presidência, com João Goulart, há 40 anos, a coisa acabou mal. Tivemos 21 anos de autoritarismo como consequência.

Sobre quais os segmentos da sociedade dentre os quais identificava as principais resistências ao PT, o cientista político responde em sua análise:

- “Temos, por parte da elite empresarial e dos militares, um certo temor persistente de subversão da ordem capitalista. Seguramente há um certo desarmamento de espíritos por aí, mas a questão é saber até que ponto, no *establishment* sócio-econômico do País, haveria disposição de assimilar uma experiência menos ortodoxa. Especialmente num quadro de crise econômica e energética, seriam reforçadas as reservas já existentes em relação a um eventual governo do PT”.

²Cf. O Estado de São Paulo, “Não temo um golpe, mas manobras artificiais”, Demétrio Weber, 29 de julho de 2001.

Reis vai ainda mais longe em sua explanação, afirmando que haveria outros pré-candidatos que poderiam suscitar reações antidemocráticas, caso viessem a ser eleitos, e não teve dúvidas em destacar que o problema se colocava também para Ciro Gomes (PPS) e para o então governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), mas de maneira distinta. Franco por ser uma figura com um traço geral de “imprevisibilidade”, eleito com milhões de votos, ele próprio seria um “fator de instabilidade”. Quanto à candidatura de Gomes destaca a existência de um elemento claramente “antiinstitucional”: “Além de um traço pessoal de estouvamento, que beira a irresponsabilidade, como ficou claro em suas declarações sobre conspiração antidemocrática, porque pessoas estavam lendo o meu modesto artigo. Ciro tem uma retórica que envolve a idéia de mobilização do eleitorado para pressionar o Congresso e obter as reformas que se façam necessárias. É claramente a idéia do líder que se dirige diretamente às massas e peita as instituições.”³

Mesmo considerando-se a crise do socialismo do Leste e o momento vivido no ano pré-eleitoral de 2001, com o PT governando vários Estados e capitais, é da opinião de que este quadro favorável ao partido, não alteravam substancialmente a desconfiança em relação a Lula, e reforça o estudioso:

- “É claro que a situação hoje é muito diversa, não temos a ameaça comunista. A questão é saber até que ponto isso muda o problema. Temos também um claro estreitamento do espaço ideológico, em que até a social-democracia aparece como algo impróprio. Fica a questão de saber até que ponto suscitará resistência a eventual tentativa de rezar por uma cartilha um pouco diferente da ortodoxia que está implantada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Reis afirmou naquela ocasião estar decepcionado com o desempenho do intelectual Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, ressaltando que faltaria ao presidente tucano uma “pitada” de Ciro Gomes. “Ele [Fernando Henrique Cardoso] poderia ter sido menos afável, menos solícito, mais atento à idéia da refundação política, em vez da pura e simples atenção à idéia da governabilidade”, destacou, criticando a relação do então presidente da República com o Congresso.

Assim, apesar de ser possível cogitar que Lula na Presidência pudesse contar rapidamente com um PFL governista, “socialista desde criancinha”, ironizou, “mas essa é uma razão de preocupação: o que vamos ter pela frente? Esse PFL socialista desde criancinha ou um PT domesticado, jogando realisticamente um jogo que nos leve a uma administração econômica mais ortodoxa que a atual? O desejável seria algum tipo de equilíbrio. Ou seja, que

³Cf. O Estado de São Paulo, Op.cit., idem.

não fosse inviável a busca de uma alternativa real ao atual modelo, mas que essa busca não dependesse de supostos pefelistas socialistas. Não é certo esperar que um governo [Lula] possa desenvolver-se com tranqüilidade”, enfatizou.

O intelectual reforça a sua análise descartando completamente a possibilidade da realização de um governo de esquerda no Brasil, alegando que, apesar da barba e cabelos grisalhos e do discurso mais ameno do que no passado, mesmo assim permanecia a desconfiança em torno de Lula e completou:

- “Não me parece que seja possível pretender, de maneira conseqüente, fazer um governo radicalmente de esquerda. Temos casos no quadro mundial, como a França e a Espanha, onde líderes socialistas eleitos tiveram de acomodar-se à imposição da nova ordem econômica. De parte do PT, teremos que ver alguma coisa desse tipo. Não acredito que o esforço do partido de discutir um programa mais moderado seja pura farsa eleitoral. Por outro lado, o PT enfrenta problemas internos com relação a isso. Há a militância mais aguerrida, mais comprometida com a idéia do socialismo”.⁴

Ao comentar sobre a disputa interna do PT em torno da idéia de socialismo, destacou que “há uma resistência do partido em se posicionar com clareza a respeito da idéia do socialismo. Por outro lado, a idéia de socialismo ainda consta em seu programa. O partido está dramaticamente, duas décadas depois de sua fundação, tendo de se defrontar com o desafio de redefinir sua identidade”. Ou seja, a necessidade de compatibilizar a inserção no jogo eleitoral com algum tipo de fidelidade às idéias originais. Numa circunstância complicada pelo fato de que o socialismo, que era a porta do partido, caiu sobre sua cabeça com o colapso mundial. Mas, afirmou que é crucial salientar que o PT representa algo extremamente positivo, em princípio, do ponto de vista da dinâmica político-partidária e da alternância do poder no Brasil, embora não concordasse com a idéia de um candidato petista na Presidência.

Reis procurou, contudo, amenizar o tom do seu trabalho acadêmico, justificando que “num país onde passagens do artigo de um vago professor podem despertar tal celeuma em torno de governabilidade e golpe, fica manifesta uma certa insegurança em relação à questão da democracia”.⁵ “Acho difícil imaginar algo semelhante em países de maior tradição democrática”, destacou, lembrando que o trabalho foi apresentado no 13.º Fórum Nacional, promovido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, em maio de 2001, no Rio de

⁴ Cf. O Estado de São Paulo, Op.cit., idem, ibidem.

⁵Cf. O Estado de São Paulo, “Repercussão é vista como sinal de fragilidade”, de 29 de julho de 2001.

Janeiro, cujo painel em que foi discutido tinha como objetivo responder à seguinte questão: como vai a democracia brasileira?

Mas admitiu que o artigo tivesse sido distribuído aos convidados de Setúbal, embora insista em dizer que o documento não tenha sido analisado durante o jantar. "Provavelmente os empresários passaram a seus assessores", alega. O artigo original de 21 páginas, não se refere apenas ao PT e analisa questões ligadas ao populismo, à "corrosão do tecido social", à violência e ao Movimento dos Sem-Terra (MST).

Segundo o documento, o MST tem limitações estruturais e, apesar de angariar a simpatia da opinião pública, o máximo de agitação que vier a produzir nunca irá além da "simples delinqüência". "Por mais ou menos incômodo que possa ser, o MST sem dúvida não tomará de assalto o poder do Estado". E prega a idéia de que, diante da "degradação" social brasileira - com "a violência crescente, a insegurança difusa, os seqüestros, os vidros dos automóveis fechados contra a ameaça dos pivetes, os carros blindados, as chacinas corriqueiras na periferia das grandes cidades" -, nem mesmo avanços nos indicadores sociais produzirão paz imediata. "A melhoria social pode representar de pronto, para muitos, senão a possibilidade de tomar consciência das carências e da desigualdade, com a frustração correspondente."⁶

Após o primeiro encontro na casa de Olavo Setúbal houve outro jantar, reunindo quase os mesmos executivos dos grandes grupos econômicos nacionais, desta feita comandados por Rodrigo Etchenique, filho de Miguel Etchenique, presidente do Grupo Brasmotor, ocasião em que o presidente da Câmara Federal, Aécio Neves (PSDB-MG), foi sabatinado a respeito de uma possível candidatura.⁷ Neves era visto pelos empresários paulistas como um bom nome para ser o candidato governista à sucessão de Cardoso em 2002.

Entre os convidados estavam Olavo e Roberto Setúbal (Itaú), Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Horácio Lafer Piva (Fiesp), Eugênio Staub (Gradiente), este último não esconderia mais tarde a sua preferência pelo PT, passando a integrar o coro dos "empresários lulistas", fazendo parte, inclusive, do comitê de campanha petista, além de Roger Agnelli (Vale do Rio Doce), Fernando Xavier (Telefônica), Marcos Magalhães (Philips), Castro Neto (Unibanco) e Ana Maria Diniz (Pão de Açúcar). Depois do jantar com os pesos pesados da economia, Aécio Neves passou a ser considerado uma boa opção para ser o "candidato da continuidade", como afirmou um dos presentes.

⁶Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., idem, ibidem.

⁷Cf. O Globo, "Aécio é sabatinado por empresários", Aduari Antunes Barbosa, de 15 de agosto de 2001.

- “Ficamos bem impressionados. Ele teve uma ascensão muito rápida. E não podemos esquecer que a genética é muito boa, ele tem genoma” - ressaltou diretor da Sul América Roberto Teixeira da Costa, referindo-se ao fato de o deputado ser neto de Tancredo Neves.

Embora não tenha participado do encontro, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa, obteve informações sobre o jantar e fez um comentário a respeito, afirmando que “foi muito promissor. Ele tem perfil para ser candidato a presidente”. O vice-presidente da Fiesp, Roberto Nicolau Jeha, por sua vez, afirmou não acreditar que o parlamentar mineiro viesse a ser candidato a presidente, mas sim ao governo de Minas Gerais, como de fato acabaria ocorrendo e sagrando-se vitorioso.

Mais tarde o presidente da Câmara confirmaria que não pretendia se candidatar à Presidência da República, alegando que o seu objetivo era manter às claras a relação da Câmara Federal com a sociedade, alegando que ter contato com empresários também é papel do presidente da Casa. No entanto ao comentar sobre o jantar, o parlamentar declarou que, sobre sucessão presidencial, a avaliação dos empresários era de que não havia ainda um quadro consolidado. Afirmou que saiu do encontro com a percepção de que os empresários estariam mais otimistas em relação à economia: “Percebi uma dose maior de otimismo. Otimismo que não percebia há alguns meses”, ressaltou o tucano.

Em relação ao primeiro encontro na casa de Olavo Setúbal, é importante relembrar outros temas relevantes à análise, que também foram discutidos na ocasião: primeiro, falou-se da crise na Argentina e os reflexos sobre o Brasil. Outro tema foi a inserção internacional do país e a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). O ponto alto do jantar, como já destacamos acima, foi a sucessão presidencial e a "governabilidade".

Por isso é relevante levar em conta que Olavo Setubal havia distribuído aos seus convívios o texto acadêmico do cientista Fábio Wanderley Reis, de 15 páginas, naquela mesma semana a do jantar, o que afasta a possibilidade de que não tenha sido lido pelos seus participantes, como quis fazer crer o autor do artigo. Como já dissemos, trazia no seu conteúdo um alerta de que a democracia brasileira ainda não havia passado pelo teste de ser governada pelo PT, e atacava as prováveis candidaturas de Itamar Franco e a Ciro Gomes. Segundo Reis, “há no Brasil um ‘substrato sociopsicológico’ que favorece candidaturas populistas”, identificadas por ele com então governador mineiro e com o ex-governador do Ceará”⁸, daí o clima de indignação gerado nas bases oposicionistas, a começar pelo pré-candidato do PPS, como mostraremos a frente.

⁸Cf. Isto É, n.º. 1660, de 25 de julho de 2001.

Durante o encontro o presidente Cardoso mais ouviu do que falou. O mais falante entre os empresários foi Jorge Gerdau. Foi consenso que o governo do PSDB ainda tinha pela frente mais 15 meses e precisaria tomar decisões, como a de retomar o processo de reformas, para recuperar sua confiança e popularidade. Na opinião dos presentes, só dessa forma o governo teria condições de fazer o sucessor. Apesar de boa parte dos convidados serem simpatizantes do candidato José Serra, então ministro da Saúde, os empresários não fecharam o apoio em torno de nenhum nome. Falou-se em outros prováveis candidatos opositoristas e das reais chances de um candidato tucano.

Em resumo, a avaliação geral foi de que, em razão da disputa entre os três outros candidatos de Oposição, a exceção de Lula, crescia a chance do surgimento de um nome no PSDB para brigar no segundo turno com o candidato petista, lugar ocupado posteriormente pelo “traidor” José Serra, como acusaria durante as eleições a outra pretendente a vaga, e alijada do processo devido a uma ação da Polícia Federal no rumoroso caso Lunus/Sudam, a governadora Roseana Sarney (PFL-MA).

O candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, reagiu com indignação a reunião ocorrida na casa do banqueiro Olavo Setúbal com empresários em São Paulo e comparou o jantar às reuniões que levaram à criação da Oban (Operação Bandeirantes), de ultradireita, que surgiu com o AI-5 (Ato Institucional nº. 5), no final dos anos 1960, para combater a guerrilha que se organizava no país em oposição à ditadura militar e que funcionou como uma espécie de inteligência policial, integrada por civis e militares.

Para o candidato do PPS, o jantar seria apenas um dos sintomas da "direitização" do discurso oficial, "quase o viés autoritário", acusando o presidente Fernando Henrique Cardoso de dar sinais dessa guinada à direita, referindo-se a outros pronunciamentos recentes do Presidente com o dedo em riste clamando de maneira “histórica com relação à segurança”. "A democracia existe para alternar qualquer partido", afirmou o pré-candidato, que era então o segundo colocado na pesquisa Datafolha de intenção de voto para presidente, com 14%. (Lula liderava a corrida presidencial, com 31%). Ciro se disse "incomodado" com o fato de o jantar ter sido mantido em segredo até a véspera, dia 12, quando foi noticiado pela Folha de São Paulo, e com a recomendação aos comensais da leitura do artigo em que o professor Fábio Wanderley Reis alerta para o risco de um governo de esquerda no Brasil, como já comentamos.

Ex-ministro da Fazenda do governo Cardoso, o presidenciável de Oposição afirmava que a moratória e a desvalorização do peso argentino "ou as duas coisas juntas" era "questão

de tempo". A falência do país vizinho revelaria à população que o problema brasileiro não é de governo, mas do modelo econômico adotado, responsabilizando o tucanato pelas "mais altas" taxas de desemprego, falências e concordatas da história do Brasil. Mas, apesar do desenho de um cenário futuro tenebroso, o ex-governador do Ceará destacou que não se devia menosprezar o candidato governista à sucessão presidencial: "Os poderosos e clandestinos interesses internacionais são tão poderosos que merecem respeito".

3.2 **Ciro Gomes: uma possível opção das elites dominantes**

3.2.1 **O confronto entre o candidato do PPS e o governo**

Embora pudesse ser inicialmente pouco provável, foi ficando evidente para muitos que o pré-candidato do PPS acabaria sendo cogitado pela elite orgânica como uma espécie de “plano B”, no caso do malogro de um candidato do PSDB para disputar o segundo turno com o candidato petista, Mas a verdade é que o ex-governador do Ceará foi muito mais virulento do que o candidato do PT nos seus ataques ao governo já no ano pré-eleitoral de 2001, justamente no momento em que as peças do xadrez começavam a movimentar-se em torno da disputa, o que provocou desconfiança em alguns setores.

Primeiro, o presidenciável do PPS à Presidência da República acusou o ministro José Serra (Saúde) de ser incoerente politicamente e atribuiu a ele os adjetivos de "irresponsável" e "oportunista."⁹, por não querer admitir que era candidato e que representava, por seu turno, o continuísmo. Serra, por outro lado, o havia criticado por ele ter comparado o encontro na casa dos Setúbal com a operação Oban do qual havia participado o presidente da República, qualificando-o como "o candidato do insulto" e lembrou que ele foi filiado ao PDS, partido que apoiou o regime militar.

Mas a troca de farpas entre os dois pré-candidatos com ligações com o com o governo tucano não pararam por aí. O candidato opositor acusou o virtual candidato do PSDB de ter sabotado o Plano Real, ressaltando que o governo federal "mancomunou-se com a pior escória política do Brasil" e acusou o ministro da Saúde de falar mal do governo, enquanto permanecia ministro e publicamente “solidário com uma política social que está arruinando o país”, reforçando que a sua crítica ao jantar não foi insulto, mas "direito de cidadania", e arrematou:

⁹Cf. Folha de S.Paulo, “Ciro e Serra trocam críticas pesadas em clima de campanha”, sucursal de Brasília, 18 de julho de 2001.

- "Quem é oportunista? Eu, que renunciei ao governo do Ceará para acudir à crise mortal na primeira fase do Plano Real, assumindo o Ministério da Fazenda, ou o sr. José Serra, que se pôs contra o plano, fazendo de tudo para sabotá-lo na sua origem, e, em seguida, assumiu desde o primeiro dia o ministério desse governo?" E voltou a desafiar:

- "Quem é irresponsável e oportunista? Eu, que não aceitei o convite reiterado do sr. presidente [refere-se a Cardoso] para assumir o ministério que o sr. Serra hoje ocupa, (...) ou o sr. Serra, que percorre o país com seus gastos pagos pelo Tesouro (...)?"

Finalmente, Ciro compara seu comportamento ao do ministro em relação às eleições para a presidência do Senado:

- "Quem é definitivamente oportunista e irresponsável? Eu, que lutei para que o Congresso fosse presidido por um de seus mais ilustres e honrados membros -o senador Jefferson Péres- ou o sr. Serra, que se empenhou pública e ostensivamente para eleger o senador Jader Barbalho, pouco importando se levava à mais alta magistratura parlamentar uma figura inquinada de pesadas acusações de corrupção, apenas porque isso servia a seu propósito egoísta e mesquinho de ser candidato à Presidência, embalado pelo mesmo pacto de oligarquias, plutocratas, fisiológicos e corruptos que constituem boa parte da base política do governo ao qual diligentemente serve o sr. Serra e ao qual pretende dar continuidade?"¹⁰

Serra devolveu no mesmo tom, afirmando que "há anos deixo de comentar declarações do sr. Ciro Gomes, pois sempre achei mais produtivo dedicar-me a meu trabalho do que aos bate-bocas e aos insultos a que ele está habituado", mas afirmou que o peepesista teria ido longe demais em suas críticas ao jantar nos Setúbal, e resolveu quebrar o jejum, disparando:

- "Ele [Ciro], que militou nas filas da ditadura militar, critica o presidente da República, falando de Oban, a mesma Oban que deteve e encapuzou Fernando Henrique quando era diretor do Cebrap". E procurou vincular a imagem de do pré-candidato do PPS a Fernando Collor, afirmando:

- "Os problemas do Ciro comigo começaram quando ele defendeu ardorosamente (mas em vão) a adesão do PSDB ao governo Collor, no primeiro semestre de 1992. E depois quando, como ministro da Fazenda, ele não só patrocinou, como fez a apologia da sobrevalorização cambial, do escancaramento desordenado da economia, do lesivo acordo de Ouro Preto e quase liquidou a indústria automobilística doméstica. E hoje pretende apresentar-se como paladino do emprego e do desenvolvimento."

¹⁰ Cf. Folha de S.Paulo, Op.cit., idem.

Cardoso¹¹ reagiu de imediato as declarações do ex-governador, e em tom de irritação respondeu:

- “Eu estive na Oban. Fui encapuzado lá. Portanto, ele não tem o direito, não tem a autoridade moral para falar nisso, até porque o passado dele não permite que se arrogue como democrata naquele momento”.

Adotando a mesma estratégia do cientista político mineiro, afirmou que na casa de Setúbal falou-se sobre assuntos que todos falam, “o Brasil, a Argentina, etc.”, e afirmou que não havia sido discutido o artigo de Reis, destacando que a “oposição está inquieta à toa”. Lembrou ter distribuído um livrinho sobre os sete anos do Real, reiterando que “ninguém tocou no assunto da governabilidade. Não é um tema que me preocupe. Temos todas as instituições funcionando. Perdemos dois senadores (refere-se a Arruda Sampaio (PSDB-DF) e o então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães), há acusações contra outros e, não obstante, tudo se faz num clima de normalidade.”

O governante tucano insinuou que tornaria público o nome de seu candidato preferido antes do que se poderia esperar, e reiterou que continuava acreditando que o elegerá, como disse no discurso de sete anos do Plano Real. Brincando, quando indagado sobre quem era seu candidato, respondeu à queima-roupa: “Eu”, depois riu e se corrigiu. “Não estou dizendo que sou o papa, mas seria como se o papa dissesse quem é seu cardeal *in pectore* para sucedê-lo. Não posso fazer isso porque decepcionaria muitos cardeais”. Ele deixou claro que teria de ser alguém que defenda tudo o que o governo fez, tenha a mesma visão de mundo e se proponha a acabar a obra que começou. E nem precisaria ser do PSDB. (O seu nome preferido era o ministro Pedro Malan, sem partido, como já nos referimos).¹²

A constatação de que a candidatura Ciro Gomes vai perdendo espaço, podendo também justificar o “bombardeio” a que seria submetido no primeiro turno das eleições, refere-se a este confronto direto com o presidente da República, o que certamente afastaria muitos potenciais aliados do bloco conservador num eventual segundo turno, apesar do oportunismo das elites no ano pré-eleitoral: neste momento ainda não era uma candidato totalmente descartável.

Mas o auge da crise entre o Cardoso e Ciro aconteceu algumas semanas depois do episódio da Oban, quando voltaram a se enfrentar em mais um capítulo na polêmica que

¹¹Cf. O Estado de SP, “Fernando Henrique Cardoso invoca passado para reagir a ataque de Ciro”, Sandro Vaia, 18 de julho de 2001.

¹²Cf. O Globo, “Tasso: Não é Fernando Henrique que escolherá o candidato”, Cristiana Lobo e Dianna Fernandes, 24/08/2001, na qual o governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissati, afirma que evidentemente

completaria uma semana, antecipando a disputa eleitoral de 2002. O líder tucano chegou a classificar de "levianas" as palavras do presidenciável sobre corrupção no seu governo, ao referir-se a uma carta por este endereçada à Executiva Nacional do PSDB.¹³ Nela, o pré-candidato do PPS procurou a responder à nota da Executiva do PSDB, que o considerou "incapaz de apresentar propostas consistentes para o futuro do País" (e também visando responder as críticas de Cardoso em sua entrevista, conforme falamos acima)

Ciro escreveu aos tucanos que soube "pelos jornais" do processo contra ele, movido por ordem do presidente da República, respondendo que "não me intimidarei diante da arrogância ou do constrangimento antidemocrático e autoritário vindo do governo do senhor Fernando Henrique Cardoso ou de seus áulicos", escreveu o ex-ministro, ressaltando que "(...) "Sivam, Proer, DNER, Sudam, Sudene, TRT-SP são siglas que evocam a frouxidão moral de um governo visto por mim e pela imensa maioria da população como leniente no combate à corrupção."¹⁴

3.2.2 **Ciro cai nas graças da oposição**

A tendência de Ciro Gomes, como se pode observar, foi procurar outras lideranças de oposição no cenário nacional afim de começar a viabilizar eleitoralmente a sua candidatura ainda em 2001. Como, de fato, acabou se configurando na aproximação com o PDT de Brizola, e o mais surpreendente, como ficaria claro mais tarde, conquistaria a adesão de dois expoentes do caciquismo pefelista, Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães, sobretudo depois do naufrágio da candidatura de Roseana Sarney no alvorecer eleitoral de 2002. Iria contar ainda com a ajuda do eterno "padrinho" político e então governador do Ceará, Tasso Jereissati, "dissidente" político do PSDB, rompido com José Serra por ter sido preterido na disputa ao Planalto, apesar de não ter abandonado o ninho tucano, conforme mostraremos.

Sob o patrocínio de Leonel Brizola, comandante do PDT, Ciro e Itamar Franco encontraram-se no hotel Othon, no Rio de Janeiro, em meados do mês de agosto,

que a opinião do presidente Fernando H. Cardoso tem peso, mas que ela não seria decisiva na escolha do candidato.

¹³Cf. Isto É, edição n.º. 1660, de 25 de julho de 2001, que destaca que "a troca de desaforos entre o presidenciável tucano José Serra e seu adversário Ciro Gomes (PPS) faz parte da estratégia do xadrez sucessório disputado por Fernando Henrique e aliados para deter a oposição". Segundo Isto É, "a ordem do rei [o presidente Fernando Henrique] , peça mais importante do jogo, é não deixar acusação sem resposta. De arma em punho, peões, bispos e outras peças governistas se mexem, inclusive na Justiça, para evitar um xeque-mate adversário já no início da partida".

¹⁴Cf. O Estado de São Paulo, de 20 de julho de 2001.

oportunidade em que falaram por duas horas e, ao final da reunião, trocaram juras de que estariam juntos na disputa eleitoral. Na ocasião, fizeram questão de excluir do leque de Oposição a candidatura de Anthony Garotinho, por entenderem que o então governador carioca não se opunha ao atual modelo econômico.

O curioso é que Itamar Franco é o “pai do Plano Real”, viga mestra da política econômica em vigor na ocasião, e até se irritava quando lhe negavam essa paternidade, enquanto que o presidenciável do PPS havia sido ministro da Fazenda de setembro de 1994 a janeiro de 1995., acusado no meio empresarial por aumentar os juros e abrir o para o comércio exterior ao reduzir as tarifas de importação. Tal como o ex-presidente da República e ex-governador mineiro, fazia pouco sentido para muitos que Ciro Gomes rejeitasse de forma liminar e taxativa a política econômica governista – que, de seu tempo até o pleito de 2002, sofreu correções, mas manteve a sua essência inalterada.

Para a revista *Veja*¹⁵, do Grupo Abril, que aderiu a candidatura tucana em 2002, a conclusão que se podia tirar era de que as posições do mineiro e do cearense “são produto de *marketing* eleitoral ou de ódio pessoal ao presidente Fernando Henrique – ou de ambas as coisas. No capítulo do *marketing*, criticar o governo hoje em dia rende votos porque o brasileiro não está feliz com o ‘apagão’, o desemprego e a instabilidade do mercado, retratada pela explosão do dólar e pelo esfriamento da economia. Quanto à raiva que ambos têm de Fernando Henrique, essa já foi suficientemente sublinhada por eles. Brizola os acompanha tanto no primeiro como no segundo item”, conclui a revista.

Segundo a mesma reportagem, em seu melhor momento, Ciro chegou a 18% nas pesquisas do Ibope, e Itamar Franco bateu em 12%. “Nas pesquisas mais recentes, houve variações quase inexpressivas, embora sempre negativas. Ciro aparece com 14% e Itamar, com 11%. Como estão ‘empacados’, a unidade que ambos começaram a discutir está mais para uma tentativa de ‘salvamento’ mútuo que para a construção de uma fortaleza. Além disso, na matemática eleitoral, a soma dos 14% de Ciro com os 11% de Itamar não dá 25%. Pesquisa recente do Instituto GPP, feita com 1.600 eleitores em todo o país por encomenda do PFL, indica que um quarto dos que apóiam Itamar se dispõe a votar em Ciro. Mas os eleitores de Ciro não correriam para Itamar. A maior fatia se dividiria entre Lula e José Serra, que luta para ser o candidato oficial.”

¹⁵Cf.. *Veja*, “Para evitar o naufrágio”, Malu Gaspar, n.º. 1715, de 29 de agosto de 2001, que traz como chamada a idéia de que “pela primeira vez, oposição faz gesto concreto pela unidade, mas a ação mostra mais fraqueza que força”, ressaltando que Ciro e Itamar, em encontro patrocinado por Brizola, fazem uma tentativa de unir candidaturas que começam a balançar.

A explicação para a “paralisia” da candidatura de Itamar Franco e a de Ciro Gomes nas pesquisas, teria motivos distintos. O ex-governador mineiro teria força em seu Estado – o que não é pouco, já que Minas é o segundo maior eleitorado do país. Mas não conseguiu ampliar-se para outras regiões. Além disso, embora filiado ao PMDB, Itamar Franco estaria encontrando enormes dificuldades para ser ungido candidato do partido – numa reedição do que aconteceu em 1998. Suas conversas com Leonel Brizola são sinal de que pretendia migrar para o PDT. “Se trocar o PMDB pelo PDT, uma legenda “raquítica” perto da pujança peemedebista, é mais certo que concorra ao Senado ou à reeleição em Minas, e não ao Planalto.”¹⁶

Enquanto a candidatura a candidatura de Ciro era carregada por uma legenda nanica, o PPS. Por isso, o presidenciável do vivia querendo atrair partidos mais potentes. Mas “até agora, o único que conseguiu seduzir foi o PTB, que é uma sigla excessivamente ‘volúvel’ e se mantém fiel ao hábito de debruçar-se sobre o balcão para, na hora ‘H’, aceitar a melhor oferta – venha de onde vier.”¹⁷

3.3 A liderança contestada de Itamar Franco

O Editorial do Estado de São Paulo, de 11 de setembro de 2001, ao falar da convenção que elegera o presidente do PMDB, que poderia consolidar a candidatura própria do partido à sucessão de Fernando Henrique Cardoso, respaldando a pretensão de sua figura de maior expressão nacional (ao lado do ex-presidente José Sarney), o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, é taxativo, e resume bem o clima da pré-disputa eleitoral: “O resultado da convenção nacional do PMDB revelou a força que o governador Itamar Franco tem no partido: nenhuma”.

Não apenas o seu candidato à presidência do PMDB, o senador Maguito Vilela, perdeu a eleição para o deputado Michel Temer (SP), aliado de Cardoso, como o plenário, tendo aprovado por esmagadora maioria a tese da candidatura própria à Presidência da República, fixou para 20 de janeiro a data da prévia que escolheria o cabeça-de-chave nas eleições de 2002. O que, na verdade, jamais acontecera, pois o PMDB não teria candidato ao governo federal, como, aliás, era o desejo do presidente da República e da ala governista do

¹⁶Cf. Veja, Op. cit., 29 de agosto de 2001.

¹⁷Cf. Veja, Op. cit., 29 de agosto de 2001.

partido, e muito menos com Itamar.¹⁸

Sem um candidato a presidente viável, o PMDB ficaria quase sem opção. Estaria compelido a apoiar um nome do PSDB. Na avaliação do Palácio do Planalto, a chance de colocar um candidato governista no segundo turno presidencial no ano de 2002 passava pela manutenção de uma ampla aliança de partidos, incluindo pelo menos PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB.¹⁹

Essa decisão partidária resultaria, mais tarde, no abandono da candidatura ao Planalto por parte de Itamar Franco, assim como deu margem para a fragmentação do PMDB, que chegou dividido na campanha eleitoral de 2002. Isto é, com a perda do espaço político dentro do partido, Itamar acabaria apoiando a candidatura de Lula, e o PMDB se fragmentaria em várias frentes, apoiando uma plêiade de candidatos de diferentes matizes ideológicas, praticamente abandonando o candidato da coalização PSDB/PMDB, mesmo contra a proibição da “verticalização” eleitoral, lei esta, diga-se de passagem, urdida na última hora.

Rejeitando a proposta de Itamar, que queria realizar as prévias em outubro, o PMDB não deixou o governo imediatamente, como pretendia o governador de Minas Gerais e seu grupo, e muito menos passou para a oposição, outro dos sonhos mais acalentados pelo antecessor de Cardoso. Neste sentido, o PMDB teria a partir de então quatro meses para negociar as condições de sua permanência na aliança com o PSDB e o PFL. Tanto assim que, indagado sobre quando o partido entregaria os cargos que ocupava no governo, Michel Temer saiu pela tangente: "Entre setembro e janeiro." E, sobre uma campanha de oposição ao governo, dissolveu as preocupações: "Coerente é reconhecer os avanços. O discurso do candidato do PMDB tem que ser equilibrado. Não pode ser um discurso de oposição feroz."

Em alguns partidos, sobram candidatos a candidato à Presidência da República. No PMDB, ao contrário, o que existe é escassez. Prevalecesse a proposta da realização das prévias em outubro, o partido teria de decidir entre o ex-presidente e Pedro Simon e nenhuma dessas candidaturas resistiria às intempéries durante os 13 meses que faltavam para as

¹⁸Cf. Folha de S.Paulo, Editorial, “Um retrato caricato”, 10 de setembro de 2001, que destaca que “no estado gelatinoso a que o PMDB foi reduzido, os fatos - e não os seus líderes - é que determinam o comportamento do partido. Se for conveniente ter candidato próprio porque o governo que o PMDB apóia estará desgastado, haverá candidatura própria. Senão, o PMDB permanecerá governista. É uma caricatura de partido fazendo uma caricatura de política”.

¹⁹Cf. Folha de SP, “PMDB de Fernando H. Cardoso vence, mas Itamar ganha sobrevida”, Kennedy Alencar e Fernando Rodrigues, 10 de setembro de 2001.

De acordo com os analistas políticos da Folha, “a estratégia dos governistas do PMDB é clara. Consiste de três itens: 1) dominar cada vez mais o partido, eliminando os descontentes; 2) fazer uma bancada grande, com pelo menos cem deputados federais no ano que vem [2002]; 3) para obter os dois itens anteriores, escolher qual será a melhor opção na eleição presidencial de 2002 (ter candidato próprio ou apoiar o nome de Fernando Henrique)”.

eleições. Ou seja, o PMDB marcaria posição naquele momento, mas, quase certamente, perderia substância - governadores e parlamentares - em 2002. E, como se sabe, o PMDB é um “saco de gatos” onde se refugiam políticos de variados grupos, a maioria sem marcadas posições ideológicas - com interesses muitas vezes conflitantes.

Em 2001, O PMDB era o maior partido brasileiro, se somados seus representantes nos legislativos (federal, estadual e municipal) e nos diferentes Executivos, e ocupava três importantes Ministérios - Transportes, Integração Nacional e Secretaria do Desenvolvimento Urbano -, com um orçamento que, somado, chegava aos R\$ 10 bilhões. Além disso, controlava o DNER e o Incra. Era o uso político desses cargos que permitia manter uma relativa coesão entre facções que vão dos mais reacionários coronéis do interior aos remanescentes de grupos revolucionários, como o MR-8.

Não se deve estranhar, portanto, que o PMDB tenha sempre ficado com um pé dentro e outro fora do governo. Na convenção que elegeu Michel Temer, por exemplo, a chamada ala governista do partido obteve 62% dos votos, mas isso não impediu que o plenário aprovasse, por aclamação, moção do senador Roberto Requião, introduzindo naquilo que chamam de "pensamento oficial do partido" uma série de denúncias e ataques contra o governo que o PMDB apoiava, inclusive com a acusação de que o presidente Fernando Henrique Cardoso teria subornado os convencionais. Sendo esse partido como é, também não se deve estranhar que suas convenções se transformassem em arenas de pugilato. Há dois anos, partidários e opositores do ex-presidente Itamar Franco se engalinharam em luta corporal que resultou na destruição parcial do plenário da Câmara dos Deputados, onde se realizava a convenção.

O governo, de qualquer maneira, continuaria contando com o instável concurso da bancada do PMDB no Congresso por mais quatro meses, prazo que poderia ser indefinidamente prorrogado se a nova cúpula do partido chegasse à conclusão de que haveria muito mais a ganhar - como de fato acabou ocorrendo -, talvez, não da mesma forma imaginada pela sua ala mais conservadora e aliancista com o PSDB, mantendo-se na coalizão que apoiava o governo, do que dela se afastando.

3.3 PMDB: grande “ninho” de centro e de apoio governista

O PMDB de 2001 não tinha nada a ver com o velho MDB. O partido que lutou pela redemocratização do Brasil durante o período da ditadura militar e tornou-se símbolo da

resistência, acabou. As afirmações são da cientista política Lúcia Hipólito.²⁰ Especialista no estudo dos movimentos dos partidos políticos no Brasil, ela discorda que o partido irá desaparecer ou diminuir por causa de suas brigas internas.

Mas é categórica ao afirmar que o marco do desaparecimento do MDB foi a morte de Ulysses Guimarães. “Há uma confusão entre o MDB e o PMDB de hoje. Aquele papel histórico, de resistência, morreu com dr. Ulysses”, afirma a professora. Hipólito se refere ao PMDB de então como uma federação, um ônibus, que “hoje tem mais tendências que o PT” e pode ser apontado como um “grande ninho de centro”. “Ele abriga a direita da esquerda e a esquerda da direita. Só que não tem comando, então serve a todos os gostos”, afirma ela, referindo-se às alas que abrigam o mesmo teto peemedebista.

O resultado da falta de comando é o retrato da convenção que elegeu Michel Temer, brigas internas, com um grupo atrelado ao governo e outro entrincheirado na oposição, mas que acabou favorecendo o PSDB. Só num estado, o Rio de Janeiro, os dois líderes do partido estavam cada um de um lado. O ex-governador do Rio, Wellington Moreira Franco, era assessor especial do presidente Fernando Henrique Cardoso, enquanto o presidente da Assembléia Legislativa do Rio, Sérgio Cabral Filho, apoiava o governador do estado, Anthony Garotinho, e todos continuavam convivendo na mesma lenda. O mesmo acontecia no plano nacional, onde o peemedebista Eliseu Padilha era ministro dos Transportes, defendia o presidente tucano e o governador mineiro, Itamar Franco, passava a vida a atacá-lo.

No entender da especialista isso não é ruim para o PMDB, pois qualquer presidente que se eleger, não conseguirá fazer maioria sem consultar o partido. Hoje, ele funciona como uma espécie de fiador do equilíbrio do sistema. Um exemplo disso foi 1994, quando o presidente Cardoso, eleito pela coligação PSDB, PFL e PTB, foi buscar o PMDB para formar uma ampla maioria no Legislativo. Ela explica que o antagonismo interno do partido é extremamente útil a todos que o integram, pois tanto traz “o charme de ser oposição num ano pré-eleitoral, quanto o de estar no governo”, reforça. Outro aspecto importante é que o partido é um grande atrativo aos políticos por causa da sua falta de programa. Não é parlamentarista, mas também não rejeita totalmente a tese. Nem propõe uma política de reforma agrária tão aguerrida que vete a entrada de agropecuaristas. “Lá cabe de tudo”, ressalta, o que justifica a adesão ao governo e a vitória tucana na convenção à sucessão presidencial.

²⁰Cf. Correio Braziliense, “O MDB era uma coisa, o PMDB é outra”, Denise Rothenburg, 9 de setembro de 2001.

Por isso, tranqüilo e aliviado depois da vitória de seus aliados na convenção nacional do PMDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso não escondeu a despreocupação em relação à decisão do partido de apresentar candidatura própria à sucessão. Jurou que não influenciou no resultado final, alegando que não tinha candidato de colete nem preferência por nenhum nome, seja em seu partido, no PMDB ou no PFL, mas confessou:

- “A única intervenção minha nisso tudo foi lá atrás, quando jantei com os governadores e lhes disse que precisava saber qual era a posição deles. Afinal, era um assunto importante para o governo” - ressaltou. “Sempre tive relações normais com os governadores, mesmo os da oposição. O único com quem não tenho relações é com Itamar²¹. Por conta dele”, frisou.

Para Cardoso, o candidato ideal seria aquele que, venha de onde vier, encarnar um programa de governo sólido e transparente, capaz de convencer a população, cuja maturidade política não comporta mais, a seu ver, no governo ou na oposição, alguém que não saiba muito bem o que fazer. “O melhor candidato será o que aponte um rumo, com confiança e esperança, que não tenha nada a esconder e se disponha a explicar tudo muito bem”, define. E aconselha: “ Uma coisa é certa: o candidato dos partidos da aliança que resolver competir em populismo com os da oposição não vai se dar bem, pois o eleitor sabe muito bem que para defender aquelas idéias os outros são bem melhores do que ele”.

A vitória da ala governista do PMDB na convenção que elegeu a nova direção partidária em setembro de 2001 trouxe uma boa e uma má notícia para José Serra, ministro da Saúde e mais forte presidenciável tucano.²² A boa é que ganhou o controle do partido o grupo que tinha simpatia por José Serra, caso fosse possível reunir os principais partidos que sempre apoiaram o governo em uma aliança nas eleições de 2002. O PMDB era refratário ao outro presidenciável tucano, o governador do Ceará, Tasso Jereissati. A má notícia dava conta de que parte dos vitoriosos foi longe demais no discurso de candidatura própria ao Palácio do Planalto e precisaria cobrar caro por um eventual apoio ao ministro da Saúde. O preço: a vaga de vice na chapa presidencial mais alianças nos Estados que poderiam desagradar tanto tucanos como pefelistas. Ou seja, ou o PMDB tomava de fato o lugar do PFL como parceiro

²¹Cf. O Estadão, “Presidente denuncia Itamar”, 11 de setembro de 2001, dando conta que a pedido do ministro da Justiça, José Gregori, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, denunciou na Justiça o principal adversário do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), por injúria e difamação, em resposta a afirmação do governador mineiro de que o governo é capaz de fraudar a eleição do próximo ano [2002]. Segundo Itamar, Fernando Henrique não quer perder o poder e que, por isso, utiliza várias armas, entre elas a corrupção. Textualmente, disse que o presidente “vem usando métodos pouco ortodoxos, como essa equação de liberação de verbas e de corrupção”.

²²Cf. Folha de SP, “Um partido entre Serra e a auto-afirmação”, Kennedy Alencar, 09/09/2001.

preferencial dos tucanos ou o partido se veria tentado a lançar um candidato próprio à Presidência.

O novo presidente do partido, o deputado federal Michel Temer, afirmou que "será inevitável a candidatura própria". Mas seus aliados destacavam que ainda havia margem para um entendimento com o PSDB a depender do espaço que negociassem na aliança e do potencial de vitória do candidato governista nas eleições presidenciais. Em conversas reservadas, os peemedebistas afirmavam que, se fosse para lançar um candidato com pouca viabilidade eleitoral e com o PMDB numa posição de inferioridade em relação ao PFL, seria melhor competir com um nome próprio.

Não seria fácil ao PMDB marchar unido com Itamar Franco (como de fato não aconteceu), devido a sua postura de ataque constante ao presidente da República, o que desgostava muita gente e deixava perplexa boa parte da elite dominante. O governador de Minas atacava o que chamava de "corrupção endêmica" do governo central e a "falta de sensibilidade social" do tucanato que, segundo ele, promovia uma "ostensiva discriminação" contra Minas Gerais. Um levantamento feito pela bancada estadual mineira do PT compromete esse discurso.²³

Em palestra a empresários no mês de setembro, na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) – no Fórum de Gestão Pública Eficiente, criado pela entidade para debater temas nacionais com possíveis candidatos à presidente, no qual Ciro Gomes (PPS) foi o primeiro palestrante, em maio -, Itamar Franco também afirmou que não acreditava na união das esquerdas no primeiro turno da eleição de 2002 - o que, segundo ele, era um "grande erro político". E negou que já fosse candidato, mas, entre críticas a Cardoso, apresentou aos empresários propostas como a auditoria e revisão das privatizações, redução da carga tributária e fim da guerra fiscal entre os Estados, cujas declarações foram semelhantes às feitas pelo pré-candidato petista.

Apesar do discurso coincidente, em sua palestra na FIRJAN reiterou a dúvida de que as esquerdas brasileiras pudessem ser unir no primeiro turno das eleições em 2002. Para ele, "é uma loucura as esquerdas acharem que é fraco um governo que controla o câmbio, os juros e que utiliza a máquina do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)."

²³Cf. Veja, "Levantamento mostra que, com Itamar, não valem nem o dito nem o escrito", nº. 1.117, de 12 de setembro de 2001. O estudo compara promessas, declarações e críticas do governador com seus atos no Palácio da Liberdade, demonstrando que, apesar das hostilidades contra o Planalto, Itamar Franco mantinha boa parte de suas ações com recursos repassados pela União.

Como exemplo deste poderio, lembrou que, quando estava na Presidência, foi-lhe apresentada uma pesquisa em que Lula aparecia com 44% das intenções de voto, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, com 16% e o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, era lembrado por apenas 2% dos entrevistados. "E o candidato com 2% na pesquisa venceu no primeiro turno das eleições." E reiterou que a união da Oposição só seria possível caso os partidos "criem juízo", a partir das pesquisas que irão aparecer. "Mas não acredito que isso aconteça", afirmou, ressaltando que "os partidos de esquerda vão ter, quer queiram ou quer não, que se somar no segundo turno, se é que vão chegar lá".

3.4 Malan é o preferido do presidente

Nesta época, para boa parte dos empresários não era, ainda, vislumbrada como viável a candidatura de José Serra, porque o presidente Fernando Henrique Cardoso se inclinava para Pedro Malan, sem partido. Embora, em audiência no Palácio do Planalto no começo de agosto, o ministro da Fazenda tenha dito ao Presidente que não gostaria de ser candidato. O argumento de Malan era que na hora em que assinasse a filiação a um partido não conseguiria mais desempenhar a sua função ministerial, seria atacado o tempo todo. Cardoso era de pensamento de que só entraria para valer na campanha sucessória, se o seu candidato defendesse suas teses e mantivesse as conquistas de seu governo, por isso se inclinava favoravelmente à candidatura do seu principal ministro.²⁴

Malan tinha, contudo, vetos claros de certos setores da indústria à sua candidatura, como se pode depreender da entrevista do então presidente interino da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade nacional que reúne as federações, o deputado federal Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP).²⁵ Ferreira era contra uma eventual candidatura do ministro da Fazenda, alegando que "não gostaria sequer de imaginar esse governo [de Malan]". Apesar de estar na condição de presidente interino da entidade máxima da indústria e de falar apenas em seu nome e reconhecer a "competência, seriedade e honestidade" do ministro, Ferreira entendia a sua candidatura como "inviável eleitoralmente". Por isso, defendeu a manutenção da aliança PSDB-PFL, mas sugeriu os nomes dos ministros José

²⁴Cf. Carta Capital, ano VIII, n.º. 153, 22 de agosto de 2001, que destaca através de chamada de capa, com a foto de José Serra, em sinal de prece, sob o título "o resistente", reiterando que o então ministro da Saúde "sabe que não é o candidato do coração de Fernando Henrique Cardoso, mas não vai desistir fácil", concluindo que "seu amigo presidente teme que, eleito, Serra não vai poupá-lo".

²⁵Cf. Folha de São Paulo, "Presidente da CNI rechaça Malan-2002", de 10 de agosto de 2001.

Serra, da Saúde, e Paulo Renato de Souza, da Educação, e do governador Tasso Jereissati (CE), como os tucanos capazes de manter a união dos dois partidos. Os nomes pefelistas seriam os dos governadores Roseana Sarney (MA) e Jaime Lerner (PR) e o do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC).

Importante destacar que Ferreira comandou o lançamento de um manifesto empresarial em favor da reforma tributária, na sede da entidade, em São Paulo, ao lado do presidente Horacio Lafer Piva e do empresário Jorge Gerdau. O documento fazia críticas severas ao pacote tributário proposto pelo governo no início de julho de 2001. Ele foi o crítico mais contundente da resistência do governo federal à aprovação do projeto de reforma tributária aprovado pela comissão de Assuntos Econômicos da Câmara dos deputados, no primeiro semestre daquele ano.

Apesar da posição contrária de parcela da elite dominante, muitos apostavam na possibilidade de o ministro Pedro Malan sair candidato. O ministro, segundo porta-vozes dos comensais no jantar nos Setúbal, era o candidato preferido da elite para enfrentar Lula, uma vez que o ministro da Saúde, José Serra, e o governador cearense, Tasso Jereissati, comprovadamente não empolgavam até aquele momento o eleitorado. Os nomes tucanos para a sucessão estiveram no cardápio do encontro, avaliado por Ciro Gomes como uma reedição da Oban. Como já frisamos acima, mas não houve consenso. Embora ainda fosse cedo para o empresariado fechar um nome que representasse a continuidade econômica do governo. A única coisa certa era que o candidato do presidente seria o candidato do PIB nacional.

Corria nos bastidores palacianos ²⁶, na ocasião, a informação de que quem iria abonar a ficha de Pedro Malan no PSDB seria o próprio Presidente da República.²⁷ Cardoso estaria mexendo os pauzinhos para pôr o ministro no páreo da sucessão, chegou a sondar líderes da ala governista do PMDB sobre a candidatura do ministro, mas não sentiu empolgação do partido. O PFL, que também gostaria de ter Malan em seus quadros, aceita apoiá-lo. A resistência maior era do PSDB paulista, que apoiava José Serra. “Antes há necessidade de ele

²⁶Cf. Isto É, “Jogo Capital”, Andrei Meireles (DF) e Paulo Vasconcelos (RJ), nº. 1662, agosto de 2001.

²⁷Cf. Correio Braziliense, “A cara do candidato”, Armando Mendes, 09 de setembro de 2001, que é bastante feliz em seu comentário, de maneira resumida, afirma: “Tirando alguns que já declararam abertamente apoio ao PT, os poderosos do Brasil gostariam mesmo é que um ‘clone político’ de Fernando Henrique continuasse na presidência pelos próximos quatro anos. Conservadores, por definição, preferem o conhecido à novidade. Não é por outro motivo que a torcida é grande para que o ministro Pedro Malan, o que há de mais próximo de um clone político de Cardoso no cenário montado para 2001, assine a ficha do PSDB e se declare candidato. Até porque é o responsável pela política econômica do governo, logo, tem todo o interesse em defendê-la e mantê-la. Contudo, Malan não faz entre os sem-dinheiro o mesmo sucesso que faz entre banqueiros e empresários. Em 94 e 98, o Plano Real nivelou as expectativas de todos, endinheirados e não-endinheirados. Mas para 2002, a mágica não funciona mais. O PSDB, um partido de acadêmicos, banqueiros e empresários que rejeitam instintivamente o populismo, vai passar por um teste e tanto. Os tucanos vão ter de provar que são capazes de vencer uma eleição normal. Sem efeitos especiais”.

passar por outras experiências eleitorais”, torpedeou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Mesmo com a oposição de parte do tucanato, Cardoso solicitava a ministros que levassem o ministro da Fazenda a inaugurações, na expectativa de que ele se tornasse mais popular e entrasse nas pesquisas de intenção de votos. O ministro da Fazenda fazia a sua parte. Enquanto Cardoso atacava presidentiáveis de Oposição e poupava Lula, o ministro da Fazenda aproveitava todas as oportunidades para se mostrar como um contraponto às propostas econômicas do PT. Sempre na companhia do presidente do BC, Armínio Fraga, Malan esteve ao lado de banqueiros como o presidente do Safra, Carlos Alberto Vieira, e do presidente da Associação Comercial do Rio, Marcílio Marques Moreira, e para se tornar unanimidade entre os representantes dos interesses da turma do andar de cima, Pedro Malan tinha que contar com uma mãozinha de Olavo Setúbal.

É bom que se entenda a presença de Armínio Fraga não só para a candidatura oficial, mas também para Lula, em razão da sua importância para a estabilidade da moeda, conforme a tese defendida pelo presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Alfried Plöger²⁸, ao comentar sobre a recusa do PT à proposta do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, de ficar mais um ano no cargo após o fim do governo Cardoso, debate que foi travado dentro do próprio PT. Embora Lula estivesse cotado como possível vencedor nas eleições de 2002, Plöger lembrava que as opiniões contrárias do partido a respeito dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e as incertezas quanto ao não pagamento da dívida externa, assustavam as elites econômicas e poderiam distanciar a legenda do apoio dos empresários, mesmo com as críticas que se fazia ao governo.

Explica-se: "No exterior, o Fraga é considerado o guardião da estabilidade da moeda e o PT diz que não o aceitaria? Isso nos deu mais um susto. E o bombardeio ao empréstimo do FMI? Achamos que o apoio foi oportuno, pois custou muito menos que outros feitos anteriormente", analisou. Mesmo assim, ele não acreditava que o PT fosse uma boa opção de voto. "A política econômica tem que mudar, temos que fazer a reforma tributária, mas o empresariado quer um governo que cuide da moeda. Temos que pensar na globalização, com a Alca, o Mercosul e Mercado Comum Europeu, ter relações com o FMI. Mas a oposição já disse que não vai seguir esta linha", disparou.

Contudo, como ficaria claro um ano depois, o mercado de capitais não se intimidou com uma provável vitória de Lula, em que pese o clima de incerteza gerado pela especulação

²⁸Cf. Tribuna da Imprensa, "Cotado para ganhar as eleições, o PT vira alvo dos empresários", Ana Carolina Diniz, 24 de agosto de 2001.

nas Bolsas, ante uma possível quebra de contratos. “O mercado exagera na alta do dólar” e “não há motivo para tanto, mesmo que as pesquisas de intenção de voto se confirmem e Lula seja eleito”, afirmou Fábio Barbosa²⁹, presidente do Banco Real, oitavo maior do país em ativos e controlado pelo ABN Amro, sétimo maior conglomerado financeiro da Europa, refletindo o humor de segurança do sistema financeiro.

Como outros banqueiros, Barbosa conversava com Antônio Palocci, coordenador do programa do PT ao Planalto. “A conversa me deixou tranqüilo em relação aos compromissos do PT.... No encontro, Palocci reafirmou que o PT vai cumprir a meta de *superávit* fiscal e todas as outras definidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional. Falou ainda sobre o compromisso com a estabilização, com o câmbio flutuante e os contratos”. Por isso, o banqueiro ressalta que não há razões para duvidar e vai além, afirmando que “o país hoje tem instituições fortes que garantem uma transição serena”.

A mesma opinião é partilhada Mohamed El-Erian³⁰, administrador de um dos maiores fundos de investimento do mundo em *Wall Street*, ao discordar das análises pessimistas feitas sobre o Brasil e prevendo que quem apostar contra o país vai perder. “No caso do Brasil, os analistas estão cometendo o mesmo erro que fizeram em relação a Argentina pelo outro lado”, pois os mesmos analistas que diziam no passado que a Argentina não iria quebrar estão afirmando agora que o Brasil é que vai à bancarrota, comentou ao participar de um seminário, organizado pelo Banco Mundial, com analistas e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. “Quando olhamos os números básicos, achamos que a dívida brasileira é sustentável”, declarou.

3.4.1 Acirra-se a disputa no partido oficial

A polarização entre o candidato preferencial do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Fazenda Pedro Malan e seu principal adversário dentro do governo, o ministro da Saúde, José Serra, este último que ganharia forte base de sustentação na cúpula do partido paulista e setores empresariais, começa a se acirrar já em 2001. Neste período, os dois ministros tucanos iniciam uma guerra aberta nos bastidores do governo pela candidatura presidencial. Malan, que não gostava de José Serra e não tinha a preferência do comando

²⁹ Cf. Tribuna da Imprensa, Op. cit., 24 de agosto de 2001.

³⁰ Cf. Jornal Valor Econômico, n°. 604, de 27 de setembro de 2002.

partidário para disputar a Presidência da República, começa a minar o pré-candidato paulista, crítico da política econômica, cortando recursos para a pasta da Saúde.³¹

Cardoso não escondia que trabalhava pela filiação do ministro da Fazenda ao PSDB³², alegando que a sua filiação "é necessária para que o ministro continue sua defesa do governo". O presidente acreditava que o alistamento do ministro daria força para polarizar o debate político, econômico e ideológico com a Oposição na medida em que a iniciativa "manterá a expectativa de que ele poderá ser o candidato, do PSDB ou de um partido aliado" à sua sucessão em 2002. "Não que ele seja obrigado a disputar, mas ninguém sabe o futuro", ressaltou.

O raciocínio era claro: se Pedro Malan não ingressasse em uma legenda até 5 de outubro de 2001, quando terminava o prazo legal para filiação partidária para quem quisesse concorrer a um mandato popular nas eleições gerais do ano seguinte, seu discurso em defesa do governo perderia expressão política. O ministro simplesmente estaria tecnicamente excluído da competição eleitoral, porque não poderia ser um pólo potencial de aglutinação da base governista aliada, e deixaria de ser uma ameaça para os concorrentes da Oposição. O ministro da Fazenda, por seu turno, insistia que não tinha vocação para a vida partidária nem pretendia filiar-se a uma legenda - embora admitisse, como fez em entrevista à imprensa que, se tivesse de fazê-lo, sua preferência seria pelo PSDB, o partido de Fernando Henrique, onde afirmou ter "o maior número de amigos."³³

Malan enfrentou, na realidade, um cerco político coordenado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para que obtivesse filiação partidária e tecnicamente se qualificasse para disputar as eleições de 2002.³⁴ Na ocasião, Cardoso procurou dirigentes de vários partidos, inclusive da Oposição, para pedir-lhes que o ajudassem a persuadir o ministro a assinar uma ficha partidária. O próprio ministro da Fazenda revelou que as intervenções que tinha feito no debate político lhe renderam manifestações favoráveis, por fax, e-mail e telefone, de líderes partidários e de pessoas comuns. Além do PSDB, o ministro recebeu também convite para alistar-se no PFL.

³¹Cf. Correio Braziliense, "Guerra do orçamento", Acácio Pinheiro, de 10 de agosto de 2001, que destaca que os pré-candidatos à Presidência da República, Pedro Malan e José Serra disputam a liberação de verbas, ressaltando que na quebra de braços, o ministro da Fazenda seca o cofre do José Serra, que reclama com o Planalto a retirada de mais de R\$ 1 bilhão do orçamento da Saúde.

³²Cf. O Estado de São Paulo, "FHC confirma que quer filiar Malan ao PSDB", Sonia Racy e Ariosto Teixeira, 23 de agosto de 2001.

³³O Estado de São Paulo, Op.cit., 23 de agosto de 2001.

³⁴ Cf. Tribuna da Imprensa, "Governistas preparam filiação e lançamento da candidatura Malan", 24 de agosto de 2001.

Aliás, a cerimônia de posse do novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, serviu de palco para “descontraídos comentários” sobre as declarações de Cardoso favoráveis à filiação de Malan ao PSDB.³⁵ O próprio ministro sorria a cada pergunta sobre a hipótese de sua filiação. Na solenidade o então secretário-geral do PSDB, deputado Márcio Fortes (RJ), revelou que entregou ao ministro da Fazenda uma ficha de filiação já preenchida para que ele assinasse. “Malan disse que não pretendia filiar-se a partido nenhum, mas também não me devolveu a ficha que lhe ofereci”, observou Márcio Fortes.³⁶

“Eu acho ótimo. Ele já deveria ter se filiado há muito tempo. Seria um bom quadro”, declarou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, também figurante da lista de eventuais candidatos do PDSB à Presidência da República, embora frisasse que “o candidato do partido deverá ser definido no final do ano com uma discussão ampla.”³⁷ Indagado se Malan era o candidato ideal para suceder Fernando Henrique, Jereissati respondeu com bom humor, manifestando que não alimentava nenhum tipo de preocupação com o fato de que vários nomes do partidos estarem sendo lembrados. Sorrindo, comentou: “É melhor ter muito candidato do que não ter”³⁸ O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, foi mais açodado em seu comentário, afirmando que se dependesse dele o ministro já teria se filiado ao PSDB, como desejava o presidente da República. Na sua opinião “Pedro Malan tem ‘qualidades’ para disputar qualquer cargo eletivo, inclusive à Presidência da República.”

Em suma, como é sabido, o ministro da Fazenda acabaria não se filiando a nenhum partido, com isso não se credenciando à disputa em 2002. Entretanto, a manifestação do presidente Fernando Henrique Cardoso em torno de seu nome, certamente, mostrou uma face que norteou o debate sucessório nas hostes governistas, isto é, o ministro da Saúde José Serra jamais chegou a ser, de fato, uma unanimidade dentro do próprio governo e muito menos era o candidato preferencial do presidente da República.

3.5 Lula já está no segundo turno

Duas entrevistas com os mais expressivos líderes políticos nacionais na época dão a largada na disputa para o Planalto, ao mesmo tempo em que fornecem o roteiro para o enredo que começaria a partir de então a ser encenado no país com vistas às eleições de 2002. Trata-

³⁵Cf. Tribuna da Imprensa, Op. cit., 24 de agosto de 2001.

³⁶Cf. Tribuna da Imprensa, Op. cit., 24 de agosto de 2001.

³⁷Cf. Tribuna da Imprensa, Opo. cit., idem.

³⁸Cf. Tribuna da Imprensa, Op. cit., idem, ibidem.

se da série de entrevistas concedidas pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo presidente de honra e candidato às urnas pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Correio Braziliense do Distrito Federal.

E o mais impressionante é que a longa entrevista dada por Fernando Henrique Cardoso na ocasião, não ganhou nenhuma repercussão nacional e passou quase completamente despercebida pela mídia do eixo Rio-São Paulo, o que não é comum em entrevistas do gênero quando elas são veiculadas por grandes jornais ou revistas nacionais, ou mostradas em rede nacional de TV do porte de uma Globo. Ela é fundamental para a nossa compreensão, porque muito do que foi dito nas três páginas de jornal *standart* do Correio Braziliense, do Grupo Diário Associados, no dia 26 de julho de 2001, tornaram-se uma referência histórica.

Na entrevista³⁹, Cardoso afirma, claramente, que prefere Lula do PT na presidência da República, a dupla Itamar Franco e Ciro Gomes. Sobre Ciro, insiste em compará-lo ao ex-presidente Fernando Collor de Mello. “É o candidato do ippon” - golpe do judô que liquida uma luta quando um dos judocas imobiliza o oponente -, desqualifica Cardoso. “De um golpe só.” Quanto a Itamar, desdenha do grupo que o apóia. “É o retrovisor, o atraso”.⁴⁰

- “Eu sempre falei do Lula de forma respeitosa e traindo um certo carinho. O segundo turno será Itamar ou Lula contra o nosso candidato. Terei candidato, vou subir nos palanques e pedir voto para ele na campanha”, reitera.

Indagado porque nutria admiração por Lula e elogiado bastante as propostas do PT, além de reiterar que não haveria uma debandada do país com uma eventual vitória petista, Cardoso respondeu: “(...) Eles [o PT] estão tentando se aproximar de nossos projetos. E eu tenho dito: se for assim, é melhor ficar com o original (risos). Uma coisa é o Lula, outra coisa é o PT. Eu sempre falei do Lula de forma respeitosa e traindo um certo carinho, respeito. Mas sou presidente da República e não posso usar minha posição institucional para criar o terror do tipo ‘se vier o PT, será o fim’. Não será. Não sou político de tiradas individuais e...

³⁹Cf. Entrevista realizada no próprio Palácio do Planalto pelos jornalistas Ricardo Noblat, Josemar Gimenez, Armando Mendes, Batista Chagas Almeida e Luís Costa Pinto, com a participação de alguns leitores que encaminharam perguntas ao Presidente da República, para que fossem feitas pelos jornalistas sobre políticas públicas, corrupção, racionamento de energia, globalização, crise Argentina e América Latina.

⁴⁰A Oposição não o perdoou pelas declarações e na edição do Correio (27/07), Itamar Franco, o próprio Lula, Brizola e José Genoíno reagiram com acidez à entrevista do presidente. Ciro Gomes foi o único que não fez comentários. Itamar afirmou que “(...) pelo meu retrovisor de 1992, 1993 e 1994, a primeira cara que vi foi a de Fernando Henrique. Só não sabia que ele e sua gente seriam os vendilhões do templo e que o preço seria o seu amor próprio”, destacou, em nota divulgada na ocasião.

Num minicomício em Santa Maria (RS), onde liderava a caravana da cidadania para montar o programa de governo, Lula foi ainda mais irônico, ao comentar a preferência de Cardoso pela sua candidatura, em vez da de Itamar ou de Ciro, declarando que, “(...) em primeiro lugar, todo homem tem o direito de se arrepender”, afirmou, arrancando aplausos e risos do público. “Em segundo lugar” – arrematou -, Fernando Henrique é um homem bem letrado que, no fundo, no fundo, sabe que seremos melhor governo do que ele.”

ippons... do tipo: ‘com um tiro resolvo tudo’. Eu tenho uma visão da História, uma visão do Brasil, eu trabalho por ela. Sou uma pessoa de convicções. Dizem que fiz aliança à direita. Coisa nenhuma! Tenho um programa e o sigo. Não posso criar o clima contra ninguém. Até porque, vai ganhar o candidato que seguir a minha proposta, a minha linha. Vou lutar por esse nome. Mas se ganhar outra linha, não vou esperar. Serei oposição institucional”.

Cardoso afirmou não acreditar num hipotético segundo turno entre Lula e Itamar, reafirmando que não votaria sob hipótese alguma neste último, embora fosse da opinião que isto não iria acontecer, destacando que o “segundo turno será Itamar ou Lula contra o nosso candidato”, embora dissesse que não se fixa nas pessoas, “e sim nos grupos, que as apóia”. Ao comentar sobre a análise que fazia sobre as forças que estão com o Itamar Franco e com o Lula, Cardoso ressaltou que “eu acho que a visão das forças que apóiam o Lula é, digamos, mais coerente. São forças que nasceram na luta democrática, na luta contra a ditadura, no momento de construção da sociedade civil. Portanto, são forças mais afinadas com o tempo atual. E as forças que apóiam o Itamar são mais o retrovisor – para trás”. Alertado de que “as forças que apóiam o Itamar estão dentro do governo do senhor, reforçou com convicção, “Não, não estão”.

Segundo Cardoso, para se ganhar uma eleição, é preciso construir um mito, neste sentido voltou a reiterar o papel eleitoral representado pelo Plano Real na sua reeleição e que ainda poderia ser capaz de ajudar a eleger um nome com o seu apoio, afirmando:

– “Nós fizemos o mito da estabilidade. O Real. Não foi só a estabilidade econômica, mas também a estabilidade de vida. Agora, o que as pessoas querem é melhorar a condição social. Querem a mobilidade. O povo sabe mais do que a gente pensa. Precisamos ouvir aquilo que dizem que eu disse e eu não disse: a voz rouca das ruas. Sempre fiz isso. Mas um bom candidato não pode ser pura racionalidade – tem de ter uma pitada candomblé (risos). Para dar progresso tem de ter estabilidade. Se você for sincero, se você for crível, acho muito difícil que a população vá para o ippon”.

Sobre o comentário de que, certa vez, teria afirmado que José Serra não seria ministro da Fazenda porque tinha sido contra o Real, mas que pode ser candidato do governo com esse passado, Fernando H. Cardoso respondeu:

- “(Risos) Ele ficou muito chateado comigo por causa disso. Eu não disse isso nesses termos, não. O Serra ajudou o Plano de Ação Imediata, que foi o princípio do Real. O Serra foi ministro do Planejamento, portanto da área econômica. Mas eu queria colocar no ministério da Fazenda alguém que tivesse participado, de fato, da elaboração do Real.” (Embora o Serra fora contra a sobrevalorização do Real). “Todos nós fomos. Falei com o

Itamar Franco para ajustar o câmbio uma semana antes da minha posse. Isso ia ser feito, mas veio a crise do México. Não dava para mexer no câmbio naquele momento. De forma que o Serra não tem divergências graves com o governo”.

Assim, procurou desconversar, justificando porque ainda não havia assumido que o seu candidato seria Serra. “Há várias razões para isso. Primeiro, ainda não defini mesmo. Depois, há um programa a ser apoiado. Quando me elegi, disse que ia fazer privatizações, reforma agrária e mudanças no Estado. Estou fazendo tudo. Também é preciso deixar claro que temos uma coligação. Ainda não tem ninguém que junte todas as forças, todos os partidos, com facilidade.”

Perguntado, então, qual seria a cara do programa de seu candidato, respondeu prontamente: – “A minha (risos)”, aproveitando para afirmar que a candidatura do Anthony Garotinho não o incomoda, mesmo sob o argumento que ele não ajuda a candidatura oficial, na medida em que embola o centro entre os candidatos que estão na faixa dos 12% . – “Ciro, Itamar, ele mesmo. Divide, para governar. Na prática, ele ajuda um candidato do governo”, reforçou.

Nesta época outros membros do governo disputavam internamente a preferência do partido. Os tucanos se dividiam em dois grupos: os que defendiam a candidatura à Presidência do então ministro da Saúde, José Serra, e os que buscavam uma alternativa ao nome dele.⁴¹ Apesar de existirem vários nomes apresentados como pré-candidatos presidenciais no PSDB, só Tasso Jereissati era dado como um real concorrente de Serra, e Cardoso repetia a todos que o procuravam que o partido precisava seguir de forma mais coesa ou, para utilizar um termo usado pelo presidente, atuar de maneira "coesionada" na disputa sucessória. Isto é, o pior cenário para o Planalto era aquele em que o vencedor da disputa pela vaga de candidato acabasse não recebendo o apoio do derrotado (cenário que acabaria prevalecendo).

Jereissati assumiu a sua pré-candidatura ao Palácio do Planalto em agosto de 2001 atirando no Presidente da República, declarando que o presidente não iria tirar um candidato à sucessão do bolso do colete.⁴² A declaração, óbvia, mas necessária para incluí-lo no páreo presidencial, foi uma reação do governador do Ceará ao pendor do presidente pela candidatura não assumida do ministro José Serra (Saúde). Ela serviu ainda de freio às articulações de Cardoso para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, se filiasse ao PSDB a fim de ser uma opção para 2002. Malan resistia aos apelos do Presidente da República para ingressar em um partido e tornar-se candidato.

⁴¹Cf. Folha de São Paulo, Fernando Rodrigues, 31 de agosto de 2001.

⁴²Cf. Folha de São Paulo, Kennedy Alencar, 31 de agosto de 2001.

Contudo, em conversas reservadas, Fernando Henrique Cardoso fazia restrições, de certa forma, a ambos os candidatos, embora elogiasse mais José Serra do que o governador do Ceará, este último considerado mais despreparado tecnicamente pelo presidente da República. Cardoso avaliava que os pontos fracos de Serra eram a falta de carisma e o excesso de inimigos, enquanto Jereissati seria mais simpático e mais capaz de atrair aliados na campanha. Outro dado importante a ser considerado, é que o discurso do candidato tucano à sua sucessão teria que estar afinado com o governo, pois criticar a política econômica do ministro Pedro Malan na campanha eleitoral reforçaria a candidatura de Lula, adversário que o PSDB avaliava que iria enfrentar no segundo turno. Serra e Jereissati entenderam o recado do governo e já ensaiavam o mote de campanha "continuidade sem continuísmo" ou "o Brasil mudou e precisa mudar mais" em defesa da política econômica, embora o diagnóstico que faziam era de que o aumento da vulnerabilidade externa da economia na era tucana seria o principal problema do próximo presidente.

Na avaliação palaciana a estratégia era simples: com vários candidatos, o governo diluiu os ataques que pode receber antecipadamente.⁴³ Se tivesse apenas um nome, esse candidato passaria por um escrutínio difícil de agüentar até 6 de outubro de 2002, quando seriam realizadas as eleições. É óbvio que os dois nomes com nítida vantagem em relação aos demais eram os de Serra e de Jereissati, justamente os que mais trabalharam dentro do PSDB para postular a Presidência da República. Contudo, pairava no ar a idéia de que se o ministro da Saúde não atingisse em 2002 uma pontuação acima de 10% nas pesquisas de opinião, cresceria entre os governistas a impressão de que Serra não era mesmo bom de voto (ele já havia perdido duas eleições para prefeito de São Paulo). O mesmo raciocínio valia para Jereissati, com um dado ainda mais negativo para o cearense: ele era pouco ou quase nada conhecido no Sul e no Sudeste.

É nessas circunstâncias que surgiriam outros nomes para disputar a vaga, a exemplo dos já citados de Aécio Neves, Paulo Renato, Pedro Malan e Pimenta da Veiga - isso para não citar o governador paulista, Geraldo Alckmin, que ainda não estava totalmente fora desse jogo e que poderiam eventualmente incorporar aquela a idéia de renovação dentro do PSDB. Havia indicações do Palácio do Planalto de que o governo preferia esticar o tempo o máximo possível.

⁴³Cf. Uol Online, "Cresce o número de candidatos governistas para suceder Cardoso", Fernando Rodrigues, 14 de agosto de 2001.

A decisão sobre quem seria de fato o candidato deveria ser tomada apenas a partir do final de 2001. Ou, preferencialmente, nos primeiros meses de 2002, pois dentro da estratégia palaciana, a avaliação era de que existia uma chance de passar os efeitos negativos da crise energética, bem como apostava-se num aquecimento da economia dos Estados Unidos com reflexos no Brasil. Esse cenário otimista, na visão do Palácio do Planalto, faria com que a popularidade de Fernando Henrique Cardoso melhorasse um pouco. Seria então a ocasião ideal para lançar o nome do candidato oficial.

3.5.1 O clima dentro do PT: o presidenciável que não pode errar

O presidente licenciado do PT, deputado José Dirceu (SP), entendia que, apesar da crise socioeconômica e de energia, o presidente Fernando Henrique Cardoso tinha força política para impulsionar o seu candidato, que achava que seria o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Neste sentido, a meta era construir uma aliança envolvendo os setores empresariais para enfrentar no segundo turno o candidato do governo afim de derrotar a coligação PSDB-PFL-PMDB, que na sua avaliação deveria se repetir em 2002. Apesar de afastar, na ocasião, qualquer possibilidade de moratória em caso de vitória do candidato do PT, afirmou que a meta de qualquer governo eleito no próximo ano teria que ser mudar a política econômica.

E reforçou:

- “O Brasil não pode mais ficar dependente do mercado e de capitais externos. Tem de crescer para dentro e criar poupança interna para promover a distribuição de renda e gerar empregos.” Neste sentido, ressalta que qualquer projeto econômico passa primeiro pela renegociação da dívida de US\$ 230 bilhões, mais da metade contraída por empresas. Isto é:

- “Sem renegociar a dívida, não há como promover o crescimento econômico. Do contrário, corremos o risco de viver a mesma situação da Argentina. O modelo neoliberal fracassou na América Latina”⁴⁴, assinala o presidente nacional do PT.

Enquanto isso, aparentemente tranqüilo, certo de que a conjuntura nacional já o empurrara para a ribalta eleitoral de 2002, o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, concedia uma entrevista exclusiva na sede do Correio Braziliense⁴⁵, em Brasília, em 19 de agosto de 2001, a primeira entrevista em que fala

⁴⁴Cf. O Globo, Arnaldo Ferreira, 24 de agosto de 2001.

⁴⁵Em ritmo de pré-temporada eleitoral, o candidato petista foi sabatinado pelos jornalistas dos Associados, João Bosco, Armando Mendes, Batista Chagas Almeida, Rudolfo Lago e Luís Costa Pinto.

como candidato a presidente da República, cargo que disputaria pela quarta vez. “Sei que não posso perder”, destacou, e ‘também não posso errar no governo’, completou.

Dispensando ressalvas em relação aos trâmites burocráticos do seu partido, que ainda não havia “desmarcado” uma até então considerada improvável prévia agendada para março de 2002 e destinada a tirar pelo voto direto dos militantes petistas o nome oficial do candidato da legenda a presidente, Lula esboça com nitidez durante a entrevista o país com que sonha para o Brasil. Deixa claro que terá o controle absoluto da própria campanha, uma novidade em se tratando do de PT - e demonstra grande dose de pragmatismo na hora de selar alianças regionais que ponham de pé seus palanques em todo o país. Como exemplo disso, afirma que o PT errou na estratégia política sempre que perdeu eleições. “Erramos no Distrito Federal em 1998. Roriz soube falar com as pessoas mais pobres”, defendendo que o partido deveria aprofundar a análise sobre essa derrota antes de entrar numa nova campanha local, em 2002.

Em ritmo de pré-temporada eleitoral, quando indagado se havia mudada de idéia ao se candidatar novamente à Presidência, e se seriam os 30% de intenção de voto, que é o patamar de largada histórico do PT nas eleições, respondeu:

- “Aprendi desde pequeno, com a minha mãe, que mentira repetida muitas vezes termina virando verdade. É mentira que eu sempre comece com 30%. Em 1989 tive 16% dos votos, fui para o segundo turno e perdi. Em 1994 tinha 45% dos votos em abril e perdi a eleição no primeiro turno com 24% dos votos. Em 1998 comecei com 20% dos votos e cheguei a 34%. Não é pesquisa que determina uma candidatura. É o crescimento do PT no Brasil. Hoje, o PT representa majoritariamente o povo brasileiro, seus sonhos. Em 2000, o PT teve 28% dos votos para prefeito em todo o país. Foram 30 milhões de votos! Mas isso não quer dizer que vamos ganhar em 2002. O governo não está morto. Fernando Henrique Cardoso ainda tem 15 meses de mandato e se a gente quiser vencer a eleição tem de trabalhar muito, suar a camisa. O governo tem recursos e vai usá-los na campanha.”

Contudo, Lula afirmou ser injustificada o temor em relação a ele, afirmando que quando o assunto são políticas sociais, “o ministro Pedro Malan se confunde com os desenhos do Tio Patinhas. Parece que tem uma chave sagrada dos cofres públicos, guarda o dinheiro só para ele, de vez em quando abre o Tesouro Nacional para mergulhar e nadar nas moedas, e em época de eleição libera dinheiro para obras de amigos ou que beneficiem candidatos oficiais. É difícil combater um adversário com essas armas. Ainda assim, dificilmente o PT estará fora do segundo turno de 2002”, ressalva.

O pré-candidato petista tentou explicar a derrota de 1998, quando era patente que o presidente Cardoso se reelegeria, podendo abrir espaços para outros nomes, tais como

Cristovam Buarque, ou Tarso Genro, ou José Genoíno, por exemplo, alegando que essas coisas não são assim, fáceis. “Estávamos numa aliança política com o PDT, o PSB e o PCdoB. Passei oito meses depreciando o meu nome e dizendo que não seria candidato. Por fim, eles me empurraram àquela candidatura”, observando, contudo, que somente seria candidato numa quarta tentativa se tivesse a certeza que poderia ganhar e contava para isso com uma política totalmente pragmática de fazer política.

“Nenhum partido na história do mundo despreza um candidato que tem 30% das intenções de voto. Eu tenho isso. Não conheço sequer um caso de desprezo dessa ordem na história. Agora, qualquer outro petista pode ser candidato e perder a primeira vez. Eu não posso perder mais. Ou melhor: só posso sair candidato se tiver convicção de que vou ganhar as eleições. Só posso ser candidato se a derrota for um acidente na meta estabelecida, que é a presidência da República. Só vou conseguir ter convicção dessas chances de vitória se o esquema político de minha quarta candidatura estiver muito bem amarrado. Temos de ser pragmáticos.”

E explicou o que vem a ser este pragmatismo:

- ”Primeiro, determinando as alianças nos estados. Com elas, ampliamos nossos palanques. Depois, mantendo até março de 2002 o esforço para fazer coligações com outros partidos de esquerda que hoje têm candidatos. Não descarto essas alianças. É como uma corrida de Fórmula Um. Quando o sinal está vermelho e todo mundo está acelerando, todos pensam em vencer. Até o Rubinho Barrichello pensa em vencer (risos). A minha situação, hoje, é a de quem está duas voltas à frente do segundo colocado. Só não posso quebrar. Mas tenho de saber como as coisas estão ocorrendo nos boxes porque a vitória depende disso. Não posso acelerar demais, não posso derrapar na curva”.

E reiterou de forma mais claro a sua receita de pragmatismo político, utilizando-se da figura de retórica do “laboratório”, ao explicar qual era a sua idéia de política de alianças rumo à vitória em 2002, citando o exemplo da aliança que o PT estava costurando em Pernambuco, tendo como candidato a governador Fernando Bezerra Coelho (prefeito de Petrolina pelo PPS), egresso de uma das mais tradicionais oligarquias do sertão, os Coelho de Petrolina:

- “Temos uma aliança com o Fernando Bezerra em Petrolina, temos a vice dele, e o comportamento dele tem sido exemplar. Temos um acordo programático com ele. O PT tem o vereador do Recife e ex-deputado Humberto Costa como candidato a governador. Mas temos de combater a união do governador Jarbas Vasconcellos, do PMDB, com o PFL de Marco Maciel. Para derrotá-los, precisamos juntar as forças políticas - seja o Fernando Bezerra ou o

senador Carlos Wilson (PPS, migrando para o PTB). Ou todos eles e mais o Humberto Costa. Temos de nos unir em Pernambuco e isso é, sim, um laboratório para o pragmatismo que quero ver em 2002. Em Minas, temos de nos unir para derrotar o Newton Cardoso (vice-governador pelo PMDB). Não dá é para conversar com o Eduardo Azeredo (ex-governador, PSDB), porque não temos afinidade política com ele. Esse, é carta fora do baralho. No Paraná, por que não conversar com o senador Roberto Requião (PMDB)?”

Sobre a política de alianças, na época cogitava-se os nomes Célio de Castro (prefeito de Belo Horizonte) ou José Alencar (senador pelo PMDB e empresário, dono da Coteminas, para compor a chapa à Presidência, um Lula cauteloso, afirma, entretanto, que “ainda não posso discutir nomes. Obviamente Minas é importante. Na hora de discutir o vice, o PT levará em conta o tamanho do eleitorado, a importância econômica e o peso político de Minas. Célio de Castro e José Alencar são grandes companheiros. São homens muito identificados com o estado deles e comigo. Têm um caráter excepcional. São grandes brasileiros. Mas não quero falar de vice agora porque ainda sonho que vou dormir amanhã e acordar em março de 2002 com a união política feita entre as oposições. Não sei o que vai acontecer com a candidatura do Ciro Gomes. Não sei como andar o Anthony Garotinho até lá. Ainda não entendi o que houve com o Itamar Franco, que desistiu de presidir o PMDB. Precisamos nos unir para vencer.”

Perguntado se considerava Ciro Gomes um político “confiável”, Lula argumenta que Ciro o trata bem, “ele critica o PT e fala bem de mim. Não tenho relação política com o Ciro. Eu o conheço pela imprensa. Ele tem virtudes, a inteligência é a maior delas, mas padece de um defeito que é crucial num político: a arrogância, a idéia fixa de que pode resolver tudo sozinho. Veja bem, não quero me estender ao falar dos outros porque insisto: sonho em acordar em março com uma candidatura única das oposições. Ciro, Itamar, Garotinho, Lula... todos juntos. Temos força política para vencer no primeiro turno. Mas se não der certo essa aliança no primeiro turno, teremos de construí-la no segundo turno. Por fim, se ela for impossível no segundo turno, teremos de erguê-la para governar depois da vitória”.

Ao comentar novamente sobre os elogios que o presidente Cardoso lhe havia dispensado – reiterando que torcia por sua vitória –, Lula ressaltou que não acreditava nessa possibilidade, porque o governo teria candidato e seria um candidato forte, especulando que a candidatura desejada pelo presidente era a do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que era o único do lado de lá que defendia o governo. “O ministro José Serra, que tem idéias e projetos próprios, não vai defender o governo de Fernando Henrique como o presidente gostaria”, ressaltou o pré-candidato petista.

3.5.2 Lula promete adotar programa “light”

Ao comentar sobre o programa do PT ao governo, de corte nitidamente mais liberal, com a promessa de manter privatizações, dialogar com o Fundo Monetário Internacional e sustentar o arrocho fiscal, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que “não temos o compromisso de manter privatizações”, indagando: “Mas quem será eleito num país ou num estado propondo recomprar passivos de empresas antes de resolver os problemas cruciais da sociedade?”.

Defendeu, contudo, a idéia de que algumas privatizações precisariam de uma auditoria, afirmando sempre ter desconfiado da privatização do sistema de telecomunicações, ocorrida em 1998. Os bancos estaduais também. Para Lula, “esses bancos sempre funcionaram como caixa dois dos governadores. Não tem pobre devendo a esses bancos - só tubarões. O governo federal gastou R\$ 88 bilhões para sanear as empresas e as vendeu por R\$ 98 bilhões. É óbvio que não vou reestatizar nada, até porque o povo tem outras prioridades. Mas o presidente Fernando Henrique, por um dever moral, não pode é fazer privatizações a toque de caixa no último ano de mandato. O que ele não fez até agora, que não faça mais. Se fizer, eu sou obrigado a desconfiar - como desconfio no caso das telecomunicações - que eles querem fazer fundo de campanha. Não é possível.”

Lula comentou sobre uma provável vitória, destacando que o seu governo teria como principal marca a negociação permanente, centrada na defesa da ética na política, argumentando que ninguém precisa mais ter medo do “velho Lula”, tido como cheio de idéias fixas e radicais.

- “Eu sempre fui a figura mais palatável do PT. Comecei a minha vida pública fazendo negociação. Ninguém negociou mais no país do que eu - negociei idéias, que fique claro (risos). Negociava com os militares, e muita gente achava isso absurdo. Fui treinado para isso. É por causa dessa história pessoal que falamos de um novo contrato social no programa do PT. Quero governar ouvindo o Congresso, que representa o povo. Ouvindo a sociedade, as entidades civis. Quero que um governo do PT saiba conversar com os aliados e com os adversários. Essa é a regra.”

Criticou Fernando Henrique Cardoso, afirmando que ele teria falhado na negociação com o Congresso, sobretudo utilizando-se do instituto das medidas provisórias para governar. Para o petista, Cardoso desprezou o Congresso, argumentando que nenhum presidente teve mais apoio para fazer o que quisesse como ele teve. E reiterou:

- “Mas ele não soube tirar proveito do momento mais importante do mandato. Isso foi no primeiro governo... em função do fim do imposto inflacionário, quando o povo sentia que a vida estava melhorando, poderia ter feito a reforma tributária. Isso ia distribuir renda. E o que ele fez? Cometeu a promiscuidade da compra de votos pela reeleição no Congresso Nacional. A partir dali, a relação dele com o Congresso nunca mais se acertou. Virou uma relação promíscua, a política do é-dando-que-se-recebe”.

Para o líder petista “isso degrada a sociedade. As famílias estão dilaceradas por esses maus exemplos. Não existe mais respeito pela hierarquia. O brasileiro desempregado, faminto, vê senador roubar, deputado participar de esquemas, presidente da República ser envolvido em denúncias... aí pensa: puxa vida, se todo mundo pode, por que eu não posso também? Esse país tem de ser reconstruído do ponto de vista moral.”, completou.

Indagado se com esse discurso, não podem dizer que está de volta o velho “Lula radical”, respondeu que “um homem não é radical pelo seu discurso. Ele é radical pelo seu comportamento, pela maneira como usa a caneta, pela capacidade de manter compromissos e seguir os programas combinados. Neste país, todo e qualquer político e todo e qualquer partido pode vencer uma eleição e não fazer nada. A ele será dado o direito do perdão. A mim não será dado esse direito. Não posso errar. Não me darão essa oportunidade. Não teremos a condescendência da mídia nem do sistema financeiro internacional. Vou radicalizar no combate à fome, vou radicalizar no combate ao desemprego, vou radicalizar na política de geração de renda e na política educacional”.

E explicou o que o PT não negocia pensando em termos de uma política de alianças e que pretendia por em prática num eventual governo Lula: “Pôr todas as crianças na escola é um compromisso de honra. Dar a todos os brasileiros o direito de fazer as três refeições é um radical compromisso de honra. Fazer a reforma agrária, com acesso a crédito para os pequenos produtores é inegociável. A democratização da elaboração do Orçamento Geral da União também”, destacou Lula.

Embora, ao mesmo tempo, Lula discorde da idéia de que a política agrícola do PT seja a mesma do MST, pois “no campo não existe só o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fazer a reforma agrária deveria ser uma decisão de Estado, por uma questão de justiça social, e ela deveria ser feita sem conflito, sem conflagrações, sem mortes. O MST é minoria no campo.” Para o petista, não é possível fazer política agrícola só olhando para os sem-terra, fazendo questão de repetir que eles não são maioria, apenas mais um movimento rural. “Temos é de dar terra no campo para aumentar a produção de alimentos e gerar renda familiar para milhões de trabalhadores que, assim, não precisariam sair da zona rural para inchar as

grandes cidades”. O que não exclui, na sua visão, os grandes fazendeiros, argumentando que “eles serão contemplados na nossa política agrícola. Esses latifundiários sabem que o PT leva a sério as coisas do campo, porque um país socialmente justo só se constrói a partir de uma política agrária séria.”

Nesta mesma edição do *Correio*, de agosto de 2001, o cientista político Walder de Góes, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep), sintetizou em seu artigo intitulado *O PT no Planalto*, o clima reinante na época ante a vitória de Lula. Segundo o cientista político, já estava ocorrendo uma debandada do conservadorismo nacional em direção ao PT, argumentando que os setores das elites começavam a se render ao cenário de vitória de Lula nas eleições presidenciais, algo que o país precisava experimentar. Para Góes, “estaremos vendo o início, então, de movimentos orientados por estratégias adaptativas mútuas. De um lado, setores do empresariado se aproximando do PT, sobretudo o PT de Lula; de outro, o PT e Lula caminhando para o centro. É no dorso dessa reflexão, provavelmente, que um líder empresarial paulista disse que já não vê riscos em uma eventual presidência Lula”, ressalta.

Em suma, a elite econômica brasileira estaria perdendo o medo do PT e também, conforme apontavam as pesquisas, as classes médias.”É uma consequência de muita coisa, mas, sobretudo, da difusão da idéia de que cresce a ala moderada do PT. Está ocorrendo realmente uma mudança na percepção social do PT e os resultados de pesquisas já documentaram o fenômeno. Os índices de rejeição do candidato têm caído em escala e ritmo impressionantes. Lula concorreu a três eleições presidenciais com taxas de rejeição acima de 50% e nos últimos meses produziu-se um grande movimento descendente desse índice, agora 30%”, reafirmou Góes.

3.6 PIB nacional assimila a candidatura petista

Neste sentido, começa a esboçar-se uma aproximação dos detentores de capital com o PT, que passam a elogiar Lula de maneira mais sistemática, enquanto articulavam um candidato governista e as atenções estavam direcionadas para uma provável candidatura do ministro Pedro Malan. Os afagos públicos trocados entre o poder econômico e o líder das pesquisas à Presidência nas eleições de 2002 refletiam um novo patamar de relacionamento, mas que não significava em apoio total. Quadro que mudaria completamente com o andar da carruagem sucessória, como iremos demonstrar. .

No tabuleiro da quarta disputa presidencial após o fim do regime militar, a elite financeira estaria se articulando nos bastidores, em jantares, almoços e reuniões, para encontrar seu representante. Enquanto isso, boa parte do PIB nacional tecia elogios ao que chamavam de “amadurecimento de Lula”. “Eles não querem se indispor com quem tem mais chances, até agora, de ser o próximo presidente da República.”⁴⁶

Os pesos pesados do capital assediavam, contudo, os petistas ilustres para saber até onde ia a moderação de Lula e tentavam, desde aquele momento, costurar compromissos com as linhas econômicas básicas que consideravam fundamentais, como inflação, câmbio sob controle e taxa de juros baixas, por exemplo. “Nem PT nem Lula representam o bicho-papão de 1989. Mas o maior temor do empresariado é que as regras do jogo sejam quebradas, principalmente no que se refere aos contratos das dívidas interna e externa”.⁴⁷

Durante almoço promovido, na época, na sede da Gradiente pelo empresário Eugênio Staub (que iria aderir mais tarde à candidatura petista), também presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) - que reúne grandes empresários do país -, Lula foi indagado se aceitaria sugestões para o programa econômico, elaborado pelo Instituto da Cidadania do PT. A resposta foi positiva, o que agradou a empresários como Paulo Francini, Cláudio Bardela, Jacques Rabinovitch e Ivonci Ioschpe.

O projeto, que fez barulho ao ser lançado, estava sendo detalhado por economistas e receberia a colaboração de várias entidades da sociedade civil e profissionais liberais. “Os empresários têm nos procurado muito, querem conhecer mais a fundo as idéias de Lula e suas alternativas para enfrentar a crise econômica. Estamos abrindo a discussão e poderemos até mesmo alterar pontos do programa”, afirmou o economista Guido Mantega, assessor do pré-candidato petista, presente ao encontro.

Não apenas empresários do setor produtivo faziam contato com o PT. Banqueiros e investidores nacionais e estrangeiros procuravam conhecer melhor as suas propostas. O deputado federal José Genoíno, presidente interino do partido, já havia sido procurado por investidores dos bancos Morgan, Citibank e Banco de Boston. “A gente esclarece como é correlação de forças internas do PT e quais são as posições majoritárias. Os investidores perguntam muito sobre como agiremos com relação à dívida externa, aos juros, e ao déficit de contas correntes. Este setor apóia Fernando Henrique, mas o diálogo não é travado. No caso dos empresários do setor produtivo, aí a conversa é muito mais próxima. Eles pleiteiam

46Cf. Isto É, “Jogo Capital”, Andrei Meireles (DF) e Paulo Vasconcelos (RJ), n.º. 1662, agosto de 2001, cuja reportagem mostra um perfeito quadro da época e da qual exploramos algumas passagens no texto.

47Cf. Isto É, Op. cit., agosto de 2001.

muitas coisas que nós defendemos, como a redução das taxas de juros, o crescimento do País, a distribuição de renda e a reforma tributária”⁴⁸, contou o deputado. Os esforços petistas estavam surtindo efeito, a começar pelo empresário mineiro e senador José Alencar (PMDB), dono de um patrimônio de mais de R\$ 1 bilhão, cotado para ser o vice de Lula.

Diante de elogios públicos de pesos pesados da indústria nacional, setores mais conservadores do empresariado começaram a perder o medo do PT. O presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, chegou a afirmar que, entre o petista Lula e Itamar, votaria no petista.⁴⁹ Representante do setor da agroindústria, o presidente da conservadora Sociedade Rural Brasileira (SRB), Luiz Hafers, não tinha dúvidas em afirmar que o PT havia evoluído. “Hoje, continuo tendo discordâncias, mas não tenho medo do PT. Sou conservador, mas não burro, e tenho preocupações sociais. Acho que tanto o PT como os setores conservadores mudaram e foram em direção ao centro”⁵⁰, opinou Luiz Hafers, ressaltando que nunca votou nem pretendia votar em Lula.

Interessante observar, contudo, que foi da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), igualmente entidade de perfil extremamente conservador, da qual a SRB faz parte, que sairia o ministro da Agricultura do governo Lula. Lembramos ainda que a CNA participou ativamente da campanha eleitoral petista, inclusive colaborando com o seu comitê de campanha e aparecendo no horário gratuito do PT na TV.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, sintetizou muito bem este clima favorável do PIB nacional à candidatura de Lula, afirmando que com a queda do Muro de Berlim a questão ideológica era secundária. “O importante é saber quem tem a melhor proposta para promover a desconcentração da renda e manter a estabilidade”, destacou. Já o empresário Carlos Jereissati foi além. “Por mais paradoxal que pareça, o PT hoje é o partido que melhor defende os interesses do empresariado brasileiro”⁵¹, afirmou.

O ex-presidente da Fiesp Mário Amato, em artigo publicado no Jornal do Brasil, no início de julho de 2001, destaca que “hoje nenhum companheiro meu fugiria do País com uma eventual vitória de Lula”. Lembramos que Mário Amato fez história em 1989, quando estava à frente da entidade, ao dizer que 800 mil empresários fugiriam do Brasil se o PT vencesse Fernando Collor. “O esquerdismo moderado, como o que apresenta agora o Partido dos Trabalhadores, poderia ser aceito se o programa econômico apresentado por esse partido se

⁴⁸Cf. Isto É, Op. cit., agosto de 2001.

⁴⁹Cf. Isto É, Op. cit., agosto de 2001.

⁵⁰Cf. Isto É, Op. cit., agosto de 2001.

⁵¹Cf. Isto É, Op. cit., agosto de 2001.

compatibilizasse com a realidade nacional, o que não acontece”, tratou de alfinetar o empresário em seu artigo.

3.6.1 Empresariado conclama Nação em torno de Lula

a) Fiesp quer governo voltado para a produção

Através de seu artigo intitulado “O candidato dos empresários”, coube ao diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Oded Grajew⁵², o papel de conclamar boa parte do PIB nacional a se engajar na candidatura petista à Presidência da República. O empresário liderou a cruzada de busca de adesões no seio da classe ao comitê eleitoral do PT e fez parte de sua ala dentro partido deste a primeira hora. Integraria mais tarde o Conselho de Desenvolvimento Econômicos e Social no governo Lula, sendo um dos seus grandes interlocutores na formulação da política econômica do ministro Antônio Palocci.

Procurando manter uma postura de aparente “neutralidade” em pleno ano eleitoral, o também membro do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil, Grajew praticamente reproduz a preocupação do industrial Carlos Jereissat sobre a concordância de propostas entre o candidato petista e o setor industrial brasileiro, traduzindo de maneira elegante o que pensa boa parte do empresariado “indeciso” ou que já estava muito próximo de uma adesão total à candidatura Lula.

O presidente do Instituto Ethos traça um paralelo entre duas formas contraditórias de candidaturas postas em jogo nas eleições, destacando que se o empresário colocar o seu papel de cidadão em primeiro lugar, considerando-se um cidadão que exerce uma atividade industrial, não deveria desconhecer a brutal concentração de renda existente no país e a extrema pobreza de milhões de brasileiros. “Certamente este cidadão apoiaria e votaria no candidato que, a seu ver, estaria mais comprometido com a distribuição de renda, a reforma agrária, as questões sociais, a defesa dos direitos humanos e o combate à corrupção”.

Fazendo coro quase de maneira explícita ao programa de governo de Lula, Grajew ressalta que a violência, a mão de obra desqualificada, os serviços públicos de baixa qualidade, os juros altos, a carga tributária que onera a produção e a corrupção são custos

⁵²Cf. Oded Grajew, Folha de São Paulo, Tendências/Debates, 06 de maio de 2002.

enormes que prejudicam a atividade empresarial. Por isso, “certamente ele [empresário] dará apoio ao candidato mais comprometido com o crescimento econômico, com a geração de empregos e a distribuição de renda, que colocam mais consumidores, e com renda maior, no mercado”, finaliza em seu artigo.

Como podemos observar, esta conclamação feita pelo empresário Oded Grajew já havia sortido efeitos positivos, praticamente, um ano antes das eleições, quando já começavam a se articular os candidatos, pois em 2001, como já chamamos atenção acima, parcela significativa do grande capital já se dividia entre a candidatura governista, ainda indefinida, e o candidato petista, conforme fica claro nas declarações, a seguir.

Segundo reportagens publicadas pela imprensa diária, apesar de o empresariado se mover genericamente na direção de um candidato governista, já havia em 2001 muitas manifestações de simpatia pelo PT e seu líder. O mais importante: “Fontes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo discordam: quem está com o governo é o sistema financeiro que, de modo geral, lucrou como nunca nestes anos fernandistas, e hoje vê o presidente como herói. Já um sem número de empresários da indústria não enxerga nele tanta graça.”⁵³ As mesmas fontes davam conta de que Ciro Gomes poderia ser uma opção governista a Pedro Malan, cujo discurso começaria a ser assimilado em diversos espaços do capital, ao contrário da candidatura de Anthony Garotinho, que, com sua base evangélica, poderia chegar ao segundo turno contra o próprio Lula, mas que seria extremamente “perigoso” para o país.

O certo é que os empresariado do Nordeste tinha uma posição quase homogênea e firme contra alguém do sistema que representasse os interesses de São Paulo, leia-se José Serra, apoiado em pelos empresários Olavo Setúbal (Grupo Itaú), Paulo Cunha (grupo Ultra) e Cláudio Bardella (Grupo Bardella/Ultrágás) que contaria com o trabalho infatigável do ex-ministro da Secretaria de Comunicação do governo Cardoso, Andréa Matarazzo, para dar fôlego à candidatura do tucano. Cláudio Bardella, ao comentar sobre o seu apoio a Serra, destacou que “foi ele que me pediu..., apóio moralmente Serra, de quem sou bom amigo”, mas não escondia sua simpatia pelo PT. Segundo Bardella, “votaria em Lula, sim”, ao afirmar que o PT evoluiu bastante e melhorou seus quadros. Para ele se trata hoje de um partido social-democrático.⁵⁴

⁵³Cf. Carta Capital, “Empresários e PT”, n.º. 153, Ano VIII, de 22 de agosto de 2001, p. 28-32, cujas algumas passagens incorporamos ao debate.

⁵⁴Cf. Carta Capital, Op.cit., p. 30.

Emílio Odebrecht (Construtora Odebrecht) afirmou que “no momento, entre os possíveis candidatos de que se fala, Lula é o melhor”, e acrescentou: “Vejo a candidatura de Lula muito positivamente, sem dúvida ele tem muitas chances”. De acordo com o presidente do Grupo Odebrecht, “o PT não evoluiu tanto quanto o Lula, mas está provando que tem condições de crescer, como se dá no Rio Grande do Sul e em São Paulo”. Odebrecht destacou que importante será garantir “a continuidade de certas políticas que deram certo nestes anos de Fernando Henrique, em primeiro lugar, no combate à inflação, enfim domada.”⁵⁵ Pensando quase o mesmo que Bardella, Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantin), afirmou que votaria no PT conforme as circunstâncias do pleito. Destacou, contudo, que o bom candidato, de qualquer partido, tem de ser competente e honesto. “Sou a favor da alternância no poder e contra o PT não tenho nada”, desmentindo que estaria comprometido com uma candidatura governista, conforme noticiado por mais de um jornal, embora passasse a integrar o comitê de José Serra em 2002.

Jorge Gerdau Johanpeter (Grupo Gerdau) estava alinhado com uma candidatura governista, sendo da opinião de que Lula não era o melhor nome do PT, embora, curiosamente, tenha lhe emprestado polpidos recursos financeiros no segundo turno das eleições de 2002, apesar de apoiar abertamente a candidatura de José Serra, a quem concedeu no final da campanha qualquer ajuda nesse sentido. A respeito de outros nomes petistas à sucessão, sobre Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre, por exemplo, tido como de linha mais moderada, Jorge Gerdau discordava da sua suavidade, alegando que trata-se de “alguém duro nos seus objetivos, estabelecido o rumo, vai por ele sem arredar pé.”⁵⁶

Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp, integrante do comitê de campanha tucana desde início da definição das pré-candidaturas, considerado por muitos como símbolo de mudanças no pensamento empresarial, declarou que “Lula é uma opção viável”, dizendo que não “tem qualquer preconceito” em relação ao líder petista e sublinhou que a próxima eleição presidencial, referindo a de 2002, teria o mérito invulgar de “valorizar o programa de cada candidato e do seu partido”. Segundo Piva, “a sociedade votará nos projetos, ainda que não convenha dispensar o carisma dos candidatos”. Quanto ao programa do PT, afirmou que “tem falhas, embora seja melhor que os anteriores, mas é sabido que dentro do partido há gente empenhada em ‘retocá-lo’ e, ao cabo, vamos considerá-lo com absoluta isenção”⁵⁷, destacou o presidente da Fiesp.

⁵⁵Cf. Carta Capital, Op.cit., idem.

⁵⁶Cf. Carta Capital, Op.cit., idem. ibidem.

⁵⁷Cf. Carta Capital, Op.cit., p. 32.

Em 2002, houve um crescimento no apoio de membros do PIB nacional à candidatura petista, assunto que voltaremos a debater nos próximos capítulos, seja através da adesão ao seu comitê eleitoral, seja através das doações de campanha, oportunidade em que Lula promoveu vários encontros com membros destacados da elite orgânica dominante.

Como exemplo, podemos citar o almoço oferecido pelo simpatizante de sua candidatura Antoninho Marmo Trevisan, dono da Trevisan e Associados de auditoria e consultoria, tendo como convidados Alair Martins (Martins), Guilherme Peirão (Natura), Carlos Tielken (Etrela), Josimar Verillo (Klabin), Walter Appel (Fator). No encontro, os convivas fizeram uma série de restrições aos “chavões” entoados pelo acompanhante do candidato petista, o economista Guido Mantega, agradecendo a oportunidade de ter conversado com um “Lula cada vez mais persuasivo.”⁵⁸

O próprio Antoninho Trevisan, neste período, abria outra frente de adesão à candidatura do PT junto ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), do qual era presidente Eugênio Staub, dono da Gradiente, que passaria a integrar o comitê de campanha do PT. Lula almoçaria após na sede da Gradiente, com a presença de Jacques Rabinovich e Paulo Villares e após seria recepcionado em jantar com o pessoal em peso do IEDI, visto como “um pessoal que pensa com clareza e independência, e que não tem opiniões das mais favoráveis a respeito do governo de FHC.”⁵⁹

Portanto, após este quadro mais geral relacionado ao período pré-eleitoral, vamos analisar no próximo capítulo a perspectiva da construção de uma candidatura Oficial “anti-Lula”, com destaque para o fortalecimento de Ciro Gomes (PPS) e da estratégia montada em torno do candidato governista, José Serra, debatendo a sua proposta de governo.

⁵⁸Cf. Carta Capital, n°. 209, de 2 de outubro de 2002,

⁵⁹Cf. Carta Capital, Op.cit., p. 32.

CAPÍTULO IV

AS CANDIDATURAS SITUACIONISTAS E A OPOSIÇÃO CONFIÁVEL

O capítulo, a seguir, procura focar o surgimento de um movimento “anti-Lula” no sentido da tentativa da viabilização eleitoral de uma candidatura governista capaz de enfrentar o candidato petista com êxito nas urnas em 2002, centrado principalmente no candidato situacionista José Serra (PSDB), ao mesmo tempo em que analisa o surgimento de um candidato de Oposição confiável para os interesses das elites dominantes, caracterizado nesta eleição, em particular, pelo candidato Ciro Ferreira Gomes (PPS).

Deste modo, o capítulo analisa o contexto da formação da candidatura *light* de Ciro Gomes a partir da colaboração do filósofo Roberto Mangabeira Unger, culminando com aliança com os setores ultra-conservadores reunidos em torno da famosa “Agenda Perdida”, elaborada pelo pensador liberal de extrema-direita, José Alexandre Scheinkman, da Universidade norte-americana de Princeton (EUA).

O capítulo debate ainda o discurso situacionista de José Serra a partir do mote da campanha “Continuidade sem continuísmo”, analisando-se as suas (in) congruências e destacando-se as possíveis semelhanças entre o programa de governo do candidato oficial com algumas visões dos candidatos de esquerda, sobretudo a sua proximidade, em vários aspectos, com algumas idéias defendidas pelo então líder nas pesquisas, o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

E, por último, apresentamos o apoio da elite dominante à candidatura José Serra, com destaque para “pacto industrial”, que procurou envolver governo e Oposição, a partir da “nova política industrial” elaborada pelo eixo de poder constituído por dois importantes pivôs ideológicos do setor industrial, a FIESP e o IEDI.

4.1 Ciro Gomes: um candidato de Oposição conservador

Assim como na análise de 1994, também em 1998 é praticamente impossível separar as avaliações feitas pelos eleitores do desempenho do governo e de algumas das qualidades pessoais do presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso; além disso, muito colada a essas análises estava a ênfase representada na força eleitoral do Plano Real. Segundo o professor Yan de Souza Carreirão, no período entre a eleição de 1994 e o período pré-eleitoral

em 1998 não houve mudanças substanciais na conformação das forças políticas-eleitorais no país: de um lado, o governo Cardoso, apoiado agora por uma coligação ampliada, que reunia PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB; de outro, Lula, o principal líder da Oposição, que agora é apoiado também por uma coligação mais abrangente do que a de 1994, envolvendo o PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB.¹A novidade da campanha eleitoral foi a candidatura de Ciro Ferreira Gomes pelo partido nanico até então o PPS, ex-PCB, comandado pelo ex-comunista Roberto Freire e que ganha adesão do oposicionista Miguel Arraes, cujas chances, naquele momento, eram vistas quase unanimemente como pequenas.

Carreirão analisa o quadro eleitoral de 1998, da seguinte forma: se em 1994 haviam forte dúvidas sobre o caráter puramente eleitoral do Plano Real, em 1998 a avaliação predominante era a de que o plano teve amplo sucesso no combate à inflação, reforçando a credibilidade de seu condutor. O principal problema do governo Cardoso, tal como vista pela maioria dos eleitores, foi o aumento do desemprego ao longo do seu primeiro mandato e ligado a esse problema, parte do eleitorado passa a identificar o tucano como despreocupado com a “questão social”, em contraste com a imagem do líder petista, apontado por sua trajetória política (e de vida) como um candidato mais preocupado com os problemas mais candentes da população pobre e excluída.

Contudo, sabemos que isto não foi suficiente para impedir a vitória do presidente-candidato ainda no primeiro turno (vide quadro abaixo) e entre os dois líderes partidários, surgira a candidatura de Ciro Gomes, que critica a política econômica do governo, ao mesmo tempo em que tenta se diferenciar de Lula, com uma proposta mais moderna e menos radical para o país, ganhando a partir desta eleição projeção nacional, com reflexos eleitorais no conjunto do seu partido nanico, que obteria dividendos políticos com a sua candidatura em 1998: egeria governadores, prefeitos, etc., aumentando o seu cacife político a nível nacional. O que o credenciaria a nova tentativa em 2002, através da chamada Frente Trabalhista, composta por Leonel Brizola, líder máximo do PDT, e pelo PTB, agora comandado por ex-membros da tropa de choque de Fernando Collor, contando com a adesão da central sindical que lidera o chamado “sindicalismo de resultados” no Brasil, a Força Sindical, liderada por Paulo Pereira da Silva (apelidado de Paulinho), que seria o vice na chapa à Presidência. Ciro teve a sua candidatura inflada com o apoio da ala de Antônio Carlos Magalhães (PFL), com a desistência da candidata Roseana Sarney (PFL-MA).

Portanto, dado que a avaliação do governo Cardoso não era ruim no conjunto do eleitorado em 1998, a capacidade de crescimento da candidatura de Ciro ficou limitada, isto é,

¹Cf. Yan de S. Carreirão, *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras, 2002*, p. 145.

consegue uma margem menor de votos em seguimentos mais a direita, tentando atrair os votos de uma classe média descontente com o governo e tenta ampliar sua votação nas hostes oposicionistas na qual o candidato do PT tinha melhor avaliação. Acreditamos que, neste sentido, conseguiu, de certa forma resultados que lhe foram favoráveis, considerando a novidade da sua candidatura e o mais importante: colocando-se como alternativa ao “radicalismo” petista, o que lhe credenciariam para embates futuros.² Portanto, defendemos a tese de que juntamente com a candidatura tucana de José Serra, Ciro também acabaria representando em 2002 a idéia do continuísmo, como procuramos demonstrar com a pesquisa.

Tabela nº. 3 - Eleições 1998 – Presidente da República 1º. Turno - Resultado Final Nacional

Candidato	Partido	Votação	Válidos
45 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PSDB	35.936.540	53,06%
13 LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	21.475.218	31,71%
23 CIRO FERREIRA GOMES	PPS	7.426.190	10,97%
56 ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	1.447.090	2,14%
33 IVAN MOACYR DA FROTA	PMN	251.337	0,37%
43 ALFREDO HÉLIO SYRKIS	PV	212.984	0,31%
16 JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	PSTU	202.659	0,30%
70 JOÃO DE DEUS BARBOSA DE JESUS	PT do B	198.916	0,29%
27 JOSÉ MARIA EYMAEL	PSDC	171.831	0,25%
19 THEREZA TINAJERO RUIZ	PTN	166.138	0,25%
20 SERGIO BUENO	PSC	124.569	0,18%
31 VASCO AZEVEDO NETO	PSN	109.003	0,16%

Total de votos apurados : 83.297.773 (78,51% de 106.101.067 eleitores)
Total de votos brancos : 6.688.403 (8,03% de 83.297.773 votos apurados)
Total de votos nulos : 8.886.895 (10,67% de 83.297.773 votos apurados)
Total de votos válidos: 67.722.475 (81,30% de 83.297.773 votos apurados)

Abstenção : 22.803.294 (21,49% de 106.101.067 eleitores)

Fonte: TSE, atualizado em 31/05/1999.

Alimentado pela impopularidade de Cardoso, segundo pesquisa Veja/Vox Populi, Ciro obtém o apoio da classe média e passa a assustar o PT, conseguindo 23% de preferência dos brasileiros e de 31% entre os de maior renda. Era o maior beneficiário da insatisfação das pessoas com o governo: dos que escolheriam Ciro Gomes para presidente “se as eleições

²Cf. Yan de S. Carreirão, Op. cit., p. 144.

fossem agora, 46% votaram em Fernando Henrique em 1998. Isso significa que seu novo eleitorado é basicamente composto de governistas “desiludidos”.³

Para Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi, “ele conquistou os formadores de opinião” e sua popularidade cresce porque ele conseguiu conquistar a simpatia da classe média, que está ressentida com o governo mas teme o radicalismo do PT. Ciro está posicionado entre o “Fora Cardoso” e o imposto de pobreza de Antônio Carlos Magalhães, o cacique máximo do PFL.(que o apoiou em 2002, como já dissemos), tendo atraído os votos de Fernando Collor de Mello e de seus ex-aliados políticos do antigo PTB). “Meteu-se entre uma coisa e outra para negar as duas”, ressalta o dono do instituto, abrindo um largo corredor e espera acomodar-se como candidato de centro – esquerda ao gosto da classe média insatisfeita com o PSDB e desconfiada de Lula. (Chegaria em quarto lugar na disputa, perdendo inclusive para Anthony Garotinho do PSB e acabaria, como este último, apoiando o PT no segundo turno contra o tucano José Serra).

Como destacamos antes, Ciro Gomes se enquadra perfeitamente dentro do mote do continuísmo, slogan da campanha de Serra em 2002, porque não era sua intenção reverter o modelo adotado por Cardoso, a exemplo da abertura das importações, privatizações e austeridade fiscal, mas pretendia “mudar” a política econômica em alguns aspectos. Como tratou de deixar claro Roberto Freire: o “movimento Ciro Gomes” faz oposição “a Fernando Henrique, mas não ao PSDB, tampouco ao PT”. Embora durante a campanha, em razão de interesses meramente eleitoreiro, Ciro tenha atacado Lula, afirmando que a candidatura do petista era uma “aventura” justamente por estar despreparado para governar o país: “ Votar em Lula significa uma aventura, um salto no escuro; Lula é bem intencionado, mas sem experiência administrativa.”⁴

Portanto, o Ciro que começou a despontar em 1999 era diferente do Ciro Gomes da última eleição presidencial ocorrida um ano antes, pois naquela época estava isolado no PPS, o novo nome do antigo partido comunista brasileiro e, agora, continuava no mesmo PPS que havia se tornado um partido mais de centro. “Tudo isso porque Ciro é o único herdeiro da

³Cf. Veja, “A esquerda light”, n°. 39, de 29 de setembro de 1999. Com esta chamada de capa a revista do Grupo Abril informa que Ciro Gomes está se mexendo rumo as eleições de 2002, destacando quem em apenas uma semana visitou cinco estados brasileiros na qual “desanca o seu antigo aliado Fernando H. Cardoso e a política ‘neoliberal’ da equipe econômica, que considera suicida. Com a recessão e o desemprego, a pregação de Ciro Gomes está encontrando platéias cada vez maiores. Fala mal de políticos, dos barões das finanças, da imprensa”, p. 35.

⁴Cf. O Estado de São Paulo, “Ciro diz que 'Lula é um salto no escuro'”, Flavio Mello, 16 de setembro de 2002, ressaltando que em queda nas pesquisas, candidato do PPS tenta se mostrar como alternativa, acrescentando que “o candidato do PPS, Ciro Gomes, reforçou ontem as críticas ao concorrente Luiz Inácio Lula da Silva, do

fortuna eleitoral de Fernando H. Cardoso.”⁵ O PPS havia trocado a velha ideologia comunista pelo pragmatismo eleitoral e num aparente paradoxo, adotou como sua estrela um político que nunca fora socialista.

Com o reforço de Ciro, o número de prefeitos do PPS pulou de 32 para 189, o de vereadores quadruplicou e ganharia a adesão de empresários, a exemplo de Emerson Kapaz (presidente do PDBE), ex-tucano paulista, que agora encontrava-se na companhia de ex-comunistas de carteirinha, escolhido como seu caixa de campanha ao Planalto, em razão do seu ótimo trânsito entre os grandes empresários.⁶ Outro industrial de renome internacional, Blairo Maggi, de Mato Grosso, o maior produtor de soja do mundo, também se filiaria à agremiação de Ciro: “Estamos fazendo do PPS um partido pluralista, que reúna todos os democratas”, explica o senador Roberto Freire, presidente do “novo partidão da esquerda *light*.”⁷

4.1.1 Visão de mudança e a influência da Agenda Perdida

Ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco em 1994, durante a fase de implantação do Plano Real, e nomeado ministro da Integração Nacional no dia 1º de janeiro de 2003 pelo presidente Lula, Ciro Gomes era da opinião de que o Real nunca fora uma resposta estrutural aos problemas do Brasil, afirmando tratar-se de uma solução de emergência que acabou “esticado irresponsavelmente”. Por isso, era favorável a um projeto nacional de desenvolvimento, com base no saneamento do setor público e na execução de uma estratégia de poupança para o país. Portanto, para ele o desarranjo nas contas federais seria o grande inimigo, e uma de suas idéias para resolver este problema era renegociar a dívida interna⁸, qualificado por seus opositores, a exemplo do ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, como “calote”.

A proposta do alongamento da dívida foi elaborada pelo ideólogo da candidatura de Ciro, o professor de direito da Universidade de Harvard nos Estados Unidos, o brasileiro

PT, sem descuidar dos ataques a José Serra, do PSDB. (cf. Folha Online, Vai ter segundo turno?, Eliane Cantanhêde 18/09/2002).

⁵Cf. Veja, “A esquerda light”, n.º. 39, de 29 de setembro de 1999, p. 36.

⁶Cf. Veja, Op. cit., p.36-38.

⁷Cf. Veja, Op.cit., p.37, que acrescenta outros nomes de grandes industriais simpatizantes de Ciro, a exemplo do dono da Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes (membro da campanha de Serra), que lembrou que já havia conversado vários vezes com o provável candidato do PPS sobre o fortalecimento da empresa nacional, aconselhando-o, na ocasião, a procurar o banqueiro Olavo Setúbal, dono do Itaú e também do comitê tucano em 2002, para discutir as questões relativas ao sistema financeiro (p. 37).

⁸Cf. Veja, Op. cit., p.36-38.

Roberto Mangabeira Unger, e aparece no seu livro *A Segunda Via: Presente e Futuro do Brasil*. Bastante criticado, por alguns, pelo hermetismo de suas colocações, mais tarde guindado a condição de coordenador da candidatura de Ciro ao Planalto, Unger seria aliado do processo intelectual de condução da campanha durante as eleições de 2002, oportunidade em que foi chamado para apresentar uma nova proposta de governo, o ultra-liberal e professor na escola norte-americana de Princeton, José Alexandre Scheinkman.

Famoso pelo teor conservador, o documento de 50 páginas elaborado por Scheinkman, conhecido como *A Agenda Perdida*, teve a participação de vários economistas importantes da PUC, FGV, USP, etc., destacando-se, por exemplo dois nomes em particular: Affonso Celso Pastore (FGV) e Marcos de Barros Lisboa (FGV), este último viria a ser nomeado por Antonio Palocci diretor-executivo do Ministério da Fazenda na gestão petista iniciada em janeiro de 2003. O curioso é que, além de Lisboa ter servido ao governo de Fernando Henrique Cardoso, muitas das idéias contidas na *Agenda Perdida* acabariam sendo incorporadas ao receituário neoliberal de Palocci, apesar de não terem sido assumidas por Ciro durante a campanha presidencial. Contudo, a *Agenda Perdida* pode ter servido para ampliar a margem de manobra do candidato do PPS junto ao eleitorado mais conservador. (Voltaremos a tocar na *Agenda*, mais a frente).

Antes de mostrarmos alguns pontos essenciais da *Agenda Perdida* é importante destacar que algumas idéias presentes na formulação de Roberto Mangabeira Unger, depois não aprovadas por Ciro, e que integram a primeira versão do seu programa de governo, seriam bastante criticadas pela imprensa antes da chegada de Scheinkman dos Estados Unidos. Unger - que já fora aliado de Leonel Brizola - o líder nacionalista que apoiou Ciro em 2002, mesmo tendo que “engolir” a presença no comitê eleitoral do candidato do PPS de antigos inimigos históricos provenientes do PTB, que lhe haviam roubado a sigla, acrescida da ala colorida -, defendia a tese do alongamento da dívida pública por entender que é ela que infelicita o país, obrigando o governo a manter os juros muito altos, engessando a economia e gerando o desemprego.

Como os títulos públicos que financiam a dívida são de curto prazo, a proposta original de Ciro era oferecer aos credores uma troca: quem aceitasse ficar com papéis de prazo mais longo receberia juros maiores como compensação.⁹ O alvo do projeto político do

⁹Cf. Veja, Op.cit., p.41, que ironiza a idéia de Unger, afirmando que “(...) seu receituário tem o mesmo defeito genético de outros planos salvacionistas: o que é novo (controle de capitais, negociação forçada da dívida pública) não funciona e o que funciona (disciplina fiscal e combate ao corporativismo) não é novo...(...) Suas ferramentas para consertar o Brasil não são as convencionais que qualquer Pedro Malan usaria, aquelas que são às vezes atropeladas por uma crise na Ásia ou na Rússia, ou até mesmo por uma votação negativa no

candidato do PPS é a produção¹⁰, ou seja, a defesa da construção de “um novo conjunto de forças em torno de um projeto produtivista, um projeto que busque construir a capacidade financeira estratégica do Estado brasileiro, para ser parceiro, não substituto da iniciativa privada”, afirma Unger. Neste sentido, admite a conciliação entre as classes, englobando grandes empresários que demonstraram no curso de sua experiência que sabem fazer, e convencê-los a participar do governo, bem como a direita partidária, representada, por exemplo, por Antônio Carlos Magalhães (PFL).

Assim, a Frente Trabalhista propõe, primeiro, reafirmar o compromisso com a necessidade de gerar um excedente fiscal e de aprofundar esse sacrifício fiscal. Segundo, reconhecer a necessidade de manter metas de inflação, mas combinadas com metas de crescimento e de emprego. E, terceiro, segundo Unger, “dizer que não queremos nunca voltar ao populismo econômico, a uma política inflacionária”. A equipe de Ciro entregou a última versão do programa de governo ao candidato no fim de agosto de 2002. Ela introduz poucas mudanças substantivas na versão do programa elaborado por Unger e seus assessores, que estava disponível há meses na *internet*.

São os seguintes os pontos principais do programa de Ciro Gomes, além daqueles já comentados antes, divulgado em 6 de setembro de 2002, intitulado Desenvolvimento com Justiça: O Brasil do Trabalho, da Produção, da Inovação e da Justiça, assinado pelas lideranças da Frente Trabalhista composto por Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PPS) e Walfrido Mares Guia (PTB), este último seria nomeado ministro do Turismo de Lula e esteve envolvido no famoso escândalo dos Correios em 2005:

- O capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se depende dele. Os compromissos com a estabilidade da moeda, com o realismo fiscal (o governo e o país não devem viver acima dos seus meios) e com a abertura criteriosa da economia brasileira para o mundo, precisam ser reafirmados. Não devem, porém, servir de pretexto para sacrificar a economia real e produtiva aos interesses financeiros;

- Compreender que a política mais eficaz de redistribuição de renda no Brasil atual é o aumento sustentável do salário real, possibilitado tanto pelos ganhos de produtividade quanto pela defesa dos direitos trabalhistas. Rejeitar a retórica e a política da "flexibilização" do

Congresso. As formulações do guru de Ciro Gomes são à prova de acidentes, produto retórico da pura celebração”.

¹⁰Cf. Carta Capital, nº. 202, de 14 de agosto de 2002, que traz como reportagem de capa uma entrevista de oito páginas com Roberto Mangabeira Unger, chamado de o ideólogo de Ciro Gomes, na qual critica a política econômica e de desenvolvimento de Fernando H. Cardoso, sobretudo a sua principal obra de governo, as privatizações. De acordo com Unger, o presidente [Cardoso] conduziu um governo em que atribuiu a política

mercado de trabalho. Distinguir claramente entre os privilégios corporativistas que oneram a folha de pagamentos e prejudicam o emprego de novas levas de trabalhadores, dificultando o combate contra a informalidade, e aqueles direitos do trabalhador que ajudam a elevar o salário real e a participação da massa salarial na renda nacional;

- Simplificar o sistema de impostos, desonerar a produção, fazendo com que o peso maior da tributação incida sobre o consumo e criar condições para um regime tributário que seja progressivo na realidade, não apenas no papel, cobrando mais de quem pode mais, sem prejudicar a produção;

- Política agrícola e reforma agrária devem ser dois lados do mesmo compromisso. Propomos política agrícola que democratize em favor do agricultor, que continua fora do mundo dos grandes agronegócios, o acesso ao crédito, à tecnologia e aos mercados e reforma agrária que assegure aos assentados condições efetivas para produzir e prosperar. Lutar para superar pouco a pouco a divisão entre um setor de grandes agronegócios e um vasto mundo de pequeno lavradores, com ou sem terra, abandonados ao próprio destino e desprovidos das condições básicas para trabalhar.

4.1.2 Scheinkman ignora idéias de Mangabeira Unger

O texto *A Agenda Perdida: diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social*, de 55 páginas, elaborado sob a coordenação do economista ultra-liberal José Alexandre Scheinkman, como já destacamos, a partir do início de setembro de 2002 e que foi divulgado no dia 15 daquele mês, que deveria fazer parte do programa de governo de Ciro Gomes, contou com a colaboração dos seguintes economistas e intelectuais:

- José Alexandre Scheinkman – Universidade de Princeton, coordenador da Agenda;
- Marcos de Barros Lisboa – EPGE/FGV – sub-coordenador do projeto;
- Affonso Celso Pastore – EPGE/FGV;
- Aloísio Pessoa de Araújo – IMPA/ e EPGE/FGV;
- André Urani – IE/UERJ e IETS;
- Armando Castelar Pinheiro –BNDES;
- José Marcio Camargo – Departamento de Economia PUC-RJ;
- Leandro Piquet Carneiro –Ciência Política/USP;
- Maria Cristina Pinotti – APC;

econômica aos americanos, isto é, a tecnocratas que representavam o ideário e os interesses de Washington e de *Wall Street*” (p.27), fazendo uma referência a dupla Pedro Malan/Armínio Fraga.

- Maria Cristina Trindade Terra – EPGE/FGV;
- Naércio de Aquino Menzes Filho – FEA/USP;
- Pedro Cavalcanti Ferreira – EPGE/FGV;
- Pedro Olinto – IFPRI;
- Reynaldo Fernandes – FEA/USP;
- Ricardo Paes de Barros – IPEA;
- Rozane Bezerra Siqueira – IBRE/FGV;
- Samuel de Abreu Pessoa – EPEGE/FGV.

A Agenda Perdida não contempla o aumento do salário mínimo como uma das propostas de política social de Ciro, assim, segundo o economista José Márcio Camargo(PUC-RJ,), um dos elaboradores do documento, que afirma ter caráter “apartidário”, um aumento do salário mínimo não produziria distribuição de renda. "O que defendemos é uma distribuição melhor dos recursos públicos para educação, reforma agrária e criação de um mercado de aluguel de terras. A saída é parar de distribuir dinheiro público para as elites e isto é difícil", ressaltou. Para Camargo, esta agenda, que trata desde o crescimento econômico até o gerenciamento de políticas públicas, tem sido evitada pelos presidenciáveis porque é "politicamente complicada". Segundo o economista, "ela envolve perdedores, a elite organizada, e ganhadores, os pobres desorganizados, para resolver a questão social do país e estamos em processo eleitoral."¹¹

No documento, a equipe de Scheinkman ressalta que o governo não precisará aumentar os gastos sociais, em torno de R\$ 150 bilhões, mas deveria fazer um programa social focado em crianças e adolescentes, com destaque para a educação. O processo envolve reforma tributária, previdenciária, leis trabalhistas e reforma administrativa. Segundo o documento, os gastos sociais do governo enfocam mais os idosos do que as crianças, lembrando que a bolsa-escola era de R\$ 15 e a aposentadoria rural, R\$ 200. A Agenda propõe sugestões para uma reforma tributária que inclui a substituição progressiva de impostos indiretos por um imposto de valor agregado. No longo prazo, sugere estender essa substituição a todas as contribuições dos trabalhadores e à folha salarial, reduzindo os incentivos à informalidade. O documento propõe flexibilizar a legislação trabalhista, retirando das mãos da Justiça do Trabalho as decisões sobre conflitos entre as partes, criando sistemas de mediação e arbitragem.

¹¹Cf. O Estado de São Paulo, “Proposta coordenada por Scheinkman é divulgada”, Vera Saavedra Durão, de 15 de setembro de 2002.

A ala liderada por Roberto Mangabeira Unger criticou o documento porque segundo um dos seus assessores, o economista Maurício Dias David, “não havia compatibilidade possível entre o documento e o nosso programa”¹², afirmou. “Vai haver um curto-circuito.” Segundo David, esperava-se que o documento contribuísse com sugestões de políticas públicas específicas que pudessem ser incorporadas ao programa de Ciro. “Mas o documento vai além e vê a economia de forma diferente da nossa”, destacou.

Scheinkman entrou na campanha do PPS na segunda quinzena de agosto, quando o candidato estava em alta nas pesquisas. Sua chegada foi interpretada como um sinal de que Ciro estava procurando formar uma equipe consistente, que desse credibilidade às suas propostas e reduzisse as desconfianças que ele despertava no mercado financeiro. A partir da sua chegada recebeu manchetes de jornais e a sua influência direta sobre o candidato oposicionista abriu um debate nacional sobre uma possível guinada mais à direita do partido. Além provocar uma certa tensão no seio do seu comitê de campanha, sobretudo em razão da perda de espaço de Unger, pois este último exercia forte influência sobre o presidenciável do PPS, que sentido-se desprestigiado, ameaçou abandonar o comitê de campanha.

Mas as idéias contidas no documento causaram apreensão na campanha e o primeiro a torcer o nariz foi o senador Roberto Freire (PPS-PE). Indiferente ao barulho, José Alexandre Scheinkman formou um grupo de 16 economistas, nenhum deles teoricamente simpatizantes ao candidato, para ajudá-lo a desenhar um programa mínimo para o país. No momento em que o trabalho fora divulgado, Ciro Gomes estava perdendo terreno nas pesquisas e a discussão de seu programa, segundo os integrantes do comitê de campanha, havia se tornado uma questão secundária. “Não temos tempo agora para debater o documento”, afirmou Maurício Dias David. “Nosso problema hoje é chegar ao segundo turno da eleição.”

As propostas da Agenda Perdida tem como enfoque principal uma visão monetarista dos problemas nacionais no qual o capital externo, bem como a oferta de capital nacional a taxa de juros mais compatíveis, estão na raiz do impulso ao crescimento econômico. Embora tais idéias não fossem incorporadas oficialmente ao programa do candidato, elas marcaram de maneira indelével a sua performance eleitoral, pois, além de ser grande admirador de Scheinkman, Ciro compartilhava de suas idéias. A sua presença no Brasil, mesmo considerando o conflito de propostas no interior do seu comitê de campanha, pode ter servido ao propósito inicial almejado: o de acalmar o mercado de capitais, e cujos principais pontos destoavam da primeira proposta original elaborado pelo grupo coordenado por Unger. Além

¹²Cf. Valor Econômico, “Documento de Scheinkman é criticado”, Ricardo Balthazar, 17 de setembro de 2002.

daquelas já ressaltadas acima, podemos destacar outros pontos importantes da Agenda, como segue:

a) Reforma da Previdência por meio da contratação de funcionários públicos pelo regime do INSS, exceto os de carreiras essenciais ao Estado; b) Reforma administrativa com a criação de critérios de desempenho das políticas públicas, além de diminuição dos gastos correntes a fim de permitir o aumento da poupança pública, a retomada do investimento do governo, em especial em infra-estrutura básica, e a melhoria da educação básica; c) Políticas estruturais e compensatórias para a redução das desigualdades sociais, que objetivem expandir a capacidade de geração de renda dos pobres por meio do aumento de sua produtividade ou da garantia de uma maior valorização daquilo que produzem; d) Políticas sociais e crescimento econômico impulsionados pela entrada de capitais produtivos no país, investimentos domésticos e avanços tecnológicos nos processos produtivos; e) Utilização do setor privado para a provisão de serviços, em princípio, os pobres não devem ser excluídos do acesso aos serviços sociais produzidos pelo setor privado, pois o papel da sociedade de substituir o acesso dos que não possuem recursos a serviços sociais básicos não significa que o Estado seja obrigatoriamente o único produtor desses serviços.

4.2 O apoio empresarial e a luta para ser o “anti-Lula”

Apesar das críticas à sua candidatura, inclusive, no seu estado natal¹³, com a subida nas pesquisas eleitorais, Ciro Gomes conseguiu atrair, sobretudo, o apoio e a adesão de um empresariado nacional pragmático, que ansiava por encontrar uma saída ao impasse gerado pela candidatura Oficial de José Serra, que não deslanchava. Cogitou-se, inclusive uma aproximação com o presidente Fernando Henrique Cardoso, ante a iminente passagem do PPS para o segundo turno, visando uma coalizão com vistas a derrotar o candidato petista no segundo turno. Seria feita uma trégua no ataque ao governo, em troca do apoio eleitoral do PSDB liderado por Cardoso, pois havia a expectativa da desistência da candidatura de Anthony Garotinho, que enfrentava problemas políticos e financeiros. Portanto, em meados de julho de 2002, era grande a chance de Ciro chegar ao segundo turno das eleições.

¹³Cf. Jornal Valor Econômico, “A oligarquia dos Gomes”, César Felício, 19 de agosto de 2002, que destaca que antecedido e sucedido no governo do Ceará pelo “padrinho” político e empresário, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que abandonou a candidatura tucana de José Serra em favor do “afilhado”, Ciro Gomes tem o seu período de governo submetido a críticas pelos próprios correligionários, inclusive, no seu principal reduto eleitoral, pois a industrialização do Estado, maior trunfo do grupo de Ciro/Jereissati, não reverteu a pobreza.. Segundo o então coordenador de programa de governo de Lúcio Alcântara, coligação PSDB/PPS no Estado

O principal interlocutor do presidencialista junto ao empresariado nacional, como já destacamos, o ex-presidente do pivô político PNBE e presidente do mais novo pivô empresarial o ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o deputado federal Emerson Kapaz (PPS-SP)¹⁴ reforça nossa tese acima, ao reafirmar que a candidatura de Ciro começava a receber manifestações de apoio de muitas lideranças dentro do próprio PSDB, que não se limitavam ao grupo de Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará e candidato ao Senado. Segundo Kapaz, existiam muitos parlamentares do PSDB que torciam pela candidatura de Ciro ao Palácio do Planalto, mas que, “por enquanto, não querem se expor. Tem muita gente do PSDB que gosta do Ciro e que deve começar a se expor publicamente daqui para a frente”. E mais: o crescimento de Ciro nas últimas pesquisas havia despertado muito interesse dos empresários em conhecer melhor as propostas do candidato da Frente Trabalhista (PPS-PDT-PTB).

O articulador do presidencialista do PPS organizava, neste período, encontros com executivos de vários setores da economia. Mas admitia que ainda havia muitas resistências ao seu nome, principalmente, por parte do setor financeiro, que ele atribuía a um desconhecimento maior dos executivos em relação ao candidato e devido a algumas de suas idéias, embora o próprio candidato tenha se reunido com os banqueiros a fim de diminuir as resistências, mantendo conversações com os representantes da FEBRABAN. Contudo, Kapaz admitiu que seria preciso conversar mais com o sistema financeiro, já que os bancos têm um peso importante, e foi o que Ciro fez, embora sem muito sucesso.

A aproximação com o setor financeiro sempre foi uma preocupação do candidato Ciro Gomes, em alta nas pesquisas, como já falamos, o candidato procurou os banqueiros para apresentar seu programa de governo. Desde que havia voltado de um período de estudos na Universidade de Harvard dos Estados Unidos, vinha se encontrando com banqueiros e empresários em reuniões privadas, chegando, inclusive a montar uma lista de sessenta banqueiros¹⁵, diretores de fundos de pensão e empresários que são grandes investidores, que conforme seus cálculos, controlavam o equivalente a quase 60% da dívida interna brasileira.

Várias pessoas da lista, especialmente os banqueiros, foram procuradas mais de uma vez pelo candidato. Algumas saíram satisfeitas e convencidas desses encontros. Outras, não. "Certas propostas de Ciro partem do princípio de que a economia funciona no vácuo de

em 2002, o economista Alex Araújo, “a política de atração de investimentos gerou emprego e renda em volume abaixo do esperado.”

¹⁴Cf. Folha de São Paulo, “há muitos tucanos com Ciro, diz Kapaz”, Guilherme Barros, 14 de julho de 2002).

laboratório, isolada das crises, das ambições e das suspeições dos credores", afirmou um banqueiro paulista. Em todos os encontros houve troca de idéias, e ambas as partes se ouviram.

No mês de abril de 2002, Ciro teve uma reunião a portas fechadas na FEBRABAN, oportunidade em que tentou explicar a sua proposta de alongamento da dívida (que adversários afirmavam não passar de um eufemismo para "calote"), destacando que ela só seria implementada com muita negociação. Roberto Setúbal, presidente do Itaú, lembrou na ocasião que, "no ritmo em que crescem os compromissos financeiros brasileiros, nem o atual aperto [refere-se a 2002] de produzir um *superávit* primário de 3,75% seria suficiente para garantir a estabilidade". Setúbal afirmou que "já se fala na necessidade de o país ter um superávit de 5%."¹⁶ O presidenciável não discordou dos valores, mas disse aos banqueiros que achava difícil que toda a economia fosse feita apenas nos gastos do governo. Também admitiu que não se podem aumentar ainda mais os impostos. Aos interlocutores passou a impressão de que, se não é possível cobrar mais impostos nem cortar gastos sociais, então a solução teria de passar mesmo pelo alongamento da dívida.

"Ele recebeu nota 10 de palco e de conhecimento de economia", declarou um banqueiro de investimentos que esteve presente à reunião. "Mas os mais conservadores não saíram convencidos da sinceridade dele na manutenção das conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso", lembrou. Um outro banqueiro, mais velho e experiente, preferiu não ir à reunião da FEBRABAN e acredita que isso não afetou em nada sua avaliação do candidato. "Ora, o que vale num candidato é a qualidade das cabeças econômicas e políticas que têm influência sobre ele. O Ciro tem o Tasso Jereissati e o Antonio Carlos Magalhães a seu lado. Isso faz dele uma espécie de PSDB do B. Não tem susto"¹⁷, ressaltou o interlocutor.

O apoio empresarial à candidatura de Ciro abrangia um amplo espectro político, que ia de banqueiros e industriais, passando pela bancada ruralista no Congresso Nacional, costura eleitoral que era comandado pelo próprio candidato, pelo deputado federal e coordenador financeiro da campanha, José Carlos Martinez (PTB-PR), pelo líder do PTB na Câmara, Roberto Jefferson (RJ) e pelo presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. O grupo também foi fortalecido pelas presenças marcantes de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do presidente nacional do PFL, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Neste sentido, à medida

¹⁵Cf. Veja, "A luta para ser o anti-Lula", nº. 1.760, de 17 de julho de 2002, que acrescenta que o candidato visitou todos, ressaltando que "é por meio desses senhores que milhões de brasileiros compraram títulos da dívida que remuneraram seus investimentos em fundos e em outras aplicações".

¹⁶Cf. Veja, Op. cit., 17 de julho de 2002.

¹⁷Cf. Veja, Op. cit., 17 de julho de 2002.

que Ciro Gomes foi crescendo nas pesquisas eleitorais, acentuou-se o isolamento do senador e presidente nacional do PPS, Roberto Freire¹⁸, e sua influência na campanha do presidenciável foi ficando cada vez menor, abandonando-se o projeto do senador, que era o de unir as forças de centro-esquerda.

O presidenciável do PPS, Ciro Gomes, sempre foi considerado uma incógnita por grande parte do empresariado brasileiro, gerando uma certa desconfiança, principalmente, se levarmos em conta o vasto espectro ideológico de apoio à sua candidatura. Os empresários achavam que, por ser jovem, pelo seu gênio intempestivo e por não ter uma equipe sólida, fosse acabar dando razão aos adversários que o acusavam de ser um novo Fernando Collor. Nas últimas semanas de julho de 2002, com a sua subida nas pesquisas para o segundo lugar, a apreensão do empresariado diminuiu bastante e cedeu espaço ao pragmatismo¹⁹, como já frisamos.

Filiado ao PDS no início de sua carreira pública e autoproclamando-se um candidato de centro-esquerda em 2002, o candidato do PPS tem sua trajetória política refletida em uma equipe de campanha que reúne de ruralistas a ex-comunistas. Ex-militante do PCB, o presidente do PPS, Roberto Freire, era um dos três integrantes importantes do seu conselho político. Freire foi o articulador, em 1992, da mudança do nome da sigla PCB para PPS e do abandono do ideal do comunismo.²⁰

Também integrava o seu comitê de campanha, como já citamos acima, o deputado federal Roberto Jefferson, que era da tropa de choque colorida, pivô do rumoroso escândalo do mensalão em 2005 e um dos articuladores da aliança entre o PTB e o ex-presidente Fernando Collor para o governo de Alagoas em 2002. Outro nome importante a ser lembrado como um dos integrantes da equipe do presidenciável é o deputado federal Luiz Antônio Fleury Filho (PTB), governador de São Paulo quando 111 presos foram mortos pela Polícia Militar durante o episódio que ficou conhecido como o "massacre do Carandiru", em 1992. Fleury Filho foi o responsável pela formulação do programa na área de segurança, um dos aspectos mais valorizados pelo presidenciável durante seus discursos políticos.

O deputado estadual do Ceará Mauro Benevides Filho (PTB) também assessorava o comitê de campanha na área economia, mas tinha sido auxiliado na tarefa por Maurício Dias David, do BNDES, órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

¹⁸Cf. O estado de São Paulo, "Freire irado: PFL quer tomar conta de Ciro", Gilse Guedes e Rosa Costa, 27 de julho de 2002.

¹⁹Cf. Folha de São Paulo, "Ascensão de Ciro reduz resistência do empresariado", Guilherme Barros, 28 de julho de 2002.

²⁰Cf. Folha de São Paulo, "Apoio a Ciro vai de ruralista a ex-comunista", Patrícia Zorzan, 20 de julho de 2002.

Exterior, e por Luiz Rabi, economista licenciado do BicBanco, neste sentido, assim como David, eram muitos os colaboradores de Ciro que participavam do governo tucano e que preferiam manter segredo com receio de retaliações.

Principal colaborador na formulação do programa de agricultura do candidato, o deputado federal Nelson Marquezelli (PTB) era fundador da bancada ruralista na Câmara dos Deputados e um dos encarregados das propostas de reforma agrária e de meio-ambiente do candidato. Empresário agrícola, citricultor, pecuarista e um dos principais líderes de seu grupo de parlamentares, no ano pré-eleitoral havia chocado ativistas de direitos humanos ao comentar sobre a tensão no campo e a invasão de terras, declarando que "bandido bom é bandido preso e bandido ruim, bandido no cemitério."²¹ Envolvido em um projeto que, como ele mesmo afirmava pretendia "agregar valor aos produtos agrícolas", o deputado avaliava que o fato de ser um ruralista não traria constrangimentos a Ciro Gomes "Não vejo problema nenhum nisso. Não somos nem de esquerda, nem de direita. Somos nacionalistas. Temos ruralistas até do PT", explicou ele.

A Folha de São Paulo ouviu 18 grandes empresários brasileiros e constatou que o nome de Ciro havia se tornado muito mais palatável.²² Para a grande maioria dos empresários ouvidos - muitos preferiram não se identificar – ele era cada vez mais uma opção real para derrotar o candidato do PT, aumentando, como já destacamos, a procura para encontros públicos ou reservados (em duas semanas, o candidato havia participado de um jantar na casa do empresário Flávio Rocha, das Lojas Riachuelo, teve um encontro na FIESP e um café da manhã sigiloso em São Paulo com um grupo de cerca de 20 empresários de diferentes setores, entre outros compromissos).

O presidenciável, falando para uma FIESP²³ lotada, chegou a tirar comentários de empresários como: "Serra vai ter que se cuidar", "é preparado e objetivo". O presidente da FIESP na ocasião, Horácio Lafer Piva, considerou o encontro "positivo", embora o candidato do PPS Gomes tenha tido dificuldades em responder pela sua passagem no Ministério da Fazenda. Empresários do setor de autopeças questionaram se ele se arrependia da redução das alíquotas de importação. O ex-ministro disse que não se arrependia da medida e que a fizera para proteger o Plano Real (ele havia substituído o ministro Rubens Ricupero que caiu por ser flagrado nas antenas parabólicas depois de fazer comentários a respeito do uso eleitoral do ministério), reduzindo em 12,5% a alíquota de importação de autopeças em prejuízo do setor.

²¹Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 20 de julho de 2002

²²Cf. Folha de São Paulo, "Ascensão de Ciro reduz resistência do empresariado", Guilherme Barros, 28 de julho de 2002.

²³Cf. Folha de São Paulo, "Ciro e empresários", de 24 de julho de 2002.

O candidato explicou que tomou a decisão a partir das informações da equipe econômica que pedia para ele zerar a alíquota: "Foi uma providência de emergência". Ciro lembrou quem eram seus subordinados na época e que ainda faziam parte do governo, a exemplo de Pedro Malan, Gustavo Franco, Clóvis Carvalho e Sérgio Amaral. O candidato do PPS também afirmou que o Brasil estava "freqüentando" uma crise cambial e que para acabar com isso seria necessário eliminar o *déficit* externo, como premissa de seu governo. A redução da taxa de juros, medida de forte apelo junto aos industriais, viria das reformas tributária e previdenciária.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, dono do grupo Votorantim, por sua vez, fez questão de ressaltar que iria votar no candidato tucano José Serra, mas afirmou que não tinha nada contra Ciro. "Eu o ajudei quando ele governou o Ceará e nunca pedi nada em troca." Moraes, contudo, jamais o perdoou pelo fato de ter comparado o jantar de empresários realizado no ano anterior na casa do banqueiro Olavo Setubal (Itaú) comparando-o, como já falamos, às reuniões da Oban (organização paramilitar criada em 1969 para combater a luta armada e que se transformaria num órgão de tortura). "Fiquei magoado. Não sou bandido", afirmou.

Por sua vez, o empresário Romeu Chap Chap, presidente do SECOVI (Sindicato da Habitação de São Paulo), fez questão de frisar que "Ciro Gomes está apresentando hoje um discurso muito mais consistente do que antes. Ele deu um show na Fiesp"²⁴, ressaltando o que se ouvia nos corredores da FIESP, depois da sua apresentação, era de que o apoio da entidade ao candidato havia aumentado. Já para o empresário Eugênio Staub, presidente da Gradiente, que integrou o comitê eleitoral de Lula, esse movimento do empresariado de adesão à candidatura Ciro Gomes "é ainda precipitado". "Essa corrida depõe contra o empresário. De repente, a moça ficou bonita", destacou

O que se pôde constatar também no empresariado na ocasião é que esse movimento de apoio à candidatura do PPS, não se devia apenas ao fato de ele ter se tornado uma real opção para vencer o PT ou ao pequeno avanço de José Serra nas pesquisas. Havia também uma grande insatisfação do empresariado das áreas industrial e comercial com o modelo econômico adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como já frisamos em outro capítulo. Em que pese todas as diferenças entre Serra e a política econômica do governo, o candidato tucano representava o continuísmo, sendo que as maiores resistências à candidatura de Ciro, como já dissemos, se concentravam no setor financeiro, em razão, principalmente, da

²⁴Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 24 de julho de 2002.

sua proposta de reestruturação da dívida, resistência jamais vencida na prática, conforme podemos constatar através doadores de campanha (vide capítulo V).

Além disso, boa parte do empresariado temia a influência do filósofo Roberto Mangabeira Unger, sobretudo devido as suas idéias heterodoxas para a economia. "Há ainda muitas dúvidas sobre o posicionamento de Ciro", afirmou Humberto Casagrande, diretor do Sudameris e presidente da ABAMEC (Associação Brasileira de Mercado de Capitais) nacional. "O mercado ainda prefere trabalhar com a hipótese de Serra para o segundo turno."²⁵ Lembramos que a entidade acabaria engrossando o coro da candidatura de Lula (vide capítulo VI) com a criação de um grupo de trabalho conjunto voltado para o sistema financeiro.

4.2.1 O crescimento nas pesquisas

A par dos contatos na área financeira e empresarial, Ciro Gomes tentaria uma (re) aproximação com o presidente Fernando Henrique Cardoso, fato já sobejamente comentado por nós, tendo em vista o seu crescimento nas pesquisas²⁶ e a possibilidade de chegar ao segundo turno das eleições. A idéia era não polarizar com José Serra, considerado fora do páreo e tentar uma coalizão visando derrotar o candidato petista no segundo turno. Portanto, em julho o candidato à Presidência pela Frente Trabalhista subia nas intenções de votos, conforme os dados dos institutos de pesquisa, por isso o seu comitê tentaria uma aproximação com o PSDB²⁷ através de gestões junto a Cardoso, não só para evitar o “confronto” aberto entre a sua candidatura e a do tucano Serra, mas, sobretudo, preparar o caminho para uma futura coalizão.

Pela pesquisa do IBOPE divulgada em 16 de julho de 2002 através do Jornal Nacional (JN)²⁸ da Rede Globo, Ciro subira para 22% das intenções de voto e se isolara no segundo

²⁵Cf. Folha de São Paulo, op. cit., 24 de julho de 2002

²⁶Cf. Reuters/Uol Notícias on-line, “Ciro sobe para 22% e se isola em segundo, Serra recua a 15%”, 16 de julho de 2002.

²⁷Cf. Folha de São Paulo, “PTB tenta aproximação entre FHC e Ciro Gomes”, Patricia Zorzan e Kennedy Alencar, de 17 de julho de 2002.

²⁸Cf. Reuters/Uol Notícias on-line, “Ciro sobe para 22% e se isola em segundo, Serra recua a 15%”, 16 de julho de 2002). Uma curiosidade importante, é que esta tinha sido a primeira pesquisa a ser divulgada após o Jornal Nacional, em um fato inédito para o telejornal, ter entrevistado, ao vivo, durante 10 minutos, os quatro candidatos na semana anterior. Na pesquisa, o Ibope avaliou o desempenho dos candidatos nas entrevistas, sendo que o petista e Ciro tiveram a preferência de 15% dos pesquisados, cada um, José Serra de 7% e Garotinho de 5%. A maioria, 54%, não sabiam dizer, não viram as entrevistas ou não quiseram opinar. Analistas alertavam que o crescimento de Ciro nas pesquisas de intenção de voto de junho para julho fora resultado, pelo menos em boa parte, dos programas gratuitos dos partidos de sua coligação - PPS, PDT e PTB - veiculados na TV no mês anterior. A pesquisa do Ibope realizada entre 12 e 16 de junho mostrava Lula com

lugar, atrás apenas de Lula, que tinha 33%. O governista José Serra, da coligação PSDB-PMDB, caíra para o terceiro lugar, oscilando negativamente dois pontos percentuais, alcançando 15%. A sondagem anterior do Ibope, feita entre os dias 4 e 7 do mesmo mês, mostrava o candidato petista com 34%, Ciro com 18% e Serra com 17%. O candidato do PSB, Anthony Garotinho, oscilou de 12% para 10% nesta última. Aquela pesquisa e a sondagem divulgada pelo Jornal Nacional apontou um eventual segundo turno, em que havia um empate técnico entre Ciro, com 44 por cento, e Lula, com 43%. Se o segundo turno fosse com Serra, Lula teria 48% e o tucano, 37%. Já no caso de Garotinho, Lula teria 50% e o ex-governador carioca, 32%.

E a tendência em alta continuaria firme. Capa da revista *Isto É*²⁹, de 2 de agosto de 2002, confirma a tendência de alta, destacando que Ciro passa Lula, trazendo como destaque que “a 66 dias da eleição, candidato da Frente Trabalhista ultrapassa Lula, abre vantagem de 13 pontos no 2º. turno e rejeição ao petista cresce”. Segundo *Isto É*, “a arrancada de Ciro Gomes na corrida presidencial está fazendo ‘comer poeira’ a candidatura tucana de José Serra e já tira, tecnicamente, a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Ciro emparelhou com Lula, aponta a terceira pesquisa nacional *Isto É/Toledos & Associados*, que tem uma margem de erro de 1,8%. O candidato da Frente Trabalhista (PPS-PTB e PDT) tem 34,3% das intenções de voto contra 33,6 % de Lula. Mais atrás está José Serra, com 13,8%, e Anthony Garotinho (PSB), com 9%.”

A edição da revista *Época*³⁰ da família Marinho de 05 de agosto do mesmo ano confirma a ascensão do candidato do PPS, destacando através de chamada sob o título “Mudança na subida”, que “em nova alta nas pesquisas, Ciro crava empate técnico com Lula e ganha apoio sólido no PFL”. Segundo *Época*, as pesquisas de intenção de voto continuam produzindo más notícias para os adversários de Ciro. Depois de saltar, em pouco mais de um mês, do quarto para o segundo lugar, o candidato da Frente Trabalhista segue crescendo.

No levantamento do *Vox Populi*, Ciro já se encontrava em empate técnico com Lula, que tinha 34% das intenções de voto. Ciro cravado 30%, contra 13% para Serra e 10% para Garotinho. Conclui a revista dos Marinho: “São dados que contribuem para injetar novo combustível na campanha de Ciro, que ficara em banho-maria diante do conjunto de denúncias contra o coordenador de campanha José Carlos Marinez e o sindicalista Paulo

38%, Serra com 19%, Garotinho com 13% e Ciro com apenas 11%. Ainda segundo os analistas, a principal incógnita a partir do crescimento detectado no início de julho era ver o quanto ele seria duradouro. A pesquisa divulgada a noite pelo JN era um primeiro dado para responder a essa questão.

²⁹Cf. *Isto É*, n°. 1.714, de 2 de agosto de 2002.

Pereira da Silva, escalado para vice” na chapa de Ciro. (Vamos comentar sobre o ataque ao correligionário e vice de Ciro mais a frente).

O dado mais significativo da Isto É/Toledos & Associados era o fato de Ciro subir a 22,2% em relação a pesquisa anterior, quando o candidato petista registrava 40,5%, e a queda vertiginosa do candidato tucano, que caíra 9,5% (com Ciro aumentando em 20,5% a distância que o separava do candidato governista). Na simulação para o segundo turno, Ciro, ao contrário da pesquisa anterior, levaria vantagem de 13,6% sobre Lula (teria 52,8% e o petista, 39,2%). Numa projeção entre Ciro e Serra, o candidato da Frente Trabalhista também cruza a linha de chegada bem antes do adversário: Ciro teria 56,1% e o tucano, 30,7%”.

Outro fato relacionado a essa mudança favorável a Ciro nas pesquisas foi o aumento proporcional da influência do PFL no comitê do candidato da Frente Trabalhista, a começar por Antônio Carlos Magalhães: a foto emblemática de Ciro beijando a mão do cacique baiano seria amplamente explorada por seus adversários, particularmente, pelo tucano José Serra na propaganda eleitoral gratuita na televisão.³¹ Lembramos que líder baiano havia saído “arranhado”, para dizer o mínimo, do episódio em que foi flagrado fraudando o painel do Senado Federal, o que o abrigaria a renúncia da presidência do Congresso Nacional para não ter que perder os direitos políticos. Além disso, pesava também contra o ex-senador baiano toda a sua história de político conservador e de oligarca nordestino.

A revista Veja, de 14 de agosto de 2002, deu grande destaque ao comício em Salvador (BA) onde aparece justamente a foto de um sorridente Antônio Carlos Magalhães e Ciro Gomes trocando afagos político, momento em que Ciro beija a mão do senador baiano, ladeado pela mulher e atriz global, Patrícia Pilar, que aplaude o gesto também bastante sorridente. Como já dissemos, esta foto rendeu enorme destaque na imprensa de maneira geral, em que pese a tentativa da revista do Grupo Abril, que nunca escondeu a sua opção por José Serra, de minimizar a tática do tucano em atacar o candidato da Frente, que não dava sinais de queda.

³⁰Cf. Época, n.º. 220, de 5 de agosto de 2002, que divulgou dados de pesquisa de intenção de votos pelo instituto Vox Populi e IBOPE.

³¹Cf. Isto É, “Tiro de festim”, n.º. 1.715, 14 de agosto de 2002, com fotos enormes do gesto aqui relatado, pp. 34-35, que curiosamente traz como reportagem de capa o candidato petista, sob o título “Lula não assusta mais”, mostrando um sorridente candidato petista, sem paletó, de camisa branca e gravata, debruçado sobre uma cadeira, com a seguinte chamada: “Com a proposta de um capitalismo humanizado, o candidato petista ganha elogios da imprensa conservadora estrangeira, é aprovado no debate da Rede Bandeirantes e é aplaudido na Fiesp e na Bovespa, onde antes era um sapo difícil de engolir”.

4.2.2 Frente Trabalhista acena acordo com o governo

O candidato do PPS, Ciro Gomes, fez um aceno político em 15 de julho de 2002 ao presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que não o agrediria na campanha, na esperança de ter o seu apoio e do PSDB em um eventual segundo turno contra Lula. Numa reunião no Palácio do Planalto, o presidente do PTB e coordenador-geral da campanha de Ciro, o deputado federal José Carlos Martinez, e o líder do partido na Câmara, Roberto Jefferson, transmitiram a mensagem da Frente Trabalhista a Cardoso. Além do apoio no segundo turno, o presidenciável sinalizou que desejava uma aliança com o PSDB num eventual governo.

Martinez e Jefferson que, além de interlocutores preferenciais de Ciro, eram da base de sustentação do governo, tiveram sua terceira reunião com Cardoso em menos de 60 dias para tentar firmar o que classificavam de uma política de boa vizinhança. Assim como a reunião do dia 15, as outras duas - realizadas no Palácio do Alvorada - ocorreram a pedido do PTB e com o incentivo do candidato do PPS. Para interlocutores dos petebistas na Frente, Cardoso havia concordado em eventualmente apoiar o seu candidato no segundo turno com a promessa de que o PTB se juntaria a José Serra em caso de malogro.

Contudo, segundo a versão do governo, o presidente não teria assumido qualquer compromisso neste sentido, sinalizando que trabalharia intensamente para o seu candidato, otimista de que o seu partido fosse para o segundo turno. O presidente havia demonstrado a sua disposição em trabalhar pela candidatura opositora de Lula, como já frisamos, caso Serra não fosse para o segundo turno, ainda que não o declarasse publicamente, julgando, todavia, como positiva a postura do candidato da Frente em não atacá-lo, o que segundo a sua avaliação, demonstrava responsabilidade, já que ele era tido como político impetuoso.

Os petebistas da ala governista, por sua vez, lembraram que Ciro havia manifestado o desejo de governar com o PSDB, reforçando as alianças com os candidatos tucanos nos estados. Exemplos disso seria o apoio a Aécio Neves (PSDB) na disputa ao governo de Minas Gerais e a sua aproximação com Marconi Perillo, em Goiás. Ao mesmo tempo reclamavam dos tucanos que os relacionavam a Fernando Collor de Mello, então candidato ao governo de Alagoas e apoiado pela Frente, argumentando que antigos aliados do ex-presidente, a exemplo de Renan Calheiros (PMDB), apoiavam Serra, além de integrar o governo no Congresso.

4.2.3 Os sintomas da queda

Mas Ciro Gomes veria a sua chance de chegar ao Planalto ruir de maneira paulatina devido a estratégica montada por uma parcela significativa da elite orgânica dominante, capitaneada pelo governo federal, sob a liderança do candidato governista José Serra, que envolveu um forte trabalho político-eleitoral dos grupos de comunicação que o apoiavam (até mesmo os chamados veículos “neutros”). Com isso o candidato do PPS acabaria perdendo a chance de conseguir uma vaga e poder disputar o segundo turno com o candidato do PT, que já havia assegurado de maneira irreversível a primeira colocação.

Além da agressividade via mídia, Serra utilizou-se de várias táticas de ação política, que englobou também, sobretudo com o início do horário gratuito no rádio e na TV, uma estratégia de *marketing* calcada no sensacionalismo, tão ao gosto do candidato tucano, que redeu-se ao trabalho questionável do *marketing* político de Nizan Guanaes, o mesmo de Cardoso. Por isso, indo contra algumas opiniões já bastante arraigadas, defendemos a tese de que Ciro caiu, não devido a umas poucas frases infelizes, como aquela de que o único papel de sua mulher, referindo-se a atriz Patrícia Pilar, vítima de câncer e presença marcante durante a campanha eleitoral, era apenas “dormir com ele”, ou a irritação manifestada num debate numa rádio na qual chamou de maneira impensada um eleitor de burro. Ou ainda o bate-boca com uma estudante universitária ao comentar sobre a cotas para negros, assim como o pavio curto demonstrado durante o confronto com alguns repórteres ou cinegrafistas, que mantinham com o candidato uma relação de amor e ódio.

Embora tudo isso possa ser relevante como explicação para a sua derrota em 2002, considero que estes fatos isolados não explicam tudo, por isso pensamos de maneira diferente. Logicamente, que Serra utilizou-se dos deslizos do candidato do PPS em sua propaganda eleitoral, que somado a ação orgânica de uma parcela da elite dominante acabaria abrindo as portas para a sua derrocada, contando, aí sim, com a ajuda de um Ciro, às vezes, destemperado e autoritário.

Em resumo, como fatores principais que colaboraram para a queda do candidato Ciro, destacamos:

- 1) A ataque da imprensa, do próprio governo e do candidato José Serra que vinculavam a sua candidatura ao ex-presidente Fernando Collor, a quem realmente apoiou na disputa em 2002 para o governo de Alagoas, mesmo sabendo-se que vários ex-coloridos integravam a base de sustentação do presidente Cardoso. Ciro sofreu grande desgaste por ter em seu comitê de campanha ex-membros da tropa de choque colorida, a começar pelo próprio

coordenador, o empresário de televisão José Carlos Martinez, que abandonaria a campanha depois de ocupar as manchetes da mídia nacional por várias semanas e confessar ter recebido empréstimos de Paulo César Farias (PC Farias), como era conhecido o principal pivô na queda de Collor, para seus negócios particulares;

2) A péssima escolha, depois admitida pelo próprio candidato, do seu vice na chapa à Presidência, o sindicalista Paulo Pereira da Silva (o Paulinho como era conhecido), da Força Sindical. O sindicalista quase renunciou à sua candidatura a vice, ante uma onda, que perdurou por mais de um mês, de denúncias na imprensa sobre uma provável utilização irregular de dinheiro público do FAT pela central sindical na aquisição de terrenos, além de matérias insinuando o seu enriquecimento ilícito através do uso de dinheiro do próprio caixa da Força Sindical.

3) Devido às críticas à política econômica do governo tucano, de maneira genérica, insinuando a possibilidade de uma mudança de rota na economia, de cunho nitidamente retórico e eleitoreiro, mas que ainda sim provocavam temor em certas parcelas da sociedade. Assim como a desconfiança de uma parte substancial das elites dominantes, sobretudo aquela vinculada ao setor financeiro, que ganhara muito dinheiro durante a gestão de Cardoso, e que, aparentemente, teria muito a perder, devido a algumas de suas idéias a respeito do alongamento da dívida pública, interpretada por alguns, maldosamente, pelo adjetivo de calote.

4.3 Sinais de alerta: tucanos mudam tom da campanha

Um encontro reservado organizado pelo diretor superintendente da Editora Abril, do Grupo Civita³², Luiz Felipe D'Ávila, membro da campanha eleitoral de José Serra, reuniu alguns dos maiores pesos – pesados do PIB nacional, quando na oportunidade foram debatidas as mudanças na estratégia tucana afim de impedir tanto o crescimento da candidatura de Ciro Gomes como uma eventual vitória de Lula ainda no primeiro turno.

O grupo que integrava na época a linha desenvolvimentista de José Serra, criticou a condução da política econômica do governo e defendeu a proposta de que o candidato governista deveria adotar uma postura mais incisiva em relação a política econômica. A idéia era se diferenciar do governo e mostrar ao eleitorado que o tucano estaria melhor preparado

³²Cf. Folha de São Paulo, “Em jantar, PIB dá apoio a Serra, mas pede mudanças”, Mônica Bergamo, de 31 de julho de 2002.

para promover as mudanças necessárias dentro do famoso *slogan* “continuidade sem continuísmo”.

Participaram da reunião, realizada na capital paulista, na verdade, um jantar de caráter sigiloso oferecido pelo representante do Grupo Abril e por sua mulher, Ana Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, o empresário Abílio Diniz, pai de Ana e dono do grupo, e ainda os seguintes convidados ilustres, representantes do PIB nacional: Pedro Moreira Salles (Unibanco), Márcio Cypriano (Bradesco), Carlos Ermírio de Moraes (Votorantim), Milú Villela (Itaú), Ivan Zurita (Nestlé), Horacio Lafer Piva, presidente da Fiesp, o publicitário Luiz Salles, o ex-presidente do BNDES, André Lara Resende e o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Coube a André Lara Resende fazer as mais duras críticas à política econômica, responsabilizando o governo de Fernando Henrique Cardoso pela crise. Resende conclamou Serra a explicitar as mudanças que pretendia fazer e a mostrar que era "o mais hábil" para gerir a grave situação do país. Outro crítico da política econômica e amigo do candidato tucano, Luiz Carlos Mendonça de Barros, seguiu na mesma direção, afirmando que, se Serra “não explicitar as diferenças em relação a Fernando H. Cardoso e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, dificilmente ganhará as eleições”.³³ Embora nas últimas semanas, o candidato tenha feito exatamente o contrário: participara de um almoço com Malan e de outro com o presidente Cardoso, numa estratégia de "colar" sua imagem à do governo.

A ambigüidade da candidatura tucana ficaria evidente durante o ciclo de sabatinas promovido pelo jornal Folha de São Paulo³⁴ com os candidatos ao Planalto, ser ou não ser governo foi a questão política mais delicada e incômoda para o presidenciável José Serra, que fechou o ciclo de entrevistas sem dar uma resposta razoável a essa questão do ponto de vista eleitoral. Mas, como pretendemos mostrar mais a frente, através da análise do seu programa de governo fica evidente que Serra não propõe ruptura ao modelo econômico anterior, apesar de propor algumas correções de rumo. A sua aposta era na ação “ativa” do Estado, através da mobilização de maciço investimento no setor produtivo, com o objetivo de conseguir através do crescimento econômico garantia de emprego e melhoria das condições sociais. Neste projeto, seria fundamental a participação do mercado, bem como a adoção pela via

³³Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 31 de julho de 2002, na qual Barros afirma que a situação econômica era muito complicada devido aos baixos índices de crescimento, reafirmando que Serra “tem que deixar muito claro para a população que vai mudar a política econômica. Se não, vai ficar numa situação muito difícil. Ele tem que oferecer a utopia de que nós vamos retomar o crescimento.” Para o ex-ministro, “não só a era Fernando Henrique acabou” como “a lembrança dos últimos anos é muito ruim”. A análise de Barros, reafirmada na reunião, era de que “Serra não está conseguindo passar a imagem de que vai conseguir liderar esse processo. Em resumo, ele tem que mostrar a alma”.

compensatória de medidas governamentais visando a melhora da qualidade de vida da população pobre.

No evento da Folha, contudo, a resposta do tucano não dissipou a sensação de ambigüidade emanada por sua campanha. Afirmara que era apoiado pelo Cardoso e por "muitos no governo", mas que não poderia ser qualificado como "candidato do governo", porque o governo não é partido político. Segundo o editorial da Folha, "a dificuldade de conferir identidade própria à chapa de José Serra não foi inventada pela mídia. Tanto a questão é importante que, desde o lançamento da candidatura, a sua campanha sente necessidade de responder a ela". O primeiro bordão de José Serra - "Nada contra a estabilidade, tudo contra a desigualdade"- já dialogava com um inimigo oculto, mas evidentemente interno à coalizão que elegeu e sustentou Fernando Henrique. O segundo - "Continuidade sem continuísmo"- e o terceiro - "Fazer pelo social o que o Real fez pela economia"- seguiam pela mesma trilha de tentar demarcar uma distância do governismo sem, no entanto, abandoná-lo totalmente.

Na sabatina da Folha, Serra evitou os bordões. Preferiu discorrer o mais tecnicamente possível sobre temas de seu programa. Mas segundo o mesmo editorial, mesmo nesse terreno supostamente menos "politizado", a ambigüidade de sua inserção política se repôs. Um exemplo: em sua pregação em favor de um "Estado ativista", está implícita a crítica de Serra à passividade do governo Cardoso em certos setores. Menos sutis foram as reiterações de críticas à política econômica, especialmente a praticada no primeiro mandato. O jornal conclui, afirmando que "a trajetória de Serra no governo - desde o início pouco participou do núcleo de decisões econômicas e, com o passar do tempo, foi dele se afastando mais" -, análise com a qual concordamos em parte, "tornando-se um crítico da dupla Pedro Malan/Armínio Fraga junto com os amigos e economistas Luiz Carlos Bresser Pereira e Luiz Carlos Mendonça de Barros, só para citar alguns, era consistente com a mensagem ambígua que exalava de sua candidatura. Mas essa é uma sutileza de raciocínio que não está ao alcance da massa do eleitorado, para a qual José Serra é, sim, o candidato do governo. Sem meias palavras", afirma o jornal.

Assim, para o cientista político Sérgio Abranches³⁵, a ambigüidade de Serra, que ao nosso ver era parte de seu *marketing* eleitoral, só beneficiava ao candidato do PPS, Ciro Gomes, e o raciocínio é bastante simples: "Uma eleição presidencial é sempre uma eleição polarizada entre governo e oposição. Até pouco tempo, Lula era o candidato mais identificado

³⁴Cf. Folha de São Paulo, Editorial, "Crise de Identidade", de 19 de agosto de 2002.

³⁵Folha de São Paulo, "Cientista político minimiza a 'onda Ciro'", Guilherme Barros, 28 de julho de 2002.

como anti-Cardoso, e Serra, o mais governista. Lula representava a ruptura e Serra o continuísmo. Nesse cenário de polarização, Ciro tinha muitos limites para crescer. Só que Lula, ao criar a idéia do Lula *light* [numa alusão ao “lulinha paz e amor”, estratégia do marketeiro Duda Mendonça], e o Serra, ao optar por se tornar mais independente do governo, acabaram se aproximando do Ciro”.

Para Abranches, quando o candidato petista se afasta do seu discurso de ruptura e o candidato governista não é enfático ao defender sua linha governista, os dois presidenciáveis acabam fortalecendo o discurso de Ciro do ponto de vista eleitoral. “Isso fez com que a onda Ciro fosse mais visível, mas não mais intensa do que o esperado e nem se pode dizer que seja reversível”, concluiu. (Já mostramos que o candidato do PPS jamais fora uma autêntica oposição de centro – esquerda, o que fica patente com a análise do seu programa de governo e as alianças que fez em 2002, contando com o apoio de uma parcela significativa do empresariado, ao tornar-se uma espécie de “plano B” das elites orgânicas).

Portanto, durante o jantar promovido pela Abril, coube ao publicitário Nelson Biondi, coordenador do *marketing* da campanha tucana, defender a estratégia adotada e tentar convencer os presentes de que a má situação de Serra nas pesquisas poderia ser revertida. “Vocês estão criticando a campanha antes de ela começar”, declarou. O publicitário explicou que a campanha não tem hoje “o controle da comunicação”, pois não há horário eleitoral gratuito, e a imagem que aparece do candidato é a que a mídia transmite. “E as notícias, nos últimos meses, foram quase todas negativas”, ressaltou o publicitário. Como exemplo, ele citou o caso de Roseana Sarney, em que Serra apareceu como suspeito de “armação” contra a pré-candidata, e as denúncias envolvendo Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-tesoureiro da campanha tucana.

Segundo o raciocínio do publicitário, “quando tivemos o controle da comunicação, com o horário do partido, em março, ele subiu. A partir de agosto, vamos ter o controle novamente”, ressaltou Biondi. Segundo ele, 46% dos eleitores ainda não haviam definido o voto e que a metade dos 54% que declaram a preferência ainda podiam mudar de candidato. Ao falar no encontro, Serra mostrou, com números, que a exposição de Ciro foi quase duas vezes maior do que a dele, e reafirmou seu compromisso com mudanças, destacando que elas deveriam ficar claras nos programas gratuitos de TV, em agosto.

4.4 Críticas do candidato oficial à política econômica e as semelhanças com o PT

Antes de adentrarmos na análise das propostas do candidato do PSDB, comparando-as com a plataforma de governo dos candidatos de Oposição, estabelecendo prováveis diferenças e possível semelhanças, analisamos rapidamente em que aspectos José Serra procurava se diferenciar do governo ao qual integrava, segundo pregava o seu *marketing* de campanha, como destacamos acima.

Um bom caminho nesta direção foi o estudo do documento intitulado “Cartas de Intenções”³⁶ elaborado pelo economista, ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações tucano, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que era recheado de críticas ao modelo econômico do governo Fernando Henrique Cardoso, além de pretender definir uma agenda estratégica para o próximo período presidencial. Além disso, serviu para fornecer subsídios para um programa de ação do futuro candidato da aliança governista à sucessão presidencial, liderado pelo amigo José Serra. Fazia parte, portanto, do esforço mais amplo de convencimento da opinião pública relativo a defesa de uma política econômica aparentemente inovadora, conforme se pôde constatar através do *marketing* eleitoral em 2002, a exemplo do que já falamos acima.

Reforçando algumas críticas ao modelo econômico vigente, o documento de 18 páginas e 13 notas técnicas, apresenta as metas para o próximo presidente: desenvolvimento sustentado, distribuição responsável da renda, intervenção do Estado para minorar a miséria, redução da vulnerabilidade externa do País, realização de reformas que favoreçam o crescimento e construção de um Estado inteligente, que cumpra o papel adequado na economia. Preparado a pedido do então presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), e do assessor especial da Presidência, Moreira Franco, resume o que devia ter sido o programa do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. "O desenho original é do fim de 1998, com as atualizações exigidas pelo tempo", destacou Barros.

Ao explicar as bases do texto, o economista afirmou lamentar que o seu partido, o PSDB, ainda não tivesse se debruçado sobre o tema - o Instituto Sérgio Motta, que dá grife à Carta, é formado por tucanos, mas não tem vínculo formal com o partido. De qualquer modo, a interpretação nos bastidores era de que o pedido de Temer fora o pretexto para reunir num texto idéias que estariam em confronto na campanha e que de certa forma mostravam alguma discordância em relação a condução da política econômica brasileira e da qual Serra também

³⁶Cf. O Estado de São Paulo, “Carta propõe bases para programa governista”, Ariosto Teixeira, de 04 de novembro de 2001.

partilhava. Para o economista, o crescimento econômico dos últimos anos "tem sido insuficiente" para permitir uma mudança significativa na qualidade de vida da maioria da população. "Não há maneira de alterar esses desequilíbrios, a não ser por meio de um crescimento econômico sustentado por um período longo."

A adoção da proposta no segundo mandato Cardoso ficou inviável, segundo Barros, com o escândalo da escuta clandestina no BNDES, justamente quando estava a frente do banco, durante o processo de privatização da Telebrás. (Ele deixou o cargo em 1998, no momento em que o governo começava a debater as mudanças no Real). A crise se agravou e a desvalorização do câmbio praticamente impediu a adoção do programa, conta. De acordo com suas palavras, no ano de 2000, a recuperação da economia, com câmbio livre, reforçou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que achava irresponsabilidade fiscal financiar a produção privada. O que desagradava a Barros era a estabilidade econômica como objetivo único e a rejeição do Estado como promotor do crescimento por meio de uma política industrial. Seu programa trata especificamente disso: a ênfase não é mais na estabilidade, mas no crescimento econômico.

O ex-ministro avalia no documento que a Lei de Responsabilidade Fiscal garante estabilidade para atrair mais investimentos e reforça na sua Carta de Intenções, que o primeiro requisito para que investidores confiem na capacidade produtiva do país, é "que as condições macroeconômicas sejam vistas como estruturalmente sólidas". Isso significa que o equilíbrio fiscal em todas as esferas de governo precisa ser visível, garantindo poupança para pagar parte do serviço da dívida pública, e o *superávit* primário deve ser estável e não fruto de medidas artificiais de contenção de despesas.

O documento conclui que a estabilidade macroeconômica é condição necessária para que haja investimentos de longo prazo. Mas também é fundamental, numa economia aberta ao comércio internacional, que exista uma situação microeconômica que garanta o funcionamento competitivo das empresas. Critica as dificuldades de obter crédito, mesmo a taxas elevadas e prazos curtos, e diz que os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços financeiros ainda são demasiado altos, comparados a outros países. O texto lista como uma das ações urgentes na agenda de ação econômica o fortalecimento do sistema financeiro.

Apesar desta tentativa de crítica ao modelo econômico, como veremos, a seguir, fica evidente através da análise da programa de governo do candidato José Serra a defesa da continuação da política econômica de Malam/Fraga, apesar de uma ou outra visão diferente sobre alguns pontos relacionados a sua estratégia de execução, incorporando-se algumas

observações feitas anteriormente. A proposta de Serra à sucessão de Cardoso praticamente repete algumas observações inseridas nos programas dos candidatos de Oposição e é bastante semelhante, em linhas gerais, a muitas idéias defendidas por Lula em seu programa, conforme mostraremos no Capítulo VI.

Portanto, depois de alguns percalços que motivaram o seu adiamento, finalmente em 14 de agosto de 2002 ocorreu o lançamento oficial do programa de governo de 74 páginas da coligação Grande Aliança PSDB/PMDB, intitulado “Trabalho e Progresso para todos”³⁷, no qual Serra destaca que o desemprego é "doença" causada por "crescimento lento e estrutura tributária defeituosa", que favorece as importações, discrimina a produção nacional e estimula relações informais de emprego e reafirma que o combate ao desemprego será a prioridade do mandato tucano caso seja eleito.

Na visão do candidato governista o Brasil decididamente pode crescer 4,5% em média de 2003 a 2006 e esse crescimento, segundo o seu programa, "abrirá no total cerca de 8 milhões de postos de trabalho de 2003 a 2006", por isso, "acelerar o crescimento da economia é a condição necessária para ampliar as oportunidades de trabalho, reforçar a segurança pública e melhorar a vida das pessoas".

Através do documento Serra assume o compromisso de dar continuidade a política econômica de Fernando Henrique Cardoso, reafirmando que "o governo de José Serra garantirá a manutenção do ‘tripé’ regime de livre flutuação cambial, regime monetário baseado em metas de inflação, e, sobretudo, o novo regime fiscal, marcado pela austeridade, transparência, e responsabilidade".

³⁷Cf. Mídia Tucana, Brasília (DF), boletim nº. 11, ano 2, de 14 de agosto de 2002, comitê eleitoral de José Serra, cuja apresentação à imprensa ocorreu na mesma tarde na sede do comitê em São Paulo.

Sobre o adiamento, o jornal O Estado de São Paulo destaca que “(...) um prudente José Serra, contrariando as leis da política espetáculo resolve verificar a veracidade de suas proposições e checar pessoalmente os números constantes de seu programa”, adiando o seu lançamento, o que frustrou alguns membros do seu comitê de campanha.

Segundo apurou o Estadão, mais de 300 pessoas da equipe de Serra estariam envolvidas no programa de governo e na criação de fatos para tornar tudo um grande acontecimento e “(...) quando uma decisão solitária muda todo um plano feito com dias de antecedência, a frustração é geral...O plano dos comandantes da campanha de Serra era fazer do ato de lançamento do programa o grande acontecimento político da semana. Para tanto, foram convocados os prefeitos das grandes cidades e o conselho político da candidatura”. (cf. O Estado de São Paulo, “Serra adia anúncio de programa e irrita aliados”, de João Domingos e Christiane Samarco, de 07 de agosto de 2002)

O noticiário daquele mesmo dia na Internet confirma a crítica em relação ao adiamento, informando que Serra teve de recuar no fim do dia e que havia prometido conceder, ainda que contragosto, uma entrevista para lançar sua proposta, mas o estrago já estava feito. “O que seria um grande evento não terá mais o brilho que se pretendia para tentar reanimar a campanha. Com a insatisfação de políticos aliados e estrategistas campanha...O lançamento oficial ficou para a semana que vem”. (Cf. Uol News/Folha online, da redação em São Paulo, 07 de agosto de 2002).

Neste sentido, no que diz respeito a dívida pública, o candidato Oficial defende a manutenção da política de Pedro Malan e Armínio Fraga relativo a geração de *superávits* primários que forem necessários para manter sob controle o endividamento público e cumprir rigorosamente as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, já definidas até 2005. Isto é, o mais importante para o equilíbrio fiscal é traçar um horizonte de redução ao longo do tempo do peso da dívida pública na economia brasileira. “O objetivo será permitir uma queda anual na relação entre a dívida pública e o PIB até que se possa considerar superado o gargalo fiscal”, ressalta Serra em seu documento.

O Programa de Governo está baseado na idéia de que "o que o Plano Real fez pela economia, nosso Plano Social vai fazer pelas pessoas", mostrando muitas semelhanças ao programa de Lula, como já frisamos, principalmente quanto a sua filosofia básica referente ao apoio à “produção” com o objetivo de favorecer o crescimento econômico e combater o desemprego. Embora seja omissivo no que se refere a questão da desigualdade social (neste item o programa do PT é mais específico no que diz respeito a má distribuição de riquezas).

Para Serra, o fim da injustiça e da desigualdade social (que o PT atribui principalmente a concentração da renda) está no atraso e no desemprego, que são provocados pelos baixos índices de crescimento e fazendo uma referência mais explícita a questão da desigualdade o programa tucano afirma que "(...) a integração de políticas econômicas e sociais terá sempre em vista a redução das desigualdades nas suas várias dimensões: entre pessoas e grupos sociais, entre campo e cidade, entre regiões e microrregiões”.

Para isso, Serra ressalta que irá aprimorar os programas de transferência de renda destinados às pessoas e famílias mais vulneráveis; adotar medidas específicas para melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades; consolidar os assentamentos da reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar; incentivar o desenvolvimento das localidades mais pobres e promover a integração das regiões Norte e Nordeste ao desenvolvimento nacional”.

Em suma, há muitas semelhanças principalmente relacionadas as prioridades fixadas pelos dois candidatos com relação as metas de crescimento com o objetivo de promover a justiça social:

- quase a mesma taxa de crescimento anual;
- número de emprego parecido: Serra fala em 8 milhões (Lula, 10 milhões);
- política de aceleração das exportações e a substituição de importações;
- manutenção dos contratos financeiros e a não ruptura com o FMI;
- necessidade de manutenção do câmbio flutuante;
- estabilidade monetária e o combate a inflação;

- política de *superávits* primário;
- idéia do pacto social.

Vide outros temas e pontos importantes do programa da coligação PSDB/PMDB que são parecidos aos do programa de Lula:

1. Mercado de capitais: a exemplo de Lula, Serra também manteve a mesma idéia centrada no compromisso com os pivôs ideológicos do mercado de capitais, a diferença é que o PT chegou a constituir um grupo de trabalho conjunto. Mas na essência seu documento encerra a mesma preocupação do PT relativo a adoção de medidas que estimulem o crédito e o mercado de capitais, visando suprir as necessidades de financiamento econômico.

2. Agricultura: num capítulo de certa forma minucioso o tucano afirma que o setor agropecuário tem desempenhado um papel central na economia brasileira e que o crescimento sustentado, indispensável para a geração de empregos, depende deste setor. O agronegócio, tese também defendida por Lula, é um grande trunfo do país para promover o seu desenvolvimento econômico e social, com a valorização da agricultura familiar (mesma ênfase dada por Lula).

3. Reforma Agrária: Serra enaltece em seu documento o programa de reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso, destacando que a ampliação do acesso à terra, com o assentamento de mais de 500 mil famílias em 18 milhões de hectares nos últimos oito anos, no maior programa de reforma agrária já realizado no Brasil, fortaleceu a agricultura familiar e a geração de oportunidades de trabalho, embora não estabeleça meta para um eventual governo.

4. Reforma tributária: destaca que o atual sistema tributário brasileiro consegue a proeza de onerar os produtos nacionais mais do que os produtos similares importados, favorecendo a geração de empregos no exterior, portanto, defende que a reforma a ser promovida não aumentará a carga tributária, defendendo que serão adotadas medidas que diminuam progressivamente o ônus tributário dos empregadores incidente sobre a folha salarial, de modo a estimular o emprego.

5. Reforma da Previdência: prega o aumento na receita do INSS, elevando o número de contribuintes através de três ordens de fatores: a aceleração do crescimento da economia e do emprego; a diminuição das relações informais de trabalho; e a intensificação do combate às fraudes e à sonegação; além de estimular a contratação de trabalhadores com carteira assinada, direitos garantidos e contribuição previdenciária regular.

O documento do candidato do PSDB não toca de maneira significativa na questão da Reforma Trabalhista (ao contrário do PT), mas defende uma Reforma Política, destacando que costumes arcaicos centrados no patrimonialismo, populismo e corporativismo, e uma legislação defeituosa expõem o processo eleitoral a distorções graves, enfraquecendo os partidos e distanciando o eleitor de seus representantes.

Por último, o programa tucano defende a manutenção das relações com os Estados Unidos – que inclui a discussão sobre a ALCA -, com a União Européia e com o Japão no padrão de maturidade, confiança e busca de convergência, tratando de aprofundar os interesses e afinidades, seja no plano político, seja no plano econômico, e insistindo na eliminação das restrições impostas ao acesso de nossos produtos aos mercados desses países.

O lançamento do programa de governo do candidato Oficial teve acolhida *light* por parte da mídia, vide as reportagens do jornal O Estado de São Paulo (O Estadão), da Família Mesquita, que apoiou José Serra em 2002, apesar de a sua divulgação ter ocorrido na mesma época do fechamento de um novo acordo do Brasil com o FMI, saldado positivamente pela imprensa e pela Oposição. (Lula chegou a divulgar a famosa Carta ao Povo Brasileiro em apoio, como já citamos anteriormente).

Segundo o Estadão, informado pela imprensa sobre o acordo de US\$ 30 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Serra considerou sua assinatura positiva, “pois aumenta a segurança econômica para o futuro.”³⁸ Em outra matéria, o candidato tucano se declarou enfaticamente a favor, argumentando que o acordo “não implica nenhum sacrifício adicional à economia brasileira”, acrescentando: “(...) O acordo alivia nossa situação nesse momento complicado de nervosismo com o processo eleitoral, pois traz dólares a custo baixo..., [pois] é mais barato pegar dólar com o Fundo do que em bancos internacionais ...[e] se o dinheiro for usado para abater dívida, vai funcionar como refinanciamento...”³⁹, ressaltou o governista.

Em termos de repercussão na imprensa, o candidato José Serra, em várias ocasiões, declarou o seu compromisso em dar continuidade às políticas sociais do governo, reafirmando que era o candidato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Diante de uma platéia de 15 governadores, o tucano se comprometeu a fazer a reforma tributária, para dar mais

³⁸Cf. O Estado de São Paulo, de Mariana Barbosa, 8 de agosto de 2002, acrescentando que o candidato não quis dar maiores detalhes, argumentando que precisava antes saber quais as bases do compromisso com o FMI. Algumas horas depois, divulgou uma nota, afirmando que o volume do empréstimo é “apreciável” e o acordo vai “facilitar muito a transição” de governo.

³⁹Cf. O Estado de São Paulo, 9 de agosto de 2002. (Cf. Mídia Tucana, Brasília, boletim de campanha, ano 2, n.º. 11, de 14 de agosto de 2002, que traz editorial assinado por Serra defendendo os termos do acordo com o FMI).

competitividade à economia e gerar empregos, reforçando o seu slogan de campanha: "Aquilo que o Plano Real fez pela economia, o plano social vai fazer pelas pessoas", enfatizando que "vamos continuar fazendo mudanças de grande abrangência" ⁴⁰, garantiu Serra.

Pensamento reiterado por seus correligionários, como declarou aos jornais o coordenador de campanha, o então prefeito de Vitória (PSDB/ES), Luiz Paulo Vellozo Lucas, "(...) Serra é o candidato cuja campanha baseia-se nos fatos positivos gerados pelo governo de Fernando Henrique. Todos os outros tratam a era Fernando Henrique de forma negativa, com proposta de alteração de rumos e de modelos econômicos" ⁴¹. Segundo ele, tanto "Lula quanto Ciro Gomes, do PPS, e Anthony Garotinho, do PSB, imputam ao governo de Fernando Henrique todos os males do País. Por isso é que Serra representa a continuidade e seu programa é tão conhecido, porque é o mesmo de Fernando Henrique."

4.4.1 Os grupos de comunicação na cruzada pró-Serra

Uma semana após o encontro promovido pela Editora Abril (31 de julho de 2002) do qual participaram importantes empresários nacionais, como destacamos antes, Ciro Gomes era alvo de um intenso noticiário amplamente negativo. Como exemplos dessa estratégia citamos a campanha contra o vice de sua chapa, o sindicalista Paulo Pereira da Silva ⁴² (o Paulinho), além do desgaste político sofrido em virtude do vínculo com alguns aliados coloridos. A primeira baixa no comitê de campanha foi a desistência do seu coordenador, o deputado José Carlos Martinez (PTB/PR), que teve o nome vinculado a PC Farias.

Como ilustração maior do que afirmamos acima, podemos lembrar a publicação da reportagem de capa intitulada "Amizade colorida" pela revista *Veja* (do Grupo Civita) ⁴³, no dia 7 de agosto de 2002, que mostra a foto de um Ciro pensativo, com as mãos no queixo,

⁴⁰Cf. Estado de São Paulo, "Tucano promete pacote social de grande impacto", de Eugênia Lopes e Cida Fontes, 25 de julho de 2002, mote de campanha ao qual já nos referimos em outra passagem do texto.

⁴¹Cf. O Estado de São Paulo, "Programa de governo é o mesmo de FHC", de João Domingos, 25 de julho de 2002.

⁴²Cf. Isto É, edição nº.1.714, de 02 de agosto de 2002, que na matéria intitulada "O mensageiro", denuncia que em "nome de Paulinho, sindicalista [refere-se a Marcos Cará, um dos fundadores da Força Sindical] oferece R\$ 3 milhões para que testemunha não faça novas denúncias contra a Força Sindical e diz que até ACM [Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)] está interessado em indicar outro vice para Ciro."

A reportagem comenta sobre o crescimento da Frente Trabalhista nas pesquisas, mas assinala que Paulinho, não vive um bom momento. "Passou a última semana tentando se defender da acusação de usar laranjas para a aquisição de imóveis e agora é acusado de usar um intermediário para tentar comprar o silêncio de antigos companheiros que poderiam fazer novas denúncias envolvendo a Força Sindical em desvio de dinheiro público, particularmente recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)."

⁴³Cf. *Veja*, nº. 1.763, de 7 de agosto de 2002, destacando que "as pesquisas só lhe trazem boas notícias, mas seus aliados só trazem dor de cabeça". (Cf. Isto É, nº. 1.720, de 18 de setembro, que estampa Ciro na capa em dedo em riste com a seguinte chamada: "Serra é um projeto de ditador". Trata-se de um ciclo de reportagens de capa com os presidenciáveis na qual Ciro afirma que investigará as privatizações do governo).

trazendo como chamada interna o título “As pedreiras de Ciro”, destacando que “(...) o candidato perde seu coordenador, engolfado por suas traficâncias com PC Farias, e vive a ameaça de ter de trocar o vice.”

Trata-se de uma reportagem longa, sobre o envolvimento de Paulinho com corrupção (assunto já retratado em outras publicações nacionais, conforme já citamos), além de apresentar denúncias, algumas delas posteriormente confirmadas pelo próprio Martinez⁴⁴, a respeito do recebimento de dinheiro de PC Farias, pivô do escândalo que retirou Fernando Collor do poder. A matéria ainda faz alusão ao destempero de Ciro, e faz referência a algumas de suas propostas de governo, tidas como “irresponsáveis” por José Serra, que afirma na mesma reportagem que “toda vez que Ciro Gomes abre a boca, o dólar sobe e uma fábrica fecha”.

Esta edição de Veja é emblemática, porque ela seria usada como instrumento de propaganda eleitoral através de out-doors⁴⁵ espalhados por algumas das principais capitais do país, reproduzindo exatamente a capa da revista, ladeada pelos seguintes dizeres: “Ciro promete mudanças. Já começou tendo que mudar os assessores”. Embaixo, no canto direito do out-door, aparece uma inscrição, tentando esconder o uso político evidente, como se fosse um comercial: “Grátis, São Paulo, Veja”.

Este não seria o único out-door em forma de *marketing* negativo de um grande grupo de comunicação contra Ciro Gomes. A edição da revista Época, do Grupo Marinho, do mesmo dia 7 de agosto, estampou na capa o candidato Ciro ao lado do seu vice, Paulinho, com a chamada: “O Vice é Dinamite”. A capa reproduzida nos out-doors durante a campanha presidencial era acompanhada da seguinte inscrição em tamanho garrafais: “Um vice sob suspeita.”

As denúncias que atingiriam em cheio a imagem do candidato do PPS, seriam repisadas a exaustão em edições posteriores das revistas nacionais, reproduzidas pelos grandes jornais brasileiros, a exemplo da edição de Época do dia 26 de julho, que faz uma

⁴⁴Cf. Isto É, nº. 1.714, de 2 de agosto de 2002, que também traz a matéria de capa sobre o assunto, destacando que “ Martinez jogou a toalha ...[no dia] 1º. [de agosto], depois de tornar-se munição pesada para os adversários”. Na reportagem José Carlos Martinez afirma que tomara dinheiro emprestado em 1991, cerca de US\$ 8 milhões, do ex-tesoureiro de Fernando Collor, PC Farias, para comprar a emissora de TV Corcovado (RJ), com isso, ampliar a rede OM (Rede CNT). O dinheiro entrou na conta do deputado do PTB paranaense através de cheques emitidos por fantasmas do Esquema PC.

⁴⁵Cf. Carta Capital, nº. 202, de 14 de agosto de 2002, de acordo com o editorial intitulado “A mídia na ofensiva para salvar Serra”, de autoria do seu editor – chefe, o jornalista Mino Carta, cuja revista defendia abertamente a candidatura de Lula. (A capa desta edição era uma entrevista com Roberto Mangabeira Unger).

pergunta: “Será um vice problema?”⁴⁶, destacando o que chama no texto de “os estranhos negócios de Paulinho, o companheiro de chapa de Ciro”.

Portanto, através da pesquisa pudemos observar intensa movimentação dos empresários da comunicação favoráveis ao candidato Oficial, a exemplo do Grupo Mesquita, que liderou o empresariado do setor, ao conclamar as elites em favor do candidatura governista, pregando “a união em torno de José Serra”⁴⁷, cujas “credenciais intelectuais e administrativas” fazem do candidato tucano “o melhor dos candidatos que se apresentaram para o pleito de outubro”.

Para a família Mesquita, José Serra percorreu a trajetória política e ideológica que marcou a maioria dos grandes líderes do mundo ocidental no período pós-guerra. Foram homens que evoluíram dos exageros revolucionários do marxismo e dos movimentos católicos de esquerda para as posições moderadas da social-democracia. O editorial do Estadão conclui com a defesa da candidatura oficial feita pelo presidente Fernando Henrique, que inaugurou a sua participação na campanha na convenção do PSDB que escolheu José Serra à sucessão tucana, afirmando que “nesse homem eu confio. Ele é competente, coerente, trabalhador e vai levar o Brasil para frente, fazendo mudanças com firmeza e segurança”.

Praticamente um mês depois da conclamação dos Mesquitas, o candidato José Serra se reuniria a portas fechadas com 12 dos principais banqueiros brasileiros⁴⁸, num jantar no Clube São Paulo, em Higienópolis, do qual também participou o presidente da Febraban, Gabriel Ferreira, cuja entidade havia promovido encontros abertos com Lula e Ciro. (Lembre-se que a Febraban constituiu grupo conjunto com o PT, assunto que vamos analisar melhor no capítulo VI).

Além de Gabriel Ferreira (Unibanco/Febraban), participaram do encontro os seguintes pesos-pesados do sistema financeiro e bancário nacional: Fernão Bracher, do BBA; Márcio Cipriano, do Bradesco; Roberto Setúbal, do Itaú; Fernando Sotelino, do Unibanco e Carlos Alberto Vieira, do Safra, além dos presidentes do ABN-Amro, Fábio Barbosa, do Citibank, Gustavo Marin, do Santander, Gabriel Jaramillo, do Bank Boston, Geraldo Carbone, do Banco Paulista, Oscar Castrucci e mais um representante do HSBC.

⁴⁶Cf. Época, nº. 219, de 27 de julho de 2002, com base em documentos assinados pelo presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, membro da campanha tucana, a respeito de recursos financeiros repassados à Força Sindical e supostamente desviados pelo comando da central dirigida por Paulinho.

⁴⁷Cf. O Estado de São Paulo, “A união em torno de Serra”, 17 de junho de 2002, que através de editorial procura minimizar a “crise interna” por ocasião da disputa em torno da escolha do nome do PSDB às eleições. Um dos pré-candidatos preteridos, o então governador Tasso Jereissati, abandonaria candidatura oficial em favor do seu pupilo Ciro Gomes.

⁴⁸Cf. O Estado de São Paulo, “Reunião com banqueiros foi 'só um jantar'”, Sonia Racy, de 18 de setembro de 2002.

4.4.2 O “pacto industrial” une governistas e oposicionistas

Outros dois pivôs ideológicos fundamentais do empresariado nacional, além da FEBRABAN, e que faziam parte da campanha do candidato governista, era a FIESP, através de seu presidente Horacio Lafer Piva, integrante do comitê eleitoral de José Serra, como já citamos, assim como o seu braço pensante, o IEDI.

Esses dois pivôs políticos, mais a FEBRABAN, formavam o principal eixo de poder do empresariado nacional durante as eleições presidências de 2002, sendo que o eixo de poder formado pelos pivôs FIESP/IEDI procuraram estabelecer pontes fixas ou móveis com outros setores industriais e com a sociedade através do chamado “pacto industrial”, centrado na defesa da chamada “Nova Política Industrial”⁴⁹ (Ver ANEXO nº 04).

Esta proposta de pacto industrial foi também apresentada e debatida com os demais candidatos de Oposição⁵⁰, que aderiram a muitas de suas idéias, pois várias de suas formulações estavam também presentes nos programas de governo dos respectivos candidatos oposicionistas. Muitas delas comungadas, por exemplo, por Ciro Gomes (PPS) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ambos auto-intitulados candidatos da produção (a análise dos programas desses candidatos de centro-esquerda não deixa margem a dúvidas quanto a isto. Vide o programa de Lula no capítulo VI).

Logicamente, é bom frisar, que Serra e Lula levavam vantagem em relação a Ciro neste aspecto, pois ambos defendiam quase a mesma coisa em termos do chamado pacto industrial, a exemplo das idéias de crescimento, emprego, ajuste fiscal, etc., e contavam com o apoio do sistema financeiro (Lula foi em busca deste apoio ao constituir um grupo de trabalho conjunto, conforme já lembramos várias vezes). Ao contrário de Ciro que, por conta de sua tese do alongamento da dívida pública, sempre fora recebido com desconfiança no que diz respeito a este ponto, tanto por parte dos adeptos da situação como por boa parte do

⁴⁹Na verdade, o título correto do estudo do IEDI proposto pelo “pacto industrial” aos candidatos à Presidência em 2002 era denominado de “A Política de Desenvolvimento Industrial – O que é e o que representa para o Brasil”. Já a “Nova Política Industrial” é o primeiro número do boletim mensal, inaugurado em março daquele ano pelo IEDI, para debater políticas para o setor.

Adotamos a terminologia Nova Política Industrial porque nos pareceu mais apropriada por melhor expressar a idéia de pacto social proposto pelo IEDI/Fiesp, por isso incorporamos este rótulo à análise, que também foi algumas vezes lembrado pela imprensa da época.

O Boletim nº. 2 do IEDI, de abril de 2002, que traz uma rápida apresentação do seu presidente, Ivoncy Brochmann Ioschpe, descreve em quatro páginas as prioridades de políticas setoriais para o ramo industrial, aponta quais são os seus principais objetivos e apresenta a sua proposta para alavancar as exportações no Brasil. (O documento original é mais alentado, contendo 19 páginas, dividido em cinco capítulos).

⁵⁰Cf. Folha de São Paulo, “O foco da política”, editorial, de 14 de maio de 2002, que destaca que o IEDI lançou a série “Nova Política Industrial”, procurando estimular o debate em torno do comércio exterior e da política industrial brasileira, ressaltando que essa série junta-se “às propostas lançadas pela Fiesp e pelos diferentes candidatos à Presidência para adensar as cadeias industriais e diminuir a vulnerabilidade externa do país”, concordando em linhas gerais com o teor da sua proposta.

empresariado nacional, particularmente do setor financeiro, como procuramos demonstrar com a pesquisa.

Portanto, a Nova Política Industrial, “a rota segura para o desenvolvimento sustentado”, era coerente com a proposta da maioria dos candidatos, mas muito mais próxima de Serra e de Luiz do que de Ciro. Ambos os candidatos tucano e petista, coerentes com o pacto proposto pelo IEDI, pregavam a retomada do crescimento como forma de garantia de emprego e renda, somado ao ajuste fiscal e a estabilidade da moeda, além do controle dos gastos públicos, vinculada ao ajuste das contas externas, que envolvia a questão da dívida pública, ponto no qual, para alguns, o candidato Ciro levantava suspeita.

O IEDI, criado em 1989, reunia na ocasião 48 empresários representantes do PIB nacional, sendo que alguns deles eram membros da campanha de José Serra, a exemplo do governista Andrea Matarazzo, dos empresários Cláudio Bardella, Hugo Miguel Extchenique, Jorge Gerdau Johannpeter, José Roberto Ermírio de Moraes, só para citar alguns. A entidade, que já teve como presidentes os donos do Grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes, e da Gradiente, Eugênio Emílio Staub (que apoiou Lula}, além de Paulo Guilherme Aguiar Cunha, defendia como pressuposto básico da Nova Política Industrial “a manutenção da estabilidade inflacionária e o controle das contas políticas”.

Para o IEDI, a rota mais segura para o crescimento sustentado inclui a implantação no país de uma política industrial contemporânea e abrangente, ressaltando que as “políticas industriais são iniciativas dos setores público e privado destinadas a ampliar a competitividade da indústria, o crescimento e o emprego”. Para tanto, “a política industrial dos dias de hoje requer ações e investimentos em educação, em infra-estrutura e na pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Também requer a redução da taxa de juros, o desenvolvimento do mercado de capitais, a adequação das fontes de financiamento existentes e a reforma tributária, além de uma agressiva política comercial e externa com o objetivo de ampliar mercados para produtos básicos e manufaturados.”⁵¹

Portanto, o pacto industrial tem como uma questão chave para o êxito de uma política industrial apropriada para o país a redução da vulnerabilidade externa de nossa economia, pois dependemos do ingresso contínuo de grandes volumes de capitais estrangeiros sujeitos a instabilidades que resultaram em sucessivas crises nos últimos sete anos. (Neste período, segundo o documento do IEDI, o crescimento médio anual do PIB ficou em apenas 2,4% e o PIB per capita aumentou somente 1% - o setor industrial teve o menor crescimento no período, 1,5%). Neste sentido, a proposta de política industrial do pivô ideológico inclui o

fortalecimento do setor externo da economia por meio do aumento das exportações e da substituição competitiva de importações, ou seja, da produção doméstica de bens com padrão de competitividade mundial.⁵²

Em relação a reforma tributária, o IEDI defende como pressuposto do novo pacto, a “desoneração tributária”, pois embora admitindo-se que tivesse “havido avanços durante o governo de Fernando Henrique, os obstáculos à exportação remanescentes somente poderão ser removidos com uma reforma tributária ampla”. E, por fim, exalta o papel do BNDES no financiamento das exportações, que poderiam ser ampliados no futuro governo, através da flexibilização da linha capital de giro como compromisso de crescimento das exportações, com a criação de linhas especiais de financiamento e a inclusão de um seguro de exportação, bem como uma nova linha de financiamento destinada a novos exportadores.⁵³

José Serra prometeu durante jantar promovido pelo IEDI⁵⁴, em São Paulo, para discutir a adequação do seu programa de governo a proposta da Nova Política Industrial, ocasião em que foi recebido com sorrisos após estar confirmado, de acordo com o Instituto Datafolha, em segundo lugar nas pesquisas, de que iria fazer um governo voltado para o crescimento: chegou a se comprometer, já num eventual primeiro ano de governo, com uma taxa de 5%, depois de dois anos de baixo crescimento.

O discurso do tucano favorável à produção foi bem-humorado, oportunidade em que chegou a afirmar já possuir 70% do PFL por conta dos acordos regionais fechados com o partido⁵⁵, chegando, inclusive, a dizer que não considerava surpresa o movimento de encurtamento do prazo de vencimento dos títulos da dívida pública, em razão das “incertezas eleitorais”. E ressaltou que, caso vencesse as eleições, não teria dificuldades em promover o alongamento dos papéis (tese defendida por Ciro Gomes, e sempre interpretada por seus adversários como calote).

Participaram do evento, no qual o candidato governista não deixou também de pedir ajuda financeira para o seu campanha eleitoral, os seguintes empresários: Paulo Cunha (Ultra), Josué Gomes da Silva (Coteminas, empresa do vice na chapa de Lula, o empresário José Alencar), Paulo Francini (Coldex), José Roberto Moraes (Votorantim), Paulo Setúbal

⁵¹Cf. Nova Política Industrial, Iedi, ano 1, nº. 2, abril de 2002, p. 1-2.

⁵²Cf. Nova Política Industrial, Op.cit., p. 3, acrescentando que isto implica uma ação político-diplomática na frente externa, de modo a evitar, por exemplo, que as negociações para a formação da ALCA e para o acordo entre o Mercosul e a União Européia comprometam as políticas industriais e de desenvolvimento necessárias ao país.

⁵³Cf. Nova Política Industrial, Op.cit., p. 4.

⁵⁴Cf. Folha de São Paulo, Guilherme Barros, de 12 de junho de 2002.

⁵⁵Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 12 de junho de 2002.

(Itautec), Cláudio Bardela (Bardela), Guilherme Leal (Natura) e Horário Lafer Piva, presidente da FIESP e membro de seu comitê de campanha, entre outros.

O tucano reiterou no encontro, entretanto, que não iria permitir a volta da inflação (o que poderia implicar num freio ao crescimento), comprometendo-se com a proposta de “pacto de transparência”⁵⁶ apresentada pelo presidente da FIESP, reiterando o seu compromisso em manter a estabilidade econômica e os acordos afim de reverter o quadro de insegurança no país com as eleições e a desconfiança dos mercados - reduzindo-se, assim, o impacto da oscilação das pesquisas eleitorais sobre o sistema financeiro ante uma possível vitória das Oposições.

O clima deste encontro foi muito diferente daquele constatado durante o jantar de 29 de abril, organizado pelo PSDB para 400 empresários em São Paulo, quando havia dúvidas entre a elite empresarial se a candidatura de Serra teria condições de decolar. Após a divulgação da pesquisa do Datafolha na qual o tucano aparecia isolado em segundo lugar na preferência dos eleitores o clima no seio do empresariado mudou. “Não se fala mais nem sobre a falta de simpatia de Serra”, afirmou o presidente do IEDI, Ivoncy Brochmann Ioschpe.⁵⁷

O representante do pivô ideológico, também presidente do conselho de administração de um dos principais conglomerados metalúrgicos do país, a Iochpe-Maxxion, comentou na ocasião a respeito da nossa dependência externa e da política de abertura econômica, alegando que o “nosso problema não é com o modelo econômico. A estabilidade econômica é fundamental e sempre teve o nosso apoio”. Mas defendeu que a meta é “exportar ou morrer”, que “nós já defendíamos no IEDI [como] uma das condições de sobrevivência da economia brasileira”, através da obtenção de grandes *superávits* externos. “É aquela velha frase: se a inflação machuca, a crise cambial mata”, reiterou o industrial. (Vide um resumo sobre a estrutura da candidatura José Serra à Presidente no **ANEXO** nº 05).

⁵⁶Cf. O Estado de São Paulo, de 10 de junho de 2002, cujo presidente do PSDB, José Aníbal, reforça: “É o nosso compromisso desde sempre, contra o qual os partidos dos outros candidatos se opuseram”. (Cf. O Estado de SP, “Sindicalista diz que PPS apóia pacto da Fiesp”, de 10 de junho de 2002, oportunidade em que o candidato a vice de Ciro, Paulo Pereira da Silva, reitera o compromisso da Frente Trabalhista com a proposta da Fiesp).

⁵⁷Cf. Isto É Dinheiro, “O Brasil começou a acordar”, nº. 237, de 13 de março de 2002, cujas algumas falas que reproduzimos no texto encontram-se também disponíveis no site do IEDI.

CAPÍTULO V

A AÇÃO ESTRATÉGICA DAS ELITES E O ENQUADRAMENTO DAS OPOSIÇÕES

O peso do *marketing* em 2002 não pode ser subestimado e muito menos a importância da televisão no horário eleitoral gratuito sobre os índices de preferência do eleitor, conforme registraram as pesquisas eleitorais, na ocasião, devido ao alto índice de eleitores indecisos e dentre os já decididos e que ainda poderiam mudar os seus votos. A maioria dos candidatos em disputa investiu pesado na propaganda eleitoral através da encomenda de enquetes qualitativas de intenção de votos junto aos maiores institutos nacionais, pagando altas somas para recauchutar a imagem dos presidenciáveis numa produção audiovisual apurada.

O marketeiro oficial do PT, José Eduardo Cavalcanti Mendonça, mais conhecido como Duda Mendonça, trabalhou forte na nova imagem de Luiz Inácio Lula da Silva, tática que ficaria conhecida sob o epíteto de “Lula *light*” ou o famoso “Lulinha paz e amor”, como preferiram alguns, mostrando uma postura menos radical do petista na TV. Enquanto que José Serra e Ciro Gomes se esmeraram na produção de seus programas no horário eleitoral, investindo na produção gráfica e visual, com o auxílio, inclusive, no caso do primeiro, de câmera de 35 milímetros utilizada no cinema.

Por outro lado, o clima de campanha ganharia contornos de tensão produzido em parte pelo uso especulativo das pesquisas eleitorais, chegando-se a criar, inclusive, o chamado “lulômetro” para medir os humores dos mercados de capitais em razão do aumento do risco Brasil ante a iminência da vitória oposicionista em 2002. Isso por conta da patinação do candidato governista José Serra, com as sondagens servindo, então, como mote para a especulação nas bolsas de valores, o que obrigou ao TSE intervir, mas sem muito sucesso.

E, depois, com a dificuldades econômicas do país – lembre-se que o Brasil recorreria mais uma vez durante o ano eleitoral de 2002 a novo acordo com o FMI, tendo o aval de todos os principais presidenciáveis, como já lembramos no capítulo anterior -, o feitiço acabou virando contra o feiticeiro. O problema não era a subida nas pesquisas de intenção de voto dos candidatos oposicionistas, particularmente, da vantagem do candidato petista sobre os demais, considerando a dificuldade da candidatura de José Serra em alçar vôo. Mais sim os

tais fundamentos sólidos de nossa economia, que davam sinais de fragilidade, tendo o governo de Fernando Henrique Cardoso, como já frisamos, que buscar mais uma vez o socorro do FMI.

Cardoso, por seu turno, chegou a protestar contra o comportamento dos mercados financeiros, que qualificou de “precipitado”, e condenou a desconfiança em relação ao futuro da economia brasileira por conta das eleições presidenciais, ressaltando na ocasião de que “não há mecanismos capazes de rebater certas pressões que vêm do mercado financeiro e destroem, em pouco tempo, o que se levou anos para construir.”¹

O tucano voltou a reafirmar o sucesso da política econômica do governo, ressaltando que os indicadores “são os melhores possíveis. Isso é reafirmado por todos, pelo FMI, pelo Banco Mundial, por economistas do mundo todo. E, não obstante, os mercados não prestam atenção a isso. Ficam prestando atenção ao que poderá acontecer eventualmente no futuro se, se e se...”, declarou, arrematando: “Não vejo razão para que se acredite que, no futuro, nós não possamos manter, seja quem for o presidente eleito, os fundamentos econômicos, porque isso está baseado hoje, no Brasil, na vontade geral da sociedade. Acho que há uma precipitação dos mercados, que não tem razão para se manter”.

5.1 O “lulômetro” e a tática do caos

O estopim desta vinculação das eleições presidenciais no Brasil com o mercado de capitais, alimentado pelas próprias autoridades brasileiras e pelo candidato governista, José Serra, traduzido no linguajar cotidiano pela idéia do caos - a partir do temor de que o Brasil poderia transformar-se numa nova Argentina² - foi aceso pelo analista financeiro do banco de investimentos Goldman Sachs, Daniel Tenengauzer, inventor do termo “lulômetro.” Campeão em atrair a fúria de vários setores financeiros em função de seus relatórios bombásticos, Tenengauzer criou um modelo matemático que introduzia o resultado da corrida eleitoral na previsão da cotação do dólar. Batizado de “*lulumeter*” (lulômetro), numa referência ao pré-candidato petista às eleições de 2002 no Brasil, que liderava as pesquisas de intenção de votos, o modelo previa que numa eventual vitória de Lula o câmbio alcançaria R\$ 3,04 no fim de outubro, após o segundo turno das eleições.

¹Cf. O Estado de São Paulo, “FHC ataca mercados, que chama de destruidores”, Demetrio Weber, de 27 de julho de 2002.

²Cf. Folha de São Paulo, “Cresce a confiança, apesar da turbulência”, de 9 de julho de 2002, que traz pesquisa do instituto Datafolha, que ao mesmo tempo em que informa que aumenta a confiança dos brasileiros em relação

A direção em Nova York do banco Goldman Sachs não questionou a previsão, embora tivesse repreendido o seu funcionário³, taxando-a de “leviana” e de “mau gosto”, embora esta invenção acabasse dando o tom do debate eleitoral no Brasil e influenciando a especulação financeira nas bolsas a partir dos papéis de curto prazo relacionados aos títulos da nossa dívida pública. Em abril, instituições financeiras internacionais, como a Merrill Lynch, haviam rebaixado os papéis brasileiros dando como principal justificativa a ascensão de Lula nas pesquisas. A subida do candidato do PT fez com que cinco bancos internacionais de investimentos rebaixassem sua recomendação para negócios com títulos da dívida brasileira: Morgan Stanley, Merrill Lynch, ABN Amro, Santander e Goldman Sachs.⁴

O primeiro a fazer isso foram Merrill Lynch, como já falamos, mais o Morgan Stanley Dean Witter, no final de abril de 2002. Os dois bancos haviam sugerido aos seus clientes que reduzissem investimentos em papéis da dívida do país para a “média de mercado”. Antes, as duas instituições recomendavam aos investidores que mantivessem títulos do país em volumes “acima do mercado”. Um dos principais motivos alegados foi um suposto aumento da taxa do risco Brasil, sendo que a subida de Lula nas pesquisas foi mencionado como o maior fator doméstico de incerteza para o mercado. (Naquela ocasião, o instituto Datafolha dava conta que Lula havia subido de 32% para 43% nas intenções de voto, enquanto o pré-candidato governista José Serra, apresentou uma queda de 22% para 17% - o candidato seria inclusive atropelado pelo candidato do PPS, Ciro Gomes).

Neste sentido, para o mercado, a vitória do pré-candidato tucano, em tese, representaria a continuidade da política monetária restritiva – contenção da inflação – e de *superávits* fiscais, que, de acordo com essa versão, tornaria mais seguros os investimentos no país. No entanto, era citado também como parte da análise a redução do fluxo de capital para países emergentes, entre os quais estaria o Brasil, e o preço do petróleo como fatores que determinariam tal decisão. Tanto que outros bancos internacionais, a exemplo do JP Morgan, mantiveram a posição do Brasil em sua recomendação para investidores estrangeiros,

ao futuro imediato da economia do país, destaca através de chamada que “para 56%, Brasil pode virar Argentina”.

³Cf. Folha de São Paulo, “Inventor do ‘lulômetro’ é advertido por banco”, Sérgio D’Ávila, de 13 de junho de 2002.

O jornal Washington Post chegou a sugerir através do seu *site* que o investidor desligasse o “lulômetro”, argumentando que outros fatores atrapalhavam o Brasil, citando como exemplos: a desaceleração da economia mundial, medidas protecionistas do governo Bush e até os escândalos envolvendo os balanços de grandes empresas dos Estados Unidos – referência a WorldCom, acionista da empresa brasileira Embratel.

O jornal norte-americano conclui, afirmando que “é compreensível, em meio a esse cenário, que muitos eleitores optem por um candidato que, como Lula, representa mudança, não o continuísmo”.

⁴Cf. Folha de São Paulo, “Subida de petista fez com que bancos rebaixassem o país”, de 27 de maio de 2002.

alegando que as eleições estariam ainda longe e que o movimento de rebaixamento era exagerado.

Mas as autoridades brasileiras insistiam em vender a imagem de medo ante uma vitória oposicionista. Tanto isso é verdade que o diretor de Política Econômica do Banco Central, Ilan Goldajn⁵, sob o pretexto de pretender ouvir a opinião de economistas de vários bancos sobre a situação econômica do país, aproveitou a ocasião para atacar os candidatos. Ele declarou através da imprensa que a principal causa da crise brasileira era o risco político, mais precisamente as dúvidas quanto às propostas econômicas dos pré-candidatos de esquerda ao Planalto.

Para os presentes à reunião, a falta de esclarecimento dos presidencialistas, especialmente de Oposição, sobre o que fariam para refinar (rolar) a dívida interna, por exemplo, era um dos principais fatores para a queda de valor dos títulos públicos no mercado na época, o que teria provocado perdas dos fundos de investimentos. E procuraram isentar a então política econômica de Pedro Malan/Armínio Fraga, ressaltando que as possíveis falhas que teriam sido cometidas pelo Banco Central em relação a dívida interna, teriam reverberado a crise de confiança motivada pela subida nas pesquisas dos candidatos de Oposição, e não a provocado.

A reação por parte do Partido dos Trabalhadores já havia sido manifestada antes pelo presidente nacional do partido, José Dirceu⁶, que não tinha dúvidas em afirmar que o rebaixamento dos papéis da dívida brasileira se devia a “fragilidades econômicas” da política levado a cabo pelo governo brasileiro. Para o líder petista, “o fator Lula não existe”, ressaltando que os bancos internacionais estão rebaixando suas recomendações de investimentos no Brasil em decorrência de fragilidades econômicas do país, e não por causa do crescimento do candidato do Lula nas pesquisas e criticou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, por creditarem o receio dos investidores à falta de uma maior definição nos programas dos candidatos.

A indignação do presidente do PT encontrava eco no relatório elaborado um ano antes, em 2001, pelo Bank of América⁷ e destinado a investidores internacionais, que revelou que o PT era então o partido que mais se aproximava do centro do espectro ideológico, e que menos parecia ameaçar os interesses do capital estrangeiro do que candidatura do governador de

⁵Cf. Folha de São Paulo, “BC ouve do mercado que questão é política”, Leonardo Souza, de 7 de junho de 2002.

⁶Cf. O Estado de São Paulo, “não existe ‘fator Lula’, afirma Dirceu”, de 13 de maio de 2002.

⁷Cf. O Estado de São Paulo, “Estudo considera petista ameaça menor que Itamar”, Carlos Franco, de 11 de novembro de 2001.

Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), que havia declarado, por um período, a moratória da dívida pública mineira.

Mesmo assim, o PT tomou a iniciativa de acalmar os mercados, e dissipar quaisquer suspeita sobre a honrar os compromissos do país no que diz respeito ao cumprimento dos contratos e a manutenção da estabilidade econômica, com a realização de metas inflacionárias e a promoção de *superávits* primários para pagamento dos juros da dívida, conforme afirmaria Lula na Carta ao Povo Brasileiro e como demonstra a análise de seu programa de governo.

5.2 A carta do povo brasileiro aos mercados

Em 22 de junho de 2002, Lula apresentou à Nação a polêmica Carta ao Povo Brasileiro, documento de pouco menos de quatro páginas (ANEXO nº 06), no qual o PT fazia a sua análise da conjuntura da crise por que passava o país e desfazia qualquer dúvida a respeito da manutenção dos tais fundamentos da economia brasileira, responsabilizando, contudo, o governo Fernando Henrique Cardoso pela reação do mercado de capitais, condenando o uso especulativo das pesquisas eleitorais. Além do mais, era um sinal inequívoco para o engajamento maior da burguesia na campanha petista, processo reforçado com indicação do empresário José Alencar (Coteminas) como vice na chapa de Lula.

Portanto, foi uma tentativa de criar um clima favorável à economia do país, no apagar das luzes do governo tucano, bem como fortaleceu a idéia do engajamento político-partidário dos candidatos de Oposição num eventual socorro do FMI ao Brasil, uma vez que os indicadores econômicos apontavam nesta direção, conforme confessaria Fernando Henrique Cardoso aos próprios candidatos mais tarde, oportunidade em que o governo conseguiria a adesão de todos os presidenciáveis em prol do acordo com o Fundo Monetário.

Mas é bom lembrar que o teor da Carta somente foi debatido pela cúpula do partido, não havendo nenhum fórum específico para a sua elaboração ou debate, o que demonstra o seu caráter elitista. Isto é, coerente com a autonomia dispensada pelo Diretório Nacional ao candidato petista como condição para a sua quarta tentativa ao Planalto, a discussão da Carta e a sua aprovação dispensou qualquer intervenção mais ampla no âmbito das bases do PT e surpreendeu muita gente, sendo alvo de críticas por parte dos demais candidatos de Oposição e muito bem recebida pela mídia, pelo setor financeiro e naturalmente pelo governo.

Em suas 161 linhas, a Carta ao Povo Brasileiro descreve com bastante clareza a plataforma que Lula, caso fosse eleito, pretendia executar, incluindo bandeiras um tanto

“impopulares”: na Carta está a promessa de defender permanentemente o equilíbrio das contas públicas e o controle da inflação, considerados “patrimônio de todos os brasileiros”, a redução dos juros, mas de forma sustentada, e não a “galopes de populismo”, além da necessidade de promover as reformas estruturais, a saber: as reformas da Previdência, a Tributária e a Trabalhista.

Durante jantar da cúpula petista num restaurante em Ribeirão Preto⁸, no interior de São Paulo, as coisas começaram a tomar o rumo de um manifesto escrito. Na ocasião, o deputado federal Aloizio Mercadante (eleito senador em 2002), fez um diagnóstico assustador da situação econômica, que se deteriorava rapidamente - nesta época Aloizio Mercadante mantinha contatos com Armínio Fraga, presidente do Banco Central. Segundo a análise, se os indicadores econômicos seguissem piorando naquele ritmo, o país entraria em colapso antes mesmo de o novo governo assumir. Nesse momento, a Carta deixou de ser mais um instrumento de campanha eleitoral e ganhou corpo como um compromisso oficial de governo.

Os principais idealizadores do documento foram o futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que coordenava o comitê eleitoral (ele substituíra Celso Daniel, prefeito de Santo André, assassinado no início de 2002), o próprio Mercadante e o economista Glauco Arbix (que presidiria o IPEA). A sua elaboração também fora defendida pelo marqueteiro de campanha, Duda Mendonça.

No dia seguinte ao jantar, o grupo começou a produzir o texto em que o PT se compromete com os fundamentos de uma política “econômica responsável”. Houve discordâncias entre Palocci e Mercadante, mas na queda-de-braço o deputado ganhou no diagnóstico da situação e o futuro ministro da Fazenda venceu na formulação do que viria a ser o eixo da política econômica do governo Lula. O resultado do trabalho foi lido pelo candidato do PT à Presidência da República e por outros três membros do grupo duro do partido, José Dirceu, Luiz Gushiken e Luiz Dulci, oportunidade em que Lula fez objeções ao seu teor, achando que apresentava muitos números e termos técnicos, apesar de considerá-lo correto.

Numa primeira versão, o documento afirmava, por exemplo, que o *superávit* primário seria de 3,5% do PIB. Na versão final, ficou assim: “Vamos preservar o *superávit* primário quanto for necessário”. A cinco dias do seu anúncio durante reunião da Executiva Nacional do PT, em São Paulo, Luiz Dulci leu o documento, julgou que discorria bem sobre o

⁸Cf. Veja, “O Brasil Lula disse a que viria. E já faz uma ano”, Maurício Lima, edição nº. 1.808, de 25 de junho de 2003, destacando que na Carta ao Povo Brasileiro, lançada doze meses atrás, o PT descrevia o que seria a gestão do presidente Lula, e as “promessas” estão sendo respeitadas, “o que só não vê quem não quer”, relembrando passa-a-passo como foi a sua discussão.

comprometimento do partido com uma política econômica austera, mas achou que falava pouco sobre as mudanças que o PT vinha pregando na campanha. Conseguiu, então, o apoio de José Dirceu para jogar tintas “vermelhas no texto”.

Avesso a computador, Dulci debruçou-se sobre um caderno escolar e rascunhou quase 100 páginas. Escrevia, enviava os manuscritos a André Singer, porta-voz da campanha, que os colocava no computador e repassava o material para Dirceu e Lula – que fez mais de vinte observações, quase todas de forma, pedindo frases mais curtas e expressões, mais acessíveis, além de uma inclusão sobre o agronegócio.

Nas últimas 48 horas antes da leitura da Carta, Dulci trancou-se numa suíte do hotel Green Place, a um quarteirão do comitê de campanha do PT em São Paulo, e, embalado por doses de guaraná em pó, varou a madrugada em busca do modelo ideal. Com a última versão da Carta em mãos, encerrada poucas horas antes de sua leitura pública, quando os petistas discutiriam o programa do partido durante reunião do Diretório Nacional, Dulci reuniu-se com Singer e Guschiken e levaram-na a Lula, num encontro no Instituto Cidadania, que afirmaria:

–“ Acho que agora está bom”, afirmou o presidenciável, a bordo do carro que o levaria até o local da solenidade de divulgação do documento. Enfim, dez dias depois, estava terminado o processo. Através deste instrumento o PT reafirmava, mais uma vez, à ruptura com as suas bandeiras clássicas de esquerda, de boicote ao pagamento da dívida externa e ao FMI. “Este documento é a maior testemunha de nossa coerência”, trataria de se apressar em afirmar o futuro homem forte da área de publicidade e comunicação do governo, Luiz Gushiken.

No comitê de campanha do PT, inclusive, cogitou-se da necessidade de Lula anunciar o nome do seu futuro ministro da Fazenda ou do provável presidente do Banco Central ao qual não concordou por duvidar da necessidade de produzir um compromisso do partido com a estabilidade da economia, pois para o presidenciável o lançamento do programa de governo, marcado para o dia 30 de junho, seria suficiente para acalmar o mercado.⁹

Em resumo, Lula ressalta na Carta que “à parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com a sua fragilidade atual, gerando temores relativos à

⁹Cf. Paulo Markun, O sapo e o príncipe, 2004, p.335-337, acrescentando que José Dirceu defendeu a idéia de que “(...) foi ficando claro que o eleitorado não reduzia seu apoio ao Lula, apesar da crise, mas ficando claro também que o eleitorado que nos faltava, inclusive para liquidar a fatura no primeiro turno, queria de nós garantias sobre como seria o governo no campo econômico”. A Carta foi aprovada na íntegra por Duda Mendonça por tratar-se de um documento de cunho político.

capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa”. Portanto, “trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições”.

Neste sentido, o candidato petista prega o diálogo com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. Assim, o PT se compromete com o combate à inflação, mas acompanhado de crescimento, da geração de empregos e da distribuição da renda, ressaltando que “o melhor caminho é que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável”.

5.2.1 A reação do governo e dos candidatos opositoristas

A repercussão na imprensa foi extremamente favorável ao PT, com a mídia destacando o que para muitos representava uma “guinada” na política econômica da esquerda. Com destaque para o elogio do então ministro da Fazenda, Pedro Malan, e de economistas de várias matizes.

Contudo, é interessante observar, que após a divulgação da Carta e a poucos dias da convenção que aprovara a aliança com o PL, o comitê nacional do PT era assombrado pelas denúncias do irmão de Celso Daniel, ex-coordenador de campanha de Lula assassinado, o médico João Francisco Daniel, sobre a cobrança de propina pela prefeitura de Santo André junto as empresas de ônibus para o caixa da campanha do PT, envolvendo o então do presidente partido José Dirceu. (Lembramos que este episódio não influenciou nos resultados das eleições em 2002, mas retornou com toda a força no âmbito da crise política que se instalou no país em 2005, envolvendo o PT e teve como consequência a cassação do deputado federal e ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, com base no relatório da CPMI dos Correios e as denúncias no âmbito da CPI dos Bingos).

Segundo o destaque da mídia, o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva havia detalhado as suas idéias para a economia, caso eleito, garantindo que não haveria calote da dívida pública e prometido a retomada do crescimento, incentivo às exportações e uma nova política cambial. Num discurso para acalmar o mercado, “o candidato petista afastou o fantasma do calote e garantiu que todos os compromissos do país no exterior serão respeitados em seu governo.”¹⁰ De acordo com esta análise, Lula “resolveu fazer o que o

¹⁰Cf. Correio Braziliense, “Documento político e econômico de Lula”, de 23 de julho de 2002.

mercado financeiro pedia há algumas semanas” e como resposta aos últimos movimentos negativos do mercado, concluindo que “as suas idéias de combinar estabilidade com crescimento econômico se assemelham às do candidato do PSDB e do governo, José Serra”.

Na berlinda por causa das denúncias de propina na prefeitura de Santo André e às vésperas de ver aprovada a aliança com o PL que lhe garantiria ter o senador e empresário José Alencar (PL-MG) como vice, a principal preocupação de Lula com o lançamento da Carta era eliminar completamente em seu discurso qualquer impressão de que não honraria compromissos no exterior com o pagamento da dívida externa. “Todos os contratos e obrigações do país serão respeitados”.¹¹ Reforçando o que disse o presidenciável, o deputado Aloizio Mercadante reafirmaria que o PT votaria favoravelmente ao aumento da meta de *superávit* primário de 3,5% para 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, que era a meta proposta pelo governo e negociada com o FMI. (O ministro Palocci aumentaria este percentual para 4,25%).

Os presidenciáveis Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS) reagiram com indignação à Carta em relação a política econômica.¹² O candidato do PSB declarou que as propostas do PT para a economia representavam a manutenção do modelo defendido pelo governo tucano, comparando Lula ao ex-presidente da Argentina Fernando de la Rúa, que “não quer ruptura ao modelo atual” e “se é para manter a mesma coisa, fico com o original” – referindo-se a política econômica tucana.

Na visão de Garotinho, o presidenciável do PT e De la Rúa não conseguiram identificar que o principal problema do Brasil e da Argentina: a concentração excessiva de capital na especulação financeira. “O Lula diz que os bancos não precisam se preocupar com ele. Pois comigo os bancos vão ter que se preocupar muito, porque ganharam dinheiro explorando o povo”, referindo-se ao compromisso do PT, de manter, em face de transição os pilares da política econômica: as metas de inflação, o câmbio flutuante, o *superávit* primário de 3,75% do PIB e o aperto fiscal.

Já o adversário da Frente Trabalhista declarou que Lula fez “homenagens à agressão internacional” que o Brasil vem sofrendo, referindo-se a manutenção dos compromissos firmados pelo governo Fernando Henrique Cardoso. “O Brasil está sendo vítima de um ataque, um ataque internacional, e um estadista tem de saber bastante bem como proteger a sua gente, e proteger a sua gente não é assumir compromissos espúrios ou retóricos com especuladores internacionais.” E reafirmou que considerava “lamentável” que o petista, “com

¹¹Cf. Correio Braziliense, Op.cit., 23 de julho de 2002

¹²Cf. Folha de São Paulo, “Garotinho e Ciro atacam ‘carta’ de Lula”, Pedro Soares, de 24 de junho de 2002.

a importância e a liderança que tem no país, tenha engolido a isca e se rendido a essa idéia de que palavras falsas vão subverter a interdição que ele sofre por setores da burguesia financeira internacional."¹³

O mercado financeiro, naturalmente, reagiu positivamente à iniciativa do PT, embora alguns setores ainda mantivessem um certo receio, mas, no geral, a Carta foi muito bem recebida e elogiada por várias representantes do setor empresarial, e inclusive por alguns renomados economistas da Oposição. A Folha de São Paulo¹⁴ captou muito bem este clima positivo junto a empresários e economistas de renome, destacando que a Carta ao Povo Brasileiro, lida pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva na reunião do partido, alcançou um dos objetivos desejados pelo PT, diminuindo a imagem de ambigüidade do partido com relação à política de estabilidade econômica.

O PT vinha sendo criticado por tentar adotar um discurso "tranqüilizador", ao mesmo tempo em que nos documentos do partido propunha uma "ruptura" com o modelo econômico. Na Carta, Lula firma o compromisso de um possível futuro governo petista com a política de controle da inflação e com a manutenção da meta de *superávit* primário. "A carta não diminui totalmente a imagem de ambigüidade do partido [em relação a economia], mas resolve 80% do problema", afirmaria Sérgio Werlang, diretor do Itaú e ex-diretor do Banco Central, para quem o discurso do presidenciável do PT havia sido um sinal "extremamente positivo", ressaltando que a declaração de Lula fora bem recebida pelo mercado, influenciando na alta da Bovespa e na queda do dólar.

Para Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, e simpatizante da candidatura petista a Carta foi um sinal positivo, mas lembrou que outras questões inquietavam os investidores: "Há outros fatores, como a fragilidade da economia. A instabilidade é estrutural e vem de muito tempo atrás.", referindo-se a preocupação dos investidores com a manutenção dos *superávits* primários e estabilidade da moeda. Já o ex-ministro e deputado federal Antonio Delfim Netto (PPB-SP), o ponto mais importante do pronunciamento foi o fato de Lula ter deixado claro que, quanto aos compromissos econômicos futuros, "ninguém fala pelo partido a não ser ele". Segundo Delfim, a Carta eliminou "uma boa parte das incertezas" do mercado financeiro com relação às intenções do PT. O discurso demonstraria que o partido "tem o entendimento de que não dá para fazer muito antes de resolvida a dependência externa".

¹³ Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 24 de junho de 2002.

¹⁴ Cf. Folha de São Paulo, "Para economistas, carta reduz 'ambigüidade' do PT", Rafael Cartello, de 24 de junho de 2002.

Por outro lado, Paulo Nogueira Batista Jr., professor de economia da FGV, o discurso do presidenciável petista foi "extremamente habilidoso". "Ao mesmo tempo em que concorda com certos aspectos da atual política econômica, mostra um discurso de mudança, sem deixar de fazer as críticas merecidas ao governo", ressaltou. O economista-chefe do Citibank, Carlos Kawall, no entanto, argumentou que não haveria por que duvidar do compromisso do PT com a estabilidade e que a Carta foi "um passo positivo, na direção correta". (Tanto Batista Jr como Kawall, no entanto, afirmaram que seria necessário aguardar mais detalhes sobre o programa econômico do PT, que, na verdade, ratificou o teor da Carta, sem grandes surpresas. O economista do Citibank chegou a defender a idéia que seria bem-visto o anúncio da possível futura equipe econômica, cujos nomes já começavam a ser delineados, a exemplo de Antônio Palocci e Guido Mantega).

O ponto alto da manobra política petista viria em forma de elogios à Carta por parte do governo e do adversário do PSDB, José Serra.¹⁵ O então ministro da Fazenda, Pedro Malan, um dos pilares centrais da política neoliberal tucana, apesar de criticar a demora do PT em assumir compromissos com a manutenção de *superávit* primário nas contas públicas, o controle da inflação e o respeito a contratos, destacou: "Acho que isso (assumir compromissos) é resultado de um debate. Eu só gostaria que tivesse vindo antes. Mas antes tarde do que nunca", ressaltando que "a maior contribuição que os agentes políticos podem dar é dizer com clareza ao eleitor exatamente quais são seus planos. Não são detalhes. São os compromissos básicos", explicou. "Eu vejo que isso está acontecendo e só posso saudar como algo positivo."

Mas apesar dos elogios ao PT, Malan voltou a criticar posições do PT e outros partidos de oposição que defendem a ruptura com o quadro político-econômico, destacando que "o País precisa de uma mudança segura e confiável. Na sua avaliação, "é melhor avançarmos nos processos já em andamento do que fazer o discurso fácil da ruptura total, que ninguém entende bem o que quer dizer", defendendo a permanência do presidente do BC, Armínio Fraga, por mais alguns meses no cargo, no início de 2003.

Serra, por seu turno, também considerou positiva a iniciativa de Lula: "Não vou ser espírito de porco para dizer, quando alguém muda de posição, numa direção correta, que está errado. Acho que está certo", afirmou, completando que "eles [Lula e o PT] ao se

¹⁵Cf. O Estado de São Paulo, "Malan elogia carta de Lula, mas critica demora", Renato Andrade e Vânia Cristino, de 27 de junho de 2002, trazendo também a fala do presidenciável tucano, como afirmamos no texto.

aproximarem mais das posições que o governo e eu temos defendido é positivo, mesmo que seja só no discurso”, insinuando tratar-se de mera encenação eleitoral.¹⁶

5.2.2 A especulação com as pesquisas eleitorais

A Carta serviu para o PT sinalizar mais uma vez aos mercados que manteria, em linhas gerais, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e causou irritação junto aos chamados setores radicais do partido e a vários setores dos movimentos sociais - que, aliás, foram alijados do processo de discussão, como vamos mostrar mais frente -, pois não se imaginava que o seu candidato pudesse tornar tão transparente um acordo com as elites dominantes, já que Luiz Inácio Lula da Silva era o símbolo da mudança. Além de servir para aumentar a confiança dos investidores internacionais no Brasil, o documento de Lula não conseguiu estancar o nervosismo no mercado de capitais doméstico, que alimenta-se, como todos nós sabemos, do conflito de informações e o sobe e desce nas pesquisas eleitorais fornecia amplo cartucho aos especuladores.

O jogo continuaria assim durante toda a campanha eleitoral, estendendo-se até o seu final, com as corretoras e os bancos comprando sondagens com o intuito de utilizar as informações para faturar nas bolsas. O que obrigou a intervenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)¹⁷, órgão do Ministério da Fazenda, que regula e fiscaliza o mercado de capitais no país, com o presidente do TSE, ministro Nelson Jobim¹⁸, chegando a propor modificação na legislação eleitoral com o intuito de coibir os abusos que estavam sendo praticados.

A obrigatoriedade de que as pesquisas eleitorais fossem registradas no TSE cinco dias antes da sua publicação abria uma brecha para que as instituições financeiras usassem a corrida eleitoral, em 2002, para tentar ganhar dinheiro fácil no mercado especulativo. A operação corria da seguinte forma:

a) uma determinada corretora monitorava os pedidos de publicação de pesquisas feitos por institutos famosos, como o Datafolha, o Ibope, ou o Vox Populi, assim, sabendo com

¹⁶Cf. O Estado de São Paulo, “Para analistas, discurso de Lula é insuficiente”, Sergio Lamucci, Mariana Barbosa e Kátia Luane, de 24 de junho de 2002, destacando uma série de depoimentos de executivos de empresas de mercados de capitais e outros economistas que, em contraste com as matérias da Folha, mostrou outro lado. O argumento principal era a desconfiança em relação ao passado petista e a defesa de que isso somente seria verdade quando, uma vez eleito, Lula votasse a favor de um Banco Central independente.

¹⁷Cf. Folha de São Paulo, Entrevista da 2ª., “Presidente da CVM quer o fim da especulação eleitoral”, Elvira Lobato, de 15 de julho de 2002.

¹⁸Cf. Folha Online, “Jobim propõe mudança na lei eleitoral para impedir especulação”, Ana Paula Grabois, de 19 de julho de 2002.

antecedência de cinco dias a data em que a pesquisa seria publicada, a corretora encomendava um outro levantamento, mais rápido, a um instituto de pesquisa de menor porte;

b) como o levantamento contratado não se destinava a publicação em veículos de comunicação, ele não precisava ser registrado, com isso era possível preparar os números em dois ou três dias;

c) analisando os resultados, a corretora que teria encomendado o trabalho podia ter uma idéia da tendência que seria mostrada nas pesquisas dos grandes institutos e de posse dessa informação era possível calcular qual seria a reação do mercado.

Dessa forma, era possível especular por um ou dois dias antes da divulgação de cada levantamento. O presidente do CVM, Luís Leonardo Cantidiano, chegou a afirmar que as instituições que poderiam estar agindo ilegalmente, seriam impedidas de atuar no mercado. Pela nova legislação o investidor ou outro participante do mercado financeiro que encomendasse, com a intenção de posterior divulgação, uma pesquisa de intenção de voto, teria que comunicar à CVM em um prazo máximo de 24 horas (ordem expressa na deliberação 443 da autarquia, publicada no Diário Oficial da União, que previa multas e outras penalidades).¹⁹

Portanto, a regra não alteraria muito a lógica do quadro, pois como se pode observar era válida apenas para as instituições que tinham o objetivo de divulgar essas pesquisas publicamente, isto é, quem quisesse fazer o levantamento apenas para consumo próprio, não tinha essa obrigação. Assim, as novas regras baixadas na ocasião não conseguiram resolver o problema de maneira satisfatória e a ciranda financeira continuou.

5.3 A máquina milionária do *marketing* e da propaganda eleitoral

Os números relacionados a este pleito impressionam pela sua magnitude. Pode-se afirmar sem medo de errar que foi uma eleição milionária sob todos os aspectos. Não foi à-toa que todos os candidatos investiram pesado na propaganda eleitoral e no *marketing* político. Nas eleições gerais de 2002 os partidos e os candidatos juntos gastaram R\$ 830, 479 milhões declarados (que vamos debater, a seguir), segundo dados do Tribunal Superior eleitoral (TSE), embora não se saiba quanto mais teria sido consumido de recursos não declarados e não controlados publicamente. (Algumas dessas informações viria a público no bojo do escândalo dos Correios em 2005).

¹⁹Cf. Folha Online, “CVM cria regra para pesquisa eleitoral”, Ana Paula Grabois, de 19 de julho de 2002.

Observou-se crescimento considerável do eleitorado de 16,1% de 1945 para 65,7% em 2002, traduzidos em mais de 115 milhões de eleitores. A evolução do eleitorado brasileiro, de 1945 a 2002, está indicada no quadro abaixo, juntamente com o percentual representado pelo aumento da população relacionado com o crescimento do número de eleitores:

Tabela nº. 4 – Evolução do crescimento do eleitorado brasileiro (1945-2002).

ANO	POPULAÇÃO	ELEITORADO	POP/ELEIT
1945	46.114.500	7.437.025	16,127%
1955	58.360.000	15.240.397	26,114%
1960	70.070.457	15.543.332	22,182%
1965	80.729.000	22.032.395	27,291%
1975	108.665.878	36.265.560	33,373%
1985	135.563.101	69.371.495	51,172%
1994	153.142.782	94.782.803	61,891%
1996	157.070.163	101.284.121	64,483%
1998	161.790.311	106.101.067	65,579%
2000	169.799.170	109.826.253	64,680%
2002	175.381.795	115.254.113	65,716%

Fonte: TSE, Relatório das Eleições de 2002, Brasília, 4 fevereiro de 2003.

A distribuição do eleitorado em 2002 pelas Unidades da Federação e Exterior, com indicação também do número de municípios e seções eleitorais, foi a seguinte:

Tabela nº 5 – Distribuição do eleitorado em 2002 no país e exterior

ELEITORADO							
UF	MUNIC.	ELEITORADO	SEÇÕES	UF	MUNIC.	ELEITORADO	SEÇÕES
AC	22	369.786	1.083	PB	223	2.322.068	7.659
AL	102	1.600.092	4.619	PE	185	5.396.667	15.723
AM	62	1.524.727	4.146	PI	223	1.848.292	6.332
AP	16	290.101	748	PR	399	6.663.381	21.778
BA	417	8.568.602	25.543	RJ	92	10.213.518	26.924
CE	184	4.805.259	15.977	RN	167	1.917.382	5.758
DF	1	1.518.437	3.555	RO	52	882.545	2.568
ES	78	2.146.425	6.282	RR	15	208.524	588
GO	246	3.365.848	10.107	RS	497	7.352.139	23.515
MA	217	3.391.814	11.067	SC	293	3.817.974	11.920
MG	853	12.680.584	38.087	SE	75	1.147.933	3.450
MS	77	1.411.773	4.153	SP	645	25.655.553	49.422
MT	142	1.730.022	5.388	TO	139	785.397	2.613
PA	143	3.569.333	11.180	EXT.	92	69.937	273
ELEITORADO						115.254.113	
MUNICÍPIOS						5.657	
SEÇÕES						320.458	

Fonte: TSE, Relatório das Eleições de 2002, Brasília, 4 fevereiro de 2003.

Para uma comparação em relação aos resultados eleitorais à Presidência da República, respectivamente, primeiro e segundo turnos das eleições, vide a tabela abaixo:

Tabela nº. 6 – Comparativo dos Resultados da Totalização no 1º e 2º Turnos para Presidente.

Presidente			1º Turno		2º Turno	
			Votação	%	Votação	%
13	Lula	PT	39.454.692	46,44%	52.793.364	61,27%
45	José Serra	PSDB	19.705.061	23,20%	33.370.739	38,73%
40	Garotinho	PSB	15.179.879	17,87%		
23	Ciro	PPS	10.170.666	11,97%		
16	Zé Maria	PSTU	402.232	0,47%		
29	Rui Costa Pimenta	PCO	38.619	0,05%		
TOTAL VOTOS			94.804.126		91.664.259	
Votos Válidos			84.951.149	89,61%	86.164.103	94,00%
Pendientes			3.150	0,00%	258	0,00%
Branços			2.873.720	3,03%	1.727.760	1,88%
Nulos			6.976.107	7,36%	3.772.138	4,12%
TOTAL SEÇÕES			320.458	100,00%	320.458	100,00%
ELEITORADO			115.254.113		115.254.113	
ABSTENÇÃO			20.449.690	17,74%	23.589.188	20,47%

Fonte: TSE, Relatório das Eleições de 2002, Brasília, 4 fevereiro de 2003.

O cientista político Wilson Gomes²⁰ traz ao debate uma tese interessante, mas que não há espaço aqui para aprofundá-la como gostaríamos, referente a análise sobre as doações de campanha e a atividade legislativa e o comportamento do Executivo no Brasil, alertando, contudo, que alguns elementos das declarações de gastos de campanha são bem sugestivas. O autor cita como exemplo o grupo político associado a Antônio Carlos Magalhães na Bahia, a exemplo de seu correligionário e candidato ao governo estadual, Paulo Souto (PFL), cuja candidatura foi financiada em grande parte por apenas duas construtoras: recebeu uma doação de R\$ 1,2 milhão da construtora Norberto Odebrecht e mais R\$ 400 mil da OAS (que cobriram, sozinhas, 40% do seus custos de campanha).

²⁰Cf. Wilson Gomes, Transformações da política na era da comunicação de massa, 2004, p. 135-137. Observamos, contudo, que o melhor estudo jornalístico sobre o financiamento privado das eleições no Brasil e que aponta o comprometimento político das campanhas é o Caderno Especial publicado pela Folha de São Paulo em outubro de 1995, que mereceu prêmio da categoria.

De nossa parte, poderíamos citar vários outros casos. O de parlamentares eleitos em 2002 e que foram relatores de projetos polêmicos na Câmara de Deputados ou que presidiram comissões que isentaram de responsabilidades fiscais empresas que lhe custearam a campanha. O que demonstra como as doações expõem de maneira clara a ação do *lobby* no Congresso.²¹ Uma curiosidade deste fato, é o exemplo da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), maior produtora de munições da América Latina, que financiou parlamentares que relataram o projeto sobre o desarmamento civil, tais como os deputados João Alberto Fraga Silva (PFL-DF) e o ex-governador Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), além da candidatura do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (R\$ 100 mil).

Lembramos que a Taurus, uma das maiores fabricantes de armas do país, com sede no Rio Grande do Sul, e que exporta para 80 países, com sede em Miami (USA), juntamente com a CBC, bancaram a campanha do “Não”, no referendo realizado em 23 de outubro de 2005, que se opôs à proibição do comércio de armas no Brasil, contribuindo respectivamente com R\$ 2,4 milhões e R\$ 2,6 milhões, do total de R\$ 5 milhões arrecadados. O antigo lobista do setor, o presidente da “Frente do Não”, o deputado federal João Alberto Fraga Silva (PFL-DF), justificou a contribuição, afirmando: “Quem iria pagar essa conta? Não poderia ser nem a Águas de Lindóia nem a Cervejaria Antarctica”.

O presidente da “Frente do Sim”, derrotada nas urnas, e que amargou uma dívida de R\$ 320 mil, de um total arrecadado de R\$ 2,4 milhões, o deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), responderia da seguinte forma: “Fica comprovado que os que foram favoráveis ao comércio de armas, a pretexto de defender um direito do cidadão, estavam defendendo na verdade o lucro das empresas de armamentos. A máscara caiu”.²²

Finalmente, durante o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, dois episódios chamam a atenção em relação ao financiamento de campanha e a sua proximidade com o poder Executivo. O primeiro deles refere-se ao programa oficial denominado PPP (Parceria Público Privada) na qual houve um forte *lobby* empresarial no sentido de definir as prioridades na execução das obras públicas, tendo como critério básico a lucratividade privada.²³

²¹Cf. Folha de São Paulo, “Relatores no Congresso aprovam matérias de seus doadores na campanha”, Eduardo Scolese, Jairo Marques e Rubens Valente, de 31 de janeiro de 2003.

²²Cf. Folha Online, “Indústria de armas bancou campanha do Não”, Josias de Souza, de 23 de novembro de 2005.

²³Cf. Folha de São Paulo, “Lobby privado se mobiliza para grandes obras públicas”, de Fátima Fernandes e Claudia Rolli, de 17 de agosto de 2003, referente ao anúncio feito pelo Ministério do Planejamento de que o setor privado deveria participar com 40% dos R\$ 191 bilhões previstos no Plano Plurianual (PPA) para investimentos em infra-estrutura, envolvendo os fundos de pensão – como o Previ (dos funcionários do Banco do Brasil) e Petros (Petroleiros), além de bancos públicos, tais como o Banco do Brasil e Caixa Econômica

O outro dado digno de nota aconteceu com a divulgação do escândalo dos Correios, atingindo em cheio um dos maiores doadores da campanha do presidente eleito, envolvendo o empresário Antonio Augusto Morato Leite Filho, dono da Promodal Logística e Transportes e da Tecnocargo, cujas empresas doaram ao candidato Lula, respectivamente, R\$ 500 mil e R\$ 300 mil (TSE), nos dias 24 e 25 de outubro de 2002, portanto, já na reta final de chegada, quando já era praticamente certa a vitória petista.²⁴ Leite Filho, que na época estava sendo investigado por fraudes nos Correios, fez uma doação de R\$ 800 mil e garantiu, até o fim de 2003, contratos com a estatal que renderam R\$ 104 milhões. A Promodal dividia com a Skymaster, outra empresa de transporte aéreo, também pivô do escândalo dos Correios, um contrato para explorar duas linhas da Rede Postal Noturna, o serviço de transportes de encomendas dos Correios.

O contrato original havia sido assinado em dezembro de 2001 e renovado em junho de 2002. Com a posse de Lula e a mudança no comando dos Correios, o negócio milionário corria o risco de ser revisto. Uma semana antes da posse do presidente petista, período em que o governo de transição já era consultado sobre todos os contratos federais, os Correios prorrogaram por mais seis meses a concessão. Mas com um bom aumento: o valor do negócio pulou de R\$ 48,7 milhões para R\$ 56 milhões e seis meses depois, em pleno governo petista, o contrato foi novamente prorrogado, pelo mesmo valor.

Os números são espantosos, principalmente, em época de crise econômica, contrastando com os elevados índices de pobreza verificados em países como o nosso.²⁵ Por exemplo, para alcançar o governo de Minas Gerais em 2002, Aécio Neves (PSDB) teve que despender R\$ 12, 4 milhões²⁶ (contra apenas R\$ 545 mil do seu principal adversário, Nilmário Miranda (PT), enquanto Lula chegou ao Palácio do Planalto depois de a sua

Federal, também com o envolvimento do Banco Mundial, com investimentos da ordem de US\$ 50 milhões. Lembramos ainda que uma única empreiteira, a Construtora OAS Ltda, contribuiu com R\$ 1 milhão na campanha de Lula em 2002.

²⁴Cf. Época, “Conexão perigosa”, Andrei Meireles, nº. 372, de 4 de julho de 2005.

²⁵Cf. O Estado de São Paulo, “Nos partidos, a dura batalha por dinheiro”, Vera Rosa e Silvio Bressan, de 28 de julho de 2002, que destaca três fatores que poderiam dificultar a contribuição aos candidatos, além da crise econômica no período, o que mostrou-se inverídico, pelo menos para os três candidatos melhor posicionados nas pesquisas, Ciro Gomes, José Serra e Lula: 1) candidatura oficial com baixo índice de aceitação; 2) medo de escândalos; e 3) redução do Estado.

Quanto a este último aspecto o cientista político Gaudêncio Torquato explica na matéria que “o Estado menor afastou os tradicionais patrocinadores, aqueles empreiteiros que dependiam do governo para obter grandes obras, hoje privatizadas ou sob concessão”. Fato relevante, mas que também não acabou se confirmando conforme a prestação oficial de contas junto ao TSE, como mostraremos na Tese.

²⁶Cf. Folha de São Paulo, “Eleitos nos Estados tiveram as campanhas mais caras”, de Lucio Vaz e Silvana de Freitas, de 15 de dezembro de 2002, o que difere da cifra um pouco abaixo de R\$ 11, 8 milhões apresentada por Wilson Gomes em seu livro já citados por nós (Cf. Wilson Gomes, 2004: 136).

campanha ter consumido R\$ 48 milhões, dos quais R\$ 10 milhões ainda precisavam ser arrecadados depois das eleições.

O custo total declarado das campanhas para os governos estaduais chegou a R\$ 195, 367 milhões, mais que o dobro dos valores informados pelos seis candidatos à Presidência da República (a soma das doações aos cargos do Poder Executivo- Presidência da República e governadores – foi de R\$ 267 milhões). Na disputa aos governos estaduais o partido que mais arrecadou foi o PSDB, com R\$ 53,6 milhões, ou seja, 30% do total e o PT ficou em segundo, com R\$ 27,4 milhões, ou 14,7%.²⁷ (Esta cifra é ainda maior, considerando-se a possibilidade de os candidatos terem omitido parte das contribuições recebidas, porque a Justiça Eleitoral não tem como impedir a prática do chamado caixa dois, as doações não contabilizadas junto ao TSE, prática ilegal e costumeira no Brasil, cujas denúncias vieram à tona em 2005, como já falamos e que ainda vamos fazer referência ao longo da Tese).

Segundo os dados oficiais, os candidatos à Presidência gastaram juntos R\$ 94 milhões, contabilizando-se naturalmente o dinheiro arrecado tanto pelo candidato como pelo seu próprio comitê, conforme estipulava a legislação do período. A tabela abaixo apresenta os números oficiais de 2002.

Tabela nº 7 – Total de despesas por candidatura e comitê eleitoral nas eleições de 2002

CANDIDATO/COMITÊ ELEITORAL	TOTAL DE DESPESAS R\$
Presidente	94.135.754,33
Governador	195.367.790,29
Senador	73.660.911,78
Deputado Federal	189.690.089,25
Deputado Estadual	208.130.090,93
Deputado Distrital	5.694.386,54
Comitê Financeiro Único	63.800.090,12
TOTAL	830.479.113,24

Fonte: Autor, com base no Sistema de Prestação de Contas da Campanha Eleitoral (SPCE/TSE), de 07/02/2003.

²⁷Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 15/02/2002.

No que tange as eleições presidenciais propriamente ditas, de acordo com os dados oficiais do TSE relativo as despesas e receitas dos candidatos, o PT gastou um total de R\$ 39,368 milhões e arrecadou em forma de doações R\$ 39,385 milhões. (Esses valores incluem tanto as receitas como as despesas do candidato somado as receitas e despesas do seu comitê, sendo que Lula foi o único candidato durante as eleições a solicitar um aditivo de receita).

Destacamos, contudo, que tanto o PT de Lula como o PSDB de José Serra, são dois casos típicos de partidos em disputa em 2002 que acabariam terminando o pleito com dívidas, ao contrário do que está computado no balanço oficial do TSE, segundo a tabela que mostramos abaixo. As informações sobre o endividamento do PT viriam à tona com o noticiário da imprensa após as eleições e durante a crise institucional de 2005. Já no caso do José Serra do PSDB, ao contrário do que mostramos também na tabela, pelas informações posteriores às eleições de 2002 a dívida do partido ainda continuaria alta mesmo tendo recebido aporte financeiro depois de encerrada a votação em outubro.²⁸ A tabela, a seguir, resume o que falamos acima:

Tabela nº. 8 – Receitas e Despesas dos Candidatos e Comitê Financeiro Nacional para Presidente (2002)

Partidos/Candidato	PT/Lula	PSDB/Serra	PPS/Ciro	PSB/Garotinho
Receitas do Candidato	21.072.475,98	NE *	NE	NE
Receitas do Comitê	18.313.322,86	28.540.261,80	13.942.876,15	3.279.077,00
Total de Receitas	39.385.798,84	28.540.261,80	13.942.876,15	3.279.077,00
Despesas do Candidato	21.061.272,57	NE	NE	NE
Despesas do Comitê	18.307.219,39	34.733.479,43	13.938.044,49.	3.211.433,90
Total de Despesas	39.368.491,96	34.733.479,43.	13.938.044,49	3.211.433,90
Resultado Final	+ 17.306,88	- 6.193.217,63	+ 4.831,66	+ 67.643,1

Fonte: Autor, com base nos dados do TSE/SPCE, respectivamente, de Lula (05/12/2002), Serra 04/04/2003),
Ciro (08/03/2003.), e Garotinho (11/12/2002).* NE= Dados Não Existentes referente a opção adotada pelo referidos candidatos, de acordo com a lei eleitoral.

²⁸A atual lei eleitoral nº. 9.504 obriga as legendas a constituir seus respectivos comitês financeiros até dez dias após a escolha oficial dos candidatos (com a opção do uso de conta em nome do partido ou candidato), fixando o limite de gastos que pode ser alterado no transcurso das eleições, como fez o PT em 2002. O maior limite de gastos durante a campanha foi de Serra, fixado em R\$ 60 milhões, embora as doações ficassem muito aquém. O PSDB registrou uma pesada dívida, mas uma resolução do TSE, beneficiando igualmente Lula, permitiu o seu pagamento sem a fixação de prazos posteriormente a proclamação dos eleitos.

Obs.: Segundo os jornais Valor Econômico, nº. 646 e a Folha de São Paulo, ambos de 27 de novembro de 2002, o candidato Lula, que teve as suas contas aprovadas pelo TSE em 26 de junho de 2003, havia recebido mais R\$ 6, 4 milhões em contribuição depois do dia 27 de outubro de 2002, data da realização do segundo turno das eleições. Mesmo assim ficou com prejuízo de R\$ 770 mil. Como exemplo de doações recebidas depois da vitória de Lula nas urnas, citamos um total de R\$ 2,82 milhões do próprio partido, além de doações das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), R\$ 1 milhão; Banco ABC Brasil, R\$ 350 mil, Coteminas (do vice José Alencar), R\$ 347 mil. Por sua vez, o candidato Serra recebeu mais R\$ 1, 02 milhão em doações também após a proclamação dos resultados e ainda permaneceu com prejuízo de R\$ 5, 9 milhões.

Outro dado importante, que contradiz os números oficiais do TSE refere-se ao saldo negativo nas contas tanto de Lula quanto de Serra, que acabariam recebendo recursos financeiros de várias fontes após encerrada a eleição, conforme tabela a tabela abaixo:

Tabela nº.9 – Eleições Presidenciais de 2002 – dados comparativos entre os dois candidatos finalistas no segundo turno das eleições

Candidato/Partido	Arrecadação	Gastos de campanha	Gastos a mais (prejuízo)
Serra /PSDB	R\$ 28,54 milhões	R\$ 34,73 milhões	R\$ 6,19 milhões
Lula/PT	R\$ 39,38 milhões	R\$ 33,77 milhões	+ R\$ 17,3 mil

Fonte: TSE e jornal Valor Econômico, nº. 646, de 27 de novembro de 2002 e jornal Folha de São Paulo de 27 de novembro de 2002.

As contas do PT foram aprovadas pelo TSE em 26 de junho de 2003. Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ainda mais R\$ 6, 4 milhões em contribuição depois do dia 27 de outubro de 2002, data da realização das eleições. Mesmo assim ficou com prejuízo de R\$ 770 mil. O PT recebeu depois do dia 27 de outubro de 2002, do próprio partido R\$ 2,82 milhões; do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), R\$ 1 milhão; do Banco ABC Brasil, R\$ 350 mil e da Coteminas (José Alencar), R\$ 347 mil. José Serra teve mais R\$ 1, 02 milhão e ainda ficou com prejuízo de R\$ 5, 9 milhões.

5.3.1 Os gastos de campanha

No ano eleitoral de 2002 foi intensa a movimentação dos partidos em busca de recursos financeiros para alavancar uma campanha bastante acirrada. O PT, por exemplo, chegou a enviar um pedido de ajuda financeira a duas mil empresas²⁹, planejando gastar em torno de R\$ 36 milhões, mas arrecadaria muito mais, como já demonstramos. Por isso, durante a campanha eleitoral o partido solicitou ao TSE a ampliação deste limite para R\$ 42 milhões, tendo recebido doações, inclusive, de membros ativos do comitê de José Serra.

²⁹Cf. O Estado de São Paulo, “Nos partidos, a dura batalha por dinheiro”, Vera Rosa e Silvio Bressan, de 28 de julho de 2002, informando que o PT havia enviado para o empresariado uma caixa vermelha com estrela em alto relevo e no seu interior também uma pequena estrela dourada de brinde, além de uma fita de vídeo com entrevistas de Lula e do seu vice, o senador José Alencar, numa iniciativa do publicitário Duda Mendonça. Na mesma matéria, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares de Castro, que protagonizaria o maior escândalo em toda a história do partido por conta justamente do financiamento de campanha, afirma que “não vamos pedir atestado ideológico” aos doadores, mas “só não aceitaremos contribuição do narcotráfico, de quem explora trabalho escravo e de firmas não-legalizadas”.

Vários industriais importantes do comitê tucano, tais como o dono do Grupo Gerdau, Johannepeter Gerdau – que, aliás, estranhamente, também doaria uma soma polpuda ao candidato do PPS e nenhum recurso ao seu próprio candidato no segundo turno -, além de Antonio Ermírio de Moraes do Grupo Votorantim, e Olavo Setúbal, dono do Itaú, só para citar alguns, engordaram o caixa do PT durante a campanha. (Vide tabelas que mostramos no ANEXO de nº 07).

O mesmo Johannepeter Gerdau, como já citamos, foi um dos maiores doadores do ramo industrial, senão, talvez, o maior doador do candidato Ciro, que tinha inicialmente um gasto orçado pelo seu comitê financeiro de ordem de R\$ 25 milhões, mas que acabaria ficando longe disso, como já era esperado pelo partido.³⁰ O candidato do PPS sofreria resistência junto a alguns setores empresariais, como já falamos em várias oportunidades. “Muitos dos meus colegas [empresários] têm mais medo do Ciro do que do Lula porque o temperamento dele é muito explosivo e não se sabe o que ele realmente pensa”, destacou o presidente do Moinho pacífico, Lawrence Pih, um dos signatários do manifesto de empresários em apoio à candidatura de Lula.

Em geral, as lutas pelos governos estaduais consumiram R\$ 195 milhões e as doações para as disputas para os governos federais e estaduais alcançaram R\$ 289 milhões em 2002. Destaca-se o fato de que na disputa pelos Executivos, coincidência ou não, quem teve as campanhas mais caras acabou levando o governo em dezenove Estados e no Distrito Federal, além da Presidência da República. Outro dado importante foi o volume de recursos gastos no processo de produção midiática das campanhas: algo em torno de R\$ 150 milhões (aproximadamente US\$ 43 milhões, à cotação de 11/11/2002), sendo que desses valores um percentual em torno de 10% atinge somente os serviços de *marketing*. Esses números se referem somente às duas principais candidaturas presidenciais, a de José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT foi um dos partidos que mais investiu em propaganda em 2002, a começar pela contratação de um dos maiores publicitários do país, José Eduardo Cavalcanti Mendonça, o Duda Mendonça, como ficou popularmente conhecido, também envolvido no escândalo de caixa dois envolvendo o tesoureiro de campanha Delúbio Soares em 2005, como já fizemos menção. Com as denúncias do escândalo dos Correios ficamos sabendo da utilização de caixa dois pelo PT para o pagamento de Duda Mendonça.

³⁰Cf. O Estado de São Paulo, *idem*, segundo palavras do empresário mineiro Márcio Lacerda e presidente do comitê financeiro de Ciro.

Através de sua agência Comunicação e Estratégia Política Ltda (CEP), o publicitário Duda Mendonça³¹ fez um pacote para a campanha do PT que custou em torno de R\$ 25 milhões, que incluía não só os comerciais de televisão, no primeiro turno, como o programa de TV do primeiro turno, bem como algumas campanhas, alguns programas regionais e mais a campanha do presidente Lula. Portanto, foram incluídos no pacote as campanhas do então deputado federal José Genoíno Neto ao governo de São Paulo, candidato derrotado, a campanha para o Senado de Aloizio Mercadante, eleito com larga margem de votos, e ainda a campanha para o governo carioca de Benedita da Silva (ex-vice e depois governadora na gestão de Anthony Garotinho) que perdeu as eleições justamente para a ex-primeira dama do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

A escolha de Duda Mendonça foi uma escolha pessoal de Lula , com o apoio do chamado núcleo duro do Diretório Nacional, representado pelo grupo paulista de José Dirceu, José Genoíno e Aloizio Mercadante e os membros do sindicalismo do ABC com representação na Executiva, contra a vontade das bases partidárias e tendências de esquerda do partido.

Duda, que confessou ter recebido dinheiro de caixa dois através de paraísos fiscais em troca dos serviços prestados ao PT em 2002, apresentou-se voluntariamente à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (CPMI), em 11 de agosto de 2005, para esclarecer o seu envolvimento com o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de ser o operador do esquema do “mensalão”. Foi um longo depoimento que nos ajudou a esclarecer sobre o contrato publicitário com o PT durante a campanha presidencial, além de fornecer subsídios a respeito do seu perfil político e ideológico. A sua ida à CPMI causou muita comoção nacional, apreensão no Congresso Nacional e deixou em alerta o governo, um depoimento considerado pelo próprio presidente Lula na ocasião como bastante desfavorável à sua imagem, afinal, tratava-se de alguém de dentro da cúpula do PT , que falava à Nação, ao vivo, pela TV Senado, e transmitido pelos canais de TV a cabo para todo o país.

Em seu depoimento à CPMI dos Correios o marketeiro do presidente Lula afirmou que o PT ficou lhe devendo em torno de R\$ 11 milhões relativo ao pacote contratado em 2002, débito esse que foram passados para o ano de 2003, e que começaram a ser pagos em dólar pelo publicitário Marcos Valério, através de contas abertas pelo próprio Duda em paraísos

³¹Cf. José Eduardo Cavalcanti Mendonça, depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (CPMI) do Senado Federal, em 11 de agosto de 2005. A íntegra do depoimento estava disponível à época na página da *internet* do presidente da Comissão, senador Delcídio Amaral Gomez (PT-MS), no seguinte endereço eletrônico: <http://www.senado.gov.br/web/senador/delcidioamaral>.

fiscais. Contudo, Duda deixou dúvidas se parte deste dinheiro pago por Marcos Valério envolveria também o serviço prestado ao então candidato vitorioso nas urnas à Presidência, já que também que fazia parte do pacote inicialmente acordado com o partido.

Uma rápida síntese sobre a evolução empresarial do marketeiro petista nos ajuda a traçar o seu perfil político e ideológico. Dono de três empresas, sendo a principal empresa do grupo a Duda Propaganda, que é uma agência de publicidade que atende no varejo, mercado imobiliário, e na linha governamental. A outra empresa é a Promark, uma empresa que faz somente consultoria estratégica, quer seja para clientes privados ou clientes governamentais, atuando no diagnóstico, orientação de *marketing* e de estratégia para determinado lançamento de produtos. Por fim, a Comunicação e Estratégia Política Ltda (CEP), que é a única dedicada ao *marketing* político: campanhas eleitorais, programas partidários, e tudo que diz respeito aos partidos e candidatos a cargos eletivos ou pré-candidatos.

Politicamente e ideologicamente Duda se auto-define da seguinte forma: iniciou sua carreira fazendo campanha política para o grupo baiano ligado a Antônio Carlos Magalhães, atuando nas campanhas de Josaphat Marinho e do político conservador baiano Roberto Santos, quando ainda não existia a Duda Propaganda, através de sua participação na empresa DM9, fundada em 1976. O trabalho de *marketing* e propaganda política era feito separadamente da empresa, quando era constituído um grupo específico dentro da agência para trabalhar exclusivamente nas campanhas partidárias, ocasião em que a agência baiana foi crescendo e o trabalho reconhecido mundialmente com a consagração em Cannes.

Em 1992, Duda Mendonça juntamente com a sua Sócia, Zilmar Fernandes da Silveira, também envolvida no esquema de caixa dois em 2005, venderam a sua participação na DM9 e transferiram-se para São Paulo e fundaram a Duda Propaganda que ramificou-se em três empresas, sendo o publicitário o sócio majoritário e diretor da área de estratégia e criação das empresas do grupo. “Quando comecei a fazer campanha política, eu compreendi que a primeira coisa mais importante era a audiência, os programas eram duros, feios, monótonos..., perdiam os próprios candidatos, porque ninguém queria assistir. Acho que a entrada de publicitário e a mistura com jornalista deram um novo colorido à campanha política na televisão, ficando mais interessante de se ver e mais bonita, conseqüentemente, aumentando a audiência. A televisão brasileira tem uma qualidade muito grande, e é importante que os programas políticos também tivessem essa qualidade”, afirma o publicitário.

Sobre o sua inclinação política-partidária e o trabalho de *marketing* político, assim se expressa Duda: “Comecei a trabalhar há muito tempo, trabalhei para acho que quase todos os

partidos, não me recordo dos nomes, mas trabalhei muito para o PSDB, trabalhei muito para o PMDB, trabalhei para o partido do Miguel Arraes, o PSB, trabalhei... para o PPB, de Paulo Maluf. Eu acho que ...[todos] conhecem a minha história. Sempre procurei trabalhar com seriedade, fazer campanhas limpas. Eu sempre defendi a teoria de quem bate, perde. Isso a imprensa inteira sabe. Está no meu livro. E, com isso, eu fiz amigos, e conquistei até o respeito dos meus adversários”. E completa a sua opção partidária: “Eu entendia que ele [o partido e/ou adversário] era adversário do meu candidato, do meu cliente, não meu. E eu nunca misturei essas coisas. Eu acho que, na campanha, cada vez mais, as pessoas querem que falem de si e não dos outros. E foi dessa forma que eu comecei a crescer e a trabalhar em vários partidos e deixando sempre, por onde andava, amigos, e meu nome foi crescendo”.

Duda lembrou em seu depoimento na CPI que começou a sua carreira na Bahia, quando era um estudante de esquerda, e fazia campanha para candidatos da Oposição, mas num determinado momento, um candidato “não foi correto com a gente..., aí que decidi o seguinte – eu tinha dois filhos pequenos, gêmeos..., que ia fazer campanha para qualquer um. Então, comecei a trabalhar para qualquer partido....(...) E o meu trabalho era compreendido e respeitado exatamente por eu não misturar..., se eu era PSDB, no Estado de Minas, eu era PSDB, no Estado de Minas, para o que desse e viesse..(...) Todas as campanhas que fiz, eu me envolvia com elas do mesmo jeito. O tempo foi passando, a minha empresa foi crescendo, fui ganhando dinheiro e consolidando a minha posição de empresário; e a minha empresa de marketing político foi ficando importante, saindo do país... Eu tinha feito a campanha do Fernando Collor, governador de Alagoas, inclusive criado a marca...”³²

5.3.2 As doações empresariais

Se poderia afirmar que o empresariado tem por norma doar dinheiro para todos os candidatos, afim de sempre estar bem com o poder, pois é fácil imaginar que as ações governamentais não são do agrado de todo mundo e não seria deferente para os empresários. Mas queremos observar que há uma diferença bastante sutil neste aspecto, em razão da preferência da elite dominante em torno dos próprios candidatos, sobretudo, devido a sua postura ideológica.

³²Cf. José Eduardo Cavalcanti Mendonça, Op. cit., 11 de agosto de 2005. Durante o seu depoimento o publicitário teve o seu trabalho questionado por parlamentares de Oposição, a exemplo do deputado João Fontes (PDT-SE), ex-petista expulso do partido juntamente com a senadora Heloisa Helena e os deputados federais, Luciana Genro e João "Babá" Batista Araújo, afirmando que “é óbvio o que V.S^a. ajudou muito a maquiagem, mas o Lula ganhou a eleição em função das alianças e do cansaço do povo brasileiro com a política econômica do governo Cardoso”.

Neste sentido, a elite empresarial acaba envolvendo-se de maneira direta no pleito, na tentativa de impulsionar o (s) candidato (s) de sua preferência ideológica, ainda mais em se tratando de uma eleição disputadíssima como a de 2002, marcada por uma certa divisão no seio das elites dominantes, em razão da falta de um candidato governista de consenso e que empolgasse o eleitorado, diante de uma plêiade de candidatos oposicionistas pouco confiáveis, embora de perfil mais moderado.

Podemos constatar através da análise porque a indústria farmacêutica, por exemplo, investiu mais em Luiz Inácio Lula da Silva e em Ciro Gomes do que em José Serra, candidato oficial e ex-ministro da Saúde de Fernando Henrique Cardoso, que durante o seu exercício na pasta da saúde introduziu no Brasil os genéricos e havia quebrado as patentes de alguns medicamentos importantes, como por exemplo, no combate a AIDS, o que lhe rendeu reconhecimento internacional.

Em razão do perfil político dos candidatos em disputa, como já falamos acima, todos os grandes doadores investiram nos três candidatos aqui citados com melhores chances de ganhar as eleições devido aos seus compromissos programáticos não anti-capitalistas e em favor da produção, sendo gritante pelos dados de prestação dos candidatos junto ao TSE a doação maciça de recursos do setor financeiro concentrados em Serra e Lula. O volume de dinheiro doado à campanha do PT pelo setor financeiro impressiona pelas cifras, em se tratando de um candidato de esquerda e tão estigmatizado como sempre fora no passado, em que pese a tentativa de intimidação provocada pela tática do medo que o candidato governista tentou passar em relação a Lula no horário eleitoral da TV, sem sucesso. A tabela, a seguir, reforça o que estamos queremos afirmar:

Tabela nº 10 – Doações dos Bancos aos candidatos à Presidência da República em 2002.

(Em R\$ mil).

Bancos Doadores	Serra	Lula	Ciro
ABC do Brasil	100.000		
ABN Amro	650.000	650.000	
Alfa	200.000	200.000	
BBA	500.000	100.000	
Bradesco	500.000	500.000	
Crédito Real de Minas Gerais	1.500.000	500.000	1.000.000
Fator	15.000		
Honda		5.000	
Industrial e Comercial			100.000
Itaú	2.200.000	250.000	
Santander/Banespa	1.400.000	1.400.000	
Unibanco	300.000		200.000
Votorantim	1.300.000	500.000	400.000
Total	8.665.000	4.355.000	1.700.000
Total de receitas do candidato	28.540.261	21.072.475	13.942.876
Participação dos Bancos	30,36%	20,6%	12,19%

Fonte: Autor, com base nos dados oficiais do TSE/SPCE e dos cálculos que aparecem na dissertação de Ferreira (Os Donos da Dívida: 2005, p. 105).

Obs.: Os dados relativos a José Serra e Ciro Gomes referem-se apenas as receitas dos comitês financeiros de campanha (não há registro no TSE de lançamentos em nome dos respectivos candidatos, conforme já explicamos na Tese). Enquanto que no caso de Luiz Inácio Lula da Silva nos baseamos nas receitas do candidato propriamente dito. Utilizando as receitas totais do candidato petista, que inclui as doações ao comitê financeiro do PT, a participação dos bancos na campanha de Lula cai para 11%.

O maior aumento de custos e de doações está relacionado às campanhas do Partido dos Trabalhadores, enquanto que o candidato tucano viu as suas doações diminuírem à medida que diminuía as suas chances eleitorais até chegar ao final da campanha devendo aos seus fornecedores. Na verdade, houve dois momentos da campanha em que as entradas de doações diminuíram para o comitê de José Serra: o primeiro, quando as intenções de voto para Ciro Gomes aumentaram enormemente no primeiro turno e, o segundo, quando se confirmou nas sondagens eleitorais a distância que o separava de Lula no início do segundo turno.

A maior parte das despesas de campanha estava relacionada à comunicação política, principalmente à comunicação de massa. Há, portanto, um custo comunicação, que incide sobre os gastos totais e que incluem desde a publicidade gráfica (da publicidade impressa ao aluguel de outdoors), até o transporte, passando pelos serviços de produção de eventos (comícios de tipo mais sofisticado, brindes, contrato de artistas, etc.), pelas consultorias políticas diretas, pela publicidade, pelo *marketing* e pela própria arrecadação da campanha (20 pessoas trabalharam nesse setor na campanha de Lula em 2002).

O PT montou um estúdio de 88 metros quadrados, sendo as falas do candidato registradas em película de 16 milímetros e com cerca de 100 pessoas trabalhando na produção. O publicitário do partido, Duda Mendonça, procurou explorar uma imagem de estadista de Lula, num cenário representando um grande escritório em atividade. Utilizou-se também de mini-novelas de cunho emocional sobre os temas abordados no programa e o currículo dos aliados, que o jargão de esquerda de programas anteriores seria evitado, com o petista ocupando em torno de 60% do programa eleitoral na TV.³³

José Serra era o candidato que dispunha de mais recursos técnicos, sendo o único que dispôs de trechos gravados em película de 35 milímetros utilizados na telona dos cinemas, com o marketeiro Nizan Guanaes pretendendo passar a imagem de um candidato popular, tendo por cenário o bar da Dona Jura da novela O Clone, com o tempo ocupado pelo candidato de 10 a 30% do tempo do programa. Contou com a participação de artistas populares, como Chitãozinho e Xororó, Elba Ramalho e KLB, cantando o jingle do candidato, tendo a atriz Solange Couto, a dona Jura, como uma das apresentadoras, evitando-se as falas longas e tecnocráticas de Serra.

O candidato pepesista, Ciro Gomes teve a participação não só na frente das câmeras mas também na produção do programa, da atriz global e esposa, Patrícia Pillar, que sugeriu para o candidato parecer mais natural, como homem do povo, como se estivesse bebendo cerveja num bar, num cenário típico de um lar, com poltronas, estantes de livros, um misto de sala de estar e escritório doméstico, que contou com a participação de artistas como o cantor baiano Carlinhos Brown, o ator Juca de Oliveira e o grupo musical Chiclete com Banana. Seria evitado o tom irritado e prepotente, que seria era a marca registrada do candidato, segundo seus adversários, com um tempo de exposição de 50% nos seus programas.

³³Cf. Veja, Felipe Patury, Sandra Brasil e João Gabriel de Lima, n.º. 1.765, de 21 de agosto de 2002, analisando através de duas matérias o poder da televisão nas eleições, destacando que mais de 40 milhões de eleitores estavam ou indecisos ou dispostos a mudar de candidato, mostrando, por sua vez, os preparativos dos candidatos para o horário eleitoral gratuito.

Nascido nos programas de rádio e televisão, o candidato do PSB praticamente se auto-dirigiu na propaganda eleitoral, com a falta de recursos financeiros adotou um cenário mais pobre, com uma participação nos programas na faixa de 70%, a qual acrescentou cliques mostrando mazelas sociais, como crianças cheirando cola. E além disso, deu ênfase também à apresentação do seu plano de governo, com destaque para os temas do emprego e salário

Com o discurso do tostão contra o milhão³⁴, Anthony Garotinho esmerou-se na apresentação de suas realizações passadas, e, ao contrário do que se imaginava, deixou suas críticas à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso para as entrevistas na mídia e para os debates com os concorrentes. Como é sabido, saiu-se bem no uso do espaço midiático, tendo boa participação nos debates televisivos, chegando em terceiro lugar na corrida eleitoral do primeiro turno, conquistando o posto que era de Ciro Gomes.

Quanto aos dois outros candidatos nânicos, José Maria (PSTU) e Rui Pimenta (PCO), em exatos 1 minuto e 23 segundos, pouco coisa pode ser feita. Limitaram-se a atacar o governo Fernando Henrique Cardoso e a mostrar através de slogans de campanha por que eram os únicos partidos verdadeiramente de esquerda e socialista. Procuram diferenciar-se dos demais candidatos de oposição, principalmente em relação ao candidato do PT, denunciado Lula como traidor da classe operária por romper com algumas bandeiras históricas do movimento popular, sobretudo no campo econômico ao dar o aval aos acordos do Brasil com o FMI.

Um resumo sobre os gastos com comunicação política aparece na tabela, a seguir.

³⁴O Estado de São Paulo, “Nos partidos, a dura batalha por dinheiro”, Vera Rosa e Silvio Bressan, de 28 de julho de 2002, destacando que a tese da renúncia da candidatura de Garotinho teria aumentado, principalmente, após a confirmação na semana anterior do abandono do companheiro de partido a disputa ao governo de São Paulo, também por falta de recursos financeiros, do ex-prefeito de Campinas, Jacó Bittar. O PSB pretendia usar a propaganda na TV para impulsionar a venda de bônus de R\$ 1: “Aí está a falta de democracia: o desempenho nas pesquisas define o fluxo de caixa”, reclamaria o deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ), coordenador financeiro de campanha.

Tabela nº 11 – Eleições Presidenciais de 2002 – Comparação sobre os principais gastos dos candidatos Serra e Lula

Candidatos/Partido	Produção Audiovisual (Programas de TVs)	Prestação de Serviço (Serviços Terceirizados)	Artistas e Shows	Propaganda em Geral	Viagens
Serra/PSDB	R\$ 6,8 milhões	R\$ 5,1 milhões	R\$ 3,6 milhões	R\$ 3,05 milhões	R\$ 2,9 milhões
Lula/PT	R\$ 7 milhões	ND	R\$ 1,4 milhão*	R\$ 5,3 milhões	R\$ 2,1 milhões

Fonte: Jornal Valor Econômico e Folha de São Paulo, de 27 de novembro de 2002. ND=Dado não disponível pelas fontes consultadas.

Obs.: * Refere-se somente aos gastos com os shows da dupla Zezé Di Camargo & Luciano

Como já comentamos na Tese, houve forte investimento por parte dos principais candidatos com reais chances de vitória no *marketing* político, o que implicou na contratação de institutos de pesquisas famosos com o intuito de avaliar o seu desempenho eleitoral durante a campanha, como se pode observar pela tabela abaixo:

Tabela nº. 12 – Eleições Presidenciais de 2002 – Total de Gastos dos candidatos à Presidência da República com os Institutos de Pesquisas

Candidato/Partido	Instituto/ Pesquisas ou Testes Eleitorais	Gastos
Lula /PT	IBOPE OPINIAO PUBLICA LTDA	336.775,00
José Serra/PSDB	IPESPE - INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS, POLITICAS E ECONÔMICAS	1.500.000,00
Ciro Gomes/PPS	VOX POPULI MERCADOS E OPINIÃO S/C LTDA	1.500.000,00
		Total
		3.336.775,00

Fonte: Autor com base no Relatório Oficial /TSE.

Finalmente, no que tange as doações às candidaturas em 2002 é preciso destacar do ponto de vista mais geral que o candidato Anthony Garotinho era tido como um candidato de

perfil populista, por isso mesmo era uma candidatura repudiada pelo meio empresarial brasileiro. Além disso, mantinha vínculos muito frouxos com a elite orgânica dominante, o que lhe impossibilitou poucas adesões de peso junto ao PIB nacional.

Isto fica claramente demonstrado pelas poucas doações que recebeu deste setor fundamental da economia nacional, espelhada na sua pobre infra-estrutura de campanha partidária³⁵, tanto em termos organizacionais como político-eleitorais. Sem contar a enorme resistência que enfrentava junto ao capital financeiro, infinitamente maior do que a verificada no caso de Ciro Gomes.

Garotinho era um crítico contumaz da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no que diz respeito as altas taxas de juros e ao pagamento da dívida pública, mesmo tendo participado durante a campanha eleitoral de encontro dos presidentes com o presidente da República em apoio ao cumprimento dos contratos e o aval para um novo acordo com o FMI. A sua estimativa de gastos junto ao TSE era a mesma de Ciro Gomes (R\$ 25 milhões), mas, como já dissemos, a sua arrecadação foi infinitamente inferior, com as doações não passando de meros R\$ 3, 27 milhões, dinheiro suficiente, segundo alguns especialistas, para eleger, quem sabe, dois ou três deputados federais (a sua despesa oficialmente confirmada junto ao TSE foi de R\$ 3,221 milhões, apresentando uma sobra de caixa de R\$ 67, 643 mil).

A contribuição empresarial em forma de doações milionárias foi dada a Lula, Serra e Ciro, como já demonstramos, que se auto-rotulavam como os candidatos da produção e identificados desta forma pelos grupos econômicos de diferentes matizes. Mas com uma diferença fundamental entre os dois primeiros em relação ao candidato do PPS, que enfrentava resistência por parte do setor financeiro. Além do mais, como já sabemos, Lula conseguiu durante a campanha eleitoral, de maneira hábil, constituir um grupo de trabalho conjunto com o setor bancário e de mercado de capitais, ramo econômico bastante recalcitrante em torno dos candidatos oposicionistas. Portanto, a tabela abaixo mostra de forma resumida alguns dos principais doadores dos candidatos tucano e petista, respectivamente, com algumas curiosidades interessantes:

³⁵Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., 28 de julho de 2002, qualificando a propaganda política do ex-governador do Rio de Janeiro de o “marketing da pobreza”, pelo fato Garotinho apresentar a escassez de dinheiro como uma prova da sua honestidade, tese rebatida pelo coordenador financeiro, Alexandre Cardoso, argumentando que isso prova que o ex-governador não faz caixa, numa alusão a sua passagem pelo governo carioca.

Tabela nº. 13 – Eleições Presidenciais de 2002 – Principais doadores dos candidatos Serra e Lula

Candidato/Partido	Indústria e Comércio	Bancos e sistema financeiro	Outros
Serra/PSDB	<p>Grupo Votorantim R\$ 2,065 milhões</p> <p>Sodepa R\$ 1,3 milhão</p> <p>Sidra R\$ 700 mil</p> <p>Pirelli R\$ 500 mil</p> <p>Grupo Ipiranga R\$ 500 mil</p> <p>Brasil Center R\$ 500 mil</p> <p>Star One R\$ 500 mil</p> <p>Cia Siderúrgica Nacional R\$ 250 mil</p> <p>IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia R\$ 929 mil</p>	<p>Itaú R\$ 2,2 milhões</p> <p>Banco de Crédito Real de Minas Gerais R\$ 1,5 milhão</p> <p>Banespa/Santander R\$ 1,4 milhão</p> <p>Unibanco R\$ 300 mil</p>	<p>Antônio José de Almeida Carneiro* R\$ 1 milhão</p>
Lula/PT	<p>Shopping Iguatemi** R\$ 400 mil</p> <p>Copeme R\$ 200 mil</p> <p>Petroquímica União R\$ 200 mil</p>	<p>ABN Amro Real R\$ 650 mil</p> <p>Credibel R\$ 250 mil</p> <p>Banespa/Santander***** R\$ 1,4 milhão</p>	<p>Ibope R\$ 1.120 mil***</p> <p>Justiça do Trabalho R\$ 144,6 mil****</p>

Fonte: Autor, com base nos dados oficiais do TSE e também da Folha de SP (2711/2002).

* Único doador milionário individual que se tem notícia nesta eleição em particular.

** Empresa pertencente ao irmão de Tasso Jereissati (PSDB), Carlos Jereissati.

*** Instituto que trabalhou para o PT em 2002, inclusive nas campanhas estaduais.

****Doação de instituição pública proibido por lei, que utilizou o CNPJ da campanha do PT.

*****Curiosamente o mesmo valor doado a Serra.

5.4 O duplo tiro certo: Serra explode duas pedras no caminho

5.4.1 A detonação da muralha Roseana

A análise do material empírico e bibliográfico consultado não nos permite concluir sobre a tese difundida, por alguns, da participação direta do governo federal na conspiração armada para derrubar a pré - candidatura da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL) ao Planalto, que transformou-se num fenômeno de mídia eleitoral e que poderia ter-se tornado uma forte concorrente para Lula em 2002.

Contudo, há vários indícios que apontam na direção do candidato governista e então ministro da Saúde, José Serra, acusado de ser o principal articulador daquela que fora considerada, por muitos, como uma grande armação política, envolvendo a Polícia Federal e o Ministério Público, depois embalado pelo trabalho de desconstrução da candidatura pefelista por alguns dos principais grupos de comunicação nacionais.³⁶

Este episódio marcou o fim de uma coalizão que praticamente garantiu a base de sustentação do governo tucano conservador de Fernando Henrique Cardoso por oito anos, em dois mandatos consecutivos, e selou os destinos da candidatura fracassada de José Serra ao governo. Com escassa possibilidade de êxito, sem jamais se colocar nitidamente perante o eleitorado como o candidato da situação, segundo enfatiza o cientista político Antônio Fausto Neto³⁷, Serra adotaria um discurso ambíguo, demonstrando uma certa crise de identidade, por isso acabou entrando fragilizado no processo eleitoral de 2002.

³⁶Cf. Folha de São Paulo, “R\$ 1,34 mi apreendido pela PF será devolvido a Roseana”, de 20 de março de 2003, que informa sobre a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF), da 1ª Região, que autorizou a devolução do R\$ 1,34 milhão e dos documentos recolhidos pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal, na sede da empresa Lunus Serviços e Participações da então senadora Roseana Sarney (PFL- MA) e de seu marido, Jorge Murad, em operação de busca e apreensão realizada praticamente um ano antes, em 1º. de março de 2002, quando ela era pré-candidata à Presidência da República.

O TRF comprovou que havia a ausência de ligação entre a empresa do casal e o caso de desvio de dinheiro da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), motivo da operação da PF na Lunus, cujo origem do dinheiro gerou polêmica, mas a imagem dos milionários maços de notas de R\$ 50 largamente exploradas pelas câmeras derrubou a pré-candidatura de Roseana, que acusou o PSDB de armar a batida, fato sempre negado pelo presidenciável José Serra.

Na matéria, o procurador da República do Tocantins, Mário Lúcio Avelar, autor do pedido de busca e apreensão, negou a falta de provas dessa ligação. “Temos indícios de que a Lunus tinha o controle da Nova Holanda”, empresa acusada de desvios de dinheiro da extinta Sudam. Mas lembrou que a decisão do TRF irá prejudicar a investigação, por impedir, de um lado, a identificação da origem do dinheiro apreendido e, por outro, dificultar a obtenção de provas sobre a ligação entre a Lunus e a Nova Holanda. Desde 2 de março de 2002, o dia seguinte à apreensão, os documentos estavam lacrados por causa de uma liminar que foi concedida pelo então presidente do TRF, Fernando Tourinho Neto. O dinheiro ficou retido na Caixa Econômica Federal.

³⁷Cf. Antônio Fausto Neto, “Entre os cruzamentos de sentidos”, in.: Fausto Neto, Antônio & Verón, Eliseo (Orgs.). Lula Presidente: Televisão e política na campanha eleitoral, 2003, p. 65-83.

Pesquisa encomendada pelo PFL ao instituto GPP mostrava que o programa de rádio e TV dedicado à então pré-candidata Roseana Sarney havia tido resultado surpreendente, chegando a superar o petista Lula junto ao eleitorado feminino. As intenções de voto em Roseana haviam dobrado entre os que tinha assistido o programa veiculado no dia 1º de novembro de 2001, que teve seus 20 minutos no rádio e na TV ocupados pela pefelista.³⁸

Pela pesquisa, Lula liderava com 32,8% e 19,9% declaram voto na governadora, percentual que caía para 14,3% entre os que não assistiram ao programa do PFL. Mas entre os 40,3% que engrossaram a audiência em todos os Estados, a preferência por Roseana subiu para 28,1% (dando empate técnico com Lula, que tinha 29,2%. Contudo, a melhor performance maranhense era entre o público feminino que a viu na TV. Roseana chegava a 36,5%, enquanto Lula com 22,5%. Entre os homens que assistiram o programa, os percentuais praticamente se invertem: 36,4% para Lula e 18,7% para a governadora.

Como o programa foi voltado para o público feminino, dirigentes e marqueteiros planejavam tirar mais dividendos eleitorais dele. A idéia era repetir as melhores partes em 3 de dezembro, quando o PFL voltaria a usar o horário no rádio e na TV a que tinha direito nos Estados. Os marqueteiros pretendiam que os políticos locais dividissem o seu tempo com Roseana e já preparavam dois blocos de 5 minutos estrelados por ela. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), negociava, na ocasião, com as direções regionais.

Insuflada com as pesquisas que lhe davam uma vantagem de 21% nas preferências contra 7% de José Serra, em de janeiro de 2002 Roseana Sarney reiterou em encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso a sua intenção de disputar as eleições, ao mesmo tempo tentava obter o apoio do PSDB, visando uma provável candidatura de consenso do campo conservador³⁹. O pré-candidato tucano José Serra a pressionava a desistir,

³⁸Cf. Pesquisa CNT-Sensus divulgada em 25 de setembro de 2001, já apontava que a pré-candidata do PFL havia ultrapassado Ciro Gomes (PPS), e ocupava a segunda colocação, enquanto que o provável candidato governista despencava e ficava em último lugar na preferência dos eleitores.

Segundo a pesquisa CNT-Sensus, a governadora do Maranhão havia ultrapassado Ciro Gomes (PPS) na corrida presidencial e ocupava a segunda posição, com 14,4% das intenções de voto - 2,4 pontos percentuais à frente do candidato do PPS (12%). Os candidatos estavam tecnicamente empatados, já que a margem de erro era de três pontos percentuais para mais ou para menos. Desde o último levantamento, em agosto, Roseana subira 3,2 pontos percentuais e Ciro caíra 1,9 ponto. O instituto revelou ainda que o ministro da Saúde, José Serra (PSDB), despencara 4,2 pontos percentuais e estava em último, justamente com 4,2%, atrás de Enéas Carneiro (Prona), com 4,3%.

O petista Luiz Inácio Lula da Silva liderava a pesquisa, com 31,3% das intenções de voto: havia crescido 3,4 pontos percentuais. Em quarto e quinto lugares apareciam, respectivamente, os governadores Itamar Franco (PMDB-MG), com 10,6%, e Anthony Garotinho (PSB-RJ), com 9%. Itamar havia crescido 1,1 ponto percentual, e Garotinho subira 0,6. O instituto ouviu duas mil pessoas em todo o país entre os dias 14 e 20 de setembro.

³⁹ Cf. Folha de São Paulo, "Roseana diz que não desiste e desafia Serra a 'fazer 21'", Otávio Cabral e Wilson Silveira, de 25 de janeiro de 2002. (Cf. Veja, edição n°. 1.117, de 12 de setembro de 2001, veiculou a pesquisa

manifestando o desejo compor uma dobradinha na tentativa de conseguir uma chapa de consenso da base aliada.

Contudo, a pefelista não alimentava ilusões de que viria a ter apoio do PSDB, pois os tucanos não aceitavam usar as pesquisas como critério de definição de uma candidatura única. O encontro com o presidente Cardoso era somente para propor aos tucanos um pacto de não-agressão no primeiro turno. O gesto da governadora, no entanto, foi entendido pelo PSDB como uma sinalização para uma eventual candidatura única do campo governista, embora a intenção imediata da cúpula do PFL era tentar barrar a aproximação de José Serra com o PMDB.

Outra pesquisa do Datafolha da família Frias e publicada na edição dominical do jornal do grupo mostrava que na frieza dos números, Roseana levava vantagem: tinha entre 16% e 19% dos votos, conforme o cenário e quando concorria diretamente com Serra, obtinha o dobro do percentual de votos do então ministro da Saúde, e se isolava no 2º. lugar na corrida eleitoral. E a edição do dia seguinte, destacava através de editorial⁴⁰ que crescia o apoio das elites à pretensão pefelista, destacando que pesquisa do Datafolha, publicada no dia anterior, com as intenções de voto para presidente da República mostrava um vínculo entre a ascensão da governadora do Maranhão e uma mudança de opinião nos setores de elite da sociedade.

Em suma, pela primeira vez, havia uma sinalização estatística mais firme de que um nome vindo das hostes governistas poderia efetivamente vir a disputar as eleições com Lula. Algumas das maiores oscilações positivas na intenção de voto da governadora ocorreram entre os eleitores de nível universitário, entre os mais ricos, entre os mais bem posicionados na divisão socioeconômica de classes e entre os habitantes da região Sudeste.⁴¹

Sensus/CNT, com a chamada “Tudo por Roseana”, ressaltando que o PFL aposta as fichas na governadora e a fará estrela de uma campanha publicitária digna de cervejaria).

⁴⁰Cf. Folha de São Paulo, Editorial, “A elite oscila”, de 26 de novembro de 2001. (Cf. Isto É, n.º. 1678, de 28 de novembro de 2001, seguia no mesmo tom da Folha, destacando que “firme na disputa” e cada vez melhor nas pesquisas, Roseana Sarney polariza com o petista Luiz Inácio Lula da Silva e deixa os outros bem para trás, com um detalhe, “com ela no páreo, todos os outros candidatos perdem pontos.”)

⁴¹Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 26 de novembro de 2001, acrescentando que em todas essas quatro categorias, a intenção de voto no candidato do PT obteve queda, embora no cômputo geral da pesquisa o petista tenha oscilado um ponto percentual para cima nos dois cenários em que disputa com a pefelista. Parte da elite, em vista do aumento da exposição do nome de Roseana Sarney, passou a optar pela pré-candidata do PFL, ao mesmo tempo em que caía a preferência por Lula nesse mesmo estrato.

5.4.2 Arapongas e dossiês contra os Sarney

Como não poderia deixar de ser, a pré-candidata pefelista ao Planalto reagiria com indignação a tentativa de desestabilizar a sua candidatura, denunciando o caráter político da ação da Polícia Federal (PF) na invasão do escritório da sua empresa e de seu marido, Jorge Murad, a Lunus Participações, reafirmando a intenção de continuar lutando por sua candidatura. Roseana declararia na ocasião não haver dúvidas sobre a motivação política na invasão da Lunus e ao suposto desvio de dinheiro na SUDAM, afirmando de maneira taxativa: “É uma tentativa de desestabilizar minha candidatura, mas não irão conseguir. Depois dessa ninguém me segura mais. Vou até o fim, aconteça o que acontecer.”⁴²

Através de conversa por telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na tarde do mesmo dia da operação da PF, ocorrida em 1º de março de 2002, mostrou toda sua indignação, ressaltando que o terrorismo de Serra e do PSDB impediam qualquer tipo de composição entre os partidos da base de sustentação do governo no primeiro turno, deixando que não desistiria de sua candidatura. Na conversa, Cardoso declarou não saber com antecedência da operação policial e disse que não havia por parte do governo uma campanha orquestrada contra ela.

Interessante, observar, contudo, que dois dias depois da operação na Lunus, portanto no dia 3 de março, a governadora do Maranhão já falava em utilizar todo o seu prestígio dentro do PFL e toda a força popular que os índices de intenção de voto lhe conferiam para remeter o seu partido às fileiras da Oposição⁴³. E, novamente, indignada, reiterou o discurso de que era vítima de uma armação eleitoral patrocinada pelo governo através da PF, embora não soubesse explicar a origem do dinheiro encontrado na empresa de sua família, que depois de muita controvérsia seria declarado pelo seu marido e sócio na Lunus, Jorge Murad, como dinheiro para financiar a sua campanha à Presidência. (O que era ilegal perante à Justiça Eleitoral pois ainda tinha sido aprovado o calendário oficial das eleições e a governadora sequer havia sido escolhida como candidata à sucessão por seu partido).

Ainda estupefatos com o acontecido, todos os demais candidatos ou políticos importantes ligados aos principais pré-candidatos e adversários da família Sarney prestariam solidariedade a Roseana Sarney. O governador do Rio de Janeiro e presidenciável do PSB, Anthony Garotinho, não teve dúvidas em afirmar que tratava-se de uma ação eleitoreira⁴⁴,

⁴²Cf. Folha de São Paulo, “Roseana quer rompimento imediato com governo FHC”, Otávio Cabral, de 03 de março de 2002.

⁴³Cf. Correio Braziliense, de 03 de março de 2002.

⁴⁴Cf. Folha de São Paulo, “Garotinho vê ação da PF como ‘eleitoreira’”, Mário Magalhães, 03 de março de 2002.

ressaltando na ocasião que “do jeito que as coisas vão, é melhor acabar com a eleição direta, instituir a votação pelo Colégio Eleitoral e decidir logo que José Serra é presidente”.

Garotinho procurou vincular a operação da Lunus a decisão do TSE de verticalizar as eleições, impondo nos Estados as mesmas coligações nacionais para ao Planalto, tomada no mesmo dia, que, na sua avaliação, como do PT, visava única e exclusivamente beneficiar o candidato governista José Serra. (Denunciaria, ainda, acordo informal entre o PT e o PSDB para manter a decisão do TSE, que seria contestada no Congresso Nacional, embora sem sucesso).

O candidato do PSB ainda colocou mais lenha na fogueira, ao levantar a suspeita da “arapongagem” com dedo tucano contra Roseana, ao declarar que teria sido procurado em fevereiro de 2002 por uma pessoa do Rio de Janeiro que lhe teria oferecido um dossiê nada edificante sobre a governadora do Maranhão e seus negócios. Tese que não seria de todo descartada, como ficaria claro nas palavras do senador e ex-presidente da República, José Sarney, ao relatar encontro secreto com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o presidenciável, os seus assessores identificaram o secretário-geral do PSDB, deputado Márcio Fortes (RJ), um serrista convicto, como o responsável pelo envio de um portador para oferecer o dossiê a Garotinho. (O deputado Márcio Fortes negou o fato e ameaçou processar o governador carioca).

O PT, por seu turno, através do então deputado federal José Genoino (PT-SP), também repudiaria a operação na Lunus e reforçou a tese da ação coordenada da PF/PSDB, visando beneficiar o candidato governista, afirmando que “o governo fomenta um vale-tudo no processo eleitoral”⁴⁵ e sustentou que ação da Polícia Federal, de retirar documentos na sede da empresa de Jorge Murad, marido da pré-candidata, “demonstra que os tucanos estão fazendo de tudo para ganhar a eleição”. Genoino considerou no mínimo estranho a invasão do escritório da família Sarney justamente no momento em que o TSE tomava uma decisão que favorecia ao PSDB. “Eu acho que essa atitude do governo de entrar no processo eleitoral pode gerar algum confronto”.

O petista classificou a ação da Polícia Federal como uma arbitrariedade e a comparou ao processo de investigação da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel. “Teve gente do governo federal e do governo estadual que queria priorizar a investigação da prefeitura e da vida pessoal do Celso Daniel em vez de investigar quem o seqüestrou e o matou.” Contudo, o petista afirmou não haver elementos para afirmar quais membros do governo ou se

⁴⁵Cf. Folha de São Paulo, “Tucanos ‘estão fazendo de tudo’ para ganhar a eleição, diz Genoino”, José Alan Dias, 03 de março de 2002.

o presidente Fernando Henrique Cardoso estariam envolvidos em uma suposta ofensiva contra a candidatura petelista. Para o petista, o governo deveria agir como magistrado na eleição. “Na hora que o presidente [da República] vibra com a decisão do TSE [referindo-se a verticalização], pega mal para o governo. Estou preocupado: hoje é com a Roseana. Amanhã, pode ser contra nós.”

Coube ao então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia (PFL), ir mais longe em suas conclusões em relação a tentativa do governo em desestabilizar a candidatura do seu partido, declarando que a ação da PF teve a participação do candidato governista José Serra, do próprio Planalto e incluiu ainda no pretenso conluio a revista *Época*⁴⁶, do grupo Marinho.

Para Maia, a revista *Época* fora informada da ação por membros de governo, pois divulgou a informação antes do final da operação. “O que há de estranho é no sábado a *Época* já ter outdoors em São Paulo e na noite de sexta seu *site* já ter a matéria, antes de a polícia sair do escritório da empresa. Uma revista nacional não faria isso sem o respaldo de uma autoridade política.” (A direção da *Época* teria informado na ocasião que ficou sabendo da operação na empresa Lunus pouco antes das 20h, do dia 1º. de março, uma sexta-feira. A partir das informações obtidas pela sucursal de Brasília e pela redação da revista em São Paulo, o assunto virou capa por volta das 22h daquele mesmo dia. Até aquele momento, a capa da revista semanal, que circula nos finais de semana em todo o país, trazia uma matéria sobre Roseana Sarney e Leila Diniz).

5.4.3 Crise na base de sustentação de FHC

A crise na base de sustentação do governo ganhou maior impacto com a divulgação da notícia de que o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) fora informado no exato momento da ação dos trabalhos de busca, realizados na empresa Lunus.⁴⁷ Naquela noite, ao final da ação da Polícia Federal, o presidente Cardoso recebeu, de fato, um fax enviado pelo delegado que comandava a busca, Paulo de Tarso Gomes. Para completar as suspeitas, o documento fora transmitido de um aparelho do próprio escritório da Lunus ao Palácio do Planalto.

O secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio, afirmou que o fax continha a cópia do mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça. “O presidente soube do fato pelo senador Jorge Bornhausen, do PFL, disse que tomou um susto e determinou ao

⁴⁶Cf. Folha de São Paulo, “Maia acusa governo, Serra e revista ‘Época’”, 04 de março de 2002.

⁴⁷Cf. O Estado de São Paulo, “Presidente recebeu fax de delegado”, de 07 de março de 2002.

diretor da PF, Agílio Monteiro, que lhe mandasse os documentos que comprovassem a legalidade da operação", declarou Virgílio. A Polícia Federal também apresentou esclarecimentos e através de nota distribuída à imprensa na época, negando que os policiais responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca tenham enviado ao presidente um relatório da operação, como chegou a ser divulgado pela imprensa. No texto, a PF confirma a versão do governo de que Cardoso recebeu apenas uma cópia da ordem judicial.

Um dos advogados do casal Murad e Roseana, Vinicius de Berreto Martins, confirmou ter presenciado o envio do fax para o Palácio da Alvorada durante a execução do mandado de busca e segundo o advogado, a ordem para que os agentes mandassem o fax partiu mesmo do diretor-geral da PF, que telefonou para o delegado Paulo de Tarso Gomes. (No entanto, a atitude do delegado foi criticada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, para quem o policial não deveria ter prestado contas ao presidente da República. "A PF deve se reportar tão somente à autoridade judiciária", afirmou na ocasião).

Apesar de não apresentar provas documentais, e baseando-se em recortes de jornais e em seu próprio testemunho sobre o episódio, o ex-presidente José Sarney afirmou que a sua filha fora vítima de manobra arquitetada para tirá-la da sucessão presidencial e responsabilizou o presidente Fernando Henrique Cardoso, na condição de chefe de Estado, pelo suposto envolvimento do governo na ofensiva contra a pefelista. A sua fala não era de todo despropositada, pois anteriormente em encontro reservado com o próprio presidente Cardoso, José Sarney já havia alertado ao governo sobre a manobra em curso.⁴⁸

O ministro Pimenta da Veiga (Comunicações), que aceitou coordenar a campanha de José Serra, manifestaria sua contrariedade ao chamado estilo "trator" do grupo serrista e teria confidenciado há amigos que pensava até em recuar da tarefa, o que de fato acabaria acontecendo no transcurso da campanha, já que o candidato tucano não seguiu nenhum de seus conselhos durante a crise. Fez exatamente o contrário. Veiga havia sugerido que Serra viesse a público para "afagar" Roseana Sarney tão logo a pefelista começou a acusá-lo. O tucano sumiu e silenciou ao final de semana que seguiu-se a invasão na Lunus, ocorrido numa sexta-feira. Emitiu uma nota protocolar na noite de domingo, dizendo-se constrangido ao se

⁴⁸Cf. Folha de São Paulo, "Sarney ataca Serra e FHC e vê democracia ameaçada", Andrea Michael e Raquel Ulhôa, de 21 de março de 2002, acrescentando que a reação mais dura contra o governo e o presidenciável do PSDB seria desferido por um pai ferido, e ao mesmo tempo transtornado politicamente, e que comparou a operação da PF no escritório da Lunus com o caso *Watergate*.

Segundo a reportagem, num discurso contundente da tribuna do Senado para uma grande platéia, de uma hora e 15 minutos, o então senador José Sarney (PSDB-MA) acusou o pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, de utilizar o aparato do governo para espionar e montar dossiês com o objetivo de afastar seus principais adversários da corrida sucessória.

defender da acusação, e foi evasivo ao comentar o assunto no programa Roda Viva, da TV Cultura, na segunda à noite ao episódio.

Portanto, diante de reação tão negativa, já que colocava a governabilidade em cheque, pois estava ameaçada a base de sustentação do governo no Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda tentaria impedir a implosão da aliança que lhe garantia a estabilidade política, mas foi em vão. Havia escalado uma equipe de bombeiros⁴⁹, lideradas pelo vice-presidente da República, senador Marco Maciel (PFL-PE) e o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), para conter a crise e tentar acalmar a governadora do Maranhão afim de evitar que o PFL deixasse o governo.

Mas a tendência na cúpula do PFL era mesmo pela entrega de todos os cargos no governo tucano, com o presidente da sigla, Jorge Bornhausen expressando em nome do partido o seu protesto contra o próprio Planalto, acusando ao mesmo tempo o presidenciável José Serra juntamente com o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, de serem os mentores da ação da PF.

Esta atitude expressou, na verdade, o sentimento da família Sarney e o empenho pessoal de Roseana em fazer com que o PFL desembarcasse do governo, tornando irreversível a chance de uma composição com José Serra, tida naquele instante como praticamente impossível, já que ele havia declarado guerra ao PFL, seu grande aliado durante os oito anos do governo Cardoso.⁵⁰

5.4.4 O rompimento da coalizão de centro – direita: PFL passa à oposição

“Foi um massacre”, assim um assessor direto do presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ao episódio da operação da Polícia Federal na empresa Lunus, que culminou com o rompimento formal do PFL com o governo. Em uma semana, a guerra da sucessão saiu da penumbra para entrar em cena - e pela porta dos fundos -, cercando de dúvidas o final de mandato do presidente Cardoso e anunciando novas batalhas pela cadeira presidencial.

O desgaste político em torno da questão provocaria o fim de uma aliança partidária que deu base de sustentação ao governo tucano, e criou no partido presidido por Jorge Bornhausen um sentimento muito claro: José Serra, o presidenciável do PSDB, não era apenas mais um adversário político, mas antes um inimigo a ser combatido.

⁴⁹Cf. Folha de São Paulo, “FHC escala ‘bombeiros’ para tentar acalmar Roseana”, Otávio Cabral e Andréa Michael, de 04 de março de 2002.

No meio da crise, com os ânimos bastantes exaltados durante a semana que passou em Brasília após a invasão na Lunus, Roseana Sarney foi bem clara: seria mais importante se vingar de Serra do que ganhar a eleição. (Embora, ainda, não haja, por enquanto, prova cabal da sua participação ou dos seus assessores diretos na determinação judicial que redundou na operação). Contudo, para Roseana, incluindo o seu pai, assim como os seus correligionários mais próximos, a exemplo do presidente da sigla, a autoria e a motivação política que desencadeou a ação policial seria debitada na conta dos serristas.

Num tom frio e de justificativas lacônicas de ambos os lados sobre as reais motivações políticas, uma troca de correspondência (vide **ANEXO** nº 08), ambas datadas do mesmo dia, 07 de março de 2002, entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen, anunciaria ao país através da imprensa o rompimento formal da aliança partidária entre o PSDB e o PFL, com a entrega de cargos no governo.

Em sua carta, o presidente Cardoso afirma que não “admitiria o uso político-eleitoral de órgãos públicos e porque revolta-me também o vazamento de informações imprecisas, do qual todos temos sido vítimas”, contudo ressaltou que nada podia fazer em relação a invasão da PF por se tratar de um poder autônomo.

O cientista político Antônio Fausto Neto⁵¹ refere-se a renúncia da candidatura de Roseana Sarney para presidente como prejudicial para o governo, já que ela seria de fato a candidata do bloco situacionista, detentora de forte densidade eleitoral, filha de político, um ex-presidente da República, cuja a imagem vendida pela *merchandising* era o de “administradora bem sucedida”⁵², mulher e com um ótimo perfil estético e de imagem para um trabalho de exposição midiática, de natureza “marquetológica”.

Interessante observar que, embora não o diga com todas as letras, Fausto Neto dá a entender que foi o PSDB, ligando de maneira clara ao nome de José Serra (portanto, o ministro da Saúde tucano) o responsável pela implosão da candidatura Roseana Sarney, pois se o partido governamental - o PSDB - não abria mão de ser a cabeça de chapa, por outro lado não dispunha de uma candidatura com densidade para reverter a ascensão de Roseana que, além dos atributos apontados, era mulher, herdeira

⁵⁰Cf. Folha de São Paulo, “Roseana transforma Serra em inimigo nº 1”, Fernando de Barros e Silva e Kennedy Alencar, de 10 de março de 2002.

⁵¹Cf. Antônio Fausto Neto, “Entre os cruzamentos de sentidos”, in.: Fausto Neto, Antônio & Verón, Eliseo (Orgs.). Lula Presidente: Televisão e política na campanha eleitoral, 2003, p. 65-83.

⁵²Cf. Folha de São Paulo, “Atual governo gasta R\$ 86 mi com projetos fracassados”, do enviado especial Lucia Vaz, de 9 de setembro de 2001, cuja reportagem critica o governo de Roseana no Maranhão. (Cf. Palmério Dória, A candidata que virou picolé, 2002).

política, e com boa performance para o investimento do *marketing*, como já ressaltamos.

Tese que é reforçada pelo estudo de Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho⁵³ ao analisar os reflexos políticos desta ação de “desconstrução” da pré-candidata pefelista ao Planalto em 2002, destacando o duplo trabalho político e eleitoral levado a efeito pelo governo federal do então ministro da Saúde, José Serra, contando com a ajuda dos grupos de comunicação privados, liderados pelo Jornal Nacional (JN) e pelas revistas *Época* e *Veja*, como de resto da imprensa em geral.

Segundo Rejane Carvalho, a pretensão de Roseana em disputar à Presidência da República começou a ser conhecida nacionalmente quando dois programas do PFL e *spots* da então governadora do Maranhão foram mostrados na TV, indo ao ar em 1º de novembro 2001 e janeiro de 2002. Para a pesquisadora, esses programas “produziram” ou fizeram acontecer a candidatura da pefelista à Presidência da República, cujo nome tinha sido lembrado para ocupar o lugar de vice na chapa encabeçada pelo candidato governista José Serra.⁵⁴

A operação simbólica mais importante produzida pela candidatura Roseana e que polariza todas as demais é aquela que transfigura o discurso de gênero (o que é ser mulher) em desafio político e ao falar sobre “os problemas do país e da mulher” ela se coloca acima dos partidos; ao se identificar com uma causa, a da mulher, ela se oferece a um enunciador idealizado (o brasileiro), como candidata ao comando do país, aceitando o desafio de um outro preconceituoso (“alguém”) cuja voz ela traz a cena.

Um aspecto importante de toda essa “engenharia” elaborada pela propaganda discursiva televisiva de Roseana, de acordo com a pesquisadora, no tocante ao consumo de imagens políticas, é que as novidades dificilmente são bem recebidas sem que os temores do desconhecido sejam cuidadosamente apaziguados: o efeito de novidade da candidatura da governadora maranhense foi temperado por condimentos tranqüilizadores que fizeram o sucesso de público da receita, trata-se do condimento da mudança sem ruptura, “governo de

⁵³Cf. Rejane V. A. Carvalho, “Como se faz e desfaz um ‘fenômeno eleitoral’: O caso Roseana”, in.: Rubim, Antonio Albino Canelas (org.). Eleições presidenciais em 2002 no Brasil, 2004, que analisa a cobertura do tema pelas revistas *Época* e *Veja*, que segundo a pesquisadora constroem para seus leitores narrativas e “guias de navegação” na trama tortuosa dos “acontecimentos políticos” da atualidade.

O estudo baseia-se na hipótese do cientista Eliseo Verón de que o discurso da atualidade é resultado de um processo produtivo da “indústria dos medias”, sem que isso implique em afirmar que a “atualidade” seja uma ilusão ou simulacro, mas ao contrário, “uma produção da realidade como experiência coletiva”.

⁵⁴Cf. Rejane V. A. Carvalho, Op. cit., p. 145, lembrando as palavras do marketeiro Nizan Guanaes, responsável pela propaganda política da governadora na TV, ao afirmar que “sem os dois programas de TV Roseana seria até hoje a filha do ex-presidente José Sarney”.

correção e não de oposição" (referindo ao governo do PSDB), era o mote da campanha publicitária de Nizan Guanaes.

Naquele período, uma pesquisa Senso/CNT, dava conta que Roseana aparecia em empate técnico com Lula no primeiro turno e no segundo turno aumentava a diferença de Roseana Sarney sobre o candidato do PT, confirmando a pesquisa Veja/IBOPE, que afirmava que ela era a única que poderia vencer o candidato petista no segundo turno, 46,1% contra 38,4% de Lula da Silva.

Em resumo, Rejane Carvalho conclui que "(...) se a imagem de Roseana candidata foi construída nos programas do partido com a marca da engenhosidade do publicitário Nizan Guanaes, a desconstrução, ao contrário, resultou de uma ação articulada que envolveu instituições públicas (o Ministério Público, a Polícia Federal) na produção do flagrante, e os media, que o fizeram acontecer para todos os eleitores)...; a prestação de serviço público se apresenta como crença legitimadora da atuação tanto das instituições públicas como da mídia: o eleitor precisa ser informado sobre a verdade da política, a sujeira que está atrás das portas, dentro dos cofres, fechada em envelopes."⁵⁵

Uma espécie de "paranóia"⁵⁶ tomou conta do PFL de Roseana Sarney, sobretudo depois que os números do Datafolha indicaram o recuo nos índices de preferência da candidata maranhense, coincidindo com o crescimento da candidatura de José Serra, o que reforçou a idéia pefelista da participação tucana na operação Lunus. Em razão desse grave episódio, de grande repercussão nacional, no dia 11 de março de 2002, o PFL rompeu com o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando vários de seus integrantes deixaram seus cargos (menos Marco Maciel, que continuou como vice-presidente da República).

Como resultado, Roseana acabou renunciando à candidatura em abril e os pefelistas ficaram sem candidato nas eleições presidenciais e totalmente divididos: a família Sarney, o pai (do PMDB), e a filha Roseana (PFL) apoiaram o petista Lula já no primeiro turno das eleições; o cacique pefelista, Antonio Carlos Magalhães, somaria-se, mais tarde, ao grupo, no segundo turno das eleições, depois de apoiar no primeiro turno a Frente Trabalhista do candidato Ciro Gomes, afinal derrotado, juntamente com o presidente da sigla, Jorge Bornhausen (PFL), além de Leonel Brizola (PDT).

Em 16 estados, Ciro Gomes obtivera o apoio do PFL, com a formalização da Frente Trabalhista, driblando as restrições legais e ocupou 82 minutos na TV, aparecendo nos

⁵⁵Cf. Rejane V. A. Carvalho, Op. cit., p. 156.

⁵⁶CF. Paulo Markun, "O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo", 2004, p. 311-312, que utiliza este termo para expressar o sentimento que se abateu sobre o PFL.

programas eleitorais do PPS, PTB e do PDT, dobrando seus índices, alcançando os 18% nas pesquisas. A sua subida fortaleceu as especulações sobre um eventual segundo turno entre dois candidatos de oposição e complicou ainda mais a situação econômica do país, aumentando a especulação financeira, que seria utilizada por Serra como mote de campanha a partir da idéia de vincular Lula e as oposições a instabilidade econômica, sinalizando ao eleitor para o que poderia advir com a vitória de um dos dois candidatos de esquerda.

5.4.5 Uma mídia hostil contra Ciro

O candidato do PPS, Ciro Gomes, reclamaria muito da cobertura da imprensa em 2002, denunciando, em várias ocasiões, alguns veículos de estarem preterindo a sua candidatura em prol do candidato governista, José Serra⁵⁷, particularmente no caso do jornal Folha de São Paulo, do Grupo Frias, tese em parte compartilhada por seu Ombudsman⁵⁸ e desmentido pelo instituto Datafolha⁵⁹, que mostrou o contentamento dos seus leitores com a cobertura imparcial do jornal.

A favor da imprensa ainda antes do início da campanha oficial pelo TSE pesava o resultado inconclusivo da pesquisa do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA), que monitorava a cobertura jornalística dos principais jornais nacionais durante as eleições apontando o seu nível de isenção, e que foi utilizada pela própria mídia para legitimar-se perante o seu público leitor.⁶⁰

Entretanto, com base na análise que procedemos da imprensa diária durante o ano pré-eleitoral e durante a campanha de 2002, podemos constatar a manipulação da mídia em relação a candidatura do PPS (cujos alguns dados já apresentamos no item 4.4.1, do Capítulo

⁵⁷Cf.Folha de São Paulo, “Desafios do jornalismo”, Mário Magalhães, 2 de janeiro de 2003, que afirma taxativamente que “o impacto mais forte da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no jornalismo brasileiro foi a derrota, pela primeira vez desde a redemocratização, do candidato predileto das empresas de mídia”, assinalando que houve um partidarismo mais sofisticado de muitos órgãos de imprensa em benefício de José Serra (PSDB), embora afirme que Lula sempre fora o candidato preferido dos jornalistas.

⁵⁸Cf.Folha de São Paulo, Coluna Ombudsman, “Mídia pró Serra”, Bernardo Ajzenberg, 23 de junho de 2002, destacando que a Folha “escorregou” no seu princípio básico de um jornalismo apartidário e pluralista: “Inclinou-se para um alívio à candidatura Serra.”

⁵⁹Cf.Folha de São Paulo, “Cobertura é isenta, avaliam leitores”, de 20 de julho de 2002, assinalando que a “pesquisa Datafolha realizada entre assinantes da Folha revela que a maioria absoluta dos leitores avalia que o jornal não está favorecendo (78%) nem prejudicando (89%) nenhum dos candidatos à Presidência da República”.

⁶⁰Cf.Folha de São Paulo, “Instituto mapeia cobertura dos jornais”, Renata Lo Prete, de 14 de julho de 2002.

IV, intitulado Os grupos de comunicação na cruzada pró-Serra), somando-se agora a outras interpretações teóricas juntamente com a análise do material empírico pesquisado.

Refiro-me, sobretudo ao estudo de Alessandra Aldé⁶¹, que também participou do levantamento do IUPERJ citado anteriormente, no qual procura demonstrar que a cobertura da mídia foi bastante desfavorável a Ciro Gomes, tese corroborada pela equipe do projeto “Diálogo com a Imprensa”⁶² do comitê eleitoral do PT, que desenvolveu um trabalho quinzenal de acompanhamento da cobertura dos quatro maiores jornais nacionais durante as eleições presidenciais, além das quatro maiores revistas do país (Veja, Época, Isto É e Carta Capital).

Ciro Gomes insistia na tese de que era amplamente hostilizado pela imprensa por abrigar em seu comitê de campanha ex-membros da tropa de choque de Fernando Collor (PRN), alegando que enquanto isso o candidato governista, que também abrigava ex-coloridos em seu comitê eleitoral, era preservado.

Segundo Ciro, a Folha de São Paulo⁶³ estaria a serviço do tucano José Serra, que considerava despreparado para governar, ao responder a uma pergunta sobre a relação de seu coordenador de campanha, deputado José Carlos Martinez (PTB-PR), com a família de Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor. A Folha havia publicado reportagem em que Martinez assume ainda estar pagando parcelas de um empréstimo de US\$ 1,6 milhão contraído junto a PC Farias.

O candidato do PPS questionava o fato de vários membros do então governo Fernando Henrique Cardoso terem trabalhado para o presidente deposto do PRN, citando como exemplo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), da base aliada do governo tucano no Congresso Nacional, além do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, indicado por Cardoso. Por isso, ressaltou que “existem dezenas de brasileiros [que trabalharam para Collor] e nenhum deles a gente deprecia pelo mero fato de ter tido uma relação com o governo no passado. Então, isso é uma forçação de barra que, vocês, da Folha de São Paulo, procuram fazer porque não encontram nada“, referindo-se a alguma denúncia mais consistência a seu próprio respeito.

⁶¹Cf. Alessandra Aldé, “As eleições presidenciais de 2002 nos jornais”, Hacker, 2004, p. 106-128.

⁶²Cf. Grupo de pesquisa Diálogo com a imprensa, Editorial, “Por que dialogar”, de 28 de agosto de 2002, que apresenta os objetivos do grupo do PT, que seguiu mais ou menos a mesma linha metodológica do IUPERJ/DOXA, através da troca de experiências, embora seguindo uma ação de pesquisa independente.

⁶³Cf. Folha de São Paulo, “Ciro acusa Folha de ser pró-Serra”, de 23 de julho de 2002. Vide ainda sobre a acusação do candidato do PPS ao Grupo Frias nas edições da Folha de São Paulo, respectivamente, de 24 e 25 de julho de 2002, quando volta a denunciar a falta de isenção do jornal, protegendo o candidato governista.

Como já comentamos acima, o jornal paulista procurou destacar a sua isenção na cobertura das eleições com base nos resultados preliminares do levantamento realizado pelo IUPERJ, que mostra a relação entre o espaço editorial e a intenção de voto, ressaltando que no que diz respeito à visibilidade, os dados coletados entre 20 de fevereiro e 28 de junho de 2002 indicam estreita relação entre o espaço destinado a determinado candidato e seu desempenho nas sondagens de intenção de voto, padrão denominado de “corrida de cavalos” pela imprensa norte-americana.

Pela pesquisa, a Folha de São Paulo⁶⁴ destinou a José Serra um espaço relativo expressivamente maior do que o obtido pelo tucano nos outros dois jornais de expressão nacional, O Estado de São Paulo e O Globo, embora a Folha apareça com os mais elevados percentuais de reportagens consideradas “neutras”, em proporções semelhantes para os quatro candidatos melhores colocados nas pesquisas eleitorais.

A matéria apresenta a análise do coordenador do projeto, o cientista político Marcus Figueiredo, que afirma que O Estado “chama a atenção por ser mais benevolente com o candidato de sua preferência” (o governista José Serra), acrescentando que o “positivo” predomina e está em ascensão na cobertura do tucano. O “negativo”, nas de Luiz Inácio Lula da Silva e Anthony Garotinho (PSB). O “neutro” só sobressai nos textos sobre Ciro Gomes (PPS). No Globo, segundo Marcus Figueiredo se verifica um quadro geral de equilíbrio, mas com características diferentes das observadas no noticiário da Folha. Para os quatro candidatos, as taxas de “neutro” são menores, porém, há mais semelhança entre as de “positivo” e “negativo”.⁶⁵

A reportagem traz a opinião dos editores dos jornais pesquisados que consideram importante o estudo, mas fazem algumas ressalvas. O diretor de redação da Folha e um dos donos do Grupo Frias, Otavio Frias Filho, que afirmou achar normal que a candidatura governista de José Serra tenha merecido mais espaço na Folha, argumentando que a sua viabilização foi a grande incerteza política do período analisado e reforçou o caráter “apartidário” da Folha de São Paulo.⁶⁶ Já o diretor de redação de O Globo, Rodolfo Fernandes, ressaltou que os resultados do IUPERJ “confirmam nossa pesquisa interna”, ressaltando que “até aqui, os propósitos de equilíbrio, imparcialidade e profundidade vêm sendo atendidos”⁶⁷, referindo-se a cobertura do jornal carioca. Segundo a matéria, procurada,

⁶⁴Cf. Folha de São Paulo, “Instituto mapeia cobertura dos jornais”, Renata Lo Prete, de 14 de julho de 2002.

⁶⁵ Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 14 de julho de 2002.

⁶⁶Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 14 de julho de 2002.

⁶⁷Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 14 de julho de 2002.

a direção de O Estado de São Paulo, da família Mesquita não quis se manifestar sobre o assunto.

Mas esta imagem da mídia começou a apresentar nova configuração a partir do momento em que as candidaturas saíram às ruas para valer, como concluiu o mesmo estudo final do próprio IUPERJ, demonstrando a parcialidade da imprensa, mostrando de maneira transparente os estragos da cobertura da mídia contra a candidatura de Ciro Gomes, tese confirmada pelo monitoramento quinzenal interno feito pelo PT durante as eleições, conforme mostramos, a seguir.

A pesquisadora Alessandra Aldé⁶⁸ demonstra através de sua pesquisa que Ciro Gomes ocupou durante mais de dois meses o maior espaço em todos os jornais e que esta extensa cobertura foi predominante negativa para o candidato do PPS. O que corrobora apenas em parte a idéia de um jornalismo de massa, empenhado em cativar o público em geral e não os leitores de determinado partido ou classe, tornando a cobertura jornalística mais homogênea e empresarial. Isto é, os jornais brasileiros continuam sendo palco privilegiado para o jogo eleitoral, principalmente dadas as diferenças na avaliação dos fatos mais significativos da campanha, revelando algo das escolhas políticas embutidas na prática do jornalismo comercial.

Aldé conclui sua análise sobre a cobertura dos periódicos nacionais O Globo, o Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo durante as eleições presidenciais, confirmando uma tese já praticamente consolidada sobre as eleições de 2002: o ataque desferido pela mídia à candidatura de Ciro Gomes.

Segundo a pesquisadora do IUPERJ, “foi Ciro Gomes o grande prejudicado, nestas eleições, pela atuação dos meios de comunicação. Como lembram adversários e jornalistas, e admitiu o próprio candidato uma vez derrotado, Ciro empenhou-se em fornecer munição e em azedar sua relação com os jornalistas. Cabe ressaltar, no entanto, o caráter emblemático da ‘desconstrução’ do candidato para o novo panorama profissionalizado das campanhas eleitorais no Brasil. Cada escorrego de Ciro mereceu dias e dias de manchetes, charges e matérias, amplificado que foi pelos meios de comunicação.”

⁶⁸Cf. Alessandra Aldé, “As eleições presidenciais de 2002 nos jornais”, Hacker, 2004, pp. 106-128, explicando que na metodologia adotada pelo Doxa as matérias jornalísticas foram classificadas da seguinte forma: a) Positivas ou negativas para o candidato mencionado quando reproduziam o programa de governo; promessas; declarações do candidato, do autor da matéria ou de terceiros (pessoas ou entidades) favoráveis ou não (contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal) ao candidato; reprodução de ataques do candidato a concorrentes, resultando de pesquisas ou comentários favoráveis ou desfavoráveis. b) Neutras: notícia sobre a agenda do candidato, matérias sobre a citação de candidato sem avaliação moral, política ou pessoal do candidato, do autor da matéria ou de terceiros, inclusive de concorrentes. (Para maiores informações sobre a metodologia adotada pelo Doxa, vide Aldé, Op. cit., nota 5, p. 127).

”De modo geral os jornais parecem ter sido muito coniventes com a estratégia de Serra para desconstruir a imagem de seu principal adversário na disputa pelo segundo turno. Ciro torna-se progressivamente notícia para os jornais à medida que dispara nas intenções de voto; os ataques e críticas se intensificam justamente nas quinzenas em que Ciro galga pontos nas pesquisas, a ponto de passar o candidato tucano e ameaçar a hegemonia do PT, aproximando-se perigosamente do primeiro candidato”, completa Aldé.

A tese da professora do Doxa acima é compartilhada pelo ex-Secretário de Imprensa da Presidência da República do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o jornalista Ricardo Kotscho, que destaca que, “a exemplo de nós em 1989”, referindo-se a primeira tentativa petista de conquistar o Planalto, o candidato Ciro Gomes (PPS) foi o grande prejudicado pela imprensa em 2002.⁶⁹ “A imprensa jogou duro contra ele [Ciro], que sofreu muita hostilidade” reforçou o ex-assessor de imprensa de Lula durante três campanhas à Presidência da República, fazendo questão de frisar, no entretanto, que “não foi a mídia que derrotou Ciro.”⁷⁰

Contudo, reiteramos mais uma vez que as conclusões do IUPERJ são semelhantes ao levantamento realizado pelo projeto Diálogo com a Imprensa⁷¹ do PT, conforme já mencionamos anteriormente, composta por jornalistas e especialistas da área de comunicação, chefiados pelo jornalista Carlos Tibúrcio, chefe de redação da campanha Lula, num trabalho quinzenal de acompanhamento da cobertura dos quatros maiores jornais e revistas nacionais do país.

Neste sentido, pela análise do projeto Diálogo podemos verificar como é impressionante a taxa de matérias negativas do candidato do PPS, conforme podemos observar para o período do primeiro turno das eleições, se comparadas com as de José Serra, o próprio candidato do PT, além de Anthony Garotinho do PSB. Principalmente, quando se considera ainda que os demais candidatos, na mídia, tinham mais matérias neutras e positivas do que Ciro Gomes.

⁶⁹Cf. Ricardo Kotscho, palestra proferida durante sessão solene na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, intitulada “Imprensa e Governo”, em 09 de maio de 2003.

⁷⁰Cf. Ricardo Kotscho, Op. cit., 09 de maio de 2003, lembrando, por outro lado, que o jornal O Estado de São Paulo defendeu em editorial a candidatura governista de José Serra, mas acabou fazendo uma boa cobertura das eleições, do mesmo modo, a revista Carta Capital, do jornalista Mino Carta, defendeu Lula, mas nem por isso o PT venceu as eleições devido a esse apoio.

Para Kotscho, não houve apoio ostensivo por parte da imprensa à candidatura Lula em 2002, contudo, fez questão de frisar que a aproximação de Lula com a mídia foi um trabalho feito ao longo dos anos, o que demonstra a mudança da política do PT em relação a própria imprensa.

Interessante observar que os jornais catarinenses deram ampla cobertura a palestra de Kotscho, mas não fizeram qualquer menção a respeito da sua fala sobre o ataque da mídia a Ciro Gomes, apesar da sua palestra ter sido transmitida ao vivo pela emissora de TV a cabo da Assembléia Legislativa (TVAL).

No caso das revistas nacionais, este dado é ainda mais relevante, como se pode ver pelas análises dos gráficos, pois Ciro chegou a atingir, de acordo com o grupo de pesquisa do PT, taxas de cem por cento de menção desfavorável. O que representava uma dificuldade a mais para o candidato em termos de apoio não só político mas também financeiro para a sua campanha.

Serra foi o candidato que obteve o maior número de matérias neutras e positivas, sendo que Lula obteve maior número relativo de menções negativas do que neutras, se comparado com o candidato tucano, mas mesmo assim em níveis infinitamente inferior ao do candidato do PPS. O mesmo se dá em relação a Garotinho, quando comparado ao candidato Ciro, ou seja, o ex-governador do Rio de Janeiro foi muito melhor avaliado do que o ex-governador do Ceará, como fica claro na cobertura dos periódicos nacionais. Em resumo, toda vez que Ciro Gomes era lembrado pela imprensa, sempre o era de maneira negativa.

A par de tudo isso que já falamos, soma-se a estratégia política adotada pelo comitê de campanha de José Serra no sentido da “desconstrução”⁷² da candidatura de Ciro, trabalho iniciado através da mídia, depois completado no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, através do uso de um *marketing* eleitoral extremamente agressivo, contando com a ajuda de um dos maiores marketeiros do país, Nizan Guanaes, que já trabalhara nas campanhas vitoriosas de Fernando Henrique Cardoso. (Guanaes trabalhou juntamente com outro publicitário importante na propaganda tucana, Nelson Biondi).

Os marketeiros de Serra tinham a seu favor o maior tempo de exposição na tevê, total de 10 minutos e 23 segundos, durante 45 dias, de 20 de agosto a 3 de outubro, dia sim e dia não, o dobro dos demais concorrentes⁷³, o que lhe conferia uma enorme vantagem. Além disso, devemos considerar a importância da televisão⁷⁴ devido a sua penetração, já que constitui-se em um espaço privilegiado de informação da maioria da população, possibilitando, portanto, ao candidato tucano ampliar os seus ataques a Ciro e escancarar o

⁷¹Cf. Grupo de pesquisa Diálogo com a Imprensa, Editorial, “Por que dialogar”, de 28 de agosto de 2002, que destaca ainda o papel do professor Bernardo Kucinski, responsável pelos comentários expostos nas chamadas “Cartas ácidas” sobre a cobertura da imprensa.

⁷²Cf. O Estado de São Paulo, “Elogio ao programa de Serra na TV, o primeiro”, de 21 de agosto de 2002.

⁷³O segundo maior tempo da propaganda gratuita do TSE pertencia a PT/PL, com 5 minutos e 17 segundos, Ciro Gomes vinha logo atrás do candidato do PT, com menos da metade do tempo de Serra, ou seja, 4 minutos e 17 segundos, Anthony Garotinho (PSB), 2m13s, e os nãnicos, respectivamente, PSTU e PCO com apenas 1m23s cada, perfazendo um total de 45 dias de campanha na radiodifusão, de 20 de agosto a 3 de outubro, com direito a uma cota diária de tempo para inserções comerciais ao longo da programação das emissoras.

⁷⁴Cf. Veja, “O poder eleitoral da tevê”, n.º. 1.765, de 21 de agosto de 2002, que ressalta que “mais de 50 milhões de eleitores estão ou indecisos ou dispostos a mudar de candidato”, lembrando que “de acordo com as últimas pesquisas, dos 115 milhões de eleitores, 13 milhões não sabem em quem votar para presidente e outros 44 milhões já escolheram um nome, mas aceitam mudar de idéia. Ou seja, pelo menos metade do eleitorado brasileiro poderia decidir o seu voto sob a influência do horário eleitoral gratuito.

trabalho já há muito iniciado de desconstrução do seu oponente. Portanto, em razão do tempo de que desfrutava na TV, Serra podia ainda reforçar as suas propostas de governo, centradas nas promessas de criação de 8 milhões de emprego, e ainda por cima atacar a falta de coerência programática e de experiência administrativa do líder na pesquisas, o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Alguns cientistas políticos, a exemplo de José Augusto Guilhon Albuquerque⁷⁵, reforçam a importância do uso da propaganda na televisão, ressaltando que “nesta altura da campanha, pouca coisa está definida”, e que tal indefinição “se deve ao fato de que o espaço político da oposição foi efetivamente ocupado por Lula, enquanto o da situação não devidamente ocupado”. O que reflete “o ocaso do ‘projeto de poder’”, numa alusão a ruptura no bloco de sustentação de centro-direita do governo de Cardoso, com o rompimento do PFL, tido por Albuquerque como o partido orgânico na formação da coalizão.

Assim, para o cientista político, o início do programa eleitoral gratuito seria a primeira vez em que a imensa maioria do eleitorado – os mais de 90% que não lêem jornais – teria acesso de primeira mão ao conjunto das candidaturas. Só então o eleitor saberia quem eram os candidatos, quem os apoiava e o que eles combatiam. Até lá, toda a informação dos eleitores era de ouvir dizer. Portanto, com exceção daquelas figuras indelevelmente marcadas no imaginário popular, como Lula, os números das pesquisas refletiam apenas conhecimento e favoritismo dos demais candidatos e, portanto, ainda não permitiam prever a escolha final do eleitor.

Sérgio Abranches⁷⁶ era também da opinião de que a TV definiria o primeiro turno das eleições, já que os três candidatos, Lula, Ciro e Serra, eram competitivos e a situação ainda não estava cristalizada: “Mesmo os apoios políticos não estão ainda cristalizados. Tudo depende da campanha na TV. O tempo na TV dos candidatos, o fator governo, as mudanças na política e na economia, tudo isso pode mudar totalmente o quadro das eleições”, ressaltou o estudioso.

5.4.6 O marketing agressivo atinge o alvo

O candidato José Serra mostrou, já na estréia do horário eleitoral, que estava disposto a uma batalha de vida ou morte para chegar ao segundo turno da campanha presidencial.

⁷⁵Cf. José A. G. Albuquerque, “Ocaso de um projeto de poder”, Folha de São Paulo, Tendências /Debates, 19 de agosto de 2002.

⁷⁶Cf. Sérgio Abranches, “Cientista político minimiza a ‘onda Ciro’”, Folha de São Paulo, de 28 de julho de 2002.

Primeiro, abriu seus 10 minutos e 23 segundos com uma figura carimbada de programas populares de auditório, Gugu Libertato (âncora de seus programas eleitorais na televisão), contanto a vida do candidato e seus méritos, com destaque para o título de "melhor ministro de Saúde do mundo."

Depois, entrou o presidente Fernando Henrique Cardoso escolhendo-o como seu candidato. Por fim, depois de uma exposição de seus projetos, desfechou um duro ataque ao rival, ao mostrar cenas em que Ciro Gomes faz declarações contraditórias e até chama de burro um ouvinte de rádio que lhe havia feito uma pergunta. "(Ele) tem de fazer perguntas com mais cuidados, para largar de ser burro" – foi a frase do candidato do PPS pronunciada durante uma entrevista a uma rádio de Salvador (BA).

O programa deu o que falar, e conseguiu, de certa forma, criar uma situação no mínimo vexatosa para o Ciro, devido ao inusitado da cena e a surpresa de sua exploração na propaganda gratuita. O candidato pepesista reagiria com indignação e no mesmo dia quando inaugurava um comitê em São Paulo, reagiria a provocação, afirmando que "o dragão da maldade já está apelando para a ignorância", alegando desespero do oponente ante a sua passagem para o segundo turno, reafirmando: "Já estamos sentindo o cheiro da vitória."

Mas o tiro foi certeiro, de acordo com especialistas, esta tática do candidato Serra em atacar o seu concorrente no primeiro dia do horário eleitoral foi acertada e bem sucedida, mas deveria ser reforçada ao máximo nos próximos programas para dar algum resultado, como de fato acabaria acontecendo mais vezes e os estragos na imagem de Ciro seriam irreversíveis. Os próximos quatro programas seriam decisivos para o candidato tucano diminuir a diferença de 15 pontos em relação ao segundo colocado e tentar uma vaga no segundo turno.

Para os especialistas, o efeito da TV na campanha ocorre na primeira e na última semana, deste modo, se nos primeiros cinco programas o Serra não descontasse a diferença, seria muito difícil reverter o quadro depois. O argumento principal é que o interesse da população diminui depois dos primeiros programas, o que reduz os efeitos do horário eleitoral na campanha, quando fica para o telespectador uma sensação de mesmice, de que não há mais nada de novo, e a campanha arrefece para só esquentar de novo na reta final. Assim, o candidato tucano era obrigado a apostar tudo nesses primeiros dias de campanha eletrônica.

Portanto, para muitos o primeiro movimento fora bem executado, a estratégia dos publicitários Nizan Guanaes e Nelson Biondi, de atingir Ciro Gomes, sem envolver José Serra, havia obtido êxito. Na última parte do programa tucano não houve nenhuma crítica direta, apenas imagens em que o próprio Ciro aparece discutindo com um ouvinte. Também não ficou caracterizado que o horário era do PSDB.

Pela estratégia adotada, levando-se em conta a diferença entre os dois candidatos, não adiantava Serra subir na preferência do eleitor se Ciro não caísse. Essa tendência poderia ser lenta, mas precisava começar nas próximas pesquisas, como de fato aconteceu. O horário eleitoral foi bastante eficaz, entretanto, voltamos a lembrar, que essa não fora a única tática política utilizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e o candidato governista no trabalho de desconstrução de Ciro Gomes, conforme já tivemos a oportunidade de demonstrar em outros trechos da Tese.

Lembramos, por sua vez, fiel a nossa linha de raciocínio anteriormente esboçada a respeito da ação política das elites em conflito, que o horário eleitoral gratuito foi um elemento a mais na disputa eleitoral em 2002, mas não o fator definitivo para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas, que deve ser inserida no bojo da discussão mais ampla que defendemos em nossa Tese. Isto é, a propaganda eleitoral na televisão, principalmente, pode ter servido para ajudar a colocar o candidato tucano no segundo turno, mas não lhe deu cartucho suficiente para ganhar as eleições de Lula.

Tal fato, refere-se não somente a vantagem obtida pelo petista no primeiro turno, como, aliás, indicavam todas as projeções de intenção de voto, pois quase ganhou as eleições ainda no primeiro, tornando uma disputa inglória para o candidato situacionista, como também devido ao fato de Lula, no contexto de uma disputa polarizada entre Oposição e governo, ter sido o candidato opositor que melhor encarnou o ideal de mudança refletido pelo anseio popular.

Daí o mote da campanha eleitoral petista, já incorporada no imaginário popular, de um partido que luta pela esperança de um dia poder alcançar a mudança tão sonhada de transformação social do país, que tão bem Lula (e o seu partido) encampou durante quase toda a sua existência, tanto é que o hino do partido toca nisso. Sobretudo, num momento marcado por uma das maiores crises de nossa história, revelada por fortes indicadores de pobreza e exclusão social deixados pelo governo tucano de Fernando Henrique Cardoso.

Depois da quarta tentativa e do grito que tinha ficado entalado na garganta em 1989, oportunidade em que Lula perdera a eleição para Collor, o povo queria mesmo era cantar junto com o seu líder máximo o *jingle* já decorado de outras disputas de que era chegada a hora de a “esperança vencer o medo”, dando-lhe a chance de mudar o país, numa votação histórica, um recorde em termos mundiais. Mas como mostramos em várias passagens da Tese, essa vitória acachapante teria seus obstáculos a serem vencidos, deixando no ar uma certa frustração, como a história recente do país demonstraria de maneira cabal.

5.5 O duplo horário eleitoral na TV: o JN e o HGPE

5.5.1 Agendamento do Jornal Nacional e o enquadramento das esquerdas

Os cientistas sociais Antonio Albino Canelas Rubim e Leandro Colling⁷⁷ colocam duas perguntas chaves, para alguns, de "inspiração conspirativa", para explicar a grande visibilidade dada ao pleito de 2002 pelos grupos de comunicação das elites dominantes, em contraste com a "omissão" de 1998:

a) a quem interessou mais a ampliação da visibilidade, aos candidatos mais conhecidos do eleitorado ou aos com menores índices de conhecimento pelo público?

b) e a mídia teria o mesmo comportamento caso existisse um candidato consensual das elites ou caso Lula não tivesse assumido compromissos com a continuidade da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso?

Para Rubim & Colling, a resposta da primeira pergunta poderia partir do pressuposto de que José Serra e os demais opositores de Luiz Inácio Lula da Silva necessitavam de mais visibilidade, pois mesmo tendo ocupado o importante Ministério da Saúde durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o candidato tucano não era tão conhecido pela massa de eleitores e dado ao histórico da Rede Globo, não é absurdo pensar que a intenção inicial caminhasse nesse sentido. Do mesmo modo, em relação a segunda questão, o argumento principal é que dificilmente teríamos uma imprensa tão preocupada em conceder espaços iguais aos candidatos se algum dos prováveis vencedores pregasse, por exemplo, uma ruptura na política econômica.⁷⁸

Por isso, os dois autores citados acima afirmam que o fato de os grupos de comunicação concederem ampla visibilidade à eleição de 2002 não deve ser visto simplesmente como um elogio à sua atuação, pois uma das temáticas mais visíveis foi a economia. Mas também foi nestas coberturas que os pesquisadores detectaram um altíssimo percentual de “enquadramento” restrito, com apenas uma interpretação do fato apresentada na notícia justamente relativo a este tema.

Tese igualmente confirmada pela pesquisa que fizemos e, respectivamente, pelos estudos dos cientistas políticos da UnB, do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política

⁷⁷Cf. Antonio A. C. Rubim e Leandro Colling, , "Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura", in.: Comunicação & Política, setembro-dezembro de 2004, p. 169-189.

⁷⁸Cf. Antonio A. C. Rubim e Leandro Colling, Op. cit., p. 185-186.

(NEMP), Mauro Pereira Porto⁷⁹ e de Luís Felipe Miguel⁸⁰, este último que aponta que o Jornal Nacional (JN) operou com duas estratégias de fechamento do campo discursivo, sendo que a mais explícita consistia na obtenção de promessas por parte dos principais candidatos que, ao serem entrevistados, eram cobrados a manter os contratos, o pagamento das dívidas junto ao FMI e o ajuste fiscal.

O trabalho da equipe coordenada pelo cientista Mauro Porto⁸¹ reforça a tese de que o JN deu grande destaque à economia, mas a maior parte da cobertura deste tema esteve relacionado às controvérsias em torno da política econômica do governo, especialmente no que se refere às razões da crise de confiança dos investidores e à possibilidade do retorno da inflação.

Contudo, o aspecto mais relevante a ser destacado refere-se a idéia chave de que a maior parte das notícias do JN adotou um formato restrito, apresentando uma única interpretação. A análise das sonoras⁸² que apareceram nestas notícias restritas sobre economia revelou que o telejornal privilegiou o enquadramento promovido pelo governo federal e seu candidato, ainda que os candidatos de oposição, especialmente Lula, também tivessem uma participação importante nas controvérsias sobre a economia.⁸³

Segundo Porto, a análise da cobertura do JN revelou que o noticiário mais assistido do país cumpriu um importante papel no processo eleitoral. O pequeno espaço reservado à apresentação de soluções alternativas para a crise de confiança dos investidores na economia brasileira contribuiu para impor um cenário em que os candidatos de oposição tiveram que se comprometer a preservar aspectos importantes da política macroeconômica do governo tucano. Ou seja, completa o analista: “Segundo o enquadramento interpretativo que

⁷⁹Cf. Mauro P. Porto [et al.], "A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral", Hacker, 2004, p. 68-90.

⁸⁰Cf. Luís Felipe Miguel, "A descoberta da política. A campanha de 2002 na Rede Globo", Hacker, 2004, p. 91-105.

⁸¹Cf. Mauro P. Porto [et al.], "A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral", Hacker, 2004, pp. 68-90, cuja pesquisa compara a agenda da cobertura noticiosa com a agenda promovida pelos candidatos em seus programas eleitorais e destaca as relações entre os dois espaços de interpretação da realidade política e as implicações desta relação para a explicação dos resultados da disputa pela presidência.

Portanto, para alcançar o objetivo proposto, de acordo com Porto, foi adotado a perspectiva metodológica denominada de "enquadramento" (framing) e o modelo das controvérsias interpretativas. De acordo com este modelo, o processo político pode ser entendido como uma disputa sobre qual interpretação dos fatos e temas relevantes da política irá prevalecer. Neste contexto, a mídia tem um papel importante ao, de um lado, privilegiar os enquadramentos interpretativos de alguns atores ou, de outro, ao marginalizar ou excluir pontos de vista alternativos.

⁸²Cf. Mauro P. Porto, Op. cit., p. 69-70, relativo aos segmentos das notícias de um telejornal que apresentam alguém falando: estes segmentos referem-se, portanto, às partes do noticiário que apresentam a fala de pessoas que não pertencem ao quadro de pessoal da emissora (políticos, experts, pessoas comuns, etc.).

⁸³Cf. Mauro P. Porto, Op. cit., p. 88.

predominou na cobertura do tema pelo Jornal Nacional, a manutenção desta política seria fundamental para acalmar os ânimos do mercado e manter a estabilidade da economia".

O que fica evidente nos atores, nas vozes que interpretaram a política econômica, isto é, que predominaram nas notícias sobre economia com um único enquadramento interpretativo, da mesma forma as questões enfocadas nas matérias, que permite compreender o entendimento da agenda construída pelo JN durante o primeiro turno das eleições presidenciais e do papel do telejornal no desenvolvimento das principais controvérsias interpretativas do período.

Seria um erro afirmar que o JN não abriu importantes espaços em suas controvérsias sobre economia para interpretações alternativas. Os três principais candidatos de oposição (Lula, Ciro Gomes e Anthony Garotinho) e seus representantes foram responsáveis por 29% das sonoras nas matérias sobre economia que apresentaram apenas uma interpretação, especialmente no caso de Lula ganharam uma importante visibilidade nas controvérsias apresentadas pelo principal telejornal do país. Mas prevaleceu a linha central de análise calcada na tese central, como reforça o pesquisador da UnB.

Apesar destas ressalvas, é importante destacar que o JN privilegiou a interpretação do governo e de seu candidato nos debates sobre a economia. Mas que linha de interpretação era promovida pelo governo? A campanha de José Serra associava, de maneira quase sempre indireta, o nervosismo do mercado às incertezas eleitorais, sugerindo que as reações do mercado financeiro estavam relacionadas ao receio de que o próximo presidente fosse mais hostil aos seus interesses. Por sua vez, os candidatos de oposição procuravam sempre atribuir o nervosismo do mercado às incertezas quanto à capacidade do país de honrar seus compromissos.

No que se refere ao principal tema da agenda do JN, a economia, José Serra e Garotinho foram os candidatos que mais dedicaram tempo ao tema ao apresentar suas propostas de governo. Todavia, ambos centraram suas propostas na questão do emprego e do salário, um tema praticamente ausente da agenda do telejornal da Rede Globo, pois somente 1% das 602 matérias do período trataram deste tema.

Já o candidato do PT não só destacou o tema da economia no seu principal apelo (no âmbito da chamada análise de conjuntura), como foi o candidato que mais discutiu a política econômica ao apresentar seu programa de governo. O líder nas pesquisas foi o que dialogou mais explicitamente com as controvérsias apresentadas pelo JN. Já o candidato do PPS, Ciro Gomes, foi o que menos enfatizou a economia na apresentação do seu plano de governo e quando tratou do tema também enfatizou suas propostas para o emprego e salário.

Segundo Porto, os resultados da análise de conteúdo da cobertura noticiosa e do horário eleitoral sugerem que parte das razões do êxito eleitoral de Lula esteve na capacidade do candidato apresentar uma interpretação crítica da situação da economia nacional. Esta interpretação não só responsabilizava a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso pelas dificuldades que a economia do país enfrentava, dificuldades estas que foram tema constante do noticiário, como também apontava a necessidade da adoção de uma nova política econômica que gerasse crescimento. Já os demais candidatos, particularmente, Serra e Garotinho, centraram suas propostas de governo na questão do salário e do emprego, mas deram menos atenção às controvérsias sobre política econômica que dominavam a agenda do telejornal de maior audiência do país.

Por último, também como aspecto chave da análise da cobertura televisiva, Porto afirma que "o candidato Lula, especialmente após o lançamento da 'Carta aos Brasileiros' em junho de 2002, passou a construir uma alternativa de 'mudança segura', pois se tratava de uma mudança que não desafiava um aspecto central do enquadramento interpretativo que predominou na cobertura do Jornal Nacional: a necessidade da manutenção das linhas gerais da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso."⁸⁴

Em resumo, não é possível entender a decisão do voto em 2002 em sua plenitude sem considerar este fechamento da discussão sobre política econômica promovido pelo Jornal Nacional e os apelos apresentados pelos candidatos nos programas do horário eleitoral, sobretudo no que se refere ao cumprimento dos contratos e da manutenção da política econômica anterior.

5.5.2 A palavra de Serra fora do lugar

Além dos fatores já apontados antes, é preciso concordar com o que afirmam Fausto Neto & Verón⁸⁵ a respeito da gravidade das crises que se abateram sobre o Brasil no período objeto de nossa análise e que tornaram difícil e frágil o posicionamento de José Serra, candidato do *establishment*. Idéia reforçada por Yan de Souza Carreirão⁸⁶, que defende a tese de que mais importante do que o posicionamento ideológico dos candidatos, parecem ser as avaliações feitas a respeito das qualidade

⁸⁴Cf. Mauro P. Porto, op. cit., pp. 88-89.

⁸⁵Cf. Antônio Fausto Neto e Eliseo Verón (Orgs.), *Lula Presidente: Televisão e política na campanha eleitoral*, Hacker, 2003.

pessoais de cada um e do desempenho do presidente em exercício. (Além da perspectiva de mudança defendida pela maioria do eleitorado e personificada na figura do ex-líder metalúrgico, conforme já enfatizamos em vários capítulos da Tese).

Para Carreirão, “um eleitor, de qualquer escolaridade, que avalia mal o governo em exercício, dificilmente vota no candidato que representa a continuidade deste governo e avaliando bem o governo, tende a votar no candidato que representa sua continuidade.”⁸⁷ Na evolução desta última avaliação, por sua vez, o autor relaciona alguns indicadores efetivos da economia, tais como a as taxas de inflação, além daqueles tradicionais como salário, emprego e renda.⁸⁸

No caso do governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o economista da UFRJ, Reinaldo Gonçalves⁸⁹, o desempenho econômico global da era tucana foi mesmo o pior da República, ao basear-se em um conjunto de indicadores, que leva em conta a taxa absoluta de crescimento econômico, a diferença entre essa taxa e a dos Estados Unidos no mesmo período (para contrabalançar os efeitos das más conjunturas internacionais), a inflação, a relação entre a dívida externa e a as exportações, e a relação entre a dívida mobiliária federal e o PIB. Em suma: o tucanato produziu a maior dívida pública e o pior desempenho econômico geral da história da República, com altos índices de desemprego e concentração de renda (Ver **ANEXO** n° 09).

Além desses fatores apontados acima, é preciso considerar também, de acordo com Fausto Neto & Verón, a tese de que o candidato tucano José Serra também não soube manejar de maneira adequada sua própria relação com o governo e com o

⁸⁶Cf. Yan de Souza Carreirão, *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*, Editora da FGV, 2002, p.18-19.

⁸⁷Cf. Yan de Souza Carreirão, *Op.cit.*, p. 19.

⁸⁸Cf. Yan de Souza Carreirão, *Op.cit.*, p. 177 e 179, respectivamente, quando destaca que para o período 1986/1998, o componente mais relevante na avaliação geral do desempenho dos governos (federais) foi o desempenho da economia, especialmente o comportamento da inflação (p.177).

Entendemos que a tese de Carreirão se aplica plenamente em relação as eleições de 2002, embora seja difícil afirmar qual poderia ter sido a variável econômica mais determinante no julgamento do eleitor diante da enorme desesperança da população.

Contudo, não devemos esquecer outros aspectos relevantes na análise e que pesaram na escolha do eleitor, conforme apresentamos na Tese relativo, a exemplo da política de alianças, o abandono de antigas bandeiras históricas e a aproximação de Lula com os setores dominantes da sociedade.

⁸⁹Cf. *Revista Conjuntura*, do Corecom-DF, janeiro/março de 2002, na qual o professor da UFRJ apresenta os dados de sua pesquisa, utilizando-se de uma espécie de “cesta de indicadores”, chamado de Índice de Desempenho Presidencial (IDP), que traça uma análise comparativa entre os chefes da Nação desde o Império. (Cf. *Carta Capital*, n°. 236, de 16 de abril de 2003, sob o título “As heranças de uma era tacanha”, p. 44- 45, que traz uma síntese do trabalho de Reinaldo Gonçalves, sob o título “Desestabilização, crescimento medíocre e desigualdade”).

presidente que saía. Considerando-se ainda que esta fragilidade foi agravada pelo fato de que o contenda eleitoral foi para o candidato do governo, no primeiro turno, um enfrentamento de “três contra um” (o ex-ministro da Saúde teve que defrontar-se simultaneamente contra Lula, Ciro Gomes e Anthony Garotinho).

Neste sentido, Fausto Neto aponta a não desconstrução de Lula por parte de José Serra, devido a vários motivos.⁹⁰ Cita, por exemplo, as dificuldades do tucano por sua natureza e a identidade de seu lugar: ser candidato do governo e ao mesmo tempo pregar a idéia da continuidade sem continuísmo. Essas dificuldades aumentavam pelo impasse em que vivia para sair desta ambigüidade inicial, algo que se ampliava devido aos viés de sua vocação parlamentar, em cujo âmbito e enunciação navega entre sinuosidades, ambivalências e raciocínios enigmáticos.

Soma-se a isso, o fato de que economia da TV foi implacável com Serra, porque a sua temporalidade não esperou pelo ritmo do candidato tucano, quanto mais articulava uma defesa sobre seu lugar de fala, mais deixava indícios de suas origens e de suas pertenças, considerando que teve ainda que enfrentar três outros concorrentes.

Neste sentido, Fausto Neto afirma que Serra, apesar de sua excelente capacidade de exposição argumentativa, pois se trata de um analista de problemas econômicos, é um excelente debatedor, não vê espaço apenas para uma estratégia propositiva de programa de governo. Necessita sair das cordas, e se põe ao ataque, apoiado pelos marqueteiros que afirmam que "Lula não pode passear de *rider* na presidência da República", entra na armadilha dos adversários, apesar de fazer estragos, pois consegue, como proeza, tirar Ciro Gomes do segundo posto.

Contudo, como podemos observar através da análise empírica, argumento reforçado pelo autor acima, suas jogadas sofrem reparos e críticas e em alguns momentos, declarações do próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, colocam, involuntariamente, o tucano no foco do questionamento: José Serra apregoa o Brasil das ruínas, com a eleição de Lula, o presidente Cardoso lembra numa entrevista que não existe, no país, uma "onda vermelha", mas sim uma "onda Lula", descaracterizando as associações e efeitos da campanha do candidato do governo, fazendo assim involuntariamente uma espécie de *contra-marketing*.

Num outro momento, avaliação de Cardoso, nunca contestada, informa que o candidato governista confirmou o carimbo de "destruidor" e não o de mais preparado. E o mais perigoso: Serra abre um flanco nas relações internacionais e latino-americanas, atacando

⁹⁰Cf. Antônio Fausto Neto, "Entre cruzamentos de sentidos", Hacker 2003, p. 78-79.

a Venezuela e a Argentina, ao mostrar a crise da Argentina como um paradigma do que não queremos e afirma que mesmo com concessões aos parceiros, a Argentina pula para trás, numa crítica velada ao Mercosul.⁹¹

Em resumo, à procura de um perfil, a campanha de José Serra não conseguiu criar uma marca para ele, com outro tempo, com outra sintaxe: subsistiram outras deixadas como pista, como a questão de um personagem que tentava fugir, mas que não conseguiu sair deste papel da interpretação: o candidato do governo.

5.5.3 A apropriação do discurso da ordem

O cientista político Jorge Almeida⁹² parece concordar com o que afirmamos anteriormente, aliás, como de fato já é um consenso na literatura sobre as eleições de 2002, a respeito do intento de José Serra de defender durante a campanha a idéia de ser a continuidade e encarnar a mudança ao mesmo tempo, partilhando da tese de que a fala do candidato tucano esteve "fora do lugar" durante a disputa eleitoral, constituindo-se numa explicação plausível para a sua derrota.

Para Almeida, a credibilidade do discurso depende do lugar de fala, do lugar ocupado pelo enunciador, sendo que tanto José Serra quanto Luiz Inácio Lula da Silva e os outros candidatos, ocupavam o mesmo lugar de fala institucional-eleitoral como candidatos à Presidência da República, mas não o mesmo lugar de fala político-programático.

Deste modo, segundo o autor, Serra concentrou o seu discurso na mudança, tentando se adaptar ao "Cenário de Representação da Política" (CRP) predominante⁹³, e à demanda das mudanças identificadas em pesquisas quantitativas e qualitativas, procurando afastar a sua imagem do governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas ao olhar do receptor-eleitor, o lugar de fala do tucano era o da continuidade.

Os discursos de Serra teriam legitimidade defendendo o governo e não sendo a mudança e este foi o espaço construído por ele, na opinião da grande maioria, daí que não adiantava o candidato governista tentar ocupar espaço da mudança, pois este não era o seu lugar da fala. Quando o candidato do PSDB repetia o seu discurso de mudança, acabava

⁹¹Cf. Antônio Fausto Neto, Op. cit., p. 82.

⁹²Cf. Jorge Almeida, "Serra e a mudança: um discurso fora do lugar de fala", Hacker, 2004, p. 129-141.

⁹³Cf. Jorge Almeida, op. cit., pp. 136, que não nega a força do Horário Eleitoral, mas a força das mensagens no Horário eleitoral na tevê dependem do respaldo que as idéias transmitidas já tenham construído ou estejam construindo na sociedade por outros meios. Sem este clima político favorável na sociedade, é muito mais difícil conseguir ocupar espaços fundamentais através do horário gratuito.

chamando atenção sobre sua necessidade e reforçando a candidatura daquele que melhor encarnava a mudança: o PT, de Lula. Assim, o seu discurso sobre mudança ajudava o petista.

Portanto, o Cenário de Representação da Política esteve adverso para o candidato governista no período da campanha eleitoral, como confirma a pesquisa do Ibope realizada entre 4 e 6 de agosto, pouco antes do início do Horário Eleitoral (20/08):

- Lula da Silva 33%, Ciro Gomes 27%, José Serra 13% e A. Garotinho 10%;

- Para o segundo turno, havia um empate técnico entre Ciro Gomes (45%) e Lula (43%) e uma vantagem do petista sobre o tucano de 51% a 36%.

Nesta pesquisa, 49% desejavam um presidente que "faz oposição" a Fernando Henrique Cardoso e 34% que o "apóia"; 44% afirmavam que não votariam "de jeito nenhum" num candidato apoiado por Cardoso; 8% diziam que "certamente votariam"; e 43% "poderiam votar"; 55% tinham consciência de que Serra era o candidato do governo; informados de que o o candidato governista era apoiado por Cardoso, 51% declaravam que não votariam de jeito nenhum; 10% que certamente votariam e 34% que poderiam votar; 40% queriam um candidato que "mudasse totalmente o governo"; 34% que só mantivesse alguns programas e "mudasse muita coisa"; 15% que "mudasse poucas coisas"; e apenas 5% que desse "total continuidade" ao governo.

Pela mesma pesquisa:

- Ciro Gomes era visto por 57% como aquele em melhores condições para derrotar Lula (contra 28% que acreditam ser José Serra) e possuía a melhor imagem de possível bom presidente (58%); contra 50% para Lula e 43% para Serra;

- 75% consideravam que a economia estava em crise; 66% eram contra o Brasil fazer empréstimos ao FMI para sair da crise (22% a favor); 48% diziam não votar "de jeito nenhum" num candidato favorável ao empréstimo ao FMI;

- 30% avaliavam o governo Fernando Henrique Cardoso negativamente; 23% positivamente e 46% como regular; 55% desaprovavam a maneira de Cardoso governar e 57% não confiavam no presidente.

Este performance desfavorável a José Serra presente nas pesquisas quantitativas, também era encontrado em pesquisa qualitativas⁹⁴, como aquelas feitas em grupos de discussão pela CUT entre 22 e 26 de abril de 2002, caracterizando um Cenário de Representação da Política muito negativo ao governo e à candidatura tucana. O mesmo também pode ser observado em grupos de discussão feitos pelo comitê de campanha de Lula

⁹⁴Cf. Jorge Almeida, Op. cit., p. 139.

(entre 12 e 15 de julho) para avaliar as primeiras entrevistas dos presidenciáveis no Jornal Nacional da Rede Globo de televisão.

Estes grupos, além de apresentarem uma tendência crítica ao governo tucano, também mostravam que o eleitor de Serra estava na defensiva durante as discussões e com o perfil de quem "não acredita na possibilidade de mudanças" no país, enquanto os eleitores de outros candidatos o viam como a continuidade de Cardoso.

Para o cientista político Marcus Figueiredo, na lógica de construção de mundos possíveis⁹⁵ - passados, atuais ou futuros - não há espaço para a manipulação da realidade. A transição de mundos reais para possíveis pode ser feita por dois caminhos: o da dedução lógica, típica das análises contra-factuais e prospectivas sobre o estado físico ou social; e da lógica da inferência interpretativa das condições físicas ou sociais de uma sociedade. Este segundo caminho, na construção de mundos possíveis, é típico da argumentação política e, especialmente, da retórica de campanhas eleitorais, nas quais a contextualização ou a interpretação da história, dos fatos e das condições sociais são a matéria-prima do discurso eleitoral.

Por isso, destacamos aqui a utilização pelo candidato situacionista da fala conjugada da sedução e da ameaça como apelo persuasivo ao eleitor, que não funcionou neste pleito em particular. A idéia da retórica como sendo sedutora, é quando a persuasão é baseada em aspectos marcadamente emocionais e subjetivos. Usada como complemento à retórica sedutora, a ameaça está presente em muitos comerciais, ameaçando o eleitor com a perda de uma situação favorável já alcançada, tática utilizada por José Serra e por Ciro Gomes (com menos intensidade) contra o candidato do PT.

Mas o mais importante a ser observado, conforme a metodologia de análise levantada pelo grupo de estudos de Figueiredo, é que em 2002 o candidato petista conseguiu capturar o discurso dominante de Serra, que era ser situação e reivindicar a idéia de mudança ao mesmo tempo. Como o eleitorado queria mudança, portanto Lula transformaria -se no ideal de mudança, mas com o continuísmo do tucano (embora pouco perceptível aos olhos de parcela significativa do eleitorado, mas não das elites), tanto que Fernando Henrique Cardoso nutria enorme simpatia pelo candidato opositor do PT.

⁹⁵Cf. Marcus Figueiredo [et.all.] "Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral", Fundação Konrad Adenauer, 2000, p.147-157, observando que para sabermos qual interpretação do mundo atual é dominante são necessárias pesquisas de avaliação da administração - governo - em curso, no momento pré-eleitoral e durante a campanha. E, por outro lado, desqualificar a interpretação da situação, por sua vez, significa, fundamentalmente, criticar o que foi feito, apelar para mudanças e tomar a ofensiva quanto a temas, isto é, tentar dominar os temas relevantes.

O paradoxo é que Lula encarnou o ideal de mudança do eleitorado, mas permaneceu fiel a política econômica e social do tucanato, conforme atesta o seu programa de governo e como demonstrou os dois primeiros anos de seu mandato, calcado no neoliberalismo econômico, como tivemos oportunidade de mostrar na Tese.

É preciso levar em conta ainda que José Serra fez campanha calcada na continuidade sem continuísmo, mas tentando a todo custo diferenciar-se do presidente Cardoso, auto – intitulando-se o candidato oficial do continuísmo, mas que não conseguiu convencer o eleitorado.

Em resumo, na condição de sucessor de Cardoso não conseguiu incorporar o discurso dominante de mudança, mesmo lançando mão do expediente da sedução e da ameaça, ao se referir ao candidato petista. O discurso dominante e da sedução foi muito bem incorporado por Ciro Gomes, que quase roubou essa idéia. Afinal, apropriada por Lula, cabendo a Serra eliminar o outro segundo colocado, e que concorria com ele a uma vaga no segundo turno da eleição, sem jamais ameaçar a liderança na preferência do eleitor do ex-líder metalúrgico.

CAPÍTULO VI

A RUPTURA COM OS IDEAIS DO SOCIALISMO E A CONTINUAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO

Neste último capítulo, procuramos analisar o comportamento reformista do PT a partir do debate em torno da vitória nas urnas de seu candidato em 2002, discutindo o abandono das lutas históricas do partido consubstanciada na defesa do Socialismo e o perfil de Luiz Inácio Lula da Silva através de sua nova cara.

Assim, consideramos como fundamental o debate em torno do conteúdo do novo programa de governo colocado a público com as eleições presidenciais, assim como estudo das propostas elaborados pela equipe econômica do novo governo chefiado pelo então coordenador de campanha e depois ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Por fim, discutimos a ruptura de Lula com o pensamento de esquerda e o pacto com as elites dominantes, que passaria também pelo apoio militar, além da formulação de uma política econômica neoliberal, através da colaboração com o sistema financeiro e o mercado de capitais.

6.1 O socialismo renasce sob a sigla de Lula

Perguntado pelo filósofo francês Felix Guattari¹ se o PT mantinha relações privilegiadas com a Internacional Socialista, o então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva respondeu: “Nós esperamos estabelecer relações estreitas com todas as forças democráticas do mundo e isto só será possível se não fizermos opções ideológicas de cúpula, antes que a base faça suas próprias escolhas”.

Passados exatamente 20 anos, o Partido dos Trabalhadores não-somente tornaria-se em 2002 um partido de cúpula como também abriria mão de sua ideologia de esquerda para eleger Lula presidente da República, sem jamais se identificar com as suas bases e com as organizações de trabalhadores internacionais, muito menos com a Social-Democracia européia. Embora, na prática, esse fosse o seu comportamento, como muito bem demonstrou o partido no comando de algumas prefeituras e governos estaduais, mas com uma retórica

¹Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, 1989, p.88, que cita a passagem da obra de Felix Guattari, *Entrevista Luiz Inácio Lula da Silva*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.29.

contrária a visão social-democrática. Mais tarde, já no governo central, o presidente Lula acabaria assumindo uma outra postura, como mostraremos na Tese, adotando um comportamento basicamente neoliberal, aproximando-se da Terceira Via do primeiro-ministro britânico Tony Blair e do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

Essa visão acima ganha ainda mais relevo quando refletimos sobre as palavras do líder nacional e presidente do PT, que conduziu o partido a vitória em 2002, José Dirceu de Oliveira e Silva, por ocasião do lançamento da sigla no início da década de 1980:

"(...) O grande desafio do PT era e é a organização dos trabalhadores, o que significa a construção de um projeto político onde o trabalhador, e sua classe, exerçam o governo e organizem a sociedade, a produção e a distribuição da riqueza social. (...) O PT não acredita nas elites e nem nos 'salvadores da pátria', e sim na força organizada da sociedade e na política democrática, no governo com programa e nos partidos, nas eleições e na luta social...(...)." ²

A visão de José Dirceu é reforçada por Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, a partir da idéia de que "(...) o Partido dos Trabalhadores... não surge de nenhuma dessas experiências históricas..., nem comunista, em que pese a importância inegável dos Partidos Comunistas...[e] muito menos trabalhista. O PT desde sua origem rompe com a estrutura sindical vigente, como a CLT - e as greves bem o demonstraram - e ao mesmo tempo nega os partidos oficiais ou clandestinos - como o PC e PC do B... (...) O PT não é um partido de patrões no sentido ideológico, no sentido da identificação com a relação capital-trabalho tal como se apresenta na sociedade capitalista e que lutamos para superar." ³

Importante lembrar que, já em suas primeiras certidões de nascimento, se é que se pode falar assim, o PT defendia na chamada Tese de Santo André, que fora elaborada numa reação contra os partidos tradicionais, debatida em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins - quando os sindicalistas aprovaram a Tese e também no 1º. de Maio de 1979, quando foi debatida e aprovada a Carta de Princípios de lançamento do PT -, a proposta do socialismo.

Depois do lançamento da Carta de Princípios, no dia 1º. de maio, a data mais significativa para a história das origens do PT é, sem dúvida, o dia 13 de outubro de 1979., pois naquela data, mais de 130 articuladores e convidados reuniram-se no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo com o objetivo de estabelecer uma

²Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 11-13, segundo destaca José Dirceu no prefácio do livro.

³Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op.cit., p.18-19, quando tratam acerca das "Origens" do PT, no seu capítulo, p.15-48.

linguagem comum e lançar de uma vez o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores às ruas, conforme as palavras do próprio Lula, que conduziu os trabalhos.

A questão mais polêmica referia-se à inclusão ou não da palavra socialismo, embora todos concordassem com a luta pelo socialismo, ao reafirmar-se no encontro que “o PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão...”⁴ (O mesmo documento reforça a idéia das origens do PT com base nos movimentos sociais, sobretudo devido ao papel da Igreja, via Comunidades Eclesiais de Base).

A discussão do Manifesto do partido ocorreu no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980, quando neste dia o PT foi fundado oficialmente. Foram colhidos as 101 assinaturas exigidas pela legislação partidária. Na apresentação dos documentos básicos do partido, seis anos depois (março de 1986), o diretório Nacional afirmava que esses documentos traduziam “as metas reais do PT e seus efetivos princípios de organização..., [e] devem orientar a nossa prática socialista”.

Em seu discurso proferido na primeira Convenção Nacional do PT realizada em Brasília, em 27 de setembro de 1981, logo após a aprovação dos Estatutos, da elaboração provisória do Programa e da eleição do primeiro Diretório Nacional do partido, quando garantiu a obtenção do seu registro definitivo, Lula define o perfil socialista do PT e a palavra socialismo é finalmente problematizada em termos de debate interno e tornada público:

"(...) Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?(...) Não basta a alguém dizer que quer o socialismo..., a grande pergunta é: qual socialismo? (...) Estamos por acaso obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo..., vamos continuar, com inteira independência...”⁵

Conclui Lula: (...) O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar..., O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém..., o socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia do mesmo modo como estamos construindo o PT..., o

⁴Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p.42.

⁵Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 71-72.

socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores ...e a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores."

No V Encontro Nacional realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, quando colocou-se no partido a discussão de um novo plano político-organizativo, visando os anos de 1988-1989, vistos como definitivos para o futuro do partido, novamente é reafirmado o ideário socialista do PT, reafirmando-se o seu caráter como partido de classe e de massas, democrático e socialista. (Neste encontro, definiu-se o objetivo estratégico, o socialismo, e sublinhou-se a necessidade de uma política de alianças, definiu-se o momento como sendo de acúmulo de forças com vistas a conquista do poder nas eleições presidenciais de 1989. As resoluções do V Encontro compõem de um texto amplo de 243 parágrafos, com uma introdução e mais oito capítulos).

Sobre o socialismo assim se expressou o partido de Lula: "(...) A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT..., na luta pelo socialismo é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente..., o primeiro diz respeito à tomada do poder político..., o segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc., deixadas pelo capitalismo...(...) Depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil..., um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade de o Estado atender à reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente de forma integral aquela capacidade para isso..."⁶

O documento reforça a idéia de que "(...) a ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos...O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, O Estado socialista terá que desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos...O projeto socialista pelo qual lutamos...deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas..., deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais..."

⁶Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit. p.132-138.

Ressaltamos, contudo, que as teses do V Encontro seriam criticadas por alguns intelectuais do partido, com destaque para a posição defendida por Francisco Correia Weffort e apoiadas por Tarso Genro, Vladimir Pomar, José Genoíno e outros integrantes do campo majoritário mais moderado, que defenderam o princípio, afinal vitorioso, de que o PT não deveria se definir enquanto partido socialista, mas primar sua ação em torno das alianças e buscar um perfil democrático e popular para a conquista do governo.

Tese que acabou prevalecendo, em que pese a ambigüidade sempre presente no partido em relação a sua estratégia de conquista do poder e sua ênfase no ideal do socialismo, que contratava com o comportamento de muitas de suas figuras mais expressivas, unidas nas hostes marxistas, como também da maioria dos seus militantes vinculados aos trabalhadores Sem-Terra, a Igreja progressista e os movimentos sociais de uma maneira geral. (A par de outras razões, como comentaremos a seguir, e que tem a ver com a conquista do poder no âmbito municipal e estadual, ocasião em que o PT é chamado a governar, adquirindo um tom mais moderado e não anti-capitalista).

Mas o tom mais radical esteve presente por ocasião do debate sobre temas econômicos e algumas propostas para um futuro e eventual governo petista nas eleições de 1989, quando o PT defendeu explicitamente o rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa, tese que foi suprimida do programa do presidenciável Lula em 2002. E um detalhe importante: além de defender a proposta da reforma agrária em terras produtivas, numa clara rebeldia à Constituição Federal de 1988, o PT propôs não só a auditoria da dívida externa como também o plebiscito da dívida, afinal realizado sob a chancela da CNBB anos mais tarde, e negado peremptoriamente tanto pelo partido como por Lula em 2002.

Sob a coordenação de Aloísio Mercadante Oliva, José Dirceu e Plínio de Arruda Sampaio, com a participação de muitos companheiros, incorporando sugestões encaminhadas por dirigentes e parlamentares petistas, em 1988 o PT elaborou um Plano Econômico Alternativo⁷ de governo para as eleições de 1989, mostrando a gravidade da crise brasileira e sinalizando como deveria enfrentá-la. Neste sentido, com relação ao Ajuste Externo o partido propõe:

- a) Rompimento do acordo com o FMI e suspensão imediata do pagamento da dívida externa;

⁷Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., respectivamente, p.319-322 e p.331-355.

- b) Convocação imediata da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Externa, que deverá fazer um histórico da dívida, apontar as causas do seu crescimento e apurar responsabilidades;
- c) Convocação de uma Conferência Internacional de todos os países devedores interessados em enfrentar de forma alternativa a problemática da dívida externa, para definir uma estratégia comum de atuação e a criação de um Comitê de Devedores para anular os acordos anteriores e reencaminhar o processo de negociação;
- d) Não reconhecimento do Comitê de Negociação formado pelos Bancos Credores, que tem demonstrado intransigência e menosprezo pelos interesses do país, e constituição de uma nova instância de negociação ao nível dos governos e dos Bancos Centrais dos países que sediam os Bancos credores;
- e) Exigir a participação do Brasil e de outros grandes devedores nas reuniões dos governos dos países para a discussão da dívida externa.

O detalhe mais importante em relação a essa questão é a proposta em torno da redução da dívida e do mecanismo de deságio a ser discutido nesta direção, idéia bastante original e interessante, que jamais seria debatida pelo PT na campanha presidencial de 2002, e cujo conteúdo também nunca seria tocado pelo seu candidato ao Planalto em qualquer instância de discussão. Afirmava o PT em 1989 sobre o assunto:

“Tomar como base de negociação o valor real da dívida, desvalorizada pelo deságio do próprio mercado internacional, que hoje equivale a cerca de 60% do valor de face dos títulos da dívida brasileira..., desta maneira, a dívida cairá dos aproximadamente 110 bilhões de dólares atuais, para algo em torno de 44 bilhões de dólares. Os juros correspondentes ao valor do deságio (60%) serão depositados num Fundo Público de Investimentos e Políticas Sociais, que deverá gerir estes e outros recursos oriundos desde Plano de Emergência. Os juros correspondentes ao valor da dívida real (restantes 40%) serão depositados no Banco Central, no aguardo das negociações”⁸

O documento de 1989 ainda ataca os banqueiros, ao afirmar que o gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuamente sem atende à sua função básica de financiar a atividade

⁸Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 320.

produtiva e o investimento, com o PT defendendo, inclusive, a proposta de estatização dos bancos.

E mais: adotando um tom extremamente crítico, o PT é veemente na defesa do não pagamento da dívida externa, argumentando:

“O PT considera que a dívida externa do Brasil, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis em grande parte pela miséria dos povos do Brasil e do continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente Contra o Pagamento da Dívida Externa..., o governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma Conferência Internacional dos países devedores, para a adoção de uma estratégia comum de ação”.⁹

Daí vem a proposta do PT do plebiscito da dívida, que, de acordo com o texto de 1989, reafirma: “O PT tem claro que somente com a mobilização popular será possível sustentar e aprofundar a luta contra o FMI, contra o imperialismo e a dívida externa” e defende a “realização de um plebiscito sobre a questão da dívida externa, com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de sustentação de massa da nossa posição contra o seu pagamento.”¹⁰

Além disso, o Plano Alternativo de Governo prega a defesa radical da reforma agrária, contrariando, inclusive, o que determinava a Constituição – conforme determina ainda nos dias atuais -. que estabelece no seu artigo 184, que “compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”, isto é, que seja terra improdutiva. Neste sentido, o documento considera como a questão mais polêmica a limitação da Constituição Federal à desapropriação para fins de reforma agrária, que não pode ser promovida em relação à propriedade produtiva. O plano de governo de Lula de 1989 apresenta duas formas de enfrentamento:

Primeiro, a revisão da Constituição Federal, na parte em que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação, e, segundo, no terreno legislativo, o governo do PT ainda propõe a fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo de produção e o conjunto das propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam

⁹Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 340.

¹⁰Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 340.

esse limite¹¹ e vai mais longe, propondo: “[Além da] regulamentação dos contratos de arrendamentos, por lavradores de terras de grandes proprietários com a limitação de até 15% do resultado líquido da produção para pagamento devido ao proprietário ..., [a] taxaço progressiva sobre as grandes propriedades rurais e efetiva cobrança do imposto como forma de combater a concentração fundiária... [e a] proibição da aquisição de terra por pessoas jurídicas estrangeiras...”¹²

Temas em grande parte ausentes dos debates posteriores nas duas campanhas frustradas de Lula ao Planalto, respectivamente, 1994 e 1998, e igualmente deixadas de lado no programa de governo de 2002, quando foi reafirmado pelo candidato vitorioso nas urnas o texto constitucional, juntamente com o incentivo à agricultura familiar, destacando o papel do agronegócio na economia brasileira.

Portanto, para a pesquisadora norte-americana Margaret E. Keck, a idéia de socialismo defendida pelo partido pode ser traduzida pela ênfase dada pelas esquerdas à ampliação radical da democracia. Segundo a autora, “o PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo...., um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista..., respeitará o direito à facção e às tendências.”¹³

Neste sentido, Keck ressalta que o PT cresceu com uma proposta ética, mais que com uma ideologia. É uma linguagem utópica, mas o PT não tem nenhuma visão de utopia. Embora sempre tenha se definido como um partido socialista, o PT resistiu aos esforços das suas facções mais doutrinárias de classificar-se como marxista-leninista, ou mesmo marxista e seus líderes expressaram profundas dúvidas sobre os perigos de o PT se tornar um partido social-democrata. O discurso de fundação tanto da CUT como do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo com respeito às relações sociais e à organização da sociedade civil, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia e como provedor do bem-estar social (embora esta mudança para o terreno da cidadania possa significar entrar no terreno histórico do liberalismo).

¹¹Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 341.

¹²Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 342.

¹³Cf. Margaret E. Keck, “PT: A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira”, 1991, assinalando que falta ao PT uma visão do Estado, e ela não recomenda nenhum mecanismo claro para atingir um fim que não se pode descrever claramente (p. 278).

Em suma, o fato de o PT ter resistido aos esforços de várias de suas facções para impor uma visão doutrinária do caminho correto para o socialismo, insistindo, pelo contrário, na coexistência legítima, dentro do partido, de uma ampla gama de concepções, acabou por constituir-se numa força e não numa fraqueza: “Sua visão da necessidade de fortalecer a sociedade civil no Brasil, estimulando a possibilidade de uma mudança democrática vinda de baixo, oposta a um sistema político autoritário e elitista, oferece uma base para se repensar as idéias socialistas tradicionais do Estado como panacéia.”¹⁴, ressalta a brasilianista.

Já Rachel Meneguello¹⁵ adota um outra postura teórica e que contrasta, de certa forma, com o pensamento anterior, ao lembrar a influência da Igreja Católica através das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) na formação do PT, um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário, que apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político. Trata-se de um partido de massa moderno que confere grande importância à ideologia e que pode ser comparado aos partidos social-democratas europeus, sobretudo a social-democracia alemã, partido que tornou possível o enquadramento de grandes comunidade marginalizadas do sistema político, e isso se devia fundamentalmente à concepção marxista do partido-classe. (Keck prefere falar em comportamento social-democrata petista, ao invés de partido com esta origem e influência ideológica).

Dessa forma, a expressão partido/moderno de massas sugere uma orientação ideológica definida, certa complexidade organizacional e burocrática, uma atividade permanente, a qual supõe certo envolvimento dos membros com o partido.¹⁶ E sobre o projeto socialista petista, de acordo com Meneguello, dos blocos internos definidos no momento inicial de organização do partido compôs-se da maior parte dos grupos de esquerda, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano ou mesmo condenando o processo de institucionalização partidária.

Neste sentido, três orientações políticas básicas marxistas definiram sua atuação: a) o partido deveria organizar-se como frente política de massas, representada pelo MEP; b) uma segunda orientação afirmava a indiferença à legalização do partido, mas definia-se pela sua construção e desenvolvimento no sentido de a médio ou longo prazo, organizar uma vanguarda marxista-leninista que teria como condição básica a união dos militantes de esquerda, representada pelos grupos de tendência trotskista: o Secretariado Unificado, jornal

¹⁴Cf. Margaret E. Keck, Op. cit., p. 280-283.

¹⁵Cf. Rachel Meneguello, PT: a formação de um partido (1979 -1982), de 1989.

¹⁶Cf. Rachel Meneguello, Op. cit., p. 35-36.

Em Tempo, Libelu, tendência estudantil denominada atualmente de Fração Quarta Internacional; c) uma terceira orientação configurou-se mais como uma tendência partidária, por uma atuação propagandística paralela às diretrizes oficiais do PT.

Embora concorde com Kech a respeito de um projeto bastante difuso de sociedade socialista e democrática pregado pelo PT, cujo vínculo institucional de caráter societário constitui a essência da novidade da proposta petista de partido político, Meneguello discorda da visão da autora norte-americana em relação a influência ideológica externa do PT, argumentando que “a experiência petista assemelha-se à recente experiência dos novos partidos políticos na Europa Ocidental, ambas inseridas no processo mais geral de reorganização dos sistemas políticos das sociedades capitalistas”.

Por último, outra característica importante do PT merecedora de destaque diz respeito a sua organização a partir das bases, através do processo democrático centrado na constituição de núcleos, que poderiam ser organizados tanto a partir dos bairros como dos locais de trabalho. Por suas características de composição e funcionamento os núcleos podem ser definidos “como um tipo misto de 'seções socialistas' e 'células comunistas', esta última de organização mais rígida e fechada..., caracterizam-se....por ter como função comum o trabalho de organização de base de seus partidos e por ser *locus* da educação política de seus membros....”¹⁷ Os núcleos chegaram a funcionar no início, mas sucumbiram.

6.2 O comportamento reformista

Ao analisar as eleições de 2002, alguns poderiam dizer que o PT traiu seus eleitores ou rasgou as bandeiras históricas do partido ao se bandear para o lado neoliberal, conforme fica evidente quando se analisa o seu programa de governo, bem como a proposta de política econômica e reformas estruturais do ministro da Fazenda Antônio Palocci. Obviamente, que há um pouco de verdade em tudo isso, mas é preciso não perder de vista a dimensão histórica para entender como essa ruptura foi se processando ao longo do tempo, com as mudanças que surgiram no bojo do processo eleitoral não sendo fruto de mero acaso, mas fechando um círculo em torno de um longo caminho de maturação.

¹⁷Cf. Rachel Meneguello, Op. cit., p. 92, explicando porque os núcleos não prosperaram ao lembrar que houve o compromisso de formação de conselhos populares à moda dos núcleos, mas que enfrentaram a resistências de vários setores, bem como as dificuldades de pôr em prática os ideais de transformação petista a partir da primeira gestão municipal do PT representada pela prefeitura de Diadema.

Por isso, concordamos com James Petras e Henry Veltemyer¹⁸ quando afirmam que o PT não pode ser compreendido olhando-se simplesmente as suas origens de esquerda, pois os partidos políticos evoluem, ao longo do tempo, assim como o fazem suas relações com a sua base original de apoio social. No caso do PT, a mudança em relação aos movimentos sociais, processos eleitorais e a máquina estatal é crucial.

Como já frisamos, o PT é um partido com comportamento social-democrata, mesmo não querendo e mesmo rechaçando este rótulo. Desde 1982, após fragorosa derrota nas urnas, o partido adotou um comportamento mais próximo das experiências da social-democracia clássica, pois muda de discurso e procura resultados eleitorais ampliando o seu leque de adesões com vista aos embates eleitorais futuros. A partir daí não pára mais de crescer, como demonstrou o resultado das urnas de 1985.

Antes disso o PT consolida a sua base social de apoio sobretudo junto ao movimento sindical e movimentos sociais, tanto é que muitos temiam o seu fim, pois após o fracasso nas urnas em 1982, o PT volta-se para a organização interna e atuação nos redutos sindicais e lutas vinculadas aos diferentes movimentos sociais. Muitos acreditavam que era chegada a hora do seu fim enquanto partido. Mas em 1985, os sucessos eleitorais mostram a mudança de estratégia, com a abertura de seu leque de alianças e mudança de estratégia de campanha, com nova linguagem e muito mais cosmopolita em suas idéias socialistas.

Neste sentido, o efeito potencial sobre o PT do seu sucesso ressaltado antes nos leva a considerar essa evolução à luz do dilema eleitoral descrito por Adam Przeworski: se os partidos de base operária permanecem próximos à sua base de apoio (a classe trabalhadora), continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maiorias em eleições; por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade.¹⁹

¹⁸Cf. James Petras e Henry Veltmeyer, *Para onde vai o Brasil?*, dezembro de 2003, p. 32-55, quando destacam a importância de se analisar também suas fontes de financiamento, sua composição partidária, participação dos filiados nos congressos e na estrutura interna do partido, como apontam, há muito tempo, sociólogos clássicos, como Michels, Pareto e Max Weber.

¹⁹Cf. Adam Przeworski, *Capitalismo e Social-Democracia*, 1989, p. 60, destacando que a social-democracia, cuja a etimologia quer dizer “memória da revolução proletária”, tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo democrático, lembrando, contudo, que o compromisso básico entre os social-democratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. Sob o capitalismo, os lucros do presente constituem as condições de investimentos e, portanto, da produção, emprego e consumo no futuro. “Os lucros das empresas hoje são os investimentos de amanhã, e o emprego de depois de amanhã”.

Portanto, esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos

Isto tem que ser percebido e levado em conta quando se fala na evolução do PT, o que guarda semelhança com o dilema enfrentado pelos partidos socialistas na tentativa da conquista do poder. Na trajetória utilizada pela social-democracia européia via eleições rumo a conquista do poder o partido da classe operária teve que ampliar o seu leque de alianças e formar coalizões para ganhar espaço, pois sozinho não conseguiria êxito eleitoral suficiente para atingir postos de mando. O que reforça a nossa tese de que o PT seguiu a mesma orientação no Brasil, uma vez que os partidos não ortodoxos marxistas e revolucionários tornaram-se todos social-democratas em toda parte. O socialismo ficou como projeto a ser completado num futuro mais distante. O mesmo vale para o PSDB, embora o partido de Fernando Henrique Cardoso não tenha no Brasil a mesma base operária petista, já que não foi um partido constituído a partir do movimento trabalhista.

Em suma, os social-democratas ao optarem pela participação na disputa pelo poder a partir das instituições democráticas, sempre através de alianças (jamais foram maioria onde quer que fosse isoladamente), visando implantar o projeto socialista a longo prazo, tiveram que enfrentar um duplo dilema: a) como socializar e nacionalizar a economia? Logo abandonaram totalmente essa idéia; b) mas como alcançaram o poder, passaram a promover reformas que poderiam levar ao Socialismo. Os social-democratas compreenderam que reformas são alcançadas enquanto no poder e imaginava-se que fora dele, como elas são cumulativas, esperava-se novamente a volta ao poder para continuar a obra reformista, ou o trabalho de reformas iniciadas

Contudo, Przeworski²⁰ defende a tese correta de que as reformas sob o capitalismo não são cumulativas e irreversíveis, como tem demonstrado a realidade na maioria dos países, o que levou a uma crítica da social-democracia, já que uma vez no poder os social-democratas não promoveram a transição para o socialismo. Justamente pelo que assinalamos acima, pois ao enfraquecer o caráter de classe da luta ou dar um perfil reformista ao Estado capitalista, acaba-se tirando justamente o seu principal conteúdo de transformação e se é obrigado a ter que atender aos mecanismos de eficiência e capacidade administrativa (o que significa o controle dos gastos públicos e a boa gestão do orçamento).

Neste sentido, no processo de competição eleitoral os partidos socialistas são forçados a enfraquecer ou destituir de conteúdo a organização dos trabalhadores como classe. E como já destacamos antes, o compromisso entre os trabalhadores e capitalistas acerca de questões

ganhos, assim, não só procuram reproduzir o capitalismo, mas também lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos próprios capitalistas (p. 60-61).

²⁰Cf. Adam Przeworski, Op. cit., p. 60-61.

econômicas e distributivas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, preferíveis pelos trabalhadores a estratégias mais radicais, conforme tem demonstrado o comportamento do PT ao longo do tempo e a prática política do governo Lula.

6.3 A consolidação da via neoliberal

Adotando um tom mais crítico e apontando as diversas fases em que ocorreu a mudança na orientação programática e ideológica do PT, os cientistas políticos James Petras e Henry Veltmeyer vão ainda mais longe nas suas críticas em relação ao que ressaltamos antes. Os autores citados acima nos ajudam a compreender que os governos petistas, em todos os níveis, evoluíram nos últimos anos, de social-democratas para neoliberais²¹, e cumprem um importante papel ao fornecer ministros, altos funcionários e formulações políticas para o governo do presidente Lula.

Para esses autores, o programa político-econômico do PT mudou de forma bastante significativa ao longo da década 1990, e, particularmente, durante a campanha para a eleição presidencial de outubro de 2002. E criticam o que denominam de “entusiastas desinformados” da eleição de Lula, sobretudo os observadores estrangeiros, que referem-se a programas petistas do passado sem nenhuma relevância para as políticas atuais e as prioridades futuras imediatas.

Neste sentido, Petras e Veltmeyer afirmam que a campanha eleitoral, principalmente, as alianças políticas e os pactos econômicos que a acompanharam são importantes pontos de referência para uma análise séria e para a subsequente avaliação do regime Lula. Isto é, o mais importante não é o lugar comum da retórica populista, as promessas socioeconômicas de empregos ou mesmo as denúncias do neoliberalismo (que é praxe de políticos de todas as tendências e cores desde o final da década de 1980), mas as alianças sócio-políticas, as visitas a Washington e Bruxelas (capital da Bélgica e sede da União Européia) e os pactos econômicos com o FMI e outros centros de poder.

Importante é compreender a relação das campanhas eleitorais com as lutas de massa em curso: os políticos, durante as campanhas eleitorais, exigem que os movimentos cessem e desistam da ação direta, como foi o caso do PT em relação a atitude dos movimentos sociais contra a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, para não assustar as elites empresariais e financeiras. Outro indicador importante para perceber-se o vínculo entre a atuação futura dos partidos e políticos no poder com os movimentos de massa é a diferença

²¹Cf. James Petras e Henry Veltmeyer, "Para onde vai o Brasil?", 2003, p. 34.

entre a imagem projetada do candidato e a realidade de sua prática política, pois a maior parte da propaganda eleitoral focaliza o perfil anterior do seu candidato, suas origens humildes, seus vínculos passados com as lutas populares

Outro forte indicador desmistificador de práticas populistas convertidas em programas neoliberais são a identidade, o histórico e as práticas político-econômicas dos ocupantes dos principais cargos ministeriais e na área econômica. Neste sentido, as indicações ministeriais são decisivas na formulação de políticas e na definição do caráter de classe e nacional de um regime, em especial, os ministérios de Finanças, Economia, Agricultura e Relações Exteriores, assim como o Banco Central, que determinam os parâmetros e as prioridades das políticas sociais e econômicas de um governo. Esses ministérios definem os orçamentos e as possibilidades dos demais, por isso, o que importa não é o número de ministros de uma ou outra tendência política, mas a perspectiva político-econômica dos ministérios-chaves e do Banco Central.

Em suma, o PT transforma-se em aparelho eleitoral²² e altera o seu comportamento original: define uma hegemonia de controle político do partido e parte para a conquista do poder no plano eleitoral e desvincula-se de maneira direta das lutas sociais junto com os movimentos populares de massa.²³ Os "candidatáveis" da ala social-democrata do partido conquistou a hegemonia e passou a disciplinar e expulsar alguns setores da esquerda radical e as assembléias foram substituídas por reuniões dos funcionários de tempo integral, que, primeiro, implementavam as decisões políticas e, depois, abriam-se para debate com seus companheiros radicais do aparelho partidário: milhares de militantes começaram a se afastar, em parte pelo crescimento do clientelismo, em parte pelo surgimento de estruturas verticais e, em grande parte, porque o partido voltou-se quase de forma exclusiva para a política eleitoral.²⁴

Do final dos anos 1980 ao final dos anos 1990, o PT guinou à direita, quando o eixo do poder deslocou-se para uma posição social-democrata (defesa de um Estado de Bem-Estar Social), enquanto a esquerda marxista continuou como forte tendência minoritária. Os social-

²²Cf. Antonio Ozai da Silva, "Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT), 2000, p. 183-226, que reporta-se ao 7º Encontro Nacional (EN) do PT, assinalando que, "via de regra, as prefeituras [petistas] não conseguem implementar a política do partido e estabelecem uma prática administrativa burocrática e de caráter capitalista, onde os programas pelos quais foram eleitas se tornam peças decorativas."

Neste sentido, completa o autor, destacando que "(...) O partido que disputaria as eleições em 1994 já era, a negação da utopia anunciada no início da década de 1980. Então, transformara-se numa alternativa eleitoral – embora de esquerda...socialista e comunista, embora com inúmeros elementos de ruptura, o PT percorre, num contexto diferente, caminhos semelhantes à social-democracia clássica" (p.216).

²³Cf. James Petras e Henry Veltmeyer, "Para onde vai o Brasil?", 2003, p.36.

²⁴Cf. James Petras e Henry Veltmeyer, Op.cit., 2003, p. 37.

democratas controlavam o aparelho partidário, cada vez mais de classe média, enquanto os marxistas organizavam a oposição dentro do mesmo aparelho, e uns poucos, se é que haviam algum, se voltando para a organização de massas para neutralizar suas crescente fraqueza na máquina partidária.

Embora o programa formal ainda mantivesse as exigências radicais iniciais, na prática, a maioria dos novos governadores e prefeitos eleitos não desafiaram as relações de propriedade existentes. A ala radical das autoridades eleitas em Porto Alegre introduziu a idéia do orçamento participativo, envolvendo comissões de moradores, porém não chegou a municipalizar qualquer serviço essencial, inclusive transporte, nem a estimular ocupações de terra ou as demandas de trabalhadores sem-terra. Além disso, o orçamento participativo se baseava em verbas alocadas pelos governos municipal e estadual, que estabeleciam as prioridades orçamentárias globais. Politicamente, isso representou que mesmo a ala radical do PT aprendeu a coexistir e cooperar com as elites financeiras, industriais e imobiliárias.

Mais ou menos entre o final dos anos 1990 e a campanha eleitoral de 2002, o PT presenciou mais um deslocamento à direita, em termos programáticos, isto é, até as referências retóricas ao marxismo, ao socialismo e ao repúdio à dívida externa desapareceram. A direção do partido estava em plena transição para o social-liberalismo (que nós vamos discutir por último em nossa Tese, quando tratarmos da via escolhida por Lula da Terceira Via), combinando a retórica populista contra a pobreza (a campanha "Fome Zero", principal palavra de ordem do início da gestão do presidente petista após abandonada) e a busca de alianças com elites empresariais, financeiras e agroexportadoras neoliberais.

Durante a campanha presidencial de 2002, o candidato Lula repudiou o plebiscito sobre a ALCA, organizado pelo MST, setores progressistas da Igreja e outros grupos de esquerda. Ao invés disso, o PT exigiu negociações para melhorar os termos do acordo. Em junho de 2002, o PT aceitou um pacto com o governo Cardoso, dando aval para um novo acordo com o FMI e acatou suas determinações sobre austeridade fiscal, *superávit* orçamentário para pagar os detentores de títulos da dívida pública, redução do gasto público e respeito a todas as empresas privatizadas. Os aspectos sociais desse programa liberal foram a declaração em favor de uma reforma agrária gradual (de dimensão não especificada), um programa "pobreza zero", com subsídios de alimentos a famílias e títulos de propriedade para posseiros urbanos.

A etapa final, na evolução do programa do PT à direita, começa em 2003, com o partido na presidência da República, quando o governo do PT adota um ortodoxo programa neoliberal, elaborado pelo ministro Antônio Palocci e sua equipe, pois a despeito de

promessas de aumento dos gastos sociais, o regime inaugurado pelo presidente Lula cortou orçamentos, impôs austeridade fiscal, elevou as taxas de juros para atrair o capital especulativo, e estava negociando com os EUA a diminuição das barreiras comerciais.

Em outras palavras, para o regime de Lula, suas diferenças com os EUA se referem à conversão de Washington a uma economia de mercado conseqüente. Isto é, no curso dos últimos anos, os militantes que construíram o partido por meio dos movimentos de base foram substituídos por neolulistas, funcionários em ascensão social, profissionais sem nenhuma história de política classista, que entraram no partido para obter privilégios do poder e facilitar os contatos de negócios, como ficaria claro durante a crise política de 2005. Os remanescentes social-democratas e reformistas, mais antigos, foram deslocados para ministérios marginais ou aliados do poder político.

Em resumo, de acordo com Petras e Veltmeyer, assim como aconteceu na Inglaterra, onde o "New Labour" (Novo Trabalhismo) de Tony Blair, neoliberal, pró-imperialismo, substituiu o tradicional Partido Trabalhista, social-democrata, no PT, os estrategistas neoliberais, ortodoxos, de Luiz Inácio Lula da Silva, criaram um novo Partido dos Trabalhadores, sem conteúdo social, sem democracia²⁵, aproximando-o da Terceira Via do primeiro-ministro britânico e dos ex-presidentes norte-americano Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, como defendemos em nossa Tese.

6.4 Primeiro programa: rompimento com as bandeiras históricas

Um Outro Brasil é Possível é um documento de 25 páginas e foi elaborado pela ONG petista Instituto da Cidadania, coordenada pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, uma espécie de *think tank* do PT, cujo anúncio do documento, como já frisamos antes, acabaria deflagrando a campanha eleitoral de 2002. O seu lançamento em 18 de junho de 2001, faltando em torno de um ano e meio para as eleições, fazia parte da estratégia petista de sair na frente na disputa presidencial, dando início ao calendário eleitoral não oficial do partido.

Para alguns, o novo programa representaria uma radical entrada do partido no discurso da social-democracia, embora isto já fazia parte da sua essência desde a fundação, como já fizemos menção antes. O aspecto importante a ser destacado é que a palavra Socialismo aparece apenas uma vez no texto, ainda assim de forma pejorativa, quando faz uma análise crítica a respeito do significado do colapso do socialismo real de Estado. Segundo o programa

²⁵Cf. James Petras e Henry Veltmeyer, *idem*.

de governo de Lula, os modelos alternativas de desenvolvimento no século XX entraram em crise em razão do colapso do socialismo real na Europa Central e do Leste, assim como devido aos descaminhos da maioria das experiências social-democratas européias por dificultarem a formulação de alternativas à globalização sob hegemonia liberal.

Em *Um Outro Brasil é Possível* o endividamento externo deixa de ser o principal problema do país e a reforma fiscal do Estado passa a ser o ponto crucial a ser atacado por um governo de esquerda que almeja o poder. Isto representa uma mudança e tanto na orientação do PT como também de seu candidato às urnas em 2002, cujo partido teria participado da organização do movimento em defesa do não - pagamento da dívida, coordenado pela CNBB, e considerado o principal entrave ao desenvolvimento econômico e social do país.

A nova proposta de governo representava, na prática, o endosso à política econômica da dupla Pedro Malan/Armínio Fraga, sinalizando na direção da manutenção dos contratos, afastando as suspeitas de que o Brasil não daria o calote da dívida e cumpriria as metas acertadas nos contratos assinados com o FMI e com os banqueiros internacionais. Ou seja, o tema do não pagamento da dívida externa tão caro ao PT e que o acompanhou desde a sua fundação cede agora lugar a visão monetarista defendida pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso²⁶ e passa também a ser assumida pela receituário das Oposições, capitaneada pela candidatura esquerdista de Lula e posteriormente referendada pelo Convenção partidária em dezembro de 2001.

Assim, apesar do tom crítico em relação ao mercado financeiro, quando o programa petista ressalta que "as bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade", pois "o mercado não produz justiça e nem têm qualquer compromisso com a ética e o futuro", o documento prega que, além do "avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade civil, será também necessário construir alianças com outras forças políticas do país e um amplo leque de apoio internacional".

Crítica a implantação da ALCA porque representa a "fragilização de nosso sistema produtivo", defende a aceleração do processo de reforma agrária, combinado com a ampliação de benefícios à agricultura familiar, e destaca a idéia de "um novo contrato social pelas mudanças", ressaltando que "as mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social, portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura". Mas destaca, contudo, que "os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a

²⁶.O documento não deixa de fazer duras críticas a política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo relacionando-o ao enorme desemprego.

ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracterizam o atual modelo econômico".

O reforça o novo papel desenvolvimentista do Estado, ressaltando que este tem de ser refeito em substituição tanto do modelo de coordenação do velho tripé do Estado desenvolvimentista, quanto da modelo deixado pelo governo tucano. Prega a mudança no caráter do investimento, pois, ao contrário do período nacional-desenvolvimentista, já não há mais um setor produtivo estatal de grandes dimensões capaz de, em articulação com o setor privado multinacional, assegurar a taxa de investimento necessária ao crescimento. "Ao investimento público e estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário", ressalta o programa petista.

6.5 Diretrizes do programa de governo

6.5.1 Carta branca às alianças com o centro - direita

A seguir, analisamos outro documento importante relacionado com a definição programática de Lula, referente ao texto de 20 páginas intitulado "Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil 2002", que foi debatido durante o 12º. Encontro Nacional do partido, realizado de 13 a 16 de dezembro de 2001 em Recife (PE)²⁷, ocasião em que foram aprovadas as alianças com setores da direita, visando à vitória nas urnas. (Além da aprovação das prévias, envolvendo Lula versus Eduardo Suplicy, vencida facilmente pelo líder metalúrgico). Neste documento, várias emendas suprimiram pontos polêmicos do texto com 76 tópicos, como por exemplo, foram retirados do texto original as análises sobre o não pagamento da dívida externa e a auditoria da dívida pública, marcando o seu tom moderado.

Como já destacamos antes, a emenda sobre as alianças foi uma das decisões mais importantes do 12º. Encontro Nacional, pois garantiu total autonomia para o Diretório Nacional realizá-la, e sobre o qual o presidenciável Lula detinha a maioria. Com isso o PL

²⁷Cf. Diário de Pernambuco, Vandeck Santiago e Sílvia Bessa, de 14 de dezembro de 2001, destacando que a agenda oficial do Encontro Nacional, cuja pauta tratava especificamente da definição de táticas para as eleições de 2002, havia sofrido um golpe inesperado: a queda dos índices de Lula e a ascensão da pré-candidata do PFL, Roseana Sarney, reveladas pela pesquisa CNT/Sensus, mostrando que os dois estariam tecnicamente empatados.

Um curiosidade do encontro: o presidente nacional da CUT, João Felício, participou da mesa de abertura, mas não teve direito a discursar, o que irritou muitos sindicalistas presentes ao evento, que contou ainda com as

saiu fortalecido do encontro. O aval para que fossem firmadas composições com legendas da esquerda e do centro - incluindo o PL - foi dado durante o encontro, depois de um debate caloroso. A emenda que alterou a tese-base do Encontro foi aprovada com o apoio da maioria petista ligada ao campo majoritário (a tendência Articulação).

Neste sentido, ficou prejudicada uma outra emenda, da chapa Socialismo ou Barbárie (uma das alas mais radicais do PT), que vetava, textualmente, a coligação com o Partido Liberal, citando, inclusive, seus principais líderes. Os 550 delegados que tiveram direito a voto rejeitaram uma outra proposta que cobrava revisão no "aliancismo sem porteira do PT". Nessa emenda, o PDT, o PSB, o PPS são criticados indiretamente.

Coube ao deputado federal João Paulo Cunha (SP) a defesa da emenda que ofereceu aos 80 membros do Diretório Nacional o direito de opinar sobre as alianças do PT. O deputado federal José Genoíno (PT) comemorou. "Sem dúvidas, Lula fica fortalecido", avaliou, dizendo que teria mais um trunfo para convencê-lo a participar das prévias. O ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, da facção Democracia Socialista, foi um dos que criticou a ampla política de alianças.²⁸

Na verdade, a aliança com o PL dividiu o partido: tinha o repúdio de petistas mais à esquerda, que viam o PL como um aliado "indesejado", embora contasse com o apoio de um grupo majoritário, do qual Lula fazia parte. O PL ganhou um reforço com a inclusão da emenda que autorizava o Diretório Nacional do PT a selar a dobradinha. Mais tarde essa tendência foi confirmada, com o empresário e senador mineiro, José Alencar, dono da Coteminas, sendo lançado a vice da chapa de Lula às eleições de 2002.

O próprio presidenciável petista justificou na ocasião a aliança com o PL, argumentando que não admitia os mesmos erros do passado, quando o partido fora derrotado nas três últimas tentativas presidenciais, abandonando o tom radical de seu discurso afim de tornar partido mais flexível na corrida presidencial. O radicalismo na visão do líder petista tinha como uma de suas variantes uma suposta pureza que inviabilizava alianças. "As pessoas querem que o PT seja o exemplo do perfeccionismo político e ideológico porque querem que o PT continue perdendo", destacou o líder partidário.²⁹

presenças de um representante do Partido Comunista de Cuba e do então presidente nacional do PSB, Miguel Arraes, cujo partido já tinha candidato a presidente, o governador do Rio, Anthony Garotinho.

²⁸Cf. Diário de Pernambuco, Wellington Luiz Cabral e Vandeck Santiago, de 16 de dezembro de 2001, destacando, contudo, que o plenário do Encontro aprovou moção para que o Brasil se retirasse das negociações para a implantação da ALCA.

²⁹Cf. Diário de Pernambuco, Op. cit., 16 de dezembro de 2001.

Neste sentido, Lula defendeu durante o encontro a nova política de alianças, algumas inimagináveis no passado, já que o PL, só para citar um caso, é reduto de conservadores religiosos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus do Bispo Edir Macedo (dono da Rede Record) e sucursal do PFL em alguns estados. Pelo raciocínio do presidencialista o PT, sozinho, possuía apenas 28% dos votos, mas para conquistar o Planalto precisava alcançar 50% mais um dos votos do eleitorado, daí a importância de uma política de alianças amplas, destacando a mudança operada na imagem do partido com a contratação do que “existe de melhor na publicidade”, referindo-se ao novo marqueteiro do PT, Duda Mendonça, responsável em pleitos anteriores pelas campanhas de Paulo Maluf, o arqui-inimigo do partido.³⁰

O novo PT tornou-se um partido em que os radicais passaram a ter cada vez menos espaço. Possuíam menos de 30% do Diretório Nacional e eram minoria ainda entre os delegados. Suas propostas - como a da reestatização de empresas públicas privatizadas e do não-pagamento da dívida externa - foram massacradas nas votações. De todos os petistas presentes ao 12º Encontro Nacional, talvez nenhum deles tenha ficado tão contente com o resultado como o deputado federal Paulo Delgado (MG). "Estou me sentindo um vitorioso"³¹, comemorou ele. Durante muitos anos o parlamentar petista defendeu posições moderadas no partido, e sempre foi muito criticado por isso. Agora, via triunfar propostas - como a proposta de aliança com partidos de centro - que no passado trariam a execração aos seus defensores. "O PT está superando as ilusões que não se realizam", completou Delgado.

Portanto, os moderados do PT derrotaram, uma a uma, as emendas apresentadas pela ala mais radical do partido às diretrizes do programa de governo Lula durante o encontro nacional no Recife. Deste modo, o 12º. Encontro Nacional reforçou o perfil mais moderado e pragmático do partido³², e, apesar da derrota dos radicais da legenda, não provocou dissensões

³⁰Cf. Diário de Pernambuco, de 14 de dezembro de 2001, registrando que durante o 12º. Encontro Nacional houve a ausência das famosas bandeiras vermelhas, outro elemento muito ligado à história petista, trocadas pelas cores da paz: o vermelho só apareceu na estrela-símbolo do partido. A palavra socialismo quase não foi pronunciada e durante a solenidade de abertura, realizada no teatro Guararapes, no Centro de Convenções, não foram afixados cartazes nem faixas de protestos e com a emoção relegada a um vídeo transmitido antes de começar os discursos.

³¹Cf. O Estado de São Paulo, Fernando Dantas, 16 de dezembro de 2003.

³²Cf. Diário de Pernambuco, Kildare Rodrigues, de 16 de dezembro de 2001, destacando durante o encontro a presença do economista Guido Mantega, tido como o principal estrategista econômico do presidencialista petista, que deu o tom a algumas diretrizes do programa de governo Lula, adotando uma retórica favorável a mudança da política econômica, reafirmando que “o modelo que aí está não deu certo, não conseguiu gerar crescimento”. E reafirmou: “Nós não somos contra a participação de capital privado no serviço de utilidade pública, pelo contrário. O grande objetivo, na verdade, do PT é diminuir a pobreza do País e reduzir as diferenças sociais...a partir de um crescimento maior da economia, gerando empregos e gerando renda para toda essa população”.

significativas. "O partido saiu unido"³³, observou o presidente do PT, deputado José Dirceu (SP), lembrando que pela primeira vez a executiva nacional foi eleita por unanimidade.

"Foi um encontro em que a política predominou sobre qualquer tendência", avaliou o pré-candidato Lula, ressaltando que "saímos da fase em que o partido ao invés de apresentar uma proposta de governo, fazia muito mais uma pauta de reivindicações."³⁴ (Para uma síntese das candidaturas de esquerda em 2002, ver ANEXO nº. 10; sobre a estrutura do comitê de campanha de Lula vide ANEXO nº. 11).

6.6 O Programa de Governo de 2002: mudança sem ruptura

O lançamento oficial do Programa de Governo "Um Brasil para Todos" de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu em 23 de julho de 2002, numa solenidade bastante concorrida em Brasília, cujo texto original havia sido aprovado pelo Diretório Nacional praticamente um mês antes, em 28 de junho. E no dia seguinte, portanto, 29 de junho, ocorrera a Convenção Nacional do partido que homologara a chapa Lula/José Alencar com vistas a disputa eleitoral.

Interessante observar que cinco horas antes de apresentar seu programa de governo em Brasília o presidenciável Lula afirmou para uma platéia de cerca de 400 associados do Instituto Ethos³⁵ em São Paulo, que reúne 635 empresas dos mais variados setores, isto é, são os pesos-pesados da economia, que representam 30% do PIB nacional, que teria de fazer um "milagre" para tirar o País da crise, caso fosse eleito. Neste sentido, pediu a ajuda dos empresários a um eventual governo de Oposição e usou um argumento imbatível para o público-alvo: "O capitalismo só sobrevive se houver consumo", ressaltou na oportunidade o presidenciável. Lula reiterou aos empresários que "vamos precisar fazer um verdadeiro milagre e, com a competência de vocês e a nossa disposição política, conseguiremos", argumentou. "Temos de garantir isso, pois uma economia capitalista só vai para a frente se o povo tiver poder de compra", completou o candidato, que lidera um partido de esquerda.

Ainda na véspera da divulgação do programa do PT³⁶ o presidenciável destacaria que o seu programa de governo, a ser lançado no dia seguinte, não daria respostas ao mercado

Visto com desconfiança pelas correntes mais radicais do PT, o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (com experiência em administração pública, pois foi membro da gestão da ex-prefeita do PT de São Paulo, Luíza Erundina), destacou durante o 12º. Encontro Nacional que o principal problema do país era o desequilíbrio das contas externas, que significa que o Brasil deveria aumentar as exportações, substituir as importações para gerar um saldo comercial maior. Por isso, Mantega defendeu a idéia de que "reduzindo a taxa de juros você está removendo um dos principais obstáculos ao aumento dos investimentos."

³³Cf. O Estado de São Paulo, 17 de dezembro de 2001.

³⁴Cf. O Estado de São Paulo, idem.

³⁵Cf. O Estado de São Paulo, "Lula espera fazer 'um milagre' no governo", de Vera Rosa, 24 de julho de 2002.

financeiro, apesar de assegurar instrumentos de controle da atual política econômica, como manutenção do *superávit* primário em 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB). O candidato petista afirmou estar mais preocupado com os indicadores sociais. “Brincou-se muito com o mercado nos últimos anos, mas a preocupação excepcional do nosso plano, agora, é com a área social, porque esta é a grande dívida que temos de pagar.”

Esta declaração ganha ainda mais relevo, uma vez que o candidato petista havia participado neste mesmo dia de uma festa de posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, ocasião em que expôs pontos de seu programa de governo. O petista falou para arquibancadas praticamente vazias, num nítido contraste com os anos em que comandou históricas assembléias de metalúrgicos no Vila Euclides, no fim dos anos 1970. Contudo, em sua fala aos empresários reunidos pelo Ethos, mais uma vez Lula³⁷ repetiu que não interessava vencer se não fosse para mudar a política econômica. “Se for para fazer a mesmice do que está aí, trabalhando de dia para gerar *superávit* primário, pagar juros e atender às exigências do FMI, o PT não precisa ganhar”, ressaltou, numa referência às metas fixadas pelo Fundo Monetário Internacional para o ajuste fiscal, segundo o acordo acertado na gestão Fernando Henrique Cardoso (a qual avalizou durante a disputa eleitoral de 2002).

Acompanhado do empresário, e vice em sua chapa José Alencar (PL-MG), o candidato do PT observou aos representante do PIB nacional que “a única chance de o País sair da ‘encalacrada’ está na sua capacidade produtiva e no aumento das exportações. Mas não há governo que consiga resolver os problemas sozinho”, advertiu Lula. Depois de expor aos empresários os principais pontos de sua plataforma, o petista convocou todos a arregaçarem as mangas. “Não vai ter moleza!”, exclamou, falando como se já estivesse eleito. “Pela primeira vez, vocês vão ser chamados à responsabilidade de tirar o Brasil da situação em que se encontra”. Indagado durante o encontro como pretendia governar sem maioria no Congresso Nacional, Lula afirmou:

“Em política, é preciso ter disposição 24 horas por dia para conversar com quem quer que seja”, criticando o governo tucano, ao afirmar com todas as letras que o presidente Cardoso “estabeleceu uma relação promíscua com o Congresso”³⁸, argumentando que não via problema em negociar com parlamentares, mas “sem barganha”, prometendo fazer uma “interlocução séria”, enviando pessoalmente, para o Congresso, “as propostas prioritárias.”

³⁶Cf. O Estado de São Paulo, "Lula diz que programa não é resposta ao mercado". Vera Rosa, de 22 de julho.

³⁷Cf. O Estado de São Paulo, 24 de julho de 2002.

³⁸Cf. O Estado de São Paulo, *idem*.

Importante lembrar que o documento Um Brasil para Todos tem 73 páginas e traz como destaque o crescimento, emprego e inclusão social, dividido em 62 tópicos e, a exemplo do texto Diretrizes³⁹, repete vários pontos e trechos do primeiro programa de Lula, Um Outro Brasil é Possível que, por sua vez, já tinha influenciado o texto de Diretrizes. Várias passagens de Um Brasil para Todos já faziam parte daquele documento anterior divulgado em 2001. Muito embora, voltamos a lembrar, o 12º Encontro Nacional do PT tenha suprimido pontos polêmicos de Diretrizes.

O Programa de Governo de Lula/José Alencar foi referendado pela coligação formada pelos presidentes dos seguintes partidos: José Dirceu do Partido dos Trabalhadores (PT); José Renato Rabelo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Valdemar Costa Neto do Partido Liberal (PL); Oscar Noronha Filho do Partido da Mobilização Nacional (PMN); e Zuleide Faria de Melo do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A equipe de elaboração do programa de governo da candidatura petista à Presidência da República foi chefiada pelo prefeito licenciado de Ribeirão Preto, Antônio Palocci Filho (substituindo ao prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel), contando com a colaboração direta de Antonio Prado e Clara Ant, além dos seguintes membros:

- os parlamentares e políticos Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luiz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rosseto, Nelson Pelegrino, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar e Tarso Genro;

- os economistas e cientistas políticos Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora);

- o empresário Oded Grajew;

E ainda colaboraram os seguintes convidados: Gilberto Carvalho, Ivete Garcia, Newton Lima Neto, Ricardo Carneiro e Ana Maria M. da Fonseca.

Tendo como destaque o "crescimento, emprego e inclusão social", o Programa do PT Um Brasil para Todos afirma logo na sua introdução cinco tipos de reformas: tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e política, e reforça a defesa de uma política externa para a integração regional, o desafio de ter uma economia menos vulnerável e a defesa em torno da mobilização pela produção e pelo emprego.

Segundo o Programa de Governo de Lula, "(...) é indispensável...promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos

³⁹Refere-se ao texto Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil 2002 aprovado durante o 12º. Encontro Nacional.

cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados”. E aponta uma novidade até então ausente nas outras versões anteriores (as duas de 2001) que é a promessa da implantação do orçamento participativo no âmbito do governo federal.

Como já frisamos em várias passagens da Tese o Programa do PT, Um Brasil para Todos, a exemplo do programa lançando um ano antes e aprovado pela Convenção Nacional do partido realizado em Pernambuco, traz duras críticas a era neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, mas não prevê ruptura com a política econômica comandada pela dupla Pedro Malan/Armínio Fraga. Contudo, destaca como prioridade a geração de 10 milhões de novos empregos em quatro anos, além de manter os atuais (com a redução da carga horária de 44 para 40 horas semanais, além de elevar em 20% o salário mínimo vigente, na época fixado em R\$ 200).

Vários pontos fundamentais do Programa de Governo foram objetos de apreciação por parte do Diretório Nacional do PT por ocasião da Convenção Nacional de homologação da chapa de Lula e José de Alencar à Presidência da República (ocorrida no dia 28 de junho de 2002)⁴⁰, quando o partido teve o cuidado de não apontar para nenhuma ruptura com a atual política econômica.⁴¹ Na única vez em que o termo é mencionado, o PT afirma que fará desenvolvimento com justiça social, “numa ruptura com as tendências históricas da sociedade brasileira, altamente concentradora de renda e de riqueza”. A questão da ruptura foi motivo de calorosos debates na reunião do Diretório Nacional, mas não prosperou. As 15 emendas feitas ao capítulo relativo à mudança na economia foram rejeitadas.

Neste sentido, Um Brasil para Todos propõe crescimento econômico de 7% ao ano e garante que o partido não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Reafirma ainda que os compromissos internacionais serão respeitados e que as mudanças necessárias serão feitas “democraticamente, dentro dos marcos institucionais”, com a inflação sendo mantida sob controle, “para que a poupança nacional seja orientada e estimulada”, garante o texto petista aprovado. Isto é, o programa de Lula propõe que o governo do PT irá “(...)

⁴⁰Cf. O Estado de São Paulo, de João Domingos e Vera Rosa, 29 de junho de 2002.

⁴¹Cf. Isto É, "Capitalismo de Resultados", nº. 1715, de 09 de agosto de 2002, reportagem com o candidato petista, portanto, há apenas quatro dias do anúncio oficial do programa de governo de José Serra ocorrido no dia 7 de agosto, que traz um sorridente Luiz Inácio Lula da Silva na capa, trajando camisa branca com gravata, com a seguinte manchete: "Lula Não Assusta Mais", tendo como chamada: "Com a proposta de um capitalismo humanizado, o candidato petista ganha elogios da imprensa conservadora estrangeira, é aprovado no debate da Rede Bandeirantes e é aplaudido na Fiesp e na Bovespa, onde antes era um sapo difícil de engolir".

O título da reportagem da revista é "Capitalismo de resultados", tendo como recheio a seguinte idéia: "Lula circula entre empresários com desenvoltura, tira de seu programa as citações ao socialismo e deixa de assustar a elite econômica do País" - o que lembra o *slogan* de campanha do candidato do PSDB, Mário Covas, à Presidência em 1989, ao fazer discurso no Congresso Nacional defendendo "um choque de capitalismo".

preservar o *superávit* primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente em relação ao PIB e destrua a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Vai criar um ambiente de segurança com inflação sob controle”.

6.7 As reformas estruturais neoliberais de Palocci no governo

Em resumo, os programas de governo de perfil nitidamente conservador apresentados pelo PT tanto no ano pré bem como no ano eleitoral, além da política de alianças levadas a efeito pelo partido durante as eleições de 2002, todo este esforço combinado seria, mais tarde, reforçado através da política econômica neoliberal de Antônio Palocci Filho. O ministro da Fazenda lançaria em 10 de abril de 2003 o volumoso documento de 95 páginas, bastante comemorado pelas elites conservadoras, denominado de “A Política Econômica e Reformas Estruturais”, que inaugurou, de fato, a gestão não anti-capitalista de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República⁴².

Neste sentido, apresentamos, seguir, algumas das principais críticas ao documento de política econômica de Palocci, e que desmente, de certa forma, a idéia de que o PT limitou-se no seu primeiro ano de governo a tão-somente “desarmar” a bomba relógio herdada do período Fernando Henrique Cardoso. Destacamos que o governo do presidente Lula tomou a iniciativa de apresentar à Nação um novo projeto de governo, com base nas propostas formuladas por sua equipe econômica e comandada pelo ministro da Fazenda, que, no essencial, não alterou a linha de conduta de seu antecessor tucano em termos de política econômica.

Este fato geraria enorme decepção e acabaria frustrando as expectativas de muitos de seus correligionários, alguns dos quais haviam integrado o comitê eleitoral do candidato Lula em 2002, principalmente alguns membros da intelectualidade petista. Ao mesmo tempo em que as medidas adotadas pelo ministro da Fazenda e avalizadas pelo presidente Lula seriam bastante comemoradas por alguns de seus mais ardorosos adversários, a começar pela ala conservadora tucana, ocasião em que alguns intelectuais defensores do ex-presidente Cardoso, ironicamente, acusaram o PT de plágio, solicitando um pedido formal de desculpas por parte de Lula.

⁴²Lembramos que o documento elaborado pelo Ministério da Fazenda, foi utilizado pelo ministro Antonio Palocci durante reuniões que manteve nos Estados Unidos um dia após a sua divulgação, que aconteceu em Brasília horas antes de sua viagem a Washington, onde participou da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Portanto, a proposta de política econômica não anti-capitalista do ministro Palocci, divulgada em abril de 2003, provocou algumas baixas no governo, a começar pela economista Maria da Conceição Tavares, sacramentando de uma vez qualquer possibilidade de uma ruptura com o modelo econômico neoliberal anterior. O documento Política Econômica e Reformas Estruturais traça como objetivo as prioridades da agenda econômica do Ministério da Fazenda para o início do governo, destacando como elas iriam se inserir no contexto das mudanças preconizadas pelo PT a partir de 2003.

É um documento alentado, como já falamos, no qual o ministro da Fazenda apresenta um diagnóstico resumido dos principais problemas econômicos enfrentados pelo Brasil e analisa os impactos sociais da estrutura tributária, assim como a compatibilidade entre a eficácia dos gastos sociais da União e as suas limitações econômicas.

Participaram da sua elaboração, além do secretário de Política Econômica, o liberal Marcos de Barros Lisboa, ex-membro da equipe da Agenda Perdida, coordenada por José Alexandre Scheinkman, o secretário executivo do ministério, Bernard Appy, além dos secretários Roberto Pires Messenberg e Wagner Guerra Júnior, além de Liscio Fábio Brasil Camargo.

6.7.1 Política econômica sofre resistências

O texto de Antônio Palocci traz o desequilíbrio fiscal como causa da estagnação da economia brasileira, isto é, com o plano de ação de sua pasta tornou oficial algo que ganhava forma desde a campanha eleitoral - o pensamento econômico tradicional do PT foi abandonado pelo governo. O PT - ou ao menos sua versão governista - não vê mais um modelo de ortodoxia a ser jogado no lixo, pelo contrário, acha que os governos anteriores, inclusive o do neoliberal Fernando Henrique Cardoso, pecaram justamente por terem sido pouco ortodoxos no controle das contas públicas.⁴³

O que é importante pensar é que a novidade agora é um governo petista abraçar o diagnóstico de que a causa fundamental da estagnação econômica do país seja o desequilíbrio fiscal. Mesmo em seus momentos de maior moderação nas críticas ao governo anterior, o PT

⁴³Cf. 20. Folha de São Paulo, "Governo abandona idéias petistas, aponta documento", de Gustavo Patú, Caderno Brasil, 12 de abril de 2003.

(Cf. Folha de São Paulo, de 13 de abril de 2003, na qual o professor de sociologia na Universidade Rutgers, em Camden, Nova Jersey (EUA), Ted Goertzel, autor de "Fernando Henrique Cardoso e a Reconstrução da Democracia no Brasil", destaca que "(...) Lula tem muito pelo que pedir desculpas", pois "em lugar de dar ao Brasil um modelo econômico novo em folha, ele simplesmente requeitou o modelo velho de Fernando Henrique Cardoso").

sempre foi fiel ao diagnóstico econômico histórico da esquerda latino-americana, segundo a qual o caminho do crescimento no continente começa pela superação do *déficit* nas transações com o exterior: ou seja, o endividamento externo, seus juros, e a balança de transações internacionais.

Neste sentido, para que o Brasil possa retomar o crescimento econômico em base sustentáveis, segundo este diagnóstico, o país deveria sair da armadilha constituída pelo alto valor da dívida. Nesse sentido, o novo programa tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, reafirma o documento do Ministério da Fazenda. Prevê nada menos do que a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas, baseado nas reformas e em cortes de despesas, sem aumentos de impostos. O ajuste fiscal provocaria a elevação da poupança nacional e os recursos disponíveis para o setor privado.

Está implícita nessa visão a tese de que, dessa forma, se reduzirá também o *déficit* externo, resultado da escassez de poupança interna. O que não confere com o Programa de Governo de Lula, pois no programa de campanha do PT prevê-se caminho inverso, atacando o *déficit* externo, estaria aberto o caminho para a redução dos juros e o crescimento. Conclusão: O aumento da arrecadação e a queda das despesas financeira facilitariam então a queda do *déficit* público, implicando em maior investimento.

A política econômica de Antônio Palocci sofreu fortes críticas, como podemos observar por uma série de reportagens e artigos publicados na época pela imprensa brasileira, com destaque para a indignação manifestada pela economista petista Maria da Conceição Tavares⁴⁴, uma das principais formuladoras do programa econômico de Lula durante a campanha presidencial de 2002.

Para a intelectual petista, o documento da Fazenda se chocava com as teses históricas do PT, ao atribuir os problemas da economia brasileira a falta de ajuste fiscal. A sigla sempre bateu na tecla de que o *déficit* externo era a causa das mazelas do país. Portanto, entendia como equivocadas a política econômica centrada na idéia do ajuste fiscal com o respectivo corte de gastos.⁴⁵

⁴⁴Cf. Folha de São Paulo, "Economista do PT faz críticas à proposta social de Palocci", de Gabriela Athias, 21 de abril de 2003.

⁴⁵Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 21 de abril de 2003, assinalando que, de acordo com Tavares, "desmente o ponto de vista de todos os grandes empresários e economistas", reafirmando que, "se há unanimidade no diagnóstico econômico é que temos um problema de estrangulamento externo", e completa: "É isso que nos faz tolerar a habilidade política do ministro Palocci em contornar uma situação que, em setembro [de 2002], era ruínosa".

Outro ponto de discórdia em relação a nova política econômica, que gerou grande indignação, estava relacionado com o fato de o documento da Fazenda propor a focalização dos programas sociais, através do qual somente os realmente pobres seriam atendidos, o que poderia significar a tentativa de introduzir no governo a idéia de acabar com a universalização dos benefícios sociais. Segundo Tavares, o Brasil era o único país da América Latina que possuía políticas universais há mais de 30 anos, por isso, atacou a focalização que foi experimentada e empurrada pelo Banco Mundial na goela de todos os países e não deu certo.⁴⁶

6.7.2 Equipe econômica: predomínio da visão ortodoxa liberal

A equipe econômica chefiada pelo então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, possuía na época claro perfil conservador, conforme está expresso no documento-base Política Econômica e Reformas Estruturais do governo, cujos integrantes participaram diretamente na sua elaboração. Os exemplos mais notáveis são os do então secretário executivo do Ministério, Bernard Appy, e o então secretário de Política Econômica, Marcos de Barros Lisboa, este último sócio do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), ONG financiada pelo Banco Mundial, e um dos principais formuladores da Agenda Perdida, conforme já frisamos anteriormente.

Por isso, desde o início do governo em 2003 o tom da nova equipe econômica era o mesmo, moderação, e nenhum deles pregava a transformação do país ou assumia a idéia de ruptura, palavra proibida no Ministério da Fazenda, com o modelo econômico anterior. Apesar das origens tão distintas de seus formuladores, a equipe econômica de Palocci girava em torno do *déficit* fiscal e de como administrar a pesada herança deixada por Fernando Henrique Cardoso (uma dívida interna de R\$ 881,1 bilhões e uma dívida externa de US\$ 211 bilhões).

⁴⁶Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 21 de abril de 2003, lembrando que desmontaram o sistema de saúde pública do Chile, que era o melhor da América latina, desmontaram a previdência e fizeram fundos de pensão o que também não deu certo, desmontaram o sistema de ensino público e foi a mesma coisa (ainda fizeram o mesmo na Argentina).

Maria da Conceição Tavares denuncia ainda que dentro do programa divulgado pelo Ministério da Fazenda havia gente infiltrada que havia participado da elaboração da Agenda Perdida - documento escrito pelos economistas José Alexandre Scheinkman, Ricardo Paes de Barros e Marcos de Barros Lisboa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula. E mais: além de fazer a Agenda, montaram um instituto (ONG), que recebia em torno de US\$ 250 mil do Banco Mundial para fazer o tal estudo especial para focalizar.

Essa denúncia seria posteriormente confirmada pela jornalista Marta Salomon da Folha de São Paulo, que demonstrou que Marcos Lisboa tinha mais do que simples vínculos, integrava o conselho de administração do instituto denunciado por Tavares, chamado de IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade).

Portanto, para os economistas da equipe de governo Luiz Inácio Lula da Silva os caminhos eram os tradicionais: contenção de gastos, reformas como as da Previdência, tributária e trabalhista, autonomia do Banco Central e medidas microeconômicas, principalmente para melhorar a oferta de crédito. A respeito dos executores da política econômica do governo petista, é importante lembrar que apenas o secretário-executivo, Bernard Appy, era filiado ao PT, mas nenhum deles conhecia Antônio Palocci antes de ir para o ministério. Joaquim Levy, secretário do Tesouro, trabalhava no governo de Fernando Henrique Cardoso e Marcos de Barros Lisboa, secretário de Política Econômica, e Otaviano Canuto, secretário de Assuntos Internacionais, são economistas vindos da academia.

Ambos eram fervorosos defensores da escola econômica ortodoxa e se diziam frustrados com a heterodoxia das escolas que os formaram, respectivamente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – as duas, ao menos teoricamente, com maiores influências no PT. Otaviano Canuto era da opinião de que “a gente precisa abandonar a mentalidade de dependência do Estado brasileiro. É preciso realizar soluções privadas.”⁴⁷ Por isso, defende a política econômica centrada no equilíbrio fiscal, com o câmbio totalmente à mercê do mercado e mantendo cautela em relação a questão de incentivos setoriais.

Então principal formulador de política econômica do governo Lula o economista Marcos Lisboa fez a graduação e o mestrado na UFRJ e, no meio da dissertação, mudou de rumo ao ficar decepcionado com o pensamento heterodoxo. O secretário ficou seis anos nos Estados Unidos, onde fez seu doutorado na Universidade da Pensilvânia e de volta ao Brasil, em 1998, foi ajudar a montar a escola de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde se especializou em fazer pesquisas de economia empírica, aplicada a campos como saúde, criminalidade e políticas sociais.

Na época da campanha eleitoral, como já frisamos anteriormente, Lisboa participou, com outros 16 economistas, da elaboração do documento A Agenda Perdida. A proposta foi elaborada, em princípio, para o presidenciável Ciro Gomes, e defendia a retomada do crescimento via aumento do investimento privado e investimento na educação, forma vista como chave para melhorar a produtividade, cujo coordenador foi o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton (EUA).

⁴⁷Cf. Carta Capital, Adriana Wilner, n.º. 236, de 16 de abril de 2003.

O economista ajudou no contorno final da Agenda, o que o aproximou do ministro Antônio Palocci. Sua primeira experiência acadêmica foi como monitor da cadeira Karl Marx e "faz questão de dizer e repetir que se considera uma pessoa de esquerda, no sentido de 'se preocupar com uma renda mais justa'".⁴⁸ E acha que para chegar lá é preciso utilizar os mecanismos tradicionais de política econômica e muita matemática. "Sempre me pareceu estranho o debate entre Estado e mercado. A polarização esconde o bom desenho institucional", afirma Lisboa.

O recém-convertido ministro petista se indigna com os que dizem que o governo do PT é conservador porque busca o balanço das contas públicas e explica que o preço do desequilíbrio fiscal é a inflação, uma dívida crescente em relação ao PIB ou renegociações traumáticas da dívida, que prejudicam as camadas mais pobres da população. E o preço do equilíbrio fiscal? "É discutir com clareza as prioridades do gasto público", ressalta, afirmando que acha que só há uma saída para a armadilha econômica: *superávits* fiscais grandes ao menos no começo. (Em 2003 a meta era de um *superávit* em torno de 4,25% do PIB, bem superior as taxas do período tucano).

O economista Otaviano Canuto trilhou um caminho parecido com o de Marcos Lisboa, pois depois do mestrado na Concórdia University, no Canadá, e de uma passagem pela Universidade Federal de Uberlândia, fez seu doutorado na Unicamp, onde ficou de 1986 até o de 2002. Sempre teve debates calorosos com os colegas. Quando coordenador de pós-graduação apresentou um projeto para a inclusão de mais conteúdo de métodos quantitativos, mas foi voto vencido. Continuou na universidade como professor de Economia Internacional e Macroeconomia. Em 2002, foi professor visitante na Universidade de São Paulo. "Eu sou uma síntese de boa formação em economia convencional, que tive no Canadá, com a reflexão sólida da Unicamp"⁴⁹, ressalta.

Pouco antes de ser convidado para a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Canuto fez parte da Comissão de Economia da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), montada no período eleitoral de 2002 para discutir como as instituições financeiras poderiam contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira. Este trabalho culminou com a criação de um grupo de trabalho conjunto com o comitê eleitoral da candidatura de Lula, que elaborou um documento para dinamizar o desenvolvimento econômico através do sistema financeiro e o mercado de capitais.

⁴⁸Cf. Carta Capital, Op. cit., de 16 de abril de 2003.

⁴⁹Cf. Carta Capital, Op. cit., de 16 de abril de 2003.

Em suma, sua idéia de governo é a de menor intervenção possível do Estado na economia. “A gente precisa abandonar a mentalidade de dependência do Estado brasileiro. É preciso realizar soluções privadas até porque os recursos públicos são escassos”, raciocina o economista, ressaltando que não se deve estimular a demanda da população sem antes aumentar a capacidade instalada e a taxa de investimento do PIB.

O então secretário do Tesouro, Joaquim Levy, é carioca formado em Engenharia Naval, com mestrado em Economia na FGV e doutorado pela Universidade de Chicago. Levy trabalhou no FMI de 1992 a 1999 e depois foi economista visitante no Banco Central Europeu. Nos últimos três anos do governo Fernando Henrique Cardoso, foi secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda e economista-chefe do Ministério do Planejamento.

Levy conheceu o ministro Palocci na época da equipe de transição, declarando que durante o governo anterior estava mais engessado, porque boa parte de sua experiência pós-apagão encaixotava na administração de crises. Por isso, afirma que “esse governo tem um futuro pela frente, um objetivo social mais claro e não está procurando ter ganhos fazendo coisas fáceis.”⁵⁰

Finalmente, o então secretário executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que não escondia o seu entusiasmo com a administração Palocci, é economista formado pela USP e pós-graduado pela Unicamp, trabalhou com os tucanos no Cebap de 1984 a 1989 e depois foi assessor econômico da bancada do PT, convidado por Plínio de Arruda Sampaio. Montou um escritório de estudos econômicos, que se juntou com o do economista Luciano Coutinho, formando a consultoria LCA. Considera sua formação da Unicamp importante, mas afirma que tem “uma visão pessoal muito mais pragmática.”⁵¹

Appy não discordava de seus pares: destacando que a questão é ter uma consistência fiscal e criar condições para a redução da taxa de juro. “Existe uma certa expectativa geral, mas há um tempo que tem de ser obedecido”, ressalta. Tanta cautela era elogiada por investidores e instituições multilaterais. O economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, elogiou a equipe afinadíssima do então ministro Palocci, destacando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou “uma equipe de primeira classe, que se segue a outra equipe econômica de primeira classe [numa referência a turma de Pedro Malan do governo passado], ambas comparáveis ao time de futebol brasileiro, de primeira classe.”⁵²

⁵⁰Cf. Carta Capital, Op. cit., 16 de abril de 2003.

⁵¹Cf. Carta Capital, Op. cit., 16 de abril de 2003.

⁵²Cf. Carta Capital, Op. cit. 16 de abril de 2003.

6.8 A política de cúpula e o domínio do grupo Articulação

O que falamos até o presente somente foi possível porque um grupo hegemônico centrado em São Paulo controlou o partido com mão de ferro desde praticamente a sua fundação e passou a ditar as normas, é certo que com ambigüidades e tensões internas, mas que acabaria se tornando a cara do PT. Estamos falando do “Grupo dos 113” ou da tendência majoritária denominada de “Articulação dos 113”, mais tarde popularmente conhecida como Campo Majoritário, que possuía em seus quadros membros oriundos da luta armada, grupos trotskistas, membros da própria Igreja e sindicalistas históricos, a começar pelo seu líder maior, Luiz Inácio Lula da Silva.

Este grupo conseguiu estabelecer as diretrizes do partido, inviabilizar o trabalho de base na construção do PT através do caminho da nucleação, dando vazão aos projetos eleitoreiros das suas lideranças máximas, que conduziu o partido para a conquista do poder, promovendo a guinada histórica do Partido dos Trabalhadores à direita. Isto esconde, a meu ver, uma questão chave que envolve a direitização do partido, que é o fato de que a máquina partidária jamais representou, na verdade, os verdadeiros anseios populares, embora para muitos o partido e movimentos populares fossem a mesma coisa, já que muitos militantes do partido eram oriundos dos movimentos sociais e sindicais e vice-versa.

Utilizando-se deste vínculo, a cúpula do PT, capitaneada pela Articulação de linha moderada liderada por Lula, aproveitou-se desta dupla militância, no que foi sobejamente ajudada pela mídia, para levar a frente um projeto de conquista do poder a todo o custo, que marginalizou as tendências mais radicais do partido, que propugnavam por mudanças reais na defesa dos trabalhadores, e grandes contingentes ligados aos movimentos sociais, apresentando-se como uma alternativa de poder conservadora.

Isto desmistifica o fato de que a esquerda tenha chegado ao poder no Brasil pelas mãos do seu maior líder operário, como se tivéssemos experimentado pela primeira vez em nossa história um governo, de fato, dos trabalhadores. Esta tarefa ainda está por se realizar, pois o fato de um líder metalúrgico ter conquistado o poder, não significa que o governo Lula seja sinônimo de um governo de trabalhadores, feito pelos trabalhadores e para os trabalhadores, repetindo o mesmo defeito de outras experiências históricas de esquerda de vanguarda frustradas.

No V Encontro de dezembro de 1987 o PT aprovou a regulamentação das tendências⁵³ assim como a questão da proporcionalidade de sua participação nas decisões do partido. Esta resolução foi referendada pelo Diretório Nacional nos dias 16 e 17 de janeiro de 1988 e publicada mais tarde como apêndice ao documento do V Encontro⁵⁴, e transformou-se em lei, fazendo parte do programa e do estatuto oficial do PT até os dias de hoje.

Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento). As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros, e submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio.

As coordenações das tendências, bem como suas políticas devem ser transparentes para o conjunto do partido, o caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras, para articular ou divulgar suas posições políticas, sejam supridas por atividades externas ao partido e suas finanças só podem ser obtidas no interior da agremiação, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças da sigla. Uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido, devendo reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).⁵⁵

Portanto, são tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão, bem como a chamada Articulação, hoje tendência majoritária dentro do PT. Segundo análise dos líderes da Articulação, José Dirceu e Wladimir Pomar⁵⁶, atuavam no PT até 1986, as seguintes tendências representadas pelos partidos políticos:

- Organização Revolucionária Marxista Democrática Socialista (ORM-DS);
- Movimento Comunista Revolucionário (MCR);
- Partido Revolucionário Comunista (PRC);
- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR);

⁵³Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, "Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores", 1989.

⁵⁴Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op.cit, p. 143-147.

⁵⁵Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p.147 -149.

⁵⁶Cf..Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, Op. cit., p. 143-147.

E a Fração IV Internacional:

- O Trabalho;
- Convergência Socialista (CS);
- Causa Operária, Partido Revolucionário Operário (PRO) e outros grupos.

José Dirceu e Wladimir Pomar ainda lembram que a DS, o Trabalho, a Causa Operária e a Convergência Socialista (ambas expulsas do PT mais tarde, sendo que a Causa Operária se transformaria em partido e disputaria as eleições de 2002) se autodenominam *trotskistas*, por adotarem as idéias de Trotsky, revolucionário bolchevique expulso do Partido Comunista em meados da década de 1920 e são filiados a diferentes facções ou grupos considerados como uma corrente ideológica e política internacional, a IV Internacional, que tentam reconstruir.

A CS e a Causa Operária são mais fiéis às origens, a DS e O Trabalho representam uma evolução, pois procuram adaptar-se à realidade da luta política do país, mesmo através de posturas que entram em contradição com seu programa marxista. O PCBR, o PRC e o MCR são correntes que saíram do PCB, o PCBR surgiu de uma das cisões que abalou o PC após o golpe militar de 1964 no Brasil.

O PRC é uma ala do PC do B, este por sua vez fruto da cisão do PCB, seja com a AP (Ação Popular), com o PC do B (Ala Vermelha) ou com o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Segundo José Dirceu e Wladimir Pomar, “todas essas organizações se autodenominam marxistas, marxistas-leninistas e marxistas-leninistas-trotskistas e, todas, igualmente, se consideram anti-stalinistas”, tese que é questionada pelo trabalho de Antonio Ozai da Silva, como veremos mais a frente.

Margaret E. Keck defende a tese de que a pressão na legalização do partido influenciou no trabalho de conscientização política de seus militantes e filiados e que impediu que os núcleos partidários de tornarem-se células de decisão internas nos destinos do PT e consolidou o poder do grupo hegemônico em torno de Luiz Inácio Lula da Silva, a Articulação.⁵⁷ Deste modo, Keck afirma que a política dos núcleos foi vítima do esforço do partido para conseguir sua legalização, embora a intenção inicial fosse formar os núcleos para só então criar as comissões provisórias, a necessidade de legalizar o partido exigia que se desse prioridade às comissões.

À medida que o PT foi-se encaminhando para a legalização, o processo de formação dos núcleos não conseguiu acompanhar o de filiação dos novos membros. A maneira pela qual são preenchidos os cargos nos órgãos de direção do partido teve um importante efeito sobre a configuração da vida interna do PT. O sistema eleitoral interno era organizado de

maneira tal que a chapa vencedora preenchia todos os cargos do diretório (o que, na prática, significava que se organizava uma única lista através de negociações entre os líderes).

Em 1983, este arranjo foi substituído por um sistema proporcional, cuja regra de exclusão estipulava que uma chapa tinha de ganhar um mínimo de 10% dos votos da convenção para ganhar cargos. Essa alteração nas regras internas foi importante, pois resultou de uma reavaliação, por parte do grupo dominante de sua liderança, do equilíbrio interno de forças no PT, na esteira dos resultados da eleição de 1982, e da formação subsequente de uma coalizão majoritária, a Articulação dos 113 (Grupo dos 113), o que tornou mais visível os alinhamentos políticos e as facções existentes no interior do partido.

Para a autora norte-americana, a formação da Articulação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido, os que a propunham eram membros da sua ala sindical (inclusive Lula), militantes católicos e intelectuais e representava um esforço para impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT, não ao ponto de eliminar as diferenças derivadas das tendências, mas pelo menos como expressão de uma clara maioria.⁵⁸

Portanto, a regulamentação das tendências⁵⁹ teve um duplo objetivo: garantir uma visão unitária do partido, quer pela persuasão quer através de alguma forma de centralismo democrático, ou via procedimento legal no sentido de reconhecer e regulamentar as tendências distintas no seu interior, considerada por Keck a via mais democrática, evitando-se mecanismos de força, tais como expulsões e rachas que seriam prejudiciais ao partido (objetivo não alcançado na prática, pois várias facções seriam expulsas, assim como alguns de suas lideranças mais radicais, e o PT se transformaria em um partido extremamente centralizado e burocrático).

O pesquisador Antonio Ozai da Silva⁶⁰ afirma, contudo, que a Articulação (ART) não se vê como uma das tendências do partido. Numa simbiose que descarta a contribuição das demais forças políticas, ela se coloca como a única autenticamente petista. Sua constituição inaugura o período da bipolarização interna: ela, de um lado; do outro, uma frente composta

⁵⁷Cf. Margaret E.Keck, PT: A Lógica da Diferença, 1991, p.122-135.

⁵⁸Cf. Margaret E.Keck, PT: A Lógica da Diferença, 1991, p.122-135.

⁵⁹Cf. Margaret E.Keck, Op.cit., 1991, p.141-142, assinalando que a esquerda organizada na formação e consolidação inicial do PT argumentava a favor da manutenção dos grupos organizados em facções dentro do partido porque o Partido dos Trabalhadores era um pólo de organização para todas as forças anticapitalistas do Brasil e esta posição opunha-se à exclusão de qualquer força política do PT enquanto esse se comprometesse com a transformação radical da sociedade brasileira.

A regulamentação foi facilitada, sobretudo, quando da legalização dos partidos comunistas, o PCB e o PC do B, durante o processo de transição democrática. Também devido a um episódio bastante explorado pela mídia, que foi a prisão de membros do PCB, tendência interna do PT, em Salvador, durante um assalto a banco, com a alegação de recolher fundos para a revolução nicaragüense.

⁶⁰Cf. A. Ozai da Silva, "Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores, 2000, p. 183-226.

pelos setores minoritários (as Tendências). Ambas se caracterizam pela heterogeneidade. “O petismo transforma-se em sinônimo de engajamento militante na ART”, ressalta.

Ou seja, tendência majoritária, a ART é a face do PT. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a ART é a principal responsável pela *práxis* petista, por suas formulações estratégicas, concepção de Socialismo e modelo de partido. Mas Ozai da Silva ressalta a face autoritária como resultado dessa política da tendência majoritária dentro do PT, que consolida um partido com a seguinte feição:

a) Alguns dirigentes reforçam a pressão dos liderados e incorporam as críticas; b) outros adotam uma postura autodefensiva. De qualquer modo, esse processo pressiona a ART a aprofundar as definições políticas e organizativas, isto é, a se assumir enquanto tendência interna do PT. Na prática a ART se remodela, constituindo-se numa corrente política em torno de Luiz Inácio Lula da Silva e dos sindicalistas, com a participação de setores vinculados à Igreja progressista e incorporando quadros marxistas oriundos da corrente O Trabalho.

A formação dessa corrente insere-se no esforço de consolidar um núcleo dirigente, conforme já ressaltamos anteriormente, o que na prática significa fechar os espaços para os setores que defendem uma política mais branda e conciliadora. Ela reflete a crescente influência dos dirigentes com formação marxista no interior da ART, cujos quadros são originários do PCB e PC do B, e de suas cisões. Suas referências ideológicas são: a revolução cubana, a China e, em certa medida, outros países no Leste europeu, como a ex-Alemanha Oriental.

As principais lideranças da ART são formadas predominantemente no caldo cultural stalinista, que romperam com o reformismo e a teoria da revolução por etapas e, em sua maioria, abraçaram, desde o início, o projeto de construção do PT como partido estratégico, inclusive como fundadores da ART. Isto é, “os laços com Cuba induziram à identificação de parcela destes marxistas com o castrismo”, reforça Ozai da Silva.

Neste sentido, concorda com a nossa tese de que pelos nomes que se sobressaíram na campanha eleitoral de 2002, pelos eleitos (a ala esquerda do PT é minoritária), pela composição do Ministério e de outros cargos, “a Articulação não só deu a linha da campanha [lembra a influência de Duda Mendonça] como são eles que conduzem, sob a batuta do presidente Lula, o governo e o Partido. Aliás, neste, a maioria, que apóia os projetos

governamentais, não titubeia em debelar qualquer resistência - vide o papel do Genoino e a maioria da direção nacional do PT em relação aos ‘rebeldes’”, reforça o pesquisador.⁶¹

Política é correlação de forças e a força dentro de um partido político é determinada pelo controle dos aparatos burocráticos, e, no caso de um partido eleitoreiro como o PT, pela expressão eleitoral dos seus principais membros.⁶² Neste sentido, Ozai da Silva conclui que a articulação tem o controle burocrático e seus membros são os mais visíveis do ponto de vista institucional-eleitoral (quem controla a máquina do Estado - prefeituras, parlamentos, governos, etc.), também amplia sua força internamente. Deve-se também levar em conta a política da esquerda, por exemplo, em nome da eleição do candidato petista em 2002, “ela calou e aceitou toda a estratégia eleitoral, o que quero dizer é que nossos erros também contribuem para manter uma dada situação.”⁶³

6.8.1 O abandono da visão de esquerda marxista

A ambigüidade quanto a sua posição pragmática no exercício do poder, ora atacando as elites ao mesmo tempo em que executava uma agenda neoliberal no governo, ora mantendo um discurso popular no plano internacional, culminou com a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que abandona o rótulo de esquerda, gerando um certo desconforto para alguns e provocando grande debate no seio acadêmico e na mídia.

Apesar de todo seu passado de sindicalista e de toda a história do PT, o presidente Lula declarou em Caracas no dia 26 de agosto de 2003 que jamais gostou de ser rotulado de esquerdista e que nunca fora comunista.⁶⁴ As declarações do presidente petista foram em

⁶¹Cf. Entrevista de A. Ozai da Silva ao autor através de questionário respondido em 18 de outubro de 2003.

⁶²Cf. Entrevista de A. Ozai da Silva ao autor, *idem*.

⁶³Cf. Entrevista de A. Ozai da Silva ao autor, *idem*, *ibidem*, na qual afirma que as tendências continuam dentro do PT por duas razões principais:

a) Um motivo declarado: ainda acreditam na possibilidade de mudar a correlação de forças interna e consideram um equívoco dar a luta como derrotada (talvez imaginem que a maioria queira mesmo que a minoria saia e, se é o caso de sair, que isto cause algum transtorno para a maioria); a minoria por sua vez, não vê outra alternativa fora do PT - que ainda tem uma base de massas;

b) Um motivo não declarado: a “esquerda” também ocupa o aparato de governo/partido e as benesses disso estão em jogo. “É claro que isso não é uma acusação moral e pode ser mais evidente em casos individuais. Quero apenas dizer que este é um fator que também influi.”

⁶⁴Cf. Folha de São Paulo, "Lula diz que nunca foi de esquerda", Eliane Cantanhêde, 27 de agosto de 2003, que destaca a presença do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que ao lado do presidente da República brasileira afirmou que também não é comunista.

Ver também Folha de São Paulo, "Ser de Esquerda", Editorial, 28 de agosto de 2003, que tenta vincular Lula ao seu passado de defesa igualitária dos menos favorecidos, embora o articulista e um dos donos do grupos Frias, Otávio Frias Filho, não esconda o contentamento da direita brasileira com o governo petista do presidente Lula, ao destacar em sua coluna semanal:

“(…) Collor disse que seu governo deixaria a esquerda perplexa e a direita indignada. Lula está fazendo o contrário disso, com o complemento de que a direita não está apenas perplexa, mas agradavelmente perplexa.

resposta a uma pergunta do jornal Folha de São Paulo sobre a incoerência de ter feito um discurso contundente de esquerda contra os países ricos, enquanto no Brasil seu governo era elogiado pelas elites e pelo capital, mas enfrentava oposição justamente da esquerda.

"Eu não negocio com os empresários porque sou presidente. Eu sempre negocie com os empresários, desde que era líder sindical", respondeu Lula, dizendo que as críticas a seu governo não partiam da esquerda, mas "dos corporativistas" que reagiam contra a reforma da Previdência. (Na ocasião estava em discussão no Congresso Nacional a reforma da Previdência Social, que foi um divisor de águas dentro do partido, em razão das dissidências internas, que culminou com a expulsão dos parlamentares tidos como radicais, a exemplo da senadora Heloísa Helena, fundadora do PSol). O presidente justificou a medida, ressaltando que considerava a reforma era "justa economicamente, justa moralmente, justa eticamente. Era preciso alguém com coragem para fazê-la e eu tive coragem. Alguns companheiros, corporativistas que são, é que não tiveram coragem de votar contra a corporação."⁶⁵

O debate sobre as contradição e ambigüidades do presidente Lula não param por aí e constituem um mundo a parte em nossa pesquisa, mais não menos importantes para compreender as contradições do presidente petista e do próprio PT.

Por exemplo, para o jornalista Vinicius Torres Freire⁶⁶, em seus discursos o presidente mistura personalismo, voluntarismo messiânico e estilo proverbial de manual de auto-ajuda, destacando a palestra do filósofo da USP, Paulo Arantes, quando ressaltou que a forma dos discursos de Lula é pontuada por "provérbios congeladores e imbecilizadores".

Freire alerta para o fato de que Lula fala muito de Deus, da vida pobre, que vai cuidar do povo como filho, 24 horas por dia, para justificar a esperança projetada nele. Por outro lado, afirma até que vai fazer o sertão virar mar. Gosta de contato direto com o povo, leva conversas de compadre com ex-colegas de fábrica. "Lula envolve numa névoa de cordialidade e começa a manipular sindicatos (CUT), associações de empresários e de intelectuais. Cria apêndices sociais do poder, como o Conselho de Desenvolvimento Social que nomeou"⁶⁷, destaca

O professor Otaciano Nogueira, do Departamento de Ciência Política da UnB, afirma que o discurso de Lula é messiânico. Para ele, "esse é um comportamento arriscado, porque

A aprovação chega a ser entusiástica nos meios financeiros, reforçada pelo contraste com expectativas anteriores."

⁶⁵.Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 27 de agosto de 2003.

⁶⁶Cf. Folha de São Paulo, de 09 de junho de 2003.

⁶⁷Cf. Folha de São Paulo, de 09 de junho de 2003, destacando também que os intelectuais simpatizantes, como Marilena Chaui, abdicam da condição de intelectual e adotam a conversa de comadre áulica - "Vou dar um puxão de orelha no presidente", afirmaria Chaui antes uma reunião com Lula.

ele pode terminar se convencendo de que ele é imprescindível."⁶⁸ Na opinião de Nogueira, a crença na própria infalibilidade, revelada por Lula na sua fala, é dissociada da realidade, porque todo mundo erra. (A tese de que a liderança de Lula tem origens messiânicas foi sugerida em novembro de 2002 pelo sociólogo José de Souza Martins, da USP).

"(...) Quando fala, Lula se coloca entre a vontade divina e a vontade popular"⁶⁹, afirma Roberto Romano, professor de ética e filosofia política da Universidade Estadual de Campinas. "Ao dizer que alguém terá de salvar o país e esse alguém é ele, Lula se apresenta como Moisés. É um discurso antigo, sem lugar no Estado moderno e democrático." Segundo Romano, "(...) em diversas ocasiões, Lula tem dito que seu governo, ao contrário dos anteriores, não tem o direito de errar, sob pena de desmoralizar a competência política das camadas populares, estrato social de onde provém. Com isso, o presidente tangencia o mito da infalibilidade, outra nódoa messiânica que mancha seus discursos."

Conclui o filósofo: "(...) Lula mantém um cacoete dos tempos de militância sindical. No universo das assembleias de trabalhadores, a palavra tem um valor tremendo, quase equivalente à ação. Quem fala melhor, quem arrebatava a platéia, é aplaudido e tem sua proposta aprovada – e, na disputa pelo comando da massa, é isso que conta. No governo, porém, falar não é sinônimo de realizar. Falar, conquistar a platéia, é só o início." Ao que completa o cientista político Otaciano Nogueira, lembrando que "(...) o presidente fala demais porque governa pouco", acrescentando que "o discurso de Lula, com sua linguagem peregrina, é vago. Hegel, o filósofo, dizia que o discurso é um ato eficaz na medida em que precede a ação."⁷⁰

A ambigüidade de comportamento do presidente Lula fica evidente quando analisamos a sua fala em dois ambientes completamente distintos e relacionados a estruturas de poder diametralmente opostas, a exemplo de um encontro de trabalhadores e sua concomitante participação em eventos internacionais relacionados ao capital.

Em seu discurso durante o 8.º Congresso Nacional da CUT, ao defender as reformas previdenciária e tributária, o presidente Lula foi vaiado por cerca de pouco mais de uma centena dos 2.000 sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores presentes ao Congresso da entidade, no Parque Anhembi (São Paulo), em 04 de junho de 2003.⁷¹ Declarou o presidente na ocasião:

⁶⁸ Cf. Folha de São Paulo, de 01 de junho de 2003.

⁶⁹ Cf. Veja, de 09 de julho de 2003.

⁷⁰ Cf. Folha de São Paulo, de 01 de junho de 2003.

⁷¹ Cf. Folha de São Paulo, "Lula defende reformas e parte da CUT vaia", de Plínio Fraga e Julia Duailibi, 05/06/2003.

"(...) Eu tenho consciência, meu caro João Felício [presidente da CUT] , de cada passo a ser dado. E tenho consciência da dificuldade. Mas levanto, todo santo dia...., com a certeza de que vamos cumprir aquilo que sonhamos juntos. Não é apenas a música do Raul Seixas que diz que sonhar junto transforma um sonho em realidade. Nós vamos transformar este país juntos: trabalhadores, Governo, empresários, produtores rurais, sem terra, mulheres, homens, negros e brancos..." Concluindo que iria dar emprego e fazer a economia crescer: "(...) Nós vamos fazer a economia brasileira mudar, nós vamos fazer a economia brasileira voltar a crescer, nós vamos gerar os empregos que nós precisamos, nós vamos fazer as reformas que precisam ser feitas neste país, e vamos fazê-las com a maior tranquilidade..."⁷²

Dois dias antes o presidente Luiz Inácio participara da reunião do G8⁷³, o clube dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, que se realizou na cidadezinha francesa de Evian, ocasião que reforçou muitas de suas idéias do pacto entre as elites para pôr fim as injustiças.

Em seu discurso durante o encontro de Evian, Lula argumentou que "(...) sabemos quais são nossas responsabilidades. Estamos fazendo a nossa parte - executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias. (...) Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social.. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo. Precisamos soluções estruturais que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial. Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos..."

Tido pela imprensa nacional como o “homem que faz a cabeça”⁷⁴ do presidente Lula e quem conduziu PT para a sua guinada histórica à direita, seguindo a mesma cantilena do líder metalúrgico acima, o todo poderoso presidente do partido e após no governo o homem forte

⁷²Cf. Íntegra do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, extraído do *site* oficial do PT, conforme informativo do partido de 04/06/2003.

⁷³Cf. Íntegra do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, extraído do *site* oficial do PT, conforme informativo do partido de 02/06/2003.

⁷⁴Cf. Veja, "O Homem que faz a cabeça de Lula", nº. 1770, de 25 de setembro de 2002, trazendo a matéria de capa intitulada "O PT está preparado para a Presidência", mostrando uma enorme estrela vermelha ostentando a faixa presidencial em fundo azul, destacando na entrevista com Dirceu que "(...) homem de confiança de Lula..., que já presidia o partido desde 1995, tomou as rédeas de um PT em crise de identidade depois da derrota para FHC [Fernando Henrique Cardoso] em 1998. Conquistou o leme com uma plataforma clara e uma intenção oculta. A plataforma assumida era fazer uma política de alianças que tirasse do partido a pecha de intransigente - viabilizando, assim, a eleição de Lula em 2002. A intenção escondida era afastar as correntes radicais do centro de decisões do partido. Teve sucesso nas duas empreitadas”.

da República, José Dirceu, também concorda com a idéia de que o PT jamais foi um partido de conteúdo marxista.⁷⁵

Indagado sobre o lugar que ocupa o Socialismo no debate do PT, Dirceu argumenta: “(...) Havia uma esquizofrenia no PT: tomar o poder, fazer uma revolução, ou assumir a democracia e participar do processo político? Nós começamos a mudar, dizendo que o poder não se toma, mas se constrói... (...) Depois, nós assumimos que o PT queria ser governo e que ia lutar para transformar as instituições democráticas no Brasil...”, rebatendo qualquer possibilidade de socialização dos meios de produção”.⁷⁶

Em suma, Dirceu reafirma que “esse, de fato, não é o socialismo do PT. Nunca foi. Porque o PT nunca foi marxista-leninista. Não deu certo na história do socialismo impor de cima para baixo que o mercado não existe, que a religião não existe”, argumentando que o “nosso compromisso é o seguinte: a sociedade tem de ter liberdade...”⁷⁷

Essas palavras do líder petista, no entanto, entram em contradição não só com a prática do governo Lula, como também em relação a postura assumida pelo PT durante a campanha eleitoral de 2002, como procuramos demonstrar ao longo Tese. Isto pode ser comprovado, inclusive, pela falas de alguns intelectuais do próprio partido de José Dirceu.

Para o sociólogo Francisco de Oliveira, professor da USP e filiado ao PT (que depois abandonaria o partido), "O Lula nunca foi de esquerda"⁷⁸ e "ele tem toda razão em não querer ser rotulado. Ele não é de esquerda. É uma figura carismática cujo partido, bem como o movimento sindical, foi empurrado para a esquerda pela crise final da ditadura." Oliveira ressalta que, do ponto de vista político, “Lula deve estar achando que ser rotulado de esquerda prejudica o governo dele, cria obstáculos internacionais e aos acordos que quer fazer internamente”.

O sociólogo reforça a opinião sobre o perfil neoliberal do presidente da República ao ressaltar que “o governo de Luiz Inácio Lula da Silva reforça ‘a porta fechada’ para o crescimento com inclusão social no Brasil”. E mais: a eleição do “maior partido de esquerda do mundo” pode legitimar a operação política em curso de diminuição da capacidade de ação

⁷⁵Cf. República, Editora d`Ávila, ano 5, nº. 58, agosto de 2001, p.52-56, revista pertencente ao ex-ministro tucano e economista Luiz Carlos Mendonça de Barros (hoje dono da revista Primeira Leitura, também disponível na *Internet*), que traz entrevista com o então presidente nacional do PT com a seguinte chamada de capa: "O PT de Lula e Zé Dirceu: ' vamos criar um espaço de interlocução com os empresários. O PT nunca foi marxista-leninista' ".

⁷⁶Cf. República, Op. cit., idem.

⁷⁷Cf. República, Op.cit., agosto de 2001, p. 54-55, acrescentando que toda vez que, na América Latina, se optou pela luta armada, a esquerda sempre foi a maior perdedora. “Um partido, hoje, optar conscientemente pelo caminho da guerra civil, dada a forma como o mundo está organizado, é um absurdo, um suicídio político”, destaca Dirceu.

⁷⁸Cf. Folha de São Paulo, de 28 de agosto de 2003.

do Estado.⁷⁹ Conclui o intelectual: a tarefa da "social-democracia periférica", na qual incluiu indistintamente PT e PSDB, tem sido a de realizar a "funcionalização do capital, já na sua escala global, sem ter feito antes a tarefa da redução radical da desigualdade".

Por sua vez a socióloga Maria Victoria Benevides, ligada a entidade do partido Fundação Perseu Abramo, é da opinião de que ainda perdura para o grande público um sentido pejorativo em relação ao termo esquerda, vinculado à idéia de negação da democracia. Para a socióloga, o presidente Lula faz a crítica do rótulo para reafirmar uma defesa radical da democracia.

Por isso Benevides entende ser razoável o paralelo que o presidente fez com a declaração de 1981: "Não interessa que eu seja socialista, comunista ou centrista. Sou um torneiro-mecânico"⁸⁰. Naquele momento, afirma a cientista, o presidente da República "respondia ao senso comum de que a política é suja", como hoje responderia ao senso comum de que a esquerda é antidemocrática. Em outros momentos, como na campanha de 1998, Lula usou o rótulo: "Somos uma candidatura de esquerda para resolver os problemas sociais do Brasil", lembra a socióloga.

Por sua vez, Ricardo Antunes, professor livre-docente em Sociologia do Trabalho na Unicamp e autor de "O Novo Sindicalismo no Brasil", discorda da tese de Benevides acima, sendo mais contundente na crítica em relação a postura ambígua do PT, argumentando que o início da gestão Lula foi sofrível, tendo o governo petista se tornado "um paladino da ordem neoliberal".⁸¹

Segundo Ricardo Antunes, ao comentar sobre a reforma da Previdência e o tratamento dispensado por Lula ao funcionalismo, "(...) a greve e as manifestações do funcionalismo no governo Lula têm impacto semelhante à paralisação dos petroleiros em 1995 para a administração Fernando Henrique Cardoso. De seu comportamento, sairá o verdadeiro sentido do governo Lula..." E conclui: "O funcionalismo apoiou....Lula e o PT esperando uma valorização da '*res publica*' [coisa pública] e a desprivatização do Estado. Mas a primeira medida adotada foi uma opção pela '*res privada*'. Isso esgarça profundamente o governo".

⁷⁹Cf. Folha de São Paulo, "'Medo venceu a esperança', diz Oliveira", de 14 de junho de 2003.

⁸⁰Cf. Folha de São Paulo, de 28 de agosto de 2003.

⁸¹Cf. Folha de São Paulo, 28 de julho de 2003.

6.9 Um guerrilheiro na Casa Branca

Depois de traçarmos um perfil ideológico dos líderes petistas, é importante analisar como Lula conseguiu garantir o apoio da comunidade financeira internacional ao seu projeto político, que começou a ser articulado já há algum tempo antes do pleito, em meados do mês de julho, quando o então deputado federal e presidente da sigla, José Dirceu, manteve vários encontros em Nova York e Washington⁸², contando, inclusive, com o auxílio do então presidente Fernando Henrique Cardoso.⁸³

Dirceu conversou com o presidente tucano antes de viajar para Washington, aonde encontrou-se com assessores do alto escalão da Casa Branca e com diretores de instituições multilaterais. O petista justificou a conversa com o presidente da República, ressaltando que Cardoso manifestara o desejo de apoiar o candidato do PT à Presidência, caso o candidato governista, José Serra, não chegasse ao segundo turno, embora acreditasse que o candidato oficial pudesse reagir, como acabou acontecendo, revertendo a tendência favorável ao candidato Ciro Gomes (PPS) nas pesquisas, garantindo vaga no segundo turno.

Segundo a imprensa da época, o objetivo dessas viagens seria acalmar o mercado financeiro, embora o partido defendesse a tese de que havia uma deficiência na comunicação da campanha petista e o exterior. Dirceu encontrou-se, primeiro, com o economista-chefe e principal executivo da área de pesquisa econômica do banco JP Morgan, John Lipsky, que ressaltou na ocasião que “era hora do país mudar algumas coisas, como as reformas tributárias, previdenciária e a flexibilização do mercado de trabalho”.⁸⁴

O segundo encontro foi com o ex-vice diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e na época presidente internacional do Citigroup, Stanley Fischer, que havia declarado preocupação, em uma entrevista a TV Bloomberg de Londres, em relação ao crescimento da candidatura Lula devido as incertezas quanto ao futuro da política econômica num eventual governo petista.

Dirceu ainda manteria reunião com o presidente da Alcoa, o marroquino naturalizado brasileiro, Alan Belda, e o diretor administrativo responsável pela América Latina do banco Morgan Stanley Dean Witter, Stephen Cunningham, além de conversar com os economistas José Alexandre Scheinkman (autor da Agenda Perdida, documento do programa de governo

⁸²Cf. Valor Econômico, “PT e os banqueiros internacionais”, de 13 de julho de 2002.

⁸³Cf. Folha de São Paulo, “Dirceu fala com FHC antes de ir à Casa Branca”, Marcio Aith, de 19 de julho de 2002.

⁸⁴Cf. Valor Econômico, “PT e os banqueiros internacionais”, de 13 de julho de 2002.

do candidato do PPS, Ciro Gomes), da Universidade de Princeton e Paulo Vieira da Cunha, do banco de investimento Lehman Brothers.

Um mês antes do encontro, Cunha havia considerado conveniente para o Brasil a extensão do acordo com o FMI, ressaltando que “é sempre bom, do ponto de vista fiscal, estabelecer metas e ter um mecanismo externo que ajude na disciplina. Seria algo positivo e muito mais positivo ainda no caso de uma vitória do PT.”⁸⁵ Em Washington, José Dirceu ainda se encontraria com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que já havia se encontrado rapidamente com o presidente do PT e o candidato Lula, no aeroporto de Brasília.

Na agenda do petista nos Estados Unidos constava outros encontros importantes a exemplo da reunião com alguns professores do Instituto de Economia Internacional, diretores da AFL-CIO, principal central sindical norte-americana, com Kenneth Maxwell, diretor do conselho de relações exteriores dos EUA, e também com o diretor administrativo e economista-chefe do banco ABN Amro, Arturo Porzecanski, em Nova Iorque, e Ernesto Martinez Alas, da agência de classificação Moody`s.

Dirceu justificou na ocasião que o objetivo das conversas era desfazer mal-entendidos sobre a postura do partido em relação a política econômica, culpando o governo e o seu candidato pela onda de boatos e pela alta do risco Brasil em razão da instabilidade dos mercados. Serra havia declarado que o Brasil poderia transformar-se numa Argentina (que ainda se ressentia de uma grave crise financeira) ante a iminência de uma vitória petista. Para o presidente do PT, “foi um erro gravíssimo de Serra e nós estamos pagando por isso com estes 1.500 pontos de taxa de risco”⁸⁶, reafirmando o compromisso do partido com a responsabilidade fiscal e o controle da inflação.

Mas o encontro mais aguardado da viagem aconteceria na Casa Branca, em Washington, quando pela primeira vez em toda a história do Partido dos Trabalhadores, um de seus membros mais ilustres seria recebido pelo governo norte-americano. Além do mais, José Dirceu seria o único representante de um partido ou candidato durante as eleições presidenciais de 2002, a ser recebido na Casa Branca por um dos mais graduados membros da Administração George W. Bush, e seu principal assessor econômico, Lawrence Lindsey. (Ciro Gomes não teria a mesma sorte).

⁸⁵Cf. Valor Econômico, Op. cit., 13 de julho de 2002.

⁸⁶Folha de São Paulo, “Dirceu fala com FHC antes de ir à Casa Branca”, Marcio Aith, de 19 de julho de 2002, ocasião em que afastou qualquer possibilidade de manter então presidente do Banco Central do governo Cardoso, Armínio Fraga, como estava sendo cogitado, no cargo.

Um feito e tanto em se tratando de um ex-guerrilheiro treinado em Cuba e que em 6 de setembro de 1969 fazia parte do grupo de 15 presos políticos soltos em troca da liberdade do embaixador seqüestrado no Brasil, o norte-americano Charles Burke Elbrick, tornando-se assim o primeiro petista a ser recebido na Casa Branca. Antes do encontro com Lawrence Lindsey, Dirceu afirmou que “tenho a convicção de que o Brasil é um país muito importante neste momento para os EUA, não só pela questão da Alca e do livre comércio, mas também pela estabilidade da América do Sul.”⁸⁷

Além do encontro com o principal assessor econômico de Bush, Dirceu foi recebido também pelo conselheiro de segurança nacional do governo norte-americano para a América Latina, John Maisto, cujos encontros tiveram tom cordial. As diferenças históricas entre o PT e o governo norte-americano também não foram tratadas, do mesmo modo nada se falou sobre Cuba, com o qual o governo Cardoso mantinha relações comerciais, afastando-se, contudo, qualquer perigo de “esquerdização” na América Latina com a vitória de Lula: “Não falamos sobre isso. Eles sabem que não estamos propondo um programa socialista para o Brasil”⁸⁸, ressaltou o presidente petista.

Coube ao secretário-adjunto de Estado norte-americano para a América Latina, Otto Juan Reich, expressar o sentimento do encontro com o líder do PT na Casa Branca, ao afirmar que os Estados Unidos não tinha preferência por nenhum candidato na disputa presidencial no Brasil, mas reconheceu que o governo Bush possuía um perfil genérico de políticos que desejaria para o lugar de Fernando Henrique Cardoso:

“Gostaríamos de ver líderes que acreditam em democracia política e econômica, que sejam bons amigos dos EUA, que não interfiram nos assuntos de seus vizinhos, que não façam guerras e que não abriguem nem treinem terroristas.”⁸⁹ Ou como preferiu sintetizar sem meias palavras o magnata-banqueiro David Rockefeller⁹⁰, reproduzindo a visão econômica do mundo dos negócios norte-americano, sobre a linha moderada de Lula:

- “(...) Há anos acompanho a carreira política do Sr. Silva e de como ele vem ganhando espaço crescente. Estou certo de que agora ele assumiu uma posição mais madura, centrista, e isso deve gerar maior confiança em sua candidatura”, afirmou. Neste sentido o

⁸⁷Cf. Valor Econômico, “PT e os banqueiros internacionais”, de 13 de julho de 2002.

⁸⁸Cf. Folha de São Paulo, “Dirceu fala com FHC antes de ir à Casa Branca”, Marcio Aith, de 19 de julho de 2002.

⁸⁹Cf. Folha de São Paulo, Op. cit., 19 de julho de 2002.

⁹⁰Cf. Valor Econômico, “Para Rockefeller, Lula não ameaça capital estrangeiro”, Carlos Haag, de 15 de outubro de 2002, numa entrevista longa, que traça todo o perfil e discute a influência política dos Rockefeller no Brasil e América Latina.

bilionário da Standard Oil afirmou não acreditar que os bancos estrangeiros viessem a retirar capitais do Brasil por conta do resultado da eleição, concluindo em seguida:

- “Entendo que a comunidade empresarial o tema – ao pensar em seu passado de político de esquerda – e se preocupe como o impacto de sua eleição nos investimentos e na economia brasileira. Mas creio que não haverá surpresas desagradáveis pela frente se ele mantiver o que vem prometendo. Acho que as pessoas vão recuperar a confiança rapidamente após a eleição e o país superará a atual crise de confiança. Não nos esqueçamos que, após assumir a presidência, os candidatos se comportam mais moderadamente do que antes de eleitos e todos esperam isso do Sr. Silva.”⁹¹

6.10 O pacto com as elites dominantes

6.10.1 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Ao mesmo tempo em tentava acalmar as suas hostes mais radicais durante a campanha eleitoral, com relativo sucesso, o PT negociava um pacto político com as elites dominantes, visando atrair para o seu lado alguns setores empresariais ainda recalcitrantes ao seu candidato. Este trabalho procurou envolver algumas parcelas do meio empresarial e financeiro e também do setor agrário, com a promessa da manutenção dos contratos (como já falamos acima) e a realização de uma reforma agrária pacífica, como faria questão de reiterar o candidato petista durante a campanha presidencial.

A par das mudanças efetuada em seu perfil programático, que foi se configurando ao longo dos anos, Luiz Inácio Lula da Silva costurou uma proposta de pacto social com os setores das elites, que teve o apoio de algumas lideranças vinculadas aos movimentos sociais. Trata-se da idéia da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que foi negociado com algumas lideranças dos movimentos populares, a exemplo do MST, uma parte do clero e com as centrais sindicais, envolvendo a direção nacional da CUT, ligada ao PT, e as suas rivais, CGT e Força Sindical.

Contou com a participação significativa do patronato detentor de parte do PIB nacional, inclusive alguns donos dos maiores grupos privados e bancários do país e que haviam participado ou eram simpatizantes do comitê eleitoral do adversário tucano José Serra. Além, é claro, de empresários do ramo do agronegócio, setor este que foi o responsável pela

⁹¹Cf. Valor Econômico, Op. cit., 15 de outubro de 2002.

indicação do futuro ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ligado aos setores conservadores da terra e a UDR.

O CDES foi fundamental nas primeiras medidas de impacto tomadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva no início da sua gestão em 2003, sendo criado oficialmente como mecanismo de assessoramento e de busca de consenso, servindo como alavanca para pressionar o Congresso Nacional na aprovação das reformas pretendidas pelos setores hegemônicos da sociedade.

Teve importante papel na elaboração das primeiras reformas do governo petista a começar pela maior de todas, a da Previdência Social, que foi o divisor de águas no processo de implosão da base parlamentar do PT no Congresso e que geraria uma série de crises dentro do partido, culminando com a expulsão dos chamados radicais, liderados pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), deixando a condição de dissidente para exercer um papel de ferrenha oposição ao governo Lula, atraindo para a nova agremiação criada por ela (o PSol) um bloco de deputados descontentes e simpatizantes de outras siglas.

É importante observar, que dois dias antes de apresentar formalmente a proposta da criação do CDES aos representantes dos sindicatos, ONGs e empresários, o presidenciável Lula foi o convidado de honra de um jantar do qual participaram em torno de 200 representantes do PIB nacional, obviamente, oportunidade em que a proposta da criação do conselho também foi debatida. O encontro realizado no dia 17 de outubro de 2002, portanto há dez dias das eleições, que consagraria nas urnas aquele que detinha em torno de 60% nas preferências de votos, foi patrocinado pelo dono da Valisére, o empresário paulista Ivo Rosset.⁹²

Participaram do jantar convidados que traziam, inclusive, adesivos do candidato José Serra (PSDB) em seus automóveis luxuosos, a exemplo de aliados conhecidos, como Eugenio Staub, presidente da Gradiente e mais os seguintes empresários: Fernando Xavier (Telefônica), Benjamin Steinbruck (CSN), Jaquilo Rabinovich (Grupo Vicunha), José Mindlin, Bya Barros, Daniel Feffer (Grupo Suzano), além do cantor Zezé di Camargo, que junto com o irmão Luciano, embalaram os showmícios milionários do PT pelo país afora em 2002, e também o economista Paulo Leme, do Banco Goldman Sachs, em Nova York, que não tinha qualquer afinidade com o PT.

⁹²Cf. O Estado de São Paulo, “Lula participa de jantar com empresários”, Mariana Barbosa e Conrado Corsalette, de 18 de outubro de 2002, lembrando que Lula já havia participado de outra festa organizada pelo mesmo dono da Valisére há algumas semanas antes juntamente com o futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, embora desta feita fosse o centro das atenções. Uma curiosidade: os convidados beberam champanhe em taças

Deste modo, nascia a idéia da criação do CDES, cujo lançamento oficial foi anunciado pelo comitê eleitoral do PT através de uma nota divulgada pela imprensa. Portanto, dois dias após o encontro reservado com os empresários, Lula reuniu no hotel paulista Sofitel em torno de 80 representantes dos setores patronais, líderes sindicais e dirigentes de ONGs, para avaliar a proposta de formação de um conselho de assessoramento do presidente da República, justificando que o conselho seria o espaço de construção de um novo contrato social, previsto no Programa de Governo da coligação Lula Presidente.⁹³

Criado através da Medida Provisória (MP) n°. 103, de 1°. de janeiro de 2003 e instalado formalmente em 13 de fevereiro do mesmo ano⁹⁴, o CDES era formado por uma maioria conservadora vinculada ao grande capital, além de membros de centrais sindicais e ONGs, num total de 82 nomes representativos da sociedade civil, cujo principal objetivo inicial era funcionar como fórum de discussões e embasamento das propostas de reforma da Previdência, a reforma tributária e a da legislação trabalhista, tendo os conselheiros um mandato de 2 anos.⁹⁵

Presidido pelo presidente da República e organizado institucionalmente por um secretário-executivo, cujo cargo fora ocupado, inicialmente, pelo ex-prefeito gaúcho Tarso Genro (PT-RS), o CDES é composto por 11 representantes do governo federal, dentre eles, a Casa Civil, os ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, e mais 82 membros, de uma lista de cerca de 400 indicações, representando os mais diferentes setores da sociedade brasileira, que foram escolhidos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a instalação do CDES em fevereiro de 2003, podemos verificar que pelo menos a metade do Conselho era constituída por integrantes pesos-pesados da indústria nacional e do setor financeiro, sendo que a maioria indicada acabaria confirmando a sua participação no cargo. O principal grupo era formado por 23 executivos dos maiores grupos econômicos nacionais, a exemplo de Benjamin Steinbruch (Companhia Siderúrgica Nacional), Eugênio Staub (Gradiente) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau). Sete conselheiros eram originários do setor financeiro, representando instituições tais como: ABN Amro, Citibank, Bradesco,

decoradas com a estrela vermelha do PT e decorando a mesa principal havia um grande bolo em forma de estrela.

⁹³ Cf. O Estado de São Paulo, “Petista discute amanhã ‘novo contrato social’”, de 18 de outubro de 2002.

⁹⁴ Cf. Folha Online, 13 de fevereiro de 2003.

⁹⁵ Cf. Valor Econômico, 09 de janeiro de 2003. Vide também a edição da Folha de São Paulo, de 6 de fevereiro de 2002, que traz matéria em que mostra que os empresários são metade do conselho e também matéria na mesma edição dando conta de que o Conselho assume pacote de reformas como prioridade, com destaque para a reforma da Previdência e as mudanças tributárias.

Santander e Itaú. Ainda na parcela dos empresários, havia cinco agropecuaristas, quatro representantes do setor de serviços e dois do comércio.

O segundo maior grupo no conselho era o dos sindicalistas, que somavam 13 membros. Estavam representados os líderes das centrais sindicais, além de presidentes de alguns sindicatos importantes ligados a mesma tendência política do presidente Lula, a ala moderada Articulação⁹⁶, a exemplo dos metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho (ex-presidente da CUT), depois nomeado ministro do Trabalho, e dos bancários de São Paulo, João Vaccari Neto. Portanto, integravam o conselho: o presidente da CUT, João Felício, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Jussara Dutra, o presidente da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, Sérgio Haddad, e da professora Sônia Fleury da Fundação Getúlio Vargas. Também integravam o Conselho o bispo Dom Thomas Balduino, jurista Eros Grau e o empresário Paulo Vellinho.

Na lista de 82 integrantes faltaram ainda os nomes do deputado federal e ex-ministro da economia durante o regime militar, Delfim Netto (PPB-SP), e do deputado federal e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro (PMDB-PE), cujas participações foram vetadas pela mesa da Câmara Federal, que enxergou a possibilidade de interferência de um poder sobre outro. (A Câmara iria indicar outros nomes como seus representantes).⁹⁷

Além desses nomes, o secretário – executivo Tarso Genro recebeu sinal verde do presidente Lula para convidar para integrar o CDES, por exemplo, o presidente da Alcoa, Alan Belda, empresa líder na produção de alumínio. Outros empresários também faziam parte da lista de indicados e aceitaram participar na condição de conselheiro do órgão governamental: Antoninho Marmo Trevisan, que era filiado ao PT e um dos formuladores da proposta petista para o mercado de capitais juntamente com a Febraban/Bovespa, os presidentes da Fiesp, Horácio Lafer Piva, e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.

⁹⁶Cf. Folha de São Paulo, 06 de fevereiro de 2002. "Temos uma composição parelha, metade originária do setor produtivo e metade da sociedade civil" afirmaria um satisfeito secretário do CDES, Tarso Genro.

O Conselho contava também com a participação de várias personalidades, como o médico Drauzio Varella, a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, e a líder da Pastoral da Criança, Zilda Arns. Todos os integrantes do conselho receberam uma cartilha com as regras do funcionamento do órgão, além de um diagnóstico a respeito da questão previdenciária.

⁹⁷Uma curiosidade, a única baixa no Conselho foi o ex-jogador e campeão mundial de futebol Eduardo Gonçalves, o Tostão, que foi convidado, mas não aceitou, alegando motivos pessoais.

Importante salientar que a opção pela participação de empresários e de políticos de pensamento mais conservador foi justificada pelo ministro Tarso Genro como uma necessidade para dar pluralidade à discussão dentro do CDES. "Se não é para ter posições diferentes das nossas, pode reunir só o PT que resolve. Mas a idéia não é essa. Queremos que haja pluralidade de opiniões porque a sociedade é assim"⁹⁸, declararia o secretário ao explicar o novo projeto de pacto social do governo.

Mas o fato é que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social acabaria aprovando a política econômica não anti-capitalista do presidente Lula, consubstanciada, inicialmente, pelas reformas da Previdência e Tributária (esta última parcial e inconclusa, na visão de muitos), como comprovou uma pesquisa interna feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁹⁹ junto aos integrantes do CDES e bastante comemorada pelo governo. Isto é, pela pesquisa da FGV a maioria dos 82 membros do Conselho apoiava as reformas no sistema de Previdência de acordo com o que defendia a equipe econômica do governo, cujo projeto foi posteriormente enviado ao Congresso Nacional e aprovado.

A continuação da política econômica ficaria ainda mais evidente pelas declarações dos ministros indicados para os cargos pelo presidente Lula, focalizadas na austeridade e no ajuste fiscal, conforme já tivemos a oportunidade de abordar. Os primeiros movimentos do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, demarcaram o terreno da nova política econômica petista. Um fato importante, é que Palocci ganhou autonomia considerável para as indicações de sua equipe e transferiu parte dela para o presidente do Banco Central, que, por sua vez, convidou para permanecer em seus cargos toda a diretoria do BC da gestão Armínio Fraga.

Por isso, o ministro da Fazenda tratou logo de reiterar que era plenamente possível um novo projeto para o país, mas não uma nova política macroeconômica, enfatizando qual seria o caminho a ser seguido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "Estamos procurando um caminho que não seja o velho desenvolvimentismo feito às custas de endividamento, inflação alta, sem distribuição de renda, nem o modelo atual excessivamente monetarista, que fez com que a distribuição de renda fosse congelada...[Ou seja], se levada à prática esta 'terceira via' aproximaria o PT das variantes conservadoras da social-democracia européia."¹⁰⁰

⁹⁸Cf. Valor Econômico, de 9 de janeiro de 2003.

⁹⁹Cf. Folha de São Paulo, Fernando Rodrigues, de 23 de fevereiro de 2003, registrando índices altíssimos de aprovação da proposta governamental de um regime único para todos os trabalhadores, da iniciativa privada e estatal.

Este fato permitiu ao Planalto acelerar a redação de sua proposta de emenda constitucional para a Previdência e enviá-la ao Congresso para ser votada.

¹⁰⁰Cf. Valor Econômico, de 23 de dezembro de 2002.

Portanto, é dentro desta perspectiva que se insere o CDES, cuja empenho foi fortemente direcionado, inicialmente, para aprovação da reforma da Previdência e um avanço, com cautela e onde fosse possível, na reforma tributária. Ou seja, o núcleo do governo era petista, com a abertura para o setor empresarial no qual despontavam as figuras de Henrique Meirelles (Banco Central), além dos empresários Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento e Comércio Exterior) e Roberto Rodrigues (Agricultura), ruralista com vínculos com a CNA e entidades agrárias conservadoras, como já mencionamos anteriormente.

Neste sentido, enfatizamos que o PT passou a controlar a parte do leão nos ministérios, mas é sintomático que o rateio de poder, para fora do partido, não tenha sido feito também internamente, como chegou a ser prática em algumas administrações municipais petistas – nenhum corrente mais à esquerda, a chamada ala radical, passou a deter cargos de primeiro escalão importantes, evitando-se divergências na condução política do governo pela tendência majoritária a qual pertence o presidente da República e o núcleo paulista do Diretório Nacional, que controla o PT.

6.10.2 Movimentos sociais na cruzada pró-Lula

Interessante observar que, enquanto executava um programa de governo extremamente conservador na área econômica, pelo menos é o que se pôde observar em praticamente todo o primeiro período da administração petista, sobretudo em 2003, o presidente Lula pedia calma aos trabalhadores e aos pobres diante da demora e frustração em relação a algumas medidas no campo social, reproduzindo a mesma estratégia política adotada durante a campanha de 2002 e que contou com o beneplácito dos movimentos sociais.

Durante a campanha presidencial, enquanto esboçava junto com os setores de elites uma estratégia de campanha calcada em alianças com o bloco conservador, Lula pregava ao mesmo tempo uma trégua nas ações dos movimentos sociais mais radicais contra o governo Fernando Henrique Cardoso temendo prejuízo eleitoral, no que fora relativamente atendido pela direção do MST, CUT e CONTAG. Contudo, lembramos que os setores de esquerda que apoiavam o PT nas eleições presidenciais praticamente foram alijados do processo de elaboração do programa de governo do partido, bem como da estruturação e execução de sua campanha vitoriosa rumo ao Planalto.

Para executar esta ação política o candidato petista podia contar durante a campanha eleitoral de 2002 com o núcleo duro paulista, comandado por José Dirceu, José Genoíno, Luiz Gushiken e Aloizio Mercadante, sob a coordenação do prefeito licenciado de Ribeirão Preto,

Antônio Palocci (que assumira o posto no lugar do prefeito assassinado de Santo André). Obteve para tanto o pleno consentimento do Diretório Nacional, sobretudo a partir do apoio de sua ala majoritária sindicalista, sob a influência direta do marqueteiro de campanha, Duda Mendonça, podendo tocar a campanha com relativa segurança e autonomia.

Neste sentido, Lula pôde contar com a adesão incontestável das principais lideranças vinculadas aos movimentos sociais que faziam ferrenha oposição ao governo tucano e que depositavam todas as esperanças num eventual governo petista. O pacto do PT com o MST e a CUT partia da mesma visão, qual seja, a retórica do presidenciável petista de governar juntamente com os movimentos sociais a partir da defesa de um contrato social, em troca o partido reivindicava paciência durante a campanha com os problemas sociais. Mais tarde esta idéia seria também estendida ao governo e provocaria muita decepção por parte de vários segmentos, incluindo alguns sindicatos filiados a própria CUT e muita carga de frustração no seio do MST devido a demora na realização da reforma agrária.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) apoiou oficialmente a candidatura de Lula à presidência da República e confiou na idéia de que a proposta de contrato social petista – na verdade, um novo nome para a idéia de pacto social – pudesse significar uma nova era na relação capital/trabalho, possibilitando a realização de negociações em igualdade de condições entre patrões e empregados. “Nunca fomos ouvidos por governo algum. Agora esperamos que a situação mude”¹⁰¹, afirmaria o presidente da CUT, João Felício, que na ocasião aderira a proposta de trégua lulista.

O MST fez o anúncio oficial de seu engajamento na campanha presidencial do PT durante a realização do primeiro ato pró-Lula dos trabalhadores rurais e sem-terra organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Caruaru (Recife-PE), que teve a participação do presidenciável petista. “O MST vai entrar de cabeça, é importante eleger Lula já no primeiro turno”, afirmaria na ocasião Jaime Amorim¹⁰², da direção nacional do movimento, que engrossou com mais de mil sem-terra e centenas de bandeiras a passeata e o comício que, de acordo com os organizadores, reuniu cerca de 20 mil pessoas.

Na ocasião, o presidente da CONTAG confirmaria que o projeto alternativo rural de desenvolvimento sustentável da entidade havia sido incorporado ao programa do candidato

¹⁰¹Cf. Correio Braziliense, “PT acalma radicais”, de Marina Oliveira e Rudolfo Lago, de 9 de setembro de 2002, destacando que o “pacto entre Lula, MST e CUT rende benefícios ao petista, mas a pressão por reforma agrária e emprego vai aumentar em 2003.”

¹⁰²Cf. O Estado de São Paulo, “MST anuncia apoio oficial à candidatura Lula”, Angela Lacerda, de 10 de setembro de 2002.

petista, explicando o ato político como uma decisão das lideranças sindicais de trabalhar de forma incisiva na campanha de Lula. “Entendemos que o apoio não podia ser só verbal, já que Luiz Inácio Lula da Silva é o candidato que mais se identifica com o nosso projeto.”¹⁰³

“Acho ótimo”¹⁰⁴, reagiria o presidenciável petista em entrevista coletiva ao ser indagado se o envolvimento dos sem-terra iria ajudar ou atrapalhar a sua candidatura. “O Brasil inteiro sabe que o MST está trabalhando para mim”, ressaltou. No comício, o presidenciável do PT lançou na cidade o programa “Vida Nova no campo” que foi entregue ao presidente da CONTAG, Manoel Santos, e posteriormente levado a entidades empresariais e patronais do setor agrário. O texto defendia uma ampla reforma agrária e a agricultura familiar como prioridades, com a reafirmação por parte do candidato de que a reforma agrária pacífica era a única possibilidade - sem ocupação de terra e sem violência contra trabalhador, prometendo que num eventual governo Lula não haveria pressão contra ninguém. “A reforma agrária será feita em torno de uma mesa de negociação,”¹⁰⁵ garantiu.

Lembramos que no início de 2002, o MST fez um pacto com o candidato do PT à Presidência, evitando as invasões de terra para não prejudicar a sua eleição, apostando em uma vida melhor com a conquista petista do poder. No mês de agosto, já com a campanha eleitoral em andamento, o PT obteria uma grande vitória, segundo avaliava o seu comitê partidário, após o compromisso dos principais representantes do movimento agrário brasileiro de que haveria uma trégua também nas invasões de terra durante um eventual governo Lula. As lideranças do MST e da CONTAG se comprometeram a participar das decisões do governo.

O pacto foi firmado durante o Fórum Nacional pela Reforma Agrária promovido pela entidade em Brasília em 27 de agosto de 2002, com a participação de Lula, na ocasião em que uma carta na qual descreve os oito principais eixos do seu governo para setor agrário.¹⁰⁶ No documento, o presidenciável esclarece que pretende priorizar a recuperação do programa de assentamento feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso, defende a criação de cooperativas de crédito com recursos do BNDES com taxas de juros mais compatíveis, além

¹⁰³Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., de 10 de setembro de 2002. O presidente da Contag, Manoel Santos, ainda tentaria disfarçar a trégua incontestável ao candidato petista, afirmando que o empenho pela vitória de Lula da Silva não exclui ocupações de terra, justificando que elas não haviam ocorrido porque este não era o período.

A sua fala chegou a ser reforçada por um dos coordenadores nacionais do MST, João Paulo Rodrigues, que destacou que “iremos cobrar a solução para esses companheiros [referindo-se a reforma agrária] ainda em 2002. Independente de quem ganhe as eleições”, apesar de o MST ter feito um pacto com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva no início de 2002, como lembramos mais abaixo no texto.

¹⁰⁴Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., 10 de setembro de 2002.

¹⁰⁵Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., 10 de setembro de 2002.

¹⁰⁶Cf. Valor Econômico, “Contag promete trégua a Lula”, Marluza Mattos, de 28 de agosto de 2002.

de subsídios aos produtos nacionais, com a criação de um seguro agrícola para garantir renda mínima ao pequeno agricultor.

Neste encontro, o candidato petista reafirmou o seu compromisso de um novo contrato social, reiterando a sua proposta de pacto social, afirmando que as decisões sobre a reforma agrária e outros temas polêmicos seriam tomados em conjunto com os representantes de todos os segmentos sociais, inclusive fazendeiros. “Agora a gente vai discutir o que fazer e vamos fazer junto. Discutir como envolver a sociedade brasileira”,¹⁰⁷ destacou o presidenciável.

A preocupação de Lula em negociar uma trégua com os movimentos sociais vinha de uma experiência negativa da campanha de 1998, quando, logo no início da campanha presidencial, recebera o apoio do principal líder do MST, João Pedro Stédile. No seu discurso de adesão, Stédile havia prometido em caso de vitória novas invasões já a partir da posse, o que gerou um certo desconforto para o PT, sendo usado pelos adversários como sinal do perigo diante da eleição de um candidato de esquerda. “Esperamos que isso agora não aconteça...,[pois] quem esperou por tanto tempo pode esperar mais alguns meses”, afirmaria o coordenador da campanha petista para o setor agrário, José Grazziano¹⁰⁸, ao defender a bandeira do pacto do PT com o MST e a CUT como parte da mesma estratégia, isto é, governar juntos a partir de nova proposta de pacto social, em troca o partido pedia apoio com uma boa dose de paciência.

Esta idéia já estaria presente no tom politicamente correto utilizado pela propaganda eleitoral petista na TV praticamente um ano antes, ocasião em que Lula empunhou a bandeira da reforma agrária pacífica, procurando tranquilizar fazendeiros e proprietários de terra. Deste modo, em vez da cena de ratos devorando a bandeira brasileira, utilizada nos comerciais do partido, numa alusão a corrupção instalada no governo tucano, entraram a imagem da mão estendida e do pacto social. “Se você é fazendeiro, tem seu pedaço de terra e produz, pode ficar tranqüilo. É hora de um novo tempo de paz no campo”¹⁰⁹, afirmaria Lula, mostrado na boléia de um caminhão, vestindo uma camiseta estampada com a bandeira do Brasil e acenando para o telespectador.

¹⁰⁷Cf. Valor Econômico, Op. cit., 28 de agosto de 2002.

¹⁰⁸Cf. Correio Braziliense, “PT acalma radicais”, Marina Oliveira e Rudolfo Lago, de 9 de setembro de 2002.

¹⁰⁹Cf. Correio Braziliense, “PT propõe mudança sem radicalismo”, Alberto Ramos, 21 de setembro de 2001

6.10.3 O apoio petista de caserna

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva obteve o apoio de um importante pivô ideológico das elites conservadores, que era o braço do poder armado durante o regime civil-militar (1964-1984), trata-se do complexo ESG/Adesg, e que, certamente, seria impensável em outro momento de nossa história. Apesar de afirmar que não tinha afinidades ideológicas com os militares, durante a campanha presidencial de 2002 o candidato petista foi alvo da atenção dos militares, que traduziu-se em elogios mútuos e votos nas urnas.

Em dois momentos importantes da campanha eleitoral, em meados de setembro de 2002, o apoio dos militares à esquerda ficou bastante evidente, inclusive, com a declaração de voto em favor do PT pelo presidente da Fundação de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército no governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo. Assim como a simpatia demonstrada a favor do PT pelo presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Lessa, ex-comandante da Amazônia.

Segundo os historiadores do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, analisando a convivência dos militares com a democracia brasileira, lembram que, ao mesmo tempo em que tiveram uma significativa perda de influência política e se afastaram, em grande medida, do centro do poder, alcançaram um alto grau de profissionalização, iniciado durante o período em que ocuparam o poder.¹¹⁰

Deste modo, a presença militar no cenário político nacional foi menor durante a Nova República e a crescente aceitação, pelos militares, de um novo padrão nas relações com os civis tornou-se evidente. Para os estudiosos, a prova da profissionalização dos militares brasileiros veio com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, apesar da expectativa sobre se tomariam alguma atitude, os ministros das Forças Armadas limitaram a dizer que respeitariam a Constituição.

Esta tese pôde mais uma vez ser comprovada a partir da eclosão da crise de credibilidade que se abateu sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, após as denúncias de corrupção nos Correios, envolvendo membros da base de coalizão do próprio presidente da República, culminando com as denúncias de um de seus principais aliados o deputado Roberto Jefferson Monteiro Francisco (PTB-RJ), que desencadeou o

¹¹⁰Cf. Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, *Militares e a Política na Nova República*, CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação), da Fundação Getúlio Vargas 2001.

escândalo popularmente conhecido como Mensalão, que atingiu em cheio a reputação da cúpula do PT, executivos de empresas estatais e um grande número de parlamentares da base de sustentação do governo no Congresso.¹¹¹

Essa atitude dos militares a favor do líder petista durante o processo eleitoral de 2002 contrastou com o tratamento dispensado ao candidato governista José Serra, que chegou a ser hostilizado durante uma palestra na ESG, oportunidade em que fora recebido friamente pela corporação. O tucano fez questão de não amenizar o clima desfavorável, tendo sido bastante duro no seu discurso, que não teve a mesma receptividade da palestra de Lula que, ao contrário do líder tucano, além do prestígio que já desfrutava junto a categoria, conseguiu angariar ainda mais simpatia após a sua passagem pela entidade.

Cadeiras vazias, uma platéia pouco animada, marcariam o encontro de Serra com a elite militar, e não era para menos. Os militares acusavam o presidente Fernando Henrique Cardoso de ter promovido o desmanche das Forças Armadas, ao adotar uma política de contenção de gastos e executar um programa de defesa nacional, de acordo com os militares, cheios de contradições e equívocos, tanto do ponto de vista da segurança interna como no plano internacional.

Diferenças ideológicas à parte, a corporação recebeu elogios por parte do candidato petista, que era considerado pelos militares o candidato mais sintonizado com as suas causas. E indagado sobre o motivo de estar com boa aceitação nos quartéis, Lula respondeu que a concepção de desenvolvimento que vinha sendo proposta pelo seu partido “pode interessar a setores das Forças Armadas”. Reafirmando: “A posição do PT é clara do ponto de vista da política, da nossa soberania, das nossas relações exteriores, do nosso modelo de desenvolvimento”, elogiando a política de planejamento dos governos do regime militar, que, segundo o petista, “pensavam Brasil a longo prazo.”¹¹²

¹¹¹Através de e-mail endereçado ao colunista Clóvis Rossi, da Folha de São Paulo, nós sugerimos uma pauta sobre a posição das Forças Armadas em relação a esta grave crise institucional – que até o final do ano de 2005 não dava sinais de acabar -, cuja tarefa foi satisfatoriamente realizada pela jornalista e colunista Eliane Cantanhêde.

De acordo a matéria intitulada “Militares mostram apreensão com crise”, publicada na edição da Folha de 22 de agosto de 2005, Cantanhêde destaca que “os comandos das Forças [Armadas] sempre demonstraram convicção, pelas informações internas, que uma expressiva parte dos militares, senão a maioria, votaram em Lula em 2002. Na avaliação interna, as bases ficaram com Lula porque rejeitavam Fernando Henrique Cardoso e se identificam com as classes mais pobres. Porém, mesmo entre oficiais e oficiais-generais, a tendência foi essa, apesar de divergências ideológicas.”

Neste sentido, Cantanhêde conclui que “as Forças Armadas acompanham a crise política com muita preocupação e com a avaliação de que é importante para a democracia manter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fim do mandato, mas falar em reeleição é considerado quase uma afronta”.

¹¹²Cf. O Estado de São Paulo, Conrado Corsalette, 7 de setembro de 2002.

Durante a sua palestra no dia 13 de setembro na Fundação de Altos Estudos e Estratégia da ESG, Lula igualou-se às convicções dos que o ouviam. Criticou o governo pelos cortes nos orçamentos das Forças Armadas para 2003, prometendo revê-los, falou da necessidade de reaparelhamento das Três Armas, sustentou que um país precisa ser uma potência militar para ser respeitado e defendeu um "Estado forte" e o serviço militar obrigatório.¹¹³

Dentre os assuntos mais polêmicos, o candidato do PT condenou a adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e tornou a elogiar, sob aplausos, a capacidade de planejamento do regime de 1964. Apoiou o projeto de construção de um submarino nuclear, da Marinha, e o do Veículo Lançador de Satélites, da Aeronáutica. O presidenciável petista qualificou de "leonino" o acordo com os Estados Unidos para o uso da base espacial de Alcântara, no Maranhão e acusou o Itamaraty de não estar à altura da guerra comercial no mundo, deixando de exercer o direito de retaliação.

Tudo indica que o discurso do candidato do PT produziu o objetivo almejado no sentido de obter o apoio deste importante pivô ideológico, ao manifestar durante a palestra a sua profissão de fé nacionalista e defender com entusiasmo o papel dos militares na sociedade. Após o encontro, vários oficiais manifestaram a sua impressão positiva sobre a palestra de Lula e julgaram "impecáveis" as suas declarações. O presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Lessa, concluiu que Lula conhece bem os problemas do Brasil. Mas o general Leônidas Pires Gonçalves, que dirige a entidade, foi quem melhor expressou o sentimento da corporação: "Disse exatamente o que eu esperava ouvir"¹¹⁴, resumiu o general.

Ao contrário do candidato da Oposição, que durante a sua palestra não poupou esforços para agradar a platéia, o candidato do PSDB fez um discurso duro no encontro ocorrido no Hotel Glória no Rio de Janeiro em 17 de setembro e nem sequer prometeu mais recursos para as Forças Armadas.¹¹⁵ No debate de quase três horas, um dos momentos mais tensos e polêmicos ocorreu quando Serra foi indagado sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), defendendo os termos do acordo, ao justificar que ele não limita o desenvolvimento tecnológico do País.

A sua resposta foi contestada pelo organizador do evento, general Leônidas Pires Gonçalves, presidente da Fundação de Altos Estudos, argumentando que por causa deste acordo a aquisição de conhecimento fora bloqueada e a transferência de informações não

¹¹³Cf. O Estado de São Paulo, "Lula bate continência", editorial, de 17 de setembro de 2002.

¹¹⁴Cf. O Estado de São Paulo, Op. cit., 17 de setembro de 2002.

¹¹⁵Cf. O Estado de São Paulo, "No Rio, Serra trava debate tenso com militares", Tânia Monteiro e Wilson Tosta, de 18 de setembro de 2002.

veio. "Não vejo porque o TNP limite nosso desenvolvimento tecnológico", reagiu o candidato governista, justificando que o Brasil conseguiu adquirir conhecimento para fazer a propulsão de seu submarino nuclear. Ao ser avisado de que essa aquisição foi por desenvolvimento de conhecimentos próprios, porque a transferência de tecnologia prometida nunca ocorreu, o candidato governista consertou: "Vocês vão me ter como um aliado para brigar por isso. Eu sei cobrar e vocês sabem disso."

O presidenciável do PSDB também desagradou a alguns segmentos militares ao considerar "sem relevância" as discussões em torno dos termos do acordo do país com os Estados Unidos para lançamento de foguetes na Base de Alcântara, no Maranhão, já que o candidato petista havia prometido o contrário: rever o texto. Além de ter deixado os militares desconfiados ao comentar sobre o orçamento para o setor: concordou que os militares fazem orçamentos realistas e, por isso, são mais sacrificados com os cortes, mas salientou que os orçamentos da Saúde e da Defesa são semelhantes. "O gasto das Forças Armadas é mais ou menos próximo do da Saúde", ressaltou.

Em pelo menos dois momentos da sua palestra Serra conseguiu arrancar aplausos. Primeiro, quando disse que não haveria veto para que o ministro da Defesa de seu governo fosse um militar da reserva. Também foi elogiado quando esclareceu que não defendia mudança na aposentadoria das Forças Armadas e outro ponto de seu discurso que agradou os militares foi quando defendeu a volta de uma indústria de defesa forte no País, que serviria como apoio às Forças Armadas. (Defendeu ainda o serviço militar obrigatório e sugeriu que as escolas tenham uma disciplina sobre as Forças Armadas).

Entretanto, em resumo, o clima do encontro foi marcado por uma certa animosidade de parte a parte e num ambiente bem diferente daquele encontrado pelo candidato do PT, quase uma semana antes. Foi outro também o comportamento do organizador do evento, o general Leônidas Pires Gonçalves, presidente da fundação da ESG: no encontro com o presidenciável petista, o general intercedeu muitas vezes, sempre para reforçar a argumentação do convidado, o que não ocorreu em relação ao governista.

O general chegou a pedir a José Serra que respondesse apenas sim ou não às perguntas e ao final do encontro, coube ao tucano solicitar ao general a oportunidade de fazer algumas considerações finais. Foi quando falou que não pretendia mexer na aposentadoria dos militares - o que, aliás, lhe rendeu o único aplauso mais caloroso do evento. Na entrevista com o candidato petista, Gonçalves fizera questão de oferecer o microfone para o candidato finalizar sua apresentação e antes de começar o encontro, teve uma reunião de 15 minutos

com Serra, durante a qual solicitou para que o convidado se ativesse mais a questões econômicas e militares.

Já o petista, além de uma conversa demorada antes do início dos discursos, tivera direito a almoço com pelo menos dez ex-ministros militares e generais da reserva. Coube ao diretor do curso de Políticas Estratégicas da ESG, Darc Costa, sintetizar o sentimento da corporação após a palestra de José Serra: “O outro encontro [referindo-se a Lula] foi mais caloroso”. Outros presentes se queixaram do presidenciável tucano, afirmando que consideraram Serra “muito racional” e até mesmo “duro” nas suas posições.¹¹⁶

6.10.4 Comitê de campanha constitui grupo de trabalho com a Febraban

Por último, destacamos a aproximação do PT com o sistema bancário e financeiro, que teve o seu ponto alto em agosto de 2002, oportunidade em que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva propôs à Febraban, presidida pelo banqueiro Gabriel Jorge Ferreira, a criação de um Grupo de Trabalho conjunto, visando o desenvolvimento econômico nacional.

A idéia era estudar junto com a Febraban mecanismos para baixar os juros e encontrar caminhos que possibilitassem o aumento do crédito às empresas, aos consumidores e ao setor imobiliário, medidas que seriam implantadas o quanto antes em caso de vitória. Na ocasião, Lula explicou que o objetivo de seu programa de governo era fazer crescer a economia, por isso, afirmara que seria fundamental a redução dos juros.

O encontro ocorrido no dia 20 de agosto de 2002¹¹⁷, foi classificado como histórico pelos petistas, pois era a primeira vez que Lula era recepcionado pela direção da entidade, numa reunião a portas fechadas de duas horas. Acompanhado dos economistas Guido Mantega e Aloizio Mercadante, o presidenciável petista pregou em seu discurso que o setor financeiro deveria aplicar menos nos títulos do governo e mais na produção, enfatizando que em seu programa todos os segmentos da sociedade seriam levados em consideração.

Participaram do encontro, além do candidato do PT e seus assessores, mais de cerca de 60 banqueiros, diretores e executivos de instituições financeiras, a exemplo de Roberto Setúbal (Itaú), Pedro Moreira Salles (Unibanco), Fábio Barbosa (ABN Amro/Real), Décio Tenerello (Bradesco), Gabriel Jaramillo (Banespa/Santander), Gustavo Marin (Citibank),

¹¹⁶Cf. O Estado de São Paulo, 18 de setembro de 2002.

¹¹⁷Cf. Valor Econômico, “Febraban recebe Lula pela 1ª. vez e forma grupo de trabalho com o PT”, André Vieira, de 21 de agosto de 2002.

além de Antoninho Marmo Trevisan, dono da Trevisan e Associados de Auditoria e Consultoria, membro do comitê eleitoral do PT, entre outros.

O candidato petista recebeu muitos elogios dos presentes. Roberto Setúbal, por exemplo, reconheceu a franqueza do discurso de Lula e admitiu um aumento da credibilidade do PT nos últimos tempos. O banqueiro lembrou que a Febraban, que tradicionalmente vota no candidato do governo, estava mais aberta para ouvir as suas propostas. “Seria uma coisa impossível há quatro anos e mais impossível ainda há oito anos”¹¹⁸, reafirmou o banqueiro. O presidente da Febraban, Gabriel Jorge Ferreira, por sua vez, destacou o amadurecimento do candidato, ressaltando que “foi um discurso extremamente construtivo, aberto e maduro. Não saberia dizer se ele saiu com mais ou menos votos, mas acho que a impressão deixada foi das melhores.”¹¹⁹

Quase dois meses depois, no último mês da campanha eleitoral, portanto, no dia 17 de outubro de 2002, a Fiesp abria as suas portas para divulgar o resultado do trabalho conjunto da Febraban com a coalização PL/PT, envolvendo a Bovespa e duas dezenas de entidades do mercado de capitais, num momento em que Lula já era assediado como virtual vitorioso nas urnas. O documento intitulado “O Mercado de Capitais como Instrumento de Desenvolvimento Econômico”¹²⁰, defende a criação de mecanismos para o crescimento da produção através do fortalecimento do mercado de capitais, através do uso do FGTS e do FAT para financiar a produção e o incentivo ao desenvolvimento dos fundos de pensão. (vide documento no ANEXO nº 12).

O grupo de trabalho conjunto esclarece no documento que ele é fruto do diálogo aberto entre a candidatura Lula e os representantes da Bovespa e demais entidades subscritas do Plano Diretor do Mercado de Capitais, onde se buscou a definição de diretrizes que faça convergir às ações do Estado e dos agentes privados para o pleno desenvolvimento do mercado de capitais. Informa também que parte das análises e propostas nele expostas foram extraídas do Plano Diretor, acrescidas das considerações dos representantes do comitê eleitoral do PT.

Destaca também que esta análise extraída do Plano Diretor fora elaborado pelo IBMEC e ABAMEC (e subscrito por outras 24 entidades do setor privado do mercado de capitais) indica o tamanho do desafio que terá que ser enfrentado para recuperar a

¹¹⁸Cf. Valor Econômico, Op. cit., 21 de agosto de 2002.

¹¹⁹Cf. Valor Econômico, Op. cit., 21 de agosto de 2002.

¹²⁰Cf. O Mercado de Capitais como Instrumento do Desenvolvimento Econômico, documento de pouco menos de quatro páginas, que também podia ser encontrado, na íntegra, em 2002, no *site* oficial de campanha “Lula

credibilidade e a funcionalidade deste importante instrumento econômico. Segundo o grupo de trabalho, o resgate da missão do mercado de capitais, de oferecer instrumentos para financiar a produção nacional, “é fundamental para a sociedade brasileira e a experiência internacional demonstra que mercado de capitais e sistema bancário eficiente promovem crescimento econômico e competitividade em nível internacional.”

Integram grupo de trabalho que participou da elaboração do documento conjunto para o Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico:

Pela candidatura Lula Presidente: Antoninho Marmo Trevisan, dono da Trevisan e Associados de auditoria e consultoria, o economista Guido Mantega, depois nomeado ministro do Planejamento e que substituiria o ministro Antônio Pallocci na pasta da Fazenda, e o deputado Federal do PT Ricardo Berzoini, nomeado para o ministério da Previdência Social, além dos seguintes nomes: João Ayres Rabello Filho, João Vaccari Neto, Sérgio Rosa e Wagner Pinheiro.

Pela Bovespa e demais entidades subscritas do documento Plano Diretor do Mercado de Capitais: Antonio Cury, Cardoso Antonio Rocca, autor de livros sobre o Plano Diretor, Gilberto Mifano, Hércio Fajardo Henriques, Humberto Casagrande Neto, Izalco Sardenberg, Sergio Luis de Cerqueira Silva e Thomas Tosta de Sá.

O anfitrião da cerimônia de lançamento do documento, o presidente da Fiesp, Horacio Lafer Piva, adepto da candidatura governista de José Serra, não poupou elogios ao “banho de votos” que o PT fora protagonista no primeiro turno (e que se repetiria no segundo), numa referência ao senador eleito Aloizio Mercadante (SP), um dos interlocutores do candidato Lula (que obteve mais de dez milhões de votos), juntamente com o coordenador da campanha petista, Antonio Palocci, que reafirmaria mais uma vez que “nos comprometemos com o *superávit* primário que for necessário para garantir a relação da dívida pública com o PIB” e “vamos tomar todas as medidas necessárias para tranquilizar o mercado.”¹²¹

O clima reinante no ato oficial já era de transição para um eventual governo petista, ocasião em que o presidente da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais

Presidente” (no endereço eletrônico <http://www.lula.org.br>), conforme boletim informativo oficial do PT, sob o título “Agora é Lula: PT e mercado de capitais se unem pelo desenvolvimento”, de 17 de outubro de 2002.

¹²¹Cf. Isto É, “Quem tem medo?”, Florência Costa, nº. 1.725, de 23 de outubro de 2002, que reforça na chamada da matéria a tese de que “enquanto Lula já articula a governabilidade, Serra apela para o temor”, numa alusão a propaganda eleitoral em tom negativo do candidato tucano, associando a iminente vitória de Lula a idéia de caos.

Segundo Isto É, “enquanto Lula já articula a governabilidade, Serra apela para o temor”, destacando a rejeição de Serra que, de acordo com as pesquisas, batia naquele momento os 52%. E mais: “Nas ruas, ainda não se percebe efeitos da campanha promovida pelo tucano, ao contrário, o assédio a Lula é cada vez maior”, citando como exemplo simbólico importante a

(ABAMEC), Huberto Casagrande, ressaltava que o documento do grupo de trabalho conjunto era importante para que “possamos logo de partida sair com uma agenda mínima, que começa no dia seguinte à eleição. É um ponto de partida para que o próximo governo já comece acontecendo.”¹²²

O vice - presidente da Fiesp e presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedo (Abrinq), Synésio Batista Costa, que articulava na ocasião um grupo que estudava propostas para ampliar as ofertas de emprego, deixou bem claro o tom reinante de transição: “Que me desculpem o pragmatismo, mas precisamos começar logo esse pacto para a produção. O PT quer empregos e nós, que o governo valorize a indústria. Empresas tem que ganhar dinheiro e é isto o que faremos de um novo jeito com o PT”¹²³. O presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, fazia coro ao candidato Lula na defesa do pacto social e rejeitou a teoria do temor ao candidato petista, afirmando: “O trem fantasma já passou. Não podemos ter medo de nada. Nós podemos vencer desde que a sociedade civil esteja articulada”.¹²⁴

O *site* oficial da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva¹²⁵, intitulada “Agora é Lula”, trazia na íntegra o projeto do PT, destacando que o partido e o mercado de capitais se “unem pelo desenvolvimento”, noticiando o lançamento de documento conjunto com o sistema financeiro, há dez dias do segundo turno das eleições presidenciais de 2002. E em tom otimista e não escondendo uma certa euforia, Lula reforça aquele que poderia se tornar um dos seus principais instrumentos de crescimento econômico com vistas a equacionar grandes desafios do país.

Segundo o Diretório Nacional, o documento, que fora elaborado por representantes da candidatura de Lula, da Bolsa de Valores, e as entidades do mercado de capitais, apresenta as

abertura das portas da Fiesp para Lula durante o lançamento oficial do documento conjunto com a Bovespa.

¹²²Cf. Isto É, “Quem tem medo?”, Florência Costa, nº. 1.725, de 23 de outubro de 2002, que reforça na chamada da matéria a tese de que “enquanto Lula já articula a governabilidade, Serra apela para o temor”, numa alusão a propaganda eleitoral em tom negativo do candidato tucano, associando a iminente vitória de Lula a idéia de caos.

Segundo Isto É, “enquanto Lula já articula a governabilidade, Serra apela para o temor”, destacando a rejeição de Serra que, de acordo com as pesquisas, batia naquele momento os 52%. E mais: “Nas ruas, ainda não se percebe efeitos da campanha promovida pelo tucano, ao contrário, o assédio a Lula é cada vez maior”, citando como exemplo simbólico importante a abertura das portas da Fiesp para Lula durante o lançamento oficial do documento conjunto com a Bovespa.

¹²³Cf. Isto É, Op. cit., 23 de outubro de 2002.

¹²⁴Cf. Isto É, Op. cit., 23 de outubro de 2002.

¹²⁵Cf. O Mercado de Capitais como Instrumento do Desenvolvimento Econômico, documento de pouco menos de quatro páginas, que também podia ser encontrado, na íntegra, em 2002, no *site* oficial de campanha “Lula Presidente” (no endereço eletrônico <http://www.lula.org.br>), conforme boletim informativo oficial do PT, sob o título “Agora é Lula: PT e mercado de capitais se unem pelo desenvolvimento”, de 17 de outubro de 2002.

propostas consensuais para ampliar as fontes de capitalização da economia brasileira – que precisa de 20% do PIB de financiamento produtivo para voltar a crescer, mas só tem R\$ 100 bilhões – R\$ 70 bilhões do BNDES e R\$ 30 bilhões de reinvestimento empresariais. A idéia central era incorporar o trabalhador e a sua poupança – nas diferentes formas: FGTS e Fundos Previdenciários – ao esforço de tornar as empresas produtivas menos dependentes do crédito bancário e raro.

De acordo com a proposta, “(...) o mercado de capitais brasileiro deve ter participação estratégica na retomada e sustentação do crescimento econômico ...[e] devem ser empreendidos esforços para que a poupança voluntária (na forma de fundos de pensão, fundos de investimentos, previdência aberta, etc.) possa crescer, mobilizando recursos para o financiamento de investimentos privados, levando-se em conta que os melhores padrões internacionais situam a contribuição desta poupança interna na faixa de 15% a 20% da formação bruta de capital fixo. A operação eficiente do mercado de capitais é uma das condições necessárias para a retomada do crescimento e a competitividade internacional da economia brasileira”.

O documento, conclui, ressaltando que o setor público deve concentrar seus recursos prioritariamente nas áreas sociais, mas terá papel de planejar e articular políticas públicas e privadas que façam retomar o crescimento sustentado, que deve ser liderado basicamente por investimentos privados, especialmente dirigidos ao aumento da produção e da produtividade, com destaque para os setores exportadores ou que gerem a substituição de importações. “A maioria das empresas no Brasil não têm acesso a condições adequadas de financiamento e isso constitui obstáculo de primeira ordem à realização de investimentos privados e, por consequência, à retomada do crescimento”.

Em resumo, reafirmamos que o apoio de parcela significativa da elite dominante a Luiz Inácio Lula da Silva já vinha sendo esboçado desde 2001, com um manifesto empresarial pró-PT sendo lançado em julho de 2002, embora o “Comitê de Empresários Lula Presidente”¹²⁶ tenha pousado para a primeira foto oficial ao ar livre somente no dia 26 de setembro, portanto, no momento quente da campanha que consagraria o petista nas urnas, oportunidade em que cresceram as manifestações públicas.

O empurrão nestas manifestações de empresários de peso na reta final de campanha foi dado pelo ex-presidente do IEDI e presidente da Gradiente, Engênio Staub, quando defendeu

¹²⁶Cf. Isto É, “A onda vermelha”, Adriana Souza e Silva, n.º. 1.722, de 2 de outubro de 2002, destacando a importância do comitê empresarial pró-Lula, mostrando o crescimento no número de empresários pesos pesados que aderiram à sua candidatura.

a candidatura petista no horário gratuito na TV, embora ele já tivesse manifestado a sua simpatia muito antes, durante um encontro informal organizado, em dezembro de 2001, pelo empresário Antoninho Marmo Trêvisan, diretor da Trevisan Auditores e Consultores e eleitor de Lula desde 1989, conforme já fizemos menção anteriormente.

Sete representantes do PIB nacional posaram para o retrato que consideravam o cartão-postal da relação entre o PT e os representantes do capital, sinalizando que ali ninguém manifestava qualquer temor em declarar o seu voto, muito pelo contrário, a foto fora tirada com o intuito de convencer outros empresários a fazer o mesmo. No Comitê de Empresários de Lula Presidente alguns eram pertencentes à ala dos “neo-Lula”, isto é, carregavam no currículo a preferência pelo tucano Fernando Henrique Cardoso em eleições passadas, daí a necessidade de querer mostrar que a mudança era real.

Algumas falas de membros do comitê empresarial, que chegou a contar com a adesão de mais de 600 empresários, são bastante ilustrativas nesta direção:

- “Conheço o caráter do Lula e o compromisso que tem com o Brasil”¹²⁷, ressaltaria o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, que havia conclamado o empresariado nacional, já em outra oportunidade, através de manifesto publicado na imprensa, como também já destacamos no texto. Por sua vez, Michael Haradom, da Fersol Defensivos Agrícolas, faria questão de frisar:

- “Quero servir de exemplo para os meus funcionários”, cuja fala seria complementada por outro importante industrial petista:

- “O Lula é a terceira via para o crescimento”¹²⁸, ressaltaria Sergio Haberfeld, da Dixie Toga, cabendo ao empresário Lawrence Pih, dono do Grupo Moinho Pacífico e um dos cabeças do comitê empresarial, resumir de maneira definitiva o pensamento coletivo do grupo em prol de Lula:

- “A crença de que só o Lula tem condições de encontrar um consenso entre as diversas frentes políticas, o desejo de juros menores para a retomada do crescimento e a decepção por não ter havido as reformas tributária e da Previdência.”¹²⁹

6.11 Lula e a Terceira Via

Uma última questão importante subjacente as eleições presidenciais diz respeito a

¹²⁷Cf. Isto É, Op. cit., 2 de outubro de 2002.

¹²⁸Cf. Isto É, Op. cit., 2 de outubro de 2002.

¹²⁹Cf. Isto É, Op. cit., 2 de outubro de 2002.

adesão de Luiz Inácio Lula da Silva à Terceira Via de Tony Blair e Fernando Henrique Cardoso e que não foi discutida satisfatoriamente durante a campanha, assim como durante quase praticamente todo o seu primeiro período de governo.

O debate é extremamente relevante, pois nos permite compreender melhor as ligações existentes entre o dois principais partidos de perfil e prática social-democrata em disputa em 2002, cujas semelhanças entre as duas agremiações superam as supostas diferenças e podem explicar o leque tão amplo de alianças levado a cabo pelo candidato oposicionista durante as eleições, bem como apoio que recebeu de grande parte das elites dominantes.

Para Norberto Bobbio¹³⁰, nascido como movimento europeu, o socialismo tornou-se, repartido em muitas formas, aspectos e perspectivas - e nesse contexto o autor não distingue o socialismo do comunismo - um movimento extra-europeu, tornando-se, sobretudo no mundo ocidental, o ideal humano e a proposta política em que se espelham os movimentos de libertação vitoriosos ou vencidos, já no poder ou em luta para conquistá-lo. Portanto, o pensador italiano vai enfatizar que o socialismo foi o único movimento verdadeiramente universal da segunda metade do século XX para cá, mas, ao universalizar-se, perdeu toda a determinação específica, tornando-se um imenso *genus* que compreende uma miríade de *species*.

Antes do grande cisma que separou os partidos comunistas dos socialistas, uma caracterização satisfatória do socialismo era mais fácil de encontrar: o socialismo podia ser identificado como o programa político do movimento operário (socialismo e movimento operário cresceram ao mesmo tempo), sendo que os dois grandes partidos socialistas do início do século XX, o partido trabalhista inglês e a social-democracia alemã, eram os partidos da classe operária.

Hoje, essa definição através do movimento operário seria limitativa e fora de propósito, pois passaram a fazer parte do movimento pelo socialismo as massas camponesas dos países menos desenvolvidos, muitos grupos de pequeno-burgueses nos países mais desenvolvidos, os marginais, os excluídos, os sub-proletários, as vanguardas estudantis, as pontas avançadas dos movimentos feministas. “Se alguém me perguntasse hoje o que aproxima os vários socialismos... A única resposta que tenho condições de dar é que socialismo, em todas as suas diferentes e contrastantes encarnações, significa, antes de tudo, uma coisa: mais igualdade...”¹³¹

¹³⁰Cf. Norberto Bobbio, *As ideologias e o poder em crise*, 1999, p.37-41.

¹³¹Cf. Norberto Bobbio, *Op. cit.*, p.37-4.

Em sua obra *Direita Esquerda*, 1995, Bobbio destaca que segundo a maior ou menor extensão dos sujeitos interessados, a maior ou menor quantidade e valor dos bens a distribuir, e com base no critério adotado para

Deste modo, tendo em vista que essa idéia mais geral levantada acima sempre impulsionou os partidos de esquerda no Brasil, o que não foi diferente em relação aos dois principais adversários políticos em 2002, procuramos debater, a seguir, o ideário do socialismo como sinônimo de igualdade e democracia pluralista embutido nos respectivos manifestos de fundação do PSDB e PT, mas que foram sendo deixados de lado pela ação dos líderes partidários ou acabaram sendo jogados no limbo da história, substituídos pelo apelo neoliberal da Terceira Via.

Amigo do primeiro-ministro Tony Blair, Anthony Giddens, autor de vários estudos sobre a crise da modernidade, é o principal teórico daquilo que se convencionou chamar de Terceira Via¹³², que passou a ser associada à política de Tony Blair e ao novo trabalhismo de perfil neoliberal, propondo que os social-democratas deveriam lançar um novo olhar sobre o centro político.

Giddens destaca que os partidos social-democratas deslocaram-se para o centro em grande parte por razões oportunistas, alegando que o centro político, no contexto de esquerda e direita, só pode significar, é claro, conciliação, cuja prática política descambou para o neoliberalismo. Para o sociólogo, “o ‘meio’ entre duas alternativas mais bem definidas, a idéia do 'meio ativo', ou do 'centro radical', discutida bastante amplamente entre social-democratas recentemente, deveria ser levada a sério.”¹³³

Argumento contestado por Bobbio, que chama atenção para um aspecto chave: a distinção entre o objetivo e o caminho para se chegar à sociedade igualitária. Por isso, que o autor italiano defende a tese de que a Terceira Via não existe, querendo destacar que só há duas formas para se atingir a igualdade: a via democrática ou através do uso da força (idéia não assimilada no mundo de cultura ocidental).

Assim, esclarece que com o termo social-democracia - diferentemente do comunismo

distribuir tais bens a um certo grupo de pessoas, podem ser distinguidas doutrinas mais ou menos igualitárias. Para o autor, com respeito aos bens, a democracia social que estende a todos os cidadãos, além dos direitos de liberdade, também os direitos sociais, é mais igualitária do que a democracia liberal. Com respeito ao critério, a máxima “a cada um segundo suas necessidades” é mais igualitária do que a máxima “a cada um segundo sua posição”, que caracteriza o Estado de estamentos ao qual se contrapôs o Estado liberal (p. 98-99).

Neste sentido, que Bobbio vai argumentar que “(...) podem ser corretamente chamados de igualitários aqueles que, embora ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante à boa convivência aquilo que os une...É precisamente o contraste entre estas opções últimas que, em minha opinião, consegue melhor do que qualquer outro critério salientar os dois opostos alinhamentos que nos habituamos, por longa tradição, a chamar de esquerda e direita” (p.104 -110).

¹³²Cf. Cf. Anthony Giddens, *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, 2001, que afirma logo no início de sua obra que pretende contribuir para o debate atual sobre o futuro dos princípios políticos social-democráticos, devido a dissolução do “consenso do *welfare*” que dominou os países industrializados até o final da década de 1970, ao descrédito final do marxismo, que acredita que já “morreu”, e as mudanças muito profundas, econômicas e tecnológicas, que contribuíram para que tudo isso ocorresse.

mas não do leninismo - se indica um método e não uma meta. Portanto, não tem nenhum sentido contrapor a social-democracia ao comunismo, que indica, ao contrário, uma meta, o seu termo antitético é no caso o leninismo, porque quando se fala de leninismo entende-se que se fala de um método de luta, de uma estratégia mais que de um novo modelo de sociedade.

Portanto, conhecida internacionalmente através da chamada Conferência de Governança Progressista, a Terceira Via tem realizado encontros regulamente desde 1999 (o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começaria a participar de maneira efetiva em 2003, como já lembramos anteriormente). No documento do encontro realizado em Estocolmo em 2002¹³⁴, a Terceira Via insistia na chamada globalização democrática, além de pregar a manutenção da disciplina econômica como condições para haver justiça social.

Participaram 11 chefes de Estado e de governo de cinco continentes, a exemplo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, Tony Blair (primeiro-ministro do Reino Unido), Jean Chrétien (primeiro-ministro do Canadá), Ricardo Lagos (presidente do Chile), Lionel Jospin (primeiro-ministro da França), Gerhard Schröder (chanceler da Alemanha), Helen Clark (primeira-ministra da Nova Zelândia), Aleksander Kwasniewski (presidente da Polônia), Antonio Guterres (primeiro-ministro de Portugal), Thabo Mbeki (presidente da África do Sul) e Göran Persson (primeiro-ministro da Suécia).

Em resumo, o grupo defende a idéia de se aproveitar os benefícios da sociedade de mercado e conjugá-los com um estilo de governo mais focado nas questões sociais, na ajuda aos mais pobres, conforme comentamos na Tese em relação a proposta de política econômica e reformas estruturais do ministro Antônio Palocci.

Após o término da cúpula da Governança Progressista em Estocolmo o presidente tucano, depois de afirmar que no Brasil era difícil encontrar "alguém que queira ser classificado como conservador"¹³⁵, declarou que "não existe neoliberalismo na prática do PSDB". (Ele respondia a uma pergunta específica: se a Governança Progressista que defendia era a dos tucanos ou a do PT).¹³⁶ E acrescentou:

- "Eu disse muito claramente que no Brasil as posições nossas, do PSDB, são criticadas por uma esquerda que não é contemporânea e que, portanto, vê neoliberalismo em tudo o que é moderno", acrescentando que o seu partido era criticado "pelo populismo mais conservador que existe no Brasil". Para Cardoso, "num certo sentido ficamos nessa posição de

¹³³Cf. Anthony Giddens, Op. cit., p. 54.

¹³⁴Cf. Folha de São Paulo, "Avanço da direita ameaça 'velha turma' da Terceira Via", Fernando Rodrigues, 24 de fevereiro de 2002.

¹³⁵Cf. Folha de São Paulo, Op. Cit., 24 de fevereiro de 2002.

¹³⁶Cf. Folha de São Paulo "FHC critica o 'arcaísmo' do PT", Fernando Rodrigues, de 24 de fevereiro de 2002.

sermos criticados pelos dois lados. O que não é muito diferente do que acontece com os presentes", numa alusão aos demais participantes da cúpula.

Como já frisamos acima, em 2003, era a vez de Luiz Inácio Lula da Silva participar do encontro anual da Governança Progressista na condição de chefe de Estado. Apresentado pelo sociólogo Anthony Giddens, o presidente Lula ministrou aula pública na London School of Economics and Political Science (LSE), em Londres, ocasião em que participava do encontro anual da Terceira Via, que incluiu também os presidentes do Chile, Ricardo Lagos, e Néstor Kirchner da Argentina. Durante a aula, o petista foi bastante elogiado por Giddens, o diretor da instituição, que afirmou que "(...) "Lula quer mudar o Brasil, mas eu seriamente penso que ele pode mudar o mundo." ¹³⁷

Na reunião de cúpula, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, dono dos direitos autorais sobre a marca Terceira Via, deu sua aprovação às reformas do governo brasileiro, afirmando que elas "são compatíveis com os princípios da Governança Progressista". Blair referia-se de maneira específica as reformas do serviço público e da seguridade social que "devem ser totalmente consistentes com a solidariedade e a justiça social." ¹³⁸

Portanto, a cúpula serviu justamente para que Lula ganhasse não só aplausos pelas reformas, mas uma espécie de aval para o seu ingresso na Terceira Via, pois assinou, com os outros 13 chefes de governo, o texto final, renovando o seu compromisso com os princípios da Governança e para intercambiar experiências sobre a aplicação prática desses princípios. Na ocasião, o presidente brasileiro referendou o princípio defendido pelo clube, no trecho que inclui "rigor fiscal e política monetária sadia" nas estratégias progressistas para o crescimento.

Em resumo, de acordo com o cientista político Emir Sader¹³⁹, o que têm em comum políticos como Tony Blair, Bill Clinton, Fernando Henrique Cardoso (podemos incluir agora o presidente Lula), é o fato de que todos provêm do que se pode chamar genericamente de social-democracia (incluindo a acepção norte-americana de "liberal" e o populismo latino-

¹³⁷Cf. Folha de São Paulo, "Lula pode mudar o mundo", diz diretor da London School", de Maria Luiz Abbott, Londres, 15 de julho de 2003. (Cf. Folha de São Paulo, "Tony Blair afirma que as mudanças propostas por Lula são compatíveis com o espírito da cúpula, antes criticada pelo PT", Clovis Rossi, 15 de julho de 2003, acrescentando que as reformas propostas pelo governo Lula passaram pelo controle de qualidade da cúpula da Governança Progressista, movimento que o PT sempre desdenhou e no qual o presidente petista apresentou as reformas, durante encontro com 13 governantes que participaram da chamada Cúpula de Londres).

¹³⁸Cf. Folha de São Paulo, op. cit., 15 de julho de 2003, destacando que "é pouco provável que o PT do ano passado e o funcionalismo público brasileiro neste ano [referindo-se a 2003] concordem com a avaliação de Blair sobre as reformas propostas pelo governo Lula", tese com a qual concordamos, pois não somente houve grandes manifestações contrárias as medidas adotadas, como o PT também sairia bastante arranhado do episódio, marcado pela expulsão de vários parlamentares dissidentes que haviam votado contra as reformas da Previdência.

¹³⁹Cf. Emir Sader, Política e moral na "terceira via", in .Folha de São Paulo, Tendências/Debates, 27 de agosto de 1998.

americano), ligada, de alguma forma, à Internacional Socialista. Ou seja, são políticos de centro-esquerda, de forças que se opunham aos partidos conservadores.

Segundo, todos se converteram à suposta inelutabilidade das políticas de desregulamentação econômica que, apesar deles, se englobam sob o nome de neoliberalismo.¹⁴⁰ A conversão, inaugurada pelo Partido Socialista francês, com Mitterrand, estendeu-se à Espanha de González e à América Latina (com o PRI mexicano, o justicialismo argentino e o PSDB, entre outros).

Em terceiro lugar, eles se somam a uma concepção segundo a qual a economia predomina sobre a política e o social. O coração de seus governos são os ministérios econômicos (incluindo presidentes de bancos centrais). Abandonam a tradicional política social-democrata de assumir que o mercado concentra renda e exclui socialmente, o que requereria correções de políticas sociais por governos reguladores. Embora pretendam a equidistância do “estatismo” e do “mercado”, todos colocaram em prática ou incorporaram as políticas de desregulamentação.¹⁴¹

6.11.1 A prática política da Social - Democracia brasileira

Interessante observar que a trajetória do PSDB tem muitos pontos de contato com a plataforma do PT de Luiz Inácio Lula da Silva, se voltarmos nossos olhares para o período de nascimento de ambas as siglas, a ponto do sociólogo e cientista político carioca Helio Jaguaribe, ex-decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), concordar com a opção da gestão petista de, inicialmente, adotar a ortodoxia na área econômica.¹⁴²

Embora tenha tido forte participação na origem do partido, Jaguaribe enxerga com ceticismo a trajetória do partido. "O PSDB perdeu a sua marca social-democrata. Ficou um

¹⁴⁰ Emir Sader, Op. cit., 27 de agosto de 1998, acrescentando que no caso brasileiro, a farsa da Terceira Via chega ao escárnio, destacando que o então presidente Fernando Henrique Cardoso representava não a Terceira Via, mas a “segunda via”, o neoliberalismo, as políticas de desregulamentação, a mercantilização da vida, a direita renovada, não uma alternativa a ela. Ou seja, acrescenta Sader, “é uma via alternativa em relação à esquerda..., em relação aos movimentos sociais, sindicatos e intelectuais independentes, às universidades, às comunidades religiosas, ao MST, aos jornalistas isentos, aos estudantes. Em relação aos defensores dos direitos humanos e sociais.”

¹⁴¹ Cf. Emir Sader, Op. cit., 27 de agosto de 1998, destacando, porém, que há outro elemento, de caráter moral, que os une: a subordinação de seus comportamentos às pesquisas de opinião: “Não há verdades, mas conveniências de *marketing*. Não há mais alianças possíveis e impossíveis, mas objetivos a conseguir, que justificariam aliar-se a quem quer que seja. Não há mais valores éticos que não possam ser driblados por boa campanha midiática”, conclui Sader.

¹⁴² Cf. Folha de São Paulo, “Jaguaribe propõe novo projeto de desenvolvimento”, Venicius Mota, de 03 de agosto de 2003, acrescentando que essa política logrou aplacar a desconfiança, gerada por “intrigas domésticas e internacionais”, em relação à atuação de um partido de esquerda no governo, embora defenda mudanças no rumo da economia.

partido de uma esquerda muito ‘light’, muito internacional, muito ‘Tony Blair’. A meu ver, hoje a bandeira da social-democracia está sendo empunhada pelo setor positivo do PT”, destacando, porém, que “a melhor solução política seria uma fusão entre o estrato social-democrata do PSDB e o do PT, devidamente expurgados os segmentos petistas chamados de ‘radicais’.”¹⁴³

Ainda dentro desta mesma perspectiva teórica, nos reportamos a pesquisa dos cientistas políticos da UnB, Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer¹⁴⁴, que analisam as condições do surgimento do partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e José Serra e que guarda similaridade com a trajetória do PT, do ex-líder metalúrgico e candidato vitorioso nas urnas em 2002, em vários pontos programáticos.

Segundo os autores acima, o surgimento do PSDB, fruto de dissensões internas do PMDB, antigo MDB, possuía do lado mais "progressista", três facções que já eram partidos no período 1945-1965, o PSB, o PCB e o PC do B, para concorrer nos pleitos de 1985 e 1986. Por sua vez, o Partido dos Trabalhadores, desde a sua criação em 1980, abrigava um grande número de 'tendências" e facções, mas conseguiu equilibrar esta diversidade com muita discussão e acomodação até 1991, quando uma das menores facções partiu para organizar o PSTU.¹⁴⁵

Assim, o processo constituinte pôs o dedo na ferida da diversidade programática e ideológica existente dentro de todos os partidos políticos brasileiros: desde o tempo do MDB havia luta entre as frações dos moderados e autênticos, tratava-se da postura dos autênticos que queriam definir mais claramente o que o Partido pensava, em termos econômicos e sociais, ao contrário dos moderados que evitavam essa definição, cuja ala integrava o chamado “Centrão”, bloco de parlamentares conservadores na Constituinte.¹⁴⁶

Analisando as certidões de nascimento também do PSDB, verifica-se várias passagens

¹⁴³Cf. Folha de São Paulo, op. cit. 03 de agosto de 2003, acrescentando que tal coalizão social-democrata tenderia a ser majoritária no Brasil, o que libertaria o presidente da República da necessidade de buscar alianças partidárias *ad-hoc* - caso das tratativas em curso, na ocasião, entre o governo Lula e o PMDB - e a viabilizar a implantação de um programa "neodesenvolvimentista", com forte consciência nacional e social.

¹⁴⁴Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, PDSB - de facção a partido, 1998.

¹⁴⁵Cf. Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer, op.cit., 1998, p. 10-18, ressaltando que nos períodos mais recentes (1980-1996), a criação de novos partidos, muitos via cisões, e um certo "enxugamento" do sistema partidário via fusões podem ser observados. Os autores se baseiam no estudo de facção descrita por Giovanni Sartori em sua obra Partidos e Sistemas Partidários, para explicar o surgimento do PSDB no bojo dos acontecimentos vividos no Brasil entre os anos de 1987/1988.

¹⁴⁶Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, Op. cit., 1998, p. 36, lembrando a fala de Euclides Scalco (do grupo “autêntico”), que narra uma passagem, quando em uma certa ocasião disse ao presidente da sigla Ulysses Guimarães: "Dr. Ulysses, precisamos definir nossa postura!" Ulysses respondeu-lhe: "Scalco, no momento em que definirmos qual é nossa posição na área econômica e social dividiremos o

idênticas as defendidas pelo PT no alvorecer do seu surgimento, como se pode ver no chamamento do novo partido que então se integrava a vida do país:

“(...) Chocado com o espetáculo do fisiologismo político e da corrupção impune..., descrente de partidos políticos que não correspondem ao voto de confiança recebido do eleitorado..., anunciamos a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira e convocamos o povo brasileiro para prosseguir a luta pelas mudanças com energia redobrada , através da via democrática e não do populismo personalista e do autoritarismo concentrador do poder e da riqueza. O novo partido nasce longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas...”¹⁴⁷

O partido o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso prega, então, a idéia de que no mundo moderno a estabilidade política só é conseguida com o bem-estar social, que torna-se no fator político-moral essencial para que a economia de empresa possa sobreviver. O PSDB tem um posicionamento claro na relação entre capital e trabalho, o partido se compromete com os interesses dos assalariados, dentro da concepção da social-democracia que é desenvolvimentista, porque sabe que só com crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade, haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem estar e maior segurança para o cidadão.¹⁴⁸

O documento intitulado “A Proposta da Social – Democracia brasileira apresentado à sociedade pelo PSDB” de 1988 define o perfil ideológico do partido e a justificativa da adesão brasileira à social-democracia européia, e apresenta o esboço do programa nacional do PSDB, que destaca a defesa do Parlamentarismo¹⁴⁹ e traz as propostas para um novo modelo econômico e social brasileiro.

Defendendo a idéia de que “o 'bolo' da renda deve ser distribuído enquanto cresce”¹⁵⁰, o texto do manifesto do PSDB¹⁵¹ destaca que “(...) as causas da desaceleração do crescimento são profundas e inter-relacionadas: a crise do financiamento público, provocada pelas dívidas interna e externa, a inflação e suas conseqüências..., [sendo que] o impacto adverso da dívida externa sobre as finanças públicas foi agravado pela estatização da dívida desde a segunda metade dos anos 1970.” E acrescenta :

partido!”(Cf.Capítulo 2, no item que trata da Constituinte e do papel do “Centrão”, respectivamente, p 43-49 e p. 49-53).

¹⁴⁷Cf. Jales Ramos Marques e David Verge Fleischer, Op.cit., 1998, p. 230.

¹⁴⁸Cf.Jales R. Marques e David V. Fleischer, 1998, 192.

¹⁴⁹Cf.Jales R.Marques e David V. Fleischer, 1998, p. 194, cujo documento faz uma defesa veemente do Parlamentarismo como forma de modernização das instituições políticas brasileiras, na busca de maior justiça e progresso social.

¹⁵⁰Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, Op.cit., 1998, p.203.

¹⁵¹Cf.Jales R. Marques e David V. Fleischer, op.cit., 1998, p. 199.

“Além do rápido endividamento das empresas públicas, na prática o setor público assumiu a dívida do setor privado..., com a suspensão da rolagem da dívida em 1982, o Tesouro passou a receber o pagamento das empresas em moeda local e a assumir suas dívidas em dólares.... Isto aconteceu intensamente às vésperas de máximas valorizações, acelerando o processo de 'estatização' da dívida. Hoje 85 por cento da dívida externa do Brasil é pública..., somando-se a esse montante a dívida interna (em títulos e bancária). Chega-se a 170 bilhões de dólares, ou 50% do PIB.”¹⁵²

O documento denuncia os acordos firmados pelo Brasil em 1988, que aumentaram as transferências de recursos para o exterior, sem novos financiamentos de monta e com a tentativa custosa de ajustamentos internos que não produzem os resultados esperados por causa da própria dívida externa. A postura atual dos países devedores se afasta de dois extremos: o compromisso dos acordos anteriores sobre a dívida...e o repúdio da dívida., com o objetivo de retomar o crescimento da economia e de sustentar políticas que permitam oferecer um mínimo de bem-estar à população.

Desta forma, o partido do candidato José Serra à Presidência é taxativo, ao afirmar que o PSDB tomará as iniciativas necessárias para limitar a transferência de recursos para o exterior, se for o caso adotará medidas unilaterais. O que traduzindo significa dizer que o PSDB irá "(...) enfrentar o problema da dívida externa...através da investigação de suas origens e conseqüências mediante auditoria.”¹⁵³ (Como vemos a mesma tese esboçada pelo PT no seu nascedouro). Segundo a posição tucana, as alternativas iriam de uma eventual moratória até as várias formas de securitização da dívida, sem deixar de lado as soluções globais, que impliquem na utilização de fundos internacionais para aliviar a carga dos países devedores, encorajando ações multilaterais organizadas pelos países devedores.

A exemplo do PT no início da sua formação, o PSDB defende a proposta de uma reforma agrária radical, com o documento base do partido abrindo a possibilidade de o Estado intervir em terras produtivas. Segundo o programa de governo do PSDB, "(...) a existência de milhões de trabalhadores rurais sem terra, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros e

¹⁵²Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, op.cit., 1998, p. 199, acrescentando que “tampouco haverá estabilização com um endividamento externo que obriga a transferências de recursos e força gigantescos *superávits* na balança comercial, com óbvias repercussões na emissão de moeda local” e “menos ainda com o financiamento dos *déficits* públicos via taxas de juros cada vez maiores” (p.200).

¹⁵³Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, p. 231-232, que citam o Documento nº. 3, Manifesto ao Povo Brasileiro, publicado no Diário Oficial da União, seção I de 6 de julho de 1988, p. 12507/12508.

assemelhados, a violência no campo, o êxodo rural de regiões dominadas pelo latifúndio - tudo isso evidencia a urgência da reforma agrária.”¹⁵⁴

Para o partido, a reforma agrária é uma exigência da democratização da sociedade e, sobretudo, um programa social. A constituição de 1988 incorporou dispositivos que dificultam a ação do poder político sobre a estrutura fundiária, mas o PSDB, “determinado a realizar as transformações necessárias no campo, insistirá na revisão desses pontos do texto constitucional, assegurando a submissão do direito de propriedade ao cumprimento de sua função social. Não se deseja...desapropriar terras produtivas..., mas não há porque excluir a propriedade produtiva da obediência a um princípio constitucional geral.”¹⁵⁵

Para Marques e Fleischer o momento de “inchaço” e a aproximação com o pensamento neoliberal do PFL são os responsáveis pela transformação do partido¹⁵⁶. Outro dado significativo nesta direção ocorre com a adesão de Tasso Jareissati do estado do Ceará e de seu grupo político em 1990, oportunidade em que o perfil do partido muda sem sofrer muitos arranhões, mas nota-se aí o fortalecimento da ala conservadora em prejuízo da ala socialista que foi a base para o surgimento do PSDB.

O mesmo se dá quando o partido deixa a posição de Oposição para assumir a de governo, com a chegada de Itamar Franco à Presidência da República. Tradicionalmente as bancadas do PSDB do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm assumido posições políticas de alinhamento ao governo e nessas regiões os governos estaduais dependem muito das verbas do Executivo Federal. Outro aspecto a considerar, é que o partido à medida que cresce em contingente nessas regiões adquire uma conformação ideológica mais próxima daquele que sempre fora o seu principal aliado no governo, o PFL.

Em resumo, a exemplo do fenômeno da descaracterização do PMDB iniciado com as adesões de ex-arenistas àquele partido, no PSDB o fenômeno se repete e continua pela adoção do programa neoliberal do PFL, quando o partido começa a abandonar suas antigas bandeiras. As mudanças vão até o esquecimento de parte do programa partidário, este que propugnava o parlamentarismo, ingrediente forte na sua formação, ocorre que chegando ao poder, o partido se adapta muito bem ao presidencialismo, abrindo mão de suas origens.

¹⁵⁴Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, Op. cit., p. 213-214, cujo documento assinala o compromisso do PSDB com um conjunto de ações desencadeadas pelo poder público para transformar o regime de posse e uso do solo rural.

¹⁵⁵Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, Op. cit., p. 213-214.

¹⁵⁶Cf. Jales R. Marques e David V. Fleischer, Op. cit., p.101.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há várias observações a serem feitas sobre a evidência empírica aqui apresentada tanto do ponto de vista teórico como metodológico, com o objetivo de apreender o significado político e sociológico das eleições presidenciais de 2002, os atores políticos envolvidos no processo, bem como as forças em conflitos, que acabaram por dar forma a nova direita no Brasil ungida das urnas, agora sob a direção de um partido teoricamente de esquerda.

Portanto, a pesquisa teve como objetivo demonstrar a Tese de que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez o jogo das Elites Dominantes nas eleições presidenciais de 2002, pois afirmamos que o seu programa de governo foi a alternativa encontrada pelas elites conservadoras para a manutenção do *status quo*. Trata-se de um programa de governo de perfil conservador e que foi construído também com o apoio de grupos econômicos poderosos, que inclui os grupos de comunicação que são de sua propriedade, interessados na consolidação de um projeto hegemônico (neo) liberal de governo no Brasil.

Em 1989 as elites conservadoras brasileiras não tinham candidato capaz de derrotar Lula da Silva nas urnas e optaram pela aventura de Fernando Affonso Collor de Mello, entendido não como uma aventura, mas como uma resposta real e ideal de governo para enfrentar a crise brasileira. Em 2002 o quadro repete-se, mas com uma diferença de fundo. Com a alternativa petista tratava-se agora de aferrar-se a um partido de esquerda moderado, levando-se em conta a tendência de mudança do eleitorado brasileiro na luta contra a pobreza, batalhando-se na perspectiva de mudar para ficar tudo como está, pavimentando-se o caminho para a composição de uma nova frente conservadora no Brasil, levando em conta o abandono do radicalismo do candidato de esquerda, como demonstramos com a Tese.

No embalo de um projeto mudancista de governo, Lula e o PT incorporaram o ideal do conservadorismo brasileiro, expresso pelo programa de governo e cristalizado na sua propaganda política e estratégia de campanha, adotando uma política de alianças que sinalizou na direção de um governo conservador, apagando qualquer possibilidade de risco em relação a modificação da política econômica de caráter excludente da era Fernando Henrique Cardoso.

Com isso, Lula garantiu a adesão de amplo espectro conservador, abrindo espaço para a renovação da direita no Brasil, que atendeu e entendeu o chamado e tratou logo de intervir

na candidatura petista no sentido de colaborar para modificar o conteúdo esquerdista do PT, pressionando o novo governo a não desgarrar-se do quadro (neo) liberal, abandonando-se o compromisso histórico petista de mudança e transformação social.

Assim, vimos como a Elite Dominante brasileira, articulada em torno de seus partidos de corte conservador, grupos empresariais, do qual fazem parte os grupos econômicos de comunicação, bem como suas entidades de classe corporativas, influíram no sentido de garantir a manutenção de seus interesses de classe, dando nova conformação ao Estado brasileiro.

Ademais, como prova do conservadorismo petista ocorreu durante as eleições uma espécie de entendimento de Lula com o grande capital nacional através da Febraban e Bovespa, bem como com o capital internacional, envolvendo desde a Casa Branca, em Washington, até o mundo financista de *Wall Street*, o BIRD e o FMI, selando-se o maior Pacto Social de direita da história política recente brasileira, envolvendo um partido de esquerda.

Várias personalidades que no passado tinham apoiado o governo Cardoso bandearam-se para o lado petista em 2002, a exemplo de personalidades como Antônio Carlos Magalhães, José Sarney e muitos outros do mundo político e empresarial. Soma-se a isso todo o trabalho de aproximação de Lula com a Rede Globo, do Grupo Roberto Marinho, como ficou claro durante o ciclo de debates promovido pela TV Globo e pelos demais jornais da grande imprensa, de maneira geral, que lhe deram tratamento *vip* durante o processo eleitoral, ao contrário das chamadas candidaturas de Oposição e mesmo o candidato governista José Serra (PSDB), em alguns momentos da disputa.

Não esquecendo-se, obviamente, a importância do *marketing* milionário petista, com a contratação de um dos papas da propaganda, Duda Mendonça, responsável pela postura *light* durante a campanha presidencial do ex-radical líder metalúrgico, espelhada no apelo simbólico durante as eleições presidenciais de 2002 através do chamado “Lulinha paz e amor”.

A adesão do PL, um partido de perfil fisiológico e extremamente conservador, aproximou o PT da não menos tradicional comunidade religiosa evangélica e lhe garantiu de antemão o apoio da Rede Record de Televisão, controlada pelo bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, e deu início a escalada petista junto aos setores empresariais do país. Isto lhe garantiu a ocupação favorável de espaço numa parte considerável da mídia, além da adesão empresarial que veio no bojo do PL, partido do candidato a vice na chapa petista, o

milionário mineiro dono da Coteminas, José Alencar, base de sustentação parlamentar dos evangélicos no Congresso Nacional e de apoio do governo Lula.

Ainda como parte da Tese central, afirmamos que o PT, liderado por um segmento partidário interno centralizador, cuja cúpula hegemônica controla o partido desde o seu nascimento, formada basicamente pela mesma tendência de perfil moderado liderada por Luiz Inácio Lula da Silva - o chamado Grupo dos 113 ou a tendência Articulação, popularmente conhecida mais tarde pela alcunha de Campo Majoritário -, caracterizou-se como um partido e perfil aliancista moderado. E essa tendência majoritária assumiria a responsabilidade pelas alianças promovidas em 2002, reproduzindo os mesmos vícios dos partidos tradicionais e conservadores brasileiros de um período não muito distante, liderados pelo PSDB do sociólogo e estadista Fernando Henrique Cardoso.

A lógica que norteou o controle da máquina partidária e que conduziu o partido à vitória nas urnas em 2002, marcada pela liderança do candidato Lula, esteve sempre calcada na idéia da manutenção da ordem capitalista vigente, estampada pelo pacto social entre as elites e da negociação no Conselho de Desenvolvimento e Social, de corte elitista e excludente, de acordo com a lógica sindical lulista de negociação entre patrões e empregados. Isto é, o ex-líder metalúrgico não se apresentou durante a campanha eleitoral, e muito menos depois no governo, como demonstrou os seus primeiros anos de gestão, como um candidato ou um governo de ruptura ao modelo neoliberal deixado por Cardoso.

Muito pelo contrário, no governo o PT não somente legitimou as políticas econômicas e sociais do período tucano anterior, como ainda radicalizou em muitas de suas inovações, a começar por algumas de suas reformas - a exemplo da Reforma da Previdência e do rigor fiscal nas contas públicas, a partir da ampliação do *superávit* primário para pagar os juros da dívida aos credores internacionais -, ampliando os programas de cunhos assistencialistas, o chamado programa Fome Zero, que naufragou, em detrimento de uma verdadeira política de inclusão social e de combate à pobreza no Brasil.

Após a vitória acachapante nas urnas em 2002, o presidente Lula reeditou no Congresso Nacional com relativo sucesso quase a mesma base de apoio da era tucana, a exceção do PFL, mas contando com a simpatia do PSDB em vários momentos, a partir de uma base de sustentação formada por uma eclética plêiade de partidos conservadores e progressistas.

Esta base de sustentação, muitas vezes escorregadia e gelatinosa, era composta, inicialmente pelos partidos conservadores e/ou por suas alas moderadas formada pelo PL, PTB, PMDB, PPR e alguns partidos de esquerdas, tais como o PPS, PSB, PC do B e PDT

dentre outros. Muitos desses partidos de perfil mais progressista abandonariam o governo em razão da frustração provocada pela política econômica de perfil continuista de Antônio Palocci Filho, assim como devido as fortes denúncias de corrupção contra o governo Luiz Inácio Lula da Silva no bojo da crise institucional de 2005.

Para Umberto Cerroni¹⁵⁷, o partido político socialista não é apenas uma forma de agregação ideológica, mas uma forma de agregação ideológica para defender uma condição humana, para remover determinadas circunstâncias históricas que a deformam. Ele é bem mais a organização daqueles que pensam-na do mesmo modo, mas que derivam esta sua comunhão ideológica de uma comum condição prática e que lutam para transformar uma sociedade cujo princípio ordenador da liberdade é o isolamento, o atomismo, a contraposição fracionária de um homem a outro homem. O nascimento do partido político do proletariado assinala a necessidade vital - para uma classe - de desbastar o terreno da sociedade burguesa.

Na visão de Cerroni, a luta do partido dos trabalhadores pelo Socialismo não é mais uma doutrina a ser excomungada, mas um tema da vida. Isso, entretanto, sob a condição de que o próprio socialismo se saiba não como uma doutrina por aplicar, como uma tábua canônica por interpretar, mas como tendência geral da sociedade moderna para superar as contradições induzidas pelo capitalismo na economia e pela gestão delegada e elitista na política.¹⁵⁸

Portanto, o PT não conseguiria jamais constituir-se em 2002 como um partido de esquerda à luz da literatura, apresentando-se aos olhos do eleitorado com um líder carismático e popular, trazendo ao debate a sua história particular e pessoal de lutas, tirando proveito da tendência de mudança existente na grande maioria do eleitorado brasileiro, devido ao esgotamento da política econômica e social de Fernando Henrique Cardoso durante os seus oito anos de mandato.

Contou, para isso, com o apoio daqueles setores mais tradicionais e conservadores da sociedade, como fica claro pela incorporação de lideranças empresariais e personalidades políticas conservadoras à campanha petista, bem como demonstraram as adesões de última hora de boa parte da elite dominante ao projeto mudancista do PT e, depois, na condução do governo, capitaneado pelo ministro Antônio Palocci e sua política econômica e reforma estrutural do Estado, como mostramos ao longo da Tese.

¹⁵⁷Cf. Umberto Cerroni, Teoria do Partido Político, 1982, p. 14-15.

¹⁵⁸Cf. Umberto Cerroni, Op. cit., p. 52.

Em suma, parafraseando o historiador brasileiro Daniel Aarão Reis Filho¹⁵⁹, ao comparar o movimento revolucionário brasileiro com as vanguardas vitoriosas, não foram as diferenças, mas as semelhanças com estas últimas que levaram à perda dos comunistas brasileiros, eles teriam se preparado com rigor, enquanto estados-maiores mas a revolução faltou ao encontro. Adotou-se uma política de vanguarda descolada dos interesses da maioria da população brasileira, com as várias organizações de esquerda ancoradas no movimento comunista e socialista internacional, adaptando a nossa realidade os seus ideais, sem, contudo, conseguir a justa adesão da maioria do povo, pecando pela falta de mobilização da sociedade brasileira.

Com o PT de Luiz Inácio Lula da Silva aconteceu justamente o contrário. Havia a justa adesão do povo ao ideal de mudança reafirmado pelo compromisso histórico do partido de promover a real transformação da sociedade brasileira, com um uma vanguarda partidária totalmente alheia aos reais anseios populares, responsável em promover um pacto pelo alto, configurado num leque de alianças extremamente conservador, dando fôlego ao aparecimento de uma nova direita no país. Novamente, constituiu-se um estado-maior que alijou os movimentos populares e as forças tradicionais de esquerda na condução do processo político e, por isso, mais uma vez a revolução faltou ao encontro. E, desta vez, pela via pacífica.

¹⁵⁹Cf. Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução Faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, 1989, ao analisar as derrota das esquerdas armadas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina : táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, junho de 1991.

_____. **Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

_____. A ação da mídia na “privatização” do BESC. In: ALVIM, V; FERREIRA, A. C. (Orgs.). **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001, p. 105-123.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**, São Paulo: Hacker, 2004, p. 106-128.

ALTHUSSER, Louis..**Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. **Ler o capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ALTMAN, Fábio. **A arte da entrevista**. São Paulo: Scritta, 1995.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARBEX JR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AZEVEDO, Fernando. **Mídia e política**. São Paulo: Teoria & Pesquisa, nº.36-37, jan./jun. 2001.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BARAN, Paul A ; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARRANTES, Carolina Carazo. Medios y campañas políticas: una relación simbiótica. In.: JIMÉNEZ, Patricia Veja (compiladora). **Comunicación, política e identidad**. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidade de Costa Rica, 2000.

BARROS FILHO, Clóvis de. (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARROS, Jorge Pedro D. **Telecomunicações**: verdade suada x mentira orquestrada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BEILHARZ, Peter. Globalização, bem-estar e cidadania. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999, p. 177-205.

BELTRÁN, Luís Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. In.: **Comunicação & Sociedade, Cortez/IMS**, nº. 6, setembro de 1981, p. 5- 35.

BERGER, Christa; MOTTA, Luiz Gonzaga. Cobertura das eleições brasileiras pela imprensa espanhola: Lula põe a esquerda na pauta. In.: **Comunicação & Política**, n.1, jan./abr. 2003.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda. Da Ideologia. In: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**.: Razões e significados de uma distinção política, 1995.

_____. **Liberalismo e democracia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 2.ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **As ideologias e o poder em crise**. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. **Dicionário de Política**. Brasília:Ed. Da UnB, 1986.

BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (Edit.). **Estados contra mercados**: os limites da Globalização. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas.São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. SP: Ática, 1993

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1997.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **A explosão da comunicação**. 2.ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000.

CALDAS, Graça. **Políticas de comunicação no Brasil: de Sarney a FHC**, Campo Grande, n. 1, abr. 1998.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Editora. da UFSC; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

CASTELLS, .Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ed.Ciências Humanas, 1982.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____.(Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____.[et.al.] **Uma nova fase do capitalismo?** SP:Xamã, 2003.

CHOMSKY, Noam and HERMAN, Edward S. **Manufacturing consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Books, 1988.

COELHO NETTO, José Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo:Brasiliense, 1982.

COMUNICAÇÃO e política, mídia e tecnologias. Cebela, jan./abr. 1996.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Sérgio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política: Para uma leitura sociológica da democratização brasileira**, Travessias, 1999.

CURRAN, James; SEATON, Jean.. **Imprensa, rádio e televisão: poder sem responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Militares e a política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DANTAS, Marcos. A lógica do capital informação - fragmentação dos monopólios e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. In: **Comunicação e Política, Mídia e Tecnologias**, Cebela, jan.abr., 1996.

_____. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. 2.ed. Rio de Janeiro:Contraponto, 2002.

DAWE, Alan. Teorias de ação social. In: **Tom Bottomore e Robert Nisbet: história da análise sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DEBORD, Guy **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. RJ: Ed. da FGV, 1986.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As armadilhas do poder:** bastidores da imprensa. São Paulo: Summus, 1990.

DINES, Alberto. **O bau de Abravanel :** uma crônica de sete séculos até Silvio Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. .

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Empresariado e estratégias de desenvolvimento: balanços e perspectivas, **Anpocs**, Caxambu, 23-26 out. 2002.

DÓRIA, Palmério. **A candidata que virou picolé.** São Paulo: Casa Amarela, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades:** mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O jogo da direita:** na Nova República. 3 .ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **A internacional capitalista – estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986).** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

EMILIANO, José. **Imprensa e poder:** ligações perigosas. Salvador: Editora da UFBA; São Paulo: Hucitec, 1996.

FALLOWS, James. **Detonando a notícia:** como a mídia corrói a democracia americana. Civilização Brasileira, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FAUSTO NETO, Antônio. **Práticas midiáticas e espaço público.** Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2001.

_____; VERÓN, Eliseo. **Lula presidente:** televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FELIPE, T. Sônia, Justiça: igualdade equitativa na distribuição das liberdades. In: FELIPE, Sônia T. **Anais do Simpósio Internacional sobre Justiça.** Florianópolis: Insular, 1998.

FERNANDEZ, Rafael Roda. **Medios de comunicación de masas:** su influencia en la sociedad y en la cultura contemporáneas. Madrid: Siglo XXI, 1989.

FERREIRA, José Maria Carvalho [et al.]. **Sociologia**. Lisboa: McGraw – Hill, 1995.

FERREIRA, Alceu Conceição. **Os donos da dívida: um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, 2005.

FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus [et al.] Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. In.: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, p.147-157.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Editora daUERJ, 1995.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONTANA, Remy José. **Democratic Life After The Transition: In Search of Governability in Brazil**. Londres: Dirkbeck College. Tese de PhD, 2003.

_____. **O PT no poder. É possível um governo de esquerda? O PT no governo. É possível uma esquerda no poder?** Florianópolis, Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC.Mimeo.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro:Rocco, 1992.

GARCIA, Alexandre. **Nos bastidores da notícia**. 9.ed. São Paulo:Globo, 1991.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 3.ed. Petrópolis:Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Editora da UNESP, p.121-152.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991,

_____. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política:** propaganda política e publicidade eleitoral. 2.ed. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2001.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo:** discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores/EDUSP, 2003.

GRAMSCI, Antonio (1891-1937). **Sobre poder, política e partido.** In: SADER, Emir (Org.). Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.) **Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política.** Porto Alegre: Evangraf, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1968, p.45-92.

_____. **Pensamento pós-metafísico:** estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HAMELINK, Cees. **Finanzas e información:** un estudio de intereses convergentes. México: Caracas: Buenos Aires: Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales; Instituto de Estudios Sociales de La Haya y el Editorial Nueva Imagem, 1984.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERZ, Daniel. **Mercado audiovisual brasileiro:** impactos econômicos, políticos e culturais da introdução da televisão por assinatura. 1996.

_____. **A história secreta da Rede Globo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

JORNAL Nacional: a notícia faz história. Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

KECK, Margaret E. **The worker`Party and Democratization in Brazil.** Yale University Press, 1991.

_____. **PT: a lógica da diferença:** o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KORTEN, David C. **O mundo pós-corporativo:** vida após o capitalismo. Petrópolis: Vozes, 2002.

KRIEGER, Gustavo; Novais, Luiz Antônio; Faria, Tales. **Todos os sócios do Presidente.** 3.ed. São Paulo: Scritta, 1992.

KUMAR, Krishan ..**Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 6.ed. SP:Atlas, 1990.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo:Paz e Terra, 2000 .

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LIMA, Venício A . de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. MOTTER, Paulino. Novas tecnologias de comunicações, neoliberalismo e democracia. In: **Comunicação e Política**, jan./ab. 1996.

LOCATELLI, Carlos. **Livre e sob controle: o desafio de regular a mídia no Brasil**. Florianópolis, 2001. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Economia/UFSC, agosto de 2001.

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Veja, 2001.

LULA: entrevistas e discursos, São Bernardo do Campo: Sociedade Cultural, 1980.

MACRIDIS, Roy C. **Ideologias políticas contemporâneas: movimentos e regimes**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MAFFESOLI, Michel. **Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social**. s/d.

MANTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. **Retos culturales: de la comunicación a la educación**. Nueva Sociedad, 1969.

MIGUEL, Luís Felipe. A descoberta da política. A campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004, p. 91-105.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.

_____. **Política e imaginário nos meios de comunicação de massa no Brasil**. São Paulo: Summus, 1985.

MARQUES, Jales Ramos; FLEISCHER, David Verge. **PDSB - de facção a partido** . Gráfica e Editora Positiva, 1998.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARKUN, Paulo. **O sapo e o príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Formaciones económicas precapitalistas**. México: Siglo XXI, 1979.

_____. **Introducción a la crítica de la economía política**. México: Cultura Popular, 1977.

_____. **Contribución a la crítica de la economía política**. México: Cultura Popular, 1977.

_____. La guerra civil en Francia. In: **Obras Escogidas**. Moscou: Progreso, 1973.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, s./d.

MATOS, Heloiza (Org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

MATTOS, Sérgio. **O controle dos meios de comunicação**: a história da censura no Brasil. Salvador: Editora da UFBA, 1996.

MATTELART, Armand e Michèle Mattelart. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAZZALI, Leonel; COSTA, Vera M. H. M. As formas de organização 'em rede': configuração e instrumento de análise da dinâmica industrial recente, in.: **Revista de Economia Política**, v.17, n. 4, out./dez. 1997.

MELO, José Marques de. Estado, sociedade civil e comunicação na América Latina. In: **Comunicação & Sociedade**, nº 12, outubro de 1984, p. 97-102.

_____. Comunicação de massa: transição sem mudança. In: **Intercom**, nº. 52, janeiro-junho de 1985, p. 42- 53.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo**: a trajetória de um farsante. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979 -1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. In: **RJ: BIB**, n.49, 1º semestre de 2000, p.51-77.

_____. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Piloto, 2002.

_____. Mídia e manipulação política no Brasil - a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. In: **Comunicação e Política**, Cebela, v.I, ns. 2 e 3, 1999.

MINC, Alain. **O choque dos media**. Lisboa: Quetzal Editores, 1994

MINELLA, A. C. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: ALVIM, V; FERREIRA, A. C. (Orgs.). **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001, p. 49-72.

_____. Hegemonia e controle financeiros no capitalismo contemporâneo. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.95, n.4, 2001, p. 117-136.

_____. Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC. In: RAMPINELLI, W. J; OURIQUES, N. D. (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 165-199.

_____. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, nº 2,2003, p. 245-272.

_____. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. In: MENDONÇA, S. R. **O estado brasileiro: agências e agentes**. Niterói: EdUFF/vício de Leitura, 2005, p. 159-178.

MONTI, .M.Mario. **Pluralismo e concentração da mídia: dossiê monopólio**. 1996.

MORAES, Dênis de (Org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra, s./d.

_____. **Planeta mídia: tendências da comunicação na era Global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

_____. Mídia, tecnologia e poder. In: **Cadernos Griffó**, Rio de Janeiro, v.3, 1995 p.9-32.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**, a vida de Assis Chateaubriand. 2.ed. São Paulo:Companhia das Letras, 1994.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. **O problema epistemológico da complexidade**. Publicações Europa-América, p.13-34.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000, p. 69-170.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte** – interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil, 1994. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Ciência Política/UnB, 1º. de junho de 1994.

NOVAES, Aduato. **Rede imaginária: Televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NUZZI, Erasmo de Freitas. **Controle e manipulação da mídia (no Brasil e no mundo)**. Documentos Abecom (Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social), ano 2, n. 4, s./d. 40p.

ORTIZ, Renato. **A escola de Frankfurt e a questão da cultura**, São Paulo, 4 de agosto de 1985.

PALÁCIOS, Marcos. **A área de comunicação na Internet: um mapa para pesquisadores de primeira viagem**. Com.& Pol., 1996.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

_____. VELTMEYER, Henry. **Brasil de Cardoso: a desapropriação do país**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. VELTMEYER, Henry. Para onde vai o Brasil? In: **Plural**, Florianópolis: APUFSC/SIND, n. 13, ano 9, dez. 2003, p. 32-55.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PORTO, Mauro Pereira [et al.]. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004, p. 68-90.

POSTMAN, Neil, **A ideologia das máquinas: a tecnologia do computador**, v.III, n.1.,jan./abr. 1996..

PRATA, José; BEIRÃO, Nirlando; TOMIOKA, Teiji. **Sergio Motta: o trator em ação**. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUTERMAN, Paulo. **Indústria cultural: a agonia de conceito**. São Paulo:Perspectiva, 1994.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Lênin e as heranças do populismo. In.: **Crítica Social**, n.1, abr. 2003.

RESOLUÇÃO sobre o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias: Pluralismo e concentração dos meios de comunicação no mercado interno: dossiê monopólio, 1996.

REVISTA **Imprensa**, Kotscho: Secretário de Lula afirma: "Nós, jornalistas, não podemos ser impunes" , n. 181, abr./maio 2003.

REZENDE, Guilherme Jorge de . **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

ROCHA FILHO, Aloísio Franca. O espaço público eletrônico na transição e na democracia. In: **Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, v.27, 1992, p.24-41.

ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. **Mil dias de solidão: Collor bateu e levou**. 3.ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Petropolis: Vozes, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre a mídia, cultura e política**. São Paulo:Hacker, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. In: **Comunicação & Política**, setembro-dezembro de 2004, p. 169-189.

SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2001..

SALOMON, Robert. **Dinheiro em movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Graal, p.17-45.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: **Os sentidos da democracia**.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília: Editora da UnB, 1977, 263p.

_____. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora da UnB, s./d.

SILVA, Arlindo. **A fantástica história de Sílvio Santos**. São Paulo : Editora do Brasil, 2000.

SILVA, Antônio Ozaí da . **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1998.

_____. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT). In: PRIORI, Angelo. (Org.) **O mundo do trabalho e a política**. Maringá: Eduem, 2000.

_____. Memórias de um lulista desapontado. In **Revista Nova**, jul. 2003.

SKIDMORE, Thomas E..**Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e a causa das riquezas das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SONNTAG, Heinz R.; VALECILLOS, Héctor (Orgs.). **El Estado en el capitalismo contemporâneo**. 3.ed. Mexico: Siglo XXI, 1980.

SOUZA, Nilson Araújo de.. **Plano FHC: economia em marcha à ré**. São Paulo: ITDP, 1994.

_____. **Teoria marxista das crises**. São Paulo: Global, 1992.

_____. **O colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1996.

SUASSUNA, Luciano; PINTO, Luís costa. **Os fantasmas da casa da dinda**. São Paulo: Contexto, 1992.

TAMBOSI, Orlando. **O declínio do marxismo e a herança hegeliana: Lucio Colletti e o debate italiano (1945-1991)**, 1999.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de *O Capital***. São Paulo: Ensaio, 1995, 537p.

TOURAINE, Alain. **Como sair do liberalismo?** Bauru: Editora da USP, 1999.

_____. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Bauru: Editora da USP, 1998.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis,: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995 .

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALTON, Dominique; FERRY, Jean-Marc [et al.]. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1989.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Lisboa: Difel, 1999.

_____. **Elogio do grande público**. São Paulo: Ática, 1996.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: **Lua Nova**, n. 55-56, 2002, p.185-194.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WEBER, Maria Helena. **Ditadura & sedução: redes de comunicação e coerção no Brasil – 1064-1974.** [s.l., s.e., s.d.].

A N E X O S